

A EUROPEIZAÇÃO DE PORTUGAL ENTRE GUERRAS

A Junta de Educação Nacional
e a Investigação Científica

Quintino Manuel Junqueira Lopes

A EUROPEIZAÇÃO DE PORTUGAL ENTRE GUERRAS

A Junta de Educação Nacional
e a Investigação Científica

TÍTULO

A europeização de Portugal entre guerras
A Junta de Educação Nacional e a investigação científica

AUTOR

Quintino Manuel Junqueira Lopes

GRAVURA DA CAPA

Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto (1933).
Crédito do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina
da Universidade do Porto

DESIGN E PAGINAÇÃO

Nuno Pacheco Silva

ISBN

978-989-658-495-5

DOI

<http://doi.org/10.30618/978-989-658-495-5>

DEPÓSITO LEGAL

434202/17

EDIÇÃO



Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Rua de Estrasburgo, 26 – R/c Dt.º 2605-756 Casal de Cambra • Portugal

Tel.: (+351) 21 981 79 60 • Fax: (+351) 21 981 79 55

e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt • www.caleidoscopio.pt



Este livro representa uma importante etapa do meu percurso académico, no qual tem sido fundamental, desde longa data, a Professora Doutora Maria de Fátima Nunes e, nos últimos anos, o Professor Doutor Augusto J. S. Fitas. Aos dois fica o meu reconhecido agradecimento.

SUMÁRIO

Prefácio	11
Introdução	15
Crise e inovação nas origens da Junta de Educação Nacional	23
Continuidades científicas nas rupturas políticas	23
Organização, <i>orientação</i> e recursos da Junta de Educação Nacional: uma (des) agradável surpresa	28
Bolsas de estudo no estrangeiro: a influência do modelo espanhol	35
“Tereis de provar ao mundo que as inteligências peninsulares são tão capazes como quaisquer outras de ampliar o património intelectual”	35
Características das bolsas externas de longa duração	37
Critérios de concessão de bolsas no estrangeiro ou “Os Progressos do Atraso” ..	45
A <i>determinação</i> dos temas: orientação sem imposição	46
Para além do poder do presidente da República, general Óscar Carmona ...	51
A integração dos bolseiros externos nas redes de comunicação científica internacionais	54
A Rockefeller Foundation e a JEN: o premiar da comunidade médica portuguesa	66
“...se não fosse o facto de estarem aqui [Paris] o Valadares e o Maia ... há onze dias que não comia!”	70
Fernando Correia Pereira da Silva, a JEN e a Sociedade das Nações: ciência e diplomacia nos anos trinta	77
A especialização de Fernando Pereira da Silva ou os <i>bastidores</i> do mérito ...	77
Entre as resistências corporativas e o dinamismo da Junta: o Secretariado da SDN como resposta do poder político	80
O <i>espírito de Genebra</i> em Fernando Pereira da Silva ou a sobreposição dos interesses internacionais aos (supostos) interesses nacionais	83
Bolsas de estudo em Portugal: a importação do modelo belga	87
Entre bolsas concedidas, suspensas e as purgas académicas de 1935: a Universidade no despoletar dos processos?	87
Características das bolsas internas	92
O perfil dos bolseiros	95
A igualdade de género na Junta	102
“Foi a concessão de uma bolsa de estudo no país, após um estágio de três anos em Berlim, que permitiu que tais trabalhos se pudessem realizar”	103
“Foi decidido suspender desde Janeiro de 1933 a bolsa de estudo concedida ao Sr. [bolseiro A] por se considerar insuficiente o respectivo rendimento” ...	110
Equiparação a bolseiro: investigar a expensas de outrem	112
Mendes Correia e a JEN: Arqueologia e Antropologia em contexto internacional ..	115

História da História da Arqueologia em Portugal: breves considerações	115
Junta, Arqueologia (e Antropologia)	117
Mendes Correia: da ciência nacionalista à projecção internacional do seu cultor	122
Centros de estudo e publicações científicas: a vida pelo subsídio	135
“Nesta distribuição [de fundos] atendeu-se em primeiro lugar às necessidades dos laboratórios onde trabalham bolsеiros da Junta no país ou antigos bolsеiros fora de Portugal”	135
Características dos centros de estudo e publicações científicas financiadas	139
O Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques: entre Coimbra, Berlim e os Royal Botanic Gardens, Kew	140
O Laboratório de modelação e moldagens do Instituto de Anatomia do Porto: investigação e ensino no horizonte da Junta.	141
O microfotómetro do IST: “uma maravilha de construção mecânica e óptica” adquirida para <i>todos</i> , mas usufruída só por alguns.	144
O ISA, a JEN e o Ministério da Agricultura ou o financiamento da ciência que suporta a política agrária Estado-novista	148
As faculdades de Farmácia ou o <i>desideratum</i> da actualização científica em instituições sem tradição de investigação	152
O Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica: uma escola de ensaio pedagógico criada com o patrocínio da JEN	153
O Centro de Estudos Filológicos da JEN: uma instituição inspirada no Centro de Estudios Históricos da Junta para Ampliación de Estudios.	157
As faculdades de Direito e a indiferença pela <i>europеização</i>	162
“Estas duas últimas deliberações foram tomadas depois da saída do Sr. Dr. Simões Raposo, tendo-o substituído na secretaria da sessão [da Comissão Executiva] o Sr. Dr. Herculano de Carvalho”	163
“Publicar na nossa língua certos trabalhos é perder tempo, trabalho, dinheiro” . . .	166
Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa: uma escola de investigação resultante da actividade da JEN/IAC	170
A JEN na formação de físicos: a imperiosa estadia no estrangeiro	170
A bolsa interna de Manuel Valadares: investir para evitar sair.	172
Física experimental em Portugal publicada na Académie des Sciences de Paris ou os primeiros resultados da política de apetrechamento laboratorial da JEN/IAC	173
A emergência de doutoramentos em Física em Portugal: propósitos republicanos concretizados nos anos do IAC.	179
Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra: o (re)posicionamento de Portugal na geografia científica mundial	182
Armando de Lacerda na Alemanha ou um bolsеiro português cria um novo método de investigação	183
A bolsa interna de Armando de Lacerda e a criação do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra	185
Um espaço laboratorial com <i>esplêndidas instalações técnicas</i>	187
Atracção, especialização e consagração da comunidade científica internacional em Portugal.	189

“Expansão cultural e intercâmbio intelectual”:	
a imagem de um país produtor de ciência	195
“Quis que a ciência Portuguesa aparecesse além das fronteiras e se tornasse conhecida. Dei o exemplo aparecendo regularmente em Congressos...”	195
A presença portuguesa nos congressos científicos internacionais: uma participação activa, mas sujeita à crueza dos números.	195
“...a escola valerá sempre o que valerem os mestres...” ou a participação em congressos de Medicina, Ciências, Letras... e Pedagogia.	200
Perfil dos congressistas: quando as relações de igualdade pressupõem o financiamento dos consagrados	210
A XXVIII Reunião da Association des Anatomistes em Lisboa ou a JEN nos bastidores da diplomacia científica internacional	212
O intercâmbio de conferencistas e o contacto com as correntes do pensamento contemporâneo	217
Adolphe Ferrière em Portugal e Espanha sob o patrocínio da JEN e da Junta para Ampliación de Estudios	220
Entre convicções pessoais e imperativos de especialização científica: o caso dos leitores	229
Da serra de carpinteiro à serra eléctrica ou a importância das missões de estudo de curta duração	236
A predisposição dos catedráticos para retornar à condição de <i>estudantes</i> : uma comparação (possível) entre Portugal e Espanha	240
A JEN na produção do único prémio Nobel português da Ciência	249
Conclusão	259
Anexos	269
Anexo 1 – Planta da JEN	271
Anexo 2 – Contas da gerência da JEN	273
Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).	276
Notas	291
Siglas e Acrónimos	331
Referências	333
Fontes	333
Fontes arquivísticas	333
Fontes impressas.	333
Bibliografia	339
Recursos na internet	366
Índice onomástico, geográfico e de instituições	369

PREFÁCIO

Este livro parte de um enorme desafio: trazer à área da história científica institucional em Portugal o primeiro estudo detalhado da Junta da Educação Nacional (1929-1936), uma instituição central para o entendimento do papel que as ciências, numa aceção extremamente ampla (incluindo humanidades, direito e excluindo apenas artes), tiveram na agenda político-científica do Estado Novo. E, não restam dúvidas, o autor é muito bem sucedido neste propósito. Fá-lo com base numa análise sistemática de um conjunto substancial, quase avassalador, e até agora inédito, de fontes primárias disponíveis – processos individuais, atas existentes no Instituto Camões, mas também material existente em muitos outros arquivos nacionais e estrangeiros. No seu conjunto, este acervo confere uma base documental sólida à caracterização detalhada dos vetores da política científica seguida pela Junta da Educação Nacional. Adicionalmente, o livro intercala de forma equilibrada discussões quantitativas, que fornecem uma visão abrangente, com estudos de caso individuais, análise de troca de correspondência ou artigos de jornais, que comunicam uma visão centrada em alguns atores, conferindo um toque intimista à narrativa.

Do ponto de vista metodológico, o livro explora duas opções inovadoras, suportadas pelo domínio de uma vasta literatura secundária. Por um lado, adopta a recente corrente historiográfica, que poderá ser designada abreviadamente por “na senda do dinheiro” (em inglês, “follow the money”), que advoga que uma atenção detalhada aos trâmites, vicissitudes e efeitos individuais, disciplinares ou globais dos financiamentos e patrocínios da investigação científica em determinados contextos e momentos históricos, permitirá chegar a novos resultados ou releituras, abrindo novas perspectivas historiográficas. Por outro, fá-lo sempre que possível com base num estudo comparativo com as instituições congéneres espanhola e belga, respectivamente Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas e Fonds National de la Recherche Scientifique, que exerceram uma influência inspiradora na instituição portuguesa. Um número substancial de gráficos, tabelas e anexos oferecem uma visualização simples e esclarecedora de uma série de dados, absolutamente centrais aos argumentos defendidos, cuja análise é discutida em detalhe.

Os diferentes tópicos abordados, que o autor elege como reveladores daquilo que eu designaria por (prática da) política científica da Junta da Educação Nacional,

são alvo de uma discussão que se desenrola por capítulos sucessivos, oferecendo ao leitor perspectivas inovadoras da história da Junta de Educação Nacional.

Começa por comparar-se o orçamento da Junta da Educação Nacional face ao da congénere espanhola, em termos de percentagem do orçamento de estado e valores comparativos das bolsas e demais apoios. Seguidamente, analisa-se a distribuição dos financiamentos por áreas científicas no que respeita a bolsas, centros de estudo, publicações e congressos, e caracteriza-se o perfil dos bolseiros quanto a género e idades, valor das bolsas auferidas e sua distribuição geográfica.

O cruzamento da historiografia “na senda do dinheiro” com a grelha comparativa, permite, em estreito diálogo com historiadores económicos, políticos, ou de relações internacionais, incluindo Tiago Brandão, Cláudia Ninhos, Fernanda Rollo e Fernando Rosas, entre outros, revelar resultados que contrariam a *received view*, contrapondo-lhe teses explicativas inovadoras.

Destaco alguns exemplos, que me parecem particularmente elucidativos. Critica-se a ênfase na recorrente escassez de financiamento da Junta da Educação Nacional e, com base no estudo comparativo dos orçamentos da Junta da Educação Nacional e da Junta para Ampliación de Estudios, em termos de percentagem do orçamento geral de estado, conclui-se ter havido maiores orçamentos no caso português do que no espanhol, trazendo segundo as palavras do autor, uma “complexificação” desta questão particularmente relevante; critica-se a ênfase dada anteriormente a uma “política do espírito” e à feição atlântica do país alheada das questões continentais europeias, contrapondo-lhe uma orientação europeia que não esqueceu a vertente económica; à tese de que os bolseiros escolhiam a Alemanha como destino de estágio em sintonia com a orientação política do Estado Novo, opõe-se a tese de que esta escolha resultava de opções científicas, não necessariamente de alinhamentos políticos; ao mesmo tempo que se defende a liberdade de escolha de temas e locais de investigação por parte dos bolseiros da Junta da Educação Nacional, argumenta-se, adicionalmente, que isso não denotava inexistência por parte desta instituição de uma política de coordenação da atividade científica; critica-se a tese de um conhecimento científico aplicado “ao serviço da nação”, para contrapor uma investigação dos bolseiros norteada, em determinadas instâncias, por problemáticas internacionais e pela importância do desenvolvimento económico à escala internacional (exemplo de Santos Hall); mostra-se que, em alguns casos, o regime do Estado Novo chegou a abdicar de supostos interesses nacionais para não entrar em confronto com os interesses da academia (exemplo de Fernando Pereira da Silva); defende-se que os apoios da Rockefeller Foundation tiveram o seu início no período da Junta da Educação Nacional, não se cingindo apenas ao Instituto para a Alta Cultura; corrobora-se a mais recente historiografia

que densificou a interpretação de alguns processos de expulsões ocorridos em 1935 e 1947, não a cingindo a questões do foro político estrito mas apontando também divergências quanto à adopção de um novo *ethos* de investigação científica; considera-se não haver evidência documental para uma discriminação de género por parte da Junta da Educação Nacional; contra a historiografia recente sobre Mendes Correia, defende-se que o período do Estado Novo não pode ser considerado uma idade das trevas para a arqueologia portuguesa, destacando-se os apoios financeiros atribuídos pela Junta da Educação Nacional ao Instituto de Antropologia do Porto, a missões, congressos, equipamentos e bibliografia; finalmente, contra a historiografia recente de Egas Moniz e as suas próprias memórias, que focam o desapoio do governo centrando-se na singularidade do laureado com o prémio Nobel, o autor mostra que a Junta da Educação Nacional financiou a publicação e divulgação em língua estrangeira das suas publicações.

Em suma, ancorado num estudo minucioso da Junta de Educação Nacional, o autor defende a continuidade de políticas científicas entre regimes políticos diferentes, a europeização da investigação científica em Portugal, que dá o título ao livro, ao mesmo tempo que ilustra as enormes resistências que a comunidade académica opôs à incorporação da investigação científica enquanto parte integrante do *métier* do académico. Finalmente, não hesita em advogar a necessidade urgente de reequacionar as relações complexas entre a matriz política do Estado Novo e a ciência, investigação científica e política científica, iniciada por alguns historiadores e historiadores das ciências e abordada pela primeira vez de forma sistemática neste livro, com evidentes resultados, no que à Junta de Educação Nacional diz respeito. E, adicionalmente, em revisitar a tese dos “progressos do atraso” de Pedro Lains à luz de uma perspectiva histórico-científica, evitando interpretações lineares e dicotomias simplistas entre centros e periferias e escapando às habituais armadilhas da tese persistente do atraso científico português.

Assim, em estreito diálogo com historiadores do mesmo período histórico, o autor deste livro oferece ao leitor, nas páginas que se seguem, um estudo ímpar, abrangente e sistemático da política científica da Junta de Educação Nacional que, estou certa, marcará de forma indelével estudos futuros. É, pois, uma leitura incontornável para todos os que se interessam pela história científico-institucional em Portugal.

Ana Simões

*Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia,
Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa*

INTRODUÇÃO

A ideia do *atraso* científico português, particularmente durante a ditadura, obtém forte repercussão na historiografia nacional. Paralelamente, também entre a comunidade científica se multiplicam os testemunhos de que somente após o 25 de Abril de 1974, ou mais especificamente após a acção de José Mariano Gago enquanto administrador da ciência, Portugal conhece um momento de ruptura na investigação científica, assistindo-se finalmente à sua internacionalização¹.

O estudo da actividade da JEN (1929/36), recorrendo a uma gramática interpretativa distinta da cronologia política, com a qual a prática científica não se compagina necessariamente, permite-nos, no entanto, inserir-nos numa recente tendência que reequaciona o discurso do *atraso* científico português e as consequentes rupturas/continuidades registadas na alternância dos regimes políticos². A esse propósito atenda-se tão-somente ao facto de o ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, aquando da tomada de posse dos membros da Junta, em 23 de Fevereiro de 1929, ter evocado Mussolini³ – realidade que embora explicável e compaginável com as leituras interpretativas herdadas da historiografia política e cultural, como se verificará, não se coaduna com a actividade da instituição.

Do exposto sobressai a importância do estudo das práticas científicas⁴, particularmente quando as mesmas ocorrem em Estados autoritários – como no caso da JEN –, na medida em que ao poderem contrariar a política científica suscitam novas questões, interpretações e hipóteses explicativas, enriquecendo realidades que, de outro modo, permaneceriam retratadas de modo demasiadamente linear. Independentemente desta ideia, um trabalho historiográfico sobre uma instituição como a Junta pressupõe o cruzamento de dois vectores fundamentais: investigação científica e o seu financiamento. Paradoxalmente, embora a ciência seja entendida como uma actividade fundamental na evolução das sociedades humanas, nomeadamente no curso dos séculos XIX e XX⁵, escasseiam os estudos centrados no *dinheiro* que o seu desenvolvimento pressupõe. Recentemente, porém, o reconhecimento de que as questões monetárias são determinantes na produção, uso e comunicação da ciência justificou a inclusão de uma secção temática num periódico de referência, assumindo o *rasto do dinheiro* o *focus* de análise⁶.

Numa perspectiva mais estreita, e em conformidade com o referido, a historiografia centrada nas instituições que no período entre guerras organizam e

financiam a actividade científica tradicionalmente reflecte o desinteresse pelas questões monetárias, independentemente de o seu funcionamento ser analisado numa óptica de política ou de prática científica. Nesse sentido, e a título meramente introdutório, refira-se que sendo a JEN influenciada primordialmente pela Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas e pelo Fonds National de la Recherche Scientifique – instituições espanhola e belga, respectivamente –, não existe um trabalho onde os orçamentos destas instituições sejam cruzados com os orçamentos gerais dos Estados espanhol e belga, permitindo avaliar o esforço institucional no desenvolvimento científico nacional.

No caso belga, esta realidade é agravada pelo número muito reduzido de estudos actuais centrando-se na criação e actividade do Fonds National de la Recherche Scientifique, constatação que, face à importância da instituição no desenvolvimento e internacionalização da ciência produzida na Bélgica, a própria literatura da especialidade reconhece ser surpreendente⁷. Se os trabalhos em causa discutem as origens e objectivos da instituição, rebatendo diferentes concepções das mesmas⁸, somente um desses estudos introduz novos campos de análise, descrevendo a estrutura da organização, inserindo e contextualizando casos exemplificativos de investimentos efectuados, nomeadamente em escavações arqueológicas e explorações oceanográficas, e analisando cronologicamente a evolução e dificuldades sentidas pela instituição desde a sua criação, em 1928, até inícios do século XXI⁹. Sendo um trabalho pouco aprofundado, esta monografia assume-se, no entanto, como obra de referência para posteriores estudos sobre a instituição que desde o período entre guerras organiza e, inclusivamente, procura coordenar a actividade científica na Bélgica¹⁰.

Contrariamente à historiografia belga, a literatura espanhola tem dedicado particular atenção ao estudo da Junta para Ampliación de Estudios. Aos incontornáveis trabalhos produzidos nos finais dos anos oitenta do século passado¹¹ sucederam-se inúmeros outros, com destaque para os publicados no ano de 2007, aquando da comemoração centenária da sua criação¹². Mais recentemente, uma nova geração de autores, embora fora do âmbito comemorativo, prolonga no tempo o estudo de uma instituição cujas repercussões na actividade científica e pedagógica em Espanha são unanimemente reconhecidas pela historiografia (dominante) como vitais para o período denominado por *Edad de Plata*¹³.

Apesar da referida linearidade interpretativa, os trabalhos em causa, produzidos por investigadores oriundos de distintas áreas de formação, reflectem múltiplas abordagens. Concretamente, registam-se estudos centrados em determinados períodos da Junta para Ampliación de Estudios ou em áreas específicas

do conhecimento financiadas – como sejam a Pedagogia, as Letras, a Medicina e as Ciências, nomeadamente a Física e Química –, assim como estudos equacionando as relações da instituição com determinados espaços geográficos, como seja o continente americano, sobre os seus dirigentes e bolseiros, por vezes numa perspectiva de género, ou ainda focando os centros de investigação por si criados e suportados¹⁴.

Ainda em termos internacionais, agora no âmbito da filantropia Rockefeller, a produção historiográfica denota semelhanças para com a literatura referente à Junta para Ampliación de Estudios e ao Fonds National de la Recherche Scientifique. Em número elevado, e produzidos por uma plêiade de investigadores de distintas áreas de formação e nacionalidades, os estudos em causa discutem as origens e propósitos da Rockefeller Foundation e do International Education Board, assim como alguns dos seus dirigentes, conselheiros e bolseiros, analisando os critérios de selecção destes últimos, o seu perfil, as actividades por si desenvolvidas e respectivas repercussões no progresso científico¹⁵.

A importância da Rockefeller Foundation no auxílio prestado aos académicos refugiados durante o nazismo alemão constitui outra temática de estudo, o mesmo ocorrendo com as instituições e publicações periódicas criadas ou financiadas pela mesma instituição e pelo International Education Board¹⁶. Por fim, e ainda à imagem da historiografia centrada na actividade do Fonds National de la Recherche Scientifique e fundamentalmente da Junta para Ampliación de Estudios, outros autores analisam a filantropia Rockefeller por áreas de conhecimento financiadas, com destaque para a Medicina, Saúde Pública e Matemática, ou numa perspectiva espacial, registando-se inúmeros estudos sobre o investimento efectuado em determinados países europeus, americanos e asiáticos¹⁷.

Pelo exposto verifica-se que na historiografia internacional não existe um trabalho sobre a filantropia Rockefeller – particularmente a Rockefeller Foundation –, o Fonds National de la Recherche Scientifique ou a Junta para Ampliación de Estudios que foque todo o período de funcionamento da instituição em análise, caracterizando o perfil da totalidade dos bolseiros, analisando as características das respectivas bolsas de estudo, assim como as características de todas as instituições e publicações científicas financiadas. Desta ausência, a que se junta a inexistência de qualquer estudo que avalie a distribuição das verbas orçamentais pelos diferentes instrumentos ao dispor das instituições ou por áreas do saber, resultam notórias as limitações ao estabelecimento de uma visão de conjunto sobre a política e prática científica de qualquer uma das organizações em causa – realidade agravada pelo facto de as suas actividades serem analisadas individualmente, sem comparações entre si ou com outros organismos congéneres internacionais.

No mesmo sentido se posiciona a historiografia que aborda a JEN. Desvalorizada até muito recentemente, para o que concorrerá o facto de ter laborado nos períodos da Ditadura Militar e do Estado Novo, sobre a sua política e actividade foram entretanto publicados alguns trabalhos parcelares focando a sua criação, as bolsas de estudo internas, o financiamento de instituições científicas, os apoios concedidos à representação em congressos científicos internacionais ou à realização dos mesmos em Portugal, a política adoptada em termos de género, a actividade desenvolvida por bolseiros externos específicos, como sejam António Aniceto Ribeiro Monteiro, Delfim Pinto dos Santos e Branca Edmée Marques, as relações entre os seus bolseiros e determinados países, concretamente a Alemanha, o apoio à investigação realizada por cientistas posteriormente nobelizados, como seja Egas Moniz, ou analisando a sua actividade fundamentalmente pela vertente dos leitorados e dos estudos sobre a língua portuguesa¹⁸.

Se alguns dos trabalhos enunciados perspectivam a Junta numa óptica de política científica¹⁹ – na esteira de uma recente historiografia centrada em outras instituições que financiam a actividade científica no Estado Novo²⁰ ou no desenvolvimento da mesma na I República²¹ – outros analisam-na pela sua prática científica, o que não impede interpretações recorrendo a uma gramática herdada da historiografia política e cultural²².

Independentemente das perspectivas e interpretações, como referido, todos os trabalhos em causa são parcelares, além de, ainda à imagem da historiografia centrada na Junta para Ampliación de Estudios, no Fonds National de la Recherche Scientifique e na Rockefeller Foundation, não analisarem a JEN em comparação com a actividade das organizações congéneres internacionais. Contrariamente, a presente obra analisa todo o período de funcionamento da instituição portuguesa, reconstruindo a sua prática científica, estruturalmente, nos seguintes moldes: aferição da distribuição das verbas orçamentais pelos diferentes instrumentos ao dispor da instituição e por áreas do conhecimento; caracterização do perfil da totalidade dos bolseiros, articulando-os com as características das suas bolsas de estudo; caracterização de todos os centros de estudo e publicações científicas financiadas; e caracterização do universo de congressos científicos com representantes portugueses financiados ao abrigo da rubrica “Representação em congressos”.

A visão estrutural da actividade da instituição, que esta análise possibilita, é acrescida de um estudo comparado com a política e prática científica das suas congéneres espanhola e belga. Destas opções resulta um estudo por cuja divulgação se pretende que constitua num modelo para futuros trabalhos historiográficos. O conhecimento estrutural da actividade da Junta para Ampliación

de Estudios, do Fonds National de la Recherche Scientifique e da Rockefeller Foundation, além de outras organizações congéneres internacionais, baseando-se em critérios semelhantes aos por nós aplicados²³, possibilitará novas e mais detalhadas comparações transnacionais, possivelmente reinterpretando outras historiografias nacionais, elucidando sobre a preponderância das instituições que financiam a actividade científica no seu progresso e eventualmente desvelando, no período entre guerras, novas redes internacionais de comunicação em ciência que antecedem e suportam os movimentos de cooperação económica, política e cultural europeia do pós-II Grande Guerra²⁴.

Se as conjecturas enunciadas prenunciam extensos campos de investigação comparativa e transnacional a explorar, relativamente às hipóteses formuladas cuja validação ou rejeição buscámos no presente trabalho destaca-se o questionar da ideia da feição (exclusivamente) atlântica de Portugal nos anos trinta. Proveniente da historiografia política e das relações internacionais, a validade desta tese é aferida aquando do mapeamento dos países de destino dos bolseiros externos, o que ao ser operado de modo cruzado com os bolseiros da Junta para Ampliación de Estudios permite identificar os espaços geográficos que despoletam a renovação científica desejada.

Os impactos das rupturas políticas na prática científica nacional também são equacionados, nomeadamente no estudo dos antecedentes da JEN, na importância das bolsas na profissionalização dos investigadores e na capacidade manifestada pelo Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa em realizar doutoramentos em Física com trabalho experimental, a qual, embora preconizada pela I República, somente se concretiza no Estado Novo.

Ainda no *confronto* historiográfico prolongamos a recente *recuperação* da figura de António Augusto Esteves Mendes Correia, mas perspectivando-a numa óptica descentrada do binómio ciência e nacionalismo. A opção de valorizar a sua projecção internacional, em detrimento das ideias veiculadas, permite contemplar a Junta como um *novo* actor num panorama fortemente condicionado pelas cronologias políticas, o que, em última instância, pressupõe confrontar a tese dominante sobre a suposta *idade das trevas* da Arqueologia durante a Ditadura Militar e Estado Novo. Semelhantemente, a análise comparada dos recursos disponíveis da JEN com a sua congénere Junta para Ampliación de Estudios implica confrontar as historiografias portuguesa e espanhola sobre a posição dos Estados peninsulares – particularmente do Estado Novo e da Segunda República espanhola – perante a investigação científica.

O novo olhar sobre a realidade académica e científica nos alvares da ditadura pressupõe ainda questionar as teses que desresponsabilizam a Universidade portuguesa das limitações ao desenvolvimento científico e pedagógico,

entendendo-a como uma organização (exclusivamente) vítima da repressão política ou, na pior das hipóteses, conivente com a mesma. Nesse sentido se entende o percurso público do especialista em Direito Internacional Fernando Correia Pereira da Silva, por cuja inclusão se pretende aferir as motivações da sua *exclusão* do ensino superior nacional e do acesso ao cargo de Consultor Jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Articuladamente com este caso de estudo ocorrido em inícios dos anos trinta, e ainda sob a mesma inversão do olhar, relacionam-se as purgas académicas de 1935 com a suspensão das bolsas internas da JEN em 1934, questionando-se as motivações políticas por detrás destes episódios e introduzindo, entre outras hipóteses de investigação, a dimensão da política científica – perspectiva que a confirmar-se aponta para resistências corporativas, particularmente da Universidade, à dinâmica inovadora da Junta.

O debate sobre centros e periferias científicas ou, mais especificamente, a *posição* do Portugal Estado-novista nesta dicotomia, consiste numa outra ideia transversal à obra. Explicitamente debatida na análise ao Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra, a sua recuperação nos termos perspectivados, revelando a capacidade deste espaço laboratorial em atrair entre os anos trinta e cinquenta inúmeros membros da comunidade científica internacional, a fim de se especializarem sob a supervisão do seu director, permite questionar a introdução de uma nova linha de investigação. Um outro novo campo de análise que se equaciona – associado à investigação científica desenvolvida por professores liceais – resulta da constatação de que a condição de equiparado a bolsheiro permite despoletar carreiras científicas, como seja a do então professor liceal Flávio Ferreira Pinto Resende.

No respeitante à economia portuguesa, o reconhecimento da importância conferida à sua renovação induziu-nos a explorar as relações entre a JEN, o Ministério da Agricultura e o ISA, questionando se as mesmas são o reflexo de uma política estatal, em finais dos anos vinte e inícios dos anos trinta, de financiamento de uma agricultura que se pretendia científica.

Já em termos pedagógicos, o debate sobre a conciliação entre investigação e ensino – patente no financiamento do Laboratório de modelação e moldagens do Instituto de Anatomia do Porto – permite-nos conjecturar o avanço registado nesta última vertente, na Universidade portuguesa, na década de trinta. Em moldes semelhantes, e possibilitado nomeadamente pela presença de Adolphe Ferrière em Portugal, em 1930, ou pelo financiamento de prolongados estágios de pedagogos portugueses em instituições de referência da Educação Nova como o Institut Jean-Jacques Rousseau, equaciona-se se a actividade da JEN representa um foco de resistência às reformas educativas da Ditadura Militar e

do Estado Novo que extinguem a *escola republicana*.

O reconhecimento da existência de “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual”, em articulação com o financiamento de publicações científicas, permite-nos ainda equacionar uma eventual preocupação desta instituição em projectar externamente a imagem de um país na senda do progresso científico e pedagógico. Mais importante, no entanto, será aferir se a política e prática científica da Junta possibilita reconhecer a existência de um suporte institucional susceptível de aprofundar o referido novo olhar sobre a vida académica e científica nos inícios da ditadura, cujos actores valorizados pela historiografia consistem maioritariamente nas vítimas da repressão política, e cujas competências científicas e académicas são sistematicamente restringidas aos seus méritos individuais.

Nesta perspectiva se questiona, por fim, a importância da JEN no apoio à investigação desenvolvida por Egas Moniz – hipótese cuja formulação pressupõe que concluamos o presente trabalho a indagar se o único prémio Nobel da ciência produzida em Portugal resulta exclusivamente do mérito individual de Egas Moniz, conformemente à memória por si fixada, ou se o Estado ditatorial português, nomeadamente por intermédio da instituição que organiza e financia a actividade científica, consiste num actor vital nesse processo de consagração.

Embora revele novos territórios de investigação e de problematização para o arco temporal em apreço, a nossa proposta insere-se na lógica discursiva dos já mencionados trabalhos sobre a Junta para Ampliación de Estudios, o Fonds National de la Recherche Scientifique e a Rockefeller Foundation, assim como nos actuais estudos de História da Ciência aplicados ao Estado Novo – identificando investigadores nacionais em contacto com os meios académicos internacionais, a produção e exportação de conhecimento a partir das instituições científicas portuguesas ou a realização de congressos científicos internacionais em território nacional²⁵ –, não menosprezando agendas historiográficas centradas em *invisible technicians*²⁶, biografia dos objectos²⁷ e práticas colecionistas²⁸.

Fundamentalmente, porém, propomo-nos seguir o *rasto do dinheiro*, mais precisamente a recente tese de que o estudo do *dinheiro*, quando conduzido de modo aprofundado e despreconceituoso, pode mudar radicalmente a compreensão de episódios bem conhecidos da História da Ciência²⁹ – ideia que a confirmar-se para o tempo e espaço analisados, pelas teses defendidas, hipóteses formuladas e novas linhas de investigação historiográfica introduzidas, remeterá o presente trabalho, em última instância, para a condição de um estudo exploratório.

CRISE E INOVAÇÃO NAS ORIGENS DA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL

Continuidades científicas nas rupturas políticas

O eclodir da I Grande Guerra repercutiu-se profundamente na actividade científica internacional, nomeadamente pela mobilização da academia. A elevada dimensão científica e tecnológica deste conflito, se inicialmente não impediu um recrutamento geral, posteriormente suscitou o interesse das autoridades militares pelos especialistas, particularmente físicos, químicos, engenheiros, médicos, veterinários, geólogos e geógrafos. Associados ao mundo académico, enquanto docentes, investigadores e técnicos, destes especialistas se esperava que, a nível laboratorial, satisfizessem as exigências decorrentes da guerra³⁰.

Esta preponderância da ciência durante a conjuntura bélica e a consequente percepção da sua influência na redefinição da posição dos Estados no concerto internacional das Nações, no período do pós-guerra, impulsionará a criação de inúmeros organismos – usualmente estatais, embora não excluindo o financiamento privado – que visam planificar e promover a investigação científica dos respectivos países, coordenando-a com o desenvolvimento económico³¹.

Enquanto país beligerante, em Portugal regista-se um contínuo recrutamento em larga escala, com as consequentes repercussões no mundo académico, como sejam a mobilização de estudantes, assistentes e professores, e a escassez de verbas para financiar os laboratórios e institutos científicos universitários, comprometendo o seu desenvolvimento e actividade regular. Por outro lado, esporadicamente, as autoridades portuguesas recorriam aos estabelecimentos científicos para procurar solucionar questões relacionadas com a aeronáutica militar e o armamento, registando-se ainda o desenvolvimento de áreas do conhecimento como a Cirurgia e a Neurologia³².

O crescente reconhecimento da figura do cientista e do investigador, derivado da realidade descrita, associado às dificuldades experienciadas pela Universidade portuguesa no contexto da I Guerra Mundial, explica a reforma do ensino superior de 1918, a qual acentua as competências dos estabelecimentos universitários no domínio científico e propõe a criação de um organismo estatal que promova a investigação científica e a renovação pedagógica³³.

Nesse sentido, não será por acaso que Augusto Pires Celestino da Costa – membro de uma elite de professores cientistas formada em finais do século

Quadro 1 – Instituições de financiamento científico nacional de diversos países

País	Ano da criação	Instituição
Alemanha	1911	Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften
	1920	Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft
Bélgica	1920	Fondation Universitaire
	1928	Fonds National de la Recherche Scientifique
	1932	Fondation Francqui
Canadá	1916	National Research Council
Espanha	1907	Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas
EUA	1916	National Research Council
	1930	Caisse Nationale des Sciences
França	1933	Conseil Supérieur de la Recherche Scientifique
	1935	Caisse Nationale de la Recherche Scientifique
	1939	Centre National de la Recherche Scientifique
Inglaterra	1915	Department of Scientific and Industrial Research
Itália	1923	Consiglio Nazionale delle Ricerche
Portugal	1929	Junta de Educação Nacional

Adaptado de FITAS, 2012: 30.

XIX e inícios do século XX, e futuro presidente da JEN – visite pela primeira vez a Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas durante a guerra, concretamente em 1917, embora esta instituição já existisse desde 1907³⁴. Sedeada em Madrid, e à imagem do caso português, a ideia de criar uma Junta que promovesse a renovação científica e pedagógica em Espanha também surgiu num contexto de crise, consistindo numa das medidas tomadas pelo Estado para inverter o que, na época, se entendia ser o *atraso* científico e educativo da Espanha, justificativo da derrota militar infligida pelos EUA em 1898³⁵.

Configurando-se desde o início como o modelo de referência a adotar em Portugal, os intuítos e prática científica da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas serão divulgados por Celestino da Costa na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1918, em cujas conferências defende

ainda a imperiosa necessidade de criação de um organismo congénere em território nacional³⁶.

Sucessivamente adiada, esta instituição somente será criada em 1929, o que deixa antever a existência de continuidades científicas na alternância dos regimes políticos – da I República para a Ditadura Militar e para o Estado Novo³⁷. Mais interessante será verificar como a continuidade em causa não consiste na *mera* permanência de uma realidade previamente existente, significando a criação da JEN pela Ditadura Militar, e a sua posterior manutenção pelo Estado Novo, a concretização de uma aspiração da I República.

Neste período, entre as tentativas para criar uma instituição semelhante à Junta para Ampliación de Estudios destacam-se as protagonizadas pela Sociedade de Estudos Pedagógicos, por Luís Robertes Simões Raposo, por João Camoesas e, finalmente, por António Sérgio.

Em 1919, no seio da Sociedade de Estudos Pedagógicos reflecte-se sobre a criação de uma Junta de Ampliação dos Estudos em Portugal, que deveria instituir o pensionato no estrangeiro e assegurar a reintegração dos bolseiros regressados em instituições científicas nacionais. A principal diferença entre a espanhola Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas e a Junta de Ampliação dos Estudos em Portugal residiria no modelo de financiamento, defendendo os seus promotores a captação exclusiva de capitais privados, que lhes permitisse conservar a autonomia administrativa e a independência pedagógica³⁸.

Fracassado este projecto, que envolvia, entre outros, Celestino da Costa e António Sérgio, sucede-lhe em 1921 a dinamização de uma Junta de Educação. Sobre esta instituição referir-se-ia ulteriormente Simões Raposo – quando da tomada de posse dos membros da JEN – nos seguintes termos:

«Em 1921 eu tive a honra de promover a fundação da Junta de Educação, instituição particular, mais tarde oficialmente reconhecida de utilidade pública pelo decreto 10.074, publicado no Diário do Governo n.º 202, I série de 6 de Setembro de 1924, que se destinava a efectuar a obra que hoje se inicia.

Agostinho de Campos, Alfredo Bensaúde, Aníbal Bettencourt, António Sérgio, Celestino da Costa, Faria de Vasconcelos, Francisco Gentil, Jaime Cortesão, José de Magalhães, Marques Leitão e Sá Oliveira, foram dos mais entusiastas organizadores dessa instituição, cuja vida efémera permitiu, ao menos, o detalhado estudo dos problemas de que nos vamos ocupar»³⁹.

Sem possibilidade de o comprovar, estar-se-ia Simões Raposo provavelmente a referir a algumas das ideias que ele próprio havia publicamente defendido nos

anos vinte e que, como verificaremos, conjugando-se com as teses de Celestino da Costa sobre as necessidades da investigação científica em Portugal, determinariam grandemente a política da JEN. Referimo-nos à interconexão entre ensino superior e investigação, à defesa da especialização do professor/investigador nos centros de estudo internacionais de nomeada, à necessidade em implementar um serviço de pensionato que permitisse essa especialização e à articulação entre a concessão destas bolsas com a formação dos candidatos, a sua experiência científica, o domínio da língua do país de destino, o plano de trabalho apresentado e a utilidade dos estudos para a conjuntura científica e económica nacional. Por fim, ainda de acordo com as ideias publicamente veiculadas por Simões Raposo na década de vinte, os problemas de que a JEN se iria ocupar – e que teriam sido estudados pela Junta de Educação – consistiriam também na necessidade de garantir condições indispensáveis ao enquadramento dos bolseiros regressados, por forma a rentabilizar os conhecimentos adquiridos e a estimular a actividade das instituições nacionais⁴⁰.

Inconsequente nos propósitos a atingir, a Junta de Educação será sucedida, em 1923, de uma nova tentativa em criar uma instituição semelhante à Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas. O seu protagonista será João Camoesas, que enquanto ministro da Instrução Pública, a 21 de Junho, apresenta à discussão na Câmara dos Deputados o *Estatuto de Educação Nacional*. Elaborado com o auxílio de intelectuais associados à revista *Seara Nova*, com destaque para Faria de Vasconcelos, este documento, entre outras medidas, contempla a criação de uma Junta Nacional de Fomento das Actividades Sociais e Investigações Científicas⁴¹.

Esta instituição, a quem foram reconhecidas como atribuições a criação de centros de estudo, o apoio a trabalhos científicos e o financiamento de instituições de índole científica, deveria reunir professores, investigadores e representantes das associações científicas nacionais, sendo financiada pelo orçamento anual do Estado e por intermédio das cotas pagas pelos seus membros. Apesar do debate público suscitado, o projecto de criar a Junta Nacional de Fomento das Actividades Sociais e Investigações Científicas também não se concretiza, neste caso motivado pela queda do executivo poucos dias volvidos sobre a sua apresentação na Câmara dos Deputados⁴².

Apoiante desta tentativa de reforma, António Sérgio, durante os dois meses em que ocupa a pasta da Instrução Pública – entre 18 de Dezembro de 1923 e 28 de Fevereiro de 1924 – apresenta no Parlamento um projecto de diploma de criação de uma Junta de Orientação dos Estudos. Coadjuvado pelo seu chefe de gabinete, Simões Raposo, António Sérgio atribui à Junta de Orientação dos Estudos as seguintes competências: organizar e fiscalizar um serviço de bolsas

de estudo, promover a colocação dos ex-bolseiros segundo as habilitações obtidas, subsidiar a investigação científica e a publicação dos respectivos resultados, fundar, manter ou auxiliar centros de estudo, fundar e dirigir escolas experimentais em todos os graus de ensino, excepto o superior, fundar e dirigir museus pedagógicos, e representar ao governo, de sua própria iniciativa, sobre assuntos de instrução⁴³.

Para a desejada renovação científica e pedagógica nacional, a Junta de Orientação dos Estudos previa uma acção não *enfeudada* às estruturas existentes, não intervindo directamente no sistema de ensino em funcionamento e devendo a sua direcção ser independente em relação às universidades ou a outros estabelecimentos de ensino superior⁴⁴. A possibilidade de criar um sistema de ensino paralelo, concorrencial com o existente, terá determinado o fracasso do projecto apresentado⁴⁵. Não obstante, assim não o entendeu António Sérgio, que em nota a uma conferência realizada em Coimbra em 1926 declarou:

«Fui ministro da Instrução em 1923 (apesar do meu asco às funções de poder – de poder real ou fictício) unicamente para fundar a Junta a que me refiro nesta conferência. Publiquei o decreto que a instituía, e ao mesmo tempo apresentei ao Parlamento uma proposta de lei que criava as receitas indispensáveis ao funcionamento da mesma Junta. Como o Parlamento, porém, entretido em questõeszinhas verdadeiramente reles, não chegou a discutir a proposta, não nomeei o pessoal que constituiria a Junta (seria inútil), e assim a iniciativa resultou improfícua, ou, antes, apenas profícua como propaganda da ideia»⁴⁶.

Como destacado, a apregoada propaganda da ideia culminará na efectivação do projecto em plena Ditadura Militar. Seguindo a orientação de Duarte Pacheco – que em 1928, enquanto ministro da Instrução Pública, nomeia uma comissão de estudo que prepara um projecto preliminar, posteriormente melhorado por Simões Raposo, Celestino da Costa e José Beleza dos Santos –, o seu sucessor na pasta da Instrução, Gustavo Cordeiro Ramos, promulga o decreto n.º 16 381, de 16 de Janeiro de 1929, pelo qual é criada a Junta de Educação Nacional⁴⁷.

Embora desagrade ao então exilado António Sérgio, nomeadamente por alguns dos membros que compõem os seus quadros – como seja o integralista Manuel Múrias⁴⁸ –, a Junta de Educação Nacional inspira-se na Junta de Orientação dos Estudos e adopta fundamentalmente o modelo de funcionamento de duas instituições internacionais conhecidas dos seus dirigentes: a espanhola Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, e o Fonds National de la Recherche Scientifique, instituição belga criada em 1928 que, como verificaremos, permitirá a Celestino da Costa delinear o modelo de

bolsas de estudo internas a conceder pela JEN⁴⁹.

Interessante verificar, no seguimento da ideia inicialmente colocada, como o início de actividade da JEN corresponde ao período da Grande Depressão, em que a realidade portuguesa é confrontada com fortes dificuldades, quer financeiras quer políticas, sendo o governo alvo de uma contestação generalizada, particularmente no sector académico. Deste modo, eventualmente como tentativa de apaziguamento dessa mesma contestação a nível universitário, assiste-se à implementação desta instituição inovadora à escala nacional, permitindo ao Estado português, pela primeira vez, dispor de um organismo que planeie a organização e o desenvolvimento da investigação científica em território nacional⁵⁰.

Organização, orientação e recursos da Junta de Educação Nacional: uma (des)agradável surpresa

De acordo com o seu decreto fundador, a composição da JEN, mencionada no seu segundo artigo, é a seguinte:

«A Junta compor-se-á de vinte e um vogais, um primeiro secretário e um segundo secretário, sendo quinze desses vogais escolhidos entre os professores e assistentes das três Universidades da República, cinco por cada Universidade, e os restantes entre professores extra universitários, membros de corporações científicas, ou publicistas notáveis, constituindo os vogais de Coimbra e Porto delegações da Junta nestas cidades respectivamente, devendo também a Escola Superior Colonial ter representação na Junta»⁵¹.

A direcção efectiva da Junta era garantida por uma Comissão Executiva que, de acordo com o mesmo diploma, era composta pelo presidente, dois vice-presidentes, dois presidentes respectivamente das delegações de Coimbra e do Porto, e dois secretários⁵².

Quadro 2 – Orgânica da Junta de Educação Nacional (Fevereiro de 1929)

Assembleia Geral	UC	UL	UP	Outros	Comissão Executiva
Ferrand Almeida	FL				
José Beleza dos Santos	FD				Presidente da delegação de Coimbra
L. Cabral de Moncada	FD				
Maximino Correia	FM				
Luís Wittnich Carrisso	FC				
J. Matos Romão		FL			
Manuel Paulo Mereia		FD			
A. Celestino da Costa		FM			Vice-presidente (Ciências)
Marck Athias		FM			
A. Pereira Forjaz		FC			
J. Pires de Lima			FM		Presidente da delegação do Porto
A. Mendes Correia			FC		
Alexandre S. Pinto			FC		
Rodrigo S. Beires			FC		
Manuel A. Pinto			FF		
Agostinho de Azevedo Campos				Ex-director do Ensino Secundário e Superior	Vice-presidente (Letras)
A. Mira Fernandes				IST	
Gago Coutinho				Academia das Ciências	Presidente
Joaquim Bensaúde				Publicista	
José P. Rebelo				Publicista	
L. Sampaio e Melo				Escola Superior Colonial	
L. Simões Raposo				FMUL	1.º secretário
Manuel Múrias				Publicista	2.º secretário

Segundo a historiografia mais recente, o primeiro presidente da JEN – contra-almirante Carlos Viegas Gago Coutinho – marca a instituição apenas pelo prestígio científico granjeado junto da comunidade científica nacional e internacional, o que deriva fundamentalmente de ter concretizado, juntamente com Sacadura Cabral, a primeira travessia aérea do Atlântico sul⁵⁴. Esta constatação, por nós reafirmada, terá provavelmente consistido numa estratégia dos vogais e secretários da Junta – a quem incumbia eleger o presidente – para impedir ou, pelo menos, dificultar uma eventual tentativa de ingerência do poder político nos desígnios da instituição.

Nesta perspectiva, e face à ausência, na época, de um cientista português nobelizado, a eleição de uma individualidade com a notoriedade de Gago Coutinho assemelhar-se-ia à escolha de Santiago Ramón y Cajal para presidente da Junta para Ampliación de Estudios, cargo que ao ocupar desde 1907, no auge do seu prestígio – pela obtenção do prémio Nobel da Medicina ou Fisiologia em 1906 –, permite à instituição espanhola manter uma actividade nunca seriamente ameaçada pela interferência governamental⁵⁵.

No caso português, o receio de desvirtuamento dos propósitos da JEN é partilhado quer por António Sérgio, que no exílio, como já referimos, se opunha a nomeações governamentais como a de Manuel Múrias⁵⁶, quer entre os próprios vogais. Deste modo, ao descontentamento de Agostinho de Campos para com o facto de quinze vogais serem assistentes ou professores das universidades de Lisboa, Porto e Coimbra – quando pretendia que a JEN fosse independente dos estabelecimentos de ensino superior para permitir a renovação do mesmo⁵⁷ – somam-se as reservas de Marck Athias sobre as intenções de alguns dos seus pares no seio da Assembleia Geral.

Considerando a tese defendida ao longo da presente obra sobre o *modus operandi* da JEN, assente no mérito, e as suas implicações na investigação científica em Portugal (e no estrangeiro), sobressai que Marck Athias tenha posteriormente reconhecido que os seus receios iniciais se haviam revelado infundados⁵⁸. Na prática, esta evolução da posição de Marck Athias – justificativa da sua aceitação para presidir à Junta em 1931 – evidencia como, pelo menos até praticamente ao seu fim, a JEN manteve a *orientação* que os seus principais dirigentes, Celestino da Costa e Simões Raposo, lhe procuraram imprimir. Exemplificativa dessa *orientação* são as seguintes palavras publicadas por Simões Raposo em 1930.

«Não compete à Junta impor, ou fazer sequer a propaganda de uma determinada doutrina religiosa, científica, filosófica ou pedagógica. Ninguém lhe encomendou uma tal tarefa nem lhe seria fácil dar conta de um recado dessa natureza: os próprios membros da Junta, como os restantes portugueses, como os cidadãos de qualquer

País civilizado, não compartilharão certamente as mesmas opiniões e nem por absurdo se pode supor que pretendam infiltrar insidiosamente na sociedade que os rodeia uma certa ideia, com o intuito reservado de dominar as consciências.

O papel da Junta é muito diferente: fomentar a actividade intelectual, respeitando as tendências individuais; agitar no meio português as grandes correntes do pensamento que agrupam ou separam os homens cultos de todo o mundo, buscando pelo entrecostar das opiniões e por meio das controvérsias públicas, mantidas com elevação, a integração da sociedade portuguesa no movimento cultural contemporâneo, que não é evidentemente caracterizado pela harmonia mas pela livre discussão das ideias»⁵⁹.

Distinta da *política do espírito*, como foi recentemente defendido⁶⁰, e simultaneamente apartada de uma concepção de país de feição atlântica e deliberadamente alheado das questões continentais europeias – remetendo, portanto, para um Portugal distante das teses veiculadas pela historiografia política e das relações internacionais⁶¹ –, a JEN consiste numa instituição estatal que pretende *européizar* a ciência e a pedagogia em Portugal, não esquecendo a renovação económica. Nesse sentido, este organismo, que se encontra instalado num gabinete do Ministério da Instrução Pública⁶², ao qual pertence, preconiza um conjunto articulado de práticas que podem resumir-se do seguinte modo:

«...promover e auxiliar por todos os modos a investigação científica, ...organizar bolsas de estudo no país e no estrangeiro, ...velar pela colocação dos antigos bolseiros, o intercâmbio intelectual e a expansão da língua portuguesa no estrangeiro, estabelecer escolas de ensaio pedagógico, subsidiar publicações científicas, promover a melhoria progressiva da educação nacional e, desde 1931, o aperfeiçoamento artístico»⁶³.

Esta actividade aparece retratada no Gráfico 1, que cobre os pouco mais de sete anos de funcionamento da JEN, onde se verifica que a maior parcela do seu orçamento era consumida no pagamento das bolsas de estudo no estrangeiro para, a partir de 1933, os “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual” ocuparem o segundo lugar nos gastos contabilizados.

Em termos absolutos, e no entender dos dirigentes da JEN, os valores que subjazem ao Gráfico 1 constituem recursos exíguos, não se coadunando com a vastidão do programa da instituição⁶⁴. A esse propósito, se em 1930 Simões Raposo refere que a Junta para Ampliación de Estudios possui verbas relativamente avultadas e sempre crescentes⁶⁵, o seu sucessor, Francisco de Paula Leite Pinto, afirma que o Estado espanhol, em 1933, havia atribuído àquela instituição

3.649.721 pesetas, o equivalente a 10.041.587 escudos, quando a JEN dispunha somente de 1.923.879 escudos de orçamento⁶⁶.

Numa primeira análise, esta disparidade de recursos, amplificada pelas doações de privados à Junta para Ampliación de Estudios, justifica as sistemáticas lamentações dos dirigentes da JEN, contribuindo simultaneamente para explicar as mais recentes interpretações sobre as capacidades financeiras e actividade das duas instituições⁶⁷. Sobre a Junta espanhola, e a título meramente exemplificativo, atenda-se à seguinte descrição das suas dotações orçamentais:

«La Junta fue una institución *privilegiada*, puesto que a su amplia independencia administrativa se añadió un régimen económico nada desdeñable ni por la cuantía de sus fondos ni por la liberalidad con que se administró. En cifras absolutas, el presupuesto de la JAE no resultaba espectacular, pero sí generoso en comparación con las dotaciones de las enseñanzas universitarias. [...]

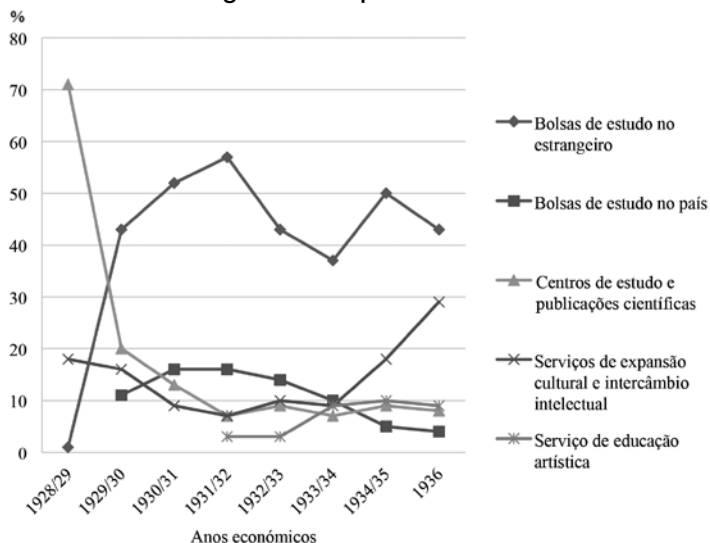
La llegada de la República no hizo sino mejorar la situación, con especial relevancia en el terreno económico. En una época de recortes presupuestarios, la Junta vio crecer considerablemente, hasta doblar, sus dotaciones económicas»⁶⁸.

Em contraste, e (quase) unanimemente, a historiografia portuguesa aponta a permanente escassez, ou mesmo ausência, de investimento na investigação científica por parte do Estado ditatorial, particularmente do Estado Novo⁶⁹. Refira-se, no entanto, e sem pôr em causa a efectiva carência de recursos financeiros que os dirigentes da JEN continuamente lamentam, que uma análise comparada do valor dos orçamentos da JEN e da Junta para Ampliación de Estudios nos respectivos orçamentos gerais dos Estados português e espanhol complexifica a realidade usualmente sugerida.

Entre 1907 e 1933, durante a quase totalidade da existência da Junta para Ampliación de Estudios, o Estado espanhol atribuiu-lhe, em média, 0,05% do seu orçamento, recaindo sobre a JEN entre 1929 e 1936, portanto durante todo o período da sua vigência, uma dotação orçamental que representa, em média, 0,07% do orçamento geral do Estado português.

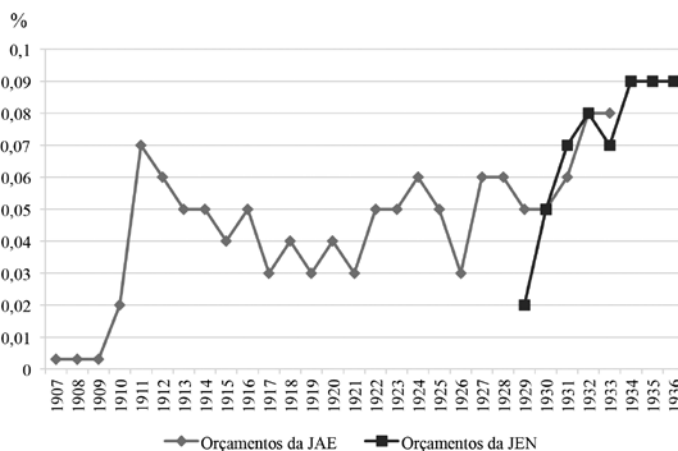
Numa análise de maior detalhe – e face às referidas teses de que a Segunda República espanhola (1931/36)⁷¹ duplicou as dotações orçamentais da Junta para Ampliación de Estudios, contrariamente ao Estado Novo português que continuamente apresentava falta de investimento no plano científico e tecnológico – verifica-se que entre 1931 e 1933 o orçamento da Junta para Ampliación de Estudios representou, em média, 0,07% do orçamento do Estado espanhol, alcançando mesmo os 0,08% em 1932 e em 1933. Não obstante, à posição inicial

Gráfico 1 – Percentagem de despesa face à receita total da JEN



Fontes: gráfico elaborado com base nas “Contas da gerência” apresentadas em JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]. e http://purl.sgmf.pt/OE-1936/1/OE-1936_item1/index.html, consultado em 27/04/16.

Gráfico 2 – Orçamentos da JEN (1929/36) e da JAE (1907/33) em relação aos orçamentos dos Estados português e espanhol respectivamente



Fontes: JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]; <http://purl.sgmf.pt/repositorio/orcamentos/index.html>, consultado em 27/04/16; http://www.edaddeplata.org/tierra firme_jae/memoriasJAE/index.html, consultado em 01/05/16; COMÍN; DÍAZ, 2005: 944-946⁷⁰.

da Segunda República espanhola *respondeu* o Estado Novo, também nos seus primórdios, entre o ano económico de 1933/34 e 1936, com um financiamento da JEN que ininterruptamente representou 0,09% do orçamento geral do Estado português – valores nunca antes atingidos por qualquer uma das instituições em análise.

Serão estes escassos mas significativos recursos no cômputo das despesas gerais do Estado que permitirão à JEN contribuir para um assinalável desenvolvimento da investigação científica em Portugal e sua projecção internacional. Ironicamente, em sentido contrário aos interesses do poder central que a suportava, estes mesmos recursos permitirão à JEN desenvolver uma prática científica a que, já em 1931, lhe são reconhecidas as seguintes repercussões políticas:

«Mercê de elementos sérios que há na Junta e da acção do Simões Raposo e do Celestino [da Costa], a Junta fez até hoje uma obra que é bem visível e concorre mais para acabar a Ditadura presente e futuras irmãs do que tudo quanto há 5 anos se tem feito em matéria revolucionária & C.^a»⁷².

BOLSAS DE ESTUDO NO ESTRANGEIRO: A INFLUÊNCIA DO MODELO ESPANHOL

“Tereis de provar ao mundo que as inteligências peninsulares são tão capazes como quaisquer outras de ampliar o património intelectual”⁷³

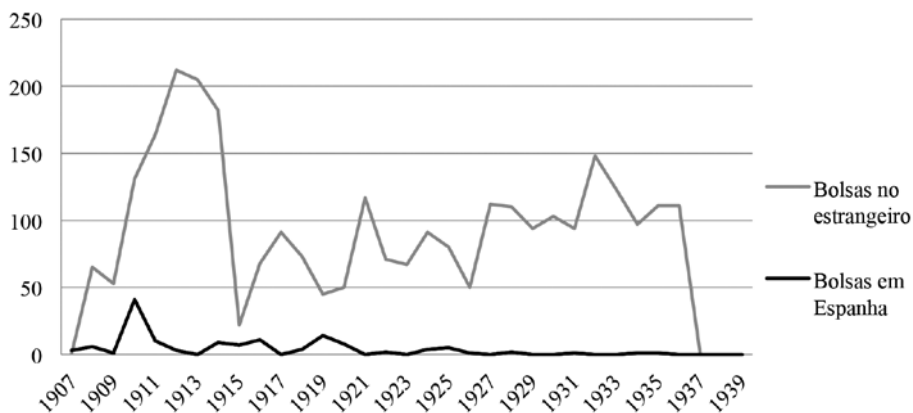
Em 23 de Fevereiro de 1929, no acto de posse dos vogais da JEN, o 1.º secretário declara: “o grande espírito de Cajal, saudando a criação da Junta, escreveu-me: tereis de provar ao mundo que as inteligências peninsulares são tão capazes como quaisquer outras de ampliar o património intelectual”⁷⁴. Para os dirigentes da JEN, particularmente Simões Raposo e Celestino da Costa, esta era uma realidade concretizável. Contudo, ao assumirem que Portugal se encontrava cientificamente menos desenvolvido do que outros países europeus, o contributo da nossa comunidade académica e científica na ampliação do património intelectual pressupunha inicialmente a sua actualização fora das fronteiras nacionais⁷⁵.

Comparativamente com a realidade espanhola do primeiro terço do século XX, a mesma perspectiva era partilhada por muitos dos seus intelectuais e cientistas, que consideravam a *europização* da ciência e pedagogia espanholas como condição imprescindível para o seu desenvolvimento. Deste modo se esperava que um país de débil tradição científica, caracterizada pelas suas descontinuidades, passasse de “importador a exportador de ciencia”⁷⁶.

Esta visão comum das realidades peninsulares explica a tendência de evolução semelhante das bolsas externas, comparativamente às internas, atribuídas pela Junta para Ampliación de Estudios e pela JEN. Em ambos os países são os apoios no estrangeiro que destacada e continuamente imperam no universo dos subsídios concedidos, assumindo mesmo no caso espanhol as bolsas internas (134) contornos praticamente residuais face ao total de bolsas externas (2941).

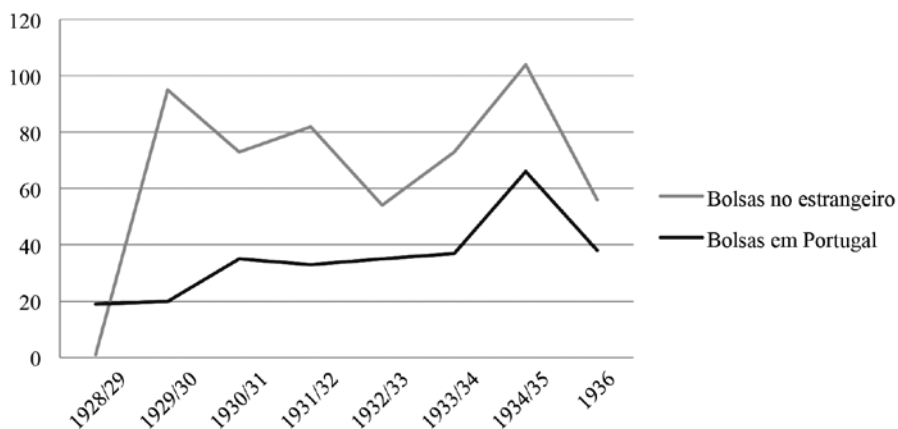
Globalmente verifica-se que a alternância dos regimes políticos exerce uma influência pouco profunda nesta evolução, não invertendo, numa perspectiva comparada entre apoios externos e internos, a sua dinâmica. Ao aumento do número de bolsas externas durante a Segunda República espanhola, não acompanhado do crescimento dos apoios internos, corresponde, em Portugal, um maior número daquelas bolsas a partir da institucionalização do Estado Novo. Em 1934/35 regista-se o valor mais elevado de sempre de bolsas no estrangeiro atribuídas pela JEN (104) e nos primeiros três meses de 1936 já o número destas bolsas (56) excede ligeiramente as concedidas no curso do ano económico de

Gráfico 3 – N.º de bolsas concedidas pela JAE (1907/39)



Fonte: AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, consultado em 19/11/14.

Gráfico 4 – N.º de bolsas concedidas pela JEN (1929/36)



Fontes: AIC. Processos individuais dos bolseiros; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁷⁷.

1932/33 (54)⁷⁸. Embora acompanhadas por um maior número de apoios internos, as bolsas externas nos primeiros anos do Estado Novo também foram sempre muito superiores àqueles.

Dois regimes políticos díspares como os enunciados, ao não motivarem flutuações acentuadas na tendência de evolução das bolsas concedidas pelas instituições analisadas, indiciam a complexidade das dinâmicas que resultam do cruzamento entre ciência e política. Fica assim *reduzida* à eclosão da I Guerra Mundial e da Guerra Civil espanhola os únicos momentos de profundas alterações, assistindo-se então a um recuo drástico das bolsas atribuídas no estrangeiro pela Junta para Ampliación de Estudios⁷⁹.

Características das bolsas externas de longa duração

Excluindo da presente análise a diversidade de apoios concedidos pelas duas Juntas, patenteada nos Gráficos 3 e 4, e cingindo-nos no caso português às bolsas de estudo de longa duração no estrangeiro, verificamos ser a capacidade de resposta da JEN muito superior no momento da sua renovação comparativamente às solicitações de bolsas novas.

Se as cento e noventa e sete renovações concedidas em duzentas e nove solicitações correspondem a 94,3% de respostas favoráveis, as cento e cinquenta e

Quadro 3 – Bolsas de longa duração no estrangeiro (JEN – 1929/36)

Ano económico	Bolsas novas solicitadas	Bolsas novas concedidas	N.º de prorrogações solicitadas	N.º de prorrogações concedidas
1928/29	3	1	0	0
1929/30	79	33	7	1
1930/31	133	32	28	27
1931/32	104	27	32	32
1932/33	56	9	27	29
1933/34	79	21	25	28
1934/35	91	20	66	56
1936	19	13	24	24
Total	564	156	209	197

Fontes: AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42; Processos individuais dos bolseiros. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁸⁰.

seis bolsas novas concedidas em quinhentos e sessenta e quatro pedidos significam somente 27,7% de resoluções deferidas. Esta constatação reflecte a política da instituição e a sua incapacidade em responder a uma prática científica real ou potencial que justifica o elevado número de pedidos de bolsas novas.

Face à exiguidade dos recursos disponíveis confere-se primazia à continuidade dos apoios já iniciados a investigadores que regularmente prestam provas do seu aproveitamento positivo – materializadas, entre outras manifestações, na publicação de investigações, na participação activa em congressos científicos internacionais ou na realização de doutoramentos – em detrimento da concessão de novas bolsas, sobre cujos candidatos recai a incerteza do seu rendimento⁸¹. Justificável, esta política limita o desenvolvimento exponencial de novos valores intelectuais e científicos.

Ao praticamente garantir a renovação das bolsas de estudo, fosse essa a vontade expressa pelos seus detentores, a Junta permitir-lhes-ia, em princípio, assegurar o prolongamento dos seus estágios no estrangeiro pelo tempo necessário à desejada renovação científica. Esta ideia, que como verificaremos apresenta uma complexidade superior ao exposto⁸², é aparentemente reafirmada pelos dados inscritos no Quadro 4, a partir do qual nos é possível discernir outras características das bolsas externas.

Quadro 4 – N.º de bolseiros externos de longa duração e características das suas bolsas (JEN – 1929/36)

Áreas do conhecimento	Bolseiros	Bolseiros com renovações	Bolseiros com duas ou mais renovações	Bolseiros que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras
Ciências	27	16	14	8
Direito	5	4	1	1
Engenharia	10	6	4	2
Engenharia agronómica	13	7	3	2
Farmácia	2	0	0	0
Letras	33	16	6	0
Medicina	44	27	12	1
Pedagogia	14	7	3	0
Total	148	83	43	14

Fontes: AIC. Processos individuais dos bolseiros; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁸³.

A distinção entre bolsas novas e renovadas, e a sua contabilização minuciosa, motiva a revisão do número de bolsas e dos seus detentores – se os bolseiros da JEN no estrangeiro, independentemente de terem ou não usufruído da bolsa concedida, consistem somente em cento e quarenta e oito, as suas bolsas ascendem a trezentas e cinquenta e três, valor grandemente motivado pelas referenciadas cento e noventa e sete renovações, às quais se juntam as cento e cinquenta e seis bolsas novas⁸⁴. Na prática, usualmente cada bolseiro obteve somente uma bolsa de estudo, a qual para mais de metade dos subsidiados (83) foi prorrogada. Destes, quarenta e três usufruíram de bolsas com duas ou mais renovações, indiciando um estágio mais prolongado.

Em termos de áreas do saber, consideradas com base na faculdade ou escola superior donde provinham os bolseiros⁸⁵, verifica-se que a Medicina é a mais apoiada (29,7%), seguida das Letras (22,3%) e das Ciências (18,2%), respectivamente. No respeitante aos bolseiros com renovações, são novamente os de Medicina que obtêm maior taxa de prorrogação (32,5%), seguidos *ex aequo* pelos provenientes das Letras (19,3%) e Ciências (19,3%). É também nestas três áreas de conhecimento que se encontra o maior número de bolseiros com duas ou mais renovações, agora encimados pelos oriundos das Ciências (32,6%), seguidos pelos de Medicina (28%) e das Letras (14%), respectivamente⁸⁶.

Em conformidade com estes últimos resultados encontram-se as oito dissertações de doutoramento defendidas pelos bolseiros de Ciências que, num universo de vinte e sete subsidiados, lhes permitem ocupar destacadamente, em termos absolutos e proporcionais (29,6%), o lugar cimeiro entre os que mais doutoramentos realizam nas universidades estrangeiras frequentadas. Embora uma análise comparativa sob esta perspectiva não possa ser concretizada com a actuação da Junta para Ampliación de Estudios, pelo facto de a historiografia espanhola não enfatizar os doutoramentos dos seus bolseiros em universidades estrangeiras⁸⁷, no caso português poder-se-á interpretar como revelador do estatuto conferido pelas três faculdades de Ciências. Ao não impor a prática da investigação, estas faculdades não formavam cientistas profissionais, isto é, pessoas habilitadas a fazer progredir o conhecimento científico, que procurariam nas universidades estrangeiras esse estatuto, conferido pela obtenção do grau de doutor⁸⁸.

A Europa além-Pirenéus consistia no espaço por excelência da desejada actualização científica, embora a Espanha e, do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos da América também tenham acolhido estágios. Os países cujas instituições científicas maior poder de atracção exerciam sobre os bolseiros portugueses eram a França, seguida da Alemanha e da Inglaterra. Esta

Quadro 5 – Distribuição de bolsas de longa duração por países
(JEN – 1929/36)

	Alemanha	Áustria	Bélgica	Dinamarca	Escócia	Espanha	EUA	França	Holanda	Inglaterra	Itália	Jugoslávia	Polónia	Suécia	Suíça
Ciências	24	1	2	0	0	8	0	41	0	25	1	0	0	0	2
Direito	2	0	1	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	6
Engenharia	11	0	1	0	0	0	0	14	0	3	0	0	0	0	2
Engenharia agronómica	4	0	0	0	2	2	3	6	0	11	2	0	0	2	0
Farmácia	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Letras	27	4	4	0	0	18	0	23	0	6	4	0	0	0	2
Medicina	35	8	10	0	0	5	2	38	0	9	13	5	1	0	5
Pedagogia	0	0	16	1	0	3	0	5	2	2	2	0	0	3	8
Total	104	13	34	1	2	36	5	130	2	58	22	5	1	5	25

Fontes: AIC. Processos individuais dos bolseiros; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁸⁹.

afirmação, ao remeter para a preponderância do nível científico dos países de destino, em detrimento do seu sistema político, conduz-nos à contestação da tese de que os bolseiros da Junta, mais do que resultante das suas decisões, estagiavam na Alemanha fundamentalmente pela orientação política do Estado Novo em geral e da JEN em particular, que incorporava nos seus quadros directivos muitas personalidades próximas daquele país, tanto nas esferas científica e cultural, como na política⁹⁰.

A Junta integrava efectivamente indivíduos de diversas correntes político-ideológicas na Comissão Executiva e na Assembleia Geral, onde se incluíam nacional-sindicalistas como Luís Cabral de Moncada⁹¹. Contudo, apesar de inter-relacionadas, nos termos colocados não são comparáveis as esferas científica, cultural e política, o que, no nosso entender, pressupõe não se dever comparar um vogal da JEN como Cabral de Moncada, por ser germanófilo, com Celestino da Costa, cuja admiração pela Alemanha reside grandemente no modelo da sua Universidade. É a conciliação que o sistema universitário alemão promove entre ensino e investigação que Celestino da Costa valoriza e,

enquanto dirigente da Junta, pretende disseminar no meio académico nacional. Por outro lado, no seu discurso não há indícios de qualquer simpatia para com o regime político vigente na Alemanha desde 1933⁹².

Na inexistência da sua biografia intelectual recorreremos à sua intervenção pública, quando peremptoriamente afirma:

«A Junta de Educação Nacional, cõscia da altíssima missão que lhe incumbe e que exclusivamente absorve as suas atenções..., é em absoluto alheia a quaisquer sistemas políticos, religiosos ou sociais. Se os seus vogais, os seus funcionários, os seus bolseiros têm ideias políticas, religiosas ou sociais... ignora-o. Das suas opiniões pessoais sobre assuntos que estão fora da sua alçada devem os vogais da Junta abstrair no exercício das funções desta... Nas raras e dolorosas situações em que embaraços de ordem política têm impedido ou atrasado a realização de deliberações da Junta, sempre esta tem posto claramente a questão a quem de direito, para que as entidades responsáveis da política da Nação estejam em condições de proceder como entendem, sem nunca a Junta abdicar da opinião fundamentada em razões técnicas e sem se deixar influenciar por preocupações que a outras autoridades legitimamente competem»⁹³.

Uma análise exaustiva dos pareceres que fundamentam a decisão final da Comissão Executiva sobre a atribuição de bolsas – quer sejam produzidos por Celestino da Costa ou Simões Raposo, outro dos principais envolvidos na sua elaboração, ou por qualquer outro membro da Junta – confirma as palavras proferidas publicamente pelo seu vice-presidente, sobressaindo dessa leitura um *ethos* científico por que se pauta a actuação da instituição e particularmente Celestino da Costa. Em última instância, é a investigação científica que deve ser promovida e nesse propósito a Junta é determinante, mas não determina. Naturalmente indagando os seus dirigentes sobre a adequação do local e competência do mestre indicado, como referido, essa escolha é em princípio da responsabilidade dos requerentes, os quais fazem depender a sua proposta fundamentalmente da qualidade e consagração reconhecida aos investigadores e instituições de acolhimento, e não à natureza do regime vigente⁹⁴.

Esta é a política que Celestino da Costa e outros dirigentes, como Simões Raposo e Marck Athias, aplicam na JEN. No caso da sua congénere espanhola, também a diversidade não condiciona necessariamente os propósitos da instituição. De acordo com López-Ocón, ao assumir o cargo de presidente no auge do seu prestígio científico e influência social, Ramón y Cajal procura que, apesar de na sua junta directiva haver representantes de diversas correntes ideológicas

e políticas, as decisões nos primeiros anos de funcionamento da Junta para Ampliación de Estudios se tomem por consenso, visando o fomento da investigação científica⁹⁵.

Deste *modus operandi* resulta uma distribuição geográfica dos bolsaios externos da JEN e da Junta para Ampliación de Estudios, por áreas do conhecimento, com notáveis semelhanças⁹⁶. A título exemplificativo considerem-se as Letras e a Medicina, cujos estágios ocorrem fundamentalmente na França e Alemanha. Sob o enquadramento da JEN, as bolsas de longa duração em Letras na Alemanha (27) e em França (23) destacam-se de qualquer outro país frequentado.

Se em Paris a Sorbonne impera, acolhendo dezoito bolsas (78,3%), na Alemanha a distribuição dos bolsaios portugueses é mais equilibrada por diversas universidades. Hamburgo regista doze bolsas (44,4%), Bona acolhe seis (22,2%), Berlim outras seis (22,2%) e na Universidade de Colónia registam-se três bolsas de estudo (11,1%). O destaque obtido pela Universidade de Hamburgo deve-se à atracção exercida por Fritz Krüger no Seminário Românico da Faculdade de Letras e por Giulio Panconcelli-Calzia no Laboratório de Fonética Experimental. Entre si, estes investigadores de renome internacional orientam todos os bolsaios portugueses em Hamburgo⁹⁷.

Nas instituições referidas, os bolsaios da JEN desenvolvem estudos de Filologia (Românica e Germânica), Literatura e, em menor escala, Fonética Experimental, Filosofia, Geografia e História, contribuindo para o seu desenvolvimento ou inclusivamente para a sua introdução em Portugal, como sucedeu no campo da Fonética Experimental⁹⁸.

Entre os bolsaios da Junta para Ampliación de Estudios, as prestigiadas universidades alemãs e os seus seminários atraem alguns dos mais proeminentes intelectuais e cientistas espanhóis do primeiro terço do século XX – como o filósofo José Ortega y Gasset, o arqueólogo Pere Bosch Gimpera ou o filólogo Tomás Navarro Tomás –, também influenciando fortemente o desenvolvimento da Filologia, Historiografia e Filosofia em Espanha, assim como a introdução de novas áreas do conhecimento, como seja a Fonética Experimental⁹⁹.

Estas similitudes no meio científico peninsular derivam, em parte, de os bolsaios portugueses e espanhóis regularmente frequentarem as mesmas instituições, estagiando com os mesmos orientadores. Assim se verifica na Universidade de Hamburgo, onde Tomás Navarro Tomás, um dos principais protagonistas da introdução da Fonética Experimental em Espanha, trabalha com Panconcelli-Calzia, em 1913¹⁰⁰. Já Fritz Krüger, que entre 1929 e 1935 recebe no seu Seminário Paiva Boléo, Oliveira Guimarães e Luís Silveira, também tem grande proximidade do país vizinho. Tendo trabalhado com Tomás Navarro

Tomás e outros filólogos espanhóis, como Ramón Menéndez Pidal e Américo Castro, recomenda ao Estado alemão, em 1922, o fortalecimento das relações culturais com a Espanha¹⁰¹.

Na Medicina, as bolsas de longa duração da JEN totalizam trinta e oito em França e trinta e cinco na Alemanha, valores muito superiores ao terceiro país mais frequentado, a Itália, com treze bolsas de estudo¹⁰². Aqueles são os países em que Celestino da Costa estagia em 1906/07 e será esse conhecimento do meio científico internacional que lhe permite, nesta área do conhecimento, influenciar as opções de alguns candidatos a bolsas de estudo. Se essa prática lhe era reconhecida para com investigadores estrangeiros, a quem recomendava os laboratórios internacionais onde deveriam estagiar, mais eficazmente a poderia exercer internamente, enquanto dirigente da instituição que em Portugal financiava a investigação científica¹⁰³.

Assim ocorreu com o médico João de Oliveira e Silva, o qual, após frequentar o Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, sob orientação do seu director, Celestino da Costa, se candidatou a um estágio com Remy Collin no Laboratório de Histologia da Faculdade de Medicina de Nancy. Mantendo uma relação de amizade com Celestino da Costa, Remy Collin era na época o mais reputado histologista europeu em histofisiologia hipofisária e foi resultante da carta que o vice-presidente da Junta lhe endereçou a propósito do estágio de Oliveira e Silva que o acolheu no seu laboratório, orientando-o na área da morfologia hipofisária¹⁰⁴. A mesma condição partilhava o histologista Pol Bouin, que integrando a rede de contactos pessoais de Celestino da Costa recebeu em 1930 no seu Instituto de Histologia, em Estrasburgo, os bolseiros António de Sousa Pereira e Álvaro António Pinheiro Rodrigues¹⁰⁵.

Exceptuando as Doenças infecciosas/Bacteriologia, onde ocorre o mesmo número de estágios nos países em análise, regista-se entre os bolseiros de longa duração da JEN uma evidente preferência pela França ou pela Alemanha conforme as áreas de especialização. Globalmente, a França atrai os investigadores para as especialidades de aplicação clínica, como sejam a Radiologia, a Cirurgia e as Análises clínicas. Já as instituições germânicas acolhem maioritariamente os bolseiros que pretendem desenvolver investigações nas áreas da Embriologia, Fisiologia, Anatomia patológica, e Neurologia e Psiquiatria.

Dentro das limitações inerentes a uma comparação desta natureza, podemos afirmar que os bolseiros da Junta para Ampliación de Estudios, na área da Medicina, revelam notórias semelhanças com os seus congéneres portugueses. Entre aquele grupo, a França e a Alemanha são também os dois países mais frequentados, sendo este último o destino preferencial. Na França privilegiam-se os estudos nas disciplinas de aplicação clínica e na Bacteriologia, o que,

Quadro 6 – Bolsas de longa duração na França e Alemanha por especialidades médicas (JEN – 1929/36)

	França	Alemanha
Análises clínicas	3	0
Anatomia/Anatomia comparada/ Antropologia	8	1
Anatomia patológica	4	11
Cirurgia	5	0
Doenças infecciosas/Bacteriologia	4	4
Embriologia	0	7
Fisiologia	0	2
Histologia	3	0
Neurologia e Psiquiatria	0	7
Radiologia	7	0
<i>Outros</i>	4	3
Total	38	35

Fontes: AIC. Processos individuais dos bolseiros; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]¹⁰⁶.

além da tradicional francofonia sentida em Espanha nos princípios do século passado, é entendido como o resultado do desenvolvimento da ciência francesa nestas áreas. Na mesma lógica interpretativa, a atracção das instituições científicas germânicas sobre os bolseiros da Junta para Ampliación de Estudios para estudos de Anatomia patológica, de Neurologia e Psiquiatria, assim como de Histologia, Embriologia e Fisiologia (90 bolsas na Alemanha e 41 em França) ou de Bacteriologia – que, ainda à imagem do caso português, apresenta o mesmo número de bolsas na França e na Alemanha (14) – derivou do desenvolvimento científico e do grande protagonismo que a ciência alemã alcançou desde o século XIX até às primeiras décadas do século XX¹⁰⁷.

Esta tese indicia a inserção dos bolseiros das Juntas peninsulares num movimento mais amplo de circulação de investigadores e conhecimento. A comprová-la encontram-se as palavras de Ben-David e Awraham Zloczower, quando afirmam que entre os inícios do século XIX e o advento do nazismo as universidades germânicas, por serem consideradas modelo, atraem cientistas e académicos de diversas proveniências geográficas. Entre estes encontram-se britânicos e norte-americanos, cuja formação se considera incompleta até estagiarem na Alemanha, sob a orientação de um proeminente professor¹⁰⁸.

Numa área de conhecimento distinta das referidas, mas fundamental para qualquer Estado, como é a Pedagogia, os itinerários dos bolseiros da JEN e da Junta para Ampliación de Estudios cruzam-se novamente. Embora em Espanha esta seja a área com maior número de bolsas (900) e de bolseiros (769), o que não ocorre em Portugal, onde é superada – no respeitante às bolsas de longa duração – pela Medicina, Ciências e Letras, os três países mais frequentados pelos bolseiros de ambas as Juntas são os mesmos: França, Bélgica e Suíça¹⁰⁹. À questão do idioma e da proximidade geográfica junta-se a presença de Ovide Decroly em Bruxelas e dos representantes da Educação Nova no Institut Jean-Jacques Rousseau, em Genebra. Estes motivos ajudam a explicar os estágios na Bélgica e Suíça dos bolseiros da JEN e da Junta para Ampliación de Estudios. Para estes últimos, foi mesmo o conhecimento prévio que pedagogos como Luis Álvarez Santullano e Manuel B. Cossío tinham da inovação educativa desenvolvida por Decroly em Bruxelas que os levou a estabelecer a Bélgica como país de passagem obrigatória nas primeiras viagens de docentes, organizadas pela Junta para Ampliación de Estudios, visando a renovação pedagógica em Espanha¹¹⁰.

Por fim, e atendendo exclusivamente ao caso português, será o interesse da Junta em proporcionar a actualização da comunidade científica nacional nos centros internacionais de nomeada que explicará, na área das Ciências, ser a França o destino preferencial (41 bolsas). É na sua capital que se encontra o Laboratório Curie e Marie Curie, sua directora, motivos suficientes para atrair três assistentes da Faculdade de Ciências de Lisboa que pretendem desenvolver estudos na área da radioactividade – Aurélio Marques da Silva, Branca Edmée Marques e Manuel Valadares¹¹¹. Usufruindo de dezasseis bolsas de estudo, estes três investigadores portugueses, à imagem dos outros bolseiros da JEN e da Junta para Ampliación de Estudios que frequentam universidades germânicas, convergem com a prática científica internacional, consistindo numa das vinte e cinco nacionalidades de cientistas que, atraídos pela sua celebridade e prestígio, estagiam no Laboratório Curie¹¹².

Crítérios de concessão de bolsas no estrangeiro ou “Os Progressos do Atraso”¹¹³

A criação da JEN em 1929, vinte e dois anos após o início dos trabalhos da Junta para Ampliación de Estudios, permitirá aos seus dirigentes beneficiar da experiência desta instituição, evitando algumas opções tomadas e aperfeiçoando a política de atribuição de bolsas de estudo.

A determinação dos temas: orientação sem imposição

Uma das primeiras opções da Junta para Ampliación de Estudios, e que era conhecida pela Junta portuguesa, particularmente pelo seu 1.º secretário, subjaz aos valores patenteados no Quadro 7.

Quadro 7 – N.º de bolsas solicitadas (Junta para Ampliación de Estudios – 1907/10)

Anos	Bolsas solicitadas
1907	206
1908	137
1909	74
1910	359

Adaptado de MARÍN ECED, 1990: 4.

A diminuição acentuada do número de bolsas solicitadas nos primeiros anos de funcionamento da Junta para Ampliación de Estudios – duzentos e seis pedidos em 1907, sucedidos de cento e trinta e sete em 1908 e de somente setenta e quatro em 1909 – foi interpretada como resultante do *tema fixo* imposto no Regulamento de 1907¹¹⁴. Este afastamento de potenciais requerentes, por desinteresse nos temas previamente definidos pela instituição financiadora, foi acompanhado de um outro problema igualmente grave. Embora não reflectido nos valores apresentados, a Junta para Ampliación de Estudios também o descreveu na sua *Memoria de 1910/11* e Simões Raposo transcreveu-o no 1.º Relatório de actividade da JEN: “...hubo muchos aspirantes que por conseguir la pensión afirmaron que deseaban estudiar una materia distinta de la que realmente era su vocación...”¹¹⁵.

Face a esta dupla limitação, e à sua superação com a aprovação de um novo Regulamento que permite em 1910 atingir valores até então impensáveis em Espanha¹¹⁶, a JEN decide:

«Preferir o sistema contrário não significa, porém, o abandono pela Junta da sua função orientadora; deixando aos concorrentes a liberdade da elaboração do seu projecto de trabalho, não se perde a possibilidade de corrigi-lo, nem a de escolher um certo número de concorrentes, tendo em atenção as necessidades de um plano de execuções futuras, que a Junta elabore para seu próprio uso. Sem se fixarem temas para o trabalho dos bolseiros e aceitando as suas espontâneas sugestões, a Junta

pode colocar-se em posição intermédia às duas que indicamos: escolherá de entre os concorrentes certo número dos que, segundo a sua vocação, preferem os assuntos que a Junta indicaria; e concederá, ainda, algumas bolsas àqueles, de entre os restantes, que se proponham efectuar outros estudos de real vantagem»¹¹⁷.

Da opção tomada infere-se não existir por parte da JEN uma política de coordenação da actividade científica em Portugal, isto é, uma rígida planificação ou programação, donde resultará a ideia de uma acção marcada por uma “...forma algo casuísta de conduzir os assuntos, recusando a aplicação genérica de critérios definidos em conjunto”¹¹⁸. Esta tese não deve ser interpretada linearmente, na medida em que, embora não haja coordenação, da posição assumida pela JEN sobressai a existência de um plano ou, por outras palavras, de critérios para desenvolver a investigação científica.

Gizados fundamentalmente por Celestino da Costa, além de Simões Raposo e do vogal Rui Mayer, e aprovados pela Comissão Executiva e Assembleia Geral, os critérios a que aludimos consistirão na preferência pela investigação em áreas do conhecimento com menos tradição ou menores índices de desenvolvimento em Portugal, ideia que se articulará com outros vectores – a prioridade conferida às ciências puras seguida dos estudos em ciências aplicadas; o aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos de todos os graus de ensino; a defesa de planos de trabalho com temas limitados, concretos e cujos resultados a obter no estrangeiro possam ser posteriormente utilizados ou continuados no país; por fim, em associação com este critério mas não constituindo uma preocupação central, a promoção da aquisição de conhecimentos e técnicas para o aproveitamento económico da metrópole e colónias¹¹⁹.

Deste modo, o já verificado apoio mais significativo às disciplinas científicas e técnico-científicas em detrimento de outras áreas do saber, como o Direito, que não deixou de ser financiado, não foi ocasional, resultando da articulação destes critérios (latos) previamente definidos.

A título exemplificativo, e numa análise mais detalhada, verificamos como a conjugação dos princípios mencionados conduziu às seguintes resoluções: o apoio aos estudos em Física e Química, que Celestino da Costa defendeu em diversas ocasiões¹²⁰, deverá ser interpretado como a assunção das ciências fundamentais enquanto áreas prioritárias e, simultaneamente, como áreas a subsidiar na presunção que o seu fortalecimento potenciará o desenvolvimento das ciências aplicadas¹²¹. Atendamos que Celestino da Costa conhece o funcionamento das instituições científicas e culturais belgas, particularmente do Fonds National de la Recherche Scientifique, cuja criação está intimamente associada ao discurso do rei Alberto I a 1 de Outubro de 1927, no qual acentua

que a ciência pura é a condição indispensável da ciência aplicada¹²². Escudados nesta linha interpretativa, compreenderemos a importância conferida pela JEN às disciplinas científicas e técnico-científicas.

Contudo, o mesmo Celestino da Costa encontrava diferenças entre a Física e a Química em Portugal, julgando esta última como uma disciplina com maiores tradições e, globalmente, com melhores instalações nas faculdades de Ciências¹²³, o que, de acordo com o primeiro critério por nós enunciado, pressuporia um maior apoio à Física. Uma análise conduzida nesses termos, comparando o investimento da Junta nos laboratórios de Física (225.250\$00) com os subsídios aos laboratórios de Química (66.250\$00), revela-nos como aquele princípio efectivamente imperou¹²⁴.

O mesmo critério foi fundamental nas resoluções tomadas sobre pedidos de apoios para outras áreas do conhecimento. No Direito registaram-se somente cinco bolsiros no estrangeiro, destacando-se Fernando Pereira da Silva que usufrui de seis bolsas (num total de treze), correspondendo a quarenta e oito meses de subsídio. Além do mérito por si revelado, este apoio prolongado deriva da sua área de estudo, a qual, pela escassez de especialistas em Portugal, se pretende desenvolver – o Direito Internacional¹²⁵.

Entre os bolsiros provenientes das faculdades de Letras imperou a mesma lógica. No universo de trinta e três bolsiros, a Junta financia quatro para investigar em Fonética Experimental – Armando de Lacerda, na Alemanha; José Joaquim de Oliveira Guimarães, na Espanha e Alemanha; Rodrigo de Sá Nogueira, em França e Espanha; e Armando Nobre de Gusmão, também em Espanha¹²⁶. Entre si, estes investigadores usufruem de onze bolsas, destacando-se Armando de Lacerda que, após a atribuição de uma bolsa por cinco vezes renovada, permanece trinta e dois meses em Hamburgo e Bona. Novamente o esforço da JEN em assegurar a presença destes investigadores no estrangeiro, particularmente Armando de Lacerda, deriva da necessidade de introduzir uma nova disciplina em Portugal¹²⁷.

Ainda dentro da mesma área do saber, e seguindo a aplicação do mesmo critério embora pela perspectiva inversa, verificamos que entre os candidatos provenientes das faculdades de Letras muitos requereram subsídios para estudos em História. Entre estes encontram-se Durval Pires de Lima, Olindo Pelayo e Francisco Morais, cujos requerimentos foram indeferidos, fundamentando-se a Junta na moção apresentada por Celestino da Costa e aprovada pela Comissão Executiva em 6 de Março de 1930:

«A Comissão Executiva entende que as bolsas para estudos históricos no país só excepcionalmente devem ser concedidas, atendendo a que esses estudos são já largamente cultivados entre nós e não entram no número dos que mais urgentemente ou

de preferência precisam de subsídio; mas não abdica do direito de subsidiar aqueles estudos históricos que, pela sua importância, ou outras circunstâncias especiais, exijam auxílio da Junta»¹²⁸.

Embora referente a investigações no país, esta resolução, juntamente com os casos de estudo atrás mencionados, evidencia como a probabilidade de obter uma bolsa varia na razão inversa ao grau de desenvolvimento em Portugal da área de conhecimento requerida.

Este factor conjuga-se com a necessidade de assegurar a continuidade ou aplicação interna dos estudos iniciados no estrangeiro, preocupação que Celestino da Costa, por iniciativa da Sociedade de Estudos Pedagógicos, expõe na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1934:

«Ao estabelecimento oficial ou privado onde trabalha o requerente pedem-se informações minuciosas para indagar da idoneidade deste e, sobretudo, se ele terá possibilidade de ser empregado na matéria que quer aprender. A este ponto liga a Junta cada vez mais importância. Não basta verificar que o candidato é pessoa de grande mérito, capaz de adquirir grande competência na sua especialidade. É necessário que tenha meios de aplicar no regresso o que aprendeu»¹²⁹.

Na prossecução deste objectivo, a Junta frequentemente concede bolsas no país aos ex-bolseiros externos e cria ou financia os laboratórios e centros de estudo nacionais donde provêm esses investigadores, podendo ainda indicar ao governo os cargos ou serviços onde melhor possam exercer-se as competências por si adquiridas¹³⁰. Se em diversas ocasiões o critério em análise determina a resolução da Comissão Executiva, sobrepondo-se inclusivamente a outros critérios, quando em confronto¹³¹, no respeitante à Pedagogia, a importância atribuída ao aperfeiçoamento dos seus métodos justifica os catorze bolseiros¹³², embora Simões Raposo reconheça as dificuldades na rentabilização interna dos mesmos.

«... mas não poderá resolver-se do mesmo modo o problema da colocação dos professores de ensino secundário, primário, infantil, profissional, etc., que haveria toda a vantagem em não fazer regressar aos seus primitivos lugares, onde não teriam, senão excepcionalmente, condições de acção profícua. Seria preferível agrupá-los em escolas dotadas de meios adequados e onde, sob a direcção da Junta, ou de delegados seus, se fizesse o ensaio preliminar da adaptação dos métodos pedagógicos aprendidos durante o estágio fora do país, e a respectiva comparação, em classes paralelas. A criação de escolas de ensaio exige, porém, recursos de que a Junta não

dispõe ainda e que é forçoso que venha a obter, pois que, de outro modo, se perderia, quase inteiramente, grande parte da sua acção»¹³³.

Inspirado nas soluções aplicadas em Espanha pela Junta para Ampliación de Estudios, nomeadamente pela fundação em 1918 do Instituto-Escuela de Madrid, enquanto centro de ensaio pedagógico, a criação em Portugal de escolas de ensaio, com a intervenção da JEN, *cingiu-se* ao Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica, instituição particular e de existência efémera. Agravado pelas reformas educativas de 1936, aquele facto poderá erradamente tender para a desvalorização da acção da Junta em matéria de renovação pedagógica, crendo-se *a priori* na inexistência de repercussões no sistema de ensino nacional¹³⁴.

Por fim, na selecção das áreas de conhecimento a financiar, atenda-se à defesa da aquisição de técnicas para o aproveitamento económico do país. De acordo com Simões Raposo, face à precária situação da indústria e agricultura urge a preparação técnica de engenheiros e agrónomos capazes de promover o seu progresso e a conseqüente melhoria da realidade económica portuguesa¹³⁵.

Na sequência desta intenção, na qual se denota a influência da política científica de países como a Bélgica – onde o Fonds National de la Recherche Scientifique defende o apoio à investigação científica como modo de promover o desenvolvimento industrial¹³⁶ –, em Dezembro de 1929 o 1.º secretário propõe que Alfredo Bensaúde e Rui Mayer organizem programas de bolsas fora do país para estudos técnicos de Engenharia e Engenharia agrónoma, respectivamente¹³⁷.

Reconhecendo, porém, que a complexidade do problema económico exige uma resposta coordenada, o 1.º secretário sustenta uma tese premonitória da realidade materializada quatro décadas mais tarde:

«Aliás, a preparação de técnicos directamente aproveitáveis pelos organismos económicos nacionais, para ser profícua terá de ser sujeita a um plano de fomento, traçado de antemão pelas instâncias competentes. Só então, de acordo com essas entidades, poderá a Junta ir promovendo a educação de especialistas que previamente se saiba que em determinada época deverão ser necessários. Ao espírito desordenado da improvisação convém opor a supremacia de um critério ponderado, minucioso e consciente»¹³⁸.

Independentemente da coordenação interministerial ser confiada somente a partir de 1967 à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica¹³⁹, a JEN concedeu bolsas no estrangeiro e no país a agrónomos, silvicultores e engenheiros, financiando instituições a que alguns desses técnicos estavam associados,

como sejam o Instituto Superior de Agronomia, a Estação Agrária Central e o Instituto Superior Técnico. As especializações financiadas – da física do solo, silvicultura, enologia, vinificação, fruticultura, rizicultura, genética de plantas e adubos químicos à aeronáutica, passando, entre outras, pelas comunicações telefónicas e radiotelegráficas, e pela electrotecnia –, assim como o facto de algumas destas especialidades terem sido recomendadas à Junta pelo Ministério da Agricultura, permitir-nos-á verificar que os projectos da JEN em matéria de renovação económica não permaneceram somente no plano intencional¹⁴⁰.

Para além do poder do presidente da República, general Óscar Carmona

Quando da abertura do concurso para concessão de bolsas, e como Celestino da Costa também revela publicamente em 1934¹⁴¹, inquire-se a idoneidade do candidato, aferindo-se as suas competências, o conhecimento da língua do país de destino e se eventualmente já realizou trabalhos na temática submetida a aprovação¹⁴². Excepcionalmente a Junta concedia bolsas por sua iniciativa ou a pedido de outras instituições, embora nestes casos mantivesse a preocupação em assegurar a idoneidade dos requerentes¹⁴³.

Apesar de tudo, como em qualquer instituição desta natureza, a Junta não era imune à possibilidade de influências pessoais interferirem no processo de atribuição de bolsas. A esse propósito, em 1933, Abel Salazar alertava Celestino da Costa que, no Porto, um candidato a uma bolsa em Bruxelas apregoava a sua convicção na obtenção da mesma, fundamentando-se para tal nas suas altas classificações de licenciatura e no apoio de duas personalidades que se destacavam no panorama científico e cultural português, embora não integrassem os quadros directivos da Junta: Francisco Gentil e Aquilino Ribeiro, seu tio¹⁴⁴. No âmbito da proposta que defendemos, mais importante do que a não concessão da bolsa é a justificação de Abel Salazar para o seu acto – a opinião que tem do *carácter* dos membros da Junta que conhece e, conseqüentemente, a descrença que aqueles critérios, particularmente a *influência*, determinem uma resolução favorável¹⁴⁵.

Reforçando esta consideração, dois anos antes, em 1931, a Comissão Executiva havia rejeitado a interferência do presidente da República, Óscar Carmona, a propósito do pedido de uma bolsa por parte de Fernanda de Matos Cunha. Sem pôr em causa as suas qualidades intelectuais, que a Junta posteriormente reconheceu ao conceder-lhe uma bolsa em Paris e Roma, em 1932/34, seguida de uma bolsa interna, aquando do seu primeiro pedido a resolução foi indeferida¹⁴⁶.

Fundamentada sobretudo na exiguidade da verba disponível e no facto de a candidata não explicitar o modo por que aplicará internamente os estudos

em Filologia, Literatura e Arqueologia Clássica que pretende desenvolver na Sorbonne, a decisão da JEN induzi-la-á a requerer a interferência de personalidades como o ministro das Finanças, o ministro da Instrução Pública, o presidente da JEN e, posteriormente, do presidente da República. As suas elevadas classificações – Fernanda de Matos Cunha apresenta uma licenciatura na Faculdade de Letras do Porto com dezanove valores –, os trabalhos prontos para publicação, as comunicações proferidas, nomeadamente no XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, e o facto de não possuir recursos financeiros que lhe permitam dedicar-se inteiramente à investigação serão, no seu entender, motivos justificativos de uma resolução em sentido contrário¹⁴⁷.

Atendido por Óscar Carmona, o seu pedido justificará o ofício que o secretário-geral da Presidência da República remete ao presidente da JEN, o qual, pela sua relevância, reproduzimos na íntegra.

«Sua Excelência o Senhor Presidente da República incumbiu-me de enviar a V. Ex.^a um requerimento que lhe foi dirigido pela Exm.^a Snr.^a D. Fernanda Pereira de Matos Cunha, aluna distintíssima da extinta Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e deu-me a honra de lhe transmitir por este ofício que vai junto, e que V. Ex.^a terá a bondade de ler com solicitude, a expressão da sua maior admiração pelos dotes intelectuais desta Senhora e pelo seu valor moral que profundamente respeita. V. Ex.^a se dignará notar que não pode haver penhor mais seguro do seu merecimento do que a sucessiva cumeada dos seus triunfos académicos e, mais expressivamente ainda, a noção rara da sua responsabilidade cultural que um ideal criou e um escrúpulo excepcionalmente forte cada vez mais exige.

V. Ex.^a verá, através do citado requerimento, o recorte nítido dum programa de estudos superiormente concebido, digno dum apreço invulgar, tão difícil é contrariar as tendências materiais da vida actual.

E esta Senhora reage, faz conferências, publica livros, prende-se de íntimo entusiasmo por determinada secção universitária que enriquece de subsídios científicos, dedicando-se simultaneamente ao estudo de outras secções, na justa sofreguidão de quem possui o sentido da ciência.

E esta Senhora que é pobre, em vez de abreviar o seu curso obedecendo a necessidades imediatas, alarga-o, demora-o, confunde-o com a própria vida.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República conhecedor ainda doutros elementos, além dos que constam do citado requerimento, dando detalhes seguros da vida laboriosa desta senhora, detalhes que atestam o valor do seu espírito e permitem antever os benefícios enormes que dele podem advir para o País, teria a mais viva satisfação, se fosse possível juntar ao esclarecido critério de V. Ex.^a e à sua valiosa interferência, todo o conjunto de condições necessárias à JUNTA DE EDUCAÇÃO

NACIONAL, altamente dirigida por V. Ex.^a, para deferir o requerimento desta Senhora, sendo-lhe concedida a Bolsa de Estudo que ela requer»¹⁴⁸.

Dando entrada na JEN a 11 de Setembro de 1931, este ofício e o requerimento que o acompanhava terão certamente suscitado discussão entre os membros da Comissão Executiva. Não sendo uma imposição, era uma primeira ingerência do poder político nos assuntos internos da instituição, antecedendo aquele que é considerado o primeiro grande embate entre os seus órgãos directivos e o governo, em 1934¹⁴⁹.

Menosprezando o teor do ofício, a Comissão Executiva, em sessão de 19 de Outubro de 1931, voltou a indeferir o pedido da candidata, invocando falta de verba. Na realidade, embora não tenham sido registados em acta os argumentos e discussões que este caso possa ter motivado, na mesma reunião a Junta renovou bolsas internas e externas, atribuiu subsídios extraordinários a bolseiros no estrangeiro que se especializavam, por exemplo, em Ciências, Engenharia e Engenharia agronómica, e fez regressar à situação de bolseiro no país um investigador então ausente de Portugal¹⁵⁰. No fundo, deparamo-nos com uma instituição estatal que, em plena Ditadura Militar, sobrepõe a sua autonomia ao parecer emitido em nome do chefe de Estado, general Óscar Carmona, aplicando os critérios subjacentes à sua política de concessão de bolsas de estudo¹⁵¹.

Seria este modo de actuação que induziria uma personalidade como Abel Salazar a considerar a Junta e os seus dirigentes, o que, como também se depreende pela argumentação de Celestino da Costa na Sociedade de Geografia¹⁵², derivaria ainda da ausência de condicionalismos políticos. Esta é uma realidade que se mantém até 1934/35, quando o endurecimento do Estado Novo, materializado nomeadamente na Lei n.º 1 901, de 21 de Maio de 1935, obriga o candidato Abílio Manuel Roseira a declarar, sob compromisso de honra, que não pertence nem jamais pertencerá a associações secretas. Professor do Liceu de Évora, Abílio Roseira vê-se assim compelido a assinar uma declaração política que lhe permita usufruir de uma bolsa de estudo na Escuela de Estudios Árabes de Madrid, em 1935¹⁵³. Já o Decreto-lei n.º 25 317, de 13 de Maio de 1935, justificará a interferência da polícia política na renovação da bolsa de António de Sousa Pereira. No seu caso, é a informação transmitida à JEN, em Março de 1936, de que nada consta politicamente contra si, que permitirá prolongar o seu estágio em Estrasburgo¹⁵⁴.

Atenda-se como nestes casos que antecedem a extinção da Junta, e onde a dimensão meritocrática é reduzida, não se exige apoio expresso ao novo regime, enfatizando-se a ausência de informações contra os bolseiros ou, numa outra perspectiva, uma posição não declaradamente oposicionista. Questão tanto

mais interessante, e eventualmente controversa, quando comparada com a concessão de bolsas no estrangeiro nos primórdios da I República, onde, a par da aplicação aos estudos e da escassez de recursos materiais dos candidatos, imperavam os “... assinalados serviços prestados à implantação da República”¹⁵⁵.

O que Celestino da Costa julgaria deste critério deduz-se das palavras que em Novembro de 1936, na Academia de Ciências, proferiu a propósito da perseguição sofrida pelos jesuítas-naturalistas nos alvares daquele regime, entendendo ter-se então privado o país de homens que eficazmente concorriam para o estudo sistemático da fauna e da flora nacionais, e cuja falta iria ser insuperável¹⁵⁶. Ou seja, o mesmo regime que expulsou cientistas de mérito, por serem jesuítas, concedeu bolsas de estudo a quem concorreu para a sua implantação, realidade modificada com a instituição do *fundo universitário de bolsas* em Março de 1911 – para subsidiar os alunos carenciados e de mérito, e enviar anualmente ao estrangeiro os recém-diplomados que tivessem concluído o curso com distinção – e com a inclusão de verbas nos orçamentos das faculdades para financiar viagens ou estágios científicos dos professores nas colónias ou no estrangeiro¹⁵⁷.

Não se limitando a evitar algumas das opções da Junta para Ampliación de Estudios, em 1929 os dirigentes da JEN implementaram uma orientação distinta da exercida nos alvares da I República, embora, como Celestino da Costa reconheceu, a incompreensão do Estado e a política a tenham reduzido tremendamente¹⁵⁸. Estar-se-ia a referir à suspensão das bolsas internas em 1934 por ordem do ministro da Instrução Pública¹⁵⁹ ou aos constrangimentos políticos sobre Abílio Roseira e António de Sousa Pereira ou, mais provavelmente, ao saneamento preventivo por que se regeu toda a actividade do sucessor da JEN – o Instituto para a Alta Cultura, que ao recurso generalizado às informações da polícia política juntou a obrigatoriedade, sob juramento, a todos os candidatos do repúdio formal do comunismo e da aceitação da ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933¹⁶⁰.

A integração dos bolseiros externos nas redes de comunicação científica internacionais

Carecendo de estudos aprofundados, no respeitante aos critérios de concessão de bolsas, para os períodos anterior e posterior à Junta, pelo exposto afigura-se-nos que no extenso intervalo temporal entre o advento da Ditadura Militar e o fim do Estado Novo – não introduzindo já os primórdios da “República Velha” – a JEN é, a nível estatal, um hiato onde globalmente o mérito é o factor determinante no processo de atribuição de bolsas de estudo, princípio que também

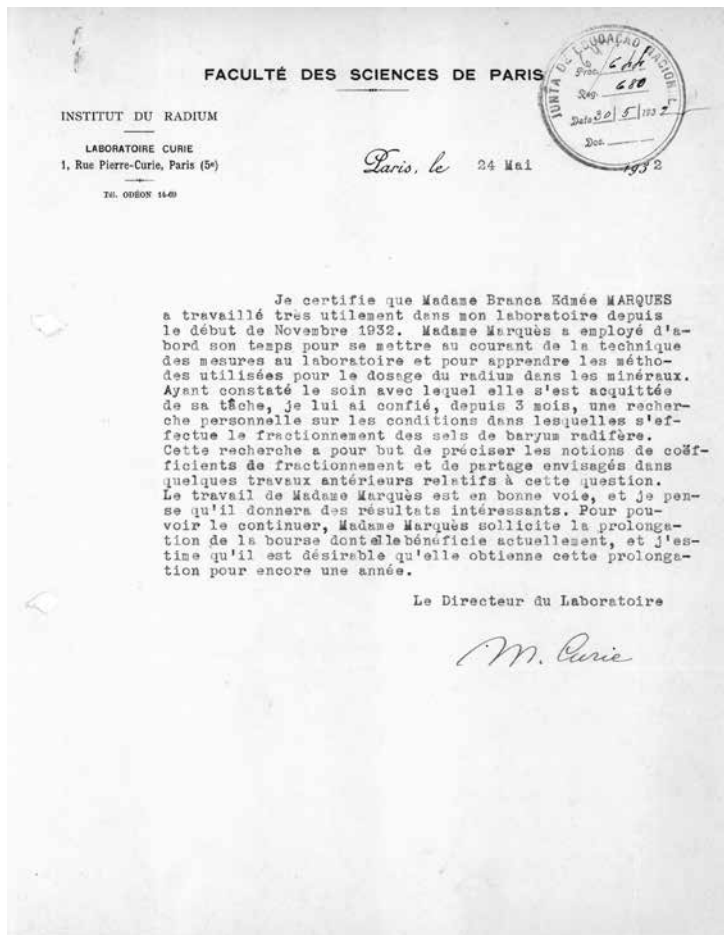


Figura 1 – Certificado de aproveitamento de Branca Edmée Marques no Institut du Radium de Paris.

Satisfazendo a exigência de Simões Raposo, a fim de se analisar o pedido de renovação de bolsa de Branca Marques no Institut du Radium de Paris, Marie Curie assina este certificado de aproveitamento em 24 de Maio de 1932, destacando as qualidades da bolseira e o trabalho por si realizado. Crédito do IC (AIC. Cx. 0407, Proc. 5, Doc. 24).

impera aquando das renovações.

A preocupação de que estes processos obedeam a critérios de produção e divulgação de conhecimento implica o envio, por parte dos bolseiros no estrangeiro, de relatórios trimestrais, aos quais se juntam formulários designados por *Resumo da Actividade*, onde anualmente se solicitam informações sobre os trabalhos publicados, as participações (activas) em reuniões científicas e as investigações em curso. As certidões dos centros de estudo onde decorrem os estágios e as missões de fiscalização ao estrangeiro, de que dirigentes como Marck Athias, Celestino da Costa, Rui Mayer ou Simões Raposo são incumbidos pela Comissão Executiva, constituirão os outros mecanismos ao dispor da Junta para controlar o trabalho desenvolvido pelos bolseiros e garantir o cumprimento do contratualizado¹⁶¹.

Na prática, verifica-se como a JEN exige dos bolseiros portugueses o que Santiago Ramón y Cajal institui na Junta para Ampliación de Estudios – a produção de conhecimento por parte dos investigadores subsidiados e a sua circulação entre os pares, mediante publicações em periódicos relevantes e uma presença activa nos congressos científicos internacionais¹⁶². Nesse sentido, no caso português, às especializações nos centros internacionais mais prestigiados junta-se um processo de formação extra-curricular – concretizado na frequência de museus, bibliotecas, arquivos, na realização de excursões ou na assistência a cursos e conferências, o que é facilitado pela permissão de deslocações até 300km de distância da instituição de acolhimento sem autorização da JEN – e, resultante deste percurso, a publicação de artigos em periódicos, a edição de monografias dos trabalhos dos bolseiros em editoras internacionais, a participação com apresentação de comunicações em congressos científicos internacionais ou, como já referenciamos, a realização de provas de doutoramento nas universidades frequentadas¹⁶³.

No respeitante à publicação de investigações em periódicos bastará analisar o percurso dos catorze bolseiros que se doutoram em universidades estrangeiras para verificarmos como essa se tornou, à imagem dos países cientificamente mais desenvolvidos, uma prática corrente¹⁶⁴.

Revelador do reconhecimento obtido por estes jovens doutorandos no meio científico internacional – os quais regularmente não partem para o estrangeiro nessa condição, confrontando a JEN com a possibilidade de realizar o doutoramento já no decorrer dos estágios – é o facto de muitas das publicações indicadas ocorrerem em coautoria com os orientadores. António Jorge Andrade de Gouveia publica dois artigos com R. A. Morton no *Journal of the Chemical Society*, em 1934; Arnaldo Peres de Carvalho publica um trabalho com Charles Dufraisse nos *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*, também

Quadro 8 – Periódicos internacionais em que publicam os bolseiros externos da JEN/(IAC) que se doutoram em universidades estrangeiras (1929/38)

Título do periódico	País	N.º de artigos publicados
<i>Anales de la Sociedad Española de Física y Química</i>	Espanha	3
<i>Annals of Applied Biology</i>	Inglaterra	1
<i>Biochemische Zeitschrift</i>	Alemanha	1
<i>Boletín de la Academia de Ciencias de Madrid</i>	Espanha	1
<i>China Law Review</i>	China	2
<i>Comptes Rendus de la Société de Biologie de Paris</i>	França	2
<i>Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris</i>	França	13
<i>Flugsport</i>	Alemanha	1
<i>Helvetica Physica Acta</i>	Suíça	1
<i>Journal de Chimie Physique</i>	França	5
<i>Journal de Physique et le Radium</i>	França	1
<i>Journal of Scientific Instruments</i>	Inglaterra	1
<i>Journal of the Chemical Society</i>	Inglaterra	2
<i>Klinische Wochenschrift</i>	Alemanha	1
<i>Nature</i>	Inglaterra	1
<i>Planta, Archiv für wissenschaftliche Botanik</i>	Alemanha	2
<i>Proceedings of the Royal Society of London</i>	Inglaterra	1
<i>Zeitschrift für Physik</i>	Alemanha	1

Cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38)¹⁶⁵.

em 1934; João Rodrigues de Almeida Santos, doutorando na Universidade de Manchester, publica um artigo em colaboração com J. West no *Journal of Scientific Instruments*, em 1933; Manuel Teles Antunes publica quatro trabalhos com Miguel A. Catalán, dois nos *Anales de la Sociedad Española de Física y Química*, em 1935 e 1936, um no *Boletín de la Academia de Ciencias de Madrid*, em 1936, e o outro no periódico *Zeitschrift für Physik*, também em 1936; por fim, refira-se que Flávio Ferreira Pinto Resende também publica em colaboração com o seu orientador de doutoramento, Emil Heitz, embora num periódico nacional, o *Boletim da Sociedade Broteriana*, o que ocorre em 1936¹⁶⁶.

Além dos trabalhos em coautoria com os orientadores, os doutorandos da JEN em universidades estrangeiras ainda publicam com outros membros da comunidade científica internacional. São os casos do engenheiro-agrônomo António Lopes Branquinho de Oliveira, cujo artigo publicado nos *Annals of Applied Biology*, em 1935, é produzido em colaboração com W. J. Dowson; Aurélio Marques da Silva, que publica um artigo com B. Grinberg no *Journal de Physique et le Radium*, em 1935; João Avelar Maia de Loureiro, chefe de laboratório dos Hospitais Civis de Lisboa, cuja intervenção no espaço público internacional, entre outras manifestações, inclui duas investigações publicadas em colaboração com René Wurmser nos *Comptes Rendus de la Société de Biologie de Paris*, em 1933 e 1934, uma outra com G. Ettisch no periódico *Biochemische Zeitschrift*, em 1933, e um artigo no *Journal de Chimie Physique* com a colaboração de P. Graber, em 1936; Manuel Valadares, que publica um artigo na *Helvetica Physica Acta* em colaboração com Eugène Wassmer e M. Patry, em 1930, e dois trabalhos com Salomon Rosenblum, em 1931 e 1932, nos *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*. Finalmente, atenda-se novamente a um outro doutorando de Física já referenciado: João Rodrigues de Almeida Santos, que além da referida publicação com J. West publica na consagrada *Nature*, com J. W. Illingworth, em 1934¹⁶⁷.

Não limitando a sua produção intelectual e científica à publicação de artigos em periódicos internacionais, diversos doutorandos publicam monografias em editoras estrangeiras. Inclui-se nesse grupo Fernando Correia Pereira da Silva, que após doutorar-se na Universidade de Genebra publica, em Paris, na editora A. Pedone, a obra *Commentaire théorique et pratique du Pacte de la Société des Nations et des statuts de l'Union panaméricaine*, em colaboração com Jesús María Yepes¹⁶⁸.

Parisiense é também a editora Hermann & C^{ie}, que publica pelo menos quatro obras de três dos doutorandos da JEN: *Transmutation des éléments par des particules accélérées artificiellement* (1935) de Manuel Valadares; *Problèmes de l'Hygiène Alimentaire* (1934) e *L'ivresse: physiologie de l'aliment excitant* (1935) de João Avelar Maia de Loureiro; e a comunicação que Aurélio Marques da Silva apresenta ao Congresso Internacional de Física, Química e Biologia, realizado em Paris, em 1937, intitulada “Matérialisation de l'énergie des rayons B”¹⁶⁹.

Pelo exposto verifica-se que os bolseiros em análise também integravam as redes internacionais de comunicação em ciência pela sua participação activa em congressos e conferências internacionais. Mais interessante ainda será verificar como essa participação, por vezes, ocorria após convite endereçado por algumas das mais consagradas personalidades científicas da época. Foi deste modo, a convite de Marie Curie, que Branca Edmée Marques proferiu, em 1933, uma conferência no Institut du Radium de Paris; que Aniceto Monteiro, a convite do presidente da Société Mathématique de France, Maurice Fréchet, proferiu

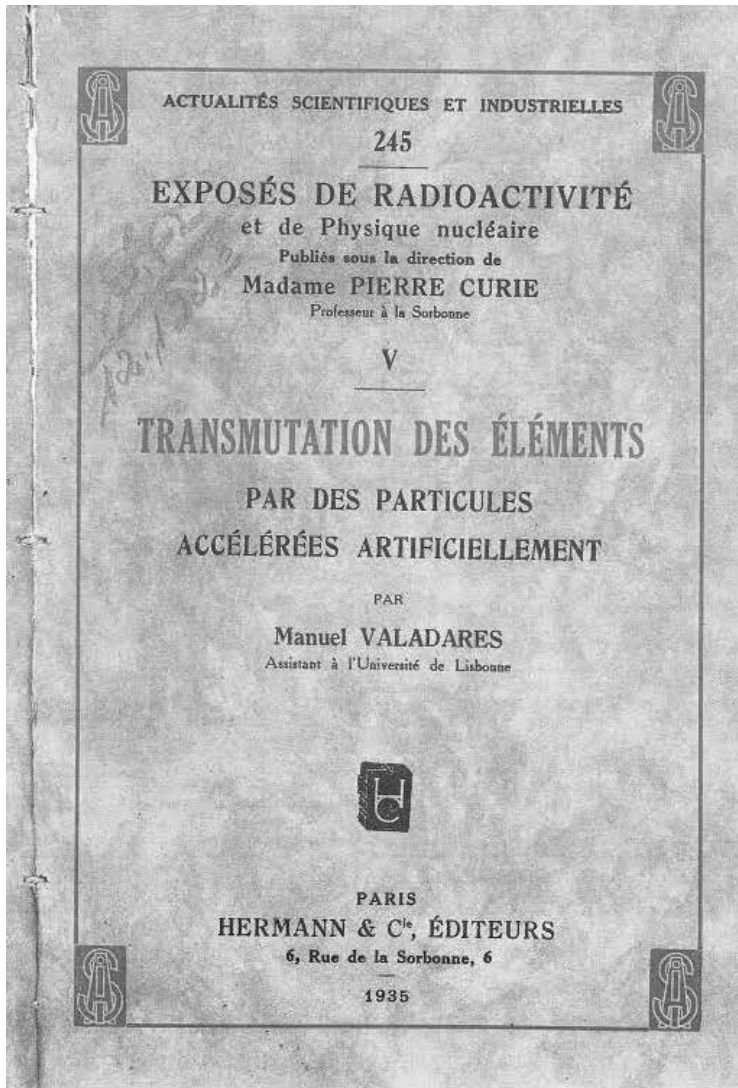


Figura 2 – Capa do livro *Transmutation des éléments par des particules accélérées artificiellement* (1935) de Manuel Valadares

Como as mencionadas obras de João Avelar Maia de Loureiro e de Aurélio Marques da Silva, o livro *Transmutation des éléments par des particules accélérées artificiellement*, de Manuel Valadares, integrou a prestigiada coleção Actualités Scientifiques et Industrielles, onde colaboraram nomes como Albert Einstein, Marie Curie e Niels Bohr¹⁷⁰. Crédito da BNP (VALADARES, 1935).

uma das suas duas comunicações naquela sociedade, em 1935; e que Aurélio Marques da Silva, a convite de Frédéric Joliot e em nome do Laboratório Curie, apresentou uma comunicação no Congresso Internacional de Física Nuclear, ocorrido em Zurique, em 1936¹⁷¹.

Outros bolseiros, como António Branquinho de Oliveira, Arnaldo Peres de Carvalho, Artur Varela Cid, Fernando Pereira da Silva, Joaquim Vieira Botelho da Costa e Manuel Teles Antunes, participam com apresentação de comunicações em reuniões científicas internacionais¹⁷². Contudo, o facto de o bolseiro português Aurélio Marques da Silva representar o Laboratório Curie no Congresso Internacional de Física Nuclear remete não apenas para a intervenção pública deste actor científico, mas inclusivamente para a sua consagração intelectual e científica. Nesta particularidade, outros doutorandos da Junta obtiveram diferentes manifestações do seu reconhecimento internacional. A título exemplificativo atenda-se tão-somente a João Maia de Loureiro, que em 1937, prestes a findar o seu prolongado estágio na Suíça, França, Inglaterra e EUA, é eleito membro da Honor Society of Hygiene (EUA) ou a Fernando Pereira da Silva, que na sequência do sucesso do seu doutoramento na Universidade de Genebra se torna *privat-docent* da sua Faculdade de Direito, cargo que ocupa entre 1931 e 1935¹⁷³.

Entre os bolseiros externos da Junta há ainda quem inicie o doutoramento em universidades estrangeiras, mas o conclua em Portugal, aproveitando a bolsa fora do país para também integrar as redes de comunicação científica internacionais. Neste grupo inclui-se, entre outros, Manuel de Paiva Boléo. A conclusão do doutoramento em 1937, na Faculdade de Letras de Coimbra, sucedeu a um estágio em Hamburgo entre 1929 e 1935, durante o qual o bolseiro da JEN e leitor de português na Universidade de Hamburgo publica um artigo no periódico germânico *Die Neueren Sprachen*, em 1932¹⁷⁴.

Embora com bolsas de estudo usualmente mais prolongadas do que as usufruídas por quem não propunha doutorar-se, será erróneo julgar-se limitada aos doutorandos a capacidade de intervir internacionalmente e de obter o reconhecimento dos pares estrangeiros. Na realidade, uma análise detalhada revela-nos que somente entre os bolseiros no campo da Pedagogia se regista uma repercussão fundamentalmente a nível interno da sua actualização internacional. Assim, se por um lado nenhum bolseiro beneficia dessa condição para se doutorar em Pedagogia numa universidade estrangeira, por outro lado, as publicações e comunicações em reuniões científicas resultantes desses estágios ocorrem (quase) exclusivamente em Portugal¹⁷⁵.

Na inexistência de estudos aprofundados para a JEN, a justificação da historiografia espanhola para a ténue projecção internacional da maioria dos bolseiros da Junta para *Ampliación de Estudios em Pedagogia* – atribuída ao seu baixo grau

de qualificação académica comparativamente aos demais – poderá ser transposta para a realidade portuguesa, onde o universo dos bolseiros naquela área também congrega sobretudo professores e inspectores do ensino infantil e primário¹⁷⁶.

Como referimos, exceptuando este grupo específico, registam-se inúmeros casos de outros bolseiros que, não sendo doutorandos, intervêm e são reconhecidos internacionalmente pelos seus pares. Evitando a apresentação de uma listagem exaustiva, considerem-se os seguintes investigadores provenientes de diversas áreas de formação: entre a comunidade médica começemos por Alberto Pereira de Carvalho, que entre 1929 e 1931 usufruiu de uma bolsa no Robert Koch-Institut, em Berlim, finda a qual publica dois trabalhos nos periódicos *Zeitschrift für Tuberk* (1932) e *Zeitschrift für Hygiene und Infektionskrankheiten* (1932), este último publicado pela prestigiada editora berlinense Springer¹⁷⁷.

Percurso relativamente semelhante apresenta o assistente de radiologia do IPO Manuel Raimundo Côrte-Real, cujo estágio de röntgenterapia no Institut du Radium de Paris, orientado por um dos mais destacados cientistas na área da investigação experimental do cancro com raios X, Claudius Regaud, culmina com a publicação de um artigo num periódico internacional – os *Archives de l'Institut du Radium de l'Université de Paris*¹⁷⁸.

Alberto da Silva e Sousa, por seu lado, é um médico assistente do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto, que possuindo os cursos de desenho, modelação e pintura da Escola de Belas Artes do Porto se dedica à modelação e moldagens anatómicas em Paris e Londres. Se após concluir o estágio de doze meses, e como era intuito do Instituto de Anatomia do Porto, montou nas suas instalações um laboratório de modelação e moldagens, enquanto se especializou a qualidade do seu trabalho foi reconhecida por modos distintos, mas complementares: modelou e moldou para o Musée des Colonies, a pedido do director do Laboratório de Antropologia da École des Hautes Études, Georges Papillault, bustos, dorsos, pés e mãos, recebendo do Ministério das Colónias de França uma gratificação; remodelou e reconstituiu o *atelier* de modelação do Laboratório de Anatomia Comparada da Sorbonne, a pedido do seu director, Raoul Anthony; executou para o Muséum National d'Histoire Naturelle, após pedido do mesmo professor, a modelação de diversas peças, inclusivamente raridades como era considerado um feto de rinoceronte; por fim, refira-se que proferiu uma conferência naquele museu a 28 de Janeiro de 1932, para a qual foi novamente convidado pelo professor Raoul Anthony. Versando sobre “Le progrès de l'anatomie comparée au Portugal”, esta comunicação foi posteriormente publicada no *Bulletin des Sciences Naturelles*¹⁷⁹.

Na área das Ciências, particularmente entre os investigadores formados em Ciências físico-químicas, encontram-se António Pereira Forjaz Pimentel e Herculano Amorim Ferreira. Durante os três meses de 1930 em que permaneceu na Inglaterra, Suíça, Alemanha, Bélgica e França, António Pereira Forjaz participou, em Liège, na X Conferência Internacional de Química, onde lhe foi reservado um lugar no Conselho, o que permitiu a Portugal estar pela primeira vez representado neste órgão, e apresentou duas comunicações ao X Congresso de Química Industrial, as quais foram publicadas pela Société de Chimie Industrielle de Paris¹⁸⁰.

Já Herculano Amorim Ferreira, que usufrui de duas bolsas em Londres, conclui a primeira publicando nos *Proceedings of the Royal Society of London*, em Fevereiro de 1932, o artigo “The Double Refraction of Quartz along the Optic Axis”¹⁸¹. Esta publicação facilita-lhe o acolhimento no segundo estágio, tendo-o o seu novo supervisor, George P. Thomson, recebido com referências elogiosas ao mencionado artigo. Iniciada em Fevereiro de 1933, nesta segunda bolsa de estudo Herculano Amorim Ferreira obtém o estatuto de professor visitante do Imperial College of Science and Technology, sendo também convidado pelo governo espanhol a proferir duas conferências na Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Madrid, em Janeiro de 1935¹⁸².

Ainda sob a perspectiva da importância das bolsas externas na integração da comunidade científica nacional nas redes internacionais, refira-se que estes dois estágios em Londres não beneficiam exclusivamente o seu detentor. Tendo contactado na capital britânica com Blas Cabrera, Amorim Ferreira foi por si convidado a visitar, em Madrid, o Laboratório de Investigações Físicas da JAE, de que Cabrera era director. Ao concretizar esse convite em Junho de 1932, quando o laboratório já havia sido substituído pelo Instituto Nacional de Física y Química, Amorim Ferreira solicitou que o instituto acolhesse um ou dois investigadores portugueses. À deferência desse pedido “...em termos cativantes” respondeu a JEN apostando em Manuel Teles Antunes, que na secção de Espectroscopia daquele instituto se distinguiu como o mais destacado colaborador de Miguel A. Catalán antes da Guerra Civil espanhola, doutorando-se em Janeiro de 1936¹⁸³.

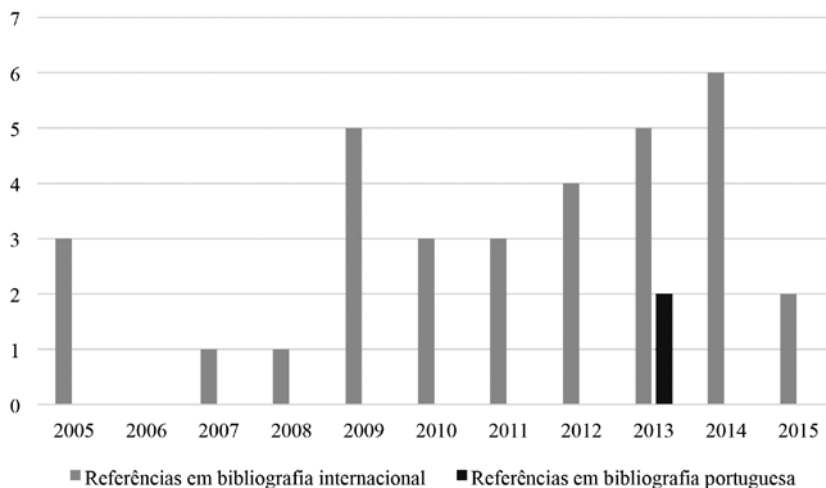
Mantendo o enfoque nos bolsiros provenientes das faculdades de Ciências, mas agora centrando-nos nos naturalistas, destaquemos Francisco da Ascensão Mendonça, cujos estudos sobre a flora angolana desenvolvidos em 1935 no Botanischer Garten Berlin e nos Royal Botanic Gardens, Kew permitem-lhe iniciar em 1937, em colaboração com Arthur Wallis Exell, naturalista dos Royal Botanic Gardens, Kew, a publicação da obra *Conspectus Florae Angolensis*¹⁸⁴.

Já os naturalistas do Museu Bocage Amélia Bacelar e Fernando Frade Viegas da Costa, que em 1930/31 estagiam durante cinco meses no Muséum

National d’Histoire Naturelle (Paris), no Natural History Museum (Londres) e no Zoologischer Garten Berlin, publicam três artigos no *Bulletin du Muséum National d’Histoire Naturelle de Paris*. A estes trabalhos publicados em parceria, em 1931, junta-se o convite endereçado a Fernando Frade Viegas da Costa, por parte do secretário-geral da Comissão Internacional para a Exploração Científica do Mar Mediterrâneo, para que em Paris participe nas suas sessões de 10 e 11 de Julho de 1931¹⁸⁵.

Na área da Engenharia agrónómica atendamos ao assistente do Instituto Superior de Agronomia e director da Estação de Experimentação Florestal do Pinheiro Bravo Francisco António dos Santos Hall. Em Novembro de 1933, a culminar o estágio no Forest Research Branch – United States Forest Service, publica no *Journal of Agricultural Research* em coautoria com o seu orientador, Francis X. Schumacher, o artigo “Logarithmic expression of timber tree volume”¹⁸⁶. Ainda actualmente aplicado, o modelo em causa consiste num dos primeiros utilizados para estimar o volume de árvores, o que justifica as inúmeras referências na mais recente literatura da especialidade, particularmente na internacional¹⁸⁷.

Gráfico 5 – Longevidade científica do artigo de Francisco dos Santos Hall e Francis X. Schumacher, de 1933



SCHUMACHER, Francis X.; HALL, Francisco dos Santos (1933), “Logarithmic expression of timber tree volume” in *Journal of Agricultural Research*, 47 (9), pp. 719-734. Fonte: a recolha de dados foi realizada com base no portal de pesquisa Google em 13/04/15¹⁸⁸.

As trinta e cinco referências que o “Estado da Arte” vota ao artigo de Schumacher e Santos Hall, onde se incluem trinta e três trabalhos publicados por editoras estrangeiras, estão disseminadas por monografias, periódicos, actas de reuniões científicas internacionais e dissertações académicas. São trabalhos provenientes de quatro continentes, com destaque para a Europa e América, mas onde também se incluem África – representada por dois artigos publicados no *International Journal of the Physical Sciences* (Lagos, Nigéria) e no *Ethiopian Journal of Environmental Studies and Management* (Bahir Dar, Etiópia) –, e a Oceânia, pela apresentação de uma dissertação de mestrado à Universidade de Canterbury, na Nova Zelândia¹⁸⁹.

Não se julguem confinadas, no entanto, as referências em causa a meras citações. Utilizado em alguns dos mais recentes trabalhos da especialidade, o logaritmo de Schumacher e Santos Hall permite aos seus autores surgirem nos *abstracts* de sete dos artigos científicos analisados e, inclusivamente, integrarem as palavras-chave e o título¹⁹⁰.

Face ao exposto, somos confrontados com a complexa natureza do Estado Novo e do próprio conceito de nacionalismo¹⁹¹. Longe de um conhecimento científico meramente ao *serviço da Nação*, o logaritmo de Santos Hall resulta do percurso público internacionalizado do seu autor e associa-se a um uso internacional. Nesta perspectiva, mais do que questionar a aplicação deste modelo na economia nacional do período entre guerras será perceber como a sua criação e utilização, sendo impulsionada por um Estado tradicionalmente entendido como defensor intransigente dos (supostos) interesses nacionais¹⁹², remete para uma ligação entre investigação científica e desenvolvimento económico à escala internacional.

Voltando o *focus* de análise para os bolseiros provenientes do Instituto Superior Técnico deparamo-nos, entre outros, com António da Silveira, que à imagem dos engenheiros que se doutoraram em universidades estrangeiras, como o já referido Arnaldo Peres de Carvalho, beneficia da sua bolsa em Paris para também publicar em coautoria num periódico internacional, no seu caso com Edmond Bauer e Michel Magat nos *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*¹⁹³.

Nas Letras, atentamos ao licenciado Armando de Lacerda, a quem os seus pares reconhecem importantes contributos na área da Fonética Experimental. O seu reconhecimento internacional enquanto bolseiro na Alemanha, materializado na nomeação para representante de Portugal na International Society of Experimental Phonetics ou na regência de um curso na Universidade de Bona, em 1932/33, contribui para que posteriormente, entre finais dos anos trinta e a década de cinquenta, atraia para o espaço público português membros

da comunidade científica internacional, que no Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra se especializam nos seus métodos de investigação¹⁹⁴.

Denotando tais qualidades, os bolseiros da JEN no estrangeiro alteram inclusivamente a imagem que, externamente, gozavam os professores portugueses. A esse propósito atente-se às palavras que o conselheiro da Embaixada brasileira em Paris, Ronald de Carvalho, terá proferido a Leite Pinto, após privar consigo e com outros bolseiros portugueses estagiando na capital francesa.

«Há alguns meses o Dr. Ronald de Carvalho pedia-me a indicação de um professor português para ensinar matemática a brasileiros de passagem; forma indirecta para me convidar a fazer tais lições.

Como os meus afazeres me não permitem novos encargos de trabalho, indiquei o Eng.º António da Silveira, bolseiro da Junta.

Semanas depois o Dr. Ronald de Carvalho confessava-me, sinceramente emocionado, que nunca supusera que Portugal possuísse professores tão competentes e pedia-me a indicação de outro para dar, também, lições de matemática superior a alguns oficiais das missões militares brasileiras. O que fiz, com idêntico sucesso. [...]

O Dr. Ronald de Carvalho por mais de uma vez me tem repetido que se penitencia da impressão que tinha da nossa mentalidade e que se envergonha d'algumas páginas pouco simpáticas para com ela que escreveu»¹⁹⁵.

Não se limitando a expressar um sentimento de arrependimento, o conselheiro da Embaixada brasileira em Paris apresenta mesmo uma proposta a Leite Pinto, evidenciando como as excelentes impressões suscitadas pelos bolseiros da JEN garantiriam a qualidade pretendida para o ensino superior brasileiro.

«Disse-me o Dr. Ronald de Carvalho que entre os intelectuais brasileiros existe manifesta má vontade contra os professores portugueses – que julgam simplesmente formados na velha escola da erudição – mas que se o Governo Português se compromettesse a enviar ao Brasil professores da categoria dos bolseiros da Junta em Paris ele se comprometia, por sua vez, em envidar esforços junto do Presidente Getúlio Vargas (de quem é Amigo pessoal e que várias vezes tem insistido com ele para lhe dar a sua colaboração quer no Governo quer como Secretário-Geral da Presidência da República) a favor da entrada de grande percentagem de professores portugueses nas Faculdades que o Governo brasileiro tem que criar»¹⁹⁶.

A Rockefeller Foundation e a JEN: o premiar da comunidade médica portuguesa

Criada em 1913, a Rockefeller Foundation tem obtido um reconhecimento generalizado das suas actividades transnacionais. Para a literatura internacional, essa percepção é fundamentalmente determinada pelo princípio que norteia a instituição – a promoção da investigação científica para benefício da humanidade. Entendido como o objectivo último da Rockefeller Foundation¹⁹⁷, este princípio associa-se à concepção apolítica da sua actividade.

Embora reconhecendo a importância do financiamento Rockefeller no desenvolvimento científico, Reinhard Siegmund-Schultze não perfiha a perspectiva enunciada, atribuindo a primazia inicialmente concedida à Medicina, Saúde Pública e Educação como uma estratégia política que, permitindo obter o reconhecimento da opinião pública, legítima, numa última instância, a actividade e legado do seu instituidor – John D. Rockefeller¹⁹⁸.

Não nos cabendo ajuizar a natureza das acções da Rockefeller Foundation, nem mesmo traçar o percurso da sua actividade em Portugal, incumbe-nos, no referente à cooperação com a JEN, destacar que as negociações estabelecidas desde 1932 entre os seus dirigentes, particularmente Celestino da Costa e Simões Raposo com Daniel O'Brien, se materializam no financiamento de instituições como o Instituto de Neurologia de Lisboa e na concessão de bolsas de estudo a seis médicos portugueses¹⁹⁹. Concedidos através da Junta, esses apoios contrariam a ideia de que as conversações mencionadas somente teriam efeito real, nomeadamente por intermédio de concessão de bolsas, nos anos do IAC²⁰⁰.

Quadro 9 – Bolsas de estudo da Rockefeller Foundation em colaboração com a JEN

Nome	Filiação científica	Bolsa da JEN	Bolsa da Rockefeller Foundation		
		Cidade/ instituição de destino: (ano)	Cidade/ instituição de destino: (ano)	Duração da bolsa	Idade do bolseiro
António de Sousa Pereira	Professor auxiliar da Faculdade de Medicina do Porto (1931)	Paris (1930); Estrasburgo (1930); Clínica de R. Leriche; Instituto de P. Bouin	Estrasburgo (1934/35): Clínica de R. Leriche	12m	30
João Avelar Maia de Loureiro	Assistente do IPO; chefe de Laboratório dos Hospitais Cíveis de Lisboa	Zurique (1932); Paris (1932); 1934/35); École des Hautes Études; Londres (1936)	Paris (1933): École des Hautes Études; Baltimore (1936/38): Johns Hopkins School of Hygiene and Public Health	39m	32
José Afonso Dias Guimarães	Professor auxiliar da Faculdade de Medicina do Porto (1931)	Bruxelas (1930): Institut de Physiologie Solvay	Londres (1934/35): National Institute for Medical Research	12m	34
Lídia Manso Preto	Assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa	–	Londres (1935): London Hospital	3m	?
Pedro M. de Almeida Lima	Assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa	Londres (1932); 1935): London Hospital	Londres (1933): London Hospital	8m	30
Silvério Ferreira Gomes da Costa	Professor auxiliar da Faculdade de Medicina de Lisboa (1934)	Berlim (1930): Laboratório de P. Rona	Munique (1934/37): Laboratório de H. Wieland	30m?	32

Fontes: RAC. Collec. RF, RG. 10.2 Fellowship recorder cards, G. 2: RF Fellowship cards – D. 9: MNS, Box: D. 3, Folder: C., Dr. António Pereira, Dr. João Loureiro, Dr. José Guimarães, Dr. Pedro Lima, Dr. Silvério Costa; RAC. Collec. RF, RG. 6 Paris, Subg. 1 (6.1), Series: 1 (pre-war 1.1), Subs.: 1 pre-war corresp., Box: 6, Folder: 72. AMA. JHU. Ind. Corresp., I/2415/1 Loureiro, J. A.²⁰¹.

Denotando um *modus operandi* semelhante ao aplicado na selecção de bolseiros de outras nacionalidades e distintas áreas do saber²⁰², a Rockefeller Foundation, em colaboração com a JEN, embora não discrimine sob o ponto de vista do género concede bolsas preferencialmente a cientistas do sexo masculino. Formados em Medicina e com uma faixa etária compreendida entre os trinta e os trinta e quatro anos, as suas idades inserem-se no limite máximo usualmente estabelecido para os bolseiros da instituição norte-americana – trinta e cinco anos²⁰³.

Além de jovens, os candidatos que a Rockefeller Foundation buscava deveriam ser excepcionalmente promissores²⁰⁴. Nessa perspectiva será fundamental constatar que dos seis cientistas financiados por esta fundação, cinco haviam sido previamente bolseiros da Junta no estrangeiro, o que evidencia como o crivo científico da instituição portuguesa atestava a excepcionalidade procurada pela Rockefeller Foundation.

O que decorre de uma interpretação baseada nos dados sistematizados no Quadro 9 é fundamentado pela análise dos processos individuais dos bolseiros. Perante a preocupação da Junta em obter a assistência financeira da Rockefeller Foundation preferencialmente para os seus antigos bolseiros, de modo a completar a sua especialização fora de Portugal, *responde* a instituição norte-americana que os candidatos pretendidos são precisamente os que já tenham antecipadamente revelado elevadas competências em países estrangeiros²⁰⁵.

Divulgada pelas instituições científicas portuguesas, que deste modo propõem à fundação norte-americana, após negociação com a Junta, candidatos nas circunstâncias enunciadas, esta política será responsável pela permanência ou deslocação de ex-bolseiros da JEN a alguns dos principais centros de investigação internacionais, onde em estágios de longa duração complementam a sua especialização sob a orientação dos mais proeminentes investigadores²⁰⁶. A título exemplificativo atenda-se tão-somente a Pedro Manuel de Almeida Lima, colaborador privilegiado de Egas Moniz que em 1932 e 1935, enquanto bolseiro da Junta, e em 1933, financiado pela Rockefeller Foundation, se especializa em Neurocirurgia no London Hospital, com Hugh Cairns, o principal neurocirurgião inglês da época²⁰⁷.

Como Almeida Lima, também António de Sousa Pereira e João Avelar Maia de Loureiro, este último em 1933, obtiveram bolsa da Rockefeller Foundation para frequentar centros de investigação estrangeiros já entretanto atendidos com o financiamento da Junta. Quando o país de destino foi outro, e sob sugestão de Daniel O'Brien, que deste modo defendia o interesse da Rockefeller Foundation em promover a cultura científica anglo-saxónica, particularmente a norte-americana, os ex-bolseiros da JEN foram enviados para a Inglaterra e EUA²⁰⁸.

Quadro 10 – Média do valor das bolsas mensais concedidas pela JEN e Rockefeller Foundation a Almeida Lima, em Londres, em 1932/33

Data	Bolsa da JEN		Bolsa da Rockefeller Foundation	
	Escudos	Libras	Escudos	Libras
1932	2.400.00	21.81	–	–
1933	–	–	5.320.20	48.83

Fontes: AIC. Cx. 0399, Proc. 13; Cx. 1326, Proc. 14; RAC. Collec. RF, RG. 10.2 Fellowship recorder cards, G. 2; RF Fellowship cards – D. 9; MNS, Box: D. 3, Folder: C., Dr. Pedro Manuel d'Almeida Lima; [http://www.bportugal.pt/estatisticasweb/\(S\(gsreikym5y0jdn450wyygm45\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bportugal.pt/estatisticasweb/(S(gsreikym5y0jdn450wyygm45))/SeriesCronologicas.aspx)²⁰⁹.

Apesar de se complementarem, uma diferença substancial entre as bolsas da JEN e da Rockefeller Foundation reside no seu montante. Se Almeida Lima afora da Junta, em 1932, uma bolsa mensal de 2.400\$00, no ano seguinte a Rockefeller Foundation atribuiu-lhe uma bolsa que corresponde a um valor mensal superior ao dobro – 5.320\$20²¹⁰. Equivalente a 200 dólares mensais, este era o valor atribuído pela instituição norte-americana aos bolseiros que já haviam contraído matrimónio²¹¹.

Permitindo um estilo de vida desafogado²¹², o elevado valor das bolsas de estudo concedidas pela Rockefeller Foundation explica, por exemplo, que bolseiros como José Afonso Dias Guimarães, após terem estagiado no estrangeiro afastados da família, sob o patrocínio da JEN, pretendam agora, enquanto bolseiros da Rockefeller Foundation, usufruir da companhia do cônjuge e dos filhos²¹³.

Os constrangimentos orçamentais da Junta não impediam, contudo, que a instituição desempenhasse um papel fulcral na concessão de bolsas de estudo pela Rockefeller Foundation. Deste modo, pela perspectiva da rentabilização do investimento em Portugal, será muito interessante constatar que os seis médicos portugueses em análise se encontravam filiados a instituições científicas financiadas pela Junta, como sejam o IPO, os institutos de Neurologia e de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Lisboa ou os laboratórios de Fisiologia e de Medicina Operatória da Faculdade de Medicina do Porto²¹⁴. Ou seja, também ao colaborar com a JEN a Rockefeller Foundation concedia bolsas a quem estivesse filiado a instituições nacionais, que acolhendo os bolseiros no seu regresso e dispondo de condições favoráveis à prossecução das investigações permitiria rentabilizar os esforços envidados não apenas

em seu favor, mas em prol do país²¹⁵. Como verificaremos oportunamente, o caso de Almeida Lima será exemplar do sucesso desta prática científica em Portugal²¹⁶.

“...se não fosse o facto de estarem aqui [Paris] o Valadares e o Maia ... há onze dias que não comia!”²¹⁷

Se a concessão de uma bolsa da Rockefeller Foundation premiava o seu detentor, simultaneamente minimizava-lhe determinadas dificuldades com que previamente se havia deparado enquanto bolseiro da Junta. Na realidade, além da capacidade em integrar as redes de comunicação científica internacionais, um denominador comum entre os bolseiros externos da JEN é a sujeição a vicissitudes diversas que, iniciando-se nalguns casos antes da partida, só findam com o término da bolsa.

Imperativos pessoais, como o adoecer de um bolseiro ou de um familiar próximo, poderiam adiar a sua partida ou motivá-lo a requerer a anulação da bolsa²¹⁸. Num período marcado por profundas dificuldades financeiras, sociais e políticas, como foi a década de trinta²¹⁹, os condicionalismos internacionais também influíram na partida ou viagem dos bolseiros. A título exemplificativo atenda-se a José Maria de Queiroz Veloso, que se em finais de 1935 conduz investigações históricas no Archivo General de Simancas, no Ministerio de Estado e na Biblioteca Nacional de España, em 1936, com o eclodir da Guerra Civil, é impedido de regressar a Espanha²²⁰.

Em casos pontuais, apesar dos já referidos esforços da Junta em indagar as condições de acolhimento²²¹, a viagem realizou-se, mas os resultados foram infrutíferos por que a instituição de destino se revelou desadequada aos estudos pretendidos. Verificou-se esta realidade, por exemplo, com José Cunha da Silveira, professor auxiliar no ISA e químico-analista do Museu Agrícola Colonial de Lisboa, a quem foi concedida uma bolsa de três meses para estudar técnica analítica dos produtos açucarados e métodos de fiscalização química da tecnologia açucareira, no Laboratório Gallois, em Paris. Embora recomendado ao bolseiro pela Association des Chimistes et Ingénieurs de Sucrierie, Distillerie et Industries Agricoles de France et des Colonies, ao frequentar as suas instalações Cunha da Silveira deparou-se com a ausência das indispensáveis condições de trabalho, pelo que, após diversas tentativas goradas em ingressar noutras instituições, regressou a Lisboa, desistindo da bolsa²²².

Noutros casos, estes frequentes, a chegada a uma cidade estrangeira era acompanhada de vicissitudes diversas na procura de uma residência ajustada

à condição de bolseiro de investigação. Um caso exemplificativo é o de José Claudino Rodrigues Miguéis, que após habitar provisoriamente noutros locais em Bruxelas informa a Junta do seu mais recente endereço, que apesar de tudo espera ser definitivo.

«É uma residência organizada por uma espécie de missão metodista. Abundam os suíços alemães. Como abundam os garotos em idade de ensino secundário, não é cómodo trabalhar aqui. Esta manhã, por ex.º, durante hora e meia, demoliram-me a paciência com toques de corneta»²²³.

A também já mencionada exigência em provar antecipadamente o conhecimento da língua do país de destino²²⁴, se por um lado evitou situações como as ocorridas com alguns dos bolseiros da Junta para Ampliación de Estudios, nomeadamente Tomás Navarro Tomás, que cruzou a fronteira da Alemanha sem capacidade de se exprimir ou sequer de compreender o que ouvia ou lia²²⁵, por outro lado, não pressupôs necessariamente um domínio linguístico nos níveis exigidos a quem se pretendia actualizar cientificamente num país estrangeiro. Um caso exemplar é o de Manuel de Paiva Boléo. A apresentação de uma certidão de frequência de aulas de alemão ao requerer uma bolsa em Hamburgo e o reconhecimento por parte do seu orientador, Fritz Krüger, de que desde o início dominava a língua alemã, não o impedem de argumentar que no estrangeiro só após um ano de bolsa é que se começa verdadeiramente a aproveitar o estágio, sobretudo num país como a Alemanha, por causa da sua língua. No seu entender, só então estão reunidas as condições para um investigador "...entender as prelecções..., ler obras e artigos de revistas em alemão... [ou] observar com mais espírito crítico, porque já se conhecem melhor as pessoas e as coisas..."²²⁶. Apesar do aviso, esta não foi uma questão debatida em nenhuma das sessões da Comissão Executiva, saldando-se a duração média das bolsas na Alemanha (14 meses) com valores bastante próximos da duração média das bolsas de estudo em França (11.5 meses)²²⁷.

À rentabilização dos estágios que não era imediata juntava-se, por vezes, o direccionamento dos trabalhos para temas que eram segundas escolhas dos orientadores, porque sendo a Junta incapaz de definir antecipadamente a duração máxima das bolsas, os bolseiros eram por aqueles incentivados a investigar sobre temáticas susceptíveis de apresentar resultados mais imediatos, embora não necessariamente mais interessantes. A exemplificá-lo atendamos às palavras inscritas por Branca Marques no relatório que dirige ao presidente da JEN em 14 de Maio de 1934.

«O plano geral dos meus trabalhos, no ‘Institut du Radium’, foi grandemente modificado principalmente em consequência das incertezas de duração do meu estágio. Assim, nos meses de Outubro a Dezembro de 1933, quando Madame Curie manifestava o seu vivo interesse e mesmo um certo júbilo pela possibilidade de confiar-me o problema da separação do actínio..., trabalho este a efectuar sob a constante direcção daquela insigne Professora que tencionava constituir-me uma sua mais directa colaboradora, encontrava-me eu aguardando decisões superiores sobre se me era, ou não, continuada a minha bolsa de estudos... Por tais motivos, achei-me numa situação embaraçosa... Um estudo original, da natureza do indicado, tanto poderia exigir o trabalho d’um como o de dois anos... Por isso, e porque se ignorava se eu poderia demorar-me em Paris durante muitos meses, foi deliberado por Madame Curie que me abstinisse do trabalho sobre o actínio, apesar da actualidade e do interesse que ele apresenta»²²⁸.

Mesmo perante resoluções pragmáticas como a descrita, a incerteza sobre o fim das bolsas poderia assumir contornos preocupantes na vida dos bolseiros, por representar um eventual regresso a Portugal sem os trabalhos concluídos. Este problema era tanto mais agudo quanto maior fosse o investimento efectuado, o que era particularmente sentido entre os doutorandos. Assim, entre os membros deste grupo sucediam-se os pedidos de renovação de bolsa que, por serem usualmente deferidos por intervalos de tempo reduzidos, inclusivamente por apenas um ou dois meses²²⁹, implicavam um dia-a-dia sob forte pressão e instabilidade aquando da conclusão das dissertações.

A título exemplificativo atendamos a Fernando Pereira da Silva, que refere ser a sua bolsa prorrogada por “conta-gotas”²³⁰. Na mesma linha de pensamento, Branca Marques lamentava-se que após os primeiros vinte meses de bolsa todas as renovações lhe eram concedidas por “pequenos intervalos”, com a agravante de ter sido *obrigada* a regressar temporariamente a Portugal, em Agosto de 1932, para procurar resolver problemas associados a essas mesmas prorrogações, que então a colocavam perante a possibilidade de permanecer em Paris somente até Setembro desse ano²³¹.

Se Branca Marques, Fernando Pereira da Silva e outros bolseiros, superadas as mais diversas dificuldades, concluem o doutoramento nas universidades estrangeiras frequentadas, esse é o resultado da política da Junta, que os apoia até ao limite das suas capacidades. Nesse grupo inclui-se ainda Aniceto Monteiro, por cujo diálogo epistolar mantido com Leite Pinto nos meses finais do seu doutoramento na Universidade de Paris se revelam as suas dificuldades motivadas pelas limitações da Junta, mas simultaneamente o esforço desta em obter o desfecho mais prestigiante para os estágios dos seus bolseiros.

«Meu caro Leite Pinto

[...] Eu não posso nem nunca pensei que fosse possível doutorar-me até ao fim de Dezembro e por isso requeri a prorrogação da minha bolsa por um ano. [...] Numa carta que o Valadares me escreveu depois de ter falado consigo em 13 de Julho ele dizia-me que a minha bolsa só tinha sido prorrogada até Dezembro... Ora segundo informações que eu tenho tido da parte dos bolseiros que regressaram a Paris, não é certo que a Junta me prorogue a minha bolsa além de Dezembro. [...] Eu preciso de saber com toda a urgência qual é a minha situação. É evidente que se a minha bolsa não for prorrogada ... partirei para Lisboa no dia 15 de Dezembro de manhã»²³².

Ao que responde Leite Pinto nos seguintes termos:

«Meu caro Monteiro

Se eu já não estivesse convencido que você tem uma centelha de génio, ficava-o com a leitura das suas cartas. [...] A resolução do seu caso não é fácil mas pode ficar certo que a Junta fará o impossível por prorrogar a sua bolsa. Faça você o impossível por calmar os seus nervos... Não venha a 15 de Dezembro e sem se impacientar aguarde uma carta minha com explicações»²³³.

Independentemente dos actores e argumentos envolvidos, neste como noutros processos de semelhante teor a dificuldade em garantir antecipadamente a renovação das bolsas por longos períodos de tempo, passíveis de tranquilizar os bolseiros, advinha do problema transversal à instituição – as reduzidas dotações orçamentais. Esta foi também a principal causa do problema maior que afectou os bolseiros, particularmente os residentes em Paris – o baixo valor das bolsas de estudo.

Quadro 11 – Média das receitas e despesas mensais da bolsreira Branca Marques, em Paris, de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1934

Receita	Francos	Despesa	Francos
Bolsa da JEN	1.870.50	“Quarto d’hotel (sem pensão), seu aquecimento, luz, água e percentagem à serventúria, por mês”	555.00
Vencimento como assistente da Faculdade de Ciências de Lisboa	639.42	“Refeições (pequeno almoço, almoço, jantar e extras), em média, por mês”	1.900.00
–	–	“Banhos, roupa lavada, vestuário, livros e outras despesas, só as absolutamente indispensáveis, em média por mês”	400.00
Total	2.509.92	Total	2.855.00

Fontes: AIC. Cx. 1261, Proc. 2; INE. DCN. NEPC²³⁴.

Com receitas mensais sistematicamente inferiores às despesas²³⁵, incapazes sequer de cobrir as “despesas quotidianas indispensáveis”, Branca Marques vive sob fortes constrangimentos orçamentais na capital francesa. Longe de ser um caso isolado, esta bolsreira tem a particularidade de discriminar detalhadamente as suas fontes de rendimento e despesas, o que, crendo nas suas palavras de que estas últimas estão “reduzidas ao mínimo possível”, nos proporciona uma mais correcta aferição da justeza das queixas que, como outros, regularmente dirige à Junta²³⁶.

Enquanto cientista, as suas despesas correntes são ainda acrescidas de custos associados ao estágio, como seja o pagamento de matrículas, as despesas com o doutoramento, a publicação de trabalhos ou a aquisição de livros, sendo esta última a única indicada no Quadro 11.

Limitadas as bolsas de estudo às reduzidas capacidades financeiras da Junta, a instituição era pragmática, rentabilizando a adversidade que atingia uns bolsheiros em benefício de outros. Assim, quando ocorriam desistências ou adiamento de partidas conferia-se novo destino a fundos já entretanto alocados, constituindo-os em subsídios extraordinários a quem deles necessitava, nomeadamente para custear as despesas de natureza acima referida ou para compensar agravamentos cambiais²³⁷.

Embora minorasse algumas dificuldades, esta dinâmica de funcionamento não evitava o relativo isolamento a que alguns se sentiam votados, recorrendo então às redes de contactos pessoais. O caso de Manuel Raimundo Côrte-Real é disso exemplar. Na ausência de um maior apoio do Estado português, mas simultaneamente resultante da sua natureza lhe *permitir* estabelecer e manter círculos de amizade pessoal no exterior²³⁸, deles se socorre quando da conclusão do seu estágio em Paris.

«Meu caro Simões Raposo

Como pode ver no ofício junto, tive a grande satisfação de terminar a minha missão aqui com o melhor resultado possível. Muito reconhecido lhes estou por me terem proporcionado uma tão grande alegria. Mas tenho andado muito arreliado no que diz respeito às finanças. Até hoje não recebi da Junta o meu subsídio para este mês e se não fosse o facto de estarem aqui o [Manuel] Valadares e o Maia [de Loureiro] ... há onze dias que não comia! Para poder partir, espero-o ansiosamente, bem como a verba para a viagem»²³⁹.

Não beneficiando de uma presença significativa de bolsiros portugueses em Roma, ao invés da registada na capital francesa, Fernanda de Matos Cunha viveu uma experiência mais dramática. Sendo-lhe concedida uma bolsa entre 1932 e 1934, a jovem licenciada pela Faculdade de Letras do Porto esperaria encontrar na Sorbonne e no Istituto Interuniversitario Italiano as condições necessárias para os seus estudos em Filologia, Literatura e Arqueologia Clássica. Nesse intuito, a Junta seria fundamental, mas perante as adversidades experienciadas no estágio, que culminaram na contracção de tuberculose, rapidamente se desilude e lhe endereça severas críticas.

«Ex^{mo} Senhor,

O cheque da minha bolsa correspondente a este mês ainda não chegou e eu começo a sentir-me numa situação embaraçosa nesta cidade onde o custo de vida é tão elevado. Nunca me encontrei tão mal instalada, despendendo tanto! O custo de vida em Roma corresponde aproximadamente ao dobro da despesa de Paris... E a Junta concedeu-me uma bolsa duma importância análoga à que obtive para Paris! Mas ainda o mais grave é que um mês já acabou e ainda não recebi dinheiro para o segundo, não sabendo como hei-de pagar a conta da pensão... Esperarei pelo cheque mais meia dúzia de dias e, se ele não vier, recorrerei ao cônsul para resolver este caso e eu poder regressar imediatamente a Portugal. Sem dinheiro, não posso continuar no estrangeiro»²⁴⁰.

Volvidos cinco dias, e tardando em chegar o ambicionado cheque, numa nova missiva o tom assume contornos desesperados.

«Ex^{mo} Senhor,

Tendo enviado a V. Ex^{cia}, no dia 3, um telegrama pedindo o cheque relativo à minha bolsa para este mês (e quando se pede dinheiro por telegrama é quando dele se tem necessidade real) e nem sequer resposta tendo obtido, passo a explicar a V. Ex^{cia} a situação em que me coloca a organização incompreensível da Junta. Já devo 160 liras e 100 francos em o aluguer deste quarto desde o princípio deste mês e, desde o dia 3, que me alimento exclusivamente de fruta para gastar o mínimo e evitar o fim total dos recursos. [...] Já expus a minha situação na legação de Portugal junto do Quirinal e na legação junto da Santa Sé, mas deduzi que os consulados têm um mero efeito decorativo e que é mais fácil deixarem-me em Roma nas condições mais difíceis e vexatórias do que tomarem qualquer medida de protecção a uma compatriota. No princípio deste mês era preciso inscrever-me no 2.º curso da Escola Italo-americana, mas como começavam as minhas dificuldades financeiras (a inscrição fazia-se no dia 3) não me pude inscrever. Vou ainda assistir a algumas aulas por tolerância e amabilidade dos professores que sabem muito bem que não estou inscrita, mas a verdade é que nestas condições o estudo não pode interessar-me... Tenho joias que podem talvez garantir-me o meu regresso a Portugal e é um facto que o meu caso tem de ficar resolvido até ao dia 12. Eu vivia em Portugal do meu trabalho, mas sempre ganhei o suficiente para viver, nunca devi nada a ninguém, nem me encontrei em dificuldades desta ordem como as venho encontrar a cerca de 2000 quilómetros da minha terra. Não é assim que se pode fazer estudo proveitoso e não compreendo o que é que a Junta espera de mim, agindo desta maneira»²⁴¹.

Em defesa da instituição, Simões Raposo argumenta que são empenhados os maiores esforços para que os bolseiros possam estagiar condignamente nos mais diversos países europeus, mas que ninguém a auxilia na sua missão – se os cheques são atempadamente requisitados à Direcção-Geral da Fazenda Pública, esta instituição tarda em remetê-los para a secretaria da Junta, que assim não evita o seu envio tardio para os bolseiros²⁴²; se há agravamentos cambiais, o Estado não disponibiliza qualquer verba para os compensar, recorrendo a Junta sempre que possível, e como já aludimos, aos subsídios extraordinários; se o presidente da JEN ousa confrontar Oliveira Salazar com as dificuldades em que a instituição funciona, da reunião resulta o desentendimento...²⁴³; finalmente, se “cada um de nós é culpado perante todos e por tudo”²⁴⁴, também à sociedade caberia interessar-se pela Junta, mas nem a este nível a atitude se demarcou das demais, nunca lhe sendo atribuído qualquer donativo de uma entidade privada portuguesa²⁴⁵.

Oitenta anos volvidos, a realidade dos bolseiros de investigação portugueses, sob diversas particularidades, não se afigura a antítese da descrita. Os atrasos no pagamento das bolsas, sobretudo nos novos processos, será apenas uma dessas persistências, que a FCT – criada em 1997 na sucessão da JEN, IAC e JNICT – reconhece prejudicar a boa execução dos planos de trabalho, e de acarretar prejuízos e dificuldades na vida pessoal dos bolseiros. Junte-se a este problema a justificação para o mesmo – o atraso na transferência de verbas da Direcção-Geral do Orçamento²⁴⁶ –, evoquemos a explicação invocada por Simões Raposo, em 1933, para os atrasos no pagamento aos bolseiros e constataremos como duas realidades intervaladas por oito décadas permanecem com tão demasiadas semelhanças.

No fundo, não tendo ficado circunscrita aos anos trinta a incompreensão do poder político e da sociedade perante a investigação científica, particularmente a financiada pelo Estado, então como agora algumas das dificuldades descritas são o reflexo natural de se entender as instituições da natureza da JEN, apenas, como “...um meio de se viajar à custa do Estado”²⁴⁷.

Fernando Correia Pereira da Silva, a JEN e a Sociedade das Nações: ciência e diplomacia nos anos trinta

A especialização de Fernando Pereira da Silva ou os *bastidores* do mérito

Em 27 de Abril de 1934, na já referenciada conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, Celestino da Costa defendia:

«As Faculdades de Letras têm fornecido bastantes bolseiros, principalmente filólogos, mas em Direito só foram até hoje concedidas três bolsas. Apesar de a Junta ter a certeza do bom aproveitamento dos pensionistas nenhum caso se fez deles por parte das entidades competentes. Um destes bolseiros é *privat-docent* da Faculdade de Direito da Universidade de Genebra onde se doutorou, mas o nosso Conselho Superior da Instrução Pública não homologou esse doutoramento»²⁴⁸.

Alguns meses após esta conferência, o bolseiro a que Celestino da Costa se referia, Fernando Correia Pereira da Silva, ingressava no Secretariado da SDN, tornando-se funcionário internacional. Após um estágio de quarenta e oito meses na Universidade e no Institut Universitaire de Hautes Études Internationales de Genebra, Fernando Pereira da Silva coloca as suas competências ao serviço daquela organização. Esta posição derivará de uma opção do Estado Novo que,

face às resistências existentes no mundo académico e ministerial português, entenderá a sua inclusão nos bastidores da diplomacia internacional – onde era expectável a tomada de posições contrárias aos interesses do Estado – como o melhor aproveitamento *possível* da sua especialização e prestígio internacional.

Confrontar esta tese pressupõe recuar ao período em que o jovem advogado lisboeta se candidata a uma bolsa de estudo da instituição que estará por detrás do seu percurso público na década de trinta. Licenciado pela Universidade de Lisboa em 1926, com a classificação de dezassete valores, e apresentando-se já como autor de artigos e de uma monografia sobre a Sociedade das Nações e o Direito Internacional²⁴⁹, matéria em que pretende especializar-se, Fernando Pereira da Silva candidata-se em Setembro de 1929 a uma bolsa de estudo no estrangeiro.

Os institutos de altos estudos internacionais de Paris ou Genebra, onde no seu entender residem os mais eminentes professores da especialidade, constituem as possíveis instituições de destino que propõe à consideração da Comissão Executiva. Na sua perspectiva, embora a permanência em qualquer um destes centros o atraísse, a presença em Genebra permitir-lhe-ia um maior contacto com os especialistas de todo o mundo por ser a sede da SDN. De modo não surpreendente, esta percepção era acompanhada do desejo de estagiar nessa organização internacional e, eventualmente, ser um dia delegado português na mesma, permitindo ao país estar finalmente representado em reuniões internacionais por um especialista em Direito Internacional, à imagem da prática seguida por outros Estados-Nação²⁵⁰.

Com uma resposta favorável em 30 de Setembro de 1929, após auscultação dos professores Manuel Rodrigues Júnior, António de Abranches Ferrão e José Lobo d'Ávila Lima, que considera preferível a estadia em Genebra em detrimento de Paris, a JEN envia-o para a cidade helvética, visando ultimamente a preparação do seu doutoramento e a ascensão ao professorado superior nacional²⁵¹.

A par da bolsa de estudo, a Junta solicita ao director da instituição de acolhimento facilidades e apoio na recepção do bolseiro²⁵². As vantagens resultantes para Fernando Pereira da Silva são evidenciadas quando, em 15 de Novembro de 1929, em carta remetida ao 1.º secretário da JEN, afirma que no dia seguinte à sua chegada se avistou com o director do Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, a quem entregou o ofício que aquele lhe havia confiado. Produzindo o efeito desejado, o director do Institut Universitaire de Hautes Études Internationales de Genebra dispensou-o da apresentação de qualquer diploma, visto provar a sua licenciatura²⁵³. Embora desconhecendo o teor da resposta, é ainda com base nesta documentação que o bolseiro solicita ao reitor da Universidade de Genebra a dispensa do pagamento de diversas taxas relativas ao semestre de Verão do ano lectivo de 1929/30²⁵⁴.

Em Genebra permanece entre Novembro de 1929 e Outubro de 1933 com uma bolsa sucessivamente renovada, em virtude do trabalho desenvolvido e que comprova pelo envio de relatórios trimestrais, de *Resumos da Actividade* e de certificados de aproveitamento. Pela sua análise verificamos que logo em Março de 1930 profere a sua primeira conferência no Institut Universitaire de Hautes Études Internationales. Incidindo sobre o acórdão do Tribunal Permanente de Justiça Internacional relativo ao “Caso Lotus”, é considerada excelente pelo professor de direito público Paul Guggenheim, o qual, poucos meses depois, considerando-o extraordinariamente bem preparado para os problemas internacionais de ordem jurídica, lhe vaticina estudos de grande valor²⁵⁵.

Internacionalmente, o prestígio derivado dessas investigações concretiza-se. Assim, à conferência proferida em Março de 1930 juntam-se outras que acompanham o seu estágio, bem como a publicação de dois artigos de Direito Internacional na *China Law Review* e da sua dissertação de doutoramento – *La réforme de la Cour permanente de justice internationale* – em 1931²⁵⁶. Sob recomendação de um dos principais teorizadores do Direito Internacional da época, Georges Scelle, a publicação da sua dissertação ocorre na editora parisiense Librairie du Recueil Sirey. Em carta remetida a Simões Raposo, em 16 de Julho de 1931, Fernando Pereira da Silva refere mesmo que “na apresentação que me fez ao director da casa editora Sirey de Paris, o prof. Scelle declara que a minha tese é excelente”²⁵⁷. A mesma opinião partilha Manley O. Hudson, professor de Direito Internacional na Universidade de Harvard, que numa recessão crítica em *The American Journal of International Law* defende a excelência do estudo desenvolvido pelo académico português²⁵⁸.

O êxito alcançado na obtenção do grau de doutor em Direito pela Universidade de Genebra permitiu-lhe ainda ser proposto para *privat-docent* da Faculdade de Direito. Por detrás desta realidade encontra-se novamente o titular da cadeira de Direito Internacional Público na Faculdade e no Institut Universitaire de Hautes Études Internationales – Georges Scelle, que lhe confia ter sugerido no Conselho da Faculdade de Direito de Genebra, de 15 de Julho de 1931, ser-lhe confiada a regência de um curso. Aceite a sua proposta, e ultrapassados os trâmites legais inerentes ao concurso a que se submeteu, Fernando Pereira da Silva torna-se, “afora um judeu sem nacionalidade...”, o único *privat-docent* estrangeiro dessa faculdade, regendo em 1931/35 um curso de Direito Penal Internacional criado para si²⁵⁹.

O facto de “...ser a primeira vez que o direito internacional penal faz o objecto dum curso em Genebra” ajudará a explicar a sua divulgação pública em diversos periódicos suíços, nomeadamente no *Journal de Genève* de 1 de Dezembro de 1931²⁶⁰. Na realidade, de acordo com as palavras de Fernando

Pereira da Silva, exceptuando o seu curso somente no Institut des Hautes Études Internationales de Paris se encontrava um de semelhante teor, o que resulta no seu interesse em ser autorizado a permanecer um semestre na capital francesa para frequentar esse curso, comparando-o com o por si professado²⁶¹.

A nova resposta favorável da Junta opuseram-se, contudo, os trabalhos em curso do bolseiro, impedindo a deslocação desejada. Entre esses trabalhos destaca-se o início da colaboração com Jesús María Yepes, professor na Academia de Direito Internacional de Haia e da Universidade de Bogotá, com quem publica em 1934 o primeiro volume da obra *Commentaire théorique et pratique du Pacte de la Société des Nations et des statuts de l'Union panaméricaine*²⁶². A sua edição em francês, pela casa A. Pedone, contribuirá para a projecção internacional obtida, sendo objecto de crítica em diversos periódicos dos dois lados do Atlântico. Entre estes atenda-se à *Foreign Affairs*, publicação estado-unidense onde William L. Langer, professor da Universidade de Harvard, destaca a análise legal detalhada e comparativa que os autores efectuam à organização e actividade da Sociedade das Nações e da União Pan-americana²⁶³.

A conclusão desta obra, em três volumes, não ocorrerá antes de Pereira da Silva solicitar e ser autorizado pela Junta a estagiar na London School of Economics and Political Science. Finda a sua bolsa em 31 de Outubro de 1933, e após estadia em Portugal, é equiparado a bolseiro fora do país, isto é, usufrui das regalias dos bolseiros embora já não lhe seja atribuído um subsídio²⁶⁴. Nessa condição, entre Abril e Junho de 1934, frequenta cursos e a biblioteca daquela "...que é considerada actualmente a melhor organização para o estudo das relações internacionais, em língua inglesa, de todo o mundo", colhendo ensinamentos e material fundamental à prossecução da obra que lhe permitirá reger novo curso na Faculdade de Direito de Genebra – "La Société des Nations et l'Union Panaméricaine"²⁶⁵.

A presença em Londres resultará ainda na ampliação das redes científicas em que Fernando Pereira da Silva se encontra inserido. O contacto estabelecido com H. Lauterpacht, editor do *Annual Digest of Public International Law Cases* – publicação do Departamento de Estudos Internacionais da London School of Economics and Political Science – permitir-lhe-á ser por si convidado para dirigir uma das secções do número editado em 1935²⁶⁶.

Entre as resistências corporativas e o dinamismo da Junta: o Secretariado da SDN como resposta do poder político

Remetendo as biografias científicas para contextos mais vastos, de compreensão dos mecanismos de produção de conhecimento e da sociedade em geral²⁶⁷, o estudo de caso de Fernando Pereira da Silva evidencia-nos um regime que não

promove a adaptação do mundo académico e ministerial às novas dinâmicas imprimidas pela Junta.

Exemplificativo será a não homologação do seu doutoramento em Fevereiro de 1932, apesar das pressões exercidas pela JEN junto do Ministério da Instrução Pública a solicitar o seu reconhecimento. Fundamentando-se na legislação vigente – determinando que um doutoramento em Direito por uma faculdade portuguesa versa exclusiva ou prioritariamente sobre Direito português, o que não ocorre no doutoramento da Faculdade de Direito de Genebra – o Conselho Superior de Instrução Pública emite um parecer desfavorável. Perante esta decisão, o ministro da Instrução Pública indefere o pedido de Fernando Pereira da Silva, iniciando-se o desaproveitamento das suas competências num dos sentidos por si e pela JEN desejados – a sua inclusão na Universidade portuguesa²⁶⁸.

Excluído do ensino superior nacional, mas desejando retribuir o Estado pelo seu investimento, Fernando Pereira da Silva solicita à Junta a sua intervenção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, propondo a sua nomeação para Chefe da Chancelaria Portuguesa junto da SDN ou para Consultor Jurídico do ministério. Qualquer uma destas posições implicaria confrontar práticas e poderes estabelecidos, e nesse confronto a Junta e o bolseiro saem derrotados. Apesar dos sucessivos alertas aos ministros dos Negócios Estrangeiros e ao secretário-geral do ministério para a *excelência* do bolseiro e para o imperioso aproveitamento das suas qualificações em benefício do Estado, o lugar de Chefe da Chancelaria Portuguesa junto da SDN continuou a ser desempenhado por funcionários de carreira, em detrimento dos especialistas em Direito Internacional, e o cargo de Consultor Jurídico do ministério permaneceu circunscrito aos titulares da cátedra na Universidade de Lisboa²⁶⁹.

Ao nível do Ministério da Justiça e dos Cultos registam-se dificuldades semelhantes. Sendo delegado do procurador da República na comarca de Mogadouro, Fernando Pereira da Silva é regularmente confrontado com a possibilidade de obrigatoriamente regressar a uma terra que considera um degredo longe de tudo e sem comunicações²⁷⁰. Perante este cenário confrangedor, a instituição que o financia oficia ao ministério e embora consiga adiar o seu regresso para um cargo que representaria a perda do investimento despendido, não evita a condição excepcional, durante um período do estágio, de único bolseiro a quem é subtraído o vencimento de funcionário público para poder permanecer no estrangeiro²⁷¹.

Na perspectiva do poder político, a preocupação com o eventual desaproveitamento das suas qualificações também é evidenciada na resolução tomada. Ironicamente, a procura de uma solução de recurso conduzirá o regime nacionalista do Estado Novo a colocar “o único português especializado em Altos

Estudos Internacionais”²⁷² ao serviço dos interesses internacionais, indicando-o para os quadros de um órgão transnacional – o Secretariado da SDN.

Perante a organização sedeadada em Genebra, o perfil de Fernando Pereira da Silva enquadrava-se nos requisitos exigidos. Se aquele órgão congregava técnicos e especialistas recrutados fundamentalmente pela sua competência, possuindo também experiência, publicações ou actividades públicas que expressassem uma profunda simpatia pelos objectivos da SDN²⁷³, o candidato português juntava à sua reconhecida competência a experiência derivada do estágio realizado na Secção de Informação do Secretariado em Setembro de 1930, assim como os cursos enquanto *privat-docent* e as já referidas publicações, nas quais defendia o primado do Direito Internacional, e os princípios e actividade da SDN.

O seu ingresso no Secretariado, concretamente na Secção dos Mandatos²⁷⁴, implicou mais do que o reconhecimento do seu mérito por parte da organização que o acolheu. Pressupôs uma conjugação das suas competências para o desempenho de funções associadas ao Direito Internacional, subjacentes ao sistema de Mandatos²⁷⁵, com a interferência do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Egon Ranshofen-Wertheimer explicitou essa necessidade, ao defender que além da qualidade do funcionário internacional a sua nomeação dependia de ser capaz de obter ou manter o respeito e boa vontade das suas autoridades nacionais. Por outras palavras, o secretário-geral procurava funcionários internacionais sobre os quais tivesse o consentimento dos seus governos²⁷⁶.

No caso de Fernando Pereira da Silva esse consentimento foi construído a partir da actuação da JEN. O seu início data de Novembro de 1929, quando Simões Raposo oficia ao ministro dos Negócios Estrangeiros solicitando o seu auxílio para que o bolsheiro estagie no Secretariado da SDN. Os contactos estabelecidos por este ministério, por intermédio da Chancelaria Portuguesa da SDN, com José Plà, chefe da Secção de Informação do Secretariado, permitiram uma concertação de esforços que culminou no convite endereçado pelo secretário-geral da organização a Fernando Pereira da Silva, a fim de realizar o já referido estágio em Setembro de 1930²⁷⁷.

Após concluir o seu doutoramento, as pressões da Junta sobre o ministério multiplicam-se e, embora não lhe permitam integrar os seus quadros, resultam na indicação do seu nome ao secretário-geral da SDN, em substituição de Narciso Freire d’Andrade na Secção dos Mandatos. Em telegrama remetido por Augusto de Vasconcelos, representante de Portugal na SDN, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, datado de 14 de Abril de 1934, evidencia-se por detrás da aceitação do nome de Fernando Pereira da Silva a importância da interferência do poder político na mesma.

«Tendo-se publicado no Diário do Governo decreto promovendo secretário Freire d'Andrade para esta chancelaria fui tratar com Secretário Geral sua substituição. Candidatura Pereira da Silva é muito bem acolhida aceite pelo Secretário Geral. Não haverá concurso. Secretário Geral pede que lhe mandemos lista tríplice para se conformar regulamento. [...] Secretário Geral nomeará candidato designado pelo Governo»²⁷⁸.

Os esforços envidados pela Junta desde Setembro de 1929 em prol de Fernando Correia Pereira da Silva tinham-se finalmente consumado no aproveitamento das suas qualificações – um aproveitamento que não era nacional, como se esperaria de um Estado autoritário e nacionalista como o português, mas internacional, isto é, para benefício global.

O espírito de Genebra em Fernando Pereira da Silva ou a sobreposição dos interesses internacionais aos (supostos) interesses nacionais

O conceito de funcionário internacional remete para a ideia de todo o indivíduo encarregado pelos representantes de vários Estados, ou por uma organização, de agir em seu nome, de exercer continuada e exclusivamente funções do interesse de todos os Estados em questão²⁷⁹. Deste modo, os funcionários do Secretariado da SDN, enquanto funcionários internacionais, têm atribuições internacionais e não nacionais. Submetidos à autoridade do secretário-geral, não podendo pedir nem receber instruções de nenhum governo, eles regem a sua conduta visando exclusivamente os interesses de índole internacional, comum, que são os da organização²⁸⁰.

Esta dimensão transnacional da SDN, constituindo uma das suas maiores inovações e heranças, despoletou dúvidas sobre a sua exequibilidade. Reconhecendo que há quem defenda que nenhum homem é neutro, pelo que nenhum funcionário internacional o poderá também ser, Dag Hammarskjöld defende que este tipo de funcionário pode ser neutral ou, pelo menos, pode desempenhar acções neutras. Para isso exige-se-lhe o respeito pela lei e verdade²⁸¹. Esta integridade é fundamental na prossecução dos objectivos da organização.

Dotada de três órgãos centrais, a Sociedade das Nações possui um *modus operandi* que promove a dependência da Assembleia e do Conselho relativamente ao Secretariado. O poder deste órgão administrativo reside no acesso privilegiado à informação e na capacidade de construir a mesma²⁸². São os membros das suas secções que, sob indicação da Assembleia, recolhem e organizam

dados, elaborando relatórios informativos, recomendações políticas e estatísticas de suporte. Posteriormente apresentada à Assembleia e ao Conselho, é com base nesta informação que estes órgãos políticos discutem e votam as resoluções²⁸³, o que significa que, actuando nos bastidores, os membros das secções do Secretariado influem na diplomacia internacional do período entre guerras.

Entre Dezembro de 1934 e 1940, quando anuncia a pretensão de regressar a Portugal, Fernando Correia Pereira da Silva integra esta dinâmica. Uma análise dos documentos produzidos no exercício das suas funções revela-nos um conjunto de cartas, relatórios e notas informativas endereçadas ao Secretariado, particularmente a Edouard de Haller, director da Secção dos Mandatos desde 1938. Nessa documentação imperam questões sobre a administração do Médio Oriente Otomano sob mandato da França. A título exemplificativo mencione-se o seu relato de uma consulta efectuada à Secção dos Mandatos a propósito de conflitos jurídicos respeitantes à Síria e Líbano, a proposta que apresenta sobre os procedimentos a adoptar para que o tratado entre a França e a Turquia de 1937, garantindo a integridade territorial do futuro Sandjak de Alexandreta, se efective ou o problema da preservação das listas eleitorais relativas às primeiras eleições neste território integrado no mandato francês da Síria²⁸⁴.

Em 1938, na sequência da carta em que o ministro plenipotenciário do Japão anuncia o fim da cooperação do seu governo com a SDN, Fernando Pereira da Silva revela a proposta estabelecida com Joseph Nisot, membro da Secção Jurídica, sobre a conduta diplomática a seguir relativamente ao mandato japonês sobre as ilhas do Pacífico a norte do Equador²⁸⁵.

A orgânica da SDN também foi analisada por este funcionário internacional português. Dessa análise resultaram, entre outros, estudos sobre uma eventual reorganização da Comissão de Escravatura, sobre o processo de convocação da 17.ª sessão extraordinária da Comissão Permanente dos Mandatos, sobre a nomeação de funcionários temporários que substituíssem membros desta Comissão ou ainda abordando os problemas colocados pelo efectivo que a integrava em 1939²⁸⁶.

Atendendo a que Portugal ratifica a 4 de Outubro de 1927 a Convenção de Escravatura de 1926 – que prevê por parte dos signatários o esforço pela abolição da escravatura nos territórios sob sua soberania e o evitar que os trabalhos forçados conduzam a condições análogas àquela²⁸⁷ –, mas que manifesta pouca colaboração ou mesmo oposição a determinadas medidas propostas na Assembleia da SDN para garantir a sua efectivação²⁸⁸, assume especial relevância a posição defendida por Fernando Pereira da Silva, em Fevereiro de 1936, quando do estudo efectuado sobre uma eventual reorganização da Comissão de Escravatura.

Ao defender que somente a manutenção de uma comissão composta por funcionários internacionais pode obter resultados práticos eficazes contra a escravatura, ao invés da sua transformação numa comissão que passe a incorporar delegados governamentais – cuja dependência dos seus governos impediria a oposição às suas orientações²⁸⁹ –, Fernando Pereira da Silva posiciona-se declaradamente contra os interesses do Estado Novo, que sob a argumentação da defesa da soberania nacional se opõe num dos órgãos políticos da SDN à adopção de medidas que comprometam o trabalho de carácter escravo existente nos seus territórios coloniais²⁹⁰.

Se o *espírito de Genebra* consiste numa particular mistura de pragmatismo e esperança²⁹¹, o perfil de Fernando Pereira da Silva corresponde, deste modo, ao ideal de funcionário internacional. Contrariamente a Narciso Freire d'Andrade, que sendo funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros se via obrigado a comunicar ao governo toda a matéria susceptível de merecer a sua atenção, Fernando Pereira da Silva não é um informador privilegiado do Estado português. A utilidade das informações prestadas pelo seu antecessor fundamentou inclusivamente a atribuição de verbas ao abrigo de uma rubrica intitulada “Despesas indispensáveis à defesa nacional”²⁹². As informações de Fernando Pereira da Silva, pelo contrário, são escassas e não têm carácter “confidencial” ou “confidencialíssimo”.

Na realidade, limita-se Fernando Pereira da Silva, em 13 de Janeiro de 1937, a informar o Ministério dos Negócios Estrangeiros que o Conselho se ocupará na sua reunião seguinte da renovação dos mandatos dos membros da Comissão de Escravatura, propondo à consideração do governo a renovação do perito português José de Almada²⁹³. Em 1940 redige ainda duas cartas a Oliveira Salazar. Na primeira, de 4 de Maio, menciona que a SDN pretende que o lugar deixado vago na Comissão Permanente dos Mandatos pela morte do Conde de Penha Garcia seja ocupado por um outro português. Informando que a organização deseja conhecer o nome que o governo sugere, enuncia as qualidades que o candidato deverá apresentar²⁹⁴. Na segunda missiva, datada de 18 de Maio, refere que em caso de invasão do território suíço serão evacuados os serviços da Sociedade das Nações. Nessa eventualidade, e tendo conhecimento de que a Sociedade pretendia instalar-se num país neutro, questiona o presidente do Conselho se Portugal poderia acolher todos ou alguns serviços técnicos internacionais, como os de higiene, protecção social e da infância, luta contra estupefacientes, e estudos económicos e fiscais²⁹⁵.

Em conclusão, o *focus* sobre Fernando Pereira da Silva, cruzando duas agendas – ciência e diplomacia²⁹⁶, e orgânica da SDN e suas realizações, particularmente ao nível dos seus funcionários internacionais²⁹⁷ –, relaciona a JEN com

a dinâmica das relações internacionais e confere uma nova perspectiva para a compreensão da presença portuguesa na Sociedade das Nações, cujos estudos, em número reduzido, usualmente se inserem no âmbito das relações externas do Estado português e focam as personalidades políticas²⁹⁸. A esse propósito, quando determinada historiografia portuguesa qualifica de ilegal a acção de uma personalidade como Aristides de Sousa Mendes, por em plena II Grande Guerra, a fim de salvar vidas humanas, contrariar as directivas estatais²⁹⁹, que qualificação atribuiria a Fernando Pereira da Silva, que também age contrariamente aos interesses e posição do Estado Novo, mas implicitamente com o seu consentimento?

Por outras palavras, foi o regime do Estado Novo que deliberadamente abdicou dos (supostos) interesses nacionais em prol dos interesses internacionais ao interceder em favor do ingresso do único português especializado em “Altos Estudos Internacionais” no Secretariado da SDN. Para o evitar, e beneficiar das competências de Fernando Pereira da Silva, *bastar-lhe-ia* ter confrontado poderes e práticas instituídas em organizações nacionais, particularmente ao nível do mundo académico, mas esse revelou-se um conflito a evitar...

BOLSAS DE ESTUDO EM PORTUGAL: A IMPORTAÇÃO DO MODELO BELGA

Entre bolsas concedidas, suspensas e as purgas académicas de 1935: a Universidade no despoletar dos processos?

Durante a sua existência, a Junta concedeu setenta e seis bolsas novas em Portugal, o que, face às cento e setenta e duas solicitações, correspondeu a 44,2% de resoluções deferidas. No respeitante às renovações, tendo sido solicitadas duzentas e seis e atendidas favoravelmente cento e setenta e quatro, a capacidade de resposta praticamente duplicou, quedando-se nos 84,5%. Mantendo a mesma política aplicada entre os bolseiros externos, a percentagem de respostas favoráveis ao pedido de bolsas novas em Portugal foi, no entanto, significativamente mais elevada do que a registada externamente, a qual, recordemos, não ultrapassou os 27,7%³⁰⁰.

Quadro 12 – Bolsas de longa duração no país (JEN – 1929/36)

Ano económico	Bolsas novas solicitadas	Bolsas novas concedidas	N.º de prorrogações solicitadas	N.º de prorrogações concedidas
1928/29	0	0	0	0
1929/30	42	20	0	0
1930/31	21	16	19	18
1931/32	19	2	29	28
1932/33	26	7	33	28
1933/34	16	9	32	24
1934/35	45	19	52	42
1936	3	3	41	34
Total	172	76	206	174

Fontes: AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42; Processos individuais dos bolseiros. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]³⁰¹.

Novamente os valores registados reflectem a filosofia da instituição. Neste caso, se apenas cerca de um quarto dos candidatos a bolsas novas no estrangeiro

obteve resposta favorável, quando praticamente metade dos que solicitaram bolsas internas foram atendidos pela Junta, esta realidade deveu-se ao entendimento de que estes apoios, enquanto complemento dos estágios no estrangeiro, constituíam um mecanismo imprescindível no processo de aproximação do país aos Estados cientificamente mais desenvolvidos. De modo mais explícito, para a Junta, uma permanência indefinida dos bolseiros no estrangeiro não era sinónimo de um Portugal produtor de conhecimento, ao invés da sua filiação a instituições científicas nacionais onde, presencialmente, desenvolvessem investigação³⁰².

Até 1934, este processo decorreu sem desrespeito pela autonomia de que a Junta dispunha, quando o ministro da Instrução Pública, Manuel Rodrigues Júnior, imprimiu novo cunho. Recentemente estudada, a exclusão de alguns dos bolseiros no país do conjunto de bolsas a renovar, pela defesa de um *roulement* das mesmas, seguido da suspensão das bolsas internas e sua revisão por ordem do novo titular da pasta, Eusébio Tamagnini³⁰³, reflecte-se nos dados registados no Quadro 12.

Deste modo, após três anos económicos sucessivos – 1931/32, 1932/33 e 1933/34 – em que a instituição somente concede duas, sete e nove bolsas novas, respectivamente, as dezanove bolsas de estudo atribuídas em 1934/35 sobressaem. Destas dezanove bolsas concedidas a outros tantos investigadores, nenhum tinha anteriormente beneficiado da condição de bolseiro interno³⁰⁴. Além das novas personalidades contempladas, da revisão dos processos suspensos não resulta o restabelecimento de todas as bolsas, o que se por um lado permite disponibilidade orçamental para atribuir as novas bolsas, por outro lado, para os excluídos, significa o cerceamento dos estudos sob patrocínio da Junta. Entre estes encontra-se Manuel Rodrigues Lapa, cuja decisão de Eusébio Tamagnini em não restabelecer a sua bolsa em Maio de 1935 sucede quase em simultâneo à sua demissão da Faculdade de Letras de Lisboa³⁰⁵.

Neste sentido, urge conhecer as motivações que despoletaram o processo de suspensão das bolsas da JEN em 1934, na perspectiva de que poderão conter elementos explicativos para as depurações académicas de 1935. Concretamente, importa questionar se a defesa de um *roulement* dos bolseiros internos, por parte de Manuel Rodrigues Júnior, resulta de razões fundamentadas, de convicções pessoais ou, na hipótese formulada por Augusto J. S. Fitas, veicula tão-somente a insatisfação de outros universitários para com a actuação da Junta, os seus critérios de atribuição de bolsas, o sistema de remuneração diferencial que estas pressupõem e que, de acordo com aqueles critérios, inclui apenas uma pequena parcela da comunidade académica nacional³⁰⁶.

Pereira da Silva³⁰⁷, esboçam-se os contornos de um quadro ainda indefinido mas já aflorado por alguma da mais recente historiografia, que aponta para uma Universidade que, plena de desavenças, reage negativamente às críticas e à mudança, opondo-se ao perfil de professor-investigador patenteado pelos bolseiros da Junta, assim como ao complemento salarial e à ascensão na carreira docente decorrente dos estágios internos³⁰⁸.

Nesta linha interpretativa inserem-se as palavras de Manuel Rodrigues Lapa, assim como as repercussões das mesmas na sua carreira académica. Proferidas em 1933, no ciclo de conferências promovido pelo jornal *O Século*, pelo qual se pretende divulgar a actividade da Junta, determinar-lhe-ão a rescisão do contrato como professor da Faculdade de Letras de Lisboa³⁰⁹.

«Há aí uma instituição, a Junta de Educação Nacional que, em menos de quatro anos de vida e com uma dotação ridículíssima, tem feito já uma obra exemplar de renovação e de europeização da nossa atrasada cultura. Não é pois de estranhar que algumas células universitárias, das mais pegadamente adormecidas, tenham posto e estejam pondo dificuldades à sua tarefa. É que a hora de dormir a sono solto já passou. Também é de justiça declarar que não são só alguns madraços que procuram afrouxar e possivelmente tolher o passo estugado desse organismo. Há, ainda, um ou outro universitário cavalheiro, que o desejaria pronto a servir somente determinadas clientelas»³¹⁰.

À evidente contraposição entre dinâmica inovadora da Junta e resistência da Universidade, que as palavras transcritas traduzem, acrescentemos e reinterpretamos sob a mesma perspectiva outros testemunhos de académicos envolvidos no episódio das bolsas suspensas ou nas purgas de 1935. Entre estes encontra-se Abel Salazar³¹¹, que se beneficia do apoio da JEN entre 1931 e 1933, por intermédio do Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina do Porto que dirige, consumada a sua expulsão, em 1935, endereça epístolas a Celestino da Costa reflectindo a interferência dos seus pares na mesma.

«O Ministro, em despacho, não só proibiu que eu fosse à Biblioteca da Faculdade, como até que fosse a qualquer dependência universitária. E ao mesmo tempo, em surdina, a Faculdade, ou esta gente dela que muito tem contribuído por detrás da cortina para isto, continua a guerrear-me. [...] O meu caro amigo não faz ideia do que se tem passado nos bastidores...»³¹²

Numa outra carta afiança mesmo ao presidente da Junta:

«A propósito, tenho dados seguros, testemunhados e documentados, que provam que, entre muitas outras pessoas, duas têm contribuído especialmente para a atmosfera que me foi criada. São elas o Hernâni Monteiro e o Leonardo Coimbra. Ficará surpreendido quando um dia lhe contar o que se tem passado, e o que têm feito e dito estes dois senhores. O último faz há muito tempo, pelos cafés e por toda a parte, uma campanha sistemática contra mim. [...] O Governo sabe que toda esta campanha é tendenciosa, falsa, e que não há facto nenhum grave de que eu possa ser acusado. Pois bem o Governo que sabe, e que o diz em particular, deixa correr a campanha e serve-se dela porque isso lhe convém»³¹³.

Já em 1937, e ainda a propósito da sua demissão, Abel Salazar mantém a argumentação em moldes semelhantes.

«É que tudo isto tem por origem as intrigas de certas pessoas a quem não convém que eu trabalhe; intrigas de que participou a Faculdade segundo em tempos me foi comunicado secretamente por um secretário do Ministro, que, sem me autorizar a dizer o nome dele, me disse para ter cuidado com os senhores fulano e sicrano (ambos da Faculdade) os quais intrigavam no Ministério contra mim»³¹⁴.

Esta conflitualidade entre pares nos claustros universitários, que beneficiando de um ambiente político propício se repercutiu nas carreiras académicas de alguns dos envolvidos, sobressai ainda no testemunho de um outro ex-bolseiro da JEN, Aurélio Quintanilha, aposentado compulsivamente em 1935 da Faculdade de Ciências de Coimbra³¹⁵. Também convidado a integrar as conferências do jornal *O Século*, à imagem de Rodrigues Lapa, em 25 de Março de 1933 discorre sobre uma Universidade portuguesa que, em geral, não educa nem produz.

«Não educa... porque não há convívio, nem colaboração, entre mestres e discípulos. [...] A Universidade não produz porque a investigação científica não tem tradições entre nós, porque o recrutamento dos elementos novos é feito pelos velhos, que seleccionam à sua imagem e semelhança pessoas com a mesma mentalidade e que não sejam elementos perturbadores. A Universidade não produz, ainda, porque a remuneração do seu corpo docente é de tal modo miserável, que não lhe permite entregar-se à investigação e ao ensino, livre de cuidados materiais...»³¹⁶

Proferida a palestra, a passagem sublinhada motivará o Senado da sua universidade, nas sessões de 3 e 27 de Abril de 1933, a analisar o assunto, aprovando por unanimidade uma moção exigindo do conferente que indicasse quais

os professores recrutados na Universidade de Coimbra por possuírem a mesma mentalidade daqueles que os recrutaram e por não serem elementos perturbadores, e que candidatos de mérito haviam sido afastados por o serem. Não satisfeitos os inquiridores com a resposta, particularmente o director da Faculdade de Direito, Domingos Fezas Vital, deliberou o Senado convocar a Assembleia Geral, que reuniu em 6 de Maio. Nessa longa e tensa sessão, o catedrático da Faculdade de Ciências foi acusado de ter ofendido publicamente os colegas quer no seu brio profissional, quer na sua dignidade pessoal³¹⁷.

Quatro décadas mais tarde, no novo contexto político resultante do 25 de Abril de 1974, Aurélio Quintanilha avalia a importância daquela conferência no seu afastamento do ensino, em 1935, nos seguintes termos:

«Apresentei, em 1933, no salão de ‘O Século’ uma conferência de crítica aos métodos de ensino usados na universidade portuguesa, que originou um grave conflito com o Senado Universitário de Coimbra. Aliás, esse conflito constitui a origem longínqua do meu afastamento da Universidade»³¹⁸.

Cientes da sensibilidade da questão, urge obter novos estudos que abordem as depurações académicas de 1935 em interconexão com a suspensão das bolsas da JEN em finais de 1934. Nessa perspectiva, e pelo que os dados expostos nos sugerem, os “critérios políticos” justificativos daquelas, ao abrigo do Decreto-lei n.º 25 317, de 13 de Maio de 1935³¹⁹, reverberam uma diversidade de interesses e motivações ao nível dos pares no meio académico.

Apartando a Universidade da vitimização ou meramente da conivência face à repressão no seu seio – concepção já relativamente arrojada, razão por que será excepcional no quadro da historiografia nacional³²⁰ –, a hipótese que formulamos coloca a tónica no seguinte sentido: mais do que vítima ou passiva, a instituição universitária portuguesa, por intermédio de alguns dos seus membros, ter-se-á revelado activa, despoletando processos que culminaram no cerceamento da autonomia da Junta e no bloqueio de carreiras académicas em 1935.

Reanalisar esses processos de professores e investigadores expulsos ou cujas bolsas são suspensas – já não introduzindo a questão de quem é impedido de aceder à docência universitária – em articulação com os interesses e movimentações dos pares, nomeadamente, e à imagem do que menciona Fernando Rosas e Cristina Sizifredo, ao nível da informação que transmitem à polícia política³²¹, resultará provavelmente em novas interpretações para a actuação governamental. Actuação que, se no respeitante às purgas de 1947, na Faculdade de Ciências de Lisboa, terá comportado motivações de política científica a par de questões

políticas³²², no referente às depurações de 1935 tem sido sistematicamente entendida como uma resposta unilateral do governo de Oliveira Salazar³²³. No fundo, a *melhor* leitura interpretativa para desresponsabilizar outros actores e instituições num episódio pouco edificante para o ensino em Portugal...

Características das bolsas internas

Como registado no universo dos bolseiros externos, os valores constantes no Quadro 13 actualizam o número de bolseiros no país³²⁴. Assim, embora tenha concedido duzentas e cinquenta bolsas de estudo em Portugal, setenta e seis das quais novas e cento e setenta e quatro prorrogadas³²⁵, a Junta somente financiou setenta e um bolseiros. Destes, 84,5% obtiveram bolsas prorrogadas, enquanto a 64,8% foram-lhes concedidas duas ou mais renovações, valores que comparados aos registados entre os bolseiros externos – 56,1% de bolseiros com renovações e 29,1% de bolseiros com duas ou mais renovações³²⁶ – indiciam bolsas mais prolongadas no tempo.

Quadro 13 – N.º de bolseiros no país e características das suas bolsas (JEN – 1929/36)

Áreas do conhecimento	Bolseiros	Bolseiros com renovações	Bolseiros com duas ou mais renovações
Ciências	26	24	20
Direito	2	2	0
Engenharia	3	3	2
Engenharia agrónómica	2	0	0
Farmácia	1	1	1
Letras	18	14	12
Medicina	19	16	11
Total	71	60	46

Fontes: AIC. Processos individuais dos bolseiros; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]³²⁷.

Atendendo às faculdades ou escolas superiores donde provêm os bolseiros internos, novamente se verifica que as áreas mais representadas são a Medicina,

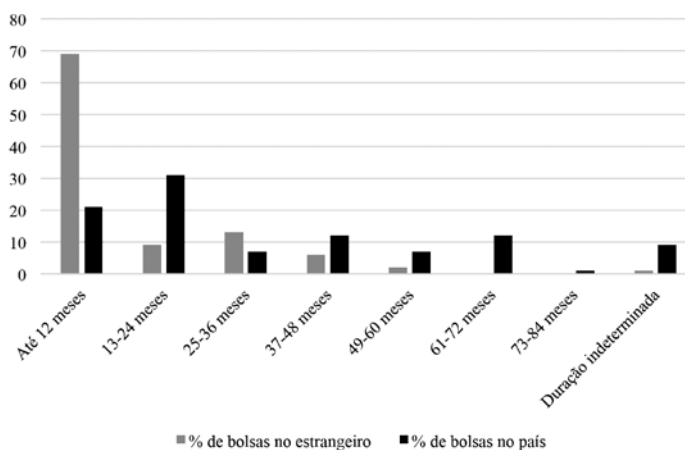
as Letras e as Ciências, agora encimadas por esta última (36,6%), seguida da Medicina (26,8%) e das Letras (25,4%). Relativamente aos bolsheiros com renovações, a mesma ordem mantém-se – num universo de sessenta investigadores, 40% são de Ciências, 26,7% de Medicina e 23,3% provêm das Letras. Como ocorre com os bolsheiros no estrangeiro, também internamente a área com maior percentagem de bolsheiros com duas ou mais renovações é a das Ciências (43,5%), sendo agora seguida das Letras (26,1%) e da Medicina (23,9%).

De referir que os valores apresentados tornam praticamente irrisório o número de bolsheiros oriundos de outras áreas do conhecimento, o que o próprio Celestino da Costa, no respeitante ao caso específico do Direito, reconhece ser um obstáculo à sua renovação³²⁸.

Se o apoio concedido no país às diferentes áreas do saber manifesta uma notória continuidade face aos apoios no estrangeiro, a duração média e máxima das bolsas externas e internas apresenta uma diferença significativa. Com 69% das bolsas de longa duração no estrangeiro perdurando até doze meses, em contraposição a uma distribuição mais equitativa das bolsas no país pelos diferentes intervalos temporais considerados, a JEN concede, em média, bolsas externas de treze meses de duração e internas de vinte e nove meses.

Numa análise mais detalhada, comparando a duração média das bolsas no estrangeiro e no país referente às três áreas de conhecimento mais financiadas,

Gráfico 6 – Duração das bolsas de longa duração externas e internas (JEN – 1929/36)



Fontes: AIC. Processos individuais dos bolsheiros; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]³²⁹.

verifica-se que se na Medicina as bolsas externas duram, em média, 10.2 meses, no país a duração média mais que triplica, quedando-se nos 37.2 meses; nas Letras, onde a duração média das bolsas no estrangeiro é de 11.8 meses, em Portugal é de 24.4 meses, ou seja, duplica; por fim, as Ciências, externamente com uma duração média de 21.5 meses, perduram no país, em média, 32.6 meses³³⁰. Por outro lado, se no estrangeiro só houve uma bolsa acima dos cinquenta e quatro meses de duração³³¹, no país perduraram mais do que esses quatro anos e meio treze bolsas de estudo.

Estes valores estão intimamente associados à concepção que os dirigentes da JEN têm sobre as necessidades da investigação científica em Portugal. Assim, e inspirado no modelo belga protagonizado pelo Fonds National de la Recherche Scientifique – que aos investigadores em início de carreira apenas concedia (longas) bolsas internas se já tivessem estagiado pelo menos oito meses no estrangeiro³³² –, a actualização científica nos centros internacionais de nomeada seria circunscrita no tempo, devendo obrigatoriamente um bolseiro da Junta regressar ao país, onde deveria dispor das condições necessárias para que de modo continuado desse seguimento à investigação iniciada no estrangeiro – só deste modo conseguiria Portugal aproximar-se dos níveis científicos dos países considerados mais avançados³³³.

Nessa perspectiva, assumem primordial importância as bolsas de estudo no país, não sendo surpreendente, por um lado, que 44% dos bolseiros internos tenham sido também bolseiros no estrangeiro e, por outro lado, que entre esse grupo 71% tenha usufruído primeiramente da bolsa fora do país. A esperança depositada pelos dirigentes da Junta nestes bolseiros, conjuntamente externos e internos, expressa-se tanto na duração máxima das suas bolsas no país, as únicas a exceder, por vezes, os setenta meses³³⁴, como na sua duração média de trinta e três meses, em contraposição aos vinte e sete meses de média das bolsas no país dos bolseiros exclusivamente internos.

Aparentemente linear, este *modus operandi* comportava outras variantes, nomeadamente por ocasionalmente preceder algumas das bolsas externas de curtos estágios internos. Inspirado numa modalidade de actuação da Junta para Ampliación de Estudios – que, por vezes, para melhorar a preparação dos seus futuros bolseiros no estrangeiro lhes concedia previamente bolsas internas³³⁵ –, a JEN também aplicou este modelo, pelo qual se aspirava, em última instância, a uma maior rentabilização dos estágios fora do país.

Um caso exemplar da sua execução é protagonizado pelo anteriormente referido João de Oliveira e Silva³³⁶. Assistente da Faculdade de Medicina de Coimbra, Oliveira e Silva solicita o apoio da JEN para estagiar no Instituto de Histologia e Embriologia de Lisboa, e em Nancy ou Estrasburgo, onde se

pretende especializar no domínio da histofisiologia experimental da hipófise.

Auscultada a delegação da JEN em Coimbra, é emitido um parecer propondo “...que lhe seja concedida a bolsa para estudar em Lisboa e conforme os resultados e proveito lhe seja concedida, ou não, para o estrangeiro”³³⁷. Actuando em conformidade, a Comissão Executiva, reunida a 18 de Outubro de 1933, resolve indeferir o pedido de bolsa fora do país, “...pela vantagem de estágio prévio em Portugal...”³³⁸.

Quatro meses volvidos, concluído o estágio sob orientação de Celestino da Costa, e em posse de novos elementos sobre as capacidades e aproveitamento do então ex-bolseiro interno, a Comissão Executiva decide finalmente atribuir-lhe uma bolsa de estudo no Laboratório de Histologia da Faculdade de Medicina de Nancy³³⁹. Como mencionado, foi resultante de uma carta que o vice-presidente da Junta endereçou a Remy Collin que este acolheu no seu laboratório o jovem médico português, orientando-o na área da morfologia hipofisária³⁴⁰.

Mais importante, no entanto, considerando a ideia que agora nos detém, será destacar que este estágio em Nancy culmina com a publicação de um trabalho no *Bulletin d'histologie appliquée*, em Junho de 1934, em colaboração com o orientador. Intitulado “Neurocrinie ou neuricrinie. Une preuve inédite du rôle neurotrope de la glande pituitaire”, este artigo, ainda citado em 1948 por Remy Collin no *Bulletin de la Société des Sciences de Nancy*, constituirá a prova de o bolseiro ter correspondido à confiança em si depositada por Celestino da Costa, o que, em última análise, expressa o acerto da política implementada pela Junta³⁴¹.

O perfil dos bolseiros

Perante os seus vastos propósitos, de renovação da ciência e pedagogia em Portugal, a Junta aposta na formação das elites, esperando que a acção destas, numa cadeia descendente, influencie sectores mais vastos da sociedade portuguesa.

«A precedência dada, na acção da Junta, ao ensino superior, justifica-se pela convicção de que a reforma da mentalidade portuguesa deve ter o seu fulcro na transformação e na expansão universitária. A função social do ensino superior revela-se pela modelação do ambiente mental, operada através da educação das camadas dirigentes, mas, sob o ponto de vista meramente pedagógico, a sua intervenção afigura-se-nos mais profunda e basilar. Com efeito, são as Escolas Superiores que formam os seus futuros mestres, assim como os dos Liceus e das Escolas Normais, e a orientação mental das universidades faz-se sentir, por intermédio destas últimas, na preparação dos professores do ensino primário e infantil. Assim, o problema fundamental

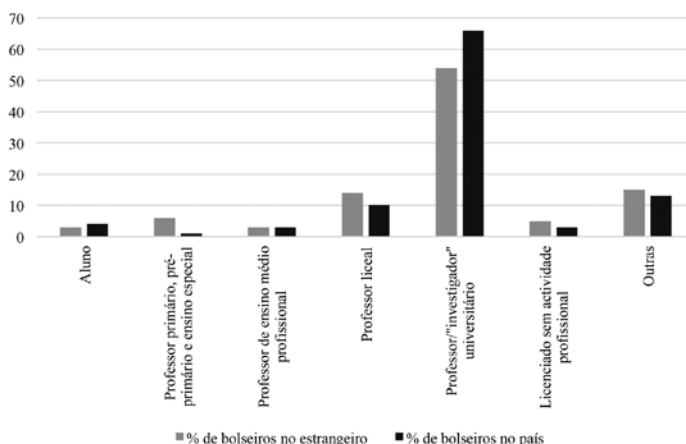
de toda a reforma pedagógica, que é a preparação do pessoal docente, está, directa ou indirectamente, dependente dos altos estudos»³⁴².

Analisar estas palavras redigidas por Simões Raposo no 1.º relatório de actividades da JEN ou *escutar* o discurso de Celestino da Costa sobre “A Universidade portuguesa e o problema da sua reforma”, que também salienta a importância de despoletar a reforma da educação desde o ensino superior³⁴³, remete-nos para o ideário republicano que imbuí os espíritos destes dois dirigentes da Junta.

Assim, num tempo político em que a I República já não vigorava, para o seu projecto de reforma da mentalidade portuguesa por via da instrução e da educação – nomeadamente pela concepção de Universidade como espaço produtor de conhecimento científico³⁴⁴ – concorreria a JEN. Nesse sentido, visando a promoção da investigação científica entre os docentes, para Celestino da Costa era na Universidade que se deveriam recrutar os investigadores, inclusivamente entre os professores³⁴⁵. As implicações práticas deste entendimento da realidade, em termos de profissão dos bolseiros da Junta, encontram expressão no Gráfico 7.

Entre o professorado nacional, a quem é concedida a grande maioria das bolsas de estudo, destacam-se os docentes e investigadores universitários, representando 54% e 66% dos bolseiros externos e internos, respectivamente. Atenda-se que embora a carreira de investigador ainda não estivesse institucionalizada,

Gráfico 7 – Profissão dos bolseiros de longa duração (JEN – 1929/36)



Fontes: AIC. Processos individuais dos bolseiros. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]³⁴⁶.

denominámos como tal, por exemplo, os naturalistas que, não leccionando, desenvolviam investigação científica nas faculdades. Mais importante será constatar que a subdivisão deste grupo predominante nos revela serem os docentes do ensino superior os principais destinatários das bolsas da JEN, ascendendo, entre os bolseiros internos, a 51% do total³⁴⁷.

Se, como destacámos, a influência destes professores se repercutia sobre os representantes dos outros níveis de ensino, entre estes também havia quem beneficiasse directamente do apoio da JEN. Nesse caso sobressaem os professores de liceu, e os professores, inspectores e directores do ensino infantil e primário que, no estrangeiro, sobretudo na Bélgica, Suíça e França, se actualizavam pedagogicamente³⁴⁸. Outros grupos representados, embora também minoritariamente, eram os estudantes de licenciatura – totalizando 3% e 4% dos bolseiros no estrangeiro e no país, respectivamente – e licenciados com ou sem actividade profissional – estes últimos representando 5% dos bolseiros externos e 3% do total dos bolseiros em Portugal.

O evidente resquício de um ideário republicano subjacente ao perfil dos bolseiros não justifica, isoladamente, os valores apresentados. Na realidade, nesta particularidade os modelos exógenos influíram novamente a actuação da JEN. Reportamo-nos ao modelo de Universidade germânica – que Celestino da Costa valoriza por incumbir o corpo docente da investigação científica e da introdução do estudante na mesma³⁴⁹ – e, de modo mais próximo e directo, a Santiago Ramón y Cajal, à Junta para Ampliación de Estudios e fundamentalmente ao modelo de financiamento da ciência na Bélgica representado pelo Fonds National de la Recherche Scientifique.

De Ramón y Cajal, com quem Celestino da Costa privava pelo menos desde 1917, o futuro presidente da JEN herdou a concepção de que a Universidade espanhola (como a portuguesa), quase exclusivamente consagrada à atribuição de títulos académicos, deveria ser transformada num órgão de produção “filosófica, científica e industrial”. Esse modelo de Universidade alemã, na transposição para a realidade espanhola, pressuporia a *europização* do seu corpo docente, particularmente dos catedráticos, na medida em que se os discípulos tendem a reproduzir as práticas e costumes dos mestres, desse modo, “Europeizando rápidamente al catedrático, europeizaremos al discípulo y a la nación entera”³⁵⁰.

Esta ideia veiculada por Ramón y Cajal em finais do século XIX não apenas influirá posteriormente a Junta para Ampliación de Estudios – donde resultará que, não descurando o financiamento de representantes dos diversos níveis de ensino, os catedráticos estão em posição vantajosa sobre outros candidatos a bolsas individuais³⁵¹ –, como influenciará Celestino da Costa e, por conseguinte, como verificámos, conduzirá a JEN na definição do perfil *ideal* de bolseiro.

Neste caso, a primazia conferida ao professorado superior não se limita a quem já integra os seus quadros, abrangendo ainda quem manifesta perante a JEN vontade ou possibilidade de os integrar, o que, em parte, explica a existência de bolsiros nas categorias de “Aluno”, “Licenciado sem actividade profissional” e “Outras”, as quais, recorde-se, respeitam fundamentalmente a licenciados com actividade profissional, como sejam médicos, advogados e engenheiros agrónomos.

Entre outros exemplos que se podem citar, o caso de José Oliveira Neves é paradigmático da realidade descrita. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, da qual é secretário-geral, Oliveira Neves tem somente vinte e três anos quando solicita uma bolsa para preparar o seu doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas na mesma universidade.

Classificado com dezoito valores, o jovem advogado candidata-se ainda na posse de uma certidão exarada pelo Conselho da Faculdade de Direito de Coimbra, que o julga em “...excelentes condições para se apresentar como candidato ao doutoramento”³⁵². O facto de não apresentar trabalhos publicados é colmatado por estas e outras informações que entretanto a JEN recolhe a seu respeito, destacando-se, por fim, na análise ao seu processo, o parecer do professor da Faculdade de Direito de Coimbra e presidente da delegação da Junta na mesma cidade, José Beleza dos Santos, que termina com as seguintes palavras: “Devo declarar que pelo conhecimento que tenho do candidato, o julgo em condições de ser aproveitado para o professorado no ensino superior do direito”³⁵³.

Na margem deste parecer é registada a decisão da Comissão Executiva, a qual revela a importância desta última ideia e o modo como a mesma se interliga com os anteriormente referidos critérios de concessão de bolsas de estudo³⁵⁴.

«A Comissão Executiva, em sessão de 19 de Dezembro de 1929, resolveu conceder a bolsa pedida por este candidato em detrimento de Armando Simões Pereira por militarem a favor dele as circunstâncias, apontadas pelo prof. Dr. Beleza dos Santos, da sua possível ascensão ao professorado superior da especialidade, do que resultaria um melhor aproveitamento social da bolsa concedida»³⁵⁵.

Um estudo focado nos estatutos e actividade desenvolvida pelo Fonds National de la Recherche Scientifique elucida-nos sobre os fundamentos desta orientação. Na existência de dúvidas, o próprio Celestino da Costa as dissipa, quando em Novembro de 1934, a propósito da suspensão das bolsas internas pelo ministro da Instrução Pública, recorda ter sido o principal autor do capítulo regulamentar relativo às bolsas de estudo no país inspirado sobretudo nos

estatutos daquela instituição científica belga³⁵⁶. De acordo com os mesmos e à imagem do que é praticado pela JEN, de que José Oliveira Neves é um caso exemplar, alguns dos principais apoios do Fonds National de la Recherche Scientifique são canalizados para jovens investigadores que se pretendem preparar para uma carreira universitária³⁵⁷.

A estes principiantes, denominados de *aspirants*, exige-se um diploma de curso superior e a dedicação exclusiva à investigação científica pelo menos durante um ano, devendo os seus estágios ser orientados por um professor. Outra categoria de investigadores financiados é constituída pelos consagrados, os quais são designados por *associés*. Devendo possuir pelo menos três anos dedicados à investigação e publicado trabalhos de mérito reconhecido, aos membros deste grupo permite-se o exercício da actividade docente, exceptuando o qual deverão dedicar toda a sua atenção à investigação científica³⁵⁸.

Uns e outros poderiam ter bolsas sucessivamente renovadas, embora com diferenças entre si. Assim, se aos *aspirants* as bolsas de estudo na Bélgica eram atribuídas por um ano e renováveis por mais cinco, aos *associés*, as bolsas, também exclusivamente internas, eram prorrogáveis bienalmente até um máximo de dez anos³⁵⁹.

Uma análise comparativa com o Regulamento da JEN, e fundamentalmente com a actividade desenvolvida no âmbito das bolsas no país, revela-nos inúmeras semelhanças com a realidade belga, denotando a profunda influência deste modelo no financiamento dos investigadores em Portugal. Atente-se, inicialmente, à distinção entre os bolseiros internos, inexistente nos bolseiros fora do país. Assim, e de acordo com o decreto regulamentar da Junta, podem obter bolsas de estudo em Portugal “indivíduos que terminaram há pouco os seus estudos superiores ou estão a preparar trabalhos para doutoramento ou concursos e desejam iniciar-se na investigação científica ou prosseguir trabalhos já começados”³⁶⁰, bem como “investigadores que já tenham certo passado científico, demonstrado por trabalhos ou publicações de valor reconhecido e que precisam de subsídios para um período largo de tempo”³⁶¹.

Se àqueles se exigia o compromisso de executar investigações científicas, pelo menos, durante um ano, assim como de estagiar sob a direcção de um orientador, a estes últimos somente se atribuíam bolsas no país se dedicassem à investigação a maior parte do seu tempo, o que excepcionalmente comportava o exercício de funções docentes ou técnicas em estabelecimentos científicos³⁶².

Ainda notoriamente determinado pelo modelo de financiamento belga, os bolseiros da JEN no país, dependendo da categoria que integravam, usufruíam *a priori* de bolsas mais ou menos prolongadas. Se aos investigadores iniciantes lhes era concedida uma bolsa (nova) precisamente nos mesmos termos das

conferidas pelo Fonds National de la Recherche Scientifique, portanto, atribuída por um ano e renovada até um máximo de cinco anos, os bolsheiros consagrados dispunham, aparentemente, de prazos mais prolongados³⁶³.

Recordemos que a Junta foi extinta sensivelmente após sete anos de actividade, facto que nos impossibilita confirmar se as renovações de bolsas para os investigadores consagrados, pelo menos para os que tivessem estagiado no estrangeiro, também se prolongariam até uma década ou, eventualmente, a poderiam mesmo superar³⁶⁴.

A evocação dos dois docentes universitários cujas bolsas internas excederam os setenta meses permite-nos supor que esta seria a política a implementar. Quer Amândio Joaquim Tavares, quer Manuel João Xavier Morato, que haviam usufruído da condição de bolsheiros em França e na Bélgica, respectivamente, obtiveram extensas bolsas internas enquanto investigadores com passado científico comprovado³⁶⁵. Mais interessante será mesmo este caso, na medida em que sendo assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa, Manuel João Xavier Morato obtém a bolsa nova, em Janeiro de 1930, enquanto iniciante, estatuto que ao ser alterado para o de investigador consagrado em 1934/35, aquando da quinta renovação da bolsa, lhe permitirá prolongar o estágio até aos setenta e seis meses³⁶⁶.

Na óptica de um investigador iniciante, esta medida pode ser interpretada como um estímulo ao prosseguimento da sua carreira, não apenas por assegurar a manutenção das condições necessárias à produção científica regular – que na ausência de uma bolsa de estudo seria impraticável³⁶⁷ –, mas ainda por pressupor uma maior retribuição pelos trabalhos executados sob o novo estatuto.

Quadro 14 – Média do valor das bolsas mensais da JEN, em Portugal, e do FNRS, na Bélgica, de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1930

		Escudos	Francos belgas	Euros (2014)
JEN	Investigador iniciante	500.00	175.75	436,45
	Investigador consagrado	1.200.00	421.79	1.047,47
FNRS	Investigador iniciante	2.370.82	833.33	2.069,47
	Investigador consagrado	3.556.25	1.250.00	3.104,22

Fontes: AIC. Processos individuais dos bolsheiros. JEN, 1938: 223-224; [http://www.bportugal.pt/estatisticasweb/\(S\(gsreikym5y0jdn450wyygm45\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bportugal.pt/estatisticasweb/(S(gsreikym5y0jdn450wyygm45))/SeriesCronologicas.aspx). INE. DCN. NEPC³⁶⁸.

Como se verifica, a diferenciação no montante das bolsas internas para os investigadores com ou sem passado científico comprovado consiste em outra manifestação da influência exercida pelo Fonds National de la Recherche Scientifique. Se em 1930 um mero licenciado, como Manuel João Xavier Morato ou o também referenciado José Oliveira Neves, auferia por mês uma bolsa de 500\$00, um professor catedrático, como Geraldino Brites ou Gonçalo Sampaio, recebia 1.200\$00 mensais pela investigação conduzida no laboratório de que era director³⁶⁹.

Mais do que visando uma comparação entre os valores das bolsas da JEN e do Fonds National de la Recherche Scientifique, a introdução destes últimos no Quadro 14 pretende elucidar como, neste aspecto particular, a JEN concilia a influência belga com o ideário de Celestino da Costa.

Assim, se naquele país os *aspirants* recebiam, em média, dois terços do auferido pelos *associés*, em Portugal esta proporcionalidade era reduzida a menos de metade. Com uma bolsa para os investigadores consagrados que equivalia, em 2014, a 1.047,47 euros, resulta da proporção mencionada que o valor das bolsas para os iniciantes ascendia somente ao que, nesse ano recente, eram 436,45 euros. Uma primeira interpretação tenderá a reduzir as causas desta disparidade à escassez de recursos financeiros da Junta. Sem a excluir, em nosso entender esta especificidade da JEN deriva sobretudo da aplicação do pensamento de Celestino da Costa, que já em 1918 se expressava nos seguintes moldes:

«...se o assistente tivesse logo bons ordenados, veríamos esses lugares procurados apenas pelos vencimentos. Ora a carreira científica é toda cheia de sacrifícios e abnegação. Quem não tiver a coragem e o amor pela ciência necessários para trabalhar por gosto, sem mira nas vantagens materiais é inapto para essa carreira e deve escolher outra mais prática. Na vida científica deve existir uma espécie de noviciado, em que a vocação seja posta a prova. Só quem é capaz de se sacrificar é digno de vencer. Assim sucede lá fora. As Escolas estão cheias de jovens que trabalham com pequenos ordenados, muitos sem nada receber, cheios de ardor e entusiasmo»³⁷⁰.

Mais do que constrangimentos orçamentais – possíveis de minimizar recorrendo a uma proporcionalidade mais próxima da aplicada pelo Fonds National de la Recherche Scientifique³⁷¹ –, o baixo valor das bolsas internas para os investigadores em início de carreira resultará de uma opção. Em seu sustento acrescenta-se ainda que esta interpretação se coaduna com a filosofia da Junta, que no início do seu funcionamento define as bolsas dos principiantes, precisamente, como “bolsas de estímulo”³⁷².

A igualdade de género na Junta

Numa perspectiva de género refira-se que a JEN não impôs restrições, permitindo que tanto os homens como as mulheres portuguesas – dez bolsseiras no estrangeiro e sete no país – pudessem participar na ampliação do património intelectual, neste caso em áreas distintas como as Ciências, as Letras, a Medicina e a Pedagogia³⁷³. De modo não surpreendente, atendendo à residual presença feminina no professorado universitário da época, todas as bolsseiras internas foram consideradas principiantes pela Comissão Executiva³⁷⁴.

Ao implicitamente defendermos que a Junta não discriminou sob o ponto de vista do género socorremo-nos ainda das seguintes constatações: 53,9% das solicitações de bolsa em Portugal por parte de mulheres foram atendidas favoravelmente, em contraposição aos 43,4% de pedidos deferidos aos candidatos masculinos³⁷⁵. Ou seja, a Junta manifestou uma maior capacidade de resposta às solicitações de bolsas internas por parte de candidatos do sexo feminino face aos do sexo masculino, ao que se junta uma retribuição igualitária pelo trabalho desenvolvido, na medida em que para umas e outros, enquanto principiantes, o quantitativo das bolsas era equivalente³⁷⁶.

Considerando que a atribuição de bolsas para estes iniciantes visava suscitar vocações científicas, herança das suas congéneres internacionais, particularmente do Fonds National de la Recherche Scientifique³⁷⁷, e concedendo-as a um género pouco representado no meio académico e científico nacional, a Junta desempenhava ainda um papel importante na alteração desse panorama, possibilitando a introdução de novas protagonistas das quais se esperava que, a médio e longo prazo, também granjeassem o estatuto de consagradas.

Embora somente bolsseira no estrangeiro – onde, como referimos, a distinção entre os bolsseiros internos não se aplica – o caso de Branca Marques é sintomático desta ideia. Partindo para a capital francesa, em Novembro de 1931, meramente como licenciada e assistente da Faculdade de Ciências de Lisboa, durante o estágio, e grandemente motivado pelos trabalhos entretanto publicados nos *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris* e pela comunicação que profere no Institut du Radium a convite de Marie Curie, a sua condição perante a instituição que a financia sofre uma alteração significativa³⁷⁸. A comprová-lo bastar-nos-á atender à decisão emanada da Comissão Executiva em sessão de 18 de Outubro de 1933, quando a candidata Maria dos Anjos Ferreira Rodrigues, analista do Laboratório de Química da Faculdade de Ciências de Lisboa, solicita uma bolsa no Institut du Radium de Paris.

«A Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional, em sua sessão de hoje, resolveu indeferir, no ano corrente, pela vantagem de estágio prévio em Portugal,

o pedido de Maria dos Anjos Ferreira Rodrigues que deverá fazer estágio com D. Branca Edmée Marques logo que esta regressar a Portugal»³⁷⁹.

A nova condição que a Junta implicitamente advoga à sua bolseira é *confirmada* com a obtenção do grau de *Docteur ès Sciences Physiques* pela Universidade de Paris, em Novembro de 1935. Se no ano imediato, de regresso a Portugal, lhe é reconhecida a equiparação deste título ao grau de doutor em Ciências físico-químicas das universidades nacionais, em 1938, sob seu impulso e patrocínio do IAC, é criado o primeiro Laboratório de Radioquímica no país, na Faculdade de Ciências de Lisboa³⁸⁰. Este espaço laboratorial não apenas promoverá uma mudança substancial no ensino da Química na Universidade de Lisboa, por acrescentar a vertente da investigação científica, como permitirá à sua directora, Branca Marques, assegurar níveis de produção científica que lhe possibilitam manter a capacidade de publicação nos *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*³⁸¹.

Acompanhando esta carreira de cientista, o seu percurso académico é ainda marcado pelo exercício de funções de professor extraordinário desde 1942, pela prestação de provas públicas para aceder ao título de professor agregado em 1949 e pela obtenção do lugar de professor catedrático em 1966³⁸². Nesta ascensão, que culmina com a ostentação do título de primeira mulher a obter a cátedra numa faculdade de Ciências portuguesa, Branca Marques não olvida o papel da JEN (e do seu sucessor IAC) no despoletar e consolidar da mesma³⁸³.

Independentemente da sua capacidade de intervenção e consagração nacional e internacional, o que nem Branca Marques nem qualquer outra mulher ou homem financiado pela Junta alguma vez dispôs, embora fosse do conhecimento dos seus dirigentes, foi de uma renda vitalícia como o Fonds National de la Recherche Scientifique concedeu, na Bélgica, a cientistas eminentes³⁸⁴. Se os recursos eram parcos, as prioridades também eram outras, o que se traduz ainda na baixa média de idade dos bolseiros – trinta e três anos para os externos e, reflexo do seu frequente apoio posterior em Portugal, trinta e cinco anos para os bolseiros internos³⁸⁵.

“Foi a concessão de uma bolsa de estudo no país, após um estágio de três anos em Berlim, que permitiu que tais trabalhos se pudessem realizar”³⁸⁶

Avaliar o impacto da JEN, por intermédio das bolsas internas, na produção científica em Portugal implica conhecer a realidade existente aquando da sua

criação³⁸⁷. De acordo com testemunhos de alguns dos mais autorizados professores e investigadores da época, embora a Constituição Universitária de 1911 tivesse imposto a investigação científica como prática obrigatória no meio académico nacional, a sua produção era genericamente pouco expressiva. Nas palavras de Celestino da Costa, proferidas em Abril de 1918,

«Para um grande número dos nossos professores de ensino superior a sua única produção é a famosa tese de concurso. Ainda se, ao menos, ela fosse um trabalho original! Mas, pelo contrário, é vulgar que a tese de concurso seja um trabalho de compilação, de crítica geral, com pretensões a esgotar o assunto. Acontece porém que, nesses casos, a bibliografia é incompletíssima, ignorando às vezes os trabalhos publicados em determinada língua que o candidato não possui... O resultado é que é profundamente desconsolador... [e] as excepções são tão poucas»³⁸⁸.

Não se limitando a uma atitude crítica, o futuro presidente da JEN adianta uma explicação para a dificuldade de produzir investigação científica entre aqueles que, por princípio, evidenciam uma postura distinta.

«É preciso colocar em melhores condições os professores que fazem obra de investigação. Chegamos assim à magna questão dos vencimentos dos professores que é muito mais difícil do que parece à primeira vista. Ninguém põe em dúvida que os vencimentos actuais são absolutamente insuficientes: os professores universitários têm hoje os mesmos vencimentos que há 30 anos e como já nessa época eram insuficientes não sei como classificá-los agora. Os professores defendem-se acumulando regências o que só é aceitável em certos casos, quando se acumulam cursos muito afins, não excedendo certos limites. Ora não sucede assim e vêem-se professores de ensino superior regendo 5 e 6 cursos! Quando uma lei permitiu que, nos liceus, os professores regessem mais de 14 horas semanais chegando até às 26, a violência desta permissão fez-lhe dar o nome de *lei da fome*, porque realmente só a fome levará o professor a acumular esse trabalho insano. Ora se no ensino secundário isso é uma monstruosidade anti-pedagógica, que não diremos do ensino superior, onde o professor deve ser essencialmente um investigador! É necessário acabar com esse abuso, levantando os vencimentos de modo a não o fazer inevitável e a proibi-lo mesmo»³⁸⁹.

Em 1933, nas conferências proferidas no salão d'O *Século*, Aurélio Quintanilha e Rodrigues Lapa mantêm esta tónica discursiva. Se ambos denunciavam uma Universidade que globalmente não ensina nem produz, o catedrático de Coimbra reitera que os parcos vencimentos dos professores são uma

das causas dos seus baixos índices de produção científica³⁹⁰. Na época, esta argumentação ainda é veiculada por outros membros da comunidade científica nacional, como sejam Manuel Valadares e Branca Marques³⁹¹.

Num tempo histórico mais actual estas ideias encontram expressão em autores como Ângela Salgueiro e Augusto J. S. Fitas. Se aquela reconhece a legitimidade das acusações proferidas pelos investigadores mencionados – embora admita nessa atitude uma estratégia para advertir os poderes públicos da necessidade de patrocinar a investigação científica³⁹² –, este último, mais peremptoriamente, acusa a Universidade portuguesa de, em inícios do século XX, ser fundamentalmente uma instituição transmissora de conhecimentos, privilegiando o seu corpo docente a realização de trabalhos necessários às provas de progressão na carreira em detrimento da investigação. O reconhecimento de que a I República atribuiu à investigação científica um papel de maior relevo no desempenho das funções de professor universitário não o impedem de concluir que as boas intenções não passaram disso mesmo, nomeadamente porque os baixos vencimentos não permitiam uma dedicação intensiva à investigação³⁹³.

É no seguimento desta tese que importa reconhecer a importância das bolsas internas como um precursor sistema de retribuição diferencial ou *full-time system*, remunerando adicionalmente os professores que se dedicavam exclusivamente ao ensino e investigação³⁹⁴. Acresce o facto de as bolsas serem apenas concedidas a quem, pretendendo investigar, não dispunha de recursos financeiros para o efectivar. A fim de o provar, os candidatos assinavam, sob compromisso de honra, uma declaração onde constavam os rendimentos auferidos ou submetiam um *Curriculum Vitae* que a instituição disponibilizava. Neste formulário, entre questões de índole diversa associada ao estágio pretendido, os candidatos discriminavam a função que desenvolviam, quanto auferiam pela mesma, que outros recursos dispunham e o número de pessoas a viver a seu cargo³⁹⁵.

Pelo exposto, as bolsas da Junta no país perspectivam-se como a solução disponibilizada pelo Estado ditatorial português para a concretização de directrizes emanadas da pena dos legisladores republicanos³⁹⁶, leitura cuja aprovação induz à avaliação do discurso e, fundamentalmente, da capacidade de produção e publicação dos bolseiros antes, durante e após o financiamento estatal.

Em conformidade com as suas origens nos EUA em inícios do século passado – onde a filantropia Rockefeller apoiou a criação do *full-time system* para que os médicos professores não necessitassem de exercer clínica e se dedicassem à investigação³⁹⁷ –, as denúncias da comunidade médica nacional docente do ensino superior apontavam num sentido semelhante.

Os casos de Amândio Joaquim Tavares, de Luís José de Pina Guimarães e de Álvaro António Pinheiro Rodrigues, docentes da Faculdade de Medicina do Porto, são exemplificativos. Enquanto investigadores “falhos de fortuna pessoal”, os três informam a Junta que a sua condição de bolseiros internos lhes permitiu dedicarem-se exclusivamente ao ensino e à investigação, acrescentando Luís José de Pina Guimarães ter abandonado o exercício clínico desde o início da bolsa³⁹⁸. Consequentemente, em Julho de 1933 refere ter produzido, entre publicações e comunicações, setenta e três trabalhos desde que lhe foi concedida a bolsa em 1930³⁹⁹.

Na mesma circunstância encontra-se o seu colega Álvaro Rodrigues, que argumenta ter sido a condição de bolseiro no Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto que lhe permitiu num reduzido número de anos publicar um conjunto considerável de trabalhos, o qual enumera numa lista remetida ao presidente da Junta em Março de 1935. Refira-se que embora produzidos durante o estágio interno, alguns destes trabalhos obtiveram repercussão internacional, nomeadamente por serem publicados em periódicos como o *Journal of Anatomy*, *Anatomischer Anzeiger*, *Journal de Radiologie et d'Électrologie*, *Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela* e pelo seu autor proferir comunicações em congressos científicos internacionais ocorridos em Lisboa, Porto, Coimbra, Vigo, Amesterdão, Zurique e Varsóvia⁴⁰⁰.

Entre os professores catedráticos, as bolsas de estudo em Portugal assumiam a mesma preponderância no possibilitar ou, pelo menos, no facilitar da investigação científica. Se todos os docentes desta categoria financiados no país não dispunham de recursos financeiros para concretizar as investigações pretendidas, Aurélio Quintanilha explicita-o em moldes categóricos, quando em 22 de Julho de 1932, desejando prosseguir no Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques estudos iniciados na Alemanha com o financiamento da Faculdade de Ciências de Coimbra e posteriormente da Junta, solicita uma bolsa onde menciona:

«...como o requerente não conta com outros recursos que não sejam os que lhe advêm do exercício da sua profissão, e tem pesados encargos de família, só lhe será possível continuar a sua carreira de investigador se estiver em condições de poder aplicar à investigação todo o seu tempo, abandonando por completo acumulações de regências de outras cadeiras que só tem como vantagem o equilíbrio do seu orçamento. O professorado superior é de tal forma mal pago e o regime de retribuição do seu trabalho está de tal maneira organizado, que os professores são obrigados necessariamente a optar ou pela investigação ou pelo acréscimo dos proventos, pelo recurso às acumulações, que tiram todo o tempo útil para o trabalho pessoal de investigação científica»⁴⁰¹.

Traduzido em valores, o seu ordenado é de 1.833\$00 mensais⁴⁰². Sendo este o seu “...vencimento líquido de professor catedrático com as gratificações que lhe são inerentes...”, e juntando-se o facto de o requerente ser casado, com dois filhos e ainda ter a seu cargo a sua mãe⁴⁰³, facilmente se afere por que mesmo na cátedra os professores não se eximem de solicitar bolsas de estudo no país. Como Aurélio Quintanilha refere – à imagem de Celestino da Costa, que em 1934 mantém a coerência discursiva sobre os parcos rendimentos dos professores do ensino superior –, só desse modo se evita a acumulação de regências ou o exercício de outras actividades que, colmatando os escassos recursos, retiram o tempo disponível para a investigação⁴⁰⁴.

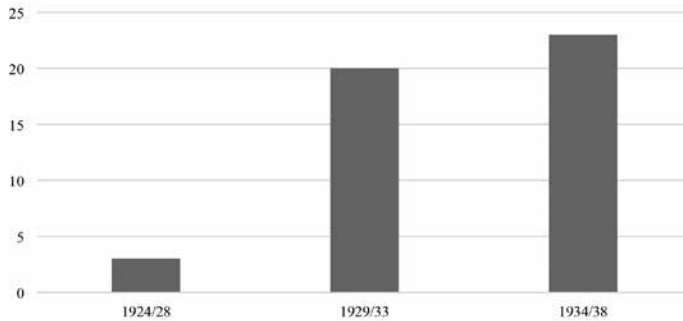
Ciente desta realidade, e consequentemente da legitimidade das declarações do candidato, a Comissão Executiva da Junta atribui-lhe uma bolsa de 900\$00 mensais entre Janeiro de 1933 e 1934. Nesse período de dezasseis meses, usufruindo de um rendimento mensal de 2.733\$00, Aurélio Quintanilha dispõe das condições materiais que lhe permitem assegurar a continuidade de uma actividade pautada pela publicação de trabalhos sobre genética de fungos e pela apresentação de comunicações em reuniões científicas nacionais e internacionais⁴⁰⁵.

A comprová-lo encontram-se as suas próprias palavras, quando em relatório remetido à Junta em Dezembro de 1934, após enumerar os trabalhos publicados e comunicações proferidas enquanto bolseiro interno, conclui: “Foi a concessão de uma bolsa de estudo no país, após um estágio de três anos em Berlim, que permitiu que tais trabalhos se pudessem realizar”⁴⁰⁶.

Esta relação directa entre o financiamento da Junta e a maior capacidade de produção e publicação dos investigadores evidencia-se em inúmeros outros casos, dos quais destacamos, pela possibilidade de quantificação, Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior.

Embora licenciado em 1923 pela Faculdade de Ciências do Porto e em 11 de Julho desse ano nomeado assistente da mesma faculdade, até finais de 1928 somente publica três trabalhos científicos, quando a criação da JEN, em Janeiro de 1929, altera profundamente a sua capacidade de publicação. Não é de descartar a hipótese de que alguns dos trabalhos dados à estampa entre 1929 e 1933 já estivessem concluídos antes da criação da Junta, aguardando verba para serem publicados. Sem possibilidade de confirmação, esta conjectura é no entanto reforçada pela constatação de que 30% das publicações de Santos Júnior, entre 1929 e 1938, são editadas nos *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, periódico que nesse intervalo temporal usufrui ininterruptamente dos subsídios da JEN/IAC⁴⁰⁷.

Gráfico 8 – Publicações científicas de Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior



Fonte: SANTOS JÚNIOR, 1948.

Beneficiando também do financiamento da Junta, entre 1929 e 1935, ao Instituto de Antropologia do Porto, Santos Júnior ainda publica alguns daqueles artigos em separatas, além de editar diversas monografias inéditas⁴⁰⁸. Referimo-nos neste caso a dois dos trabalhos publicados em 1929, *As ruínas castrejas da Cigadonha*, *Carviçais* e *Notas de Medicina popular transmontana*, às *Pinturas megalíticas no Concelho de Carrazêda de Anciães*, de 1930 e à monografia *As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa*. Nesta publicação de 1933, o director do Instituto de Antropologia do Porto, António Augusto Esteves Mendes Correia, permite que sejam aplicados 1.500\$00, a totalidade do subsídio que a Junta concede à instituição em 1933/34, o que resulta numa tiragem de quatrocentos e cinquenta exemplares⁴⁰⁹.

Se a estes apoios acrescentarmos a atribuição de uma bolsa de estudo no país a Santos Júnior entre 1934 e 1941, não surpreende que, no período analisado, sejam estes os anos em que mais investigações publica. Assim, entre 1934 e 1938, a par de separatas editadas pela aplicação do subsídio da JEN ao Instituto de Antropologia do Porto, como a *Nota de coreografia popular transmontana: a dança dos pretos (Moncorvo)*, em 1935, surgem novas investigações, também resultando em publicações, que derivam da sua condição de bolseiro interno. Entre estas contam-se “Um caso de albinismo num *Garrulus glandarius fasciatus* (Brehm)”, de 1935, “As focas portuguesas”, de 1936, *Grupos sanguíneos nos indígenas de Tete (Zambézia)*, de 1937, e *Lenga-lengas e jogos infantis*, de 1938, nas quais o seu autor menciona resultarem do financiamento da JEN/IAC⁴¹⁰.

No universo dos docentes do ensino superior refira-se, por fim, que se até à extinção da JEN Santos Júnior mantém a categoria de assistente, outros

professores mencionados, como Luís José de Pina Guimarães e Álvaro Rodrigues, progrediram na carreira, ascendendo de assistentes a professores auxiliares durante os estágios internos. Mais importante, na óptica da Junta, é o facto de estes e os restantes professores beneficiarem destas bolsas no país para continuamente produzirem e divulgarem nacional e internacionalmente conhecimento – prática cuja importância sobressai quando recordamos a acusação que pendia sobre a generalidade dos docentes universitários durante a I República: a falta de “trabalho original”⁴¹¹.

Finalmente, e como é verificável pelo perfil dos bolseiros, fora do professorado superior também havia quem manifestasse intenção de investigar, dependendo a sua concretização, novamente, das resoluções da Junta. Nessa circunstância encontra-se Rodrigo de Sá Nogueira, 1.º oficial da Secretaria da Academia das Ciências de Lisboa, que ao solicitar uma bolsa interna, em 1929, para estudar as “causas e natureza dos fenómenos fonéticos portugueses” declara que “...tendo mulher e três filhos para sustentar, se me torna indispensável procurar aumentar os meus proventos por meio da leccionação particular ou de outras ocupações, que me não permitirão dedicar-me a investigações com continuidade, se a Junta não deferir o meu pedido”⁴¹².

Concedida a bolsa, que sendo suspensa em Fevereiro de 1930 é acrescida de um estágio em Paris e Madrid, e seguidamente de uma nova bolsa em Portugal para estudos de “geografia linguística”, Rodrigo de Sá Nogueira pôde dedicar-se “com continuidade” às investigações pretendidas, chegando a admitir que graças a esse apoio financeiro passou de amador a especialista, por lhe ter sido possível deixar de se dedicar aos seus estudos apenas por escassos momentos⁴¹³.

Não pretendendo introduzir o debate sobre amadores e profissionais na produção de conhecimento científico, compete-nos destacar como das declarações de Rodrigo de Sá Nogueira sobressai a importância das bolsas internas enquanto mecanismo para a profissionalização dos actores científicos, nomeadamente por lhes permitir uma dedicação à investigação no âmbito do tempo de trabalho, em detrimento do tempo livre⁴¹⁴.

Em complemento, refira-se que estas bolsas ainda podem ser interpretadas como um instrumento pelo qual se procurava evitar a vinculação *definitiva* dos investigadores portugueses a instituições internacionais, incentivando-os a manter-se filiados a organismos nacionais. Mais explicitamente diríamos que ao aprofundar a integração da *intelligentsia* portuguesa nas redes internacionais de comunicação em ciência – quer pelas bolsas, quer pelo apoio a publicações e participações activas em congressos internacionais –, na óptica da JEN seria expectável que a consagração de alguns bolseiros, particularmente dos externos, resultasse numa perda para a investigação nacional, na

ausência de um compromisso e incentivo que asseverasse o seu regresso e ulterior aproveitamento.

Se esse regresso estava assegurado pelo contratualizado com a Junta, o posterior aproveitamento das competências dos ex-bolseiros externos associava-se à concessão de bolsas internas, que deste modo diminuía a sua probabilidade de ingressar nos quadros de organismos estrangeiros⁴¹⁵. E as propostas nesse sentido, partindo de cientistas e académicos de distintas nacionalidades, se não constituíram regra, existiram, ocorrendo por exemplo com Fernando Pereira da Silva, Armando de Lacerda e Branca Marques, após a conclusão dos seus estágios externos, com Aurélio Quintanilha, Abel Salazar, Manuel Valadares e Flávio Resende, consumada a sua expulsão da Universidade, ou ainda com João Avelar Maia de Loureiro. No seu caso, em 1941, perante a eventualidade de Portugal ser ocupado pelas tropas nazis – e informada a Rockefeller Foundation pelo professor Elmer McCollum, da Universidade Johns Hopkins, que João Maia de Loureiro havia sido um dos melhores cientistas estrangeiros a passarem pelo seu laboratório – discute-se no seio da instituição norte-americana o seu exílio nos EUA, permitindo-lhe manter a sua actividade de investigador⁴¹⁶.

No fundo, e embora não seja a questão colocada em semelhantes moldes nas sessões da Comissão Executiva ou da Assembleia Geral, do exposto resulta uma leitura das bolsas internas enquanto mecanismo de *retenção* da elite científica em Portugal, evitando o que, nas devidas proporções, contemporaneamente se apelida de *fuga de cérebros*⁴¹⁷.

“Foi decidido suspender desde Janeiro de 1933 a bolsa de estudo concedida ao Sr. [bolseiro A]⁴¹⁸ por se considerar insuficiente o respectivo rendimento”⁴¹⁹

A ideia de que a JEN baseou fortemente as suas decisões no mérito científico e intelectual dos investigadores pode ser aferida, como até ao presente momento, pelos bolseiros cumpridores do contratualizado – que produziram e divulgaram nacional e internacionalmente conhecimento –, como pela análise dos processos daqueles que desrespeitaram as suas obrigações institucionais. Nesta circunstância registaram-se dois casos entre os bolseiros internos, complementando as repercussões na sua condição de bolseiros a proposta que defendemos.

Enquanto principiantes, os bolseiros A e B iniciam, desde Fevereiro de 1931, a sua especialização em Fisiologia no Instituto de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, onde se dedicam, sob a orientação de Marck Athias, ao estudo das secreções internas e da fisiologia da circulação. Ambos, a 1 de Julho

de 1931, findo o período por que a bolsa havia sido concedida, apresentam relatórios descrevendo detalhadamente as investigações iniciadas⁴²⁰.

Após a entrega desses elementos, a Comissão Executiva da Junta, em sessão de 1 de Agosto, renova-lhes a bolsa por doze meses, solicitando o secretário-geral no final desse novo ano económico, em 17 de Junho de 1932, uma lista completa das suas publicações científicas desde que são bolseiros. Na resposta, nenhum dos visados refere ter publicado qualquer trabalho no período em causa. Ocorrida cerca de um ano e meio após o início da bolsa, esta resposta consistirá no primeiro sinal de que nenhum dos bolseiros estaria a cumprir plenamente as suas obrigações, sobretudo o bolseiro B que, contrariamente ao A, não refere estar a concluir a sua investigação⁴²¹. Consequentemente, em sessão da Comissão Executiva de 26 de Julho de 1932, se o bolseiro A ainda tem nova prorrogação de bolsa por doze meses, o bolseiro B não vai ter a bolsa renovada, "...tendo decidido a Junta procurar obter mais amplas informações sobre a sua actividade para firmar definitivamente a sua atitude"⁴²².

A partir deste momento os processos em análise tomam caminhos distintos, conhecendo novas directrizes elucidativas do rigor e equidade que os dirigentes da JEN procuram imprimir à sua actuação. O bolseiro A, a 21 de Novembro de 1932, em resposta a nova solicitação do secretário-geral da Junta, envia o seu *Resumo da Actividade* em 1931/32. Continuando sem indicar qualquer trabalho publicado ou reunião científica em que tenha participado, a sua justificação para a bolsa concedida assenta nas investigações que mantém em curso⁴²³.

Entendida como insuficiente, a sua actividade será questionada por Simões Raposo, que em ofício dirigido ao director do Instituto de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa refere:

«...acerca do bolseiro Sr. [bolseiro A] sabe V. Ex.^a que lhe foi prorrogada a bolsa no ano económico corrente na expectativa de que até o fim do passado mês de Dezembro ele ultimasse parte dos estudos que tinha entre mãos e iniciasse a publicação dos respectivos resultados. Rogo pois a V. Ex.^a que se digne ... de informar a Junta a este respeito»⁴²⁴.

Apesar dos propósitos da renovação, as expectativas mantidas neste caso rapidamente se desvanecem, tendo a Comissão Executiva, em sessão presidida por Marck Athias a 10 de Fevereiro de 1933, "...decidido suspender desde Janeiro de 1933 (inclusive) a bolsa de estudo concedida ao Sr. [bolseiro A] por se considerar insuficiente o respectivo rendimento"⁴²⁵.

Mais esclarecedor do facto de a concessão e prorrogação das bolsas não derivar necessariamente de relações pessoais dos bolseiros ou dos seus orientadores,

quando existem, com os dirigentes da Junta – e atendamos que na altura Marck Athias preside à mesma –, é o desfecho do processo do bolsheiro B. Tomada a decisão de não renovar a sua bolsa para 1932/33, Simões Raposo remete em 11 de Novembro de 1932 o *Resumo da Actividade em 1931/32*, que aquele devolve praticamente por preencher, mencionando somente que a investigação a que se tinha proposto estava entregue ao bolsheiro A, que a estaria a continuar em virtude de ele ter deixado de ser subsidiado pela JEN⁴²⁶. Procurando não formar uma opinião precipitada, o secretário-geral oficia a Marck Athias em 11 de Janeiro de 1933, questionando-o sobre a actividade do bolsheiro B no Instituto de Fisiologia⁴²⁷.

Novamente a resolução final, cabendo à Comissão Executiva, somente foi deliberada após auscultar o orientador do bolsheiro. Se sobre o bolsheiro A não sabemos exactamente o que Marck Athias proferiu na sessão de 10 de Fevereiro de 1933, sobre o bolsheiro B as suas palavras ficaram registadas e prefigurar-se-iam demolidoras na decisão tomada:

«Ouvido o Sr. Prof. Marck Athias acerca da bolsa que havia sido concedida ao Sr. [bolsheiro B] para trabalhar no Instituto de Fisiologia de Lisboa, concluiu a Comissão Executiva que o referido bolsheiro não só deixou de enviar à Junta os relatórios sobre a sua actividade a que se obrigara nos termos do seu contrato como ainda não compareceu no Instituto de Fisiologia de Lisboa nem executara os trabalhos que havia tomado como tema de estudo. Nestas condições foi decidido anular a concessão da bolsa e promover a restituição das quantias recebidas durante o ano económico de 1931-1932»⁴²⁸.

Detentor de uma pequena “bolsa de estímulo” fixada nos 400\$00 mensais, o bolsheiro B restitui aos cofres da Junta a quantia auferida – 4.800\$00, evitando incorrer na possibilidade de ver intentada contra si uma acção em nome do Estado⁴²⁹. Na inexistência de avultados recursos financeiros, o estreito controlo do investimento efectuado permitia aprofundar o contributo português para o progresso do conhecimento ou, nas palavras de Celestino da Costa, era a actuação cuidada da Junta que lhe permitia dispor, por vezes, de uns “últimos cinco réis” com os quais se realizavam “verdadeiros milagres”⁴³⁰.

Equiparação a bolsheiro: investigar a expensas de outrem

Quando na viragem do século Fernando Catarino divulgou as suas memórias sobre a personalidade e a importância de Flávio Ferreira Pinto Resende para a

botânica explicitou o modo por que se oficializou a ligação do então professor liceal à JEN.

«Ouvi de Resende a razão próxima dessa decisão de interromper o serviço lectivo no Liceu para prosseguir a sua formação. Num belo dia, explicava Resende com todo o empenho e entusiasmo a matéria do programa quando, a meio da aula, um aluno distraidamente deixou escapar um bocejo, tão ruidoso, que pôs toda a turma a rir a bandeiras despregadas e o pobre aluno numa aflição sem saber onde se meter. Resende explicava logo que a culpa não era do pobre rapaz mas somente dele que não conseguia, por falta de conhecimento e experiência directa das matérias, prender-lhe a atenção e ministrar melhor ensino. Terá sido no próprio dia que se decidiu alertar a Junta de Educação Nacional expondo o problema. Por sorte, era seu Presidente Celestino da Costa, que foi sensível ao pedido, possibilitando a Resende ir trabalhar para Coimbra com Quintanilha»⁴³¹.

Se a dimensão de Flávio Resende enquanto docente sobressai na atitude para com o seu aluno, para o presente estudo ressalta a opção que surge no horizonte de um *incógnito* professor liceal dos anos trinta que, na “...perfeita consciência da sua universal ignorância...”⁴³², se quer reeducar – o recurso à JEN. Refira-se, meramente a título de pormenor, que a memória de Fernando Catarino o induziu em erro ao julgar ser Celestino da Costa, à época, em 1932/33, o presidente da JEN, quando o cargo era ocupado por Marck Athias. O detalhe que nos importa não é, contudo, esse, mas o facto de contrariamente às palavras autobiográficas de Flávio Resende, que o mesmo autor reproduz, o seu estágio em Coimbra não derivar da concessão de uma bolsa da Junta, mas de uma outra modalidade inscrita no seu decreto regulamentar: a condição de equiparado a bolseiro⁴³³.

Inspirada na Junta para Ampliación de Estudios, esta modalidade confere ao seu titular os mesmos direitos e deveres inerentes a um bolseiro da instituição, embora não comporte encargos financeiros para o seu orçamento⁴³⁴. Na prática, um equiparado a bolseiro beneficia de um estágio em Portugal ou no estrangeiro enquadrado pela JEN, mas a expensas suas ou financiado por outras entidades, como sejam, por exemplo, a Rockefeller Foundation ou a SDN, que patrocina a um médico português, Luís Figueira, a frequência de um curso de malariologia na Alemanha⁴³⁵. Na ausência de custos para a JEN reside o motivo por que os seus setenta e cinco equiparados correspondem a 89,3% de respostas favoráveis às solicitações desta condição, um valor muito superior ao registado entre os bolseiros externos e internos⁴³⁶.

Naquele grupo encontra-se Flávio Resende que, como qualquer outro equiparado, mantém os seus vencimentos – contando como de bom e efectivo

serviço o período pelo qual usufrui desta condição –, embora esteja dispensado do serviço docente, o que se traduz em tempo disponível para a investigação⁴³⁷. Ausente da historiografia nacional, a importância deste mecanismo da JEN, que permite aos professores liceais, entre outros, investigar sob orientação de consagrados docentes universitários, é expressa pelo próprio Flávio Resende no seu segundo e último relatório de actividades desenvolvidas no Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques:

«Além da técnica de laboratório que adquiri durante este ano de estágio, em que fui na maior parte das coisas iniciado, pus também em dia os meus conhecimentos de Botânica no que diz respeito a alternação de fases, citologia, sistemática dos grandes grupos e fisiologia. Aprendi genética ligada à citologia assistindo às aulas do Snr. Dr. Aurélio Quintanilha e trabalhando sempre de perto com o Snr. Dr. Abílio Fernandes. Escusado será referir-me ao valor que este estágio teve para quem, como eu, se via embaraçado para a realização do mais elementar trabalho prático. Estou convencido que os professores dos liceus, do 6.º grupo, que, sabendo como se deve ensinar as ciências naturais, não se sentem habilitados para isso – como a mim sucedia – muito lucrariam se aqui viessem»⁴³⁸.

Sem custos para a Junta, mas controlado o trabalho efectuado pelo estagiário por parte dos seus dirigentes, as qualidades que evidencia permitem-lhe obter, no ano económico seguinte, uma bolsa de estudo na Alemanha, onde se vem a doutorar em botânica, em 1937, na Universidade de Hamburgo⁴³⁹. Desde esse momento até ao regresso definitivo a Portugal, em 1941, período durante o qual é novamente equiparado a bolseiro, Flávio Resende publica catorze trabalhos nas mais conceituadas revistas germânicas⁴⁴⁰.

«A própria tese de doutoramento é publicada, na íntegra, na *Planta*, em 1937, ao tempo a melhor revista europeia que abordava os tópicos mais modernos da Botânica. A ela se segue uma série de trabalhos no campo da Citogenética, um deles publicado na *Nature*»⁴⁴¹.

Se estas publicações foram as mais significativas da vasta bibliografia de Flávio Resende, a sua vinda da Alemanha, ingressando primeiramente no Instituto Botânico do Porto e posteriormente na Faculdade de Ciências de Lisboa, como catedrático e director do Museu, Laboratório e Jardim Botânico, saldou-se por profundas mudanças na investigação botânica em Portugal.

«As mudanças não afectaram apenas os aspectos materiais e de orçamento; foi sobretudo um estilo novo de sentir a ciência e acreditar e provar que nos povos peninsulares não existiam genes endémicos responsáveis pelo seu atraso.

A comprovar isso fundou, com a prata da casa, um novo estilo, para Portugal, de uma instituição científica, que em breve se tornaria conhecida e respeitada através da sua produção científica, em grande parte difundida em revistas próprias (*Portugaliae Acta Biologica, Revista de Biologia, Artigos de Divulgação, etc.*)»⁴⁴².

Nesta como noutras fases da sua carreira de professor-investigador, particularmente aquando do seu despoletar numa sala de aula do Liceu Afonso de Albuquerque na Guarda, Flávio Resende contou com o apoio das instituições estatais que em Portugal financiavam a investigação científica – a JEN e o seu sucessor IAC⁴⁴³. Nesse sentido, e ficando por apurar as repercussões da condição de equiparado nos percursos académicos dos restantes detentores dessa modalidade da Junta, à ideia de Fernando Catarino – “Abençoado bocejo esse que mudou a vida de Resende e desencadeou todo um processo de ‘aggiornamento’ da biologia vegetal em Portugal”⁴⁴⁴ – contrapomos ou, mais correctamente, acrescentamos: abençoado bocejo porque, sendo entendido pelo seu ouvinte, pôde ser correspondido graças à existência de uma instituição cuja missão consistia precisamente na actualização científica de Portugal.

De outro modo, e sem se pretender introduzir uma lógica de História contra-factual, como poderia um professor liceal, sem recursos próprios, iniciar um percurso de dedicação intensiva à investigação, portanto, dispensado do serviço docente, mantendo todos os vencimentos e regalias⁴⁴⁵?

Mendes Correia e a JEN: Arqueologia e Antropologia em contexto internacional

História da História da Arqueologia em Portugal: breves considerações

Produzida por membros da comunidade arqueológica nacional, com destaque para Carlos Fabião, João Luís Cardoso, Vítor e Susana Oliveira Jorge, Francisco Sande Lemos e Ana Cristina Martins, a História da Arqueologia em Portugal conhece em finais da década de oitenta do século passado uma tese cujas manifestações persistem, explícita ou implicitamente, na historiografia nacional⁴⁴⁶. Reportamo-nos à ideia das três idades em que a Arqueologia portuguesa é classificada, correspondendo a *idade do ouro* à segunda metade de oitocentos e primórdios do século XX, a das *trevas* ao período que lhe sucede – leia-se, a Ditadura Militar e o Estado Novo – e a de *renascimento* à fase iniciada em 1974⁴⁴⁷.

De acordo com Francisco Sande Lemos, e no seguimento da argumentação de Vítor e Susana Oliveira Jorge, que propõem uma periodização com notórias semelhanças, na *idade do ouro*, a par de amadores e curiosos que alimentam os estudos locais, imperam destacadas personalidades que acompanham o movimento que então anima a Europa civilizada, iniciando-se as primeiras cartas arqueológicas, publicando-se revistas com periodicidade regular, reunindo-se coleções e criando-se museus de âmbito local ou nacional.

No arco temporal que lhe sucede, até à década de setenta, este movimento esmorece, sendo os trabalhos dos principais actores pouco inspirados e escassamente criadores, recorrendo as pontuais escavações a métodos muito discutíveis, como discutíveis eram os seus objectivos e resultados, iniciando uma fase de declínio os museus entretanto criados, publicando-se revistas com intervalos excessivos, quando não desaparecem, e esgotando-se o Estado Novo no restauro de castelos e igrejas românicas.

Já na década de setenta, após a queda do regime de Salazar-Caetano, abrem-se novas perspectivas para a Arqueologia. As universidades renovam os seus quadros docentes, empreendem um esforço significativo para dinamizar o ensino e a investigação, e criam pólos de Arqueologia, para o que beneficiam do apoio estatal materializado na atribuição de meios financeiros⁴⁴⁸.

Fundamentalmente centrado no suposto período áureo da Arqueologia portuguesa, estes e outros autores incidem o seu *focus* de análise nas instituições e nos principais protagonistas no panorama arqueológico nacional. Referimo-nos à Sociedade Archeologica Lusitana, criada em 1849⁴⁴⁹, aos trabalhos de Carlos Ribeiro (1813/1882) ao serviço da Comissão Geológica do Reino, a qual foi criada em 1857⁴⁵⁰, ao Museu Nacional de Arqueologia, fundado em 1893 sob a designação de Museu Etnográfico Português⁴⁵¹, e ao seu instituidor, José Leite de Vasconcelos⁴⁵², à criação do Museu do Carmo e ao percurso do seu principal dinamizador, Possidónio da Silva⁴⁵³, assim como a Estácio da Veiga, também considerado um dos primeiros arqueólogos portugueses⁴⁵⁴, Francisco Martins Sarmiento⁴⁵⁵ e Francisco Tavares Proença Júnior⁴⁵⁶. Ultimamente, embora inserindo-se parte da sua actividade científica na denominada *idade das trevas* – o que juntamente com as convicções e teses que professa contribuirá para explicar a interpretação dessa actividade numa tónica acentuadamente marcada pelo binómio ciência e nacionalismo –, assiste-se à *recuperação* da figura de Mendes Correia⁴⁵⁷.

No fundo, a História da Arqueologia em Portugal enfatiza os heróis culturais e as instituições promovedoras de avanços significativos⁴⁵⁸. Articulando-se esta prática com uma leitura fortemente baseada em cronologias políticas, aumenta a probabilidade de uma mais célere revisão das teses defendidas, sobretudo quando confrontadas com novos contributos provenientes da História da Ciência.

Deste modo, influenciado por agendas internacionais dedicadas ao estudo da produção do conhecimento focado nas práticas colecionistas⁴⁵⁹, *boundary objects*⁴⁶⁰, *invisible technicians*⁴⁶¹ e *scientific personae*⁴⁶², começam a pontuar na literatura nacional trabalhos que apresentam novas perspectivas e interpretações sobre o modo como se produz o saber no domínio da Arqueologia, além de noutras áreas disciplinares como a Geologia⁴⁶³. Naquele campo, começa-se então a conferir importância a actores como sejam os proprietários, informadores, comerciantes e coleccionadores privados, às redes de conhecimento em que se inserem e à biografia dos objectos, que permite desvendar a *instrumentalização* daqueles pelas principais personalidades⁴⁶⁴.

É neste contexto de valorização de *novos* actores no processo de formação do conhecimento científico – arqueológico – que introduzimos um outro, o qual, no intervalo temporal a que nos reportamos, tem sido desvalorizado. Referimo-nos ao Estado ou, mais concretamente, à JEN.

Junta, Arqueologia (e Antropologia)

O reconhecimento da importância do Estado, por intermédio da Junta, no desenvolvimento e projecção internacional da investigação arqueológica e antropológica portuguesa assume maior destaque quando confrontado com as ideias vigentes sobre o período de tempo que nos ocupa. Denotando reminiscências da classificação por três idades, Carlos Fabião apresenta um balanço da Arqueologia em Portugal, no século XX, pautado pelos seguintes termos:

«Mas o grande paradoxo reside justamente em se reconhecer a existência de uma investigação fecunda e dinâmica nos fins do século XIX/inícios do XX que, aparentemente, se extingue. O mais difícil de entender é por que razão tal aconteceu, num país [Portugal] que manteve uma notável estabilidade política, a partir dos anos 20, sem conflitos internos (como em Espanha), sem envolvimento na II Guerra Mundial... e com um regime político cujo discurso vivia, em parte, de uma exaltação da gloriosa história pátria. Em suma, por que razão todo este conjunto de vantagens comparativas em lugar de propiciarem um efectivo incremento da actividade arqueológica e de valorização do seu legado monumental, convivem, placidamente, com um progressivo e inexorável estiolamento da primeira, e um acentuado esquecimento e degradação do segundo»⁴⁶⁵.

A contrapor esta interpretação linear da Arqueologia no período em causa, e procurando tão-somente evidenciar uma realidade mais complexa, apresentamos esquematicamente os apoios concedidos pela Junta que, ao invés de conduzirem ao definhar da investigação arqueológica, ao esquecimento e degradação

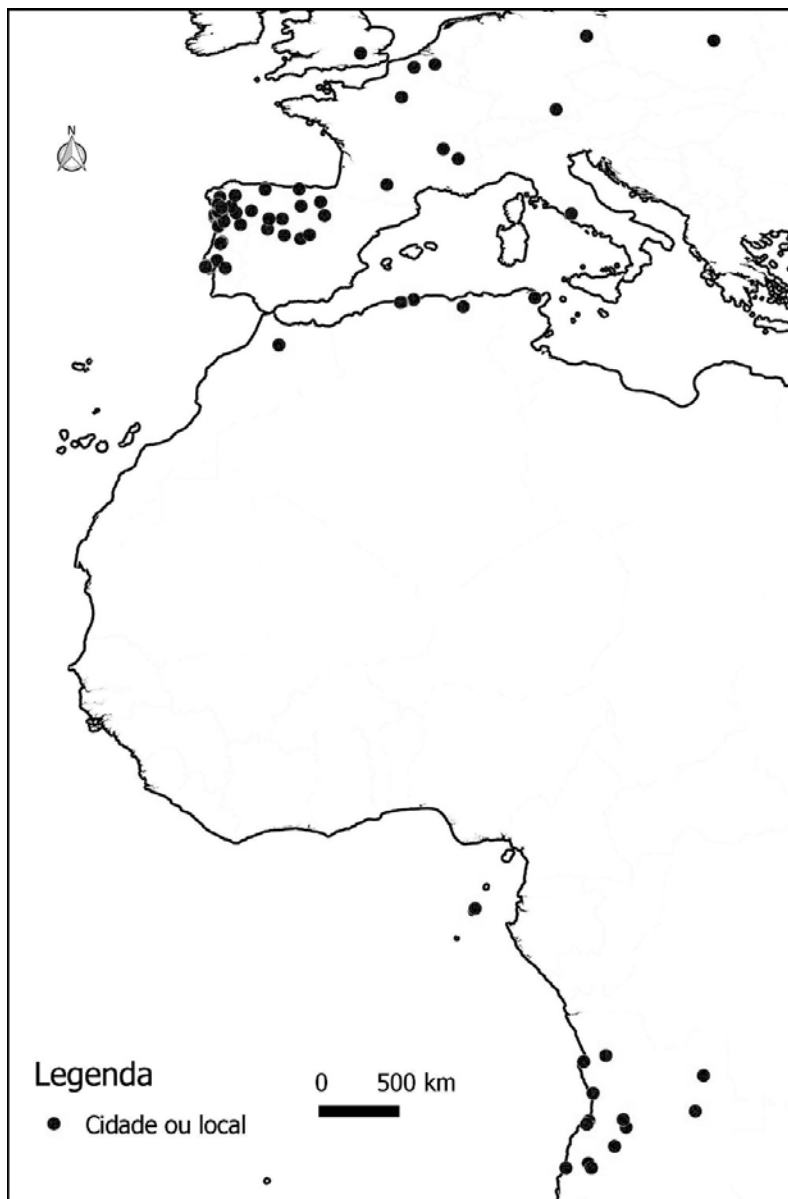


Figura 3 – Distribuição geográfica dos estudos arqueológicos e antropológicos financiados pela Junta (1929/36)

Fontes: AIC. Processos individuais dos bolseiros e das instituições/publicações financiadas; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁴⁶⁶.

do seu legado monumental, ao afastamento dos principais actores do movimento internacional ou ao fim de periódicos especializados, concorrem para o desenvolvimento e internacionalização do conhecimento arqueológico produzido em território português.

A nível interno, uma primeira análise revela-nos a promoção dos estudos arqueológicos e antropológicos maioritariamente localizada no norte e litoral do país, com destaque para o Minho, Trás-os-Montes, Porto, Coimbra e Lisboa, além de Condeixa-a-Velha, concelho de Sintra e Alapraia. Pontuais incursões ocorrem também no interior de Portugal continental, registando-se, em regiões mais a sul, escavações arqueológicas pré-históricas em Muge e em antas do concelho de Montemor-o-Novo, no Alentejo. Na efectivação destas e doutras escavações e prospecções arqueológicas pré-históricas concorrem, fundamentalmente, as bolsas de estudo internas concedidas a Mendes Correia, Abel Viana, Félix Alves Pereira e Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior.

Pelas ideias prevaletentes que justificam o restabelecimento da sua bolsa, após a suspensão pelo ministro da Instrução Pública, destacamos o caso de Santos Júnior, que requer à Junta um apoio para organizar um *corpus* das gravuras rupestres transmontanas nos seguintes moldes: “o interesse de estudos desta natureza está posto bem em evidência pelos subsídios que várias agremiações científicas e entidades oficiais têm concedido a investigadores de diferentes nacionalidades para tarefas semelhantes”⁴⁶⁷.

Em complemento da ideia de actualidade dos estudos pretendidos, o investigador do Instituto de Antropologia do Porto argumenta no sentido da imperiosa necessidade de salvaguardar o património em causa:

«Como já tinha especificado no meu requerimento tenho entre mãos alguns trabalhos de antropologia... e outros de arqueologia, sobretudo gravuras rupestres transmontanas. Tenho algumas estações por mim descobertas, ainda inéditas, precisamente por não ter tempo de dar aos apontamentos colhidos os últimos retoques, de forma a poderem ser publicados.

Sei da existência de outras estações de arte rupestre que ainda não tive ensejo de visitar, por falta de tempo e por deficiência da verba para excursões dos nossos serviços. Essas estações estão, dia a dia, a serem destruídas, por ignorância daqueles que vivem em contacto com esses monumentos arqueológicos do maior interesse.

Julgando portanto que poderia prestar um serviço útil, propunha-me correr a província de Trás-os-Montes para registar, enquanto é tempo, esses monumentos petróglifos, fazendo deles desenhos, fotografias e descrições, de forma a elaborar um Corpus Petrogliforum Transmontanus»⁴⁶⁸.

Submetendo a candidatura à apreciação de um especialista, Vergílio Correia, a Junta solicita-lhe um parecer sobre a idoneidade científica do requerente e sobre o seu plano de trabalho, particularmente a sua utilidade. Consciente do mérito de Santos Júnior, reconhecido nomeadamente pela redescoberta e estudo das pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa – que em meados dos anos trinta foi publicamente elogiado por alguns dos mais conceituados especialistas europeus, como o arqueólogo e pré-historiador francês Henri Breuil⁴⁶⁹ –, o director do Museu Machado de Castro responde destacando as “...condições absolutamente excepcionais [do requerente] para completar uma empresa que interessa muito à nossa Arqueologia pré-histórica”⁴⁷⁰. Fundamentado neste parecer, e ciente da urgência em preservar os *monumentos arqueológicos* em causa, a Comissão Executiva decide restabelecer a bolsa de estudo, resolução posteriormente deferida pelo ministro da Instrução Pública⁴⁷¹.

A prática das escavações e prospecções arqueológicas em Portugal continental, sob o enquadramento da Junta, resulta ainda do financiamento a instituições científicas, como sejam o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, o Museu Nacional de Arqueologia – na época Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos – ou a Faculdade de Letras de Coimbra, neste caso permitindo conduzir escavações na estação pré-histórica de Condeixa-a-Velha.

Atendendo às linhas programáticas da Junta, estas escavações arqueológicas, como os estágios em instituições científicas nacionais, não devem ser interpretadas isoladamente, integrando uma política concertada de desenvolvimento científico. Deste modo se explicam as bolsas no estrangeiro atribuídas a alguns dos actores envolvidos, que lhes permitem uma prévia actualização de conhecimentos em instituições como a Sorbonne e o Instituto Interuniversitario Italiano – onde Fernanda de Matos Cunha, colaboradora de Mendes Correia no Instituto de Antropologia do Porto, se diploma em Arqueologia Clássica⁴⁷² – ou a consulta e recolha de documentação que, ulteriormente, viabiliza a produção de estudos em Portugal. Neste caso destaque-se o abade de Baçal, que após usufruto de uma bolsa de três meses no Archivo General de Simancas, em Espanha, obtém os elementos necessários para a redacção do VIII volume das *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*⁴⁷³.

No seguimento desta política, o financiamento de periódicos como os *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, a *Revista de Arqueologia* ou os *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* – estes últimos ininterruptamente apoiados, pelo menos, entre 1929 e 1938⁴⁷⁴ – não apenas refuta a visão unilateral da extinção ou publicação com intervalos excessivos de revistas da especialidade nos anos trinta, como evidencia a preocupação em divulgar estudos arqueológicos e antropológicos, nomeadamente os resultantes

do financiamento da Junta. Ilustrativo desta ideia é o subsídio de 2.200\$00 a Manuel Afonso do Paço, concedido para escavações arqueológicas na gruta II de Alapraia e para a publicação da obra que divulga os resultados obtidos – *As Grutas de Alapraia*⁴⁷⁵.

Por fim, e ainda reflectindo o *modus operandi* da instituição, o conhecimento arqueológico e antropológico produzido em Portugal não se deveria limitar ao espaço público nacional, devendo ser difundido internacionalmente. Nesse sentido a JEN financiou a participação, com apresentação de comunicações, de Vergílio Correia Pinto da Fonseca no 5.º Congresso Internacional de Arqueologia, em Argel, em 1930, e de Rui Correia de Serpa Pinto no 1.º Congresso Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas, ocorrido em Londres, em 1932⁴⁷⁶.

Esta preocupação em articular a actualização da comunidade arqueológica e antropológica nacional com a sua capacidade de internacionalizar os conhecimentos que produz induz ainda a Junta a contribuir com 15.000\$00 para a realização, em Portugal, do XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica⁴⁷⁷. Juntamente com os 80.000\$00 que o orçamento do Ministério da Instrução Pública destinou à realização deste evento, os elevados valores envolvidos – 95.000\$00 – permitem-nos aferir a importância que o Estado português atribuiu ao sucesso do mesmo⁴⁷⁸.

Assim, cinquenta anos volvidos sobre a reunião em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, episódio interpretado como sinónimo da actualidade dos trabalhos da Comissão Geológica do Reino – que deste modo possibilitava a averiguação *in loco* das supostas provas do *Homem Terciário* da Ota, tema recorrente entre a comunidade arqueológica internacional⁴⁷⁹ –, o regresso a Portugal, em 1930, de alguns dos mais proeminentes arqueólogos e antropólogos da época, para também debater temas presentes nas suas agendas – como sejam os concheiros de Muge⁴⁸⁰ –, longe de simbolizar uma ruptura com o período precedente, representa uma continuidade na prática arqueológica nacional.

Se *ruptura* há é a que representa a introdução de *novos actores* – Junta incluída – numa historiografia fortemente marcada por cronologias políticas. Só deste modo, apreendendo os objectivos e prática científica de uma instituição como a que apresentamos, não será surpreendente ou mesmo incompreensível que o Estado ditatorial, em 1930, ao financiar a realização do XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, se prepare para acolher condignamente em Portugal, entre outros, dois cientistas soviéticos...⁴⁸¹

Mendes Correia: da ciência nacionalista à projecção internacional do seu cultor

A Arqueologia como disciplina científica incrementa desde o seu início, na segunda metade do século XIX, um conjunto de linhas de diálogo com outras disciplinas, como sejam a Antropologia, Etnografia, Geologia e Paleontologia, onde busca e baseia os indispensáveis elementos para tecer e fundamentar as suas observações, comparações, análises e sínteses⁴⁸². Neste sentido se percebe que um médico de formação, como Mendes Correia, se imiscua no mundo da investigação arqueológica e antropológica, interesses que o motivam desde os tempos de estudante por via da Psiquiatria e da Antropologia criminal⁴⁸³.

Se a actividade científica de Mendes Correia é usualmente interpretada com base no seu posicionamento nacionalista⁴⁸⁴, no âmbito do presente trabalho, um dos episódios mais significativos envolvendo este actor relaciona-se com as escavações arqueológicas pré-históricas em Muge, em 1930, e a significativa projecção internacional dos resultados obtidos.

Professor catedrático da Faculdade de Ciências do Porto e director do respectivo Instituto de Antropologia, António Augusto Esteves Mendes Correia alerta publicamente, em 1929, para a importância da investigação arqueológica e antropológica em Muge no panorama científico nacional e internacional. Iniciada no longínquo ano de 1863, mas longe de estar concluída, deduz-se das suas palavras a imperiosa necessidade de lhe dar continuação⁴⁸⁵.

Face aos exíguos recursos do Instituto de Antropologia do Porto, o seu director concretiza o que é prática corrente nos anos trinta entre a comunidade científica nacional que procura formar-se, intervir ou consagrar-se cientificamente – solicita apoio à JEN. Em ofício dirigido ao seu presidente, a 31 de Março de 1930, Mendes Correia fundamenta o pedido de financiamento na actualidade da agenda propiciada pelas investigações nos *Kiökkenmöddings* de Muge. A título exemplificativo menciona inclusivamente que essas questões, e as associadas ao mesolítico, serão objecto particular de debate no XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, a realizar em Coimbra e Porto⁴⁸⁶.

É em posse deste conhecimento, quer da necessidade de promover novas escavações em Muge pelo seu interesse científico, quer da possibilidade de internacionalização dos resultados obtidos, que a Comissão Executiva defere no dia seguinte o pedido em causa, na forma de bolsa de estudo interna⁴⁸⁷.

Com uma solicitação satisfeita na sua plenitude, Mendes Correia dispõe de 18.000\$00 para coordenar, por tempo indeterminado, os trabalhos no terreno – modalidade de apoio também importada do modelo de financiamento belga⁴⁸⁸. Iniciados de forma sistemática na manhã de 4 de Agosto de 1930, no seu curso o director do Instituto de Antropologia do Porto conta com o auxílio de



Figura 4 – Escavações arqueológicas em Muge, em 1930

Fotografia anexada ao relatório enviado por Mendes Correia ao presidente da JEN em 3 de Janeiro de 1931, em cuja legenda se lê: “Começo das explorações – Parte da vala d’ataque”. Crédito do IC (AIC. Cx. 1415, Proc. 9, Doc. 9).

colaboradores como Rui de Serpa Pinto, Alfredo Mendonça da Costa Ataíde e Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, estes últimos bolseiros da Junta no país desde 1933 e 1934, respectivamente⁴⁸⁹.

Revezando-se entre si, em virtude da necessidade de deslocação à cidade invicta para preparação do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, estes membros do seu Comité do Porto promovem uma primeira campanha de escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira com resultados que permitem mudar algumas das teses até então veiculadas. O próprio coordenador dos trabalhos, no relatório que envia à JEN em 3 de Janeiro de 1931, assim o enuncia, apontando simultaneamente novas questões surgidas no curso das investigações:

«Carlos Ribeiro supunha não haver esqueletos humanos no Cabeço da Amoreira. Já encontrámos, porém, restos ósseos de três indivíduos...

Encontrámos também muitas conchas perfuradas de colares, pequenas placas de grés (possíveis amuletos), dentes com sulco para orifício de suspensão, etc. Contra o

que se supunha, o homem de Muge usava ornatos.

Alguns rudes fragmentos de cerâmica aparecidos põem de novo a questão da existência de cerâmica no período pré-histórico a que se referem os concheiros. Tratar-se-á de intrusões mais tardias ou duma utensilagem então ainda rara? Ainda não podemos resolver o problema»⁴⁹⁰.

Concretizando o que anteviu e usou como argumento legitimador do seu pedido de subsídio, Mendes Correia deu a conhecer à comunidade científica presente no congresso os materiais recolhidos, não pela perspectiva de uma comunicação proferida sobre o tema, mas pelas visitas que proporcionou às instalações do Museu de Antropologia do Porto – para onde havia antecipadamente transportado parte desses materiais – e ao local das escavações. Sobre esta visita ao Cabeço da Amoreira, ocorrida a 1 de Outubro de 1930, informou o presidente da Junta nos seguintes termos:

«Foi boa a impressão dos especialistas nacionais e estrangeiros na sua visita às escavações. O Prof. Pittard no *Journal de Genève* referiu-se-lhe com palavras que nos são muito agradáveis e do mesmo modo Reygasse, Rellini, Siret, etc. Já a exposição de alguns espécimes no Porto os interessara muito»⁴⁹¹.

A concretização das escavações em Muge e a divulgação internacional dos seus resultados deriva da acção concertada da Junta, ao permitir ao titular da bolsa de estudo interna conjugar esse apoio com os “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual” e os “Subsídios a centros de estudo e a publicações científicas”.

Ao abrigo daquela rubrica, e visando a organização do congresso, o seu principal anfitrião beneficia do já mencionado financiamento de 15.000\$00, resolução cuja importância para a Antropologia e Arqueologia pré-histórica sobressai quando consideramos que somente por três ocasiões a JEN subsidia a realização de congressos científicos internacionais em Portugal⁴⁹².

Ainda enquadrado pelos “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual”, daquele evento e das escavações que o enriqueceram obtém o seu promotor, em 1931, um reforço da sua projecção internacional. Assim, em Fevereiro desse ano, sob proposta de Simões Raposo – que o entende como um investigador capaz de representar condignamente no estrangeiro a *ciência e a cultura nacional* – é incumbido pela Comissão Executiva de proferir conferências na França, Bélgica e Alemanha⁴⁹³.

Se na organização das conferências em França e na Bélgica o secretário-geral, beneficiando de contactos pessoais já anteriormente estabelecidos por



Figura 5 – Visita às escavações arqueológicas em Muge, em 1930

Fotografia dos participantes no XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica na visita conduzida por Mendes Correia às escavações financiadas pela Junta no concheiro do Cabeço da Amoreira. *Apud* CARDOSO, 2010-2011: 637.

Celestino da Costa, oficia directamente com os dirigentes ou decanos das instituições de acolhimento – explicando os objectivos da Junta e os propósitos das conferências de cientistas portugueses no estrangeiro –, já na preparação das conferências na Alemanha é solicitado o auxílio de Aurélio Quintanilha⁴⁹⁴.

Bolseiro da JEN em Berlim, o botânico da Universidade de Coimbra e doutrinador do anarquismo vê-se assim compelido a intervir na organização das conferências a proferir pelo catedrático da Faculdade de Ciências do Porto, também ele um homem de ciência, embora num campo político diametralmente oposto. De modo não surpreendente, Aurélio Quintanilha desenvolve uma acção profícua no estabelecimento de contactos com professores e instituições germânicas receptoras do conferente portuense⁴⁹⁵.

Beneficiando deste pragmatismo do bolseiro externo e fundamentalmente da própria JEN, que ainda lhe concede autorização para contactar directamente outras instituições científicas a fim de proferir mais conferências além das inicialmente previstas, Mendes Correia prepara três comunicações em francês, cujos resumos antecipadamente envia para a Junta. Na que intitula “Les

migrations préhistoriques: le témoignage spécial de la Péninsule Ibérique” recorre a elementos e fotografias obtidas nas suas escavações em Muge. Esta é a conferência que mais vezes vem a proferir, o que se concretiza nas universidades de Toulouse, Lyon, Grenoble e Lille, na École d’Anthropologie de Paris e na Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften, em Berlim⁴⁹⁶.

Crendo nas suas palavras, afere-se o êxito da sua missão pelas recepções e assistências a que teve direito. Assim, por exemplo, se na conferência pronunciada na Universidade de Toulouse contou com o anfiteatro da faculdade completamente cheio, já na Faculdade de Ciências de Lyon, entre a vasta audiência, estavam presentes o reitor, que o apresentou *amabilissimamente*, e Victor Grignard, decano da Faculdade de Ciências e prémio Nobel da Química⁴⁹⁷.

O *feedback* da comunidade científica ao teor das suas comunicações também terá sido assertivo do seu sucesso:

«Tendo escolhido assuntos de interesse geral, não deixava sempre de apresentar a contribuição portuguesa na matéria com o possível desenvolvimento e a verdade é que muitas individualidades testemunharam expressivamente a atenção que as conferências lhes solicitavam para o nosso país. O esboço que fiz em Bruxelas dos estudos criminológicos em Portugal suscitou ao Presidente da sessão, em termos eloquentes, a afirmação de que Portugal ia na vanguarda dos povos nessa matéria. O Prof. Virchow em Berlim declarou no fim da conferência que todos haviam ficado com o desejo de vir a Portugal ver as coisas interessantes de que eu lhes falara, na minha síntese sobre migrações pré-históricas»⁴⁹⁸.

Esta presença na Europa além-Pirenéus da ciência produzida em Portugal, sendo coroada por notável participação e *penhorante acolhimento* prestado ao conferente, ecoou na imprensa internacional da época, chegando a constituir notícia de primeira página.

Mas trinta e oito dias de viagem, incluindo a presença ininterrupta de uma semana em Paris ou mesmo estadias de três a quatro dias em cidades como Toulouse, Lyon, Bruxelas, Berlim ou Munique, foi tempo suficiente para rentabilizar noutros sentidos esta missão. Assim, neste período entre 10 de Abril e 17 de Maio de 1931, Mendes Correia assiste a reuniões científicas, priva com individualidades do mundo da ciência e da política em recepções, almoços e jantares, visita instituições científicas e colecções arqueológicas privadas, e desloca-se a locais com arte pré-histórica como as grutas de Niaux e Les Trois-Frères, prolongando no tempo uma prática entendida como vital na aprendizagem em Arqueologia⁴⁹⁹.

A diplomacia científica que estabelece nestas visitas e recepções é exemplar,

Berlim - 4/V/31
(Harnack haus)

1500 53/3

Meu querido amigo:

Em Berlim estava tudo ao
 admiravelmente preparado, graças
 à acção devotada e perfeita
 do Prof. Quintanilha, que me
 disse ter sido o ambiente
 facilitado pelas excelentes dispo-
 sições do Prof. Fischer, Dir.^o do
 Inst. Imp.^o Wilhelm D'Anthrop.,
 Hereditabilidade e Eugenia. A
 conferência é organizada pela
 Socied.^e Imp.^o Wilhelm e pela
 Socied.^e Alemã de Antropologia,
 hoje, às 8 da noite, na sala
 Helmholtz, da Harnack Haus. Está
 bem anunciada. A própria impre-
 sa, tanto diária, como científica
 se interessa pelo assunto. Ainda

Figura 6 – Carta de Mendes Correia para a JEN, em Maio de 1931

As profundas divergências políticas entre os intervenientes não impedem Mendes Correia de reconhecer que “Em Berlim estava tudo admiravelmente preparado, graças à acção devotada e perfeita do Prof. Quintanilha...” Crédito do IC (AIC. Cx. 0399, Proc. 18, Doc. 41).



Figura 7 – Jornal Le Progrès

Primeira página do jornal diário *Le Progrès*, de Lyon, de 19 de Abril de 1931, noticiando com direito a fotografia a conferência pronunciada por Mendes Correia, na Faculdade de Ciências, sobre as migrações pré-históricas através da Península Ibérica. Crédito do IC (AIC. Cx. 0399, Proc. 18).

capitalizando-a não somente no aprofundamento dos seus estudos como ainda na continuação da sua divulgação internacional.

«Dei à revista *Forschungen und Fortschritte*, a pedido desta, um artigo em que me ocupo dos achados de Muge. Vou publicar um artigo contestando a atribuição recentemente feita pelo Prof. Vallois, de Toulouse, do tipo predominante de Muge ao elemento antropológico de Cro-Magnon. O Prof. Mollison, de Munich, deu-me a honra de solicitar também um artigo sobre os esqueletos de Muge, para o ‘*Anthropologischer Anzeiger*’, solicitação que vou tratar de satisfazer com brevidade. Em Munich, no respectivo Instituto Antropológico, pude examinar atentamente os crânios pré-históricos de Ofnet, estação bávara que é das poucas coevas das de Muge que, como estas, forneceram esqueletos humanos»⁵⁰⁰.

Regressando a Portugal com a notícia de que a missão ultimada lhe granjeará a consagração intelectual e científica, comunica-o à Junta, quando descreve o ocorrido finda a sua conferência em Lyon: “Aplaudiram-me muito e, à despedida, no gabinete do decano, este e o Reitor comunicaram-me que me iam fazer doutor *honoris causa* da Faculdade de Ciências de Lyon, devendo realizar-se em Novembro a investidura”⁵⁰¹.

Considerando que um evento desta natureza integra a categoria das relações de expansão cultural e intercâmbio intelectual da JEN, por estreitar o relacionamento dos cientistas portugueses com os estrangeiros e permitir a expansão internacional da nossa cultura científica, não surpreende ter Mendes Correia regressado a Lyon, no final de 1931, novamente sob o seu patrocínio⁵⁰².

Assim, dispondo de um subsídio de 3.000\$00, foi investido em Lyon das insígnias de doutor *honoris causa*, participou novamente em almoços e banquetes, e visitou as estações pré-históricas de Les Eyzies, onde privou com o director das escavações. Ainda de acordo com práticas já instituídas desde a segunda metade do século XIX, se dessas estações trouxe alguns espécimes líticos e paleontológicos para o seu instituto, ao visitar os laboratórios de Geologia, e de Paleontologia Humana e Antropologia da Faculdade de Ciências de Lyon ofereceu alguns outros provenientes das suas escavações em Muge e das investigações do seu colaborador Rui de Serpa Pinto nas estações asturienses do litoral minhoto⁵⁰³.

Entretanto tinha-se realizado entre 20 e 27 de Setembro de 1931, em Paris, uma sessão extraordinária do XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica. A este encontro compareceu novamente Mendes Correia, que aproveitou a ocasião para continuar a divulgar as suas investigações em Muge. Na sua comunicação “Les nouvelles fouilles à Muge (Portugal)”,

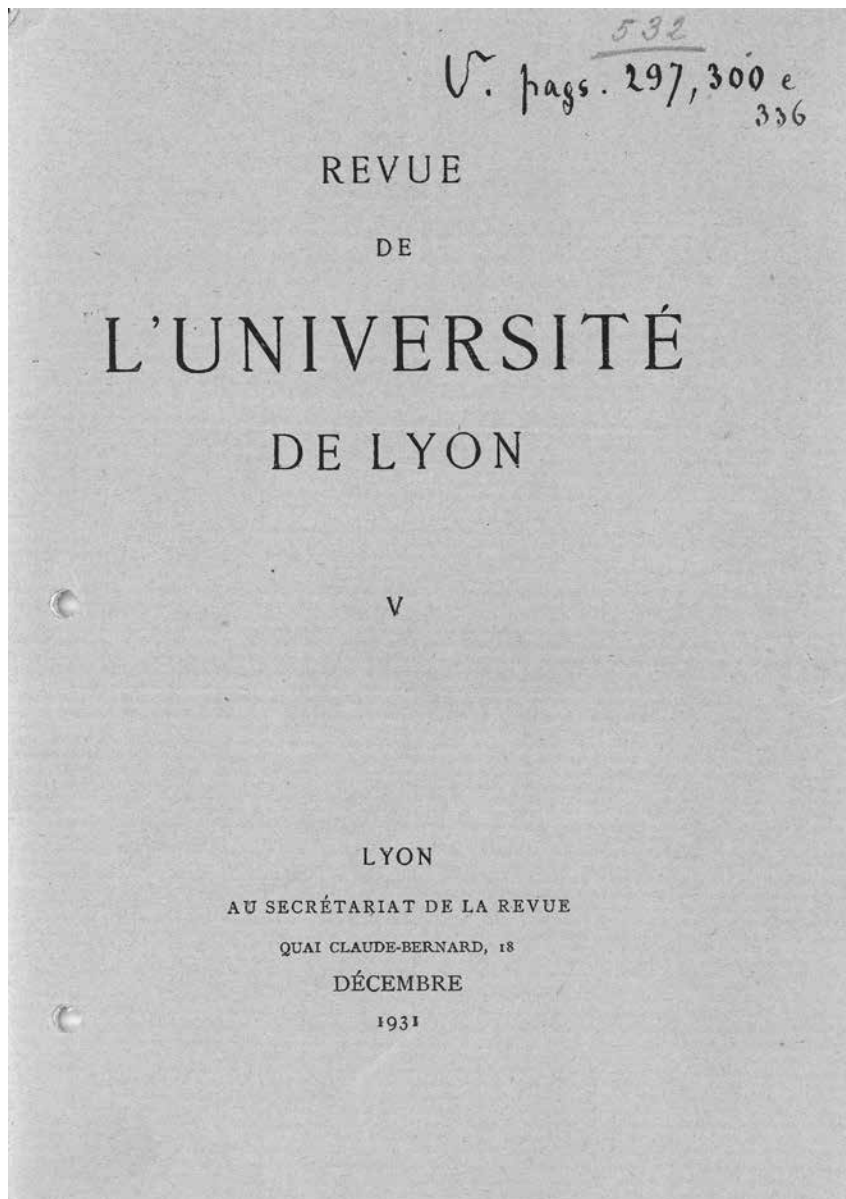


Figura 8 – *Revue de L'Université de Lyon*

Capa da *Revue de L'Université de Lyon*, de Dezembro de 1931, com indicação manuscrita das páginas onde é referenciado o doutoramento *honoris causa* de Mendes Correia. Crédito do IC (AIC. Cx. 0399, Proc. 18).

publicada em 1933 pela editora parisiense Librairie E. Nourry, publicita alguns dos resultados que já havia previamente revelado ao presidente da Junta. Referimo-nos à descoberta, no Cabeço da Amoreira, de pequenas placas de arenito com furos de suspensão, de dentes de animais com ranhuras também para suspensão, de conchas perfuradas para colares e de esqueletos humanos⁵⁰⁴.

Relativamente a estes últimos dispunha, em Setembro de 1931, de dois novos, descobertos durante uma segunda campanha de escavações ocorrida nesse Verão, a qual se concretizou pela aplicação do saldo restante do subsídio inicialmente atribuído⁵⁰⁵. Será a consciencialização desta preponderância da Junta na concretização dos seus projectos em Muge que induzirá o académico portuense a conferir-lhe destaque, quando toma a palavra na comunicação enunciada⁵⁰⁶.

Recordando que uma das críticas dirigidas aos arqueólogos portugueses consiste nos métodos muito discutíveis por si adoptados, nas escavações, durante a ditadura, das reacções a esta comunicação de Mendes Correia sobressai pela sua *novidade* a que ficou registada pelo punho de Afonso do Paço.

«No sábado, 26 de Setembro, as comunicações tiveram quase todas lugar no anfiteatro da Faculdade de Medicina e foram acompanhadas de projecções e filmes... Mendes Correia apresentou diversas projecções das últimas escavações feitas em Muge, principalmente no Cabeço da Amoreira, as quais foram pedidas pelo Conde du Mesnil du Buisson para ilustrar o seu curso de técnica de escavações arqueológicas na Escola do Louvre, facto que muito nos honra»⁵⁰⁷.

Três anos volvidos sobre este pedido, o reconhecimento da qualidade das técnicas de escavação adoptadas por Mendes Correia é acrescido de uma maior projecção pela inclusão das mesmas na obra *La Technique des Fouilles Archéologiques*. Num subcapítulo dedicado ao controle e supervisão das escavações, o conde du Mesnil du Buisson, director da missão arqueológica francesa na Síria, explicita, com direito a imagem, os procedimentos que o catedrático da Universidade do Porto adopta para recuperar pequenos objectos das terras removidas nas sondagens arqueológicas⁵⁰⁸.

Por fim, a avaliação de meio século da nossa existência colectiva como um todo monolítico comporta outras críticas cuja linearidade também é desconstruída pela análise aos apoios que a Junta concede a Mendes Correia através dos “Subsídios a Centros de Estudo e a Publicações Científicas”. Se, como mencionámos atrás, os *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* foram ininterruptamente apoiados, pelo menos, entre 1929 e 1938, dispondo a sociedade presidida por Mendes Correia de um canal privilegiado de divulgação contínua dos seus trabalhos e de permuta de periódicos científicos congéneres,

16 juillet 1933.
Chateau de Champfleut
par Exmes (Orne)

Je vous ai renvoyé il y a quelques jours les clichés de projection que vous aviez bien voulu me prêter pour mes cours de l'École du Louvre. La description de vos fouilles que j'ai pu faire avec ces vues a reçu un accueil très intéressé de mon auditoire composé uniquement de spécialistes et il ont pu apprécier vos bonnes méthodes.

Prof. a 16 let.

Monsieur le Professeur,

Figura 9 – Carta do conde du Mesnil du Buisson

Carta enviada pelo conde du Mesnil du Buisson a Mendes Correia, em 16 de Julho de 1933, alusiva ao bom acolhimento da metodologia utilizada pelo catedrático português em Muge pelos especialistas que frequentavam a École du Louvre. Crédito do MHNC-UP (AMHNC-UP. IA. DMUGE, 1930-1937, Doc. II/1933).

também o Instituto de Antropologia do Porto usufruiu continuamente do financiamento da Junta⁵⁰⁹.

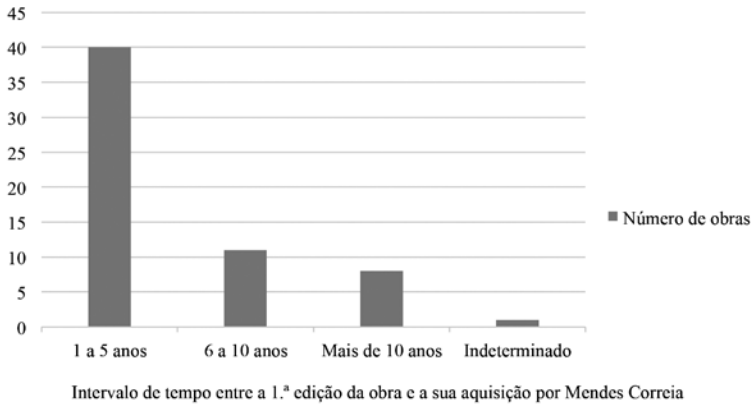
Em 1933, parte da verba atribuída a este instituto foi aplicada pelo seu director no custeamento de despesas com uma terceira campanha de escavações em Muge⁵¹⁰. Pelos valores envolvidos, mais importante será perceber a importância deste financiamento na melhoria das condições de investigação e na divulgação dos resultados. Deste modo, os 38.750\$00 atribuídos pela Junta ao Instituto de Antropologia do Porto são fundamentalmente canalizados para três fins distintos, mas complementares: aquisição de material de investigação, aquisição de bibliografia, e publicações científicas de Mendes Correia e dos seus colaboradores⁵¹¹.

Entre o material adquirido sobressai, pela sua novidade e custo, a máquina de filmar portátil Kinamo Zeiss-Ikon, famosa pelo seu tamanho compacto, robustez e precisão. Surgida no mercado internacional no início da década de vinte e adquirida por diferentes públicos, nomeadamente cientistas, Mendes Correia integra-se nessa corrente comprando um exemplar em 1929⁵¹². Consistindo a justificação para a sua aquisição a “fixação cinematográfica de cenas etnográficas e folclóricas nacionais”, será muito provavelmente do uso desta máquina que resultará o filme das escavações arqueológicas em Muge, realizado por Santos Júnior em 1933. Interessante verificar como este documentário evidencia que, na época, a investigação em Portugal não se cinge ao manuseamento de material obsoleto, sendo que para aceder a um instrumento deste potencial Mendes Correia aplica parte significativa do financiamento atribuído pela Junta ao seu instituto no ano económico de 1928/29, concretamente 4.611\$00⁵¹³.

O critério de novidade por que se pauta a aquisição de material de investigação reflecte-se na bibliografia que, também sob o patrocínio da JEN, integra o Instituto de Antropologia do Porto. Das sessenta obras em causa, quarenta, ou seja, dois terços, são adquiridas, no máximo, até cinco anos após a sua primeira edição. A originalidade destes números, quando confrontados com as críticas ao (muito) difícil acesso à literatura da especialidade na ditadura⁵¹⁴, é amplificada pela noção de que 72% desses sessenta periódicos e trabalhos monográficos são estrangeiros.

Henri Breuil, um dos autores mais citado por Mendes Correia no campo da Arqueologia pré-histórica⁵¹⁵, Salomon Reinach, co-fundador da École du Louvre e director do Musée des Antiquités Nationales (Saint-Germain-en-Laye)⁵¹⁶ ou inclusivamente arqueólogos anglo-saxónicos, como o australiano Vere Gordon Childe⁵¹⁷, são apenas alguns dos autores de referência a cujos trabalhos os investigadores do Instituto de Antropologia do Porto acedem pelo financiamento da Junta e com os quais, naturalmente, valorizam as suas posteriores publicações⁵¹⁸.

Gráfico 9 – Bibliografia adquirida pelo Instituto de Antropologia do Porto com financiamento da JEN (1929/36)



Fontes: AIC. Cx. 1213, Proc. 28; Cx. 1212, Proc. 3; Cx. 1259, Proc. 23; Cx. 1229, Proc. 24; <http://catalogo.bnportugal.pt>; <http://www.bnf.fr>; <http://www.loc.gov>; <http://www.bne.es/es/Catalogos/>; <https://www.worldcat.org/>.

Assim se justifica, pelo menos parcialmente, que Mendes Correia domine as principais teorias respeitantes ao estudo da humanidade⁵¹⁹, como se explica a observação do arqueólogo Florentino López Cuevillas, a propósito da já mencionada obra *As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa*, publicada por Santos Júnior em 1933⁵²⁰.

«O Dr Santos Junior ao redescobrir tais pictografias, unhas das mais importantes da Península Iberica, soupo eispolas a consideración dos entendidos e dos curiosos dun xeito tan sabio e amiudado, e facendo gala dun metodo tan rigoroso, e manexando unha tan forte bibilografía, que ao meu xuicio queda escurido dende agora todo futuro intento complementario o reitificador»⁵²¹.

Ignoraria o pré-historiador galego que parte desta *tão forte bibliografia* foi adquirida graças à actuação de uma instituição cujas repercussões na Arqueologia e Antropologia, em Portugal, não apenas asseguraram uma continuidade de práticas científicas na alternância dos regimes políticos, como significaram o acréscimo de uma estrutura concertada para o seu desenvolvimento e internacionalização.

CENTROS DE ESTUDO E PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS: A VIDA PELO SUBSÍDIO

“Nesta distribuição [de fundos] atendeu-se em primeiro lugar às necessidades dos laboratórios onde trabalham bolseiros da Junta no país ou antigos bolseiros fora de Portugal”⁵²²

A pretensão de que Portugal tome um lugar digno entre os povos *cultos*, colaborando com eles na obra da ciência⁵²³, pressupõe o apoio material às instituições onde o conhecimento científico é produzido. Perante esta necessidade, a Junta pondera, no início da sua actividade, entre fundar novos espaços laboratoriais ou financiar os já existentes. Parcialmente derivada das reduzidas dotações orçamentais, que implicam uma gestão criteriosa dos recursos, a escolha dos seus dirigentes recai na segunda opção, justificando-se assim a razão por que a JEN somente cria o Centro de Estudos Filológicos, em Lisboa, em 1932, financia a instalação do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra, inaugurado já pelo IAC em Setembro de 1936, e patrocina a criação do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica⁵²⁴.

Fortalecida pelos testemunhos de alguns professores universitários da época – que apontam a escassez de recursos da Junta como causa do desaproveitamento das competências dos ex-bolseiros externos –, esta ideia subjaz à tese de que a sua mais eficaz rentabilização ocorre somente desde finais dos anos trinta, quando o eclodir da II Grande Guerra altera a geografia do financiamento científico, canalizando-se as verbas anteriormente aplicadas em estágios no estrangeiro para bolsas internas e para a multiplicação dos centros de estudos sob a égide do IAC⁵²⁵.

Sem se pretender questionar a criação destes centros em Lisboa, Porto e Coimbra no aproveitamento das especializações dos ex-bolseiros externos, o estudo da actividade de algumas das instituições científicas já existentes entre 1929 e 1936, apoiadas pela Junta, revela-nos, no entanto, diversos casos de sucesso na rentabilização interna daqueles investigadores. Acresce ainda, como se verifica com Fernando Correia Pereira da Silva, que em casos de manifesta incapacidade em aproveitar, no país, as especializações dos bolseiros externos a causa pode residir também nos interesses corporativos que animam as organizações nacionais e não somente na propalada carência de recursos financeiros⁵²⁶.

Um outro factor determinante na decisão de não investir prioritariamente na criação de novos centros de estudo reside na concepção de que se considera mais útil e justo estimular pelo financiamento aqueles que, já existindo,

apresentem “produtividade suficiente”, não se descurando recursos humanos e materiais que pontuam no panorama nacional⁵²⁷.

Para uma correcta aferição das instituições que integrariam estes parâmetros – e na medida em que a actuação da Junta se rege por uma malha burocrática para evitar suspeitas sobre a interferência de convicções pessoais –, logo em 1930 é publicado um relatório sobre as necessidades da investigação científica em Portugal onde se menciona:

«A Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional encarregou, em sessão de 19 de Dezembro de 1929, o seu vice-presidente pelo ramo de ciências de visitar os laboratórios científicos das Universidades do país a fim de adquirir elementos para um relatório sobre o estado da investigação científica, em Portugal, que servisse de base a procedimento da Junta. A visita aos laboratórios da Universidade de Coimbra e da do Porto realizou-se nos dias 13 a 17 de Janeiro do corrente ano. Posteriormente, foram visitados os laboratórios de Lisboa»⁵²⁸.

Nestas visitas, Celestino da Costa frequenta os diversos laboratórios das faculdades de Ciências, Medicina, Farmácia e dos demais estabelecimentos científicos, contactando pessoalmente com os seus directores e colaboradores, observando as condições de investigação, nomeadamente o apetrechamento material e os recursos bibliográficos disponíveis, anotando quais os espaços laboratoriais com maiores ou menores índices de produção científica e quais as suas necessidades mais prementes, particularmente entre os que integram nos seus quadros bolseiros da Junta⁵²⁹.

Em Fevereiro de 1935, novamente por incumbência da Comissão Executiva, Celestino da Costa revisita os laboratórios universitários nacionais, actualizando as considerações efectuadas cinco anos antes⁵³⁰. Apesar da importância desta experiência vivenciada, as resoluções tomadas ao abrigo da rubrica “Subsídios a Centros de Estudo e a Publicações Científicas” baseiam-se ainda em informações adicionais que a Junta considera imprescindíveis e que, como tal, solicita em circular enviada aos centros de investigação.

«Pede, portanto, a Junta de Educação Nacional a todos aqueles que lhe dirigiram ou venham a dirigir pedidos de subsídios para lhe remeterem:

- 1.º – uma lista do respectivo pessoal científico e dos trabalhos de investigação por ele publicado;
- 2.º – uma lista dos trabalhos de investigação científica efectuados, durante os últimos anos, no centro de estudo para que se pede o subsídio;
- 3.º – uma lista de referências, citações ou apreciações que especialistas nacionais ou

estrangeiros tenham feito a alguns, pelo menos, desses trabalhos»⁵³¹.

Perante leituras que interpretam o Portugal dos anos trinta como um espaço marcado por residuais níveis de investigação e pela inexistência de uma verdadeira comunidade científica⁵³², surpreenderá confrontar extensas listagens de publicações de investigadores nacionais, complementadas por referências e citações que autores de distintas nacionalidades efectuam a esses trabalhos. Entre os inúmeros exemplos a que poderíamos recorrer atenda-se, por já ter sido abordado no presente estudo, ao Instituto de Antropologia do Porto⁵³³. Em 30 de Julho de 1929, o seu director envia à Junta uma listagem de cento e cinquenta e sete trabalhos publicados “durante os últimos anos” por si e pelos seus colaboradores, os quais são analisados ou citados em trezentas e oitenta e uma ocasiões por autores ou periódicos de Espanha, França, Inglaterra, Itália, Bélgica, Holanda, Suíça, Alemanha, Áustria, Polónia, Checoslováquia, Lituânia, Brasil e EUA, entre os quais se encontram a britânica *Nature* e a francesa *L'Anthropologie* ou investigadores como o antropólogo suíço Eugène Pittard, o arqueólogo francês Henri Breuil, professor do Collège de France, ou o pré-historiador espanhol Pere Bosch Gimpera⁵³⁴.

Interessante constatar como pelas suas normas e prática a Junta não cinge o controlo do trabalho desenvolvido pelas instituições nacionais a um redutor critério quantitativo, o qual pela multiplicação de publicações de semelhante teor pode sobrevalorizar a prática científica de quem, eventualmente, não apresente capacidade de inovação. Nesse sentido deve ser interpretada a atenção conferida ao impacte das publicações a partir de referências, citações ou apreciações que outros autores lhes concedam, estrangeiros incluídos, assim como a solicitação para que, quando possível, os trabalhos lhe sejam encaminhados, de modo a que da sua análise – para a qual ocasionalmente a Junta recorre ao parecer de especialistas – resulte uma decisão mais fundamentada⁵³⁵. Ilustrativo é o financiamento concedido ao Museu, Laboratório e Estação de Zoologia Marítima da Faculdade de Ciências do Porto em 1934/35, aplicado sob proposta da delegação da Junta no Porto em publicações do seu naturalista João Alves dos Reis Júnior. Bolseiro interno desde 1930, Reis Júnior beneficia deste novo apoio ao abrigo dos “Subsídios a Centros de Estudo e a Publicações Científicas” após enviar à Junta exemplares dos trabalhos que edita nos anos precedentes, acompanhados de referências em periódicos da especialidade, ao que acresce o parecer do catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra João Gualberto de Barros e Cunha, especialista que Leite Pinto convoca para avaliar os mesmos⁵³⁶.

Após a atribuição dos financiamentos, e sendo estes concedidos para fins que os directores das instituições requerentes antecipadamente discriminam,

o controlo sobre a sua aplicação também marca a actividade da Junta. A este propósito atenda-se ao teor do ofício que Simões Raposo envia ao director da Clínica Neurológica da Faculdade de Medicina de Lisboa, Egas Moniz, em 11 de Fevereiro de 1931.

«Para regularidade dos serviços desta Junta rogo a V. Ex.^a que se digne enviar-me com a possível brevidade as contas justificativas do emprego dos subsídios concedidos por esta Junta no último ano económico.

O envio destes documentos é urgente porque sem a sua prévia recepção não podemos remeter a V. Ex.^a as prestações do subsídio concedido no ano corrente»⁵³⁷.

Na prática, o que a JEN exige e que todas as instituições cumprem, embora nem sempre atempadamente, é o envio de recibos e de facturas-recibo comprovando os gastos efectuados nos fins previamente estabelecidos. Este controlo não se esgota em si próprio, constituindo um meio de maximizar a relação entre os instrumentos de que a Junta dispõe para renovar a ciência em Portugal.

Comparando com a Junta para Ampliación de Estudios e o Fonds National de la Recherche Scientifique, cujos orçamentos muito superiores aos da JEN induzem Simões Raposo a concluir que a Espanha e a Bélgica não se ressentiriam como Portugal de um eventual desaproveitamento das competências de alguns ex-bolseiros externos, por falta de auxílio ou orientação da instituição financiadora, os dirigentes da JEN consideram que é a estreita articulação entre bolsas no estrangeiro, bolsas no país e financiamento de instituições científicas que a tornam uma versão mais aperfeiçoada da maioria das suas congéneres internacionais⁵³⁸. No limite, o que este programa pressupõe é a influência de um outro factor na definição de quais as instituições a financiar e com que quantitativo – a existência ou não nos seus quadros científicos de bolseiros da Junta. Esta é uma ideia que a Comissão Executiva explicitamente defende em sessão de 26 de Outubro de 1931, quando na apreciação aos pedidos de subsídios para centros de estudo e publicações científicas se regista: “nesta distribuição atendeu-se em primeiro lugar às necessidades dos laboratórios onde trabalham bolseiros da Junta no país ou antigos bolseiros fora de Portugal”⁵³⁹.

No fundo, após a actualização de conhecimentos nas instituições internacionais de nomeada, o desejado prosseguimento dos trabalhos em Portugal dependia, além da concessão de bolsas internas aos ex-bolseiros externos, do apetrechamento material das instituições a que estavam filiados. Dependendo este, em parte, precisamente da existência de bolseiros, resulta que o contributo da JEN para o desenvolvimento científico de Portugal ainda se manifesta por incentivar os centros de estudo a investir na qualificação dos seus investigadores.

Características dos centros de estudo e publicações científicas financiadas

Se na óptica da Junta a existência de bolseiros nos centros de estudo nacionais constitui um factor determinante no seu financiamento, então, provindo aqueles maioritariamente das Ciências, da Medicina e das Letras, *deveriam* ser as instituições e publicações científicas destas áreas a obter maior financiamento. Esta ideia é comprovada pela análise do Quadro 15, que permite verificar serem as verbas atribuídas aos centros de estudo e publicações científicas de Ciências (32,2%), Medicina (30,5%) e Letras (27,8%) as mais elevadas, respectivamente.

Quadro 15 – Centros de estudo e publicações científicas financiadas (JEN – 1929/36)

Áreas do conhecimento	Centros de estudo	Publicações científicas	Financiamento concedido (em escudos)	Financiamento concedido (euros, 2014)
Ciências	23	6	531.718,00	496.786,14
Engenharia	3	1	95.000,00	91.398,96
Engenharia agrónomica	6	0	31.652,00	30.450,45
Farmácia	1	0	1.500,00	1.444,26
Letras	10	12	458.396,00	441.964,57
Medicina	22	3	502.900,00	459.237,95
Pedagogia	4	1	30.500,00	28.526,50
Total	69	23	1.651.666,00	1.549.808,70

Fontes: AIC. Processos referentes aos centros de estudo e publicações científicas financiadas; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]. INE. DCN. NEPC⁵⁴⁰.

Em termos comparativos, estes valores espelham a proporção de instituições e publicações financiadas por áreas disciplinares – num universo de noventa e dois centros de estudo e publicações subsidiadas entre 1929 e 1936, 31,5% são de Ciências, 27,2% são de Medicina e 24% são de Letras, consistindo os restantes 17,3% em instituições e publicações de Engenharia, Engenharia agrónomica, Farmácia e Pedagogia. De modo não surpreendente, pela tese que temos vindo a defender, na totalidade destas áreas disciplinares encontram-se bolseiros cujas instituições nacionais a que estão filiados obtêm financiamento, visando a melhoria das condições de investigação.

Quadro 16 – Relação entre bolseiros, centros de estudo e publicações científicas financiadas (JEN – 1929/36)

Áreas do conhecimento	Bolseiros no estrangeiro	Bolseiros no país	Centros de estudo	Publicações científicas
Ciências	27	26	23	6
Direito	5	2	0	0
Engenharia	10	3	3	1
Engenharia agronómica	13	2	6	0
Farmácia	2	1	1	0
Letras	33	18	10	12
Medicina	44	19	22	3
Pedagogia	14	0	4	1
Total	148	71	69	23

Fontes: AIC. Processos individuais dos bolseiros e processos referentes aos centros de estudo e publicações científicas financiadas; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁵⁴¹.

Embora, como referenciámos, os dirigentes da JEN considerem ter aperfeiçoado esta política a um nível superior ao das instituições congéneres internacionais, a articulação entre os diversos instrumentos em análise consiste na aplicação do modelo de actuação da Junta para Ampliación de Estudios, com a diferença de que esta instituição privilegia a criação de centros de investigação em detrimento da concessão de bolsas de estudo internas⁵⁴².

O Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques: entre Coimbra, Berlim e os Royal Botanic Gardens, Kew

Na área das Ciências, entre muitos outros exemplos disponíveis⁵⁴³, atenda-se ao Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques da Universidade de Coimbra. Antecipando o regresso do seu bolseiro em Berlim Aurélio Quintanilha, no sentido de assegurar as condições indispensáveis à prossecução das suas investigações em genética de fungos, o instituto requer e obtém da Junta sucessivos financiamentos para aquisição e reparação de material de laboratório. Entre este destaque-se um micromanipulador Zeiss, adquirido em 1931/32 especialmente para o seu ex-bolseiro. Conjugando estes apoios com a bolsa de estudo interna que lhe foi concedida em 1933/34, Aurélio Quintanilha pôde, em Portugal, e

como atrás referenciámos, manter a capacidade de publicação e de participação activa em reuniões científicas nacionais e internacionais⁵⁴⁴.

Neste instituto investigam ainda outros bolseiros da JEN, concretamente Francisco da Ascensão Mendonça e Abílio Fernandes. Relativamente ao primeiro, recorde-se que somente iniciou a publicação da obra *Conspectus Florae Angolensis*, em colaboração com Arthur Wallis Exell, naturalista dos Royal Botanic Gardens, Kew, após a Junta lhe ter concedido uma bolsa de estudo em Berlim e Londres, em 1935⁵⁴⁵. Não se limitando a este apoio, acrescentamos agora, pela sua importância no desfecho enunciado, que a Junta ainda lhe atribui uma bolsa no Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques para continuar os estudos da flora angolana e financia, por intermédio do subsídio que atribui a esta instituição em 1933/34, um estágio de A. Exell em Coimbra⁵⁴⁶.

Reconhecendo esta preponderância da JEN no desenvolvimento da investigação científica no instituto dirigido por Luís Carrisso, em 1937 o seu ex-bolseiro Abílio Fernandes, em jeito de síntese, testemunhava:

«A realização da grande obra de Luís Carrisso não teria sido possível se ele não tivesse encontrado da parte dos organismos superiores do Estado auxílios preciosos. Entre esses organismos deve destacar-se a benemérita Junta de Educação Nacional, actualmente Instituto para a Alta Cultura. Na realidade, esta entidade do Estado... ajudou sempre, dentro do domínio das suas possibilidades orçamentais, o Instituto Botânico. Esse auxílio manifestou-se na concessão de bolsas para investigações no país, nas colónias e no estrangeiro ao pessoal científico do Instituto e mais ainda na concessão de subsídios destinados à aquisição de material e a custear algumas das nossas publicações (Boletim e Anuário da Sociedade Broteriana)»⁵⁴⁷.

Pela exemplaridade da articulação destes instrumentos da Junta, e suas repercussões numa área a que Celestino da Costa atribui fundamental importância, a Física, remetemos para um outro subcapítulo a preponderância da instituição por si dirigida no desenvolvimento da investigação no Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa⁵⁴⁸.

O Laboratório de modelação e moldagens do Instituto de Anatomia do Porto: investigação e ensino no horizonte da Junta

Na Medicina, entre quarenta e quatro bolseiros externos, dezanove internos e vinte e cinco instituições e publicações financiadas, uma visão abrangente da política da JEN também é passível de perspectivar em inúmeros casos de estudo. A título ilustrativo mencione-se a atribuição da bolsa de estudo a Alberto da Silva e Sousa e a consequente instalação de um laboratório de modelação e

moldagens no Instituto de Anatomia Normal da Faculdade de Medicina do Porto. Se oportunamente destacámos a capacidade deste bolsheiro em integrar e participar nas redes de comunicação científica internacionais⁵⁴⁹, incumbe-nos, neste momento, conferir outra dimensão ao usufruto da sua bolsa externa, pela contextualização da mesma.

«Além do curso de medicina [Alberto da Silva e Sousa] possui mais as habilitações seguintes: Cursos de desenho, modelação e pintura da Escola de Belas Artes do Porto. Foi professor provisório de desenho e de ciências naturais do Liceu de Rodrigues de Freitas, do Porto; e de desenho da flora e da fauna decorativas e de pintura decorativa da Escola Industrial de Faria Guimarães, também do Porto. Dada a sua preparação científica e artística pensou o Instituto de Anatomia em utilizá-lo na criação e desenvolvimento de uma secção de modelação anatómica normal e patológica não só para fins didácticos no mesmo Instituto mas ainda para fornecimento a outras escolas superiores e secundárias de exemplares de estudo que, geralmente, se adquirem fora de Portugal por alto preço»⁵⁵⁰.

Satisfazendo este interesse do Instituto de Anatomia do Porto, onde sobressai o intuito de renovar o ensino superior e secundário, entre Março de 1931 e Março de 1932 o assistente Alberto da Silva e Sousa aperfeiçoa-se, em Paris e Londres, nas técnicas de moldagem e modelação anatómica em gesso e cera. Durante esse estágio subsidiado pela JEN, e beneficiando ainda do auxílio da sua faculdade, adquire em Paris os materiais que lhe permitem instalar um pequeno laboratório de modelação e moldagens no Instituto de Anatomia do Porto⁵⁵¹.

Embora, de acordo com o seu testemunho, este fosse um “...laboratório similar ao do Hospital de S. Louis de Paris, ao do Kensington Museum [e] ao do Royal College of Surgeons de Londres”⁵⁵², em Junho de 1934 ainda aguardava verba para iniciar a sua laboração, o que impeliu o ex-bolsheiro a dirigir-se ao presidente da Junta nos seguintes termos:

«Estou, pois, na delicadíssima situação de ter gasto ao Estado umas dezenas de contos, de ter já um laboratório para trabalhar, de me encontrar habilitado a executar toda a espécie de trabalhos (pintura a óleo, a cera corada, a pastel, aguarela, escultura e modelação anatómica em cera corada, desenho e gravura a água-forte), de possuir uma excepcional educação técnica artística que, creio única no país, de possuir quase todo o material necessário técnico, e de não poder executar os constantes pedidos dos diferentes serviços desta Faculdade por falta de dotação para a compra de materiais absolutamente necessários para a execução das peças que me são pedidas»⁵⁵³.

Após protelar a resposta por alguns meses, a Comissão Executiva decide, em Dezembro de 1934, conceder um subsídio de 6.000\$00 ao Instituto de Anatomia do Porto, justificado pela necessidade de rentabilizar as especializações dos seus ex-bolseiros externos⁵⁵⁴. Se este novo apoio se revelou fulcral para o início da actividade do laboratório e, conseqüentemente, para a concretização dos trabalhos solicitados a Alberto da Silva e Sousa – nomeadamente os do Laboratório de Medicina Operatória do Porto, que na sua liquidação aplica parte do financiamento da Junta em 1934/35⁵⁵⁵ –, na sua obtenção ter-se-á atendido à opinião expressa por Celestino da Costa aquando da elaboração do seu relatório sobre as necessidades da investigação científica em Portugal:

«Na Faculdade de Medicina do Porto a principal oficina de trabalho científico tem sido o Instituto de Anatomia. Suas instalações, recentemente concluídas, sem ser sumptuosas, são adequadas. O material de estudo é abundante, mas a biblioteca não possui os recursos desejáveis, embora o director a venha progressivamente enriquecendo dentro das suas possibilidades. O pessoal é excelente, tanto nos investigadores, como nos técnicos que auxiliam e que preparam o material. Um museu bem disposto e uma abundante produção científica são cabais demonstrações da actividade deste Instituto»⁵⁵⁶.

Igualmente decisiva na obtenção de financiamento da Junta foi a intervenção de Joaquim Alberto Pires de Lima, o director do Instituto de Anatomia do Porto, que anualmente informava a Comissão Executiva do número de bolseiros que integravam o seu instituto: três internos e quatro externos até 1932/33; três internos e quatro externos até 1933/34; e três internos e seis externos até 1934/35⁵⁵⁷. A relevância desta simples enumeração sobressai quando se constata que este grupo inclui investigadores do Laboratório de Medicina Operatória, anexo ao Instituto de Anatomia do Porto, como sejam António de Sousa Pereira e Álvaro António Pinheiro Rodrigues⁵⁵⁸.

Desaguando a atribuição de verbas prioritariamente nos centros de estudo que acolhem bolseiros da JEN, o director do Instituto de Anatomia do Porto reforça, deste modo, a legitimidade dos pedidos de financiamento, estratégia que contribui para que entre 1929 e 1936 capte montantes mais elevados do que qualquer outro instituto de Anatomia Normal⁵⁵⁹.

Muitos outros casos de estudo poderiam ser descritos em moldes semelhantes na área da Medicina, mas que melhor exemplo de rentabilização da prática científica da Junta pode ser enunciado do que aquele que, abordado aprofundadamente no último capítulo da obra, culminará na atribuição do prémio Nobel a Egas Moniz⁵⁶⁰?

O microfotómetro do IST: “uma maravilha de construção mecânica e óptica” adquirida para todos, mas usufruída só por alguns...”⁵⁶¹

A importância conferida à aquisição de conhecimentos e técnicas para o aproveitamento económico do país também conduziu a uma política concertada de apoio aos bolseiros de Engenharia e Engenharia agrónómica, e às instituições a que estavam filiados. Relativamente ao caso de estudo da Engenharia⁵⁶² refira-se que todas as instituições financiadas consistem em laboratórios do Instituto Superior Técnico, os quais, quando do financiamento, acolhem ex-bolseiros externos ou bolseiros internos da Junta. A título ilustrativo considere-se o Laboratório de Física, ininterruptamente financiado entre os anos económicos de 1932/33 e 1936. Compreender a aplicação conferida pelo seu director à verba usufruída implica contextualizar o seu próprio percurso.

Bolseiro em Paris, entre 1930 e 1932, António da Silveira investiga no Collège de France sobre o efeito de Raman, publicando quatro artigos nos *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*⁵⁶³. Se em Agosto de 1932 requer a prorrogação da sua bolsa, por considerar que em Portugal não dispõe ainda de condições adequadas à prossecução dos estudos, ao aproximar-se o fim do seu estágio, antecipando a criação dessas mesmas condições, solicita uma bolsa interna⁵⁶⁴. No mesmo sentido, estrategicamente prevenindo a Junta para o avultado investimento que pressupõe a rentabilização do seu estágio, ainda durante a sua presença no Collège de France descreve a aparelhagem imprescindível à consecução dos trabalhos desenvolvidos e respectivos custos.

«Assim, com efeito, exige-se:

- 1º) Um espectrógrafo de grande luminosidade e de grande poder dispersivo [...] Um perfeitamente adaptado e mandado construir expressamente para mim pelo Sr. [Paul] Langevin... custou 20.000 fr.
- 2º) Duas lâmpadas de vapor de mercúrio de quartzo... Isto é mais fácil de obter se bem que as duas tenham custado 2.000 fr.
- 3º) Um bom reflector... [que] custou 300 fr.
- 4º) Uma colecção de tubos de quartzo ou de pírex [...] O custo destes tubos orçou sempre à roda de 40 fr. cada um e como foram necessários cerca de doze isto dá um total aproximado de 500 fr.
- 5º) Um microfotómetro, aparelho extremamente caro que não existia à data em que entrei para o laboratório. [...] O preço deste aparelho anda à roda de 60.000 fr. É uma maravilha de construção mecânica e óptica executada pelas oficinas Zeiss. [...] Pretendendo sobretudo salientar o que se despendeu comigo no Collège de France direi ainda que estudei especialmente o efeito de Raman nos líquidos, nas soluções e

Meu caro Amigo

espólio
António da Silveira

Recebi e muito agradeço a sua carta que li com todo o interesse e muita satisfação. As objeções ou, melhor, as dúvidas, que eu tentava pôr, já o meu Amigo respondeu "d'avance" na sua carta à Academia, que eu também li.

Eu lembrava-me logo as riscas por si descobertas poderiam ser atribuídas aos produtos do hidrólise do CC^3Mg ou outras as suas complexos, que apareceram principalmente em solução concentrada. Note que eu sou leigo no assunto propriamente do efeito de Surskal-Raman e tais considerações são apenas umas dúvidas tímidas... Mas vejo que o meu Amigo, vindo de parte a primeira hipótese (hidrólise e flocos, com efeito), não exclui de todo a segunda. Apesar disto eu faço meus votos para que seja a sua hipótese - aquela que se verifique; além do tudo tem muita maior interesse.

Também ao meu espírito de químico é mais grata a ideia do hidrato de iões sódio "complexos" bem definidos, com as moléculas de água, de que o surgiu uma "estatística" de Raman... Enfim, sinceramente O felicito e agradeço com interesse a continuidade dos seus estudos experimentais.

Vou dar alguns meus avisos na sua descollecção por a mania em "tirar a máscara" às tais riscas, selecionando a luz excitadora. Na verdade, como diziu em sua carta,

Figura 10 – Carta de Herculano de Carvalho para António da Silveira

A 19 de Maio de 1932 já Herculano de Carvalho, vogal da Junta e professor do IST, se comprometia perante António da Silveira nos seguintes termos: "Deve ir pensando no que deseja ter aqui para trabalhar sobre o efeito de Raman; não faz sentido que em Portugal ponha de parte ou interrompa esses estudos. Estou decidido a fazer os impossíveis para lhe arranjar aqui no Técnico a aparelhagem necessária; ponho neste todo o meu empenho, por todas as razões". Crédito do IST (NArQ. IST. AP, ADS, 1, 03. Portugal. IST. António da Silveira (F), 4327 cx.). (Sublinhado no original).

nos gases. [...] Ora líquidos houve... que custaram para cima de 1.000 fr. o quilo»⁵⁶⁵.

Colocada a questão nos termos enunciados, a pressão sobre a Junta era assinalável: se se pretendia rentabilizar internamente o investimento despendido com António da Silveira, evitando a perda de recursos, ter-se-ia de financiar o laboratório por si dirigido, pelo menos, em 83.800 francos, isto é, em 67.040\$00⁵⁶⁶. Crente na “missão capitalíssima” das Escolas Superiores Técnicas no fomento industrial e agrícola do país⁵⁶⁷, para o qual concorria o prévio incremento da investigação fundamental, a Junta atribui ao Laboratório de Física do IST, entre 1932/33 e 1936, um valor ainda superior ao indicado pelo seu director, ascendendo a 75.000\$00⁵⁶⁸.

Graças ao avultado investimento da Junta foi então possível adquirir o material de investigação desejado, destacando-se o mais dispendioso. Em 1933/34, portanto, logo após a conclusão do seu estágio em Paris, é adquirido o espectrógrafo Zeiss, permitindo a António da Silveira, então em posse de uma bolsa interna, dirigir-se ao presidente da JEN nos seguintes termos:

«António da Silveira, professor de Física no IST, bolseiro da JEN, prosseguiu em Portugal, no seu laboratório, os trabalhos que tinha iniciado em Paris... sobre o efeito de Raman nas soluções salinas. Foi veementemente instado para defender tese na U.P. antes de regressar, mas embora os resultados até então obtidos a justificassem plenamente não quis, alegando que desejava completá-la com os resultados que esperava obter em Portugal. [...]

Parte desses resultados, que antevia, acabo de os obter, mercê da boa instalação que consegui realizar no meu laboratório, mas só os posso completar em Paris, por não dispor aqui, por exemplo, dum microfotómetro»⁵⁶⁹.

Se este regresso à capital francesa, no Verão de 1933, é novamente assegurado pela Junta, o aperfeiçoamento das condições de investigação em Portugal – pela aquisição dos instrumentos mais evoluídos – induz Leite Pinto e Herculano de Carvalho a apresentar, em Julho de 1935, a seguinte proposta à consideração da Comissão Executiva:

«Nenhum laboratório, por muito modestos que sejam os trabalhos que nele se realizam, pode hoje dispensar um microfotómetro registador, sobretudo se esses trabalhos são de espectroscopia. [...]

Ora alguns trabalhos de investigação se fazem já hoje em Portugal que exigem um microfotómetro.

Não devemos esquecer que a Junta já preparou e está continuando a preparar

investigadores nos campos da espectroscopia e da física nuclear, investigadores esses que necessitam absolutamente de tal aparelho e se verão obrigados a deslocarem-se fora do país se ele não existir em Portugal. [...]

De um inquérito feito junto dos principais construtores pelo Secretário Geral da Junta conclui-se que a Casa Zeiss, que é precisamente a que constrói o mais perfeito microfotómetro, tem o maior interesse em fornecer a Junta. [...]

Nestas condições propomos:

- a) Que a Junta adquira um microfotómetro registador Zeiss;
- b) Que este aparelho fique à guarda do Laboratório de Física do Instituto Superior Técnico, cujo director... é hoje um dos melhores investigadores portugueses no campo da Física;
- c) Que deste aparelho só se possam servir os investigadores com competência para isso»⁵⁷⁰.

Resolvendo favoravelmente, a Comissão Executiva concede de imediato 20.000\$00 ao Laboratório de Física do IST e 30.000\$00 em 1936. Deste modo, visando, no futuro, evitar custos acrescidos para o Estado com o financiamento de estágios no estrangeiro, foi possível ao director daquele laboratório instalar o ambicionado microfotómetro Zeiss – essa “maravilha de construção mecânica e óptica”⁵⁷¹.

A prática científica nacional revelar-se-ia, no entanto, mais complexa do que os dirigentes da Junta desejariam. Assim, se em 1939 António da Silveira informava o presidente do IAC que ainda continuava a obter resultados novos no domínio do efeito de Raman e se em inícios dos anos quarenta Francisco Mendes – com autorização de António da Silveira – usava o microfotómetro do IST, na mesma época, Manuel Valadares, outro cientista reconhecidamente competente para manejar este instrumento, necessitava de estagiar em Itália, com o financiamento do IAC, para conseguir aceder a um microfotómetro⁵⁷².

Ocorrendo este estágio em 1940/41, portanto, logo após a dissolução do Núcleo de Matemática, Física e Química – a partir da qual se deterioram as relações entre dois dos seus principais dinamizadores, António da Silveira e Manuel Valadares⁵⁷³ –, desde aquele ano que este cientista regularmente solicita ao IAC a aquisição de um microfotómetro para o Centro de Estudos de Física, reconhecendo mesmo, em Dezembro de 1945, que havia *razões independentes da sua vontade* a impedir a passagem ao microfotómetro dos espectrogramas que então estudava⁵⁷⁴.

Sem possibilidade de comprovar se foi o deteriorar das relações com António da Silveira que efectivamente lhe vedou o acesso a um instrumento científico único em Portugal, compete-nos tão-somente destacar como o presente caso

de estudo novamente nos sugere que os constrangimentos ao desenvolvimento científico nacional não se reduzem aos níveis de investimento estatal e às arbitrárias decisões governamentais.

O ISA, a JEN e o Ministério da Agricultura ou o financiamento da ciência que suporta a política agrária Estado-novista

Como se referiu oportunamente, é a actuação criteriosa da Junta, na óptica de Simões Raposo, “que não deixe margem para indecisões ou improvisações”, que o induz a solicitar ao vogal Rui Mayer a apresentação de um relatório que permita definir uma política para os estudos agrónomicos⁵⁷⁵. Nesse trabalho, que aparentemente determina os estágios externos dos engenheiros agrónomos e silvicultores, o autor expõe inicialmente a seguinte ideia:

«Cometeu-se em Portugal, recentemente, o que se me afigura um erro lamentável, separando, para Ministérios diferentes, as Escolas de ensino agrícola e as Estações Agrárias... Não pode, porém, a Junta de Educação Nacional, cuja autoridade científica tem de se sobrepor aos empirismos dos burocratas, deixar de tomar em consideração a grande conformidade entre os fins que se propõem as Escolas Superiores de Agricultura e as Estações Experimentais, especialmente no que respeita à função de investigar... Deve, portanto, haver... um plano uno no que se refere à formação de investigadores, quer estes se destinem ou pertençam ao professorado do Instituto Superior de Agronomia, quer sejam elementos actuais ou futuros dos quadros das Estações Agrárias»⁵⁷⁶.

Concretiza-se esta argumentação no financiamento exclusivo de duas instituições agronómicas: a Estação Agrária Central e o Instituto Superior de Agronomia. Relativamente a este último refira-se que são os seus laboratórios de Tecnologia Florestal, de Silvicultura, de Tecnologia Agrícola Colonial, de Genética e de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida que, acolhendo diversos ex-bolseiros externos da JEN, obtêm apoio fundamental ao desenvolvimento, ou simplesmente à prática, de investigação científica⁵⁷⁷.

Não descurando a possível estratégia envolta numa argumentação produzida em moldes semelhantes pelos directores dos laboratórios requerentes, aquela ideia remete para uma questão vital que assolou a Junta. Reconhecendo que as verbas não podem nem devem ser pulverizadas pela totalidade dos centros de estudo – na medida em que se todos obtivessem o complemento de que carecem “...a Junta de Educação Nacional passaria a ser apenas uma complicação burocrática interposta no caminho da distribuição das dotações orçamentais”⁵⁷⁸ –, é conferida primazia, como temos verificado, às instituições cientificamente

mais produtivas, com projecção nacional e internacional dos trabalhos, e que acolhem ex-bolseiros externos ou bolseiros internos.

Apesar desta opção, o elevado número de laboratórios acolhendo bolseiros implica a dispersão dos fundos, pelo que a Comissão Executiva, almejando uma acção mais eficaz, delibera reduzir o número de instituições financiadas. Esta decisão e a incapacidade em a aplicar são evidenciadas nos officios que Leite Pinto remete às instituições científicas em Dezembro de 1934.

«Em vários dos seus excelentes relatórios lembrou o meu malogrado e ilustre antecessor que à Junta não compete suprir as insuficiências orçamentais.

Mesmo que tal fosse a sua missão não pode a Junta, dentro da pobreza dos seus recursos, fazer face às necessidades da maioria dos nossos laboratórios.

Norteadas por estes princípios, a Comissão Executiva, que em três sessões examinou a questão de subsídios aos laboratórios nacionais, foi de parecer unânime que se subsidiassem este ano somente dois ou três centros de investigação. Desta forma seriam atribuídos a cada um auxílios apreciáveis, pois pareceu à Comissão Executiva que era menos útil a pulverização da verba orçamental.

Infelizmente não pôde a Junta aplicar os princípios acima expostos porque vários directores de laboratórios lhe fizeram saber que lhes eram indispensáveis verbas mesmo insignificantes»⁵⁷⁹.

Uma destas personalidades foi o director do Laboratório de Tecnologia Florestal do ISA, Mário de Azevedo Gomes, que sucessivamente expos à Junta serem os seus apoios fundamentais para evitar que o laboratório permanecesse quase completamente paralisado face à escassez de recursos⁵⁸⁰. Atendendo a que esta instituição albergava dois ex-bolseiros externos cujas especializações em Silvicultura e fabrico de pasta para papel urgia rentabilizar, a Junta assegurou-lhe um financiamento continuado entre 1931 e 1935⁵⁸¹. Aplicadas as verbas em reparações e aquisição de material de laboratório, além de reagentes e de bibliografia, no ano económico de 1932/33 esse financiamento permitiu ainda, após exposição prévia nesse sentido do director ao presidente da Junta, construir uma chaminé (*hotte*) para a obtenção de celulose pelos processos do bissulfito e do sulfato⁵⁸².

Deste modo foi então possível a este recente espaço laboratorial, entendido pelo seu director como um *estabelecimento de investigação industrial* pelas possíveis aplicações dos seus estudos, encetar verdadeiramente investigações e publicação de resultados sobre pasta de papel, produtos resinosos e destilação de madeiras, o que se conformava com a emergente política florestal do Estado Novo, nomeadamente com a arborização de baldios com essências resinosas⁵⁸³.

A propósito da importância destes produtos na economia nacional, em 1934 Mário de Azevedo Gomes afirmava que Portugal ocupava a quarta posição entre os países produtores de resinosos, posição que havia consolidado desde 1929/30 e cuja rentabilização poderia ser ampliada se se introduzisse a prática da resinação à vida em substituição da ainda praticada resinação à morte – questão a destacar pelo facto de Azevedo Gomes se basear nos trabalhos de um ex-bolsheiro externo da JEN que se encontrava filiado ao Laboratório de Tecnologia Florestal do ISA: Francisco António dos Santos Hall⁵⁸⁴.

Pela importância desta nova área a explorar relacionando o apoio da JEN à investigação científica com o desenvolvimento económico no Portugal dos anos trinta – cuja novidade sobressai quando se considera que mesmo a historiografia que reconhece existir uma política agrícola sustentada no conhecimento científico apenas pontualmente valorizar esta componente⁵⁸⁵ – refira-se que a actividade desta instituição ainda se repercute nos dois produtos que repartiam tradicionalmente a face mais visível e marcante das explorações agrícolas: o vinho e o trigo⁵⁸⁶.

Se a procura da auto-suficiência alimentar – um dos três eixos da política agrária entre 1926 e 1939⁵⁸⁷ – induz o Ministério da Agricultura a recomendar à Junta a concessão de bolsas de estudo em viticultura e enologia, ao que esta instituição responde afirmativamente concedendo a Luís Cincinato Cabral da Costa, assistente do ISA, um estágio de cinco meses em França e Itália⁵⁸⁸, já a concessão de bolsas na Escócia, Inglaterra e Alemanha a António Pereira de Sousa da Câmara e na Suécia a Domingos Vitória Pires, a fim de investigarem sobre cruzamento de trigos, entre outras questões, destaca-se pela ligação destes engenheiros agrónomos ao programa da Campanha do Trigo. De facto, se António Pereira de Sousa da Câmara, professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia, imperava como figura destacada da Campanha do Trigo, Domingos Vitória Pires, director do posto agrário de Elvas desde 1926, chefiava a XVII Brigada Técnica da Campanha de Produção Agrícola – assim denominada a Campanha do Trigo desde 1930 – aquando da concessão da bolsa da Junta, em 1933⁵⁸⁹.

Atendendo a que a produção de trigo que resulta desta campanha é a que obtém maior importância no objectivo da auto-suficiência, mas que é tradicionalmente entendida como decorrente fundamentalmente do aumento da área cultivada em contraposição às melhorias técnico-científicas⁵⁹⁰, assumem particular importância, pela valorização destas últimas, as relações estabelecidas entre António Pereira de Sousa da Câmara, o laboratório que dirige no ISA – o Laboratório de Genética –, a JEN e o Ministério da Agricultura.

Em 1935, a propósito dos trabalhos desenvolvidos neste laboratório após a

sua especialização na Escócia e Inglaterra, e no âmbito de nova solicitação de bolsa, António Sousa da Câmara revela como o reconhecimento conferido pelo ministro da Agricultura à sua actividade se articula com a natureza das investigações que desenvolve e com a própria acção da JEN.

«Mesmo no que diz respeito a recursos materiais, não tenho encontrado dificuldades insuperáveis, pois que Sua Ex.^a o Ministro da Agricultura a quem tive a honra de informar sobre a natureza das minhas investigações no trigo, me concedeu um subsídio que permitiu melhorar o material, adquirir outro e completar a colecção de revistas e publicações.

A gratidão que eu devo a Sua Ex.^a, gratidão de todo o cientista que se vê acarinhado e apoiado, é devida também à Junta de Educação Nacional, pois se não fosse a especialização que me facultou, com certeza que nunca obteria do Ministério da Agricultura, a que não pertenço, qualquer subsídio»⁵⁹¹.

Aprofundando esta relação, em 1936, pela relevância das *investigações no trigo* para a política agrária, a JEN substituiu o Ministério da Agricultura como fonte de financiamento do Laboratório de Genética do ISA, atribuindo-lhe uma verba equivalente à solicitada pelo seu director: 5.500\$00, com os quais este espaço laboratorial foi apetrechado com um microscópio Zeiss, entre outro material de investigação, e bibliografia diversa⁵⁹².

Esta preocupação na promoção de uma agricultura científica verificou-se ainda na actividade do Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida, cujos investigadores se dedicavam à identificação de fungos, vírus, bactérias e insectos que afectavam a flora portuguesa, nomeadamente a *flora económica*. Se o financiamento que obtém da JEN em 1934/35 é importante para melhorar as condições de investigação, maior relevância assume esse apoio e as bolsas conferidas a alguns dos seus investigadores, como António Branquinho de Oliveira – que desse modo se doutora em Micologia pela Universidade de Cambridge (Inglaterra) –, quando se atende ao facto de este laboratório do ISA, na época, haver transitado para o Ministério da Agricultura, por serem os seus serviços considerados necessários à Campanha do Trigo⁵⁹³.

Embora brevemente esboçadas, as relações entre a JEN, o ISA e o Ministério da Agricultura revelam uma política concertada de financiamento estatal da Engenharia agrónoma com intuítos de suportar a política agrária nos anos trinta. Desse modo se compreende por que entendemos não dever ser linearmente interpretada a tese de que jamais a JEN conseguiu implementar uma política de coordenação dos recursos nacionais, nomeadamente ligando os nichos de investigação e o sector produtivo⁵⁹⁴. Se, de facto, a coordenação interministerial

somente é confiada a partir de 1967 à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica – do que resultará a construção de um modelo de desenvolvimento económico explicitamente relacionado com o progresso científico e tecnológico⁵⁹⁵ –, com a JEN já se registava, no entanto, alguma ligação entre a investigação e determinados sectores produtivos, resultando desta ideia a percepção de que, embora nas devidas proporções, com esta instituição também já seria possível, em Portugal, pensar-se em ciência em relação com o desenvolvimento.

As faculdades de Farmácia ou o *desideratum* da actualização científica em instituições sem tradição de investigação

Além das áreas do conhecimento já analisadas, outras disciplinas, mesmo quando apresentavam um número residual de bolseiros e de instituições financiadas, também manifestam interesse em renovar as suas práticas científicas. Um caso exemplar é representado pela Farmácia, sobre o qual Celestino da Costa, aquando da visita aos laboratórios nacionais nos alvares de 1930, sintetiza as suas impressões num parágrafo único.

«As Faculdades de Farmácia são instituições recentes, cuja produção tem sido quase inexistente. É verdade que a vida dessas Faculdades tem sido uma longa luta para conseguir organização, instalações e material adequado. A do Porto através de muitos esforços encontra-se já com edifício próprio, que se deve à pertinácia e dedicação do seu antigo director, com algum material mas ainda sem recursos bibliográficos satisfatórios. A de Lisboa tem condições materiais ainda inferiores. É de esperar e de desejar que nessas Faculdades se implante a investigação científica, o que será a melhor justificação da sua existência, e que as vocações que aí se manifestarem consigam os recursos necessários para seu desenvolvimento. Um dos bolseiros da Junta fora do País é assistente da Faculdade de Farmácia de Lisboa que no seu futuro deposita muita esperança»⁵⁹⁶.

Este bolseiro a que o vice-presidente da JEN alude é Manuel Pinheiro Nunes, cujo estágio na Faculdade de Farmácia de Paris é acrescido, entre 1930 e 1933, de uma bolsa interna que lhe permite doutorar-se na Faculdade de Farmácia de Lisboa, em 1931⁵⁹⁷. Se no ano imediato o governo decreta a extinção desta faculdade, de certo modo comprometendo as aspirações de Celestino da Costa, a sua congénere portuense mantém o estatuto obtido com a I República⁵⁹⁸. Terá esse facto contribuído para que além da concessão de uma bolsa em Berlim a um dos seus professores, Armando de Vasconcelos Laroze Rocha, também a própria faculdade beneficiasse directamente do apoio da Junta⁵⁹⁹.

152 Manifestando a intenção de consagrar a instituição que dirige à investigação,

Carlos de Castro Henriques, enquanto director da Faculdade de Farmácia do Porto, reforça o pedido do seu professor auxiliar que, após regressar de Berlim e em consonância com as conclusões de Celestino da Costa, é exposto nos seguintes termos:

«Do meu estágio resultou... a aquisição de uma boa soma de conhecimentos com que pude, mais proficuamente, continuar os meus estudos.

Do que tenho observado e verificado nos ensaios realizados resolvi escrever uma série de artigos com o título “Contribuição para o estudo das águas do Porto” em que foco certos aspectos novos da hidrologia de muito interesse para o estudo destas águas [...]

Entretanto escrevi para a “Revista de Química Pura e Aplicada” um pequeno artigo de divulgação sobre águas residuais, fruto igualmente de conhecimentos adquiridos na Alemanha...

Contudo, se alguma coisa... tenho conseguido, necessário foi que uma grande boa vontade de cumprir me tivesse animado a vencer inúmeras dificuldades.

Essas dificuldades são de duas espécies: a falta de tempo e a falta de recursos. [...]

Para a realização dos meus trabalhos, necessário se torna a aquisição de algum material bibliográfico. [...]

Quanto ao que diz respeito ao material de laboratório e reagentes não tenho tido tantas dificuldades... porque nesta Faculdade existe um laboratório de análises clínicas que executa trabalhos para o público... e de cujos rendimentos a Faculdade recebe 25%. Dessa percentagem resulta a possibilidade de aquisição de algum material de laboratório, algum adquirido expressamente para a realização dos meus trabalhos, facto que aponto como prova de reconhecimento»⁶⁰⁰.

Exposta nestes termos, a pretensão de Armando Laroze Rocha é atendida, atribuindo a Comissão Executiva 1.500\$00, com os quais a Faculdade de Farmácia do Porto adquire bibliografia e assina revistas, visando a continuidade das investigações sobre “análises hidrológicas” iniciadas na Alemanha pelo seu professor auxiliar⁶⁰¹.

O Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica: uma escola de ensaio pedagógico criada com o patrocínio da JEN

Considerando que a *europaização* de Portugal não se esgota na ciência, devendo incluir a Pedagogia, e atendendo à tese de que os círculos progressistas da I República beneficiam da consagração e actividade de Faria de Vasconcelos, enquanto a Ditadura Militar menospreza algumas das suas ideias – embora nesse período se definam políticas de enquadramento educativo das *crianças*

*anormais*⁶⁰² –, assume um carácter inovador a constatação de que, em 1930, a JEN patrocina a criação do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica, criado precisamente pelo credenciado pedagogo.

Igualmente inovadora, além de contrapor a ideia de que a Junta somente se envolve na criação de dois centros de estudo na área da Linguística⁶⁰³, é a constatação de que com o patrocínio da criação daquele instituto não se circunscreve à realidade espanhola, pela actuação da Junta para Ampliación de Estudios, a concretização de uma das aspirações maiores dos dirigentes da JEN – a criação de escolas de ensaio pedagógico⁶⁰⁴. De facto, foi nestes termos, e simultaneamente enquanto centro de investigação, que a Comissão Executiva definiu a instituição criada, em Lisboa, pelo mais prestigiado representante português da Educação Nova⁶⁰⁵.

Nascido em 1880 num meio cultural e social favorecido, doutorado em 1904 na Universidade Nova de Bruxelas, onde seguidamente leccionou, funções que desde 1914 desempenhou no Institut Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, António de Sena Faria de Vasconcelos Azevedo pôde em finais dos anos vinte e inícios da década de trinta fundar uma instituição privada inovadora no contexto nacional⁶⁰⁶. Derivado da *ausência de elementos*, o conhecimento da sua existência cinge-se praticamente a esse facto, desconhecendo-se os quadros que a compõem, as suas práticas ou o papel exercido pela Junta no desenvolvimento das mesmas, onde se inclui a interferência na selecção dos membros contratados⁶⁰⁷.

O conhecimento da lógica de funcionamento da JEN, cruzado com os dados disponíveis, permite-nos comprovar a suspeição que recai sobre a ideia exposta: os elementos que a Junta pretende ver integrados nos quadros do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica são os seus ex-bolseiros externos que se especializam em áreas susceptíveis de concorrer para o seu mais eficaz funcionamento. Foi a pressão exercida neste sentido, levando à contratualização de um acordo entre as duas instituições, que permitiu a José Claudino Rodrigues Miguéis desempenhar as funções de professor no instituto em 1931/32, embora inicialmente não figurasse nos planos de Faria de Vasconcelos⁶⁰⁸.

Bolseiro na Universidade Livre de Bruxelas entre 1929 e 1931, Rodrigues Miguéis regressa nessa condição, em finais de 1932, à instituição onde no ano seguinte se licencia em Pedagogia, conjugando esse diploma com a especialização em reeducação de crianças deficientes, pelo seu estágio com Ovide Decroly. Como referido anteriormente, sendo este um bolseiro em Ciências Pedagógicas, o seu percurso cruza-se com o dos bolseiros da Junta para Ampliación de Estudios, que também encontram em Bruxelas, e particularmente em Decroly, um dos espaços e actores preferenciais para a sua actualização pedagógica⁶⁰⁹.

Se a rentabilização interna do estágio de Rodrigues Miguéis estava prevista no contrato assinado com a JEN, a procura da sua materialização, e a aferição das necessidades e orientação dos serviços prestados pelo Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica – que justificassem o seu financiamento – induz Simões Raposo a solicitar diversas informações ao seu director.

«No ano transacto submeteu V. Ex.^a à apreciação da Junta de Educação Nacional o ante-projecto da fundação do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica para cuja instalação a Junta concedeu um subsídio de dez mil escudos...

Anuncia-nos V. Ex.^a no seu último ofício que o Instituto vai funcionar já este ano, com um quadro de pessoal que nos é indicado também. Ao mesmo tempo, pede-nos V. Ex.^a um novo subsídio destinado ao pagamento da renda da casa durante o ano económico corrente no valor de quinze mil escudos. [...]

Para decisão definitiva do assunto seria indispensável à Junta o conhecimento cabal da vida interna e dos projectos de desenvolvimento da instituição... e em especial dos aspectos seguintes:

I – Organização pedagógica, disciplinar e administrativa do Instituto. Situação, condições de trabalho e retribuição do pessoal.

II – Obra a realizar imediatamente. Possibilidades do seu desenvolvimento e orientação deste.

III – Necessidades mais urgentes do Instituto... Indicação das possibilidades económicas para [lhes] fazer face.

IV – Regime económico. Situação financeira actual. Recursos. Possibilidades financeiras futuras.

Só o conhecimento destes pontos poderá permitir à Junta de Educação Nacional medir a viabilidade e a extensão da obra do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica, assim como avaliar a grandeza e a duração provável do auxílio que a mesma Junta terá de lhe prestar»⁶¹⁰.

Em resposta, Faria de Vasconcelos redige uma longa missiva, abordando a totalidade das questões colocadas. Escusando-nos de descrever minuciosamente o seu teor, a novidade que representa para o conhecimento da instituição impele-nos, contudo, a conferir-lhe algum protagonismo.

Localizado no Largo Trindade Coelho, n.º 21, 2.º andar, em Lisboa, o Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica organiza-se pedagogicamente nas seguintes secções: “crianças anormais”, “crianças atrasadas quer no desenvolvimento mental, quer nos estudos”, “crianças normais, mas necessitando de um regime especial de trabalho”, “crianças débeis cujo desenvolvimento físico reclama cuidados especiais” e “crianças com deficiências parcelares:

linguagem, memória, atenção”.

Sendo o estado do seu desenvolvimento, as causas, a natureza e amplitude das suas deficiências e lacunas determinadas por um exame prévio – clínico, físico, mental e pedagógico –, do seu resultado e das capacidades das crianças decorre o tratamento, correcção, educação e ensino a adoptar. Compreendendo o “tratamento clínico, físico e pedagógico” ginástica médica, raios ultravioletas, hidroterapia, ginástica natural, jogos e trabalhos manuais, exercícios especiais de educação psíquica ou aquisição de noções e conhecimentos correspondentes aos graus infantil e primário, a sua prescrição é possível porque o financiamento da Junta assegura ao instituto a permanência num espaço “extremamente favorável”, central, de fácil acesso e dotado das seguintes condições:

- «a) de locais amplos, bem arejados e distribuídos para a realização dos seus objectivos – ginásio, salas de exercícios de reeducação mental e pedagógica, instalações hidroterápicas, gabinete de observação clínica, instalação de raios ultravioletas;
- b) de material, o mais moderno para diagnóstico, trabalho e ensino; c) de pessoal idóneo...»⁶¹¹

Alertando para as necessidades mais prementes, relacionadas com o pagamento da renda da casa, Faria de Vasconcelos acrescenta, contudo, que as “investigações experimentais” efectuadas em diversas escolas de Lisboa – revelando-lhe um elevado número de crianças que poderiam e deveriam frequentar o seu instituto – justificam a crença no seu desenvolvimento. A esse propósito conclui:

«A percentagem considerável de crianças deficientes, atrás referida, mostra com evidência que há população escolar, até em demasia, para abastecer o Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica, e que ele responde a uma instante necessidade, vindo preencher uma gravíssima lacuna no quadro das nossas instituições educativas»⁶¹².

A concessão de 15.000\$00 que sucede a esta exposição, sendo excepcionalmente aplicada, quando comparada às restantes instituições financiadas, no “pagamento da renda da casa”, atesta a importância que a Junta confere a este instituto e, por conseguinte, à renovação pedagógica do país. A confirmá-lo atenda-se ao parecer de Simões Raposo que, fundamentando a resolução em causa, reforça a ideia de configurar simultaneamente uma escola de ensaio pedagógico e um centro de investigação, lembrando ainda que acolherá os ex-bolseiros externos com especialização nas suas áreas de acção⁶¹³.

Apesar das esperanças depositadas no seu crescimento, em Julho de 1932 alertava o director do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica:

«A redução do subsídio de quinze mil para oito mil escudos, redução com a qual eu não contava e da qual só tarde tive conhecimento, ocasionou-me um grave prejuízo. Se por outro lado se tomar em conta que tive de remunerar os serviços dum bolseiro dessa Junta [Rodrigues Miguéis], resulta que, praticamente, foi como se o subsídio tivesse sofrido uma nova e considerável redução...

Embora lutando com escassos recursos económicos a acção técnica do Instituto progrediu em relação à do ano anterior. O seu crescimento e desenvolvimento é porém lento em virtude, entre outras razões, – preconceitos dos pais, desconhecimento do problema por grande parte dos professores, preço necessariamente elevado desta educação, crise económica, etc. – de ser pouco conhecido»⁶¹⁴.

Nestes termos, sobressai um novo entendimento da política de aproveitamento das especializações dos ex-bolseiros externos: se por um lado dotava as instituições de investigadores e professores com competência comprovada, por outro lado, poder-se-ia revelar prejudicial à viabilidade financeira das mesmas. Independentemente desta possibilidade, pela exposição de Faria de Vasconcelos novamente se verifica que os limites à renovação científica e pedagógica nacional transcendem largamente o problema das reduzidas dotações orçamentais da Junta ou de meros posicionamentos políticos governamentais.

O Centro de Estudos Filológicos da JEN: uma instituição inspirada no Centro de Estudios Históricos da Junta para Ampliación de Estudios

Nas Letras, juntamente com a Medicina e as Ciências a outra área do conhecimento mais apoiada, multiplicam-se os exemplos de articulação entre bolsas no estrangeiro, bolsas no país, e subsídios a centros de estudo e publicações científicas. De modo não surpreendente, destacam-se as duas instituições cuja criação resulta do investimento da Junta – o Centro de Estudos Filológicos e o Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra. Se a criação de ambas envolve elevados encargos financeiros, a primeira destaca-se pelo número de bolseiros que acolhe, consistindo a actividade do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra no culminar de um processo de convergência científica com a Europa. Sendo este tema relevante no debate centro/periferia científica dedicámos-lhe um estudo mais aprofundado num subcapítulo próprio⁶¹⁵.

No respeitante ao Centro de Estudios Filológicos, pelo reconhecimento da sua importância na investigação Linguística, também a historiografia mais recente lhe dedicou especial atenção⁶¹⁶. Compreender a criação e dinâmica de funcionamento desta instituição pressupõe conhecer o Centro de Estudios Históricos da Junta para Ampliación de Estudios, cuja actividade inspirou a Comissão Organizadora do Centro de Estudios Filológicos a redigir o seu anteprograma⁶¹⁷.

Criado em 1910, o Centro de Estudios Históricos acolhe, entre outros, bolseiros externos da Junta para Ampliación de Estudios que se especializam em áreas como a Filologia, Fonética, Literatura, Arqueologia, História e Filosofia⁶¹⁸. Como abordado anteriormente, um número significativo destas especializações ocorre nos mesmos países e, inclusivamente, nas mesmas instituições onde se especializa a maioria dos bolseiros portugueses provenientes das Letras. Referimo-nos à França e Alemanha, particularmente à Sorbonne e às universidades de Berlim, Bona e Hamburgo, onde sob a orientação de cientistas como Fritz Krüger e Giulio Panconcelli-Calzia se especializam Armando de Lacerda, José Joaquim de Oliveira Guimarães, Luís Silveira e Manuel de Paiva Boléo ou o filólogo espanhol Tomás Navarro Tomás. Se Ramón Menéndez Pidal e Américo Castro também investigam com Fritz Krüger, nos seminários alemães, recordemos, ainda estagiam prolongadamente outros destacados intelectuais e cientistas espanhóis do primeiro terço do século XX, como sejam o filósofo José Ortega y Gasset ou o arqueólogo Pere Bosch Gimpera⁶¹⁹.

Estes e outros estágios, concretizados pelas bolsas da Junta para Ampliación de Estudios e da JEN, constituíam somente uma etapa no processo de desenvolvimento ou implantação de novas áreas disciplinares nos países de origem dos bolseiros. Nesse sentido, em Espanha, a Junta para Ampliación de Estudios havia criado o Centro de Estudios Históricos, cujas principais secções – Filologia, Arqueologia, Arte e História do Direito – eram dirigidas, respectivamente, por Ramón Menéndez Pidal, Manuel Gómez Moreno, Elías Tormo e Eduardo Hinojosa, seguido de Claudio Sánchez-Albornoz⁶²⁰. Sem constituir surpresa, todos estes investigadores usufruíram de bolsas ou da condição de equiparados a bolseiros da Junta para Ampliación de Estudios no estrangeiro⁶²¹.

Relativamente à secção de Filologia do Centro de Estudios Históricos refira-se que publicou desde 1914 a *Revista de Filología Española*. Conjugado com a acção mais vasta da Junta para Ampliación de Estudios, este órgão de difusão científica – partilhado por membros do Centro de Estudios Históricos e colaboradores estrangeiros – contribuiu para que em apenas alguns anos uma disciplina que carecia de tradição científica consolidada alcançasse níveis equiparáveis aos dos seus cultores europeus⁶²².

Na base de diversos dos trabalhos publicados nas suas páginas residiam

especializações no estrangeiro financiadas pela Junta para Ampliación de Estudios, às quais se juntavam, embora pontualmente, estágios internos subsidiados pela mesma instituição. Um caso exemplar é protagonizado pelo já referido Tomás Navarro Tomás – se em 1910, com uma bolsa da Junta para Ampliación de Estudios, frequenta o Archivo Histórico Nacional, e arquivos municipais e eclesiásticos do antigo reino de Leão, procurando fixar os limites do leonês, entre 1912 e 1914 estuda Fonética Experimental na França e Alemanha. Da frequência deste prolongado estágio, também financiado pela Junta para Ampliación de Estudios, resultam trabalhos que virá a publicar, precisamente, na *Revista de Filología Española*⁶²³.

Seguindo este exemplo do Centro de Estudios Históricos, em 1932 a JEN cria, em Lisboa, o Centro de Estudos Filológicos. Tendo como objectivo organizar os estudos filológicos, e desenvolver o estudo da língua e da literatura portuguesa, este centro propõe-se publicar o *Dicionário Arcaico* e o *Boletim de Filologia*, e organizar o *Atlas Linguístico Português* e a *Bibliografia Filológica*. O cruzamento destas tarefas com os investigadores que integram este centro, e os temas por si desenvolvidos, corrobora a ideia de que a sua organização se destina a agrupar os bolseiros e antigos bolseiros da JEN que se dedicam a estudos na área da Linguística⁶²⁴.

Quadro 17 – Bolsheiros do Centro de Estudos Filológicos (JEN – 1929/36)

Nome	Bolsa fora do país			Bolsa no Centro de Estudos Filológicos	
	Cidade/ instituição de destino	Ano	Temática de estudo	Ano	Temática de estudo
Abílio Manuel Roseira	Madrid: Escuela de Estudios Árabes	1933/34; 1935	Cultura árabe	1931/32; 1934/35	Filologia portuguesa; estudos de língua árabe
Alberto Emílio de Araújo	–	–	–	1934/36	<i>Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica</i>
Armando de Lacerda	Hamburgo: Universidade; Bona: Universidade	1930/33	Fonética Experimental	1933/34	Instalação do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra
Francisco da Luz Rebêlo Gonçalves	–	–	–	1930/35	Filologia clássica
José Pedro Machado	–	–	–	1935/36	<i>Bibliografia Filológica Portuguesa</i>
Manuel de Paiva Boléo	Hamburgo: Universidade	1929/35	Filologia românica	1935/36	Filologia românica
Manuel Rodrigues Lapa	Paris: Sorbonne; Collège de France	1929/30	Filologia românica	1930/35	<i>História da língua e da literatura portuguesa</i>
Maria Constança Múrias de Freitas	–	–	–	1934/36	<i>Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica</i>
Rodrigo de Sá Nogueira	Paris; Madrid; Hamburgo; Berna; Zurique	1930/31; 1933/34	Fonética Experimental; <i>Atlas Linguístico</i>	1930; 1931/35	<i>Atlas Linguístico de Portugal e Ilhas Adjacentes</i>

Fontes: AIC. Processos individuais dos bolsheiros. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁶²⁵.

De acordo com os objectivos enunciados, e seguindo a prática do Centro de Estudos Históricos, uma das primeiras realizações do Centro de Estudos Filológicos foi a criação de um periódico, o *Boletim de Filologia*. Iniciada logo em 1932, esta revista perdura até 1992, contabilizando trinta e dois volumes. Desde o início que o *efeito* Junta é apanágio desta publicação: além da (evidente) criação do Centro de Estudos Filológicos pela própria JEN, já no tomo I do *Boletim de Filologia* publicam artigos Abílio Manuel Roseira, Francisco da Luz Rebêlo Gonçalves, Manuel Rodrigues Lapa e Rodrigo de Sá Nogueira, isto é, todos os investigadores que nesse ano de 1932 usufruem de uma bolsa da JEN no Centro de Estudos Filológicos⁶²⁶.

No tomo II, editado em 1933/34, são introduzidos três estudos da autoria de Armando de Lacerda, entretanto chegado do seu estágio na Alemanha e também iniciando, na época, uma bolsa no Centro de Estudos Filológicos⁶²⁷. No seguimento desta política, Manuel de Paiva Boléo, que finda a presença em Hamburgo inicia um estágio no mesmo centro em 1935, publica o seu primeiro trabalho no *Boletim de Filologia* precisamente no tomo III, editado em 1934/35⁶²⁸.

Juntamente com estes bolseiros, e ainda de acordo com o exemplo protagonizado pela *Revista de Filología Española*, desde o início que diversos autores estrangeiros marcam presença nas páginas do *Boletim de Filologia*. Um desses investigadores é o ex-orientador de Paiva Boléo no Seminário Românico da Faculdade de Letras de Hamburgo, Fritz Krüger, cuja colaboração muito provavelmente resultará da influência do antigo bolseiro, que assim terá beneficiado da bolsa externa da JEN para atrair para o periódico nacional um dos mais consagrados romanistas mundiais da época⁶²⁹.

Na óptica da instituição por detrás do *Boletim*, contribuições como a de Fritz Krüger – que em 1936 publica as “Notas etnográfico-linguísticas da Póvoa de Varzim”⁶³⁰ – são desejadas e estimuladas. Não obstante, o poder político patenteava uma visão mais redutora da realidade e se o *Boletim* se vangloriava, em 1934/35, que o *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica* estava em curso pela atribuição de bolsas a dois jovens intelectualmente promissores – Maria Constança Múrias de Freitas e Alberto Emílio de Araújo⁶³¹ –, este último sofreria as consequências da sua actividade política.

Membro do PCP desde 1933 e bolseiro no Centro de Estudos Filológicos desde Novembro de 1934, Alberto de Araújo procurava desde então conjugar a investigação com a luta activa para a destituição do Estado Novo. No processo, o seu contributo para ampliar o património intelectual, a que Cajal apelava⁶³² e ao qual a JEN respondia, sai derrotado. Preso em Novembro de 1937, enquanto membro do Secretariado, o alto cargo desempenhado no Partido Comunista

custar-lhe-á a deportação para o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde⁶³³. Mas esse já não é *território* da Junta.

As faculdades de Direito e a indiferença pela europeização

Disponibilizando a JEN à comunidade científica nacional um conjunto de instrumentos visando a renovação científica e pedagógica, cabia às instituições e aos investigadores manifestar o seu interesse. Nesta perspectiva, e ainda atendendo ao Quadro 16⁶³⁴, assume particular relevância a constatação de que as instituições de Direito são as únicas a não usufruir de qualquer apoio. O que poderia ser interpretado como sinónimo de discriminação ou de pouco interesse da Junta por esta área do conhecimento reflecte, pelo contrário, a inexistência de pedidos de financiamento.

Assim, paradoxalmente, se se reconhece que os institutos jurídicos das faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra, criados pela I República, visavam a “investigação original”, objectivo reafirmado na sequência do Estatuto da Instrução Universitária de 1926⁶³⁵, nenhum dos seus directores manifestou desejo na sua promoção com o auxílio da Junta. Articulado esta oposição entre política e prática científica com o registo de sete bolseiros formados em Direito – dos quais nenhum exerce o magistério superior aquando da concessão das bolsas –, afigura-se um posicionamento ímpar das faculdades de Direito no panorama nacional.

Nesse sentido, não será surpreendente que embora cinco bolseiros iniciem os estágios manifestando a intenção de ingressar no ensino superior de Direito, somente um, Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira, alcance esse objectivo – ocorre essa realidade em 1940, sendo que em 1944, quando ascende a professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, é nomeado ministro da Justiça⁶³⁶.

Por esta perspectiva, não será fortuita a acusação de Celestino da Costa, quando já em Abril de 1934 manifesta o seu descontentamento para com a postura dos actores e instituições oriundas da área do Direito nos seguintes termos:

«...perante a indiferença de candidatos (que não aparecem) e das Faculdades de Direito, compreende-se que, por ora, a Junta não nutra grandes esperanças de colaborar no renascimento dos estudos jurídicos, a não ser que venha a possuir um dia um centro desses estudos, onde coloque os seus bolseiros. Mas se as Faculdades de Direito solicitarem a colaboração da Junta, esta terá em dá-la o maior prazer»⁶³⁷.

vice-presidente da Junta o que a presente análise aparentemente reafirma: ao desafio lançado pela elite científica contrapunha a emergente elite política, recrutada fundamentalmente das faculdades de Direito, uma postura pouco receptiva a *europizações*...⁶³⁸

“Estas duas últimas deliberações foram tomadas depois da saída do Sr. Dr. Simões Raposo, tendo-o substituído na secretaria da sessão [da Comissão Executiva] o Sr. Dr. Herculano de Carvalho”⁶³⁹

Descontextualizada, da transcrição não sobressai qualquer ideia sobre o processo decisório da Junta. No entanto, se atendermos que Simões Raposo abandona a sessão da Comissão Executiva quando se discute a concessão de apoios aos seus pedidos, a carga simbólica que essa atitude comporta materializa-se, no respeitante à alocação de fundos pelas instituições nacionais – e como temos vindo a verificar –, na prevalência de factores meritórios em detrimento de interesses pessoais.

O reafirmar desta ideia impõe-se por contestar a tese de que são os centros de estudo presididos ou acolhendo dirigentes da JEN que obtêm maiores financiamentos desta instituição⁶⁴⁰. Na defesa dessa tese argumenta-se, por exemplo, que a razão por que o Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Lisboa auferiu 53.890\$00, quedando-se o de Coimbra com 15.000\$00 e o do Porto com uns ínfimos 7.500\$00, reside no facto de aquele ser presidido por Celestino da Costa, sendo os dois últimos dirigidos, respectivamente, por Geraldino Brites e Abel Salazar, ou seja, por cientistas que não integram os quadros directivos da Junta⁶⁴¹. Um registo correcto dos valores anualmente recebidos por aquelas instituições revela, contudo, totais de financiamento díspares dos enunciados.

Quadro 18 – Financiamento dos institutos de Histologia e Embriologia (JEN – 1929/36)

Ano económico	Lisboa	Porto	Coimbra
1928/29	15.000.00	–	15.000.00
1929/30	6.000.00	–	7.000.00
1930/31	6.650.00	–	7.600.00
1931/32	3.000.00	2.500.00	3.000.00
1932/33	8.000.00	5.000.00	5.000.00
1933/34	1.500.00	–	1.500.00
1934/35	–	–	10.000.00
1936	2.500.00	–	–
Total em escudos	42.650.00	7.500.00	49.100.00
Total em euros (2014)	38.975,65	7.200,28	45.189,27

Fontes: AIC. Processos referentes aos institutos de Histologia e Embriologia das universidades de Lisboa, Porto e Coimbra; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]. INE. DCN. NEPC⁶⁴².

A obtenção de 49.100\$00 por parte do Instituto de Histologia e Embriologia de Coimbra, comparativamente aos 42.650\$00 recebidos pelo seu homólogo em Lisboa, significa que a Junta atribui maior financiamento a um instituto dirigido por em cientista que nunca pertenceu aos quadros da instituição, do que ao instituto dirigido pelo seu próprio presidente. Se uma justificação deste *resultado* ainda se impusesse, a opinião de Celestino da Costa a respeito de Geraldino Brites e do Instituto de Histologia de Coimbra seria elucidativa.

«Na Faculdade de Medicina de Coimbra é o Instituto de Histologia e Embriologia que mais tem cultivado a investigação. [...] Apesar de tudo, na biblioteca, como no material, o Instituto de Histologia de Coimbra exige imperiosamente auxílio do Estado. A Junta honrar-se-á contribuindo para esse auxílio. A dedicação do professor Geraldino Brites, ... o bom senso com que vai suprimindo as faltas do seu laboratório, praticando com outras secções da Faculdade um largo espírito cooperativo, escolhendo judiciosamente os assuntos de trabalho e procurando despertar nos alunos o gosto e o hábito do trabalho pessoal, tornam-no credor do reconhecimento da Nação»⁶⁴³.

Relativamente ao Instituto de Histologia e Embriologia do Porto refira-se que, de facto, recebe somente 7.500\$00 da JEN – constatação que, *a priori*, sustentaria a argumentação sobre as precárias condições de investigação disponibilizadas a Abel Salazar, para cuja descrição a historiografia recorre ao seu próprio testemunho.

«Em suma: a instrução em geral e, em particular, a investigação científica foram filhos “enteados” da I República e da Ditadura. Para Abel Salazar, contudo, a Ditadura saída do “28 de Maio” foi ainda mais longe nesse ostracismo. O Instituto de Histologia – dizia Abel Salazar em 1936 –, “nos seus últimos anos de vida, caiu na miséria integral, roído de dívidas, com as revistas suspensas, o material por renovar, já sem possibilidades de manter animais para experiências, etc., etc. Nem mesmo as Revistas principais da especialidade puderam ser mantidas, nem adquiridos os Tratados e Manuais mais recentes”. Que fazer? Abandonar a investigação histo-fisiológica, limitar-se ao estudo de meras questões técnico-citológicas – eis o que fez Abel Salazar»⁶⁴⁴.

Por outras palavras, “Abel Salazar, depois de 1931, capitulou perante o desafio da investigação científica – sobretudo por falta de equipamento para a enfrentar”⁶⁴⁵. Uma análise do seu posicionamento face à actividade da Junta revelamos, contudo, que não melhorou as condições de investigação no Instituto de Histologia e Embriologia do Porto, recorrendo ao financiamento daquela instituição, porque optou por não o requerer⁶⁴⁶. Ciente das “grandes dificuldades” financeiras da JEN, Abel Salazar explica desse modo, em carta particular a Celestino da Costa, a razão pela qual não solicitou (mais) apoio para o seu instituto e para os seus colaboradores. Em 1935, consumada a sua expulsão da Universidade, altera a sua atitude e pede-lhe o auxílio da instituição que dirige. Sendo informado por Marck Athias de que “a Junta já não é livre, e que está nas mãos do governo e da política”, retira, no entanto, esse pedido⁶⁴⁷.

Independentemente de este evoluir dos acontecimentos, que transcende a vontade dos dirigentes da Junta, justifica-se fundamentalmente na opção de Abel Salazar, pelo menos até 1935, a razão por que o Instituto de Histologia do Porto apenas auferia 7.500\$00 daquela instituição, desse modo também recaindo sobre si parte das responsabilidades pelos condicionalismos à melhoria das suas condições de investigação.

“Publicar na nossa língua certos trabalhos é perder tempo, trabalho, dinheiro”⁶⁴⁸

Ao debruçar-se sobre a actividade do Fonds National de la Recherche Scientifique, Wullus-Rudiger destaca que o financiamento da investigação na Bélgica, embora primordialmente canalizado para a atribuição de bolsas de estudo no país, pressupunha ainda, na rentabilização do trabalho desenvolvido pelos bolsеiros, um acentuado investimento em publicações científicas⁶⁴⁹.

No mesmo sentido, a colaboração de Portugal na produção de conhecimento previa a divulgação dos resultados obtidos nas instituições nacionais, motivo por que a JEN financiava publicações daquela natureza⁶⁵⁰. Esta prática comportava, no entanto, duas dificuldades, que actualmente ainda persistem no horizonte da comunidade científica nacional.

«A publicação de trabalhos científicos tem sido, e continua a ser, em muitos casos, de dificuldade grande. Publicar obras científicas não dá lucro e custa caro. Muitas vezes, nem os laboratórios, nem os investigadores têm meios para custear as publicações; quando o fazem é com sacrifício, que se não pode prolongar»⁶⁵¹.

Na superação desta primeira contingência a Junta financiava directamente os investigadores ou, como já verificámos, permitia aos directores das instituições aplicar os financiamentos na publicação de trabalhos⁶⁵². No universo de investigadores que usufruíram de auxílio financeiro da Junta, visando exclusivamente a publicação de resultados, encontram-se sobretudo bolsеiros, como sejam Francisco da Luz Rebêlo Gonçalves, António Rodrigues Cavalheiro, José de Freitas Bragança, Herculano Amorim Ferreira, Luís José de Pina Guimarães, António de Sousa Pereira ou Álvaro António Pinheiro Rodrigues.

Entre as monografias em questão destacam-se as dissertações de doutoramento de Luís José de Pina Guimarães, António de Sousa Pereira e Álvaro Pinheiro Rodrigues, cuja condição de assistentes do Instituto de Anatomia do Porto, acrescida dos elevados custos de edição envolvidos, induz a Comissão Executiva a somente patrocinar a sua publicação após o parecer favorável de dois catedráticos de Anatomia, Hernâni Bastos Monteiro e Joaquim Alberto Pires de Lima⁶⁵³.

No respeitante aos periódicos financiados, embora não se restringissem ao uso exclusivo dos bolsеiros, a primazia conferida à divulgação dos seus trabalhos, particularmente dos que se haviam especializado no estrangeiro, manifesta-se ainda no facto de consistirem fundamentalmente nas publicações das instituições científicas que acolhem estes investigadores.

Além de conferir visibilidade nacional e internacional à produção científica, a actuação da Junta visando a manutenção de periódicos especializados deve ainda ser interpretada como uma estratégia que permite às instituições, por permuta, receber outras publicações de natureza semelhante, o que, em última instância, remete o financiamento de publicações para a construção de redes de investigação. A esse propósito atenda-se à exposição que Luís Carrisso, director do Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques, dirige ao presidente da JEN em Julho de 1934.

«O “Boletim da Sociedade Broteriana” fundado pelo Prof. Júlio Henriques em 1880 foi... desde o seu início o jornal científico do Instituto. [...]

No ano de 1933 entraram na Biblioteca do Instituto 187 publicações periódicas, quase todas por troca com o Boletim, raríssimas por assinatura. No primeiro semestre do ano corrente este número foi aumentado com 22 revistas novas, todas obtidas por troca. [...] Além destas publicações periódicas recebemos ainda por troca com o Boletim separatas e trabalhos dos mais importantes Institutos de Botânica do mundo inteiro»⁶⁵⁴.

Face a esta argumentação, e considerando que no Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques investigam os bolseiros Abílio Fernandes, Francisco da Ascensão Mendonça e Aurélio Quintanilha, este último entretanto regressado de Berlim, não surpreende que o apoio da JEN no ano económico seguinte, em 1936, seja dirigido para a publicação do *Boletim da Sociedade Broteriana* e do *Anuário da Sociedade Broteriana*⁶⁵⁵.

No mesmo sentido, mas acrescido da possibilidade de perceber as verbas envolvidas, se insere um artigo publicado, em 1931, nos *Anais do Instituto Superior de Agronomia*.

«A publicação dos “Anais do Instituto Superior de Agronomia”... longe de representar um encargo para o nosso orçamento, se for regularmente feita... representa um valioso auxílio, porque é a moeda com que nos chegam várias obras importantes tanto nacionais como estrangeiras, além de ser um título que nos acredita e torna conhecido o nosso Instituto.

É com a permuta dos “Anais” que se alcançaram, por exemplo, nos anos de 1927 a 1930 (Janeiro a Junho) 6.020 volumes e fascículos na importância de Esc. 19.503\$45»⁶⁵⁶.

Atendendo ao elevado montante apresentado e considerando que a Junta se cingia regularmente à atribuição de 1.000\$00 ou 1.500\$00 anuais aos periódicos nacionais – valores que asseguravam a sua manutenção –, verificamos como a

estratégia aplicada se repercute simultaneamente em gastos pouco significativos para o seu orçamento e na salvaguarda dos interesses das instituições científicas, cujas aquisições bibliográficas, caso fossem baseadas em assinaturas, acarretariam despesas substancialmente superiores.

A par da “questão do dinheiro” impera como obstáculo à publicação de trabalhos científicos a “questão da língua”. A esse propósito, Celestino da Costa é peremptório:

«O português não é um dos grandes idiomas científicos; publicar na nossa língua certos trabalhos é perder tempo, trabalho, dinheiro. Poucos sábios estrangeiros conseguem ler o nosso idioma, mesmo assim imperfeitamente e com esforço. Como o holandês, o húngaro, as línguas escandinavas, bálticas, eslavas, o românico, o russo e o próprio espanhol (que o digam Cajal e sua escola) o português não pode servir para a difusão da ciência. Há que recorrer a qualquer das grandes línguas em que a grande maioria dos trabalhos científicos vêm escritos e que são compreendidas pela maior parte dos homens de ciência»⁶⁵⁷.

Desta percepção da realidade resulta o investimento da Junta em periódicos que exigem aos seus colaboradores a apresentação de trabalhos em línguas como o francês, o inglês ou o alemão. Nessa condição encontram-se os *Archives Portugaises des Sciences Biologiques*, publicados em língua francesa pela Sociedade Portuguesa de Biologia e, por isso, financiados em 1936⁶⁵⁸.

Maior destaque assume a *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis*, uma das grandes concretizações do Instituto de Histologia e Embriologia de Coimbra. Em 1926, em colaboração com o Laboratório de Anatomia, Geraldino Brites criou esta revista, destinada à divulgação de trabalhos de investigação nos domínios da Anatomia descritiva e topográfica, da Anatomia patológica, da Histologia e da Embriologia, tendo como línguas de publicação o francês, o inglês e o alemão⁶⁵⁹.

Pela perspectiva da Junta, as duas particularidades enunciadas – publicar exclusivamente em três “grandes línguas” e reunir a colaboração de dois centros de estudo de “especialidades afins”, o que permite aumentar a probabilidade de rentabilização do investimento nos bolsiros – distinguem esta revista das demais⁶⁶⁰. Deste modo se explica que se a *Folia Anatomica* obtém 2.680\$00 de média de financiamento anual, os restantes periódicos apoiados pela JEN registam uma média anual de financiamento que representa pouco mais de metade daquele valor – 1.470\$69⁶⁶¹.



Figura 11 – *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis*

Verso da capa da *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis*, 1933, vol. VIII, n.º 1. Destaque-se a referência em letras maiúsculas ao facto de ser uma publicação financiada pela JEN, para o que contribui a publicação de artigos exclusivamente em francês, inglês ou alemão e a sua consequente projecção internacional. Crédito do IC (AIC. Cx. 0451, Proc. 4).

Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa: uma escola de investigação resultante da actividade da JEN/IAC

Entre 1929 e 1947, sob a liderança conjunta de Cirilo Soares e Manuel Valadares, o Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa constituiu a única escola de investigação em Física experimental de sucesso existente em Portugal⁶⁶². A argumentação que sustenta esta tese, baseando-se nos critérios definidos por Gerald Geison, consiste na ideia de que o laboratório em análise possui um programa de investigação, o qual se centra na espectrografia de raios X, radioactividade e Física nuclear, forma discípulos, enviando uns para o estrangeiro e atraindo outros, nacionais e estrangeiros, de fora e de dentro da faculdade, assegura aos seus membros a capacidade de publicar em Portugal e no estrangeiro, assim como a pertença a redes internacionais, e cria novas revistas especializadas, com destaque para a *Portugaliae Physica*, que permite disseminar a nível internacional, desde 1942/43, os trabalhos produzidos no laboratório, entre outros⁶⁶³.

Se determinada literatura da especialidade destaca a preponderância de Cirilo Soares neste processo, portanto, na *demonstração* de que, também em Portugal, um físico podia ser um investigador e não apenas um professor de Física – ele que se considerava um fruto da velha tradição, “anterior à era pro-investigação científica”⁶⁶⁴ –, outros trabalhos acrescentam ao mérito imputado a Cirilo Soares o reconhecimento da actuação da JEN/IAC⁶⁶⁵.

Esta posição advém dos resultados da investigação de Júlia Gaspar, nos quais a autora, embora reconhecendo a importância da JEN/IAC no nascimento e desenvolvimento da investigação no Laboratório de Física da Universidade de Lisboa, admite ressentir-se o seu estudo da ausência de um trabalho que aprofunde o conhecimento dos objectivos e práticas daquelas instituições⁶⁶⁶. Nesse sentido, o presente subcapítulo não introduz uma nova tese sobre o laboratório em questão – inserindo-se no seguimento de estudos já efectuados⁶⁶⁷ –, mas perspectiva-o pela óptica da JEN/IAC. Consequentemente, valorizam-se aspectos que têm sido menosprezados e esclarece-se a actuação planeada destas instituições, clarificando o seu contributo na transformação do Laboratório de Física da Universidade de Lisboa numa escola de investigação científica reconhecida internacionalmente.

A JEN na formação de físicos: a imperiosa estadia no estrangeiro

Globalmente, como já foi exposto, ao conferir primazia ao financiamento das ciências puras a JEN visava o conseqüente desenvolvimento das ciências aplicadas. Articulando-se esta concepção com o intuito de promover novas

disciplinas ou áreas do conhecimento com pouca tradição em Portugal, pressupunha-se, como também destacámos, um maior investimento na Física comparativamente à Química⁶⁶⁸.

Em conformidade com esta ideia, em 1930, após reconhecer que em Portugal não têm existido físicos, mas apenas professores de Física, Celestino da Costa expõe no já largamente citado relatório sobre as necessidades da investigação científica em Portugal qual a sua posição face a Cirilo Soares e ao laboratório que dirigia desde 1929.

«O Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa, regularmente apetrechado e organizado para o ensino da Física, tem o espaço suficiente para nele se realizarem alguns estudos, assim como algum material moderno. Suas maiores pobrezaas são de livros e revistas. Quanto ao pessoal, dois dos assistentes são actualmente bolseiros da Junta, um estudando óptica, em Inglaterra, e o outro radioactividade, em Genebra. O professor Cirilo Soares declara que no momento presente nada pede à Junta mas que, à volta dos seus auxiliares, pedirá meios para eles poderem continuar seus estudos e realizarem investigações. Eis uma atitude que me parece merecer o aplauso da Junta»⁶⁶⁹.

Actuando coerentemente, e como é apontado pelo autor do relatório, a Junta inicia o seu auxílio enviando bolseiros para prestigiados centros de estudo internacionais. Referimo-nos a Herculano Amorim Ferreira, Manuel Valadares, Aurélio Marques da Silva e Manuel Teles Antunes, tendo sido posteriormente financiados pelo IAC Amaro Monteiro, Francisco Mendes e Armando Gibert⁶⁷⁰.

As competências obtidas por estes bolseiros são verificáveis no número de doutoramentos realizados, particularmente nos concluídos no estrangeiro. Manuel Valadares, após iniciar, em 1929, o seu estágio no Radium Institut Suisse, transfere-se para o Laboratório Curie, doutorando-se em Física na Universidade de Paris, em Dezembro de 1933, sob orientação de Marie Curie. Em Dezembro de 1938, após um estágio de cinquenta e seis meses no Laboratório Curie, subsidiado pela JEN e pelo IAC, Aurélio Marques da Silva também se doutora em Física na Universidade de Paris, sob orientação de Frédéric Joliot. Manuel Teles Antunes, por seu lado, após estagiar entre 1932 e 1936 com Miguel A. Catalán no Instituto Nacional de Física y Química – para o que, como verificámos, foram determinantes os contactos previamente estabelecidos em Londres por Amorim Ferreira com Blas Cabrera – doutora-se em Física na Universidade Central de Madrid⁶⁷¹. Por fim, financiado pelo IAC entre 1942 e 1946, Armando Gibert doutora-se em Zurique, sob a orientação de Paul Scherrer⁶⁷².

Complementados estes estágios, como oportunamente exposto, com a publicação de artigos em periódicos de referência e a participação activa em congressos científicos internacionais, além da edição de dois trabalhos de Manuel Valadares e Marques da Silva na prestigiada colecção *Actualités Scientifiques et Industrielles*⁶⁷³, o regresso dos bolseiros ao Laboratório de Física da Universidade de Lisboa é marcado pela implementação da prática de investigação, para cuja concretização interveio novamente a JEN.

A bolsa interna de Manuel Valadares: investir para evitar sair...

Em conformidade com a sua lógica de funcionamento, no novo estádio desempenhou um papel fulcral a concessão de bolsas de estudo no país. Entre os beneficiários encontram-se todos os ex-bolseiros externos da Junta atrás mencionados, ou seja, Amorim Ferreira, Manuel Valadares, Marques da Silva e Teles Antunes. Se (ainda) residissem dúvidas sobre a actuação planeada desta instituição bastar-nos-ia atender à importância que a Comissão Executiva confere aos investigadores naquelas circunstâncias.

«Bolsas no País: o sr. Presidente [Celestino da Costa] defende a necessidade absoluta de tais bolsas. O serviço da sua concessão é o mais importante da Junta pois constitui o amparo dos bolseiros no seu regresso. Sem este serviço perde-se, as mais das vezes, o resultado dos estudos no estrangeiro»⁶⁷⁴.

Um mês volvido sobre esta *deliberação*, a Comissão Executiva concede a Manuel Valadares uma bolsa de doze meses no Laboratório de Física da Universidade de Lisboa, a qual, embora suspensa pelo ministro da Instrução Pública, é restabelecida em Maio de 1935 desde a data da sua suspensão⁶⁷⁵. Neste desfecho, após explicitar a imprescindibilidade da bolsa na prossecução das investigações iniciadas no estrangeiro e qual a aparelhagem a adquirir na sua execução, Manuel Valadares beneficia de um parecer favorável de Achilles Machado que, no seguimento de uma ideia já surgida quando do financiamento do IST, é prenunciador do desenvolvimento futuro do laboratório dirigido por Cirilo Soares.

«Se se gastaram alguns contos de réis com 4 anos de uma bolsa no estrangeiro para não mais aproveitar, antes para esquecer o que o bolsista aprendeu, a despesa feita foi completamente improdutivo.

Trabalhando no País tem a vantagem dos aparelhos adquiridos e a técnica empregada poderem aproveitar a outros que, para efectuar trabalhos de investigação da mesma natureza, não terão necessidade de ir buscar ao estrangeiro o ensino necessário»⁶⁷⁶.

A preocupação com a formação de novos investigadores cuja especialização não pressuponha necessariamente a efectivação de longos estágios externos justifica a articulação entre o restabelecimento da bolsa de Valadares e a concessão de um subsídio extraordinário que lhe permita adquirir bibliografia e instrumentos de investigação. Concedido com a obrigação de reverter para a instituição a que está cientificamente filiado, sobre a sua importância testemunha Manuel Valadares:

«Junto envio a V. Ex.^a nota explicativa do emprego da verba de Esc. 2.526\$95 que, para aquisição de material e livros, a Junta de Educação Nacional se dignou conceder-me no corrente ano.

Aproveito a ocasião para informar V. Ex.^a que este subsídio me foi de grande utilidade na realização das experiências que estou executando»⁶⁷⁷.

Na época, em Outubro de 1935, Valadares dedicava-se a estudos de espectrografia de raios X, para o que ainda beneficiava dos financiamentos com que a Junta, desde 1930, melhorava as condições de investigação no Laboratório de Física da Universidade de Lisboa.

Física experimental em Portugal publicada na Académie des Sciences de Paris ou os primeiros resultados da política de apetrechamento laboratorial da JEN/IAC

De acordo com as indicações de Celestino da Costa, residindo as *maiores pobreza*s do laboratório dirigido por Cirilo Soares na escassez de livros e revistas, nos primeiros anos, entre 1930 e 1932, parte dos financiamentos dirigiu-se à aquisição de bibliografia, permitindo a Herculano Amorim Ferreira referir em Dezembro de 1932:

«Os subsídios concedidos pela JEN nos dois últimos anos permitiram aumentar muito a biblioteca do Laboratório, especialmente em monografias especializadas de assuntos de Física moderna.

Assinam-se actualmente neste Laboratório as seguintes revistas:

Anales de la Sociedad Española de Física y Química (Madrid);

Le Journal de Physique et le Radium (Paris);

Revue d'Optique (Paris);

The Proceedings of the Physical Society (Londres);

Science Abstracts (Londres);

Journal of Scientific Instruments (Londres);

The Physical Review (Nova York);

Journal of the Optical Society of America (Ithaca);

The Review of Scientific Instruments (Ithaca). [...]

Seria interessante poder continuar o que, com o apoio da JEN, se iniciou. Qualquer dos assuntos (livros, revistas e publicações) é daqueles em que uma interrupção seria altamente prejudicial»⁶⁷⁸.

A importância deste testemunho sobressai quando se considera que, em 1930, antes da intervenção da Junta, a biblioteca do Laboratório de Física nem disponibilidade dispunha para assinar publicações periódicas⁶⁷⁹. Em complemento, Cirilo Soares ainda direccionava os fundos da JEN/IAC para a aquisição de material de investigação fundamental para os trabalhos dos bolseiros, nomeadamente de Herculano Amorim Ferreira, embora este não os tenha prosseguido, Manuel Valadares e Marques da Silva, entre outros⁶⁸⁰.

Quadro 19 – Financiamento do Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa (JEN/IAC – 1929/47)

Ano económico	Verba concedida	Aplicação da verba concedida
1930/31	28.500.00	Publicações, aquisição de bibliografia e de material de investigação
1931/32	3.000.00	Publicações e aquisição de bibliografia
1934/35	26.000.00	Aquisição de material de investigação
1936	43.000.00	Aluguer de radiotório e aquisição de sal de rádio
1937	19.000.00	Transformação e instalação do sal de rádio, e aquisição de material de investigação
1938	5.000.00	Aquisição de material de investigação
1939	10.200.00	Aquisição de material de investigação
1940	42.700.00	Aquisição de bibliografia e de material de investigação
1942	15.000.00	Publicação da revista <i>Portugaliae Physica</i> e aquisição de material de investigação
1943	23.000.00	Publicação da revista <i>Portugaliae Physica</i> e aquisição de material de investigação
1944	30.000.00	Publicação da revista <i>Portugaliae Physica</i> e aquisição de material de investigação
1945	29.000.00	Publicação da revista <i>Portugaliae Physica</i> , aquisição de bibliografia e de material de investigação
1946	99.000.00	Publicação da revista <i>Portugaliae Physica</i> , aquisição de bibliografia e de material de investigação
1947	59.451.25	Aquisição de bibliografia e de material de investigação
Total em escudos	432.851.25	
Total em euros (2014)	303.841,50	

Fontes: AIC. Cx. 1212, Proc. 24; Cx. 1214, Proc. 21; Cx. 1254, Proc. 6; Cx. 1319, Proc. 5; Cx. 1320, Procs. 7 e 11; Cx. 0974, Proc. 5; Cx. 3248, Proc. 4; Cx. 3249, Procs. 1 e 5; Cx. 3250, Proc. 3; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42; Lv. Actas Direcção IAC 1942/48. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]; 1941a; 1941b. INE. DCN. NEPC⁶⁸¹.

A aquisição de um electrómetro e o pagamento da primeira prestação de um espectrógrafo no ano económico de 1930/31, instrumentos que em 1933 Manuel Valadares indica como imprescindíveis à prossecução dos seus estudos em Lisboa, exemplifica como o seu regresso é preparado desde o início do seu estágio no estrangeiro pelos esforços concertados da JEN e de Cirilo Soares, contrariando a ideia de que após regressar, em Dezembro de 1933, dispõe somente do apoio do director do Laboratório de Física⁶⁸².

Na realidade, se a liquidação do espectrógrafo, bem como o restante material indicado por Valadares em Setembro de 1933 – a aquisição ou aluguer de substâncias radioactivas⁶⁸³ –, não é de imediato satisfeita, deve-se ao compromisso de Cirilo Soares para com os outros bolseiros, obrigando-se à criação de condições favoráveis à sua investigação. A propósito desta posição atente-se ao teor do ofício que remete ao presidente da Junta em Agosto de 1934:

«Em 28 de Setembro de 1933 este Laboratório... apresentou à Junta de Educação Nacional um pedido de Esc. 17.000\$00 que se destinavam à montagem duma instalação de espectrografia de radiação gama... com a qual prosseguiria, após regresso do estrangeiro, os seus estudos o assistente M. Valadares. [...]

Sucedo porém que acaba de regressar do estrangeiro o Professor Amorim Ferreira que desejaria poder continuar neste Laboratório os trabalhos que sobre Termiónica realizou em Londres. [...] O total dos pedidos feitos por este Laboratório atinge pois a quantia de Esc. 33.000\$00.

Teve porém V. Ex.^a a amabilidade de me informar que a Junta não poderia pôr à disposição deste Laboratório uma tal verba, pelo que me vejo obrigado a desistir, neste ano económico, dum dos pedidos formulados. Como o Assistente M. Valadares poderá continuar a trabalhar este ano com uma instalação de Raios X que lhe foi emprestada pelo Laboratório de Química desta Faculdade, colocarei assim em 1.º lugar o pedido de Esc. 16.000\$00 necessário para a instalação do Prof. Amorim Ferreira. [...]

Cumpre-me ainda comunicar a V. Ex.^a que o que acabo de expor resulta duma perfeita concordância entre os interessados no respeitante à marcha dos trabalhos deste Laboratório»⁶⁸⁴.

Satisfeita esta solicitação e adiados os pedidos de Valadares, particularmente o aluguer de radiotório e a aquisição de sal de rádio, compromete-se a sua investigação no domínio da radioactividade, provavelmente negando-lhe a prioridade na descoberta do elemento de número atómico 85⁶⁸⁵. Por outro lado, foi com o equipamento adquirido com o auxílio financeiro da Junta em meados de 1935 – instalação de raio X e espectrógrafo – que o mesmo cientista,

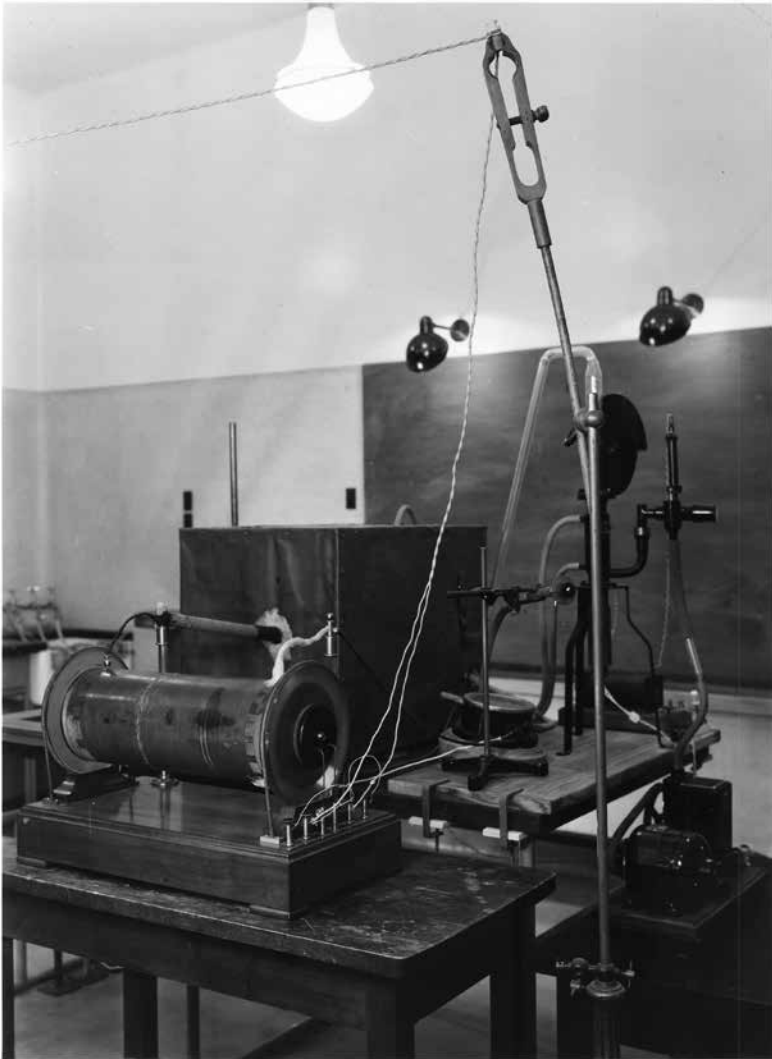


Figura 12 – Instalação para espectrografia de raios X

Fotografia enviada por Cirilo Soares para a Direcção do IAC, em Março de 1942, com a seguinte anotação no verso: “Instalação para espectrografia de Raios X (presentemente utilizada pelos bolseiros do I.A.C. Dr. Manuel Valadares e Lic.º Francisco Mendes, que fizeram a sua montagem). (Subsidiada pelo I.A.C.)”. Crédito do IC (AIC. Cx. 3248, Proc. 4).

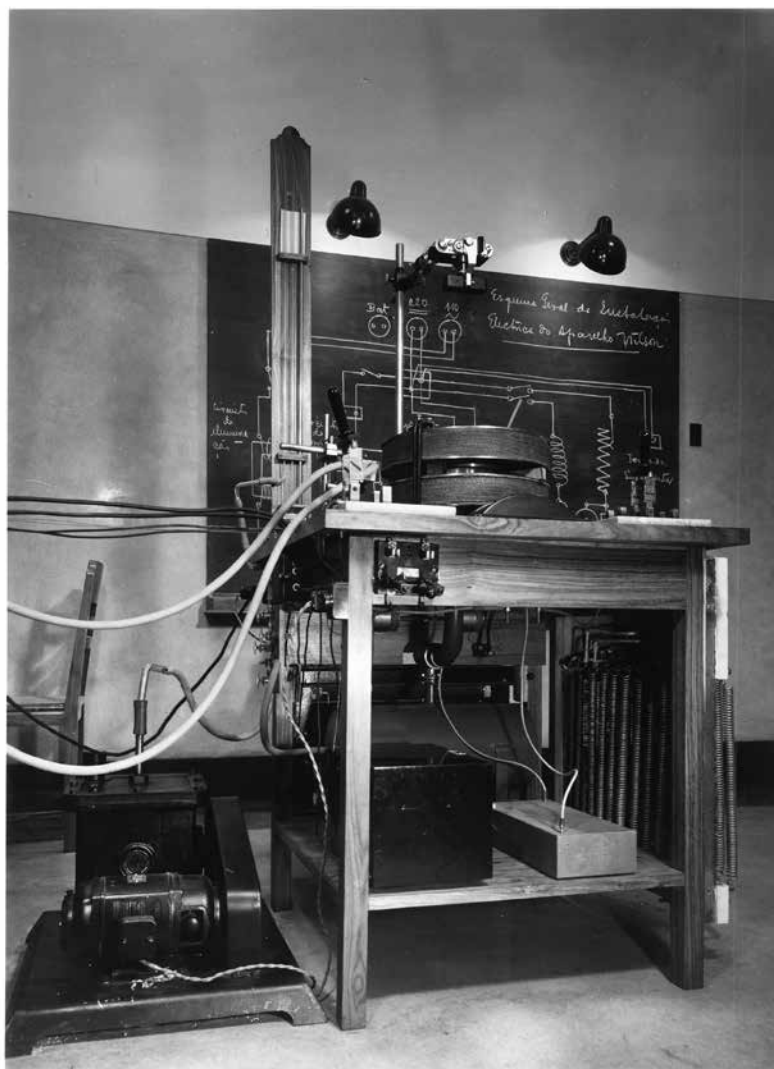


Figura 13 – Câmara de Wilson

Pormenor da instalação da câmara de Wilson, financiada pelo IAC. Em Março de 1942, quando do envio da fotografia por Cirilo Soares para a Direcção do IAC, e segundo as suas indicações, era utilizada pelo bolsheiro Aurélio Marques da Silva, que havia efectuado a sua montagem. Crédito do IC (AIC. Cx. 3248, Proc. 4).

substituindo os instrumentos que adaptava e reutilizava desde Dezembro de 1933, logrou obter fotografias da banda de riscas satélites entre as riscas α_1 e α_2 do espectro L do chumbo, publicando os resultados nos *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*, em 1938⁶⁸⁶.

A emergência de doutoramentos em Física em Portugal: propósitos republicanos concretizados nos anos do IAC

Se a especialização externa de Manuel Valadares e a posterior concessão de uma bolsa interna, em associação com o apetrechamento do Laboratório de Física da Universidade de Lisboa, lhe permite, em Portugal, manter a capacidade de publicar num periódico internacional de referência, mais importante é a constatação de aquelas condições, atraindo e beneficiando outros investigadores, resultarem numa nova geografia dos doutoramentos.

Sobre esta capacidade de atracção destaque-se um caso que, embora não culmine na realização de doutoramento, representa o reconhecimento internacional da qualidade da investigação produzida no espaço laboratorial em análise. A atestá-lo, em Maio de 1943 Cirilo Soares informa o Conselho Escolar da Faculdade de Ciências de Lisboa.

«O prof. C. Soares dá conhecimento ao Conselho que no Congresso [Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências] do Porto o prof. espanhol Julio Palacios do Instituto Nacional de Física e Química de Madrid mostrou interesse em visitar o Laboratório de Física da nossa Faculdade, especialmente para tomar conhecimento do material de que dispomos para o estudo da espectrografia dos Raios X e inquiriu da possibilidade de aqui vir algum dos seus colaboradores. Esse colaborador chegou há poucos dias a Lisboa e já está a trabalhar no nosso Laboratório, junto do Dr. Valadares.

O Sr. director em nome do Conselho congratula-se com o facto referido que é de grande importância para a nossa Faculdade»⁶⁸⁷.

Quando se considera o desenvolvimento da Física e da Química em Espanha sob o enquadramento da Junta para Ampliación de Estudios – justificativo da fundação do Instituto Nacional de Física y Química em Madrid pela filantropia Rockefeller, em 1932⁶⁸⁸ – e se verifica que um espaço laboratorial português, sem qualquer apoio privado, constitui em inícios dos anos quarenta uma instituição de destino para um dos seus investigadores, somos remetidos para a qualidade da investigação que produz e, em última instância, para a importância das instituições estatais que a suportam – a JEN/IAC.

Quadro 20 – Produção científica do Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa (1930/46)

Anos	Trabalhos publicados			Doutoramentos		
	Revistas nacionais	Revistas internacionais	Total	Portugal	Estrangeiro	Total
1930/34	9	6	15	1	1	2
1935/38	8	10	18	0	2	2
1939/42	16	11	27	1	0	1
1943/46	25	5	30	4	1	5
Total	58	32	90	6	4	10

Adaptado de FITAS, 2006: 14.

Relativamente ao recrutamento de novos investigadores, cujo trabalho resulte na realização de doutoramentos, refira-se que se a investigação em Física era praticamente inexistente nas faculdades de Ciências portuguesas entre 1911 e 1930 – o que impossibilitava a concessão de doutoramentos nesta área científica face à legislação republicana que exigia um ano de trabalho experimental⁶⁸⁹ –, a actividade da JEN/IAC repercute-se no despoletar dessa investigação no laboratório em análise e na conseqüente possibilidade de concretizar doutoramentos.

A confirmá-lo atente-se aos casos de Lídia Salgueiro, Marieta da Silveira, Carlos Braga e José Sarmento, cujos doutoramentos foram realizados entre 1943 e 1946 com base em trabalho experimental desenvolvido no Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa, na época designado por Centro de Estudos de Física⁶⁹⁰. A propósito desta nova fase, o testemunho de Carlos Braga é exemplar:

«Quando em 1942 pensei em realizar um trabalho de Física experimental para o meu doutoramento depressa conclui que, a não ser saindo do país, só em Lisboa encontrava os meios necessários para o iniciar com algumas probabilidades de êxito. Efectivamente no Centro de Estudos, anexo ao Laboratório de Física, o ambiente de trabalho era animador»⁶⁹¹.

Ou seja, contrastando com a realidade experienciada pelos seus orientadores, Manuel Valadares e Aurélio Marques da Silva, nos anos quarenta os acima referidos quatro novos doutorandos não são *forçados* a procurar no estrangeiro o estatuto de cientistas – reflexo da actividade de uma instituição que, em

Portugal, organiza e financia a investigação científica.

Interessante verificar, novamente, como é por intermédio das práticas da JEN/IAC que se materializa o que o enquadramento legislativo republicano estipula, não logrando concretizar⁶⁹². Igualmente interessante será constatar que, apesar de tardia, a concessão de doutoramentos em Física pela Faculdade de Ciências de Lisboa, com trabalho experimental desenvolvido no seu seio, acarreta dissensões entre os membros do Conselho Escolar. A ilustrar a dificuldade manifestada pela estrutura universitária em se adaptar a um novo conceito de doutorado refira-se a posição assumida por Victor de Lemos na sessão do Conselho Escolar de 18 de Novembro de 1944, onde defende que “um doutor é um super-licenciado e que, portanto, a preparação para o doutoramento exige tempo, pois há que rever toda a licenciatura e melhorar a preparação já conseguida”⁶⁹³. Em reforço desta ideia, e conformemente ao carácter enciclopédico das provas de doutoramento então vigente, para Victor de Lemos um doutor distingue-se de um licenciado por possuir uma “cultura superior”, o que pressupõe a existência de um extenso intervalo temporal entre a conclusão de uma licenciatura e de um doutoramento⁶⁹⁴.

Posição distinta perfilha Cirilo Soares, Torre de Assunção e Flávio Resende, argumentando que um doutor consiste num investigador que se especializa, produzindo resultados novos, estatuto que, na prática, a Faculdade de Ciências de Lisboa reconhece a Lídia Salgueiro, Marieta da Silveira, Carlos Braga e José Sarmiento⁶⁹⁵.

Não se confinando ao espaço público nacional, derivado da sua publicação, em francês, na *Portugaliae Physica*, sobre o trabalho produzido durante o doutoramento por Lídia Salgueiro atente-se à exposição que Cirilo Soares dirige ao presidente do IAC, em Maio de 1944.

«Outro facto que eu tenho o prazer de apontar a V. Ex. e que representa um êxito não só da *Portugaliae Physica*, mas por seu intermédio, do Centro de Estudos que tenho a honra de dirigir é que o artigo publicado no segundo fascículo [de] Janeiro de 1944 da autoria da bolseira D. Lídia Salgueiro marca a prioridade da descoberta de novas radiações no espectro gama do rádio D, estudo que tem sido prosseguido por vários investigadores, e só posteriormente se acha confirmado pelo trabalho apresentado em Março do ano corrente à Academia de Ciências de Paris pelo autorizado cientista Marcel Frilley, “maître de recherches” no Laboratório Curie»⁶⁹⁶.

Em conclusão, se a avaliação dos resultados da JEN/(IAC) pressupõe o cruzamento com a realidade existente no início da sua actividade, o caso de estudo em análise revela como ao conceder bolsas aos candidatos mais competentes,

ao conferir-lhes condições para rentabilizar internamente a sua especialização e ao patrocinar a divulgação internacional dos seus trabalhos, nomeadamente pelo financiamento da *Portugaliae Physica*, a JEN/IAC contribui para transformar um laboratório nacional sem prática de investigação, incapaz de suportar a realização de doutoramentos, numa escola de investigação científica reconhecida internacionalmente⁶⁹⁷.

Não por acaso, no seu projecto autobiográfico, Celestino da Costa defendia que a Junta havia conciliado a actualização dos investigadores portugueses no estrangeiro com a criação de condições para aplicar, em Portugal, a aprendizagem efectuada⁶⁹⁸. Quando confrontada com a já mencionada ideia de que nos anos trinta não havia em Portugal uma verdadeira comunidade científica e os níveis de investigação eram residuais⁶⁹⁹ ou inclusivamente com recentes interpretações defendendo a incapacidade da Junta em reintegrar os ex-bolseiros externos⁷⁰⁰, a tese de Celestino da Costa, reafirmada pela totalidade dos casos de estudo analisados no presente capítulo, revela-se surpreendentemente inovadora.

Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra: o (re)posicionamento de Portugal na geografia científica mundial

Em 1940, o foneticista Armando de Lacerda foi um dos sessenta e cinco comunicadores presentes no Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa, que reuniu em Coimbra, sob a presidência de Joaquim de Carvalho, algumas das principais figuras da ciência portuguesa da época⁷⁰¹. No seu discurso sobre a contribuição nacional no campo da Fonética Experimental expressou-se nos seguintes termos:

«O primeiro trabalho de investigação, nos domínios da fonética experimental de autoria portuguesa, foi publicado em 1932, nos *Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*. [...] Apesar de se tratar dum artigo cujo texto abrangia, somente, uma meia dúzia de páginas... manifestou uma atitude nova, inteiramente contrária à maioria dos representantes da fonética experimental dessa época. De então para cá, outros trabalhos da mesma autoria se foram seguindo até ao presente ano de 1940. A atitude tomada perante velhas técnicas e doutrinas, umas e outras inaceitáveis à luz de novos métodos, abriu caminhos seguros ao estudo da fala. A obra realizada no espaço de tempo, relativamente breve, de oito anos, apresenta resultados de valor indiscutível...»⁷⁰²

Sem o mencionar, referia-se o director do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra às suas investigações que, sendo iniciadas na Alemanha e continuadas em Portugal com o apoio da JEN e do IAC, conduziram à criação de novos instrumentos e métodos de investigação Fonética, superando técnicas tradicionais como a quimográfica⁷⁰³.

Analisado pela perspectiva das instituições referenciadas, o caso de Armando de Lacerda e do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra revela a existência de um plano para desenvolver a investigação Fonética em Portugal que se inicia com a Junta e se prolonga pelo IAC⁷⁰⁴. Como se verificará, este plano pressupunha, praticamente desde o seu início, o objectivo *último* de atrair para Portugal membros da comunidade científica internacional, o que efectivamente se concretizará.

Armando de Lacerda na Alemanha ou um bolsheiro português cria um novo método de investigação

Licenciado em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras do Porto, Armando Soeiro Moreira de Lacerda solicita uma bolsa na Alemanha, em Agosto de 1930, para se especializar em Fonética Experimental. As suas altas classificações, os trabalhos experimentais previamente realizados no Laboratório de Fonética da Universidade do Porto e a frequência de um curso de férias na Universidade de Berlim em 1929 justificarão o parecer e resolução favoráveis⁷⁰⁵.

Após permanência no Laboratório de Fonética de Hamburgo, entre 1930 e 1931, é convidado pelo director do Instituto de Fonética da Universidade de Bona, professor Paul Menzerath, para que desenvolvam estudos em colaboração⁷⁰⁶. Fundamentando o pedido de prorrogação de bolsa na referência ao desenvolvimento da Fonética Experimental nas principais universidades europeias e norte-americanas, e na necessidade de Portugal acompanhar essa evolução, também contribuindo para o progresso dessa ciência, a Junta responde-lhe positivamente e Lacerda transfere-se para Bona⁷⁰⁷.

Em Fevereiro de 1932, a pedido de Simões Raposo, apresenta indicações sobre a montagem de um laboratório de Fonética em Portugal – a organização do espaço, o material de investigação a adquirir ou os trabalhos a desenvolver serão alguns dos tópicos que desenvolve numa carta que revela estar inserido num processo reflectido por parte dos dirigentes da Junta para desenvolver esta área do saber. Na mesma carta mostra como a confiança em si depositada pela instituição que o financia e pelo seu novo orientador será correspondida.

«Permita-me V. Ex.^a comunicar-lhe ainda que estou a realizar um trabalho sobre o problema da delimitação dos sons, com a honrosa colaboração do Ex. Professor Paul

Menzerath, director do Laboratório de Fonética desta Universidade. Este trabalho vai ser publicado em vários números duma revista da especialidade – “Zeitschrift für Experimentelle Phonetik”. Uma grande parte do material de análise foi realizado com o auxílio do meu Labiógrafo-Inscritor-Oral, aparelho que o laboratório mandou construir sob as minhas indicações. Devo ao Ex. Professor Menzerath a amabilidade de me ter proposto sócio da “International Society of Experimental Phonetics”, sendo sua tenção indicar o meu nome para o lugar de representante de Portugal perante a “Associação Internacional de Fonética Experimental”»⁷⁰⁸.

Dois meses mais tarde, numa nova missiva, retoma alguns destes temas. Informa que a proposta para representante de Portugal na International Society of Experimental Phonetics foi aceite e comunica que um Laboratório de Fonética a criar pela JEN permitirá, quando desenvolvido, organizar cursos para investigadores nacionais e estrangeiros. A relevância desta ideia no projecto da Junta justificará o destaque que lhe é conferido, o que provavelmente terá sido efectuado pelo receptor da carta, Simões Raposo⁷⁰⁹.

Relativamente ao I Congresso Internacional de Ciências Fonéticas, a realizar em Amesterdão em Julho de 1932, refere ter sido convidado a participar activamente. Autorizado pela Comissão Organizadora a proferir uma conferência e a realizar demonstrações com um novo aparelho por si inventado, o Policromógrafo, adverte não possuir recursos para a sua construção. Reconhecendo a importância dessa participação, que consagraria um português como criador de um novo método de investigação, o cromográfico – método de registo sonoro para análise dos sons da linguagem – e garantindo a sua repercussão no desenvolvimento da Fonética Experimental em Portugal, a JEN concede um subsídio extraordinário de 11.000\$00 para a construção do aparelho, que ficará em posse do Centro de Estudos Filológicos⁷¹⁰.

Descrito pelo seu criador como um inscridor de grande sensibilidade, menos dispendioso que os outros inscridores e susceptível de permitir ao seu utilizador realizar em algumas horas um trabalho para o qual anteriormente necessitaria de cinco ou seis semanas, a sua apresentação em Amesterdão resultou num sucesso, “tendo sido muito apreciadas as demonstrações”⁷¹¹.

Ao reconhecimento internacional de Armando de Lacerda e aos benefícios que a Junta esperava repercutir na ciência produzida em Portugal *respondiam* as instâncias nacionais com incúria – regressando de Amesterdão ao Porto com instrumentos de Fonética Experimental na bagagem, entre os quais o Policromógrafo, a Alfândega desta cidade proíbe o seu levantamento. Ameaçado com a venda em leilão destes instrumentos caso não se obtivesse a isenção de direitos aduaneiros no prazo de quinze dias, Lacerda corresponde-se

com a Junta. Será a sua mediação e os esclarecimentos do foneticista português junto do director da Alfândega do Porto que permitirão evitar um desfecho indesejado⁷¹².

Em finais de 1932, sem a confirmação de que a JEN criaria um laboratório de Fonética Experimental, mas com indicações nesse sentido por parte de Simões Raposo, Lacerda regressa a Bona, dando continuidade à sua capacidade inventiva e crescente prestígio. Em colaboração com Paul Menzerath, e com o patrocínio da JEN e de uma instituição germânica, a *Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft*, publica a obra *Koartikulation, Steuerung und Lautabgrenzung*⁷¹³. Em carta dirigida a P. Menzerath, o presidente da International Society of Experimental Phonetics, E. W. Scripture, comenta-a do seguinte modo:

«Acabo agora mesmo de percorrer o trabalho genial de V. Ex.^a e do Snr. Lacerda. Só posso dizer que sob o ponto de vista da aparelhagem e dos métodos se chegou a uma perfeição até hoje ainda não alcançada. Não posso deixar de admirar a genialidade e habilidade dos autores. Os registos propriamente ditos são de uma precisão e perfeição que não tem igual. As explicações das curvas são excelentes. As conclusões que se deduzem são da maior importância. O trabalho é certamente do melhor que se tem publicado no domínio da fonética experimental»⁷¹⁴.

Este e outros trabalhos que Armando de Lacerda desenvolve em dois anos e meio de estágio na Alemanha, abrindo novos campos para a investigação Fonética Experimental⁷¹⁵, justificarão o convite que Paul Menzerath lhe dirige para no ano lectivo de 1932/33 reger no seu instituto um curso sobre cromografia destinado exclusivamente a investigadores⁷¹⁶.

A bolsa interna de Armando de Lacerda e a criação do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra

O regresso definitivo de Lacerda a Portugal ocorre no Verão de 1933, quando já sabe ter sido nomeado pela Junta para dirigir a instalação de um laboratório de Fonética. Nesse sentido, antes da sua partida da Alemanha e graças à concessão de um subsídio extraordinário, encomenda livros e novos instrumentos de investigação em Bona⁷¹⁷.

Será fundamentalmente visando aquele objectivo, e a consequente prossecução das investigações iniciadas no estrangeiro, que a bolsa de estudo concedida a Armando de Lacerda na Alemanha é sucedida de uma bolsa no país, a qual perdurará entre Outubro de 1933 e Dezembro de 1936⁷¹⁸. Neste intervalo temporal o foneticista português vê-se forçado a reduzir, embora não abandone, as suas investigações e publicações. Se aquelas abordavam problemáticas

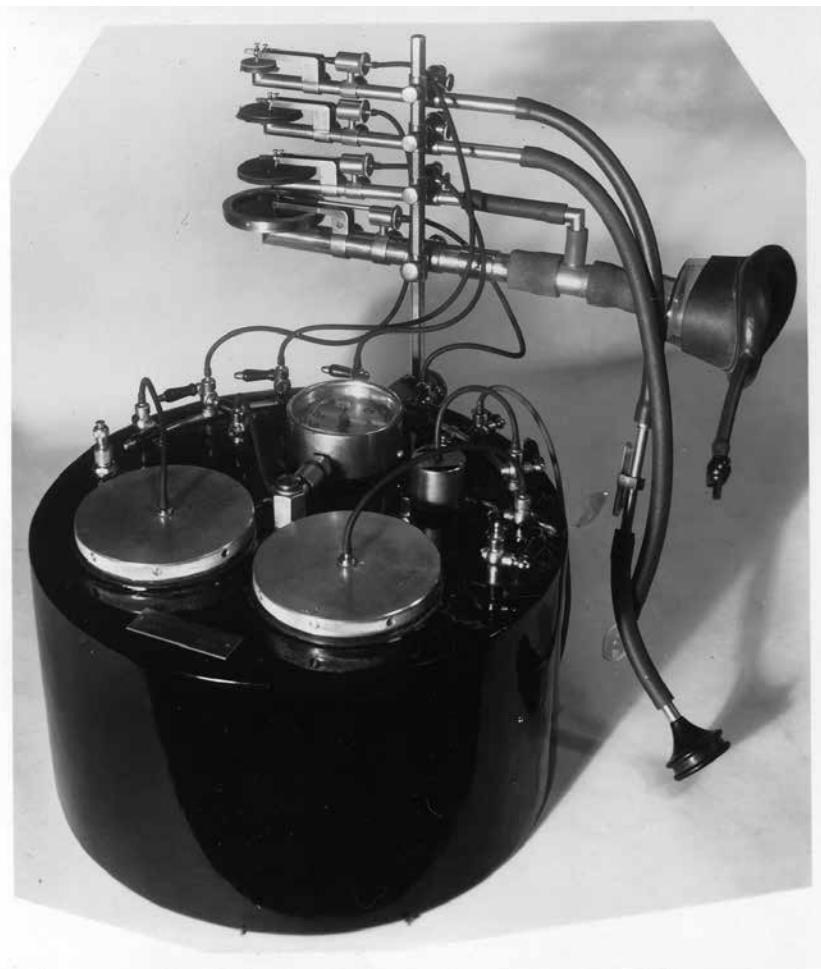


Figura 14 – “Policromógrafo de Lacerda”

Policromógrafo com que Armando de Lacerda realizou as primeiras demonstrações do método cromográfico no I Congresso Internacional de Ciências Fonéticas de Amesterdão. Fotografia por si enviada à JEN em 5 de Julho de 1932. Crédito do IC (AIC. Cx. 1337, Proc. 3).

como a “delimitação dos fonemas por meio dos respectivos cromogramas”, a “determinação das zonas de diferenciação das vogais”, as “zonas de formação e deformação sonora dos fonemas” ou a “reprodução sonora dos cromogramas”, estas ocorriam fundamentalmente em periódicos nacionais, com destaque para o *Boletim de Filologia*. Neste período de trinta e nove meses, Lacerda também reduz as suas participações em reuniões científicas, abandonando as de carácter internacional e limitando-se a assistir, sem apresentação de comunicações, às reuniões do Centro de Estudos Filológicos⁷¹⁹.

O reduzido valor da bolsa e a montagem do laboratório de Fonética justificam a sua nova condição, que de modo desiludido descreve a Leite Pinto:

«Foi-me concedido o subsídio mensal de mil escudos por mais um ano; como não me é possível viver com essa quantia... vejo-me obrigado a frequentar a Escola Normal onde vou continuar os meus estudos durante tanto tempo interrompidos. [...] Desejava dedicar-me inteiramente ao laboratório que vai ser montado em Coimbra e poder continuar a trabalhar de forma a não descer do nível a que nos habituamos nos centros alemães de especialização, mas a índole portuguesa tão inimiga do entusiasmo pela investigação não permite que se abandone a rotina. Em Portugal a investigação continua a ser um luxo porque no final de contas, salvo raras excepções, ninguém investiga coisa alguma, e como o resultado é nulo, só se admite o investigador amador que nunca tem tempo para investigar, pois a sua atenção tem de se dividir por muitas e variadas ocupações.

Tentei todos os meios de luta mas encontrei por toda a parte a mesma apatia, reflexo natural duma sociedade que vê na Junta de Educação Nacional, apenas, um meio de se viajar à custa do Estado»⁷²⁰.

Superadas as dificuldades, o Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra é finalmente criado pelo Decreto-lei n.º 26 994, de 10 de Setembro de 1936⁷²¹. Sendo a sua instalação intermediada pelo Centro de Estudos Filológicos, esta realidade explica os avultados subsídios concedidos a este centro em 1934/35, de 83.000\$00, e em 1936, ascendendo a 79.000\$00⁷²².

Um espaço laboratorial com *esplêndidas instalações técnicas*

Fundado e sucessivamente financiado pelo IAC, o Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra disporá das seguintes instalações: “salas para trabalhos laboratoriais onde se encontram vários equipamentos de investigação, mesas para classificação e exame de registos sonoros, mesas para trabalhos gráficos, colecções de peças auxiliares e outro material”; “uma câmara de captação microfónica para tomada e registo de som”; “uma

sala de audições acusticamente condicionada de modo a facilitar apreciações subjectivas de um pequeno auditório”; “fonoteca e arquivo de gráficos e outros documentos”; “arquivo sonoro dos Falares Regionais Portugueses”; “uma sala de leitura”; “uma dependência para arrumo de material diverso”; e “uma sala para os serviços de direcção”⁷²³.

As múltiplas dependências que compõem o Laboratório de Fonética de Coimbra reflectem a diversidade de actividades desenvolvidas desde a sua inauguração. Essencialmente dedicado ao estudo científico da língua portuguesa, sob a orientação implementada pelo seu director, Armando de Lacerda⁷²⁴, nas suas salas realizam-se “registos sonoros para estudo da dicção portuguesa, tomando para indivíduos de prova pessoas cultas e incultas”, “gravações de coros falados em português para apreciação subjectiva da dicção oral”, “estudos da flexão tonal, em português, com auxílio de registos cromográficos” e, entre outras, investigações sobre as “características da entoação portuguesa”⁷²⁵. Embora com menor grau de importância para Armando de Lacerda, o laboratório também auxilia o ensino da Fonética Portuguesa, nomeadamente pela realização de cursos livres, cursos de Verão e cursos para estrangeiros, dedicando-se ainda, pelo menos nos anos cinquenta, a estudos de Fonética aplicada ao ensino de surdos-mudos⁷²⁶.

Além do *Boletim de Filologia*, os resultados das investigações laboratoriais serão publicados no *Boletim do Instituto Alemão*, na *Biblos*, na *Prisma*, nos *Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*, na *Revista de Filología Española* e, desde 1952, na *Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*⁷²⁷.

Reflexo de um período de maior produtividade, Lacerda reinicia a participação activa em reuniões científicas – até 1940 profere conferências no Porto, na Faculdade de Letras de Coimbra e Lisboa, e no Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Coimbra, a convite do seu director, Mário Augusto da Silva⁷²⁸. Acompanhadas de projecções e audição de registos sonoros realizados no Laboratório de Fonética, estas conferências serão complementadas com a apresentação de comunicações ao III Congresso Internacional de Ciências Fonéticas, em Gand, e ao Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa, onde defende ser no seu laboratório que se encontram os “sistemas cromográficos mais modernos”⁷²⁹. Ideia semelhante é defendida por Henry Carter, professor da Northwestern University (EUA), o qual, após visitar o Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra, no Verão de 1939, refere ter-se deparado com esplêndidas instalações técnicas⁷³⁰.

Atracção, especialização e consagração da comunidade científica internacional em Portugal

Será a qualidade do material de investigação ao dispor do director do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra⁷³¹, juntamente com o seu prestígio internacional, que justificará o intenso intercâmbio científico com outras instituições congéneres estrangeiras. Nos primeiros três anos de existência do laboratório, entre 1937 e 1939, Armando de Lacerda visita as novas instalações do Instituto de Fonética da Universidade de Bona e o Departamento de Fonética da Universidade de Londres; é convidado pelos professores Diedrich Westermann e Eberhard Zwirner, da Universidade de Berlim, a fazer parte da direcção científica do periódico *Archiv für Vergleichende Phonetik*; envia gravações de textos para o Instituto de Fonética de Bona, para o Instituto Britânico e para a Universidade de Harvard (EUA); estabelece relações com esta universidade de modo a que os trabalhos realizados no Laboratório de Coimbra sejam publicados em língua inglesa, por aquela instituição; é convidado pelo British Council a realizar um trabalho científico na University College de Londres⁷³²; e concretiza o que havia enunciado à direcção da Junta em 1932 e que assume preponderância fundamental no âmbito do nosso estudo – a capacidade de atrair investigadores estrangeiros para o seu laboratório, onde se especializam nos seus métodos de investigação e, inclusivamente, se consagram cientificamente.



Figura 15 – Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra

Aspecto parcial das instalações do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra, considerado pelo seu director, em meados dos anos cinquenta, *o terceiro do mundo*. Crédito da BPE (LACERDA, 1952). Cf. também AIC. Cx. 0499, Proc. 1.

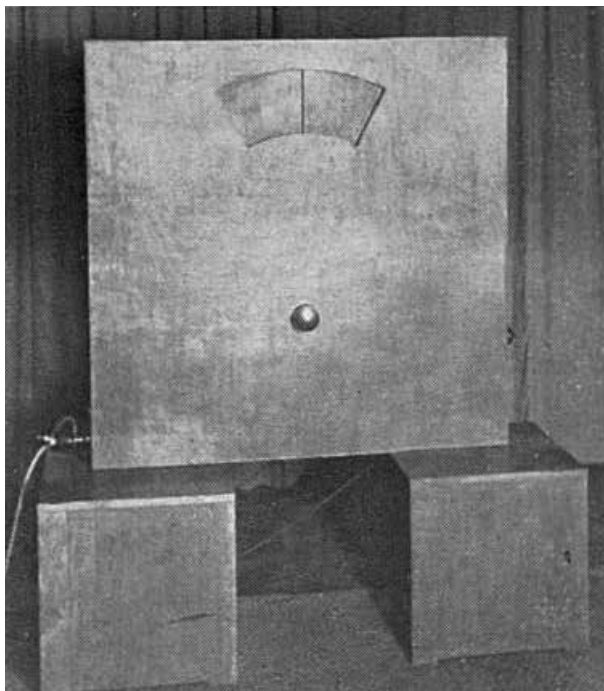


Figura 16 – Tradutor de configurações sonoras em configurações luminosas

Este instrumento científico usado no Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra em inícios dos anos cinquenta integra actualmente o espólio do Museu Nacional da Ciência e da Técnica (Coimbra), tendo a sua identificação sido possível graças à colaboração do Dr. Gilberto Pereira, curador dos instrumentos científicos do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Crédito da BPE (LACERDA, 1952).

Quadro 21 – Investigadores estrangeiros que estagiam no Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra (1936/56)

Nome	Profissão/filiação científica	País	Duração do estágio (ano)
António Badia Margarit	Professor auxiliar da Universidade de Barcelona	Espanha	1m (1945)
Francis Millet Rogers	Doutorando da Universidade de Harvard	EUA	4m (1939)
Göran Hammarström	Professor da Universidade de Uppsala	Suécia	20m (1950; 1951/52; 1954)
J. H. Uldall	Professor da Universidade de Edimburgo	Escócia	?m (1955/56?)
John M. Parker	Universidade de Cambridge	Inglaterra	?m (1955/56)
Leif Sletsjöe	Universidade de Oslo	Noruega	7m (1948)
Manolo Companys	Universidade de Toulouse	França	2m (1955)
María Josefa Canellada	Consejo Superior de Investigaciones Científicas	Espanha	?m (1941/42)
Nelson Rossi	Professor da Universidade da Bahia	Brasil	3m (1954/55)
Peter D. Strevens	Director do Departamento de Fonética da University College da Costa do Ouro	Gana	2m (1955)
Pierre Amado	?	?	48m (1941/45?)
Sue Nogueira	Professora da Prefeitura do Distrito Federal do Rio de Janeiro	Brasil	8m (1955; 1956)
Vincenzo Cocco	Assistente da Universidade Católica do <i>Sacro Cuore</i> de Milão	Itália	15m? (1942/43)

Fontes: AIC. Cx. 0300, Proc. 7; Cx. 0414, Proc. 20; Cx. 0499, Proc. 1; Cx. 0785, Proc. 7; Cx. 0836, Proc. 11; Cx. 1319, Proc. 3; Cx. 1320, Proc. 16; Cx. 1321, Proc. 2; Cx. 1446, Proc. 7. AUC. Processo do professor Armando Soeiro Moreira de Lacerda, Cx. 123⁷³³.

Beneficiando do financiamento do IAC e de instituições internacionais – como o Consejo Superior de Investigaciones Científicas⁷³⁴, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior⁷³⁵ ou as universidades de Londres, Uppsala e Harvard (EUA) – estes investigadores efectuam um percurso em sentido contrário ao dos bolseiros externos da Junta, reconhecendo em Portugal o cientista e a instituição científica de *excelência*. A título exemplificativo recordemos as palavras de Henry Carter atrás referidas, às quais se junta a menção que a *Revista Hispánica Moderna* faz ao excelente Laboratório Fonético da Universidade de Coimbra, em Outubro de 1936. Já sob a perspectiva da qualidade reconhecida a Armando de Lacerda, atendamos às *Memórias* de Francis Millet Rogers, onde afirma ter-se devido ao seu orientador de doutoramento na Universidade de Harvard, George Zipf, grande admirador do trabalho do foneticista português, ter estagiado no seu laboratório em finais dos anos trinta⁷³⁶.

Provenientes de diversos países e continentes, embora em diferentes estádios das suas carreiras, a permanência no espaço laboratorial conimbricense permitirá a estes investigadores especializarem-se nos “novos métodos portugueses de investigação”⁷³⁷, o que regularmente derivará em publicação de trabalhos. Os artigos e livros em causa, produzidos individualmente ou em colaboração com o supervisor científico, Armando de Lacerda, obtêm repercussão internacional – se os *Sons dependentes da fricativa palatal áfona*⁷³⁸ teve recensões críticas na *Language*⁷³⁹ e *Hispanic Review*⁷⁴⁰, os *Estudios de Fonética y Fonología Catalanas*⁷⁴¹, subsidiado pelo Instituto para a Alta Cultura e o Consejo Superior de Investigaciones Científicas, teve recensões críticas no periódico *Books Abroad*⁷⁴². Já a obra *Étude de phonétique auditive sur les parlers de l’Algarve*, de Göran Hammarström, que com a colaboração de Armando de Lacerda recolhe material fonético no Algarve, submetendo-o posteriormente a um exame auditivo no laboratório de Coimbra, será apresentada na Universidade de Uppsala como dissertação de doutoramento⁷⁴³.

Além de local de aprendizagem, o Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra pode ainda ser interpretado como um espaço que contribui para a consagração dos seus frequentadores. O caso de Nelson Rossi será a esse título exemplar. Após o Estado brasileiro, por intermédio da CAPES, ter financiado o estágio deste professor da Universidade da Bahia em Coimbra, e depois de Armando de Lacerda, a convite do reitor desta instituição, ter instalado em 1956/57 o que viria a ser o primeiro laboratório de Fonética Experimental da América do Sul, o estágio de Nelson Rossi em Coimbra influenciou a sua nomeação para o cargo de primeiro director do Laboratório de Fonética Experimental da Bahia⁷⁴⁴.

Mantendo intensa actividade científica, dentro e fora de Portugal, nesta década de cinquenta, Armando de Lacerda *exporta* os métodos de investigação

e os instrumentos por si criados. O Laboratório de Fonética Experimental da Universidade da Bahia será apenas um exemplo de uma instituição estrangeira apetrechada com equipamentos cromográficos da sua autoria. Em 1957/58, a mesma realidade concretizar-se-á no Rio de Janeiro, quando o foneticista português instala o Laboratório de Fonética do Colégio Pedro II⁷⁴⁵.

Estas e outras ausências de Portugal não o impedem de manter estreita ligação com o epicentro da sua actividade científica – o Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra. Foi a partir deste espaço que Armando de Lacerda, a JEN e o IAC colocaram Portugal no mapa dos países produtores e exportadores na área da Fonética Experimental, condição que passou pela “...vinda de numerosos bolsеiros para se especializarem em Fonética na Universidade de Coimbra...”⁷⁴⁶.

A importância desta realidade manifesta-se, nomeadamente, por uma análise comparativa com o percurso dos bolsеiros da Junta para Ampliación de Estudios e do Consejo Superior de Investigaciones Científicas na área da Fonética. Se o já referido Tomás Navarro Tomás, um dos principais protagonistas da introdução em Espanha da Fonética Experimental, é subsidiado pela Junta para Ampliación de Estudios para se especializar na França e Alemanha em 1912/14, mais tarde, após a criação do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra, o Consejo Superior de Investigaciones Científicas inverte o rumo de alguns dos seus bolsеiros nesta área disciplinar, subsidiando-lhes estágios num novo país de destino – Portugal⁷⁴⁷.

Inserindo-se nas mais recentes teses historiográficas que reconhecem a capacidade de atractibilidade científica de Portugal – ou, mais precisamente, a presença de numerosos investigadores estrangeiros em território português – durante a ocorrência de congressos científicos internacionais⁷⁴⁸, o Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra remete explicitamente para o debate centro/periferia científica. Nesse sentido, ao contrariar os modelos defensores de transferências unidireccionais de conhecimentos e práticas científicas de um centro para uma suposta periferia científica⁷⁴⁹, a actividade do laboratório em análise inscreve-se em mais um caso de *excelência científica na periferia*⁷⁵⁰, de que o centro se apropriaria, ou, mais ousadamente, poderá contestar a própria validade de tal dicotomia.

“EXPANSÃO CULTURAL E INTERCÂMBIO INTELECTUAL”: A IMAGEM DE UM PAÍS PRODUTOR DE CIÊNCIA

Em conformidade com os critérios da Junta, os investigadores que produzissem conhecimento em instituições nacionais deveriam divulgar internacionalmente os resultados obtidos. Deste modo, exportando esse conhecimento, aspiravam os dirigentes da JEN que fosse reconhecido a Portugal o papel de participante activo na ampliação do património intelectual. Embora já visível nos “Subsídios a publicações científicas” – com destaque para periódicos editados em francês, inglês ou alemão, como a *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigenis*⁷⁵¹ –, esta era uma função essencialmente a cargo dos “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual”.

Nesse sentido, este mecanismo da Junta consistia fundamentalmente no financiamento da representação nacional em congressos e conferências científicas internacionais, no intercâmbio de cientistas nacionais e estrangeiros visando a realização de conferências, na reunião de congressos científicos internacionais em Portugal, nas missões de estudo de curta duração a instituições científicas estrangeiras e, embora essencialmente vocacionados para a expansão da língua e da literatura portuguesas, nos leitorados⁷⁵².

“Quis que a ciência Portuguesa aparecesse além das fronteiras e se tornasse conhecida. Dei o exemplo aparecendo regularmente em Congressos...”⁷⁵³

A presença portuguesa nos congressos científicos internacionais: uma participação activa, mas sujeita à crueza dos números

Se o processo de profissionalização da ciência que vinha ocorrendo desde o século XIX motiva a realização de quinhentos e oitenta e quatro congressos científicos entre 1929 e 1936⁷⁵⁴, a presença de portugueses subsidiados pela JEN, ao abrigo da rubrica “Representação em congressos”, em apenas vinte e oito desses eventos deriva das restrições orçamentais da instituição e da execução de uma política cuja média de despesa com os “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual”, face à receita total, representa somente 15% entre 1929 e 1936⁷⁵⁵. Acresce a estas constatações a referida diversidade de práticas científicas incluídas nestes serviços, assumindo os leitorados, criados em 1930/31, a prioridade na expansão cultural⁷⁵⁶.

Quadro 22 – N.º de congressos científicos com representação portuguesa financiada pela JEN (1929/36)

Ano	Congressos científicos nacionais e internacionais	Congressos científicos com participantes subsidiados pela JEN – rubrica “Representação em congressos”
1929	57	0
1930	76	8
1931	101	8
1932	88	5
1933	77	1
1934	87	0
1935	95	5
1936	3	1
Total	584	28

Fontes: *A Medicina Contemporânea*; *Actualidades Biológicas*; *Arquivo de Anatomia e Antropologia*; *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*; *Brotéria*; *Isis*; *L'Anthropologie*; *Labor*; *Le Mois*; *Lisboa Médica*; *Nature*; *Portucal*; *Portugal Médico*; *Revista Agronómica*; *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*; *Revista de Química Pura e Aplicada*; *Revue Archéologique*; *Técnica*; JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁷⁵⁷.

O reconhecimento do problema da pouca representatividade nacional nos fóruns científicos internacionais, sob o signo da Junta, não é contemporâneo. A seu propósito, já no *Relatório dos trabalhos efectuados em 1933/34* Leite Pinto se referia nos seguintes termos:

«O ensino português nas Universidades estrangeiras absorve-nos a quase totalidade da verba de expansão cultural.

Muito pouco nos fica para missões de curta duração, a que não poderemos consagrar mais duma escassa dezena de contos; e foi forçoso e doloroso suspender a concessão de subsídios para representação em congressos, embora esta função esteja claramente prevista no nosso regulamento. Já no ano último se concedeu um único e modesto subsídio para congressos; cinco apenas em 1932-33, em contraste com o que a Junta pudera fazer nos primeiros anos, quando os serviços de expansão portuguesa ainda eram inexistentes ou reduzidos»⁷⁵⁸.

No relatório do ano económico seguinte, em 1934/35, Leite Pinto não se limita a reafirmar esta realidade, dedicando-se simultaneamente a analisar as consequências para o país dessa constatação.

«Não tem sido possível promover a representação portuguesa em congressos científicos a não ser em casos muito raros. Representa esse facto um grave prejuízo na expansão da nossa cultura. O nosso País deve estar presente nos congressos científicos, mormente quando o pode fazer com apresentação de comunicações. A ausência aos congressos desprestigia o País e cerceia-lhe autoridade, desfazendo no espírito dos colegas estrangeiros e dos próprios governos dos países onde os congressos se realizam a boa impressão que, por outras razões, possam ter e vão tendo de Portugal. É insuficiente a verba de que a Junta dispõe e como as Faculdades já não dispõem dela para congressos, as possibilidades de assegurar a representação do nosso País são diminutas»⁷⁵⁹.

Embora acentuando a preocupação com o prestígio de Portugal, quando nos relatórios produzidos por Simões Raposo sobressai o cuidado em promover a *evolução da cultura mundial*⁷⁶⁰, a argumentação do novo secretário-geral comporta duas particularidades vitais no âmbito da proposta que defendemos.

Primeiramente, e como é comprovado pelos dados recolhidos, todos os congressos científicos com presença portuguesa subsidiada pela Junta, independentemente da sua localização ser no país ou no estrangeiro, são internacionais. De modo não surpreendente, os dirigentes da JEN procuravam, deste modo, que os investigadores em Portugal mantivessem a capacidade de integrar as redes de comunicação científica internacionais, estreitando relacionamentos e actualizando-se sobre os trabalhos que os pares estrangeiros desenvolviam no momento.

Uma análise mais detalhada revela-nos mesmo a preocupação da instituição em minorar algumas das contingências que marcam a presença nacional nos fóruns científicos internacionais⁷⁶¹, permitindo a um número restrito de investigadores participar ininterruptamente nas reuniões de determinadas sociedades ou associações, assim como integrar (pela primeira vez) redes já existentes ou estabelecidas na época.

Um caso exemplificativo da primeira condição é protagonizado por António Pereira Forjaz nos congressos organizados pela Société de Chimie Industrielle de Paris. Se em 1929 participou, sem financiamento da JEN, na sua reunião de Barcelona – o IX Congresso de Química Industrial –, em 1930, como referido anteriormente, participou no X Congresso de Química Industrial, em Liège, para o que beneficiou de uma bolsa de longa duração da Junta⁷⁶². No ano

seguinte, ao abrigo da “Representação em congressos”, participou em Paris no XI Congresso de Química Industrial, tendo ainda presenciado o XII congresso, em Praga, em 1932, para o que voltou a beneficiar de um apoio desta natureza⁷⁶³.

José Júlio de Bettencourt Rodrigues⁷⁶⁴, por seu lado, atende pela primeira vez em 1930, em Bruxelas, a um Congresso Internacional do Ensino Secundário, resultado da decisão favorável da Junta ao pedido que lhe é dirigido pela Associação dos Professores dos Liceus Portugueses. Reconhecendo o mérito do delegado português, a posição de destaque que ocupará no novo encontro – enquanto seu relator geral – e a importância deste para o ensino público em Portugal, a Comissão Executiva, no ano seguinte, financia-o novamente, permitindo-lhe assistir em Paris ao XIII Congresso Internacional do Ensino Secundário⁷⁶⁵.

Além destes apoios para integrar redes científicas já existentes, a Junta, preocupando-se em criar condições para que os investigadores acompanhem a especialização do conhecimento, permite que alguns presenciem a primeira reunião científica de uma nova agremiação ou atendam congressos onde se debata uma nova área do saber. A título exemplificativo recordem-se os congressos internacionais de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, nomeadamente o XV, ocorrido em Portugal em 1930, com o financiamento da Junta, e o 1.º Congresso Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas, realizado em Londres, em 1932. Tendo este último surgido como protesto da comunidade arqueológica germânica e inglesa contra aqueles, entendidos como *caducos*, incapazes de responder ao desenvolvimento científico da época, não será de menor importância ter participado nos seus trabalhos, ao abrigo da rubrica “Representação em congressos”, Rui Correia de Serpa Pinto⁷⁶⁶.

Da argumentação de Leite Pinto, e manifestamente inspirada no modelo da Junta para Ampliación de Estudios, ainda sobressai outra questão fundamental no âmbito da nossa proposta – a actualização científica ou pedagógica resultante da presença em reuniões internacionais deveria ser conjugada com uma participação activa, ou seja, com apresentação de comunicações⁷⁶⁷. É esta preocupação com a colaboração de Portugal na ampliação do conhecimento que induz Celestino da Costa, em sessão da Comissão Executiva, a propor “que só se subsidiasse a representação em congressos de importância excepcional e a delegados que tenham previamente apresentado à Junta as comunicações a fazer nas referidas reuniões”⁷⁶⁸.

Um caso exemplar da aplicação desta política de validação de propostas ocorre com Geraldino Brites. Bolseiro no país deste 1929, dedicando-se, entre outras questões, ao estudo dos sarcomas da mama, o director do Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Coimbra não se limita a

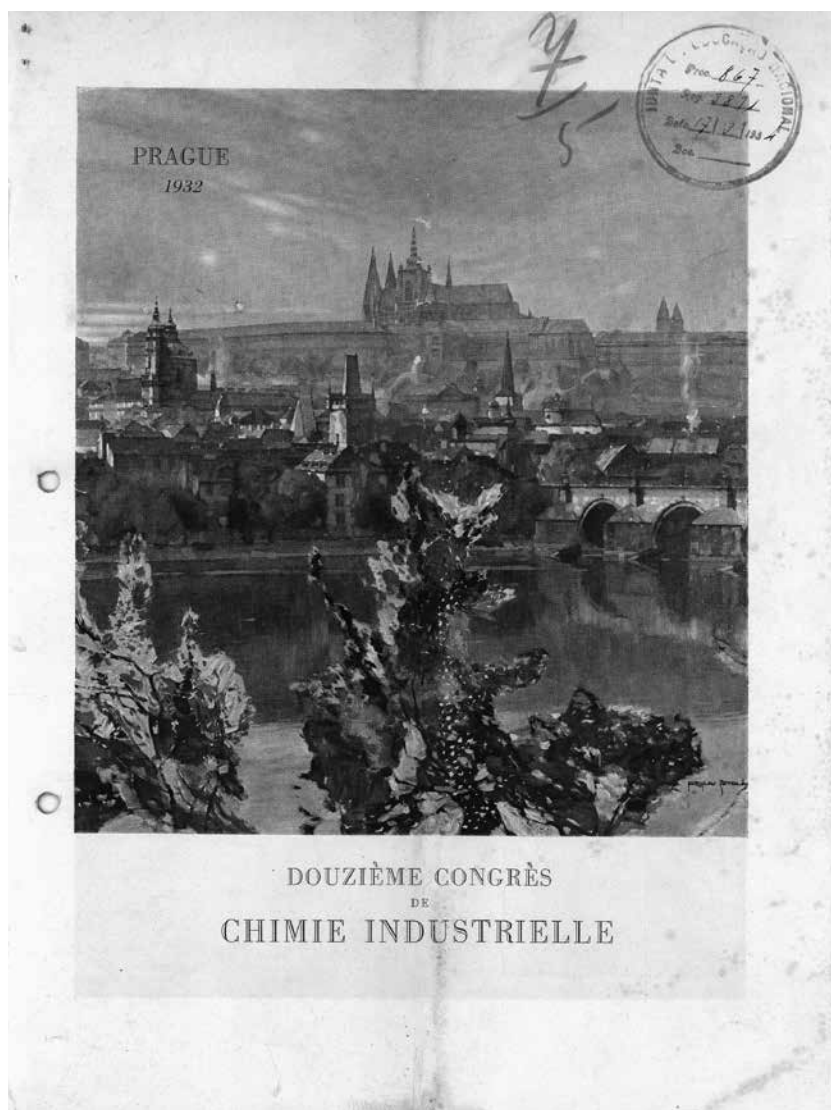


Figura 17 – Capa do folheto informativo do XII Congresso de Química Industrial

Para assegurar a terceira participação consecutiva nos congressos de Química Industrial sob o patrocínio da Junta, Pereira Forjaz advertiu o seu presidente que em Praga, em 1932, seria apresentado um estudo crítico global sobre fluoroscopia, resultado do interesse despoletado pela sua comunicação no congresso de Paris, em 1931. Crédito do IC (AIC. Cx. 1327, Proc. 19).

publicar na *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis*, em 1933, o trabalho por si desenvolvido nessa área temática, submetendo-o previamente a escrutínio dos pares sob a forma de comunicação ao I Congresso Luso-Espanhol de Ginecologia e Obstetrícia, realizado em Madrid em 1931⁷⁶⁹.

Não dispondo a sua faculdade de verba para representações em congressos, em 24 de Março de 1931 Geraldino Brites manifesta o desejo de participar naquele evento ao presidente da JEN, destacando a pretensão de proferir a comunicação “Aspectos morfológicos do sarcoma da mama”. A fim de comprovar essa intenção e permitir a avaliação da sua comunicação, Geraldino Brites remete-la antecipadamente à Junta, sendo Simões Raposo quem, após analisar o texto, decide favoravelmente. No seu entender, na base desse parecer reside a importância do congresso e da comunicação, pelo que a Comissão Executiva concede um subsídio de 2.000\$00⁷⁷⁰.

Não se julgue que este caso, ou os outros entretanto apresentados, constituem excepções na aplicação da proposta de Celestino da Costa. Na realidade, da sua aprovação na sessão da Comissão Executiva de 21 de Julho de 1930 resultará que entre os vinte e oito congressos internacionais com participação portuguesa financiada pela Junta, ao abrigo da rubrica “Representação em congressos”, em vinte e quatro houve apresentação de comunicações ou de relatórios por parte desses investigadores.

**“...a escola valerá sempre o que valerem os mestres...”
ou a participação em congressos de Medicina, Ciências, Letras...
e Pedagogia⁷⁷¹**

Na análise efectuada à evolução da investigação científica em Espanha desde a revolução de 1868 ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Sánchez Ron defende ser a saúde uma das obrigações de um Estado, motivo por que os diversos regimes políticos, em Espanha, lhe conferiram particular atenção⁷⁷². Este argumento contribui para explicar o elevado número de congressos ocorridos na área da Medicina entre Janeiro de 1929 e Abril de 1936 (179) – beneficiando do cientismo, na perspectiva do Estado e da sociedade a comunidade médica intervém visando a promoção da saúde pública e privada, o que resulta no apoio de um e outra à sua maior participação na esfera pública⁷⁷³.

Quadro 23 – N.º de congressos com representação portuguesa financiada pela JEN (1929/36): áreas do conhecimento

Áreas do conhecimento	Congressos nacionais e internacionais por áreas do conhecimento	Congressos com participantes subsidiados pela JEN – rubrica “Representação em congressos”
Arte	28	0
Ciências	145	6
Demografia, Sociologia, Economia e Ciências da comunicação	53	1
Direito	32	2
Engenharia	12	0
Engenharia agronómica	28	0
Farmácia	5	0
Letras	74	4
Medicina	179	9
Pedagogia	35	7
Vários	11	0
Total	602	29

Fontes: *A Medicina Contemporânea; Actualidades Biológicas; Arquivo de Anatomia e Antropologia; Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Brotéria; Isis; L'Anthropologie; Labor; Le Mois; Lisboa Médica; Nature; Portucale; Portugal Médico; Revista Agronómica; Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; Revista de Química Pura e Aplicada; Revue Archéologique; Técnica; JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁷⁷⁴.*

Uma primeira análise do Quadro 23 revela-nos que 89,6% dos congressos com delegados portugueses subsidiados pela rubrica “Representação em congressos” se centra nas áreas do conhecimento a que a Junta, nas bolsas de longa duração no estrangeiro e no país, e nos apoios às instituições e publicações científicas, sistematicamente atribui maior preponderância – a Medicina (31%), as Ciências (20,7%) e as Letras (13,8%), agora acrescidas da Pedagogia (24,1%).

Com uma participação em nove congressos, a Medicina ocupa em termos absolutos o lugar de destaque, sendo frequentados encontros de Radiologia, Oncologia, Ginecologia e Obstetrícia, Anatomia, Histologia e Neurologia. Como

verificado nos congressos internacionais de Pré-história, também nesta área disciplinar a Junta permite a alguns membros da comunidade médica nacional acompanhar a sua especialização. A comprová-lo atente-se ao ocorrido quando da realização do I Congresso Neurológico Internacional, em Berna, em 1931.

Embora constituísse tema de debate em reuniões científicas internacionais desde 1907, somente em 1931, em Berna, a Neurologia assume a exclusividade dos trabalhos, reflexo da especialização da Medicina nos princípios do século passado. Na sua alocução inaugural, Bernard Sachs, o presidente do congresso, defende que se pretende fomentar contactos pessoais e unir os neurologistas de todo o mundo na procura de soluções para os inúmeros problemas que lhes interessam. Ao considerar-se que reúne congressistas de quarenta e dois países, oriundos da Europa, da América e da Ásia, este evento promove esse objectivo, facilitando a circulação de ideias entre diversas escolas⁷⁷⁵.

Um dos cientistas presentes, financiado pela JEN ao abrigo da rubrica “Representação em congressos”, foi o chefe de laboratório da Clínica Neurológica de Lisboa, Arnaldo Abranches de Almeida Dias. Neurologista distinto, treinado na Alemanha em Anatomia patológica do sistema nervoso – onde usufruiu em 1929/30 de uma bolsa da JEN –, o seu regresso a Portugal em Dezembro de 1930 foi acompanhado de uma bolsa de estudo numa instituição científica que também beneficiava do financiamento da Junta. Embora a conjugação destas condições fosse imprescindível à prossecução dos seus estudos em Portugal, a comunicação que submeteu ao congresso de Berna foi preparada com base nos resultados obtidos durante o estágio na Alemanha. Não a tendo proferido pessoalmente, mas respeitando as obrigações institucionais, informou o seu ex-orientador em Hamburgo, Alfons Jakob, dos resultados das suas investigações sobre o problema da localização e da nosologia dos espasmos de torsão, os quais foram transmitidos aos congressistas presentes em Berna pelo neurologista alemão⁷⁷⁶.

A par da Medicina, como se referiu, na representação portuguesa em congressos, sob enquadramento da JEN, destacaram-se as Letras, as Ciências – nomeadamente a Geologia, a Química e a Zoologia⁷⁷⁷ – e a Pedagogia. A presença em sete congressos de Pedagogia num universo de trinta e cinco representa uma taxa de participação de 20%, o que significa recair sobre esta área do conhecimento, proporcionalmente, a participação mais elevada.

Dois nomes se destacam nos congressos de Pedagogia – José Júlio de Bettencourt Rodrigues e José Joaquim de Oliveira Guimarães, que entre si presenciam reuniões pedagógicas internacionais durante todo o período de funcionamento da Junta e inclusivamente nos primeiros anos do IAC, indicando que mesmo com a aprovação da Constituição de 1933 – e já sob a política

educativa do ministro António Faria Carneiro Pacheco – procuram estas organizações promover a actualização de conhecimentos no campo educativo⁷⁷⁸.

Uma análise exploratória sobre a já aludida participação de José Júlio Rodrigues nos XII e XIII congressos internacionais do Ensino Secundário constitui um novo testemunho da importância da Pedagogia para a Junta⁷⁷⁹. Além disso, evidencia-se como num tempo político globalmente caracterizado por reformas educativas que desmantelam a *escola republicana* – caracterizada, entre o decretado e a prática concreta, pela laicidade, autonomia, descentralização e maior difusão do ensino oficial, coeducação, ensino científico e experimental, inspecções médico-escolar, ensino ao ar livre, ginástica, jogos, música, trabalhos manuais e excursões –, a Junta contribui para disseminar um ideário educativo distinto do promovido pelos poderes públicos que a suportam⁷⁸⁰.

A importância que os dirigentes desta instituição atribuem às inovações introduzidas pelos próprios professores, em contraposição à influência exercida pelo quadro legal na alteração do *ambiente escolar*, pode ser aferida na ideia veiculada por Simões Raposo em 1930.

«Sob o ponto de vista pedagógico a actividade da Junta de Educação Nacional tem obedecido também ao pensamento de que o processo mais rápido, mais económico e mais eficaz de remediar as deficiências e atender às dificuldades do ensino público, reformando-o nos seus intuítos e nos seus métodos, consiste em melhorar a preparação pedagógica e científica do pessoal docente, fazendo-o aproveitar a experiência dos centros mais progressivos e remodelando a sua mentalidade pela aquisição de novos hábitos e nova disciplina de trabalho...

De acordo com esta orientação ... se conseguirá, decerto, modificar, pouco a pouco, o ambiente escolar, que é sempre mais influenciado pela personalidade dos professores do que pela legislação. Esta pode remover obstáculos ou remediar inconvenientes de organização reconhecidos na prática, pode trazer maiores facilidades ao labor científico e pedagógico, mas não completa preparações insuficientes, não aperfeiçoa métodos de trabalho, nem renova tendências e por isso, pelo seu carácter geral e impessoal, deixa quase inalterada a escola que pretendia reformar e que irá adaptar-se às novas normas com os antigos defeitos, porque a escola valerá sempre o que valerem os mestres e as qualidades destes não mudam ao sabor das leis»⁷⁸¹.

Além de prolongados estágios – como sejam, no campo pedagógico, os de Irene Lisboa, Áurea Judite Amaral e Ilda da Ascensão Moreira no Institut Jean-Jacques Rousseau ou o de Rodrigues Miguéis em Bruxelas⁷⁸² –, o princípio descrito ainda subjaz à presença (financiada) de José Júlio Rodrigues no XII Congresso Internacional do Ensino Secundário. Participando activamente

nos trabalhos, o representante do governo português e professor do Liceu Central João de Deus (Faro) defende em Bruxelas algumas das ideias por que era conhecido no território nacional e inclusivamente nos meios pedagógicos internacionais.

Tendo estagiado na Bélgica em 1907/08, onde estuda o ensino das ciências, particularmente da Química, da Física e das Ciências Naturais, José Júlio Rodrigues regressa defendendo a ideia de que os alunos, como o professor, devem participar activamente na investigação, não se limitando ao compêndio, o que, ocorrendo em Portugal, impossibilita o acompanhamento das inovações científicas. Deste modo, este professor liceal aplicará na sua prática lectiva a realização de experiências de laboratório pelos alunos, defendendo ainda a elaboração de trabalhos de grupo, os trabalhos manuais, a ginástica, as aulas com a duração máxima de quarenta e cinco minutos, a música, os jogos e as excursões como recursos didácticos, a supressão dos exames e a introdução do médico escolar⁷⁸³.

Notoriamente influenciadas pela Educação Nova⁷⁸⁴, algumas destas ideias – que também marcam o panorama espanhol do primeiro terço do século XX, sobretudo pela acção dos bolsheiros em Pedagogia da Junta para Ampliación de Estudios⁷⁸⁵ – serão por si defendidas em Bruxelas, em 1930. Refira-se, contudo, que embora o *liceu republicano* entenda a experimentação como o fulcro da acção pedagógica⁷⁸⁶, nem nesse período são suprimidos os exames, nem em países como a França, a Bélgica, a Holanda, a Checoslováquia e o Luxemburgo, entre outros, são introduzidos os médicos escolares no ensino secundário, pelo menos até inícios dos anos trinta⁷⁸⁷.

Sobre a discussão suscitada por estas duas últimas ideias no XII Congresso Internacional do Ensino Secundário redigiu José Júlio Rodrigues um extenso relatório que, no seu regresso, apresentou à Junta⁷⁸⁸. Tendo-se debatido “o surmenage dos alunos no ensino secundário” e “a organização dos estabelecimentos de ensino secundário sob os pontos de vista didáctico, estético e higiénico”, o delegado português defendeu, verbalmente e por escrito – neste caso por intermédio de dois relatórios impressos que distribuiu pelos congressistas –, que o “surmenage” consistia na quebra de rendimento de um aluno sob um grau de esforço normal e mantendo a mesma intensidade⁷⁸⁹.

Reconhecendo nos exames uma das suas causas propunha a sua extinção, substituindo-os por uma avaliação ocorrida no último mês ou na última quinzena lectiva, permitindo que no ambiente escolar normal os alunos pudessem ser mais eficazmente avaliados. Paralelamente, defendia que os quadros directivos das escolas secundárias deveriam incorporar médicos especialistas em psicofisiologia e em higiene mental, os quais, entre outras funções, elaborariam



Figura 18 – Jornal Le Soir

Primeira página do jornal belga *Le Soir*, de 25 de Julho de 1930. Atenda-se à notícia destacada (no original) sobre o XII Congresso Internacional do Ensino Secundário, na qual, ao descrever o conceito de “surmenage”, se reproduz exclusivamente, indicando o nome do seu autor, a definição apresentada pelo congressista português, José Júlio Rodrigues. Crédito do IC (AIC. Cx. 0460, Proc. 9).

fichas psicofisiológicas preventivas visando a organização de regimes especiais para determinados alunos⁷⁹⁰.

Estas posições por si defendidas nas longas horas de controvérsia que a questão do “surmenage” suscitou mereceram-lhe de alguns dos principais jornais belgas “referências extremamente honrosas”, afirmando não apenas o secretário-geral do encontro que no XIII Congresso Internacional do Ensino Secundário José Júlio Rodrigues estaria no *centro das atenções*, como o Bureau International de l’Enseignement Secondaire Public propôs mesmo a sua realização em Lisboa⁷⁹¹.

Ainda a propósito da repercussão internacional das suas teses apresentadas em Bruxelas, José Júlio Rodrigues, no relatório enviado à Junta em Agosto de 1930, refere:

«O importante jornal de Antuérpia: Le Neptune, enviou expressamente a Bruxelas entrevistar-me o redactor Sr. Maurice Palmans ao qual enviei por escrito (por me ter desencontrado com ele) todas as notas referentes ao questionário que me propôs, devendo essa entrevista ter sido publicada por estes dias no referido jornal»⁷⁹².

Considerando que a intervenção pública de um intelectual como José Júlio Rodrigues, nomeadamente por intermédio dos periódicos, das monografias ou das conferências, forma a opinião pública, particularmente, no caso que nos atende, a dos próprios docentes do ensino secundário – que deste modo, eventualmente, modificarão as suas práticas educativas –, mais importante será destacar que o seu contacto com as realidades pedagógicas dos países representados no congresso se repercute no espaço público português⁷⁹³. A esse propósito considerem-se os mencionados relatórios que distribui pelos congressistas. Em meados de Agosto de 1930, portanto, três semanas após o fim dos trabalhos em Bruxelas, esses relatórios, publicados pela editora lisboeta Imprensa Beleza, são distribuídos pelos liceus portugueses, permitindo à sua classe docente contactar com as teses inovadoras propostas pelo autor⁷⁹⁴.

As conferências proferidas após o seu regresso constituem outro meio pelo qual o professor do Liceu Central João de Deus exerce uma influência inovadora. Assumindo lugar de destaque encontram-se as que realizou na Sociedade de Geografia de Lisboa.

«Nos dias 8 e 12 do corrente, pelas 21 horas e meia, realizará duas conferências na ‘Sala Algarve’ da Sociedade de Geografia o ilustre professor e notável conferencista Dr. José Júlio Rodrigues, que versará na sua primeira conferência os assuntos debatidos no último Congresso Internacional do Ensino Secundário, realizado

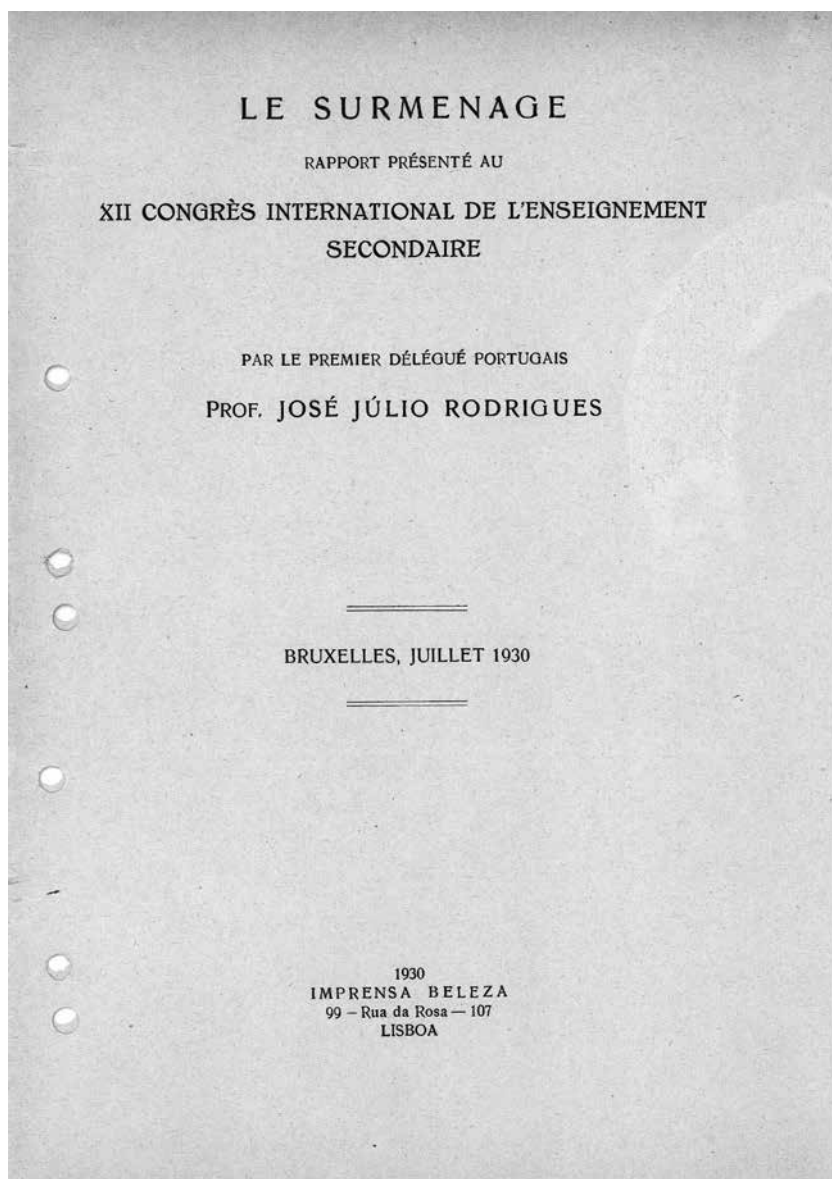


Figura 19 – Capa do relatório “Le Surmenage” apresentado por José Júlio de Bettencourt Rodrigues ao XII Congresso Internacional do Ensino Secundário

Ao abordar as causas do “surmenage”, José Júlio Rodrigues destaca os exames como um instrumento aleatório de avaliação, referindo que os liceus portugueses são um bom exemplo de como essas provas *não provam nada*. Crédito do IC (AIC. Cx. 0460, Proc. 9).

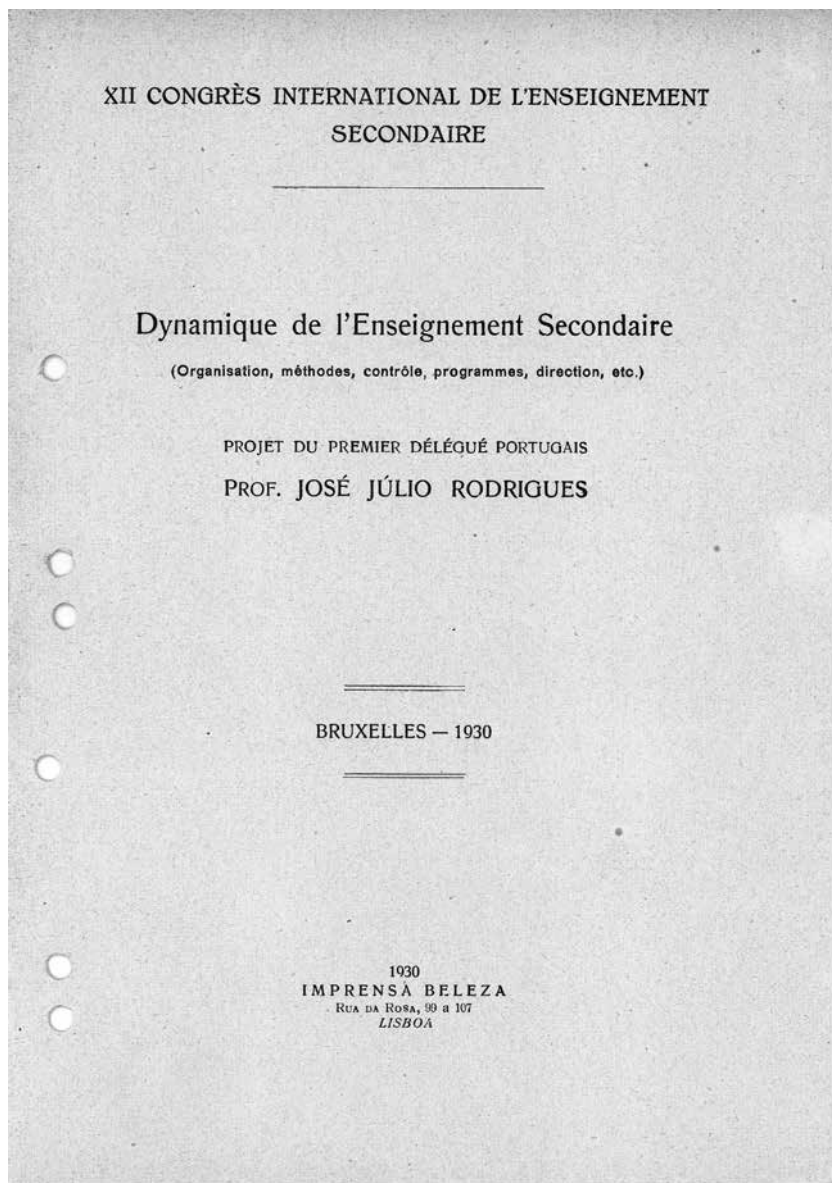


Figura 20 – Capa do relatório “Dynamique de l’Enseignement Secondaire” apresentado por José Júlio de Bettencourt Rodrigues ao XII Congresso Internacional do Ensino Secundário

Alertando no início deste relatório para a necessidade de elaborar fichas psicofisiológicas preventivas, José Júlio Rodrigues refere que, deste modo, seria possível aos professores pautarem a sua conduta em conformidade com a individualidade de cada aluno. Crédito do IC (AIC. Cx. 0460, Proc. 9).

em Bruxelas, o surmenage, os edifícios e as instalações escolares sob o tríplice aspecto higiénico, estético e pedagógico. Na sua segunda conferência analisará Sua Excelência as bases da organização do nosso ensino secundário e traçará o plano de estudos que se lhe afigura mais conforme com as correntes modernistas preconizadas nos mais notáveis centros de actividade pedagógica do mundo. Como se vê deste resumido elenco, trata-se de problemas do maior interesse para o público e que estão na ordem do dia do nosso ensino secundário»⁷⁹⁵.

No relatório que envia à Junta, José Júlio Rodrigues especifica mesmo algumas das questões a abordar nestas conferências. Tendo aproveitado a presença no XII Congresso Internacional do Ensino Secundário para visitar o Dispensário de Higiene Mental de Bruxelas, nas suas instalações contacta com G. Vermeylen, o seu director,

«...assistindo à organização de fichas mentais e ao exame de anormais. Estudei os testes organizados por este eminente clínico e convenci-me, de visu, dos inapreciáveis serviços de orientação pedagógica que tais estudos podem prestar aplicadas à massa imensa de alunos das nossas escolas secundárias.

De tudo isso me proponho dar conta minuciosa nas minhas próximas conferências de Outubro, na Sociedade de Geografia de Lisboa, analisando nos seus mais íntimos detalhes estas e outras questões de primeiro interesse para o nosso ensino público»⁷⁹⁶.

Em 1931, após regressar do XIII Congresso Internacional do Ensino Secundário, José Júlio Rodrigues profere uma nova conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, que será ventilada na imprensa da época e onde expõe a acção por si desenvolvida em Paris⁷⁹⁷. Relator geral do congresso, o delegado português conseguiu aprovar uma resolução visando o controlo médico nas escolas secundárias, o que no seu entender significou:

«Oficialmente ficara reconhecido, pelos delegados de 26 nações, a *necessidade da instalação dos serviços médico-escolares nos liceus*, a utilidade de *uma selecção* à porta das escolas e de *um controle* dentro delas, a possibilidade de criação de *regimes especiais* para valores duvidosos recuperáveis, a necessidade, enfim, de uma *entente* dos vários países sobre tão momentosos assuntos, estabelecendo, em conjunto, uma vigilância à mocidade, em ordem a *não se perder valor algum*. [...]

Em resumo, ... Portugal ocupara com honra durante algumas horas a atenção do Congresso e da sua iniciativa, teimosia e persuasão, alguma coisa de útil resultara para a mocidade de todo o mundo»⁷⁹⁸.

Se a preocupação em *não se perder valor algum* nos recorda os cuidados de Cajal com “...los ríos que se pierden en el mar...”⁷⁹⁹, do mérito que incumbe a José Júlio Rodrigues e, por inerência, a Portugal, expresso no último período, resultam os propósitos finais dos “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual” da Junta.

Uma análise mais estreita, percepcionando o significado da presença de José Júlio Rodrigues nos XII e XIII congressos internacionais do Ensino Secundário – onde defende ideias que nem a I República promulga, como seja a supressão dos exames liceais –, conduz-nos à evocação da tese de João Barroso. Defendendo que a Ditadura Militar e o Estado Novo, no seu início, decretam a extinção do liceu herdado da I República, o mesmo autor reconhece que os liceus possuem uma História que não corre, necessariamente, ao ritmo das mudanças da conjuntura e dos regimes políticos, derivando mais das estratégias dos actores do que de reformas⁸⁰⁰.

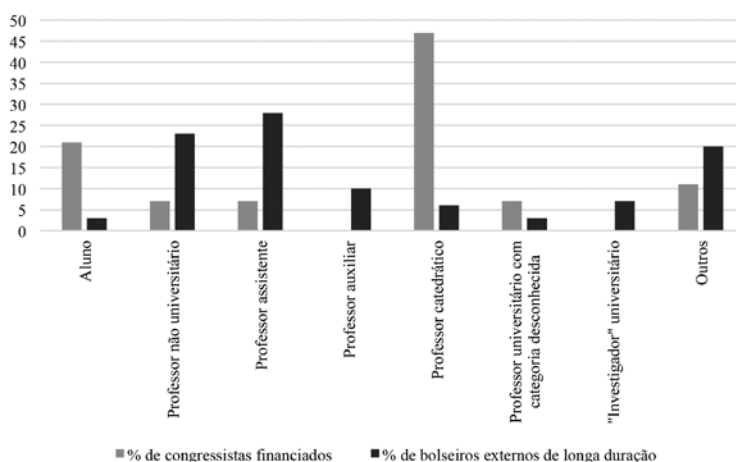
Neste sentido, a participação financiada de um professor liceal português, em 1930 e 1931, em dois congressos internacionais do Ensino Secundário, pelas posições assumidas e sua projecção nacional e internacional, pode ser interpretada como um foco de resistência aos decretos ministeriais. Paradoxalmente, o Estado ditatorial que promulgava a extinção da *escola republicana* sustentava uma instituição que permitia disseminar no espaço público português ideias pedagógicas que superavam algumas das mais ousadas concretizações republicanas⁸⁰¹.

Perfil dos congressistas: quando as relações de igualdade pressupõem o financiamento dos consagrados

Uma diferença significativa entre uma presença activa num congresso científico internacional e um estágio de longa duração num centro estrangeiro de nomeada consiste no facto de aquela pressupor uma nivelação entre os pares. Por outras palavras, se o bolseiro que estagia prolongadamente fora do país, mesmo sendo um catedrático, se encontra em posição subalterna face à figura que o supervisiona e enquadra cientificamente, ao participar com comunicação numa reunião científica o orador assume uma posição de igualdade face aos demais.

De acordo com a historiografia espanhola, a responsabilidade que esta posição comporta, na perspectiva de *representar condignamente* o país de origem e ser capaz de estabelecer um efectivo intercâmbio cultural e científico, induz a Junta para Ampliación de Estudios a conferir prioridade ao financiamento de investigadores com maiores qualificações académicas e profissionais nos congressos científicos internacionais⁸⁰². Não sendo acompanhada da

Gráfico 10 – Comparação do perfil dos congressistas com o dos bolsеiros externos de longa duração (JEN – 1929/36)



Fontes: AIC. Processos individuais dos congressistas e dos bolsеiros externos de longa duração. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁸⁰³.

apresentação de valores exactos, esta ideia não pode ser comparada, em termos quantitativos, com a realidade experienciada pelos portugueses financiados pela JEN. Contudo, o tratamento exaustivo destes últimos permite-nos verificar haver da parte da JEN, no respeitante ao perfil profissional dos congressistas financiados, uma política de actuação similar à tendência registada em Espanha pela Junta para Ampliación de Estudios.

Professores catedráticos como Celestino da Costa, Joaquim de Carvalho ou Eugénio de Castro não apenas surgem nesta modalidade de apoio, pela primeira vez, como bolsеiros, como alguns a usufruem em diversas ocasiões, associando-se a personalidades como Ramón y Cajal e José Castillejo, respectivamente presidente e secretário da Junta para Ampliación de Estudios, também presentes nos fóruns científicos internacionais sob o enquadramento da instituição que dirigem⁸⁰⁴.

No caso português, a diferente representatividade nos congressos entre catedráticos (47%) e professores de outras categorias, concretamente assistentes (7%) e auxiliares (0%), sobressai quando confrontada com a reduzida presença dos detentores de cátedras em prolongados estágios externos (6%), em contraposição à elevada percentagem de assistentes (28%), e em menor escala de professores auxiliares (10%), que beneficia dessas bolsas. Por reflectir uma

postura dos próprios quadros docentes, cujos dados nos sugerem agir de acordo com a sua categoria, esta constatação será desenvolvida oportunamente⁸⁰⁵.

Aparentemente descontextualizada desta lógica discursiva é a percentagem de alunos (21%) que usufrui do apoio da JEN para apresentar comunicações em congressos científicos. Na realidade, todos os estudantes em causa são financiados para participar num único evento – o XII Congresso Internacional de Zoologia, realizado em Lisboa, em 1935, para o que beneficiam de um pedido do seu presidente, Artur Ricardo Jorge.

«Como é do conhecimento de V. Ex.^a realiza-se em Lisboa, de 14 a 21 de Setembro, sob os auspícios do Governo, o XII Congresso Internacional de Zoologia. Escusado será salientar a conveniência de que a representação portuguesa neste Congresso seja a mais larga possível, especialmente pelos benefícios que o convívio com cientistas estrangeiros pode trazer para os investigadores nacionais.

Nessas condições seria da maior eficiência para a realização deste objectivo que a Junta de Educação Nacional patrocinasse a vinda de investigadores do Porto e de Coimbra, pela concessão de subsídio especialmente destinado a Naturalistas e Assistentes e estudantes que desejem comunicar as suas investigações ao Congresso e que para tal necessitem desse subsídio»⁸⁰⁶.

Resolvendo favoravelmente, a Junta concederá a seis estudantes universitários, além de um assistente da Faculdade de Ciências do Porto, Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, a possibilidade de participar activamente nos trabalhos. Resolução excepcional no quadro do seu financiamento – pelo perfil e número dos delegados apoiados –, esta decisão é ainda explicável pelo facto de os dirigentes da instituição, como já referimos, se preocuparem em auxiliar quer os valores intelectuais consagrados quer os novos⁸⁰⁷.

A XXVIII Reunião da Association des Anatomistes em Lisboa ou a JEN nos bastidores da diplomacia científica internacional

Competindo à Junta, além de financiar a presença de delegados portugueses em congressos científicos internacionais, promover a reunião destes eventos em território nacional, por três ocasiões foi esta prerrogativa concretizada. Se as duas primeiras ocorreram em 1930, com a realização do já referido XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica⁸⁰⁸, e do XIII Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas⁸⁰⁹, a última ocorreu em 1933, tendo sido decisiva, a culminar um processo iniciado nos anos vinte por diversos especialistas portugueses em ciências biológicas, a actuação da JEN e do seu vice-presidente de Ciências, Celestino da Costa⁸¹⁰.

Como verificaremos, não se limitando a um mero caso exemplificativo da capacidade de atracção para o espaço público português da comunidade científica internacional, a reunião em Lisboa, em 1933, do XXVIII Congresso da Association des Anatomistes aprofunda o conhecimento das motivações por que a JEN financiava prioritariamente professores catedráticos em congressos internacionais, em detrimento de jovens investigadores pouco reconhecidos pelos seus pares.

Sócio da Association des Anatomistes desde 1908, é nessa condição que Celestino da Costa participa, com bolsa da Junta, no III Congresso Federativo de Anatomia, em Amesterdão, em 1930. A sua presença neste congresso, que entre diversas sociedades anatómicas inclui a Association des Anatomistes, permite-lhe conciliar a apresentação de uma comunicação nas sessões científicas com a participação numa reunião administrativa, sobre a qual refere:

«Na reunião da “Association des Anatomistes” foi resolvido, por proposta minha, entusiasticamente recebida, que o congresso desta Associação se reúna brevemente em Lisboa. Estando já marcado o ano de 1931 para Varsóvia e de 1932 para uma cidade francesa, fixou-se a reunião de Lisboa para a Páscoa de 1933. É de esperar que tanto a Faculdade de Medicina de Lisboa, como o Governo e a Junta de Educação Nacional patrocinarão energicamente a reunião deste congresso»⁸¹¹.

Beneficiando novamente do apoio da Junta para participar, em 1931, na XXVI Reunião da Association des Anatomistes, em Varsóvia, e em 1932 na XXVII reunião em Nancy, a sua presença nesses encontros – embora pautada pela apresentação de comunicações nas sessões científicas – visa sobretudo garantir que a resolução tomada em 1930 em Amesterdão, sobre a localização do congresso de 1933, permaneça inalterada. A comprová-lo encontram-se as suas palavras, nas quais se depreende a sua capacidade em estabelecer uma verdadeira diplomacia científica nos meandros da associação a que pertence desde o início do século.

«Na reunião administrativa resolveu-se realizar em Nancy a reunião seguinte; mas assentou-se também, sobre minha proposta calorosamente aprovada, que em Lisboa se efectuasse a reunião de 1933. Esta importante resolução estava preparada desde anos anteriores; a minha ida a Varsóvia, apesar da época tão incómoda, tivera principalmente por fim assegurar a realização desse projecto»⁸¹².

Evidenciando os mesmos propósitos e capacidade de negociação, sobre a sua ulterior presença no congresso de Nancy refere: “na reunião administrativa foi definitivamente fixada, entre aclamações, a cidade de Lisboa como sede do Congresso de 1933, nas férias da Páscoa”⁸¹³.

Esta posição assumida por Celestino da Costa nos congressos da Association des Anatomistes evidencia como o seu reconhecimento internacional lhe permite compatibilizar a apresentação de comunicações científicas com a capacidade de aceder às *séances d'affaires* e influenciar as suas decisões, algo que a Junta não esperaria de um investigador em início de carreira. Reforçando as motivações por que se financiava prioritariamente professores catedráticos nos congressos internacionais, a actuação do vice-presidente da JEN revela ainda uma dinâmica de intervenção complementar da ideia que o seu esboço autobiográfico somente regista nos seguintes termos: “Quis que a ciência Portuguesa aparecesse além das fronteiras e se tornasse conhecida. Dei o exemplo aparecendo regularmente em Congressos...”⁸¹⁴

Em conformidade com uma maior complexidade que o seu projecto não desenvolve, em 25 de Julho de 1932 Celestino da Costa, enquanto secretário-geral da Comissão Organizadora da XXVIII Reunião da Association des Anatomistes, solicita um pedido de financiamento ao presidente da JEN, fundamentando-o na importância que representa para Portugal receber este encontro.

«Em Abril do próximo ano de 1933 realiza-se em Lisboa o Congresso da “Association des Anatomistes” da qual fazem parte 26 anatómicos e histologistas portugueses. Essa reunião terá certamente, como as vinte e sete já anteriormente realizadas pela Associação, grande interesse pelo grande número de trabalhos apresentados. As reuniões da Associação dos Anatómicos distinguem-se de grande número dos habituais congressos pela sua austeridade, pelo intenso trabalho, pelo interesse com que são ouvidas as comunicações e seguidas as demonstrações. [...]

Portugal foi escolhido para sede desta reunião como homenagem aos esforços dos nossos anatómicos e histologistas. Importa não só apresentar trabalhos valiosos, como também receber condignamente os nossos visitantes. A assistência costuma ser duma centena de associados, entre os quais se contam figuras eminentes da Anatomia e da Histologia de vários países.

Reconhecendo a utilidade deste Congresso o Estado votou-lhe um subsídio que é porém insuficiente. Dirige-se, por esse facto, à Junta a Comissão Organizadora, solicitando que subsidie o Congresso, como tem já subsidiado outros, e atribuindo-lhe a verba de 15.000\$00»⁸¹⁵.

A culminar os esforços que a instituição despende desde 1930, em sessão de 26 de Julho de 1932 a Comissão Executiva concede um subsídio de 10.000\$00, acrescido de 6.000\$00 em Outubro do mesmo ano⁸¹⁶. Destinado especificamente “...para aquisição de material científico necessário para a boa execução das sessões científicas da Reunião da Association des Anatomistes”⁸¹⁷, este



Figura 21 – XXVI Reunião da Association des Anatomistes (Varsóvia, 1931)

1) Augusto Pires Celestino da Costa; 2) António de Sousa Pereira; 3) Álvaro António Pinheiro Rodrigues. A possibilidade de os bolsеiros de longa duração se deslocarem até 300km de distância do local de estágio sem autorização da Junta permitia uma mobilidade científica que assegurava, nos congressos internacionais, uma maior representatividade da ciência produzida em Portugal. *Apud* SALGUEIRO, 2015: XV.

último apoio foi atribuído ao instituto dirigido por Celestino da Costa, onde decorreriam essas mesmas sessões.

Articulando comunicações e demonstrações científicas nos institutos de Histologia, de Anatomia e de Anatomia Patológica de Lisboa com visitas de estudo e um programa social que conduziu os congressistas desde espaços emblemáticos dos descobrimentos portugueses – como o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém – ao IPO, à Clínica Neurológica de Lisboa, ao Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques da Universidade de Coimbra e aos institutos de Anatomia e de Histologia do Porto⁸¹⁸, este congresso divulgou a imagem de um país conciliador de um passado grandioso com um presente que não olvidava os altos estudos.

Interessante verificar como todas as instituições científicas incluídas no programa do congresso eram financiadas pela JEN – estratégia a que Comissão Organizadora recorreria para permitir melhoramentos materiais, garantindo o êxito da mensagem a veicular⁸¹⁹. A ilustrar o *conteúdo* dessa mesma mensagem e o seu sucesso atente-se às palavras redigidas por H. Billet no *Journal des Sciences Médicales de Lille*, em 14 de Maio de 1933, merecedoras da sua reprodução no



Figura 22 – Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto

Fotografia obtida quando da visita dos congressistas presentes na XXVIII Reunião da Association des Anatomistes. A esta visita sucedeu-se no mesmo dia, a 15 de Abril de 1933, um banquete no Grande Hotel do Porto oferecido pela Câmara Municipal do Porto. Crédito do DAFMUP.

Arquivo de Anatomia e Antropologia:

«Beaucoup d'entre eux [congressistes] ne furent pas peu surpris de trouver, dans les Instituts d'Anatomie de Lisbonne et de Porto, des installations très supérieures à celles qu'ils possédaient eux-mêmes, d'apprendre et de vérifier, *de visu*, qu'au Portugal les pouvoirs publics subventionnent généreusement l'enseignement supérieur»⁸²⁰.

O intercâmbio de conferencistas e o contacto com as correntes do pensamento contemporâneo

Como complemento à participação activa em congressos científicos internacionais, e à realização dos mesmos em Portugal, a Junta previa no seu Regulamento *o intercâmbio de professores e outros homens de ciência*, quer promovendo a vinda a Portugal de conferentes estrangeiros, quer enviando ao estrangeiro conferentes portugueses⁸²¹.

De acordo com Simões Raposo, a realização de conferências por *mestres* portugueses em diversos países estrangeiros contribuiria poderosamente para a valorização internacional do esforço científico português⁸²². Um caso exemplar da concretização desta ideia consiste nas já destacadas conferências proferidas por Mendes Correia, em 1931, na França, Bélgica e Alemanha que, recordemos, culminam um processo de intervenção da Junta na Arqueologia e Antropologia iniciado com a concessão de uma bolsa de estudo ao catedrático portuense para desenvolver escavações em Muge⁸²³.

Apesar da importância atribuída pela Junta, o envio de conferencistas portugueses ao estrangeiro ocorre em pequena escala, resultado das limitações orçamentais da instituição. Em 1934, Celestino da Costa reconhecia mesmo que perante as verbas então disponíveis nem se poderia pensar em recorrer a essa prática⁸²⁴. Para inverter ou, pelo menos, amenizar a tendência manifestada, os dirigentes da JEN permitiam aos bolseiros externos o exercício da função de conferencistas, recorrendo ainda aos leitores de português para o seu complemento⁸²⁵.

Distintamente, se os bolseiros externos divulgavam conhecimento científico (*aplicado ou desinteressado*)⁸²⁶, a actividade desenvolvida pelos leitores era essencialmente marcada por uma matriz nacionalista e conservadora⁸²⁷. Numa análise mais precisa, para o período que medeia entre 1929 e 1938, referiríamos mesmo que sobretudo a partir de 1936 se acentua esta tendência, glorificando recorrentemente as comunicações dos leitores a obra do novo regime⁸²⁸.

Apesar desta evidência que, como verificaremos, não é totalmente linear⁸²⁹, a Junta não circunscreve a expansão cultural à difusão da língua e literatura portuguesas no estrangeiro, motivo por que, numa acção ainda marcadamente pragmática, resolve favoravelmente quando é confrontada com o seguinte pedido de apoio:

«Tendo S. Ex.^a o Ministro [da Instrução Pública] por despacho de 15 do corrente concordado com a proposta desta Direcção Geral para que os professores catedráticos Drs. Domingos Fezas Vital, Eugénio de Castro de Almeida, António Caetano

de Abreu Freire Egas Moniz e Joaquim Pedro Martins, a quem pela Universidade de Lyon foi conferido o grau de Doctores honoris Causa, imposição que brevemente será feita no próximo dia 4 de Novembro, que seria de toda a justiça subsidiar ao menos em parte tão distintos elementos do professorado universitário, tenho a honra de enviar a V. Ex.^a o respectivo processo a fim de ser submetido à esclarecida apreciação da Junta da sua digna presidência»⁸³⁰.

Após reflectir sobre a questão colocada, Simões Raposo elabora um parecer onde sobressai a *instrumentalização* de honras académicas visando a concretização dos objectivos finais da Junta – a difusão externa do conhecimento produzido em território nacional.

«A concessão dos títulos de doutores honoris causa aos professores Domingos Fezas Vital, Eugénio de Castro e Almeida, António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz e Joaquim Pedro Martins tem, pela sua própria natureza, o carácter de homenagem pessoal, podendo haver dúvidas quanto à legitimidade da sua inclusão na categoria das relações de expansão cultural e intercâmbio intelectual. Sobre este caso terá a Junta de estabelecer doutrina, visto que, pela primeira vez, lhe é presente assunto semelhante.

Cumpr-me, entretanto, apresentar as considerações seguintes: A ida dos referidos professores a Lião, nas condições em que a presente visita é feita, corresponde, evidentemente, a um dos fins para que a Junta foi criada, segundo se depreende da leitura do sétimo considerando que antecede o decreto N.º 16.381, que a fundou, e onde se põe em evidência a vantagem de manter uma intensa ligação entre os homens de ciência do nosso e de outros países. As cerimónias que terão lugar naquela cidade darão, ainda, oportunidade à realização de conferências por alguns dos professores, o que certamente contribuirá para a expansão internacional da cultura portuguesa»⁸³¹.

Respeitando os fundamentos do parecer, os quatro professores catedráticos beneficiam da sua deslocação a Lyon, em Novembro de 1929, para sociabilizar com cientistas e políticos, participando em inúmeras cerimónias – entre sessões solenes na Universidade, recepções, banquetes e ópera – e realizando, particularmente Egas Moniz e Eugénio de Castro, diversas conferências. Se Eugénio de Castro disserta na instituição que o consagra cientificamente sobre “Os sonetos de Camões”, Egas Moniz aproveita a bolsa de que usufrui para apresentar, em Lyon, uma comunicação que versa sobre a sua primeira grande invenção – a angiografia cerebral. Intitulada “O valor diagnóstico da encefalografia arterial”, esta conferência será acompanhada de uma segunda comunicação, quando do

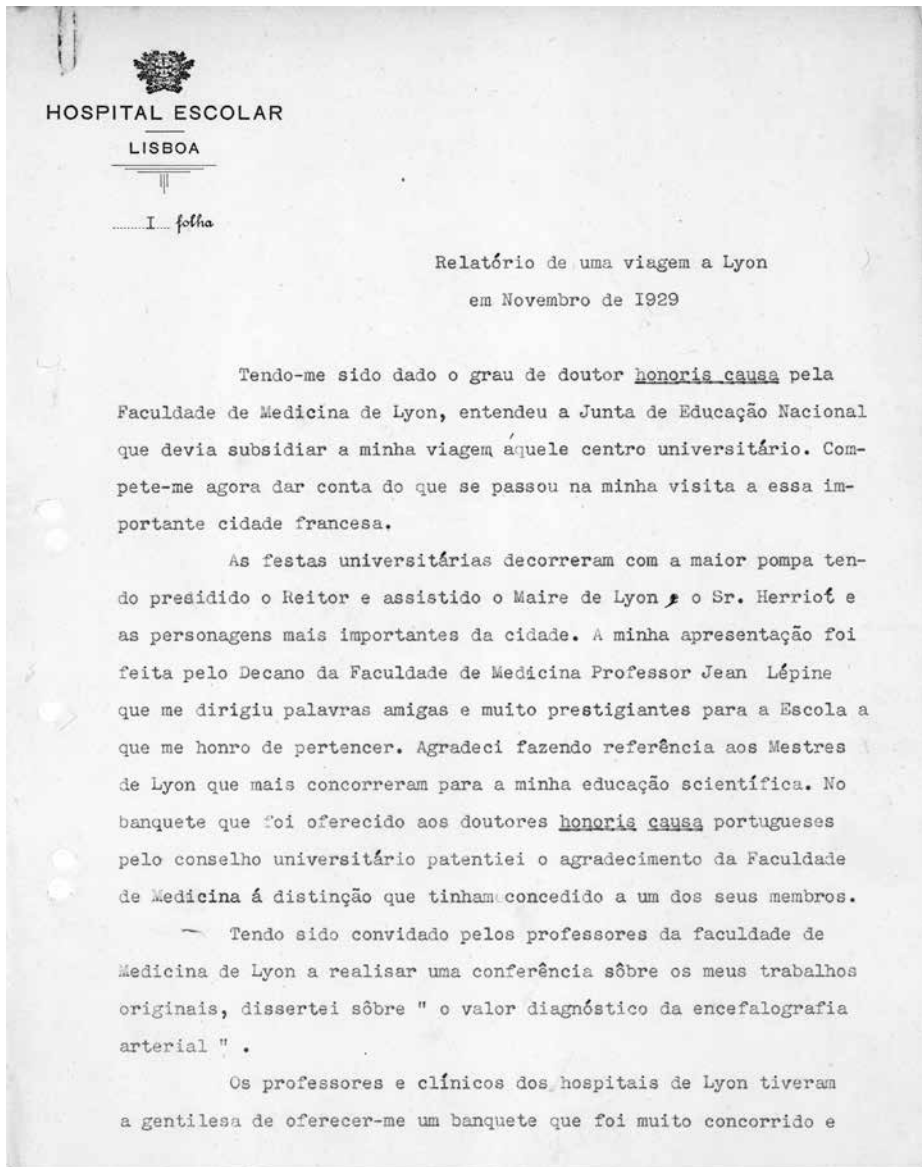


Figura 23 – Relatório de Egas Moniz referente ao doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Lyon, em 1929

Primeira página do relatório enviado por Egas Moniz à Junta, no qual conclui que sendo destinada a receber um título honorífico, a viagem a Lyon tinha também permitido divulgar “trabalhos científicos portugueses” – propósito que, conforme o parecer de Simões Raposo, havia justificado a concessão do subsídio. Crédito do IC (AIC. Cx. 0495, Proc. 4, Doc. 12).

regresso a Portugal, em Barcelona, abordando “As injeções intracarotídias de iodeto de sódio no diagnóstico e tratamento da hipertensão intracraniana”⁸³².

Adolphe Ferrière em Portugal e Espanha sob o patrocínio da JEN e da Junta para Ampliación de Estudios

Relativamente aos conferencistas que se deslocam a Portugal para instruir a opinião pública com as *correntes gerais do pensamento contemporâneo*⁸³³ apresenta Celestino da Costa, em 1934, um balanço que denota semelhanças com a realidade acima descrita.

«Só em casos muito limitados a Junta pôde assumir o encargo de assegurar a vinda a Portugal de conferentes estrangeiros. Mesmo nesses casos a iniciativa não lhe pertenceu e a Junta ou teve de aceder a oferecimentos e solicitações que julgou muito dignas de atenção ou aproveitou ocasiões favoráveis. Muito embora as aparências tenham sido contrárias, pelo menos num caso que teve grande retumbância, direi sem hesitação que todas essas viagens foram, de formas diversas, úteis para o nosso País, e a Junta, fazendo o que não podia deixar de fazer, cumpriu a sua missão»⁸³⁴.

A utilidade destas viagens, que Celestino da Costa aponta, mas não especifica, é descrita pelo 1.º secretário da Junta numa exposição que releva ainda o sucesso obtido pelas mesmas.

«...aquelas [personalidades estrangeiras] cujas visitas têm sido até agora subvencionadas pela Junta têm suscitado o interesse indiscutível do público, que tem ocorrido em avultado número às suas conferências; que tem comprado, lido e discutido as suas obras, e que tem saído por momentos do marasmo de uma vida sem fortes preocupações intelectuais, para tomar posições definidas em face de problemas que antes das iniciativas da Junta pareciam ser inteiramente indiferentes àqueles que depois aplaudem ou criticam os conferentes»⁸³⁵.

Sendo este um objectivo fulcral da vinda a Portugal de conferencistas estrangeiros, a sua relevância é amplificada quando confrontada com a noção de que, entre aqueles, se encontram personalidades como Adolphe Ferrière, um dos mais categorizados representantes da Educação Nova.

Nascido em Genebra em 1879, o professor do Institut Jean-Jacques Rousseau e vice-presidente da Liga Internacional para a Educação Nova, em 1921, profere conferências em Portugal e Espanha em 1930, a convite da JEN e da Junta para Ampliación de Estudios, respectivamente⁸³⁶. Interessante verificar que embora seja analisada isoladamente pelas historiografias portuguesa e espanhola,

relacionando esta última a presença de Adolphe Ferrière em Madrid e Barcelona com o mérito que se reconhecia à Junta para Ampliación de Estudios no Institut Jean-Jacques Rousseau, a sua passagem por Portugal e Espanha deve ser contextualizada pelo cruzamento das realidades peninsulares, associando-se à acção de Álvaro Viana de Lemos⁸³⁷.

Professor da Escola do Magistério Primário de Coimbra e figura destacada da Educação Nova portuguesa, Álvaro Viana de Lemos mantém uma relação epistolar com Adolphe Ferrière, que durante a sua viagem pela América Latina, em 1930, lhe envia uma missiva solicitando auxílio na realização de conferências em Portugal e Espanha.

«Mes dates sont reculées d'un mois car on nous a retenus 6 semaines en Equateur et au Chili. Août sera pour l'Argentine, septembre pour l'Uruguay, octobre pour le Bresil (mais personne ne nous y envite pour le moment!) et novembre pour le Portugal et l'Espagne, si vos démarches aboutissent. Tachez de serrer la question avec le secrétaire de la JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL et écrivez à Luzuriaga et a d'autres à Madrid et Barcelone. [...]

Il faudra au Portugal et en Espagne prévoir l'entrée de mon film et d'arranger officiellement ou officieusement à ce que je n'ai pas de droits à payer»⁸³⁸.

Respeitando a sua vontade, Álvaro Viana de Lemos, em 6 de Setembro de 1930, dirige uma carta ao 1.º secretário da JEN, Luís Simões Raposo, informando-o das pretensões do pedagogo suíço e alertando para a importância das conferências em causa, pelo que sugere uma colaboração entre a JEN e a Junta para Ampliación de Estudios.

«Ainda não voltei a escrever a V. Ex.^a, como devia, para lhe agradecer tudo quanto fez para facilitar a vinda a Portugal do meu amigo Dr. Agustín Nieto Caballero... e já hoje volto novamente a importunar V. Ex.^a p.^a que consiga que a 'Junta' tome também à sua conta a prestigiosa figura do Dr. Adolphe Ferrière que projecta passar por Portugal no seu regresso à Europa.

Bem me pode desculpar; mas como estou convencido que se trata de bom serviço público, que mt.º mais que a mim pessoalmente pode aproveitar a colectividade, não hesito em, confiadamente, me dirigir de novo a V. Ex.^a [...]

Vou também dirigir-me por estes dias para Madrid e Barcelona, no sentido que Ferrière pede; mas, segundo o que a nossa 'Junta' resolver, dadas as relações directas que tem com a 'Junta de Ampliación de Estudios' talvez não fosse pior combinarem com ela a necessária acção comum, que dirigida por simples particulares isolados pode ser de efeito nulo»⁸³⁹.

Concretizando o proposto, e ainda em conformidade com o pedido expresso por Adolphe Ferrière, Viana de Lemos corresponde-se com alguns dos principais representantes da Educação Nova em Espanha, nomeadamente Jacobo Orellana Garrido⁸⁴⁰.

«Amigo Orellana: [...]

Desearía muchísimo cambiar correspondencia frecuente con los amigos de lejos, pero la vida para nosotros los profesores y maestros portugueses es hoy muy ocupada de trabajo y preocupaciones, de tal suerte que solo por la presión de las circunstancias escribimos.

Ahora se trata por una acción común de hacer venir a Portugal y España al gran Ferrière, que desde mayo está en la América del Sur. [...] Le ruego que hable o escriba a los amigos de Educación Nueva y de Escuela Activa, etc. que V. conozca en Madrid y Barcelona para que le dirijan invitaciones más o menos oficiales para que nos visite y nos dé conferencias. [...]

El prestigio con que Ferrière nos llegará de América,... además de su palabra autorizada y convincente, viene a ayudarnos en nuestra labor de renovadores de la enseñanza, sobre los principios de la escuela nueva experimental y científica, de que tanto carecemos en nuestros países. [...]

Adjuntas encontrará V. copias de cartas que he recibido de Ferrière, desde América, que servirán a V. para orientarse y como base para cualquier plan de visita de Ferrière a España»⁸⁴¹.

Um outro pedagogo contactado por Viana de Lemos foi Lorenzo Luzuriaga Medina, director da *Revista de Pedagogía* e colaborador de *L'Éducateur*, o boletim do Institut Jean-Jacques Rousseau⁸⁴². Embora menosprezado pela historiografia espanhola, terá sido baseado nesta informação que, na condição de presidente da Liga Espanhola de Educação Nova, Lorenzo Luzuriaga oficia ao presidente da Junta para Ampliación de Estudios nos seguintes termos:

«La Liga Española de Educación Nueva ha tenido noticia del que el profesor M. Adolfo Ferrière se propone desembarcar en Lisboa a su regreso de varios países de Hispanoamérica donde ha dado con el mayor éxito diversos cursos y conferencias pedagógicos, y cree que esta sería una ocasión excelente para invitar a ese ilustre profesor a dar algunas conferencias en Madrid. [...]

La circunstancia de ser España lugar de tránsito en el viaje de regreso de M. Ferrière haría que la invitación que se le dirigiera no resultara muy costosa»⁸⁴³.

Curiosamente, apesar de os dirigentes da JEN lamentarem as disponibilidades orçamentais muito superiores da sua congénere espanhola, a sujeição a condições favoráveis a que Celestino da Costa alude, relativamente à presença de conferencistas estrangeiros em Portugal, não é apanágio exclusivo da JEN, configurando-se também como factor de ponderação em resoluções da Junta para Ampliación de Estudios. Independentemente desta constatação, foi com base no pedido de Lorenzo Luzuriaga que a Junta para Ampliación de Estudios resolveu patrocinar a deslocação de A. Ferrière a Espanha, tendo a sua congénere portuguesa, após o mencionado contacto estabelecido directamente por Viana de Lemos, resolvido de modo semelhante sobre a sua presença em Portugal⁸⁴⁴.

Vocacionadas para o desenvolvimento científico e pedagógico, a JEN e a Junta para Ampliación de Estudios não circunscrevem a sua esfera de acção a uma política de financiamento, diligenciando na resolução de constrangimentos burocráticos. Deste modo, a fim de possibilitar a entrada do filme que o pedagogo genebrino se propõe exibir – abordando a vida de crianças pobres numa casa de educação modelo na Suíça –, as duas instituições contactam os respectivos directores alfandegários de Portugal e Espanha⁸⁴⁵. Superado este problema, em Portugal acresce um outro obstáculo – a censura, pelo que Simões Raposo, pragmaticamente, solicita ao inspector-geral dos Teatros permissão para exibir o filme sem a devida *apreciação* prévia⁸⁴⁶.

Bem-sucedidos, embora não coordenados – como desejava Viana de Lemos –, os esforços da JEN e da Junta para Ampliación de Estudios permitem a Adolphe Ferrière, em Novembro de 1930, proferir cinco conferências em Lisboa, Porto e Coimbra, e nove palestras em Madrid e Barcelona⁸⁴⁷. Na Sociedade de Geografia de Lisboa, onde A. Ferrière registou a presença de uma assistência muito calorosa e agradável, realizaram-se duas conferências e assistiu-se à visualização do filme, para o que a Junta, invariavelmente, intercedeu junto do seu presidente⁸⁴⁸. Já em Coimbra, o visionamento do filme ocorreu no Teatro Avenida e na cidade invicta no Colégio Almeida Garrett⁸⁴⁹. Sobre este documentário e as comunicações – intituladas “Autoridade e disciplina”, “A reforma pedagógica e a preparação dos professores”, a “Escola Activa”, “Um lar de Educação Nova na Suíça” e “O material educativo na Escola Activa” – fizeram eco, pelo menos, nove jornais nacionais.

Quadro 24 – Jornais portugueses que noticiam as conferências de Adolphe Ferrière, sob patrocínio da JEN, em Lisboa, Porto e Coimbra (Novembro de 1930)

Título de publicação	Dia
<i>A Voz</i>	06/11/1930
	07/11/1930
<i>Diario de Lisboa</i>	04/11/1930
	06/11/1930
<i>Diario de Noticias</i>	06/11/1930
	07/11/1930
	08/11/1930
	16/11/1930
<i>Novidades</i>	09/11/1930
<i>O Jornal do Comércio e das Colónias</i>	05/11/1930
	07/11/1930
<i>O Povo</i>	07/11/1930
<i>O Primeiro de Janeiro</i>	22/11/1930
	23/11/1930
<i>O Século</i>	05/11/1930
	06/11/1930
	07/11/1930
	08/11/1930
	16/11/1930
<i>República</i>	05/11/1930

Fonte: AIC. Cx. 1226, Proc. 1.

Entrevistado pelo *Diario de Lisboa* e *O Século*, e chegando a constituir notícia de primeira página, com direito a fotografia, A. Ferrière obteve da imprensa portuguesa uma intensa cobertura da sua presença em Lisboa, Porto e Coimbra⁸⁵⁰. Ideias por si defendidas nas conferências, como a de que o saber memorizado não é um saber verdadeiro, que o eixo da escola reside na personalidade do mestre ou a defesa de que este não deve reprimir as crianças pela violência nem com excessivo autoritarismo foram bem aceites e veiculadas por

diversos jornais, com destaque para *O Século*⁸⁵¹. No confronto de posições, e concretamente perante a questão da coeducação da Escola Nova, o matutino *Novidades*, de orientação católica, assumiu uma postura oposta, criticando a actuação da JEN por entender que ao promover Ferrière instruía a opinião pública com ideias educativas nefastas⁸⁵².

Estas divergências ou, nas palavras de Simões Raposo, as desejadas controvérsias públicas, mantidas com elevação⁸⁵³, constituíam, no entanto, recordemos, um vector fundamental justificativo do financiamento da Junta a categorizados representantes do pensamento contemporâneo. Não obstante, a vinda de conferencistas a Portugal deverá ainda ser interpretada na lógica que presidia à realização de congressos científicos internacionais em território nacional – portanto, como um meio de evidenciar a senda do progresso científico a que o país assistia. Nesse sentido, se a historiografia espanhola valoriza as impressões positivas que A. Ferrière obteve das suas visitas a escolas, colégios e laboratórios em Madrid em Barcelona – onde sobressai, explícita ou implicitamente, a valorização da actividade da Junta para Ampliación de Estudios⁸⁵⁴ –, também em Portugal a mesma realidade ocorreu, apesar da novidade da JEN.

Deste modo, não apenas o acompanhamento atencioso que Simões Raposo concedeu a A. Ferrière lhe suscitou interesse pela actividade da JEN – manifestado na leitura dos seus relatórios ainda em Portugal⁸⁵⁵ – como, no respeitante às instituições a incluir no programa de visitas, desde os primeiros contactos entre Viana de Lemos e o 1.º secretário da Junta que se havia estabelecido o Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho como local de passagem obrigatória⁸⁵⁶.

Dirigido por Faria de Vasconcelos, cuja obra *Une École Nouvelle en Belgique* havia sido prefaciada pelo próprio A. Ferrière⁸⁵⁷, e beneficiando em Fevereiro de 1930 de um financiamento da JEN, que lhe havia permitido enriquecer a sua biblioteca e adquirir material de laboratório, o Instituto de Orientação Profissional assumia-se como uma instituição pedagógica inovadora⁸⁵⁸.

Orientado desde a sua criação, em 1925, segundo as concepções da época, nomeadamente de Édouard Claparède – fundador do Institut Jean-Jacques Rousseau –, o Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho foi pioneiro na orientação profissional em Portugal, permitindo, de acordo com as palavras do seu director, que tomássemos a dianteira a outros países em certas modalidades da organização escolar⁸⁵⁹. Esta realidade explicará que alguns intelectuais oriundos da Europa e América percepcionem o instituto como um modelo a importar para os respectivos países de origem, nomeadamente Espanha e Chile⁸⁶⁰.



Figura 24 – Instituto de Orientação Profissional (fachada)

Fachada e entrada do Instituto de Orientação Profissional no Largo Trindade Coelho, n.º 21, 1.º, Lisboa, em cujo 2.º piso funcionava o Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica, também dirigido por Faria de Vasconcelos e ainda visitado por Adolphe Ferrière. Crédito da BNP (VASCONCELOS, 1931a).

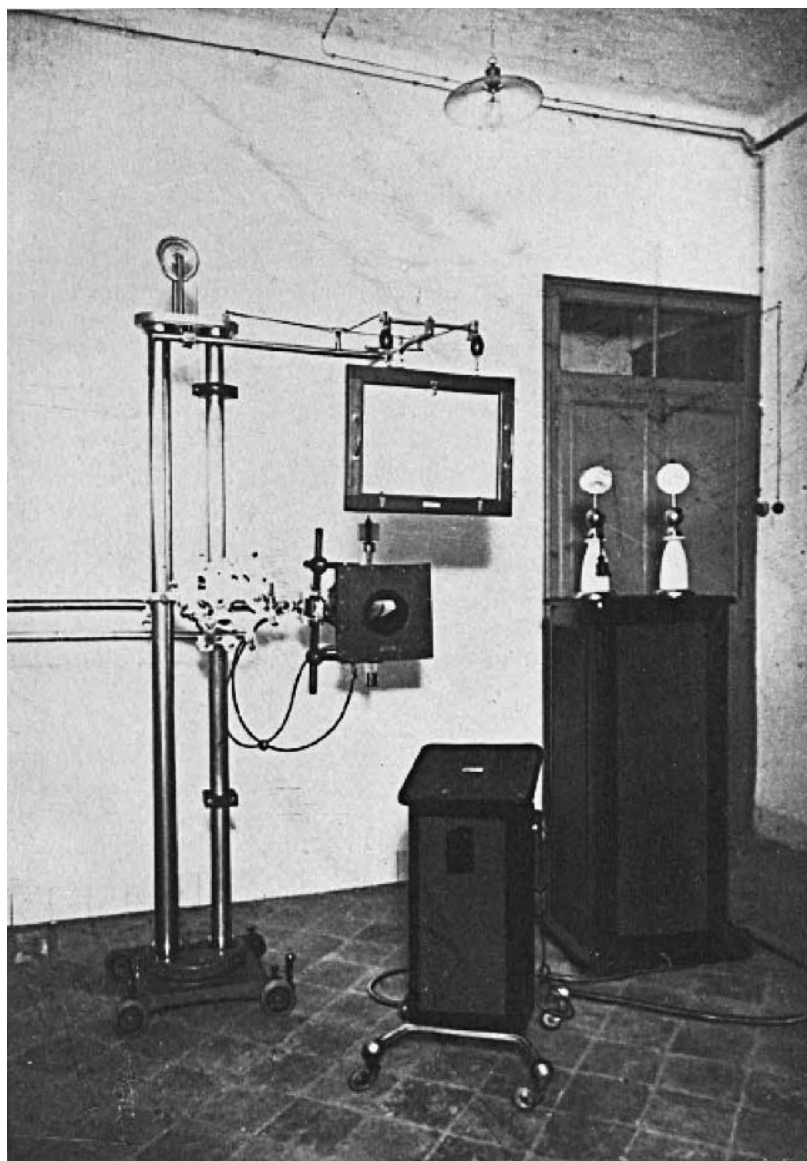


Figura 25 – Instituto de Orientação Profissional (laboratório)

Aparelhagem de um dos dezasseis laboratórios do Instituto de Orientação Profissional – no entender do seu director um dos melhores da Europa –, para cujo apetrechamento havia concorrido a JEN e que provocava a admiração dos visitantes portugueses e estrangeiros. Crédito da BNP (VASCONCELOS, 1931a).



Figura 26 – Visita de Adolphe Ferrière ao Instituto de Orientação Profissional, em 1930

Adolphe Ferrière no Instituto de Orientação Profissional, em 15 de Novembro de 1930, em cujo livro de visitantes firmou as impressões da sua visita: “O futuro pertence aos países que tenham sabido estabelecer a orientação profissional dos seus filhos, partindo das aptidões de cada um. Estou maravilhado da variedade de aparelhos que vi neste Instituto. Faço votos para que, sob a direcção experimentada do meu velho amigo dr. Faria de Vasconcelos, a teoria e a prática dos ‘tests’ se difunda rapidamente em todo o país, para que colha os resultados que tem o direito de esperar”. Crédito do IC (AIC. Cx. 1226, Proc. 1). (Traduzido no original).

Ao também ser reconhecida por A. Ferrière a qualidade do trabalho desenvolvido no Instituto de Orientação Profissional e ao ser divulgada pela imprensa diária a sua excelente impressão obtida na visita às suas instalações⁸⁶¹ – impressões que contribuirão para a publicação de um artigo sobre este instituto, em 1931, na revista *Pour l'Ère Nouvelle*, de que Adolphe Ferrière era editor-chefe⁸⁶² –, a JEN rentabilizaria, por fim, a presença do pedagogo genebrino pela projecção internacional de Portugal como um país evidenciando traços de *europeização* científica e pedagógica.

Entre convicções pessoais e imperativos de especialização científica: o caso dos leitores

Em 1929, quando do início da sua actividade, a JEN deparou-se com um movimento já existente de expansão da língua e literatura portuguesas, procurando desenvolvê-lo e consolidá-lo⁸⁶³. A importância conferida pelo Estado português a este movimento justifica que durante o seu funcionamento a JEN obtenha dois subsídios extraordinários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1932/33 e 1933/34, de 20.000\$00 cada, para suportar, exclusivamente, os encargos com a expansão da língua portuguesa no estrangeiro – facto cuja importância sobressai quando se considera que estas foram as únicas ocasiões em que o orçamento da JEN foi dotado de verbas não provenientes do Ministério da Instrução Pública⁸⁶⁴.

Recentemente interpretados como uma das prioridades da instituição, os leitorados que sucessivamente se estabelecem em universidades estrangeiras, maioritariamente francesas, britânicas e alemãs, permitem à JEN e ao seu sucessor IAC difundir os estudos do português e, na óptica de um leitor sem ligação aos quadros directivos da Junta, promover o interesse pela cultura e a *simpatia pelos valores espirituais da nossa terra*⁸⁶⁵. Esta dimensão propagandística dos leitorados justifica, como referimos atrás, que se atribua aos leitores de português uma acção essencialmente marcada por uma matriz nacionalista e conservadora⁸⁶⁶.

Acentuando-se esta tendência desde 1936, uma manifestação sua consistirá, por exemplo, na emergência de uma nova Escola a promover. Mais concretamente, se em 1930 Adolphe Ferrière profere conferências em Lisboa, Porto e Coimbra, onde divulga a Escola Nova, em 1938, Fernando Xavier Mora de Vasconcelos, durante o leitorado de português na Universidade de Hamburgo, realiza uma conferência na qual apregoa a Escola do Estado Novo⁸⁶⁷.

Na mesma linha interpretativa se enquadram as conferências proferidas por leitores como Luís Silveira, que em 1936, na mesma universidade, discursa sobre o “Portugal Novo. A sua Civilização e a sua Política” ou Léon Bourdon, que em Junho de 1937, na Universidade de Poitiers, aborda a “Obra de Salazar”, durante a qual se centra no sistema corporativo português e na política espiritual seguida pelo presidente do Conselho ou ainda Laura Dias, que em 1938, durante o leitorado de português na Universidade de Heidelberg, realiza uma série de conferências sobre “Salazar e o Renascimento Português”, destacando a Constituição de 1933, o corporativismo, a importância da família na educação, o acto colonial e o império, entre outros temas recorrentes no ideário Estado-novista⁸⁶⁸.

Atente-se, no entanto, que esta não era uma realidade linear, pelo que se após a institucionalização do Estado Novo, e sobretudo a partir de 1936, diversos leitores de português desenvolviam uma campanha laudatória do regime, outros, proibidos de o criticar, mas não sujeitos à sua glorificação, pautavam a sua actividade por uma maior neutralidade. Deste modo se explica, por exemplo, que a 14 de Fevereiro de 1937, Jean Baptiste Aquarone, leitor na Universidade de Montpellier, preceda a radiodifusão da obra *Frei Luís de Sousa*, na estação de rádio Montpellier-Languedoc, com uma conferência sobre o seu autor, Almeida Garrett, um liberal, ou que José Gonçalves Belo, a 19 de Abril do mesmo ano, durante o leitorado de português na Universidade de Colónia, discursasse sobre a obra de Gil Vicente, marcada pela sátira anticlerical, ou ainda que António Augusto Rodrigues, também em 1937, durante o leitorado na Universidade de Oxford, conferenciasse sobre Antero de Quental, cujas posições assumidas, enquanto co-fundador do Partido Socialista em 1875 e impulsor da Geração de 70, não legitimariam a divulgação pública da sua obra, em 1937, por um leitor a quem fosse exigido o enaltecimento do regime vigente⁸⁶⁹.

O inequívoco cerceamento da liberdade de expressão a que os leitores de português estavam sujeitos, assentando no impedimento de depreciar o regime, permitia-lhes contudo, se assim o entendessem, abstrair-se de exaltar os seus valores e realizações. Interessante verificar, na nossa óptica, como pelo exposto decorre que os leitorados evidenciam a própria natureza do Estado Novo – um Estado autoritário, mas não totalitário⁸⁷⁰.

Mais interessante ainda, atendendo ao âmbito do presente trabalho, será verificar que os leitores nem sempre se regiam por convicções pessoais, ou seja, nem todos os professores de língua e literatura portuguesas no estrangeiro desempenhavam essa função por opção, residindo o motivo da candidatura a um posto de leitor na incapacidade de obter uma bolsa nova ou renovada que permitisse iniciar ou prosseguir a especialização científica externa. Esta é uma particularidade dos leitorados pouco valorizada, sendo um caso de estudo exemplar, entre diversos outros, protagonizado por Delfim Pinto dos Santos⁸⁷¹.

Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas e em Matemática pela Universidade do Porto, Delfim Santos foi caso único em Portugal de um filósofo que participou nos seminários do Círculo de Viena⁸⁷². De modo não surpreendente, para a participação de um português neste destacado grupo de reflexão filosófica – cujo manifesto havia sido apresentado em 1928 por Hans Hahn, Otto Neurath e Rudolf Carnap – foi imprescindível a Junta⁸⁷³.

Recusada a sua candidatura a uma bolsa de estudo no estrangeiro em Julho de 1931, por falta de verba, Delfim Santos candidatou-se a 31 de Outubro de 1934 a um dos leitorados na Alemanha, com o objectivo de se especializar em

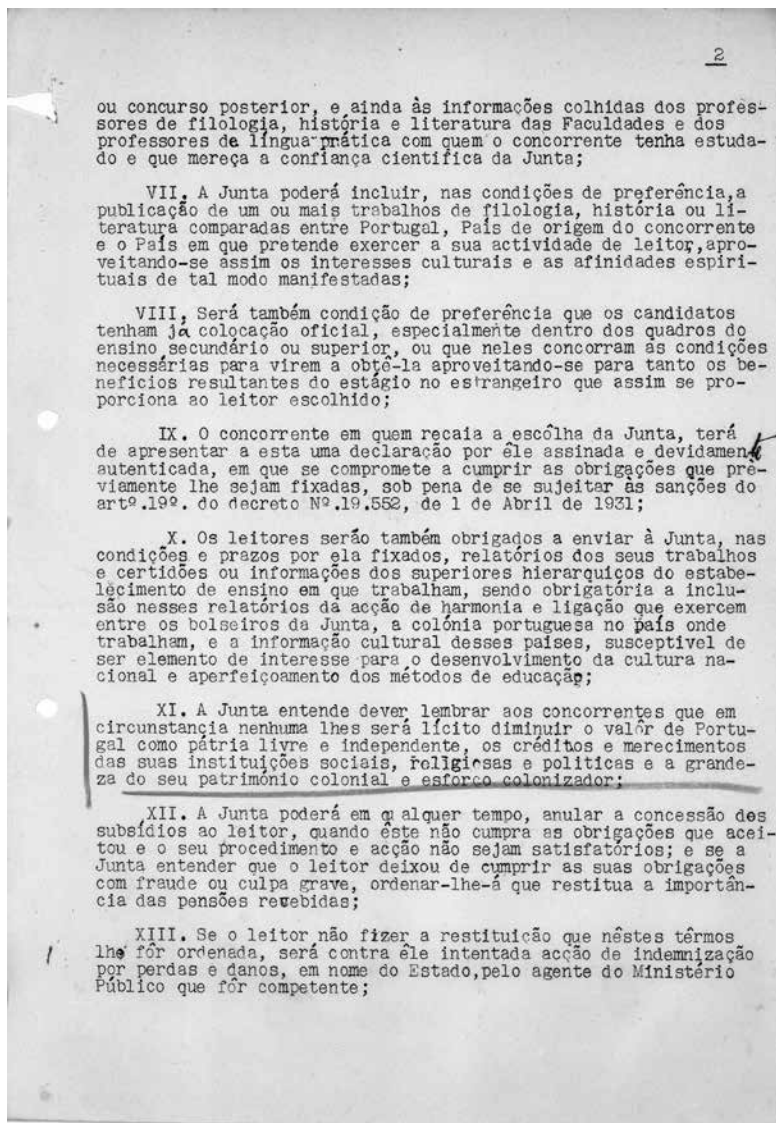


Figura 27 – Edital da JEN para candidatos a leitores de português no estrangeiro

Segunda página do edital da JEN de 13 de Outubro de 1934 em cujo décimo primeiro parágrafo, o único sublinhado (no original), se lê: “A Junta entende dever lembrar aos concorrentes que em circunstância nenhuma lhes será lícito diminuir o valor de Portugal como pátria livre e independente, os créditos e merecimentos das suas instituições sociais, religiosas e políticas e a grandeza do seu património colonial e esforço colonizador”. Crédito do IC (AIC. Cx. 1227, Proc. 6, Doc. 11).

História e Filosofia das Ciências. Visando aumentar a probabilidade de obter uma resposta favorável, o requerente destaca a inexistência de núcleos universitários que em Portugal desenvolvam estes estudos e, comparativamente ao seu pedido de 1931, acrescenta pretender realizar o doutoramento numa universidade portuguesa e introduzir a sua área de especialização no meio académico nacional. Não questionando os seus propósitos, o que interpretamos como (também) sendo uma opção estratégica, embora resultasse numa resposta desfavorável, permitiu, no entanto, que a Junta lhe sugerisse a submissão de uma nova candidatura ao abrigo daquela que constituía, em princípio, a única rubrica pela qual a instituição assegurava a especialização científica externa dos candidatos – as bolsas de estudo no estrangeiro⁸⁷⁴.

Submetida a nova candidatura, Joaquim de Carvalho, na condição de especialista a quem a JEN solicitava um parecer, propõe a realização do estágio em Viena, em detrimento de Friburgo, como propunha o requerente. Ao aceitar este parecer, fundamentado na ideia de que seria na capital austríaca, sob orientação de Moritz Schlick e Rudolf Carnap, que Delfim Santos encontraria um ensino orientado no sentido das suas ambições intelectuais, a Comissão Executiva, excepcionalmente, como referimos oportunamente, recusava a proposta de um candidato a quem havia sido concedida a bolsa, determinando o seu destino⁸⁷⁵.

Um ano volvido sobre a sua estadia na Áustria, onde assiste aos seminários de Moritz Schlick, que inclusivamente o convida a doutorar-se na Universidade de Viena, o desinteresse crescente pelo neopositivismo influi na sua decisão de prolongar o estágio na Alemanha. Residindo em Berlim desde o Verão de 1936 acompanha as lições de Nicolai Hartmann, que lhe garantem o *substrato crítico* para enfrentar os filósofos do Círculo de Viena⁸⁷⁶. Apesar disso, em Fevereiro de 1937, novamente com a anuência do IAC, abandona a Alemanha com destino a Inglaterra, instalando-se em Cambridge.

Se os diversos países e instituições frequentadas resultam da necessidade de concretizar o seu plano de estudos, o reconhecimento da importância da JEN/IAC na sua efectivação impele-o a dirigir uma carta a Leite Pinto, onde menciona que o seu livro para doutoramento será dedicado ao próprio IAC. Entretanto, em Junho de 1937 envia à instituição que o financia dois capítulos dactilografados da obra *Verdade, Sentido, Verificação no Neopositivismo*, decisão que, como verificaremos, custar-lhe-á a realização do doutoramento no ano seguinte⁸⁷⁷.

Novamente actuando estrategicamente, denotando conhecimento da importância que a JEN/IAC confere à implementação ou desenvolvimento em Portugal dos estudos iniciados no estrangeiro, Delfim Santos solicita em Junho de 1937 a renovação da sua bolsa, destacando que permitirá introduzir numa

das universidades portuguesas um curso de História e Filosofia das Ciências. Deste modo se contribuiria para o ensino do carácter dinâmico da actividade científica, em contraposição a um ensino que identificasse a ciência com os seus resultados, associando-a a um “conjunto eternamente seguro e dogmático de conhecimentos absolutos”⁸⁷⁸.

Se enquanto área disciplinar própria apenas em 1964 a História e a Filosofia das Ciências foi introduzida nos *curricula* das faculdades de Ciências portuguesas⁸⁷⁹, três décadas antes a JEN/IAC procurava a sua efectivação e se a falta de verba impedia a renovação da bolsa de Delfim Santos, o pragmatismo que a nova instituição herdava da sua antecessora permitia-lhe encontrar uma solução alternativa – em Setembro de 1937 o IAC nomeava Delfim Santos leitor de português na Universidade de Berlim.

Entre o seu regresso de Cambridge a Portugal e o retorno à capital alemã, Delfim Santos assiste, em Paris, ao III Congresso Internacional para a Unidade da Ciência, entre 29 e 31 de Julho de 1937, e ao IX Congresso Internacional de Filosofia – Congresso Descartes, que se inicia a 31 de Julho. Se antes de presenciar estes fóruns de debate científico intitulava a sua dissertação de *Verdade, Sentido, Verificação no Neopositivismo*, em finais de Agosto de 1937 já se lhe refere como a *Situação Valorativa do Neopositivismo* e, ulteriormente, intitula-a *Situação Valorativa do Positivismo*. Esta evolução, denotando um crescente sentido crítico para com o neopositivismo, que culmina na avaliação do seu valor, permite considerar que a presença nos dois congressos – o primeiro só dos empiristas lógicos, o segundo, onde estes já estão emersos no oceano filosófico mais amplo – terá provocado em Delfim Santos uma necessidade de pesar o valor das diferentes correntes filosóficas perante os problemas da Filosofia da Ciência⁸⁸⁰.

Atendendo às dúvidas recentemente colocadas a propósito da presença de leitores em missões de especial interesse para a investigação científica nacional – resultado de serem exclusivamente considerados na sua dimensão de divulgadores da língua e cultura portuguesas⁸⁸¹ –, o exemplo de Delfim Santos revela como, pelo menos em casos semelhantes, a questão a colocar deverá ser de natureza distinta. Naturalmente interessados em participar em algumas dessas missões, como seja presenciar congressos científicos, equaciona-se o empenho, a dedicação e a qualidade do trabalho desenvolvido enquanto leitores, porquanto o exercício do cargo resulta da intenção em especializarem-se cientificamente.

Sem qualquer pretensão em introduzir valorações da ordem da legitimidade, esta perspectivação pode ser estendida para a posição da Universidade de Coimbra perante a intenção de Delfim Santos em doutorar-se. Se a 19 de Fevereiro de 1938 declara ao secretário do IAC que o seu livro *Situação Valorativa*

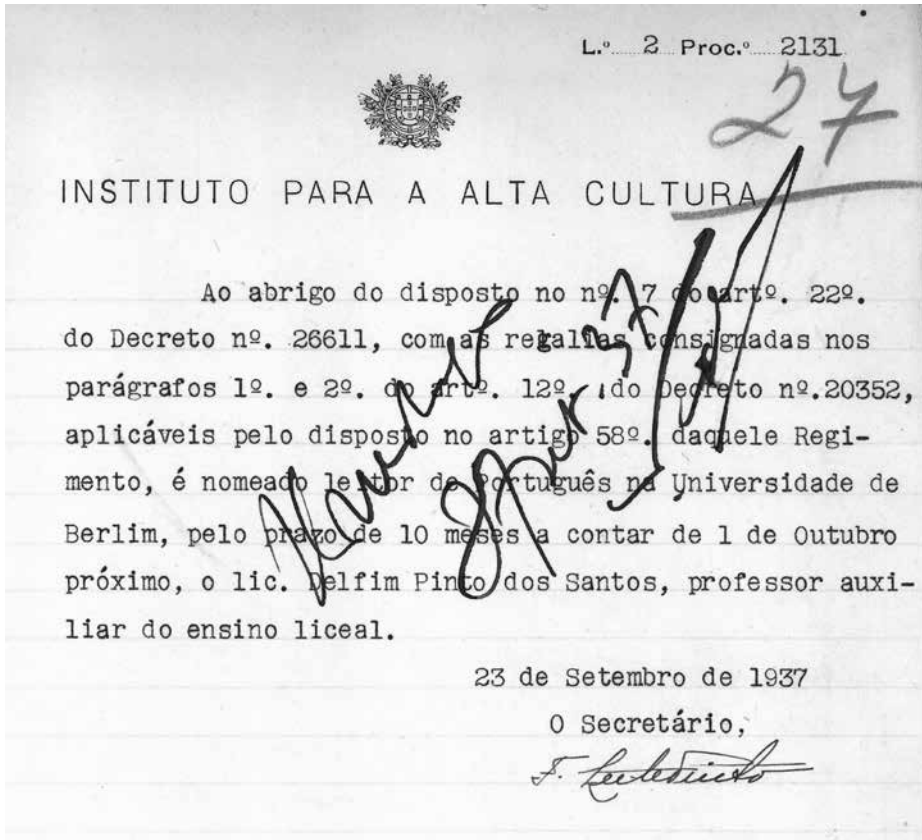


Figura 28 – Resolução do IAC nomeando Delfim Santos leitor de português em Berlim

A propósito desta resolução, de 23 de Setembro de 1937, dirige Delfim Santos uma missiva a Armando de Lacerda, em 19 de Novembro de 1937, onde afirma: “Como vê e como naturalmente já sabe, estou de novo em Berlim. Tenho à minha conta o leitorado... Todavia o meu interesse principal, como facilmente calculará, está ainda na minha situação de bolseiro, isto é, de estudante”. Crédito do IC (AIC. Cx. 1323, Proc. 4, Doc. 27); SANTOS, 1998: 155.

do *Positivismo* constitui a sua tese de doutoramento, a 18 de Junho – no mesmo dia em que o IAC o informa de que resolveu financiar a sua publicação – a secretaria da Universidade de Coimbra comunica-lhe que o trabalho apresentado como dissertação não pode ser admitido como tal por ser constituído por dois relatórios enviados ao IAC⁸⁸².

Inserindo o próprio autor esta ideia na introdução da obra e sendo os relatórios em causa os dois capítulos atrás referidos – que na realidade constituíam somente uma prova do trabalho desenvolvido durante o estágio no estrangeiro –, Delfim Santos sente-se confrontado com uma *injustificável dificuldade*, pelo que solicita a intervenção de Leite Pinto, que em 22 de Junho de 1938 oficia ao reitor da Universidade de Coimbra, esclarecendo a questão.

«O lic. Delfim Pinto dos Santos... pretendeu ser admitido a provas de doutoramento nessa Universidade (Faculdade de Letras, secção de filosofia), enviando da Alemanha exemplares de um trabalho que apresentava como dissertação.

Este trabalho não pôde ser admitido como tal por ter sido considerado como a reunião de dois relatórios apresentados a este Instituto.

Devo no entanto informar V^a. Ex^a. que o trabalho foi realizado no estrangeiro como tese de doutoramento e que nesta qualidade foi subsidiado por este Instituto.

Desse trabalho foram enviadas ao IAC duas partes como notas anexas a dois relatórios de actividade, tais relatórios e tais notas não foram publicados nem sequer lidos por qualquer membro da Direcção do IAC»⁸⁸³.

Apesar do conteúdo e clareza da exposição, explicitamente destacando a originalidade do trabalho, a Universidade de Coimbra mantém a decisão de recusar burocraticamente – por uma suposta falta de originalidade – a admissão a doutoramento o autor de uma obra que, pelo carácter analítico, exposição cuidada e exaustiva bibliografia apresentada dos autores fundamentais (no idioma original), é considerada única no panorama nacional sobre o neopositivismo⁸⁸⁴.

A propósito da dificuldade em se doutorar em Coimbra e em ingressar na sua Faculdade de Letras lamenta-se Delfim Santos em diversas missivas de teor pessoal, entre as quais podemos destacar a que, em 7 de Fevereiro de 1938, dirige a Luís Cabral de Moncada.

«A propósito da Faculdade de Letras de Coimbra, agradeço imenso o interesse de V. Exa. e devo mesmo confessar que as minhas esperanças de *docentura* assentam nesse interesse tão amigo. Do Dr. J. C. [Joaquim de Carvalho] tenho a certeza que não tem o menor interesse na minha entrada na Faculdade de Coimbra. As razões

não vale a pena explorá-las. Desinteresse e talvez mesmo oposição é o que tenho a esperar. A maneira como J. C. recebeu o meu livro e o que me disse em Coimbra é bastante elucidativo para quem conhece um pouco o estado da universidade portuguesa. Lutar contra estas resistências de natureza pessoal não me agrada muito. Eu não quero para mim nem favoritismo nem oposição pessoal: queria valorização objectiva do meu trabalho, das minhas possibilidades e do meu valor. Isso é talvez muito difícil conseguir-se em Portugal no nosso meio universitário, mas eu não seguirei outros caminhos além deste: mostrar os meus trabalhos. Os processos que eu conheço eficientes não os seguirei e por isso vejo mesmo ameaçada a minha candidatura a professor universitário que foi sempre o ideal que orientou a minha vida de estudante e orienta ainda a minha preparação e os meus trabalhos»⁸⁸⁵.

Carecendo de confirmação as suspeitas de Delfim Santos e, reafirmamos, não pretendendo introduzir juízos de valor, incumbe-nos tão-somente destacar como a resolução da Universidade de Coimbra em 1938 constitui mais um exemplo de como as limitações à investigação científica em Portugal, nesse decénio, transcendem as arbitrárias decisões governamentais, recaindo também as responsabilidades sobre instituições e actores sistematicamente incólumes na historiografia nacional. Mas esse é um capítulo da História de Portugal por escrever.

Da serra de carpinteiro à serra eléctrica ou a importância das missões de estudo de curta duração

Além da presença portuguesa em congressos científicos internacionais, do intercâmbio de conferencistas e dos leitorados em universidades estrangeiras, os “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual” da JEN incluíam ainda as missões de estudo de curta duração. Instituído como um complemento às bolsas de longa duração no estrangeiro, este mecanismo permitia aos seus beneficiários visitar ou estagiar por um período inferior a sessenta dias instituições científicas ou escolares, obtendo conhecimentos sobre o seu funcionamento ou sobre novas práticas laboratoriais ou pedagógicas, bem como informações necessárias à prossecução de trabalhos em curso⁸⁸⁶.

Por evidenciar a prática científica concertada da Junta, um caso exemplar da importância de uma missão de estudo ao estrangeiro na aprendizagem de novas técnicas e melhoria das condições de investigação e ensino é protagonizado por Joaquim Alberto Pires de Lima e Albino Moreira da Cunha, respectivamente director e preparador-conservador do Instituto de Anatomia Normal

da Faculdade de Medicina do Porto.

Financiados pela Junta para estudar *in loco* “...a organização dos museus e as novas técnicas de preparação, montagem e conservação de peças anatómicas” em França, Bélgica e Alemanha⁸⁸⁷, Joaquim Pires de Lima e Albino Cunha visitam, entre Maio e Junho de 1932, inúmeros museus, sociedades, institutos e laboratórios de Anatomia, Antropologia e História Natural, nomeadamente em Paris, Nancy, Estrasburgo, Bordéus, Liège, Lovaina, Bruxelas, Heidelberg, Colónia e Bona. Concluída a missão de estudo, Joaquim Pires de Lima descreve sucintamente os benefícios obtidos, particularmente em termos de aprendizagem e de consciencialização para as necessidades mais prementes do seu instituto.

«Empregando a técnica que aprendeu, durante a viagem, com o Professor Rouvière, no seu laboratório de Anatomia, o preparador-conservador Albino Moreira da Cunha preparou já uma série de peças...

São muito úteis para o ensino essas preparações que, atendendo às dificuldades de material e de instrumental, são bastante perfeitas.

Para que possam ser devidamente aproveitadas as aptidões técnicas daquele preparador, é necessário dotar o nosso Instituto com material mais apropriado.

São muitas as necessidades do Instituto de Anatomia do Porto. Mas, por agora, solicitarei especialmente... que nos seja atribuída uma verba de 5.300\$00 para adquirir uma serra de fita com que possam fazer-se convenientemente cortes de peças anatómicas semelhantes às que são arquivadas nos institutos de anatomia da Alemanha»⁸⁸⁸.

Actuando em conformidade com a política registada entre os ex-bolseiros externos de longa duração⁸⁸⁹, a Comissão Executiva da JEN, no ano económico imediato, em 1932/33, responde favoravelmente ao pedido do director do Instituto de Anatomia do Porto. A atribuição de 4.550\$00 significou então que Albino Moreira da Cunha pôde substituir a serra de carpinteiro com que executou as primeiras peças anatómicas, após regressar da missão de estudo ao estrangeiro, pela desejada serra de fita com motor eléctrico⁸⁹⁰.

Este investimento e os primeiros resultados obtidos induzem inclusivamente Joaquim Pires de Lima a apresentar uma proposta à Junta pautada pelos seguintes termos:

«É o nosso País muito pobre e não pode equipar convenientemente todos os serviços de três Universidades. Parece-me, pois, que deveriam especializar-se os Institutos universitários portugueses e auxiliarem-se mutuamente.



Figura 29 – Serra eléctrica do Instituto de Anatomia do Porto

Serra de fita com motor eléctrico, para obter cortes em cadáveres, adquirida com o financiamento da Junta ao Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto, em 1932/33. Este instrumento encontra-se actualmente depositado nas salas de dissecação do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, tendo a sua identificação sido possível graças à colaboração da Professora Doutora Dulce Madeira e do assistente técnico Filipe Silva. Crédito do IC (AIC. Cx. 0549, Proc. 10, Docs. 26 e 27).

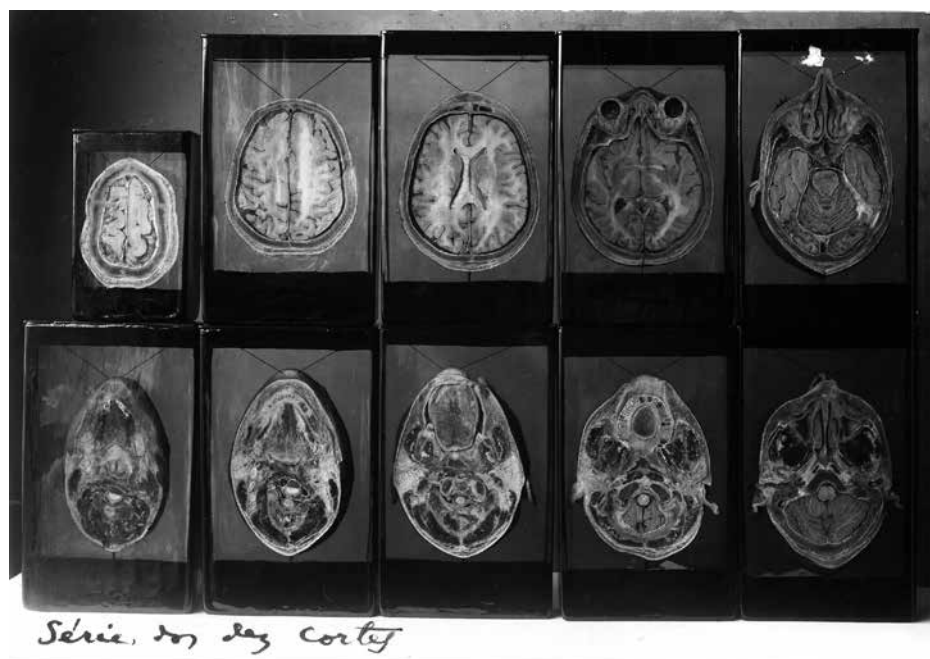


Figura 30 – Cortes anatómicos do cérebro realizados com a serra eléctrica do Instituto de Anatomia do Porto

Fotografia enviada por Joaquim Alberto Pires de Lima ao presidente da JEN, em 1933, acompanhada de um ofício onde se lê: “Tenho o prazer de enviar a V. Ex.^a uma colecção de fotografias dos primeiros cortes que se fizeram no Instituto de Anatomia do Porto com a serra de fita que foi adquirida com auxílio de um subsídio generosamente cedido pela Junta de Educação Nacional. [...] Este trabalho foi realizado pelo preparador-conservador deste Instituto Albino Moreira da Cunha... Como V. Ex.^a vê, são já bastante perfeitos esses cortes”. Crédito do IC (AIC. Cx. 1214, Proc. 28, Docs. 11 e 12).

Ao Instituto de Anatomia do Porto, depois de convenientemente apetrechado, poderia competir a tarefa de fornecer cortes de cadáveres de Homem e de outros animais quer aos outros Institutos anatómicos portugueses, quer às Faculdades de Ciências e à Escola de Medicina Veterinária»⁸⁹¹.

Embora permaneçam por apurar eventuais repercussões deste alvitre na futura coordenação da atividade científica nacional, do exposto resulta um novo exemplo de como a prática científica da Junta permite introduzir, nos anos trinta, novas técnicas e instrumentos na investigação em Portugal – dos quais nem consciencialização havia da sua necessidade antes da concretização da missão de estudo de curta duração –, além de apontar para a melhoria do ensino ministrado a nível superior, actividades indissociáveis do modelo de Universidade que a JEN pretendia difundir em território nacional.

A predisposição dos catedráticos para retornar à condição de estudantes: uma comparação (possível) entre Portugal e Espanha

O percurso académico e profissional de Blas Cabrera, a mais destacada figura espanhola das Ciências físico-químicas, é provido de cruzamentos diversos com a comunidade científica portuguesa, remetendo inclusivamente, como verificámos anteriormente, para o auxílio prestado aos bolseiros da JEN⁸⁹². Nesse sentido, e embora aparentemente não se propicie a um estudo comparado com a realidade nacional, do *focus* de análise agora introduzido ressaltam preponderantes os termos em que a historiografia espanhola expõe as condições nas quais Cabrera usufrui de uma bolsa de estudo na Suíça, em 1912/13.

«Catedrático de Electricidad y Magnetismo en Madrid en 1905 (a los 26 años), nombrado Director del Laboratorio de Investigaciones Físicas de la Junta para Ampliación de Estudios en 1909 (a los 30), elegido Miembro de número de la Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales en 1910 (31 años), en 1912 descubre que ‘no sabe nada de apenas nada’. No le queda más remedio que viajar al encuentro de Europa, en este caso pensionado a Suiza, como un estudiante más (y así lo recibió Pierre Weiss en Zurich, como sólo un estudiante), para aprender ‘algo’ sobre su especialidad, el Magnetismo»⁸⁹³.

Longe de constituir um caso isolado, a predisposição de Blas Cabrera para ser bolseiro externo da Junta para Ampliación de Estudios – investigando

prolongadamente sob a supervisão e enquadramento científico de outro académico – é seguida por inúmeros outros catedráticos espanhóis. Se nesta particularidade um estudo cruzado dos bolseiros portugueses e espanhóis, em termos proporcionais, se impõe, a propalada ausência de um trabalho que aborde a totalidade dos apoios da Junta para Ampliación de Estudios impede-nos, neste momento, de o efectivar. Contudo, os dados recolhidos e a historiografia espanhola sugerem-nos uma posição distinta dos seus catedráticos perante a condição de bolseiros externos de longa duração.

Cingindo-nos exclusivamente à área das Ciências físico-químicas, e referenciando somente alguns dos cientistas de maior renome, a par de Blas Cabrera encontramos os professores catedráticos Miguel A. Catalán, Julio Palacios e José Casares Gil. Se Miguel A. Catalán trabalha sob a supervisão científica do professor A. Fowler no Imperial College of Science and Technology, em Londres, em 1920/21 – desenvolvendo estudos de Espectroscopia que lhe *exigem* uma permanência diária de doze horas no laboratório –, Julio Palacios, “...recién obtenida la Cátedra de Termología en la Universidad Central, sale al encuentro de una Europa inmersa en la I Guerra Mundial pensionado por la JAE, consciente de que todavía no sabe de nada de lo que verdaderamente es propio de su disciplina”⁸⁹⁴.

Se as motivações de Julio Palacios para recorrer a uma bolsa de estudo externa se assemelham às razões invocadas por Blas Cabrera, as dificuldades em concretizar o seu estágio na Holanda são atestadas, por exemplo, nos riscos de atravessar o golfo da Biscaia e o canal da Mancha, onde habitualmente operavam os submarinos alemães⁸⁹⁵. A determinação em se especializar – visando a prossecução dos estudos em Espanha e a sua rentabilização no ensino superior – indu-lo, no entanto, a superar as vicissitudes decorrentes da guerra e, inclusivamente, a solicitar a prorrogação do seu estágio em 16 de Fevereiro de 1917.

«Habiendo sido pensionado por la Junta de que V. es digno Presidente para realizar trabajos sobre Termología en Holanda, me hallo aquí desde fines del mes de octubre pasado, habiéndome matriculado en el Natuurkundig Laboratorium der Rijks Universiteits de Leiden, donde hasta ahora, después de imponerme en los métodos de trabajo y en el uso de los aparatos propios de este laboratorio, he realizado una determinación del coeficiente de temperatura de un barómetro aneroide, me he ejercitado en el uso del termómetro de helio a bajas temperaturas y actualmente estoy prosiguiendo los trabajos de Crommelin sobre las isothermas del neón, publicadas en las ‘Communications’ de este laboratorio.

Por el director Sr. Kamerlingh Onnes me ha sido sugerida la idea de la conveniencia de prolongar mi estancia en ésta lo suficiente para realizar un trabajo de alguna

importancia, probablemente la termometría con neón, lo cual me pondría en condiciones de seguir trabajando, a mi vuelta a España, y de proporcionar labor a mis alumnos. Creo que un año, además del que me ha sido concedido, me permitiría realizar este propósito y además, si las circunstancias lo permiten, visitar algunos laboratorios de otros países»⁸⁹⁶.

Evidenciando semelhanças com os casos descritos, José Casares Gil, no Natal de 1920 – durante um dos estágios que, como catedrático, entre 1896 e 1934 efectua na Alemanha –, remete uma carta a José Castillejo destacando as condições de acolhimento e de trabalho, e a sua adequação às necessidades sentidas.

«Todas las dificultades que esperaba encontrar en Múnich y había fueron vencidas fácilmente. La policía no nos molestó y nos concedió el permiso de residencia por larga fecha; gracias a la amistad de [Richard] Willstätter tenemos una magnífica plaza en el laboratorio; y su influencia también medió para conseguir habitación en una excelente pensión, aunque cara. [...]

Hasta las vacaciones hemos trabajado como aquí se trabaja: tranquilamente, ... pero muy seguido. Lo siento es que tenemos que levantarnos a las 7 ½ en punto y que hasta las 6 de la tarde unos días o hasta las 7 ½ otros no hay más descanso que la hora de comer. Para nuestras ciencias; para la investigación profunda... este método es el único»⁸⁹⁷.

Atendendo à questão em análise sobressai a importância do último período: uma investigação profunda exige uma prolongada permanência num centro de estudo onde, sob a supervisão de um cientista de renome, se trabalha diariamente de modo demorado⁸⁹⁸. Em contrapartida, uma aquisição superficial de conhecimentos é possibilitada por uma missão de estudo de curta duração. Nesse sentido, em Espanha, a Junta para Ampliación de Estudios concedia bolsas de grupo que perduravam somente entre um e três meses. Habitualmente usufruídas por bolseiros com baixos níveis de qualificação, como sejam professores e inspectores do ensino primário, permitiam através de curtas visitas a um extenso número de instituições pedagógicas ou científicas de diversos países observar o seu funcionamento ou organização⁸⁹⁹.

Em Portugal, pelo contrário, são os professores catedráticos que beneficiam frequentemente das missões de estudo de curta duração (50%)⁹⁰⁰ – constatação que se harmoniza com a sua baixa representatividade no universo dos bolseiros externos de longa duração (6%) e com o período reduzido das suas bolsas. De facto, se os bolseiros de longa duração da JEN permaneciam, em média, treze meses no estrangeiro, os professores catedráticos nessas

circunstâncias usufruíam, em média, de nove meses de bolsa, registando-se a presença de apenas quatro catedráticos no estrangeiro (3%) por um período superior a um ano.

Aparentemente em sentido inverso ao dos catedráticos espanhóis, os professores do ensino superior português, conquistada a cátedra, optavam por requerer apoio ao abrigo das missões de curta duração – que lhes permitia visitar individualmente e em curtos intervalos de tempo numerosas instituições científicas de diversos países – em detrimento das candidaturas a bolsas externas de longa duração, as quais chegavam a recusar apesar de sugeridas pela própria JEN. Exemplificativo desta realidade será o caso de António Pereira Forjaz, catedrático de Química da Faculdade de Ciências de Lisboa. Após solicitar apoio para realizar entre finais de Julho e princípios de Outubro de 1931 uma viagem de estudo pela Itália, Suíça, Alemanha, Dinamarca, Suécia e Noruega – propondo-se permanecer entre um e quinze dias em cada um dos laboratórios e institutos visitados –, o pedido de Pereira Forjaz motiva a seguinte informação de Celestino da Costa, aprovada pela Comissão Executiva:

«1.º – Acho da maior vantagem que esse professor visite no estrangeiro laboratórios da sua especialidade e ainda mais conveniente seria para S. Ex.^{cia} se pudesse fazer um estágio prolongado em qualquer laboratório de química;

2.º – A Junta dedica aos estudos da física e da química a maior atenção. Seria excelente que pudesse enviar ao estrangeiro qualquer professor ou assistente resolvido a trabalhar durante o tempo necessário para adquirir a técnica da investigação em qualquer capítulo da química para que, à sua volta, se pudesse organizar um centro de investigações»⁹⁰¹.

Apesar de convidado a reconsiderar a sua proposta inicial – num sentido que implicaria o usufruto de uma bolsa de longa duração no estrangeiro em detrimento da missão de estudo de curta duração –, Pereira Forjaz concretiza-a. Curiosamente, tendo-lhe a JEN disponibilizado uma verba que representava metade dos gastos por si previstos, onde incluía a estadia em “hotéis de 1.ª ordem” e “bilhetes em 1.ª classe”, o professor catedrático da Faculdade de Ciências de Lisboa opta, tão-somente, embora com autorização prévia da JEN, por reduzir o itinerário, visitando apenas a Itália, a Suíça e a França⁹⁰².

Embora individualizada, a posição assumida por António Pereira Forjaz neste processo, cruzada com os valores atrás apresentados, reflecte a pouca predisposição dos catedráticos portugueses para *acompanharem* os pares espanhóis, estagiando prolongadamente no estrangeiro sob a direcção de um investigador de renome e sujeitando-se aos condicionalismos próprios da

(nova) condição, nomeadamente a residência em pensões em detrimento dos “hotéis de 1.^a ordem”⁹⁰³. Distinta deste quadro geral é a postura de Aurélio Quintanilha, o que explicará as palavras que lhe são endereçadas no centenário do seu nascimento.

«O Prof. Aurélio Quintanilha formou-se nos tempos em que o Mestre era tido por omnisciente, e em que o fosso entre professor e alunos era intransponível. Por isso, mais ainda é de admirar que Quintanilha tenha rompido com a tradição e, já depois de Mestre consagrado, se tenha feito aluno por várias vezes»⁹⁰⁴.

Este professor foi, efectivamente, um dos quatro catedráticos portugueses que permaneceram no estrangeiro, como bolseiros da JEN, por um período superior a um ano⁹⁰⁵. Após beneficiar de uma bolsa de estudo da Universidade de Coimbra que lhe permitiu trabalhar na Alemanha desde 1928, Aurélio Quintanilha obteve uma bolsa da JEN que, iniciando-se em Outubro de 1929, perdurou vinte e dois meses. As razões justificativas desse longo estágio explicitou-as ao presidente na JEN nos seguintes termos:

«Em 1927 mandou-me a minha Faculdade representá-la no Congresso Internacional dos Anatomistas que então se realizava em Londres. Aproveitei a oportunidade para visitar os Institutos de investigação científica que mais me interessavam nos países que me foi possível percorrer. [...] Tive ocasião de conhecer pessoalmente em Berlim o Prof. Kniep, cujos trabalhos sobre a sexualidade dos fungos tanto me haviam interessado... Manifestei-lhe o meu vivo desejo de aproveitar a primeira oportunidade para ir trabalhar algum tempo sob a sua direcção. Kniep acolheu com a maior simpatia esse projecto e prometeu-me guardar-me um lugar de trabalho no seu esplêndido Instituto sempre que eu precisasse de o utilizar.

De regresso a Portugal procurei orientar as coisas de modo a aproveitar esta oferta tão depressa quanto possível. Tinha eu já então 36 anos e sentia a necessidade urgente de um longo estágio em um Instituto de investigação científica onde me fosse possível aprender um conjunto de técnicas que se não aprendem sozinho nem pela consulta dos livros. Foi esse pois o objectivo principal da minha partida para Berlim»⁹⁰⁶.

Cumprindo o seu propósito, durante o estágio o botânico da Faculdade de Ciências de Coimbra especializou-se em genética de fungos, inicialmente sob a direcção de Hans Kniep no Pflanzenphysiologisches Institut de Berlim e, após a morte deste, sob a supervisão de Max Hartmann no Kaiser-Wilhelm-Institut für Biologie⁹⁰⁷. Distintamente, enquanto bolseiro da JEN, Aurélio Quintanilha ainda se propôs realizar viagens em 3.^a classe, além de se sujeitar a extensos

horários de trabalho. A comprová-lo atente-se ao teor da missiva que enviou a Simões Raposo em 28 de Julho de 1930:

«Mil vezes obrigado por todas as suas provas de amizade e muito particularmente pelo seu gentilíssimo telegrama. Para lhe mostrar o meu reconhecimento tenho aqui trabalhado como duas feras. O Kniep deu-me uma chave do Instituto para poder ir trabalhar à noite e assim tenho tido muitos dias de conseguir fazer duas sessões de trabalho de seis horas cada uma!»⁹⁰⁸

Se se poderá tender a justificar esta opção (quase) singular no universo dos catedráticos portugueses pela personalidade e *posicionamento* de Aurélio Quintanilha – recordemos que usualmente se enfatiza a sua distinção entre os pares pelo seu activismo político de pendor anarquista, pelas suas críticas à Universidade, pela sua aposentação compulsiva da mesma em 1935, por ousar jogar futebol e basquetebol com os alunos ou por atravessar o Choupal envergando calções curtos para uma partida de ténis (o que lhe custou a alcunha de “nudista” por parte de Oliveira Salazar)⁹⁰⁹ –, uma análise atenta ao perfil dos quatro professores em causa, e respectivas bolsas, contestá-lo-á.

De facto, como o investigador do Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques, mas evidenciando um posicionamento político antagónico ao seu, um outro catedrático português, enquanto bolseiro da JEN, também estagia vinte e dois meses no estrangeiro. Referimo-nos a António Pereira de Sousa da Câmara, o cientista apoiante do Estado Novo que, à imagem do seu amigo Aurélio Quintanilha, não se inibe de se sujeitar a uma aprendizagem supervisionada por pares estrangeiros⁹¹⁰. A atestá-lo, e denotando similitudes entre as motivações invocadas por ambos os professores, atente-se à exposição que, em 14 de Julho de 1932, dirige ao presidente da JEN.

«O problema da mutação induzida... principiou a preocupar-me em 1928, ano em que assumi, no Instituto Superior de Agronomia, a regência do curso de Genética. [...]

Interessando-me pelo avanço de tal estudo... senti-me eu próprio tentado a realizar investigações semelhantes. [...]

Infelizmente a aparelhagem de que dispunha era mais que rudimentar e a técnica, obtida através da leitura, era extremamente imperfeita. [...]

Por ter reconhecido que não poderia prosseguir tal estudo enquanto não acompanhasse outros semelhantes, efectuados por geneticistas de valor indiscutível, é que me decidi solicitar da Junta de Educação Nacional uma Bolsa de Estudo...

Depois de numerosas consultas... apurei que o Institute of Animal Genetics, de

Edinburgh, e o Kings College, de Londres, me dariam as facilidades necessárias à execução do meu trabalho.

No primeiro Instituto trabalharia sob a orientação do Professor Dr. Crew e... no segundo Estabelecimento... estudaria sob a direcção do Prof. Dr. Ruggles Gates...

Enfim, penso que um estágio dum ano em Inglaterra, caso ele não pudesse ser mais longo, ... me permitiria adquirir a técnica que me falta e que considero indispensável à continuidade dos meus estudos...»⁹¹¹

Concedido o apoio solicitado, o estágio de António Sousa da Câmara nas universidades de Edimburgo e Cambridge, em 1932/33⁹¹², acrescido em 1936 de um outro no Kaiser-Wilhelm-Institut für Biologie, em Berlim, explica, em parte, a razão por que em Maio de 1962, quando da sua ascensão a académico de número na Academia das Ciências de Lisboa, o engenheiro silvicultor Joaquim Vieira Natividade lhe dirige o seguinte encómio: “António Câmara foi, entre nós, o arauto da nova agricultura científica e esforçadamente pugnou para que, aqui, neste recanto da Velha Europa, nós pudéssemos vir a ser um dia agricolamente europeus”⁹¹³.

Perante o recurso a cronologias políticas nos territórios científicos – resultando a ideia do Estado Novo rejeitar a ciência “tal qual se fazia no estrangeiro” ou a oposição entre Estado (repressor) e comunidade académica (vitimizada) ou ainda a tendência para relacionar o ideário e prática científica desta última com as concepções políticas dos seus membros⁹¹⁴ –, o estudo da actividade da JEN, nos termos agora perspectivados, contrapõe novamente uma realidade mais complexa. Evidencia-se, assim, que as diferentes convicções políticas e ideológicas dos actores científicos não pressupõem necessariamente divergentes objectivos e práticas científicas⁹¹⁵, além de se responsabilizar a generalidade dos catedráticos portugueses pelo usufruto limitado dos instrumentos disponibilizados pela Junta, desse modo recaindo também sobre as suas opções o comprometimento da sua especialização científica. Não pressupondo a desresponsabilização do poder político, esta ideia *confirma* tão-somente as críticas dirigidas por Aurélio Quintanilha e Rodrigues Lapa à Universidade portuguesa, nas conferências d’*O Século*, em 1933⁹¹⁶.



Figura 31 – António Câmara, Aurélio Quintanilha... e o busto de Oliveira Salazar

Aurélio Quintanilha considerava o “deputado do Salazar e todo situacionista” António Pereira de Sousa da Câmara um “amigo muito leal”, que em 1941 foi responsável pelo seu ingresso na Estação Agronómica Nacional e, posteriormente, esteve por detrás da sua nomeação para director do Centro de Investigação Científica Algodoeira da Junta de Exportação do Algodão Colonial, em Moçambique. *Apud* GARCÍA PEREDA, 2011: 26. Cf. também MEDINA, 1982: 121-132.

A JEN NA PRODUÇÃO DO ÚNICO PRÉMIO NOBEL PORTUGUÊS DA CIÊNCIA

Em 1949 o neurologista português Egas Moniz era agraciado com o prémio Nobel da Medicina ou Fisiologia⁹¹⁷. Culminando uma carreira científica iniciada tardiamente, e cujos itinerários previamente percorridos – nomeadamente no campo político – ainda não foram devidamente atendidos no sucesso da mesma, a comunidade científica internacional reconhecia a importância do seu segundo grande contributo para a Medicina mundial – a leucotomia pré-frontal, inventada em 1935, sucedendo à angiografia cerebral, de 1927.

Notoriamente preocupado em relegar para a posteridade a sua versão dos acontecimentos, nomeadamente no referente ao papel desempenhado pelo Estado português na sua investigação, Egas Moniz regista uma tese que influenciou a historiografia nacional e internacional até à actualidade. Referimo-nos à ideia que, em carta dirigida a Walter Freeman, de 9 de Julho de 1946, fixa nos seguintes termos:

«...o Governo sempre desajudou, e propositadamente, o meu trabalho científico, desde os primeiros ensaios sobre a angiografia cerebral. Essa atitude hostil tornou-se mais intensa com os primeiros sucessos. [...]

O Governo... nunca melhorou a minha instalação hospitalar, única solicitação que lhe fiz e com uma insistência que quase me vexava. [...]

As minhas solicitações foram sempre indeferidas ou, melhor, desprezadas. [...]

Ao abandono propositado dos dirigentes governamentais juntou-se a má vontade de uma grande parte dos colegas da Faculdade. [...]

Nada disso porém me contundia. Votei ao desprezo Governo e invejosos e segui o meu caminho com a tranquilidade e a calma de que pude dispor. [...]

Da parte dos dirigentes caiu sobre a minha obra, que nada tinha com a conduta política, um sistemático anátema: abandono absoluto e o propósito de depreciar o meu esforço e os resultados obtidos. [...]

A maior parte das clínicas hospitalares melhoravam desde que os seus directores se interessassem pelo seu desenvolvimento e não fossem declaradamente antifascistas. No meu caso os menores desejos foram contrariados. [...]

E assim entre os réprobos, já sem forças para combater, mas sempre firme nos meus princípios, com coisa alguma podia contar. Tive de limitar-me às condições que me impuseram sem reacção possível»⁹¹⁸.

Desde a sua jubilação, em 1944, que Egas Moniz reafirma esta tese em diversos suportes e ocasiões. Exemplificativo é um manuscrito seu de 1954, onde refere que “Do governo do ditador Salazar, homem de ideias curtas, a quem o colégio Carolina de Estocolmo deu o desgosto de me fazer Prémio Nobel, nunca tive nem auxílio para o meu serviço de neurologia...”⁹¹⁹ ou as conferências que profere sobre Ramon y Cajal na Academia das Ciências de Lisboa, em 1948, cuja publicação, em 1950, acrescidas de um posfácio, sustentam a tese de que se inicialmente Cajal se deparou com insuficientes recursos e um ambiente desfavorável, quando se viu consagrado nacional e internacionalmente recebeu apoio do governo espanhol, enquanto o cientista nascido em Avanca esteve sempre desprotegido pelo Estado português⁹²⁰. Por fim, refira-se que esta ideia ainda é publicamente veiculada na sua autobiografia científica, *Confidências de Um Investigador Científico*, onde, a propósito da invenção da leucotomia pré-frontal, em 1935, refere: “Enfrentávamos grandes dificuldades materiais, seguíamos desajudados e sem os indispensáveis recursos. [...] A minha tenacidade felizmente tudo venceu”⁹²¹.

Desta memória fixada (e esquecida) por Egas Moniz apropriou-se a literatura da especialidade. Exemplificativo do seu não questionamento, na particularidade que nos importa, será a constatação de que embora estudado sob as mais diversas perspectivas – vida académica, personalidade, actividade política e científica, relação mantida com a literatura e a arte, o seu Ex-líbris, a Casa-Museu e o Centro de Estudos Egas Moniz – não se regista uma agenda historiográfica centrada no binómio Estado/investigação científica de Egas Moniz⁹²².

A esta ausência corresponde a desvalorização da importância da JEN (e do IAC) no apoio à sua actividade científica e a recorrente reprodução de considerações enfatizando a sua oposição política à ditadura, pelo que não lhe deveriam ser concedidas amabilidades⁹²³, o isolamento a que estava sujeito nos primórdios do Estado Novo⁹²⁴, o facto de dispor de uma base política enfraquecida⁹²⁵ ou, mais incisivamente, o desprezo que o Estado Novo votou à sua investigação. A este propósito serão elucidativas as seguintes palavras:

«É bem conhecida a opinião dos políticos do Estado Novo sobre esta personalidade [Egas Moniz], que de tão interveniente que foi na política nacional a seguir à República, se remeteu a um silêncio crítico depois de 1926. Não era, por isso, de esperar que o poder instituído estivesse atento ao trabalho científico e muito menos se preocupasse em distinguir a personagem que o protagonizava. [...]

O Prémio Nobel surge de forma inesperada para o poder instituído atribuído numa idade da vida em que se já não aposta. Criou-se, assim, uma situação de embaraço. Como enaltecer uma carreira passada que sempre se tentou reduzir e minimizar,

recuperando os louros para um sistema político pouco apoiante; o que fazer a um cientista agraciado no fim da carreira. Não parecia lógico criar condições ao próprio para que desenvolvesse as suas ideias quando se pensava estar já seca a fonte de inspiração. Não parecia possível considerar o resultado da investigação como interesse partilhado do Governo no seu desenvolvimento e apoio. Como seria possível então lidar com o problema, já que a personalidade forte e determinada do laureado não deixaria de publicamente desmascarar as inverdades. Em 3 meses, criou-se o Centro de Estudos Egas Moniz, um tempo cuja velocidade hoje temos dificuldade em compreender e que só justificamos como a necessidade de redimir o erro, não por contrição de atitudes passadas, mas por necessidade de aproveitamento político»⁹²⁶.

Contrastando com a tese exposta – e revelando não apenas o patrocínio da JEN à investigação de Egas Moniz como a sua inserção num suporte institucional mais vasto – em inícios da actividade da instituição, após discussão das verbas a atribuir aos centros de estudo, a Comissão Executiva regista um momento excepcional nos seus trabalhos:

«Todos estes subsídios foram aprovados por unanimidade com excepção da concessão feita à Clínica Neurológica de Lisboa de que o primeiro secretário discordou apenas por considerar que muito recentemente lhe foi atribuída pelo Estado uma dotação excepcionalmente avultada, o que não sucedeu com os restantes centros de actividade científica»⁹²⁷.

Sem nos imiscuirmos na “dotação excepcionalmente avultada” que o Estado português atribui em 1929/30 à clínica dirigida por Egas Moniz, e cingindo-nos tão-somente aos financiamentos conferidos por intermédio da Junta, verificamos que o subsídio em causa, de 5.000\$00, se inscreve numa política concertada de apoio à investigação desenvolvida pelo futuro prémio Nobel da Medicina ou Fisiologia.

**Quadro 25 – Financiamento do Instituto de Neurologia de Lisboa
(JEN/ Rockefeller Foundation – 1929/36)**

Ano económico	Verba concedida	Aplicação da verba concedida
1929/30	5.000.00	Publicações, aquisição de bibliografia e de material de investigação
1930/31	3.800.00	Publicações em Portugal e no estrangeiro, e aquisição de material de investigação
1931/32	3.000.00	Publicações em Portugal e no estrangeiro, e aquisição de bibliografia
1933/34	1.500.00	Publicações em Portugal e no estrangeiro
1934/35	2.000.00	Publicações em Portugal e no estrangeiro, e aquisição de bibliografia (financiamento da JEN em colaboração com a Rockefeller Foundation)
Total em escudos	15.300.00	
Total em euros (2014)	14.301,18	

Fontes: AIC. Cx. 1228, Proc. 4; Cx. 1229, Proc. 18; Cx. 1282, Proc. 1; Cx. 1327, Procs. 6 e 27. RAC. Collec. RF, RG. 10.2 Fellowship recorder cards, G. 2: RF Fellowship cards – D. 9: MNS, Box: D. 3, Folder: C., Dr. Pedro Lima; RAC. Collec. RF, RG. 1.1, Series: 733 Port., Subseries: 773.A Port. Med. Sciences, Box: 1, Folder: 10; RAC. Collec. RF, RG. 6 Paris, Subg. 1 (6.1), Series: 1 (pre-war 1.1), Subs.: 1 pre-war corresp., Box: 6, Folder: 72. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]. INE. DCN. NEPC ⁹²⁸.

Embora também aplicados por Egas Moniz na aquisição de bibliografia e de material de investigação, os financiamentos da Junta e, em 1934/35, da Rockefeller Foundation, são fundamentalmente canalizados para a publicação de trabalhos de investigação realizados pelos membros do Instituto de Neurologia de Lisboa, particularmente pelo seu director.

Exemplificativo da sua preocupação com a divulgação internacional dos trabalhos que produz será a aplicação que confere ao subsídio da Junta em 1931. Nesse ano, à imagem do seu colaborador Arnaldo Abranches de Almeida Dias, Egas Moniz desloca-se ao I Congresso Neurológico Internacional, em Berna. Se aquele é patrocinado pela JEN⁹²⁹, Egas Moniz dispõe do apoio financeiro da sua faculdade. Em Berna apresenta o relatório “La localisation des tumeurs cérébrales par l'encéphalographie artérielle”, do qual distribui oitocentos exemplares, os quais, tendo custado 1.800\$00, foram quase totalmente pagos

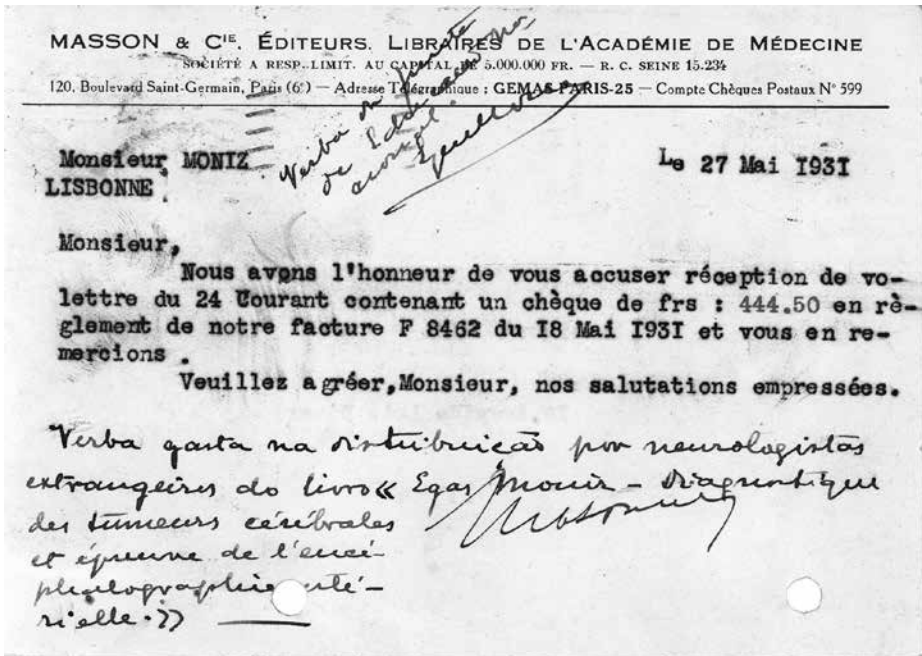


Figura 32 – Bilhete-postal enviado pela editora parisiense Masson a Egas Moniz (27 de Maio de 1931)

Este bilhete-postal foi posteriormente remetido por Egas Moniz à JEN, em 26 de Janeiro de 1932, justificando o emprego do financiamento concedido em 1930/31. Em manuscrito lê-se, assinado por Egas Moniz, “Verba da Junta de Educação Nacional” e “Verba gasta na distribuição por neurologistas estrangeiros do livro *Egas Moniz - Diagnostique des tumeurs cérébrales et épreuve de l'encéphalographie artérielle*”. Crédito do IC (AIC. Cx. 1327, Proc. 27, Doc. 12).

(1.400\$00) com a terceira prestação do subsídio atribuído pela Junta ao seu instituto em 1930/31⁹³⁰.

Também em 1931 o neurologista português publica uma obra determinante na divulgação da sua primeira grande invenção. Referimo-nos à monografia *Diagnostic des Tumeurs Cérébrales et Épreuve de l'Encéphalographie Artérielle*, editada pela Masson, na época a mais famosa editora de livros médicos de França⁹³¹. Valorizada pela inclusão de um prefácio de Joseph Babinski, co-fundador da Société de Neurologie de Paris, para a distribuição internacional desta obra concorreu a Junta, por intermédio da verba atribuída ao Instituto de Neurologia de Lisboa em 1930/31⁹³².

Embora omitida do seu discurso público, a importância da Junta na divulgação nacional e internacional dos trabalhos científicos produzidos por Egas Moniz é reconhecida pelo próprio em ofício dirigido ao presidente da instituição em 3 de Março de 1933:

«Tenho a honra de enviar a V. Ex.^a uma colecção dos trabalhos publicados pelo Instituto de Neurologia no ano de 1932. Muitos deles foram publicados e puderam ter expansão devido ao subsídio que a Junta de Educação Nacional nos tem dado. Aproveito o ensejo para manifestar a V. Ex.^a o meu grande reconhecimento pelo auxílio prestado pela Junta da sua digna presidência aos nossos trabalhos de investigação científica»⁹³³.

Em conformidade com os modelos de financiamento da ciência importados de Espanha e Bélgica, o suporte institucional promovido pela JEN à investigação de Egas Moniz não se limita, no entanto, ao financiamento do Instituto de Neurologia de Lisboa, sendo articulado com a concessão de bolsas de longa duração no estrangeiro e em Portugal. Agindo de acordo com o perfil *típico* do professor catedrático português⁹³⁴, Egas Moniz nunca requer uma bolsa externa de longa duração para si, solicitando esta modalidade de apoio exclusivamente para os seus colaboradores.

Quadro 26 – Bolseiros no estrangeiro do Instituto de Neurologia de Lisboa (JEN/ Rockefeller Foundation – 1929/36)

Nome	Cidade/instituição de destino	Ano	Duração da bolsa	Temática de estudo
Arnaldo Abranches de Almeida Dias	Hamburgo: hospitais de Friedrichsberg e de Eppendorf; Munique; Breslau: clínicas Neuropsiquiátricas e Neurológicas, e institutos de Neuro-histologia	1929/30	12m	Anatomia patológica do sistema nervoso
Lídia Manso Preto	Londres: London Hospital	1935	3m	Anestesia neurocirúrgica (bolsa da Rockefeller Foundation/ equiparada a bolseiro da JEN fora do país)
Pedro M. de Almeida Lima	Londres: London Hospital	1932	6m	Neurocirurgia; executa angiografia cerebral
	Londres: London Hospital	1933	8m	Neurocirurgia (bolsa da Rockefeller Foundation/ equiparado a bolseiro da JEN fora do país)
	Londres: London Hospital	1935	2m	Neurocirurgia; participa no II Congresso Internacional de Neurologia (Londres, 1935) (comunicação “Cerebral angiography technique”)

Fontes: AIC. Cx. 0399, Proc. 13; Cx. 1273, Proc. 21; Cx. 1274, Proc. 11. RAC. Collec. RF, RG. 10.2 Fellowship recorder cards, G. 2: RF Fellowship cards – D. 9: MNS, Box: D. 3, Folder: C., Dr. Pedro Lima; RAC. Collec. RF, RG. 1.1, Series: 733 Port., Subseries: 773.A Port. Med. Sciences, Box: 1, Folder: 10; RAC. Collec. RF, RG. 6 Paris, Subg. 1 (6.1), Series: 1 (pre-war 1.1), Subseries: 1 pre-war corresp., Box: 6, Folder: 72. JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]⁹³⁵.

Uma leitura atenta do Quadro 26 revela-nos a notável capacidade de Egas Moniz em maximizar os instrumentos que a Junta disponibiliza à comunidade científica nacional. Distintamente, logo em 1932, durante o primeiro estágio de Pedro Manuel de Almeida Lima no serviço de Neurocirurgia de Hugh Cairns, no London Hospital, incita-o a executar a angiografia cerebral, então denominada encefalografia arterial⁹³⁶. A importância da realização desta prova no reconhecimento internacional do director do Instituto de Neurologia de Lisboa pode ser aferida nas palavras do próprio Almeida Lima, que em carta dirigida a Simões Raposo refere: “Parece-me ter sido a primeira vez que um médico português demonstrou um método novo nos hospitais ingleses”⁹³⁷.

Ainda evidenciando a preocupação em difundir no estrangeiro, nos principais fóruns científicos internacionais, a sua primeira grande invenção – cuja conseqüente replicação e adopção lhe confere uma crescente notoriedade e consagração inter pares⁹³⁸ –, Egas Moniz verá novamente Almeida Lima, em 1935, no II Congresso Internacional de Neurologia, a divulgar a mesma técnica diagnóstica.

A esta realidade juntam-se os benefícios directamente resultantes das especializações de Almeida Lima, da sua anestesista Lídia Manso Preto ou ainda de Arnaldo Abranches de Almeida Dias. Se a JEN e a Rockefeller Foundation permitem a Lídia Manso Preto especializar-se em anestesia neurocirúrgica em Londres – quando a própria anestesia ainda nem tinha adquirido autonomia⁹³⁹ –, já a aplicação *imediata* dos ensinamentos obtidos por Almeida Lima no conceituado serviço de Hugh Cairns permite-lhe afirmar peremptoriamente:

«Chegado a Portugal, foi-me conferido o honroso, mas muito difícil encargo de organizar e dirigir o serviço de cirurgia do sistema nervoso do Hospital Escolar. Primeiro e único serviço desse género existente no nosso país. Os resultados de ano e meio de trabalho deram-nos coragem para continuar, apesar das grandes dificuldades encontradas. Foram executadas mais de 70 intervenções de grande cirurgia do sistema nervoso com uma mortalidade inferior a 20%. Se se comparar estes resultados com os obtidos até à criação do serviço de neurocirurgia, poder-se-á deduzir, cremos, que o auxílio que me concedeu a Junta de Educação Nacional e a Fundação Rockefeller se traduziu por resultados bem apreciáveis e que algumas dezenas de doentes, antes votados a morte certa, foram restituídos à sua actividade social»⁹⁴⁰.

Atendendo a que estes primeiros resultados foram sucedidos da invenção da leucotomia pré-frontal, cuja execução incumbia a Almeida Lima⁹⁴¹, maior evidência assume a Junta na carreira científica do prémio Nobel da Medicina ou Fisiologia de 1949. A esse propósito, quando se questiona como pôde um “país

periférico”, “avesso à investigação” e persecutório de intelectuais, *produzir* um cientista nobelizado – e se justifica essa realidade no talento e capacidade manifestada por Egas Moniz em integrar as redes científicas internacionais, divulgar a sua actividade e, conseqüentemente, em se consagrar internacionalmente⁹⁴² –, o estudo da prática científica da Junta, ao introduzir novas variáveis, revela como foi o próprio Estado, nomeadamente por intermédio da instituição que organizava e financiava a investigação científica em Portugal, que lhe conferiu meios propícios à sua integração nas redes, crescente prestígio e sucessivas nomeações para o prémio Nobel, o que culminou com a sua atribuição em 1949.

Por fim, caso se julgue, na óptica da JEN, que tamanha distinção ocorreu fortuitamente, não equacionando sequer os seus dirigentes a sua possível concretização, a posição manifestada por Herculano de Carvalho em sessão da Comissão Executiva contradi-lo inequivocamente: “Se entre cem investigadores subsidiados pela Junta houver apenas um que chegue a atingir o plano dos grandes sábios, foi bem gasto todo o dinheiro dessas bolsas”⁹⁴³. Ignorava o então vogal qual dos investigadores portugueses poderia atingir esse patamar, mas ao aplicar na sua plenitude, articuladamente, as diversas práticas científicas disponibilizadas – financiando Egas Moniz, o Instituto de Neurologia de Lisboa por si dirigido, diversos colaboradores seus com a atribuição de bolsas de longa duração externas e internas, e ainda o XIII Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas, também por si presidido⁹⁴⁴ –, a Junta contribuiria para ser Egas Moniz a alcançar essa distinção. Mais sucesso não tivesse a sua existência propiciado, o que a presente obra contesta, e a JEN já teria cumprido o seu desígnio.

CONCLUSÃO

A influência exercida pela Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas e pelo Fonds National de la Recherche Scientifique na actividade da JEN complexifica e enriquece a imagem do Portugal Estado-novista herdada da historiografia política e das relações internacionais, que unanimemente reconhece ser, durante a década de trinta, um país de feição atlântica, deliberadamente alheado das questões continentais europeias. Em sentido inverso, entre 1929 e 1936 a JEN pretende a *europaização* científica e pedagógica de Portugal, não olvidando a sua renovação económica.

Nesse propósito, e ainda profundamente influenciado pelas referidas instituições espanhola e belga, a Junta formula e aplica um plano que, apartando-a da *política do espírito*, pressupõe uma estreita articulação entre as seguintes práticas científicas: concessão de longas bolsas de estudo no estrangeiro, fundamentalmente na Europa além-Pirenéus onde, sob a supervisão dos principais cientistas da época, os bolseiros de investigação portugueses se especializariam; concessão de prolongadas bolsas de estudo em Portugal que, sucedendo-se regularmente às bolsas externas e em conexão com o financiamento das instituições nacionais a que os bolseiros estavam cientificamente filiados, permitiria a prossecução dos trabalhos previamente iniciados no estrangeiro; por fim, e em articulação com o financiamento de publicações científicas, a Junta dispunha de “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual”, pelos quais divulgava o conhecimento produzido em Portugal, projectando internacionalmente a imagem de um país na senda do progresso científico e pedagógico.

Da aplicação deste plano, dirigido a todas as áreas do saber – embora repercutindo-se fundamentalmente nas Ciências, Medicina e Letras –, resulta um conjunto de inovações e resistências a nível académico, e noutras esferas da vida pública nacional, que não somente realça a importância do *focus* na prática científica da JEN para algumas agendas historiográficas internacionais, como aponta novas perspectivas e hipóteses de investigação para a realidade do Estado Novo.

Deste modo, ainda no *confronto* com a historiografia política, enfatizando as rupturas na alternância dos regimes políticos, a actividade da instituição em análise revela continuidades na prática científica nacional da I República para a Ditadura Militar e para o Estado Novo. Mais do que meras persistências de realidades previamente existentes, as continuidades em causa podem inclusivamente consistir na concretização de propósitos republicanos pela Ditadura

Militar e Estado Novo. A par da criação da Junta em 1929, após diversas tentativas goradas durante a I República, verifica-se também que somente pela actividade desta instituição e da sua sucessora foi possível, na década de quarenta, realizar doutoramentos em Física com trabalho experimental em Portugal, que os legisladores republicanos preconizaram, mas não lograram obter.

Igualmente, a intenção republicana de que os docentes do ensino superior se dedicassem efectivamente à investigação foi materializada ou, pelo menos, conheceu novos desenvolvimentos com a Junta, nomeadamente por intermédio da concessão de bolsas de estudo internas. Ao funcionarem como um precursor sistema de retribuição diferencial estas bolsas permitiam aos seus detentores dedicarem-se intensamente à investigação, evitando a acumulação de regências, o exercício clínico ou o desempenho de outras actividades até então vitais ao seu sustento. Em última instância, a concessão destas bolsas influiu na profissionalização dos investigadores, que passaram a dispor de tempo livre para investigar ou, mais correctamente, iniciaram uma dedicação à investigação no âmbito do tempo de trabalho, em detrimento do tempo livre, o que necessariamente se reflectiu na sua capacidade de publicação.

A esse propósito destacem-se as repercussões dos apoios que regularmente antecediam as bolsas internas. Se os baixos índices de investigação na Universidade portuguesa, durante a I República, contribuíam para a imagem negativa que os docentes do ensino superior gozavam externamente, a concessão de prolongadas bolsas externas inverteu ou, pelo menos, atenuou essa imagem. Financiando os candidatos mais meritórios – *ethos* científico por que a Junta pautou a sua actuação até praticamente ao seu fim, quando o Estado Novo começou a interferir no seu *modus operandi* –, nesse resultado influiu a capacidade destes para, obtida a bolsa, integrarem e participarem nas redes internacionais de comunicação em ciência.

Assim, e à imagem dos bolseiros externos da Junta para Ampliación de Estudios, cujos estágios se *cruzavam* com os dos bolseiros portugueses – frequentando inclusivamente as mesmas instituições de acolhimento –, os bolseiros da JEN publicavam em periódicos de referência, regularmente em coautoria com proeminentes membros da comunidade científica internacional, publicavam monografias em editoras estrangeiras, integrando inclusivamente prestigiadas colecções como as *Actualités Scientifiques et Industrielles*, participavam activamente em congressos científicos internacionais, proferiam conferências no estrangeiro, por vezes após convites endereçados por figuras como Marie Curie ou Maurice Fréchet, doutoravam-se nas universidades estrangeiras em que estagiavam ou, noutros casos, finda a bolsa externa, doutoravam-se em Portugal. Pontualmente, estas competências manifestadas pelos bolseiros

externos portugueses repercutiam-se ainda em convites para leccionar em universidades estrangeiras – no caso de Armando de Lacerda derivando mesmo da sua capacidade em criar novos instrumentos e métodos de investigação na área da Fonética Experimental –, assim como na atribuição de bolsas de estudo pela Rockefeller Foundation, o que ocorreu com alguns dos membros da comunidade médica nacional.

Atente-se como o estudo da prática científica da Junta inverte o *focus* da ciência ao *serviço da Nação* para a projecção internacional dos seus cultores ou para a percepção de interconexões entre a investigação científica financiada pelo Estado Novo e o desenvolvimento económico internacional. Se nesta realidade se destaca o logaritmo de Francisco dos Santos Hall e Francis X. Schumacher, um dos primeiros modelos utilizados para estimar o volume de árvores e que os seus autores divulgam no *Journal of Agricultural Research* após prolongado estágio de Santos Hall nos EUA, no primeiro caso impera a figura de António Augusto Esteves Mendes Correia, cujas teses nacionalistas preterimos de modo a evidenciar o reconhecimento internacional nutrido e para o qual concorreu a Junta.

Ao reconhecermos, por intermédio deste caso de estudo, o desenvolvimento e internacionalização da Arqueologia (e Antropologia) praticadas em Portugal entre 1929 e 1936 – quando as teses dominantes defendem a vigência de uma *idade das trevas* – alertamos para a necessidade de se introduzirem na História da Arqueologia inovadoras abordagens provindas da História da Ciência. Referimo-nos à biografia dos objectos e à valorização de *novos* actores – JEN incluída –, que desconstruindo o discurso glorificador dos heróis culturais introduzem novos referentes sobre a empresa global que envolve a produção de conhecimento, nomeadamente arqueológico, e na qual o Portugal dos anos trinta participou activamente sob enquadramento estatal.

No mesmo sentido, o estudo exploratório sobre as relações da Junta com o Ministério da Agricultura e o ISA revela novos *invisible technicians*, que nos permite evocar a proposta de Steven Shapin. Mais precisamente, se este autor reconhecia que os artífices, técnicos e operadores que assistiam Robert Boyle nas suas experiências químicas eram praticamente esquecidos pelos historiadores da ciência, embora fossem importantes na construção e registo do conhecimento científico, não referia, no entanto, que os actores remetidos ao esquecimento poderiam variar com os contextos⁹⁴⁵. Quando analisada a política agrária portuguesa nos anos trinta, essa realidade percepção-se pelo ênfase conferido pela historiografia à mão-de-obra rural, apenas pontualmente destacando o papel dos engenheiros agrónomos e silvicultores. Reconhecendo, no entanto, alguns dos mais recentes trabalhos a sua importância na política de

modernização agrícola na década de trinta, o nosso contributo, ao introduzir estes actores no âmbito das relações entre o Ministério da Agricultura, o ISA e a JEN, salda-se pelo acréscimo da vertente do financiamento estatal à pretensão de uma agricultura científica.

A importância desta instituição no desenvolvimento de outras áreas do conhecimento, pelos resultados obtidos e suas implicações na actividade científica nacional e internacional, aprofunda as novas perspectivas sobre a realidade do Estado Novo e introduz inovadores contributos numa das mais desafiantes discussões da historiografia da ciência – o debate centro/periferia científica. Na área da Física, mais especificamente no Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa, confirmou-se como no intervalo de uma década e meia, durante o qual a política da JEN foi prosseguida pelo IAC, um espaço laboratorial sem prática de investigação, incapaz de suportar a realização de doutoramentos, se tornou numa escola de investigação científica reconhecida internacionalmente capaz de, finalmente, realizar doutoramentos em Física com trabalho experimental.

Relativamente ao Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra, cuja criação e desenvolvimento também resulta da continuidade que o IAC confere à política da Junta em promover áreas do conhecimento com menos tradição ou menores índices de desenvolvimento em Portugal, constatou-se como a sua actividade culmina na atracção de numerosos investigadores estrangeiros para se especializarem nos métodos de investigação desenvolvidos pelo seu director, Armando de Lacerda.

Introduzindo uma nova linha de investigação, o espaço laboratorial em análise acrescenta à reconhecida atractibilidade científica do Portugal Estado-novista, pela realização de congressos científicos internacionais, a noção de um país que, em plenas décadas de trinta, quarenta e cinquenta, especializa e inclusivamente consagra no seu território inúmeros membros da comunidade científica internacional. Pressupondo as especializações em causa, contrariamente à realização de congressos, estadias prolongadas e uma nova relação de desigualdade entre os académicos portugueses e os pares internacionais – sendo um cientista português quem, neste momento, em Portugal, assume a posição de supervisor científico de investigadores oriundos da Europa, América e África –, não somente reforçamos as teses defendendo a circulação de conhecimento científico, em detrimento da redutora concepção de transferências unidireccionais de um centro para uma suposta periferia, como inclusivamente questionamos a validade de tal dicotomia.

Inserindo-se estruturalmente o presente trabalho neste debate, outra manifestação consiste na internacionalização do conhecimento produzido em

território português. A culminar um processo de convergência científica com a Europa, a Junta subsidiava a publicação de dissertações de doutoramento, monografias e periódicos, particularmente os publicados em francês, inglês ou alemão – pela maior projecção que proporcionavam aos trabalhos –, promovia o intercâmbio de conferencistas e financiava participações activas em congressos científicos internacionais.

Como verificado, a nivelação entre os pares que estes eventos proporcionavam, juntamente com a capacidade evidenciada pelos cientistas consagrados em influir nas decisões administrativas, induziu a instituição portuguesa a aplicar novamente o modelo da Junta para Ampliación de Estudios, financiando maioritariamente professores catedráticos. Mais interessante do que a caracterização do perfil dos congressistas financiados foi a constatação de que, pelo exposto, a JEN se moveu nos bastidores da diplomacia científica internacional, influenciando a realização de congressos científicos internacionais em Portugal, os quais, por três ocasiões, ainda financiou – o XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, em 1930; o XIII Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas, também em 1930; e a XXVIII Reunião da Association des Anatomistes, em 1933.

Relativamente aos leitores de língua e literatura portuguesas em universidades estrangeiras, também integrando os “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual”, justificou-se a sua introdução na presente obra pelo entendimento da sua actividade numa óptica distinta da usualmente conferida pela historiografia. Sistemáticamente apontados como convictos propagandistas dos valores do Estado Novo, a constatação de que a limitação à sua acção assentava na proibição em depreciar o regime e não na sua glorificação compulsiva permitiu-nos identificar, a par de quem efectivamente actuava por uma matriz nacionalista e conservadora, diversos leitores cuja actividade se pautava por uma neutralidade face a esse ideário.

Atendendo ao vector fundamental que nos importa – o desenvolvimento da investigação científica em Portugal –, maior importância assume, no entanto, a constatação de que os leitores podiam exercer essa função por interesse e não por convicção. Residindo esse interesse na actualização científica no estrangeiro, em alguns casos, face à impossibilidade de obter uma bolsa de investigação nova ou renovada, o leitorado consistia num instrumento alternativo, permitindo ampliar o apoio concedido à investigação científica.

No mesmo sentido concorria a equiparação a bolseiro, prática importada do modelo espanhol e cujo desconhecimento justificará, em parte, a inexistência de trabalhos abordando a investigação desenvolvida pelos professores liceais – novo campo de análise que o presente estudo introduz na agenda centrada nos liceus

do Estado Novo e que poderá vir a revelar-se uma área interessante a explorar. Igualmente por aprofundar, mas identificados os seus indícios, permanecem as repercussões da actividade da JEN no ensino ministrado, particularmente ao nível superior. Por outro lado, numa perspectiva de género, foram confirmadas as alterações que esta instituição promoveu no panorama académico nacional, reconhecendo-se o financiamento de investigadoras sem passado científico comprovado, pelo qual se suscitaram novas vocações científicas.

Pela complexificação de uma realidade demasiadamente retratada de modo linear, destaque-se ainda a identificação de paradoxos entre a acção inovadora da Junta e as reformas estatais, particularmente visíveis no apoio à renovação pedagógica. O financiamento de prolongados estágios no estrangeiro, nomeadamente em instituições de referência da Educação Nova como o Institut Jean-Jacques Rousseau; a rentabilização interna desses estágios, nomeadamente pela integração de um dos bolseiros numa escola de ensaio pedagógico por si patrocinada, o Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica; o financiamento de participações activas em congressos pedagógicos internacionais; o apoio à difusão no estrangeiro e nos liceus portugueses de ideias educativas, como a supressão dos exames liceais, que nem a I República decreta; e o financiamento da deslocação a Portugal de Adolphe Ferrière, rentabilizado pela sua visita ao Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica, e ao Instituto de Orientação Profissional, também financiado pela Junta, permitem a esta instituição, num tempo político caracterizado por reformas educativas que extinguem a *escola republicana*, contribuir para a disseminação de um ideário educativo distinto do promovido pelos poderes públicos que a suportam, projectando internacionalmente a imagem de um país na senda de uma Escola Nova experimental e científica.

O caminho trilhado revelou-se, no entanto, pleno de obstáculos, os quais, transcendendo as políticas e discricionárias resoluções governamentais, consistiram grandemente em resistências à acção da JEN por parte da instituição universitária. Nessa perspectiva, a análise do percurso público do bolseiro Fernando Correia Pereira da Silva assume particular importância. Além de cruzar duas agendas historiográficas, ciência e diplomacia, e as concretizações da SDN ao nível dos seus funcionários internacionais – de onde resultam novas hipóteses de investigação sobre a presença portuguesa na Sociedade das Nações, continuamente restringida às personalidades políticas –, este caso de estudo prenuncia, no modo como as interpretamos, as purgas académicas de 1935.

A indicação de Fernando Pereira da Silva por parte do governo português, em 1934, para o Secretariado da SDN consistiu numa solução de recurso, ironicamente significando que o Estado nacionalista preferiu que este especialista

em Direito Internacional pudesse defender resoluções contrárias aos interesses do Estado português – como efectivamente se verificou na questão da eventual reorganização da Comissão de Escravatura, em 1936 – a confrontar os poderes e práticas instituídas no mundo académico, as quais determinaram a não homologação do seu doutoramento obtido na Faculdade de Direito de Genebra e impediram-no de aceder ao cargo de Consultor Jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na mesma linha interpretativa se inserem as purgas académicas de 1935 e a suspensão das bolsas internas da Junta em 1934, as quais deverão ser analisadas articuladamente por indiciarem resistências corporativas à ideia de uma Universidade que concilie ensino e investigação, e aos benefícios resultantes para os bolsheiros-investigadores. Se a leitura dos saneamentos universitários de 1935 como uma questão de política científica, não desprezando naturalmente motivações do foro político, consiste num novo olhar sobre uma realidade continuamente entendida como decorrente de uma acção unilateral do governo de Oliveira Salazar, o estudo da prática científica da JEN revela ainda outras idiossincrasias e rivalidades no mundo académico, que limitam a renovação pedagógica e científica empreendida.

A posição ímpar das faculdades de Direito é a esse título exemplar. Não apenas os seus professores nunca usufruem de prolongadas bolsas de estudo, como os institutos jurídicos alguma vez solicitam apoio para realizar investigação, da qual estavam incumbidos pelos decretos legislativos. A esta oposição entre política e prática científica associa-se a pouca propensão manifestada pela generalidade dos catedráticos portugueses para, contrariamente aos pares espanhóis, estagiarem prolongadamente no estrangeiro. Como verificado, esta predisposição não deve ser interpretada por uma leitura estritamente política e ideológica. Os percursos paralelos de Aurélio Quintanilha e António Sousa da Câmara, um anarquista e um apoiante do regime, que não somente mantêm amistosas relações pessoais como, apesar de catedráticos, se sujeitam ao supervisionamento científico dos pares internacionais – visando, pela sua especialização, a implementação de uma ciência e de uma agricultura *européias*, respectivamente –, revelam um meio académico diversificado e complexo, em que as diferentes ideologias dos actores científicos não pressupõem necessariamente divergentes ideologias científicas.

A nova perspetivação conferida à Universidade portuguesa, invertendo o olhar da vitimização para a sua responsabilização, revela ainda a existência de académicos, como Abel Salazar, que embora denuncie as precárias condições de investigação ao seu dispor não solicita financiamentos à Junta para as minorar, embora esteja ciente da sua importância no apetrechamento material das

instituições científicas portuguesas. Nesta particularidade revelaram-se aquisições dos mais inovadores instrumentos de investigação da época, assentando aparentemente nas rivalidades inter pares o usufruto limitado dos mesmos.

Na obtenção de tais instrumentos, como na restante actividade desenvolvida pela Junta, imperavam orçamentos que, apesar de escassos face às necessidades da investigação científica nacional, representavam proporcionalmente um maior investimento do Estado português na JEN face ao investimento do Estado espanhol na Junta para Ampliación de Estudios. A novidade que esta constatação encerra – sobretudo ao verificar-se que mesmo o Estado Novo investe percentualmente mais na JEN do que a II República Espanhola na Junta para Ampliación de Estudios – sobressai quando se cruza com as actuais historiografias portuguesa e espanhola, denunciando aquela o residual investimento do Estado Novo na investigação científica e elogiando esta as dotações conferidas à Junta para Ampliación de Estudios, particularmente pela II República Espanhola.

Em última instância, o presente trabalho – em conformidade com a ideia inicialmente referida de que o estudo do *dinheiro*, quando conduzido de modo aprofundado e despreconceituoso, pode mudar radicalmente a compreensão de episódios bem conhecidos da História da Ciência⁹⁴⁶ – permite inverter a tese dominante sobre a actividade científica nos alvares da ditadura.

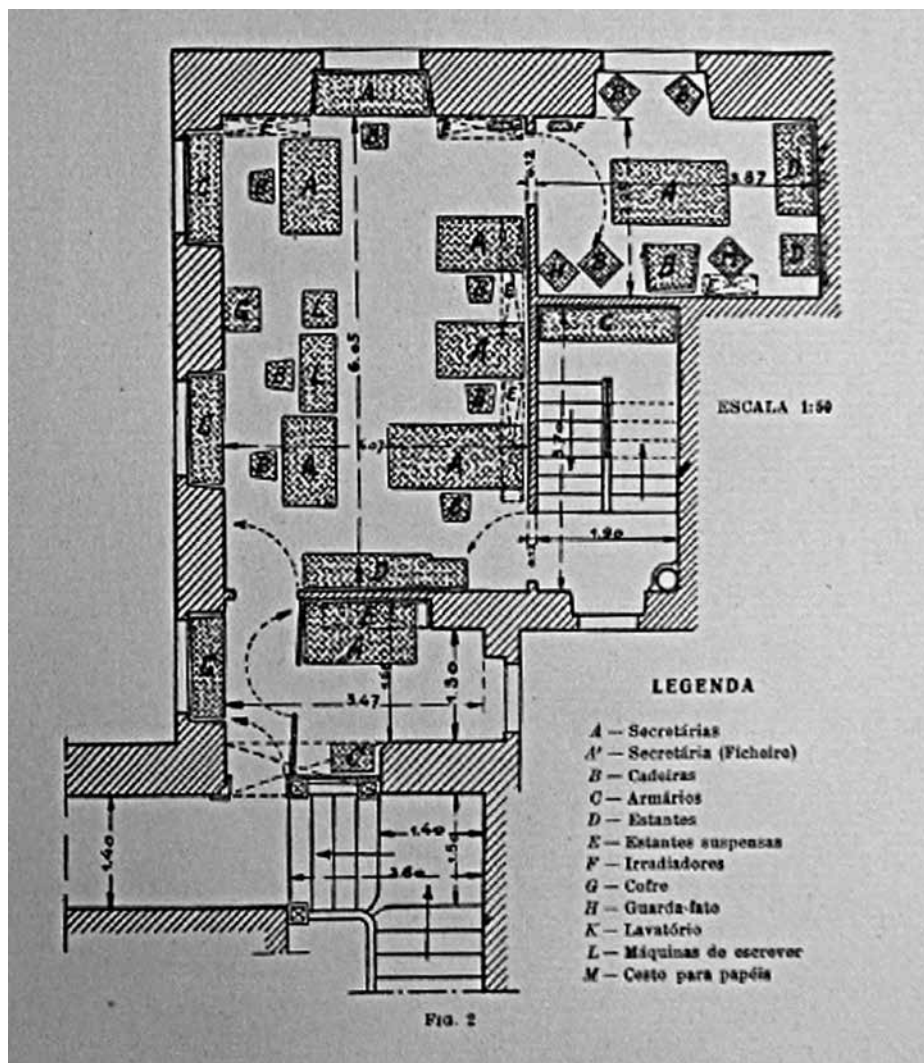
A uma concepção de cientistas excepcionais, mas isolados, sem recursos materiais do Estado – como sejam, entre outros, Branca Marques, Manuel Valadares, Aniceto Monteiro, Egas Moniz e Aurélio Quintanilha – ou, na melhor das hipóteses, identificando algum apoio canalizado para algum investigador ou instituição, mas não reconhecendo um plano de actuação estruturado para a ciência, contrapomos uma outra ideia. A ideia de uma comunidade científica nacional que, embora sujeita às limitações inerentes a um Estado ditatorial, entre finais do anos vinte e a década de trinta, em alguns casos prolongando-se pelo decénio subsequente, pela continuação da actividade da JEN pelo IAC, usufrui de um suporte institucional que permite a sua especialização científica, a aquisição de bibliografia e de material de investigação actual, a produção e divulgação de conhecimento, e a consagração nacional e internacional, permitindo mesmo a reinterpretação do itinerário de um desses cientistas, Egas Moniz, colocar a JEN na rota do único prémio Nobel da ciência produzida em Portugal.

Por outras palavras, contraria-se o discurso do *atraso* científico português e revela-se como o mesmo regime que, em meados dos anos sessenta e embora por motivos externos à investigação científica, propagandeia a ideia do “orgulhosamente sós”, no período entre guerras proporciona à sua comunidade académica e científica vivências *orgulhosamente* cosmopolitas, permitindo-lhe experienciar

a diversidade europeia – e se a diversidade é condição vital para a inovação, como recentemente defendeu o comissário europeu para a Investigação, Ciência e Inovação⁹⁴⁷, urge a historiografia aprofundar os novos campos de investigação que a História da Ciência encerra, ousando, nomeadamente para os tempos da ditadura, desvelar novas tonalidades em *territórios* ainda predominantemente entendidos como meramente dicromáticos.

ANEXOS

ANEXO 1 – PLANTA DA JEN



ANEXO 2 – CONTAS DA GERÊNCIA DA JEN

Ano económico	Total da despesa											Em escudos
	Subsídios											
	Total da receita		Bolsas de estudo		Centros de estudo e publicações científicas		Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual		Serviço de educação artística		Outras	
	No país	%	No estrangeiro	%		%		%		%		%
1928/29	300.000	-	2.500	1	212.350	71	55.000	18	-	-	30.150	10
1929/30	1.000.000	108.800a)	429.465b)	43	200.000	20	161.498c)	16	-	-	100.237	10
1930/31	1.501.900d)	234.500e)	765.927f)	52	190.000	13	133.484g)	9	-	-	145.839	10
1931/32	1.501.900	239.200h)	860.799i)	57	100.000	7	100.000	7	50.000	3	151.901	10
1932/33	1.555.316	225.000	666.000	43	135.000	9	154.905j)	10	54.000	3	320.411	21
1933/34	1.923.879	194.100	707.950	37	143.500	7	177.000k)	9	169.966	9	531.363	28
1934/35l)	2.011.900	100.000	1.000.000	50	190.000	9	360.000	18	200.000	10	161.900	8
1936m)	2.313.800	100.000	1.000.000	43	190.000	8	660.000n)	29	200.000	9	163.800	7

Fontes: quadro efectuado com base nas "Contas da gerência" apresentadas em JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.] e http://purl.sgmf.pt/OE-1936/1/OE-1936_item1/index.html, consultado em 27/04/16.

- a) Orçamentado 150.000 escudos, sendo transferido o valor de 41.000 escudos para “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual” (JEN, 1930: 164-165).
- b) Orçamentado 450.000 escudos, sendo transferido o valor de 20.500 escudos para “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual” (JEN, 1930: 164-165).
- c) Orçamentado 100.000 escudos, sendo reforçada esta verba no valor de 61.500 escudos (JEN, 1930: 164-165).
- d) 1.428.250 escudos: importância utilizável depois da aplicação do decreto n.º 19 286. Acresce a este valor 41.500 escudos referentes a reposições de bolseiros que não utilizaram os subsídios. As percentagens das despesas são efectuadas sobre o valor de 1.469.750 escudos (JEN, 1932: 248-249).
- e) 237.500 escudos: importância utilizável depois da aplicação do decreto n.º 19 286, sendo transferido o valor de 3.000 escudos para “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual” (JEN, 1932: 248-249).
- f) 760.000 escudos: importância utilizável depois da aplicação do decreto n.º 19 286, acrescida de 17.000 escudos referentes a reposições, sendo transferido o valor de 11.000 escudos para “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual” (JEN, 1932: 248-249).
- g) 95.000 escudos: importância utilizável depois da aplicação do decreto n.º 19 286, acrescida de 24.500 escudos referentes a reposições e de 14.000 escudos transferidos das bolsas de estudo (JEN, 1932: 248-249).
- h) Orçamentado 200.000 escudos, sendo reforçada esta verba no valor de 39.200 escudos (JEN, 1933: 342-343).
- i) Orçamentado 900.000 escudos, sendo transferido o valor de 39.200 escudos para “Bolsas de estudo a investigadores no país” (JEN, 1933: 342-343).
- j) Inclui a verba de 20.000 escudos referente ao subsídio extraordinário concedido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para a expansão da língua portuguesa, conforme especificado em JEN, 1934: 191; 204-205.
- k) Inclui a verba de 20.000 escudos referente ao subsídio extraordinário concedido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para acorrer aos encargos com o leitorado de português em Oxford, conforme especificado na conta da gerência da JEN de 1933/34 (JEN, 1935: 252).
- l) Face à ausência do mapa detalhado da conta da gerência de 1934/35, os elementos foram retirados do orçamento da JEN inscritos em JEN, 1938: 69. De notar que os valores totais da receita e despesa da conta da gerência divergem para mais em 1.141.814 escudos dos valores inscritos no orçamento (JEN, 1938: 52-53; 69). Além disso, o valor dos “Subsídios a centros de estudo e publicações científicas”, apresentado em JEN, 1938: 236-237, não confere com o valor orçamentado, apresentando uma divergência superior em 194.039 escudos.
- m) Face à ausência do mapa detalhado da conta da gerência de 1936, os elementos foram retirados do orçamento da JEN inscritos em http://purl.sgmf.pt/OE-1936/1/OE-1936_item1/index.html. De notar que o valor dos “Subsídios a centros de estudo e publicações científicas”, apresentado em IAC, [s.d.]: 53, não confere com o valor do orçamento, apresentando uma divergência superior em 96.777 escudos.
- n) O orçamento da JEN para o ano económico de 1936 tem desdobrado o valor de 660.000 escudos em:
 - “Serviço de expansão cultural e de intercâmbio intelectual” ----- 480.000 escudos;
 - “Representação em congressos no País e fora dele e outras missões de estudo no estrangeiro” ----- 80.000 escudos;

- “A aplicar em colaboração com a Fundação Rockefeller e outras instituições estrangeiras” ----- 50.000 escudos;
- “A aplicar em colaboração com o Deutscher Akademischer Austauschdienst e outros serviços congéneres” ----- 50.000 escudos.

Nota: As percentagens foram arredondadas à unidade, umas vezes por excesso e outras por defeito.

ANEXO 3 – BOLSEIROS DA JEN/(IAC) FORA DO PAÍS QUE REALIZARAM DOUTORAMENTOS EM UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS (1929/38)

Nome	Profissão/ filiação científica	Idade	País(es) de destino	Institui- ção(ões) de destino	Área cientí- fica do doutu- ramento	Orienta- dor(es)
António Aniceto Ribeiro Monteiro	Assistente da Faculdade de Ciências de Lisboa	24	França	Faculdade de Ciências da Universidade de Paris	Matemática	Maurice Fréchet
António Jorge Andrade de Gouveia	Assistente de Química da Faculdade de Ciências de Coimbra	25	Inglaterra	Laboratório de Química e Espectroscopia da Universidade de Liverpool	Ciências físico-químicas	R. A. Morton?
António Lopes Branquinho de Oliveira	Engenheiro agrónomo; botânico colector do Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida	28	Inglaterra	Universidade de Cambridge (Botany School)	Micologia	Frederick Tom Brooks

Instituição que confere grau de doutor (data)	Outras actividades desenvolvidas	Tipo de bolsa	Duração da bolsa	Referências consultadas
Universidade de Paris (Julho de 1936)	Frequenta seminário de Matemática no Collège de France, assiste a conferências e frequenta biblioteca do Institut Henri Poincaré; publica dois trabalhos nos <i>Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris</i> (1934; 1935); profere duas conferências na Société Mathématique de France, tendo sido uma delas a convite do seu presidente, Maurice Fréchet (1935)	Ind.	8m (1931/32)+ 1ªP: 12m (1932/33) 2ªP: 12m (1933/34) 3ªP: 1m (1934/35) 4ªP: 11m (1934/35) 5ªP: 6m (1934/35) 6ªP: 5m (1936) T: 55m	JEN, 1933: 60-61, 116-120; 1934: 41, 72-74; 1935: 36-37, 89-92; 1938: 86-87, 105-106; IAC, [s.d.]: 2-3, 19-20; AFCT. Procs. 649, 1429 e 2005; FITAS, 2008: 89-127; MONTEIRO, 2008: 37-87; PEREZ; REZENDE, 2011: 38-49
Universidade de Liverpool (Julho de 1934)	Publica dois artigos em colaboração com R. A. Morton no <i>Journal of the Chemical Society</i> (1934)	Ind.	8m (1930/31)+ 1ªP: 12m (1931/32) 2ªP: 9m (1932/33) 3ªP: 9m (1933/34) 4ªP: 1m? (1934/35) T: 39m	JEN, 1932: 58-59, 93-94; 1933: 60-61, 88-89; 1934: 41, 55-59; 1935: 36-37, 71-78; 1938: 86-87, 98-99; AIC. Cx. 0530, Proc. 23
Universidade de Cambridge (Maio de 1937)	Visita laboratórios e escolas de agricultura na Inglaterra, Holanda e Bélgica; publica um trabalho nos <i>Annals of Applied Biology</i> em colaboração com W. J. Dowson (1935); profere uma comunicação na reunião anual da Cambridge Natural History Society (1934) e uma outra no Mycological Club (1937)	Ind.	6m (1932/33)+ 1ªP: 12m (1933/34) 2ªP: 1m (1934/35) 3ªP: 5m (1934/35) 4m (1936)+ 1ªP: 1m (1937) 2ªP: 2m (1937) T: 31m	JEN, 1934: 41, 74-78; 1935: 36-37, 95-97; 1938: 86-87, 107-109; IAC, [s.d.]: 2-3, 21; 1941a: 16-17, 20-21; AIC. Cx. 1363, Proc. 25; Cx. 1264, Proc. 19; Cx. 1323, Proc. 10

Nome	Profissão/ filiação científica	Idade	País(es) de destino	Institui- ção(ões) de destino	Área científi- ca do douto- ramento	Orienta- dor(es)
Arnaldo Peres de Carvalho	Engenheiro químico; assistente do Instituto Superior Técnico	26	França	Laboratório de Química Orgânica do Collège de France (Paris)	Química	Charles Dufraisse
Artur Vare- la Cid	Estudante de Engenharia mecânica no Instituto Superior Técnico	26	Alemanha	Universida- de Técnica de Berlim (1933/35); Universida- de Técnica de Darmsta- dt (1935/37)	Ciências ae- ronáuticas	Walter Georgii e Franz Niko- laus Scheu- bel?

Instituição que confere grau de doutor (data)	Outras actividades desenvolvidas	Tipo de bolsa	Duração da bolsa	Referências consultadas
Universidade de Paris (Maio de 1935)	Frequenta cursos de Química orgânica na École Supérieure de Physique et de Chimie Industrielles de Paris; participa com comunicação no 67º Congrès des Sociétés Savantes (Paris, 1934); publica um trabalho em colaboração com Charles Dufraisie nos <i>Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris</i> (1934)	Ind.; Equip. (3ªP: 1933/34)	9m (1931/32)+ 1ªP: 9m (1932/33) 2ªP: 6m (1933/34) 3ªP: 6m (1933/34 – Equip.) 4ªP: 1m (1934/35) 5ªP: 5m? (1934/35) 6ªP: 2m (1934/35) 7ªP: 1m (1934/35) 8ªP: 2m (1934/35) T: 41m	JEN, 1933: 60-61, 73-75; 1934: 41, 48-49; 1935: 36-37, 47-49; 1938: 86-87, 90; AIC. Cx. 0399, Proc. 9; Cx. 1262, Proc. 9
Universidade Técnica de Berlim (Junho de 1938)	Frequenta curso de engenheiro de máquinas da Universidade Técnica de Berlim; profere uma comunicação na Conferência da Federação Aeronáutica Internacional (Dubrovnik, 1935) e uma outra no Congresso da Comissão Internacional dos Estudos de Voo sem Motor (Budapeste, 1936); publica um artigo no periódico alemão <i>Flugsport</i> (1936)	Ind.	3m (1933/34)+ 1ªP: 1m (1934/35) 2ªP: 12m (1934/35) 3ªP: 5m (1934/35) 4ªP: 6m (1936) 5ªP: 1m (1936) 6ªP: 2m (1936) 7ªP: 9m (1936/37) 8ªP: 5m (1937) T: 44m	JEN, 1935: 36-37, 49-62; 1938: 86-87, 90-91; IAC, [s.d.]: 2-3, 9-10; 1941a: 9, 20-21; AIC. Cx. 1287, Proc. 4; Cx. 0488, Proc. 13; Cx. 0397, Procs. 11 e 12; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42; NINHOS, 2014: 83-95. Observações: AIC. Cx. 0397, Proc. 11, Doc. 75 refere que Artur V. Cid foi bolseiro do IAC no estrangeiro até Maio de 1939, contudo esta informação não se confirma noutros documentos consultados, não havendo registo da bolsa ter sido prorrogada depois de Novembro de 1937

Nome	Profissão/ filiação científica	Idade	País(es) de destino	Institui- ção(ões) de destino	Área científi- ca do douto- ramento	Orienta- dor(es)
Aurélio Marques da Silva	Assistente de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa	28	França	Institut du Radium – Laboratório Curie (Paris)	Ciências fi- sicas	“Direcção superior” de Marie Curie e “direcção imediate” de Frédéric Joliot
Branca Ed- mée Mar- ques	Assistente de Química da Faculdade de Ciências de Lisboa	32	França	Institut du Radium – Laboratório Curie (Paris)	Ciências fi- sicas	Marie Curie (1931/34) e André Debierne (1934/35)

Instituição que confere grau de doutor (data)	Outras actividades desenvolvidas	Tipo de bolsa	Duração da bolsa	Referências consultadas
Universidade de Paris (Dezembro de 1938)	Frequenta seminário de Física no Collège de France; tem dois trabalhos apresentados na Académie des Sciences de Paris e publicados nos <i>Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris</i> (1936; 1938); publica um artigo em colaboração com B. Grinberg no <i>Journal de Physique et le Radium</i> (1935); a convite de Frédéric Joliot, e em nome do Laboratório Curie, apresenta uma comunicação no Congresso Internacional de Física Nuclear (Zurique, 1936); publica a comunicação que apresenta ao Congresso Internacional de Física, Química e Biologia (Paris, 1937) na colecção <i>Actualités Scientifiques et Industrielles</i>	Ind.	8m (1933/34)+ 1ªP: 1m (1934/35) 2ªP: 11m? (1934/35) 3ªP: 12m (1935/36) 4ªP: 1m (1936) 5ªP: 11m (1936/37) 6ªP: 12m (1937/38) T: 56m	JEN, 1935: 36-37, 114; 1938: 86-87, 116; IAC, [s.d.]: 2-3, 30; 1941a: 19-21; 1941b: 17-19; AIC. Cx. 1256, Proc. 9; Cx. 1264, Proc. 20; Cx. 0529, Proc. 7; Cx. 1325, Proc. 3; Cx. 1257, Proc. 7; AIR. LC. MC. Pièces 2095 e 2125; SILVA, 1943
Universidade de Paris (Novembro de 1935)	Assiste a conferências de Física e Química no Institut Henri Poincaré e no Collège de France; é convidada por Marie Curie a proferir uma conferência no Institut du Radium de Paris (1933); tem quatro trabalhos seus apresentados à Académie des Sciences de Paris (dois em 1933 e dois em 1934), sendo dois apresentados por Jean Perrin (1933) e dois por Georges Urbain (1934); estes trabalhos são publicados nos <i>Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris</i> ; publica três artigos no <i>Journal de Chimie Physique</i> (1936)	Ind. Equip. (3ªP: 1933/34)	8m (1931/32)+ 1ªP: 12m (1932/33) 2ªP: 6m (1933/34) 3ªP: 6m (1933/34 - Equip.) 4ªP: 6m (1934/35) 5ªP: 4m (1934/35) 6ªP: 6m? (1934/35) 7ªP: 2m (1934/35) T: 50m	JEN, 1933: 60-61, 113-116; 1934: 41, 69-72; 1935: 36-37, 87-89; 1938: 86-87, 103; AIC. Cx. 0407, Proc. 5; Cx. 1261, Proc. 2; AIR. LC. MC. Pièces 1816, 1819, 1821, 1822, 1911, 1915, 1923, 2056 e 2125; MARQUES, 1954; HELIODORO, 2012; 2013: 73-87; PIGEARD-MICAULT, 2013: 173-178; FERREIRA, 2001: 50-57

Nome	Profissão/ filiação científica	Idade	País(es) de destino	Institui- ção(ões) de destino	Área científi- ca do douto- ramento	Orienta- dor(es)
Fernando Correia Pereira da Silva	Advogado	24	Suíça	Institut Universitaire de Hautes Études Internatio- nales; Uni- versidade de Genebra	Direito	Georges Scelle?
Flávio Fer- reira Pinto Resende	Professor efectivo do Liceu de Faro	26	Alemanha	Pflan- zenphysiolo- gisches Insti- tut (Berlim); Staatsinstitut für Allge- meine Bota- nik (Ham- burgo)	Botânica	Emil Heitz

Instituição que confere grau de doutor (data)	Outras actividades desenvolvidas	Tipo de bolsa	Duração da bolsa	Referências consultadas
Universidade de Genebra (Outubro de 1931)	Profere três conferências no Institut Universitaire de Hautes Études Internationales (1930); publica dois artigos na <i>China Law Review</i> ; publica a obra <i>Commentaire théorique et pratique du Pacte de la Société des Nations et des statuts de l'Union panaméricaine</i> , em colaboração com Jesús María Yepes, na editora francesa A. Pedone (1934); <i>privat-docent</i> da Faculdade de Direito da Universidade de Genebra (1931/35)	Ind.	8m (1929/30)+ 1ªP: 12m (1930/31) 2ªP: 4m (1931/32) 3ªP: 8m (1931/32) 4ªP: 12m (1932/33) 5ªP: 4m (1933/34) T: 48m	JEN, 1930: 69-71; 1932: 58-59, 142-143; 1933: 60-61, 148-149; 1934: 41, 89-90; 1935: 36-37, 115-116; AIC. Cx. 0454, Proc. 4; CH UNIGE AUG 410f226; Programme des cours, 1931/1934, 1934/1937
Universidade de Hamburgo (Fevereiro de 1937)	Assiste a conferências; publica duas investigações na <i>Planta, Archiv für wissenschaftliche Botanik</i> (1936; 1937), sendo esta última a sua dissertação de doutoramento, e um trabalho em colaboração com Emil Heitz no <i>Boletim da Sociedade Broteriana</i> (1936)	Ind.	8m (1933/34)+ 1ªP: 12m (1934/35) 2ªP: 6m (1934/35) 3ªP: 6m (1936) 4ªP: 1m (1936) 5ªP: 11m (1936/37) T: 44m	JEN, 1935: 36-37, 109-110; 1938: 86-87, 112-113; IAC, [s.d.]: 2-3, 26; 1941a: 18, 20-21; AIC. Cx. 1209, Proc. 1; Cx. 1262, Proc. 16; Cx. 1036, Proc. 3; Cx. 0529, Proc. 19; Cx. 1325, Proc. 4; CATARINO, 2001: 78-89; RESENDE, 1962: I-V; QUINTANILHA, 1967-68: V-XII; TAVARES, 1967-68: I-LXIII

Nome	Profissão/ filiação/ científica	Idade	País(es) de destino	Institui- ção(ões) de destino	Área científi- ca do douto- ramento	Orienta- dor(es)
João Avelar Maia de Loureiro	Médico; assistente do Instituto Português de Oncologia; chefe de Laboratório dos Hospi- tais Civis de Lisboa	30	Suíça (1931/32); França (1932/35); Inglaterra (1936); EUA (1936/38)	Laboratório de Química da Univer- sidade de Zurique (1931/32); Laboratório de Biofísica da École des Hautes Études de Paris (1932/35); London School of Hygiene & Tropical Medicine e National Institute of Medical Research (Londres, 1936); Johns Hopkins School of Hygiene and Public Health (Baltimo- re, 1936/38)	Higiene e Saúde Públi- ca – Bioquí- mica	Elmer Verner Mc- Collum

Instituição que confere grau de doutor (data)	Outras actividades desenvolvidas	Tipo de bolsa	Duração da bolsa	Referências consultadas
Universidade Johns Hopkins (1938)	Visita instituições científicas na Alemanha e Holanda (1931/32); publica um trabalho no periódico <i>Klinische Wochenschrift</i> (1932), dois trabalhos em colaboração com René Wurmser nos <i>Comptes Rendus de la Société de Biologie de Paris</i> (1933; 1934) e um outro em colaboração com G. Ettisch no periódico <i>Biochemische Zeitschrift</i> (1933); publica dois artigos no <i>Journal de Chimie Physique</i> , o primeiro em 1934 e o segundo, com a colaboração de P. Graber, em 1936; edita duas obras que integram a colecção <i>Actualités Scientifiques et Industrielles: Problèmes de l'Hygiène Alimentaire</i> (1934) e <i>L'ivresse: physiologie de l'aliment excitant</i> (1935); eleito membro da Honor Society of Hygiene (EUA, 1937)	Ind. Equip. (2ªP: 1932/34; 7ªP: 1936; 8ªP: 1937; 9ªP: 1937/38)	5m (1931/32)+ 1ªP: 5m (1932/33) 2ªP: 12m (1932/34 – Equip.) 3ªP: 4m (1933/34) 4ªP: 6m (1934/35) 5ªP: 11m (1934/35) 6ªP: 6m (1936) 7ªP: 6m (1936 – Equip.) 8ªP: 10m (1937 – Equip.) 9ªP: 11m (1937/38 – Equip.) T: 76m	JEN, 1933: 60-61, 104-106; 1934: 41, 64-65; 1935: 36-37, 82-83; 1938: 86-87, 102-103; IAC, [s.d.]: 2-3, 18; AIC. Cx. 0399, Proc. 1; Cx. 0546, Proc. 22; Cx. 1229, Proc. 2; Cx. 0532, Proc. 3; SC. SL. JHU. J.A.M. de Loureiro, <i>Chemical Analysis of Tissues</i> , Thesis; AMCMA. JHU. SPHH. Student Record 36-37-38, Transcript; Student Photographs and brief Biographical Sketch, 1937-1946, 507941; Catalogue Number 1937-1938; 1938-1939; AMA. JHU. Individual Correspondence, I/2415/1 Loureiro, J. A.; RAC. Collec. RF, RG. 10.2 Fellowship recorder cards, G. 2: RF Fellowship cards – D. 9: MNS, Box: D. 3, Folder: C., Dr. João Avelar Maia de Loureiro

Nome	Profissão/ filiação científica	Idade	País(es) de destino	Institui- ção(ões) de destino	Área científi- ca do douto- ramento	Orienta- dor(es)
João Rodrigues de Almeida Santos	Assistente de Física da Faculdade de Ciências de Coimbra	24	Inglaterra	Laboratório de Física da Universidade de Manchester	Ciências físico-químicas	William Lawrence Bragg?, J. West? e A. J. Bradley?
Joaquim Vieira Botelho da Costa	Engenheiro agrónomo da Estação Agrária Central	22	Inglaterra	Rothamsted Experimental Station; Universidade de Londres	Química agrícola	Robert K. Schofield e B. A. Keen

Instituição que confere grau de doutor (data)	Outras actividades desenvolvidas	Tipo de bolsa	Duração da bolsa	Referências consultadas
Universidade de Manchester (Janeiro de 1935)	Assiste às conferências da Physical Society; publica um artigo em colaboração com J. West no <i>Journal of Scientific Instruments</i> (1933), outro na <i>Nature</i> em colaboração com J. W. Illingworth (1934) e um outro nos <i>Proceedings of the Royal Society of London</i> (1935)	Ind.	8m (1930/31)+ 1ªP: 12m (1931/32) 2ªP: 1m (1932/33) 3ªP: 8m (1932/33) 4ªP: 1m (1933/34) 5ªP: 8m (1933/34) 6ªP: 3m (1933/34) 7ªP: 1m (1934/35) 8ªP: 5m? (1934/35) 9ªP: 1m (1934/35) T: 48m	JEN, 1932: 58-59, 134; 1933: 60-61, 146-148; 1934: 41, 87-89; 1935: 36-37, 110-114; 1938: 86-87, 114-115; AIC. Cx. 0401, Proc. 27; Cx. 1260, Proc. 1
Universidade de Londres (Setembro de 1936)	Assiste a conferências; publica um trabalho com Robert K. Schofield em <i>Transactions of the 3rd International Congress of Soil Science</i> (Oxford, 1935)	Ind.	4m (1933/34)+ 1ªP: 1m (1934/35) 2ªP: 12m (1934/35) 3ªP: 5m (1934/35) 4ªP: 4m (1936) T: 26m	JEN, 1935: 36-37, 62-63; 1938: 86-87, 92-93; IAC, [s.d.]: 2-3, 10-11; AIC. Cx. 1307, Proc. 15; Cx. 1260, Proc. 2; Cx. 0486, Proc. 3

Nome	Profissão/ filiação científica	Idade	País(es) de destino	Institui- ção(ões) de destino	Área científi- ca do douto- ramento	Orienta- dor(es)
Manuel José Nogueira Valadares	Assistente de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa	25	Suíça (1929/30); França (1930/34)	Radium Institut Suis- se (Genebra - 1929/30); Institut du Radium - Laboratório Curie (Paris - 1930/34)	Ciências fi- sicas	Marie Curie (1931/33)
Manuel Teles Antu- nes	Professor no Liceu D. João de Cas- tro (Lisboa)	27	Espanha (1932/36); Alemanha (1936)	Instituto Nacional de Física y Química (Madrid, 1932/36); Universida- de de Gies- sen (1936)	Ciências fi- sicas	Miguel A. Catalán

Instituição que confere grau de doutor (data)	Outras actividades desenvolvidas	Tipo de bolsa	Duração da bolsa	Referências consultadas
Universidade de Paris (Dezembro de 1933)	Assiste a conferências de Física no Institut Henri Poincaré e no Collège de France; publica um trabalho em colaboração com Eugène Wassmer e Michel Patry na <i>Helvetica Physica Acta</i> (1930) e quatro trabalhos nos <i>Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris</i> , em 1931, 1932 e os dois últimos em 1933; destes quatro trabalhos, os dois primeiros foram publicados em colaboração com Salomon Rosenblum; finda a sua bolsa em Paris edita ainda, em 1935, a obra <i>Transmutation des éléments par des particules accélérées artificiellement</i> , a qual integra a colecção <i>Actualités Scientifiques et Industrielles</i>	Ind.	8m (1929/30)+ 1ªP: 12m (1930/31) 2ªP: 12m (1931/32) 3ªP: 9m (1932/33) 4ªP: 6m (1933/34) T: 47m	JEN, 1930: 73-76; 1932: 58-59, 136-137; 1933: 60-61, 160-162; 1934: 41, 91-92; 1935: 36-37, 124-125; AIC. Cx. 1215, Proc. 3; AIR. LC. MC. Pièces 1695, 1747, 1750, 1923, 1929, 2123, 2125, 3360, 3368, 3373, 3378 e 3380; VALADARES, 1943: 1-16; SALGUEIRO; CARVALHO, 2001: 70-77. Observações: AIC. Cx. 0486, Proc. 10, processo de Manuel Valadares que, reportando-se ao seu estágio na Suíça e na França entre 1929 e 1933, não foi consultado pelo autor por não estar localizável no Arquivo Histórico do Instituto Camões
Universidade Central de Madrid (Janeiro de 1936)	Frequenta curso de Espectroscopia na Universidade Central de Madrid; apresenta um trabalho à Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Madrid (1934?); publica três investigações nos <i>Anales de la Sociedad Española de Física y Química</i> , as duas primeiras em 1935 e a terceira em 1936, sendo as duas últimas em colaboração com Miguel A. Catalán; publica dois outros trabalhos com Miguel A. Catalán em 1936, um no <i>Boletín de la Academia de Ciencias de Madrid</i> e o outro no periódico <i>Zeitschrift für Physik</i>	Ind.	6m (1932/33)+ 1ªP: 12m (1933/34) 2ªP: 1m (1934/35) 3ªP: 9m (1934/35) 4ªP: 12m (1935/36) T: 40m	JEN, 1934: 41-43; 1935: 36-37, 41-44; 1938: 86-88; IAC, [s.d.]: 2-5; AIC. Cx. 1363, Proc. 9; Cx. 1262, Proc. 11; Cx. 0532, Proc. 11; FERNÁNDEZ TERÁN, 2014. Observações: a bolsa prolongou-se na Alemanha até 1937, contudo não se registou esta última fase porque o bolseiro realizou o seu doutoramento em 1936 e por se referir ao período do IAC

Observações: nas colunas “Profissão/filiação científica” e “Idade” indica-se a profissão/filiação científica e idade do bolseiro quando lhe é concedida a bolsa. “Tipo de bolsa” inclui as seguintes abreviaturas: 1) bolsa individual: Ind.; 2) equiparado a bolseiro: Equip. “Duração da bolsa” indica o tempo total de bolsa usufruída (representado pela letra “T” e expresso em meses: “m”), o número de prorrogações (representado pela letra “P”) e sua duração, e os anos económicos em que a bolsa (nova) e as prorrogações são concedidas.

NOTAS

- ¹ VARGAS; NORONHA; CATALÃO, 2016.
- ² A título exemplificativo considere-se a ideia defendida por Ana Simões de que “dar a conhecer a história das ciências em Portugal... é contrariar o discurso do atraso científico português...” (NORONHA, 2016: 38).
- ³ AIC. Lv. Actas Assembleia Geral JEN, Auto de posse, 23 Fevereiro 1929, pp. 1-3. Refira-se que Gustavo Cordeiro Ramos foi uma figura incontornável do Estado Novo, destacando-se pela representação do regime na área da educação, com marcada tendência germanófila (ROLLO *et al.*, 2012: 51).
- ⁴ De acordo com Robert Kohler, a prática científica tem sido central para a História da Ciência desde meados dos anos oitenta (KOHLE, 2007: 428-454).
- ⁵ WATSON, 2002; SÁNCHEZ RON, 2010; 2011.
- ⁶ Cf. o dossiê temático “Follow the money: networks, peers and patronage in the History of Science” que a revista *Isis* incluiu no seu número de Junho de 2012 (ANDERSEN; BEK-THOMSEN; KJAERGAARD, 2012: 310-315; EDGERTON, 2012: 316-327; MACLEOD, 2012: 328-339; KJAERGAARD, 2012: 340-355). Cf. também PESTRE, 2003.
- ⁷ VANPAEMEL, 2013: 36.
- ⁸ BERTRAMS, 2007; HALLEUX; XHAYET, 2007; VANPAEMEL, 2013: 33-48.
- ⁹ HALLEUX; XHAYET, 2007.
- ¹⁰ Esta importância do trabalho de HALLEUX; XHAYET, 2007 é reconhecida por VANPAEMEL, 2013: 36.
- ¹¹ Dois casos paradigmáticos são os trabalhos de SÁNCHEZ RON, 1988; MARÍN ECED, 1990.
- ¹² *Revista de Educación*, 2007; PUIG-SAMPER MULERO, 2007; JESÚS SANTESMASES, 2007: 213-230; ABAD, 2007: 7-39. Sobre práticas celebrativas em ciência cf. ABIR-AM; ELLIOTT, 1999.
- ¹³ SUAY MATALLANA, 2014; PEDRAZUELA, 2013: 139-167.
- ¹⁴ A título exemplificativo cf. PUIG-SAMPER MULERO, 2007; *Revista de Indias*, 2007; GARCÍA COLMENARES, 2008: 69-76; LÓPEZ-OCÓN, 2013: 11-32; FERNÁNDEZ SANTARÉN; GARCÍA BARRENO; SÁNCHEZ RON, 2006; MARÍN ECED, 1990; FERNÁNDEZ TERÁN, 2014; CABALLERO GARRIDO; AZCUÉNAGA CAVIA, 2010; OTERO CARVAJAL; LÓPEZ SÁNCHEZ, 2012.
- ¹⁵ SIEGMUND-SCHULTZE, 2001; HANSON, 2000; SCHNEIDER, 2002a: 7-60; LAMBERTI, 2006: 157-192; WEINDLING, 2002: 208-222; PICARD; SCHNEIDER, 2002: 106-124.
- ¹⁶ SIEGMUND-SCHULTZE, 2001; 2009; LAMBERTI, 2006: 157-192; GONZÁLEZ IBÁÑEZ; SANTAMARÍA GARCÍA, 2009.
- ¹⁷ FARLEY, 2004; SCHNEIDER, 2002b; BARONA, 2016; SIEGMUND-SCHULTZE, 2001; 2009; ROLLO *et al.*, 2012: 154-159; GLICK, 2005: 121-145; PICARD; SCHNEIDER, 2002: 106-124; GEMELLI, 2002a: 184-207; WEINDLING, 2002: 208-222; ZALLEN, 2002: 223-238; PALLÓ, 2000: 433-445; TROTT, 2002: 125-158; CUETO, 1994; SHEPHERD, 2005: 113-137; MA, 2002: 159-183.
- ¹⁸ ROLLO *et al.*, 2012; FITAS, 2012: 13-36; ROLLO; QUEIROZ; BRANDÃO, 2011: 105-145; LOPES, 2014: 53-63; 2013: 137-164; 2012: 149-175; NUNES, 2013a: 89-112; GOMES, 2012: 95-114; LOPES; NUNES; FITAS, 2011: 1399-1411; PINA;

- NUNES, 2012: 133-147; CORREIA, 2013b; FITAS, 2008: 89-127; 2013b: 22-51; HELIODORO, 2012; 2013: 73-87; NINHOS, 2016; 2014a: 83-95; 2014b: 191-208; 2013: 147-163.
- ¹⁹ ROLLO *et al.*, 2012; ROLLO; QUEIROZ; BRANDÃO, 2011: 105-145.
- ²⁰ BRANDÃO, 2012. Cf. também AZEVEDO, 2014: 111-124.
- ²¹ SALGUEIRO, 2015.
- ²² NINHOS, 2014a: 83-95; CORREIA, 2013b: 49-63, 85-91.
- ²³ Referimo-nos fundamentalmente aos critérios aplicados na classificação das áreas do conhecimento financiadas (cf. nota de rodapé 85), ao estudo dos bolsiros de acordo com as características das suas bolsas, ou seja, atendendo ao caso português, à sua divisão em bolsiros de longa duração, externos e internos, em congressistas e em investigadores financiados para participar em missões de estudo de curta duração, e à distinção entre bolsas novas e prorrogadas.
- ²⁴ A este propósito cf. GEMELLI, 2002b: 411-422.
- ²⁵ Entre outros trabalhos possíveis de indicar cf. FITAS *et al.*, 2012; 2013; NUNES, 2016: 267-286; 2009: 321-336; GASPAS; GAGO; SIMÕES, 2009: 74-89; GASPAS; SIMÕES, 2011: 303-343; LOPES, 2010; FITAS; RODRIGUES; NUNES, 2008; ROLLO *et al.*, 2012; 2014; SARAIVA, 2009: 35-61; 2010: 457-498; SALGUEIRO *et al.*, 2014; MALAQUIAS *et al.*, 2015; FIOLEAIS; SIMÕES; MARTINS, 2011.
- ²⁶ SHAPIN, 1989: 554-563.
- ²⁷ ALBERTI, 2005: 559-571; BENNETT, 2005: 602-608.
- ²⁸ WALKER; MACGREGOR; HUNTER, 2012; PEREIRA, 2017; 2014: 133-141; PEREIRA; LOPES; NUNES, 2011: 1338-1351.
- ²⁹ EDGERTON, 2012: 316-327. Cf. também ANDERSEN; BEK-THOMSEN; KJAERGAARD, 2012: 310-315; PESTRE, 2003.
- ³⁰ SALGUEIRO, 2015: 83-86. Cf. também CRAWFORD, 1988: 163-201; MACLEOD, 1993: 455-481.
- ³¹ EDGERTON, 2013: 759-776; VANPAEMEL, 2013: 33-48.
- ³² SALGUEIRO, 2015: 81-92. Sobre a participação portuguesa na I Grande Guerra cf. PIRES, 2011; TEIXEIRA, 1998.
- ³³ Sobre as comissões de estudo nomeadas em 1918 para promover a reforma do ensino nacional cf. SALGUEIRO, 2015: 92-100.
- ³⁴ COSTA, 1934: 5.
- ³⁵ Esta derrota militar, ao implicar a perda do seu império colonial na América e na Ásia, originou uma crise económica, social e política em Espanha (SÁNCHEZ RON, [s.d.]; VIÑAO, 2007a: 13; FITAS, 2012: 18-19).
- ³⁶ Estas conferências ocorrem a 19 e 22 de Abril de 1918, a convite da Federação Académica de Lisboa (COSTA, [s.d.]).
- ³⁷ Entre muitos outros exemplos possíveis de assinalar, destacando que a instauração da Ditadura Militar e do Estado Novo representa uma ruptura (política) com a I República, cf. ROSAS, 1994; 1996: 315-319; MEDINA, 1994: 214-216 e, mais recentemente, NOVAIS, 2014: 594-609; FARINHA, 2009: 535-567; REIS, 2009: 569-582. Refira-se, no entanto, que o uso de cronologias políticas para territórios científicos e culturais não é operacional, dado que se trata de uma gramática que nem sempre funciona ou pelo menos que é bastante mais complexa que o simples alinhar de factos e datas de acontecimentos políticos institucionais (NUNES, 2011: 91).
- ³⁸ SALGUEIRO, 2015: 229-230.
- ³⁹ AIC. Lv. Actas Assembleia Geral JEN, Auto de posse, 23 Fevereiro 1929, pp. 1-3. Refira-se que as transcrições são realizadas de acordo com o português anterior ao novo acordo ortográfico.
- ⁴⁰ Estas reflexões de Simões Raposo são publicadas na revista *Seara Nova* em quatro artigos datados de 1925 e 1928 (SALGUEIRO, 2015: 230-233).
- ⁴¹ FITAS, 2012: 24; ROLLO *et al.*, 2012:

- 43-44; SALGUEIRO, 2015: 233-235. Sobre a importância da revista *Seara Nova* no panorama cultural português cf. REIS, 1996: 890-893; FITAS, 2010.
- 42 SALGUEIRO, 2015: 233-235; ROLLO *et al.*, 2012: 43-44.
- 43 FITAS, 2012: 24.
- 44 FITAS, 2012: 24-25.
- 45 FERNANDES, 1983: 634-641; FITAS, 2012: 24-25.
- 46 SÉRGIO, 1957: 334.
- 47 Refira-se que Duarte Pacheco tinha sido juntamente com Simões Raposo dirigente da Federação Académica de Lisboa em 1921, período em que este organismo defendera "...um projecto de criação duma residência de estudantes, ligada a uma Junta Autónoma e inspirada nos mesmos princípios da de Madrid" (COSTA, 1934: 6). Cf. também SALGUEIRO, 2015: 240-243; ROLLO *et al.*, 2012: 49-51; FITAS, 2012: 23-26.
- 48 Quando da criação da JEN, António Sérgio encontrava-se no exílio em Paris como opositor à Ditadura Militar (BAPTISTA, 2001: 77-78). Sobre o Integralismo Lusitano, mais precisamente sobre o seu fundador, António Sardinha, cf. DESVIGNES, 2006.
- 49 Cf. capítulo – Centros de estudo e publicações científicas: a vida pelo subsídio.
- 50 A hipótese de o governo português procurar apaziguar as contestações académicas com a criação da JEN é formulada por FITAS; VIDEIRA, 2004: 34-35. Sobre a Grande Depressão cf. MADDISON, 1981: 63-72).
- 51 Refira-se que os vogais da JEN, assim como os dois secretários, são nomeados pelo governo (JEN, 1931: 18-19).
- 52 JEN, 1931: 19.
- 53 Na primeira sessão da Assembleia Geral da JEN, em 23 de Fevereiro de 1929, os vogais Alexandre de Sousa Pinto, Rodrigo Sarmiento de Beires e Aureliano de Mira Fernandes, este último, na sua ausência, por intermédio de João de Matos Romão, solicitaram a sua substituição por imperativos pessoais, a qual foi aceite. De modo a facilitar a leitura das colunas referentes à filiação científica dos membros da JEN, os seus nomes não são inscritos por ordem alfabética.
- 54 ROLLO *et al.*, 2012: 54-55. Sobre a vida e obra de Gago Coutinho cf. PINTO, 2011; 2013: 950-953; ALEXANDRE, 1999: 458.
- 55 Exceptuando a eclosão da Guerra Civil espanhola, nem Primo de Rivera representa uma ameaça séria para a JAE, registando-se inclusivamente desde os anos vinte um intenso crescimento da sua actividade (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2007: 121).
- 56 Cf. nota de rodapé 48.
- 57 AIC. Lv. Actas Assembleia Geral JEN, Acta 1.^a sessão, 23 Fevereiro 1929, pp. 3-4v.
- 58 Este reconhecimento está presente numa carta dirigida por Marck Athias a António Sérgio em 16 de Julho de 1931 (BAPTISTA, 2001: 83-86).
- 59 JEN, 1930: 14.
- 60 ROLLO *et al.*, 2012: 18. Sobre o projecto político, ideológico e cultural designado por *política do espírito* cf. ROSAS, 1994: 291-295; MELO, 2001.
- 61 Entre inúmeros outros trabalhos possíveis de indicar, a ideia do Portugal Estado-novista, nos anos trinta e quarenta, ser um país de vocação atlântica e colonial é defendida em PEREIRA, 2013; TEIXEIRA, 2010; 2000: 116-122; ROSAS, 1994: 119-147, 283-291, 295-299; OLIVEIRA, 2000; MEDINA, 1994: 155-162.
- 62 Cf. Anexo 1 – Planta da JEN.
- 63 COSTA, 1934: 8-9.
- 64 Cf. Anexo 2 – Contas da gerência da JEN. Cf. também LOPES, 2012: 152-153.
- 65 RAPOSO, 1930: 89.
- 66 Pelo decreto n.º 19 552, de 1 de Abril de 1931, o cargo de 2.º secretário é extinto, sendo o 1.º secretário substituído por um secretário-geral. Após o falecimento de Simões Raposo, em 10 de Maio de 1934, este cargo é ocupado por Leite Pinto, engenheiro geógrafo e ex-bolseiro da

- JEN em Paris (LOPES, 2012: 150-154; JEN, 1932: 25-31). Sobre Francisco de Paula Leite Pinto cf. BRANDÃO, 2012. Refira-se que 10.041.587\$00, em 1933, equivaliam em 2014 a 9.504.060,85€, equivalendo 1.923.879\$00, também em 1933, a 1.820.893,76€ em 2014 (INE. DCN. NEPC).
- ⁶⁷ Sobre as doações de particulares à JAE cf. http://www.edaddeplata.org/tierra-firme_jae/memoriasJAE/index.html, consultado em 01/05/16; LÓPEZ-OCÓN CABRERA, no prelo.
- ⁶⁸ LÓPEZ SÁNCHEZ, 2007: 121. (Itálico no original).
- ⁶⁹ Entre inúmeros outros exemplos possíveis de indicar atente-se à argumentação de que nos primeiros quinze anos da sua existência as verbas destinadas ao IAC não ultrapassavam em muito as que a companhia de bailado do SPN/SNI recebia (Ó, 1996: 482-483) ou, mais recentemente, a ideia da falta de investimento do Estado no plano científico e tecnológico, realidade que perdurou, pelo menos, até ao 25 de Abril de 1974 (ROLLO *et al.*, 2012: 18). No seguimento desta linha de pensamento cf. também CORREIA, 2013a: 49; RUIVO, 1991: 25-48.
- ⁷⁰ Embora a JAE tenha existido entre 1907 e 1939, os dados disponíveis sobre o valor dos seus orçamentos findam em 1933. No referente aos orçamentos da JEN e da JAE refira-se que são contabilizados exclusivamente os recursos financeiros provenientes dos orçamentos dos Estados português e espanhol, não sendo, por isso, contabilizadas as doações de privados à JAE.
- ⁷¹ Para uma cronologia política da Segunda República espanhola cf. TOWNSON, 2002.
- ⁷² Carta de Francisco Gentil para Marck Athias datada de 13 de Junho de 1931 (BAPTISTA, 2001: 86-88). (Sublinhado no original). Sobre Francisco Gentil cf. COSTA, 2012: 217-406. Relativamente às contestações e revoltas republicanas contra a Ditadura Militar e o Estado Novo cf. FARINHA, 1998.
- ⁷³ JEN, 1931: 26.
- ⁷⁴ JEN, 1931: 26; AIC. Lv. Actas Assembleia Geral JEN, Acta 1.ª sessão, 23 Fevereiro 1929, pp. 3-4v. Sobre Santiago Ramón y Cajal cf. FERNÁNDEZ SANTARÉN; GARCÍA BARRENO; SÁNCHEZ RON, 2006.
- ⁷⁵ COSTA, 1930: 9-12.
- ⁷⁶ Além de Cajal, sobressaem naquele grupo os intelectuais e cientistas ligados à Institución Libre de Enseñanza, como Francisco Giner de los Ríos e Manuel Bartolomé Cossío, e políticos liberais como Segismundo Moret e Amalio Gimeno (LÓPEZ-OCÓN CABRERA, 2007: 67-89). Sobre o papel da Institución Libre de Enseñanza nas reformas e inovações educativas em Espanha cf. VIÑAO, 2007b: 21-44.
- ⁷⁷ De modo a tornar comparáveis os dados com os registados no Gráfico 3 – que inclui nas rubricas “Bolsas no estrangeiro” e “Bolsas em Espanha” bolsas individuais e colectivas (novas e renovadas), delegações em congressos internacionais e delegações para missões especiais –, as rubricas “Bolsas no estrangeiro” e “Bolsas em Portugal” incluem: bolsas de estudo de longa duração, incluindo as de educação artística (novas e renovadas), delegações em congressos internacionais e missões de estudo de curta duração (individuais e colectivas), excluindo-se o registo dos leitores e dos equiparados a bolseiro. Em 1936 registam-se as concessões de bolsas somente até 10 de Abril, quando a Junta é extinta.
- ⁷⁸ Atenda-se ao facto de o ano económico de 1934/35, contrariamente aos restantes que têm dois semestres, conter três semestres, perdurando entre Julho de 1934 e Dezembro de 1935, o que também contribui para o elevado número de bolsas concedidas pela JEN. Sobre o aumento dos apoios externos concedidos na Segunda República espanhola cf. JANUÉ I

- MIRET, 2014: 109-113; MARÍN ECED, 1990: 131-135.
- ⁷⁹ Sobre a evolução dos bolsseiros externos da JAE durante a I Grande Guerra cf. JANUÉ I MIRET, 2014: 109. Relativamente à continuidade do funcionamento da JAE entre Julho de 1936 e Março de 1939, temática pouco abordada na historiografia espanhola, cf. CALANDRE HOENIGSFELD, 2008: 7-16.
- ⁸⁰ Em 1936 registam-se as solicitações e concessões de bolsas novas e de renovações somente até 10 de Abril. As prorrogações solicitadas e concedidas, quando ocorrem no final do ano económico mas se reportam para o ano económico seguinte são registadas neste último, o que explica o registo de apenas sete pedidos de renovação de bolsa e uma renovação no ano económico de 1929/30. Em 1932/33 e 1933/34 o número de prorrogações concedidas é superior ao número de renovações solicitadas porque, por vezes, um pedido de renovação para um determinado período de tempo é concedido em duas ou mais renovações por períodos mais reduzidos, não solicitando o requerente nova prorrogação nesse intervalo de tempo.
- ⁸¹ COSTA, 1934: 19.
- ⁸² Cf. subcapítulo – “...se não fosse o facto de estarem aqui [Paris] o Valadares e o Maia ... há onze dias que não comia!”
- ⁸³ Nas colunas “Bolsseiros”, “Bolsseiros com renovações” e “Bolsseiros com duas ou mais renovações” registam-se os bolsseiros de longa duração que tiveram bolsa ou a sua renovação até 10 de Abril de 1936. A coluna “Bolsseiros que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras” inclui os bolsseiros que iniciaram o doutoramento com o financiamento da JEN mas que o podem ter terminado até 1938 como bolsseiros do IAC.
- ⁸⁴ Cf. ROLLO *et al.*, 2012: 18, que comparam o número de bolsseiros no estrangeiro com o número de bolsas no país entre 1929 e 1950. Análises mais detalhadas, mas sujeitas à actualização agora apresentada, registam-se em FITAS, 2013a: 60-64; LOPES, 2017a: 71-85.
- ⁸⁵ Na inexistência de uma classificação comumente aceite e não sujeita a distorções, recorreremos às áreas de conhecimento usadas pela JEN, aplicando um critério já usado por FITAS, 2013a: 60-64.
- ⁸⁶ Cf. LOPES, 2017a: 71-85; FITAS, 2013a: 60-64.
- ⁸⁷ Na vasta bibliografia sobre a actividade da JAE este assunto não constitui objecto específico de análise, estando circunscrito a meras referências que denotam a existência deste tipo de bolsseiros. Algumas dessas alusões encontram-se em GONZÁLEZ REDONDO, [s.d.]: 675-686; FERNÁNDEZ TERÁN, 2014.
- ⁸⁸ FITAS, 2013a: 62-63.
- ⁸⁹ Em 1936 registam-se as concessões de bolsas novas e de renovações somente até 10 de Abril. O total (443) excede as atrás referenciadas trezentas e cinquenta e três bolsas novas e prorrogações porque, por vezes, uma bolsa era usufruída em mais do que um país, sendo essa contabilização efectuada no presente Quadro.
- ⁹⁰ Tese defendida em NINHOS, 2014a: 94.
- ⁹¹ Nas suas *Memórias*, Cabral de Moncada refere ter aderido de modo sincero ao Nacional-Sindicalismo nos anos de 1932/33 (MONCADA, 1992: 183). O movimento Nacional-Sindicalista foi estudado por PINTO, 1994.
- ⁹² COSTA, 1939; 1930: 9-12. Sobre o modelo de Universidade alemã cf. BEN-DAVID; ZLOCZOWER, 1962: 45-84. Em Novembro de 1936, na Academia de Ciências, Celestino da Costa opõe-se publicamente à expulsão dos judeus da Alemanha nazi (DAVID-FERREIRA, 1985: 384-386).
- ⁹³ Conferência realizada na Sociedade de Geografia, por iniciativa da Sociedade de Estudos Pedagógicos, em 27 de Abril de 1934 (COSTA, 1934: 11-12).
- ⁹⁴ Um caso excepcional em que a proposta inicial é alterada, e não por motivos

políticos, regista-se no subcapítulo – Entre convicções pessoais e imperativos de especialização científica: o caso dos leitores.

⁹⁵ LÓPEZ-OCÓN CABRERA, 2007: 75, 80.

⁹⁶ A comparação em causa consiste numa análise de *grandes tendências* porque não é possível neste momento comparar proporcionalmente as duas Juntas, pela inexistência de um estudo que trace o perfil de todos os bolseiros da JAE, articulando-o com as matérias financiadas e os países frequentados, e pela incomparabilidade dos dados disponíveis, nomeadamente porque a historiografia espanhola trata como um grupo homogéneo os bolseiros das diversas modalidades de bolsas atribuídas pela JAE.

⁹⁷ Referimo-nos a Manuel de Paiva Boléo, José Guimarães, Armando de Lacerda e Luís Silveira (AIC. Cx. 1614, Proc. 5; Cx. 1337, Proc. 3; JEN, 1930: 50-51; 1938: 86-87, 119; MOLDENHAUER, 1959).

⁹⁸ Cf. subcapítulo – Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra: o (re)posicionamento de Portugal na geografia científica mundial.

⁹⁹ JANUÉ I MIRET, 2014: 102-104; SÁNCHEZ RON, 2007a: 63-86.

¹⁰⁰ SÁNCHEZ RON, 2007a: 63-86; DÍEZ DE REVENGA, 2007; ZAMORA VICENTE, 2001: 19-27.

¹⁰¹ LÓPEZ SÁNCHEZ, 2003: 251.

¹⁰² Refira-se que já antes da criação da JEN, entre finais do século XIX e inícios do século XX, a revista *A Medicina Contemporânea* destaca a importância dos laboratórios e hospitais portugueses funcionarem de acordo com uma gramática de progresso científico sobretudo influenciada pelos modelos francês e alemão (NUNES, 2011: 85).

¹⁰³ COSTA, 1985a: 399-400.

¹⁰⁴ AIC. Cx. 1256, Procs. 24 e 25; LEGRAS, 2011: 304-306; MORATO, 1985: 363.

¹⁰⁵ COURRIER, 1962: 590-624; COSTA, 1985a: 399; JEN, 1930: 61-62, 66-67.

¹⁰⁶ “Outros” inclui bolsas de estudo em

Farmacologia das glândulas endócrinas, Medicina experimental, Puericultura e consultas pré-natais, Química das vitaminas, Dietética experimental e Saúde Pública. Em 1936 registam-se as concessões de bolsas novas e de renovações somente até 10 de Abril.

¹⁰⁷ Desconhecemos se os valores respeitantes à JAE incluem as bolsas novas e renovadas ou somente as novas. Por outro lado, são contabilizadas todas as modalidades de bolsas concedidas pela JAE, exceptuando a condição de equiparado a bolseiro (BARATAS DÍAZ; FERNÁNDEZ PÉREZ, 1993: 247-263). Sobre as investigações de bolseiros da JAE, na Alemanha, em *Anatomia Patológica do sistema nervoso, Neurologia e Psiquiatria* cf. LÓPEZ SÁNCHEZ, 2012: 805-825; GONZALEZ CAJAL, 1988: 675-695.

¹⁰⁸ BEN-DAVID; ZLOCZOWER, 1962: 47.

¹⁰⁹ Cf. MARÍN ECED, 1990: 172, que efectua uma contagem por países, cruzando os dados. Já o Arquivo da JAE não distingue entre bolsas e bolseiros. Assim, JANUÉ I MIRET, 2014: 102 menciona setecentos e vinte e quatro bolseiros da JAE em *Pedagogia*, o que é disponibilizado nas “Pensiones y Ayudas” (cf. AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, consultado em 17/12/14). Independentemente da divergência numérica, ambos os autores contabilizam as diversas modalidades de bolsas atribuídas pela JAE.

¹¹⁰ OTERO URTAZA, 2007: 45-66; POZO ANDRÉS, 2007: 143-166. Sobre Decroly cf. WAGNON, 2013.

¹¹¹ Cf. subcapítulo – Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa: uma escola de investigação resultante da actividade da JEN/IAC.

¹¹² KABZINSKA, 1989: 107. Cf. também Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).

¹¹³ Título *apud* LAINS, 2003.

¹¹⁴ MARÍN ECED, 1990: 3-4.

- ¹¹⁵ JEN, 1931: 117; MARÍN ECED, 1990: 4.
- ¹¹⁶ MARÍN ECED, 1990: 4-5.
- ¹¹⁷ JEN, 1931: 117-118.
- ¹¹⁸ BRANDÃO, 2012: 132.
- ¹¹⁹ Sobre Rui Mayer, que substituiu Aureliano de Mira Fernandes como vogal da JEN em 13 de Abril de 1929, cf. http://memoria.ul.pt/index.php/Mayer,_Rui_Ferro, consultado em 02/12/16.
- ¹²⁰ COSTA, 1930: 13-17; 1939: 13-14.
- ¹²¹ FITAS, 2013a: 58.
- ¹²² HALLEUX; XHAYET, 2007: 11-15; WULLUS-RUDIGER, 1948.
- ¹²³ COSTA, 1930: 15-16.
- ¹²⁴ Refira-se que 225.250\$00, concedidos entre 1929 e 1936, equivaliam em 2014 a 216.720,17€, correspondendo 66.250\$00, no mesmo período, a 62.769,94€ em 2014 (AIC. Processos referentes aos laboratórios de Física e Química do IST e das faculdades de Ciências de Lisboa e Coimbra; INE. DCN. NEPC).
- ¹²⁵ Cf. subcapítulo – Fernando Correia Pereira da Silva, a JEN e a Sociedade das Nações: ciência e diplomacia nos anos trinta.
- ¹²⁶ AIC. Cx. 1337, Proc. 3; JEN, 1930: 50-51, 59; 1932: 58-59, 107-109; IAC, [s.d.]: 2-3, 17.
- ¹²⁷ Cf. subcapítulo – Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra: o (re)posicionamento de Portugal na geografia científica mundial.
- ¹²⁸ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 14.^a sessão, 6 Março 1930, pp. 18v-19v.
- ¹²⁹ COSTA, 1934: 14-15.
- ¹³⁰ Cf. capítulo – Bolsas de estudo em Portugal: a importação do modelo belga e capítulo – Centros de estudo e publicações científicas: a vida pelo subsídio.
- ¹³¹ Das palavras proferidas por Celestino da Costa na aludida conferência na Sociedade de Geografia depreende-se que um candidato que deseje estudar uma temática nova em Portugal só poderá obter bolsa se a Junta acreditar haver capacidade de lhe criar instalações de acolhimento (COSTA, 1934: 15-16. Cf. também capítulo – Centros de estudo e publicações científicas: a vida pelo subsídio).
- ¹³² Cf. Quadro 4 – N.º de bolsiros externos de longa duração e características das suas bolsas (JEN – 1929/36).
- ¹³³ JEN, 1931: 15-16.
- ¹³⁴ Cf. subcapítulo – O Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica: uma escola de ensaio pedagógico criada com o patrocínio da JEN. Sobre o Instituto-Escola de Madrid cf. MARÍN ECED, 1990; VIÑAO, 2007b: 21-44; MAINER; MATEOS, 2007: 191-214; BERNAL MARTÍNEZ; LÓPEZ MARTÍNEZ, 2007: 215-239; ONTANÓN, 2007.
- ¹³⁵ JEN, 1931: 12.
- ¹³⁶ VANPAEMEL, 2013: 34; cf. também BERTRAMS, 2007.
- ¹³⁷ Se o relatório de Rui Mayer foi publicado logo em 1930 desconhece-se se Alfredo Bensaúde produziu semelhante documento (MAYER, 1930: 99-109). Sobre Alfredo Bensaúde cf. ROLLO, 2013a: 422.
- ¹³⁸ JEN, 1931: 13.
- ¹³⁹ BRANDÃO, 2012: 5-6, 33, 38, 71.
- ¹⁴⁰ Cf. subcapítulo – O ISA, a JEN e o Ministério da Agricultura ou o financiamento da ciência que suporta a política agrária Estado-novista. Cf. também NUNES, 2013a: 89-112; NINHOS, 2014a: 83-95.
- ¹⁴¹ Cf. nota de rodapé 129.
- ¹⁴² Outras informações que os requerentes devem declarar são a profissão, idade, estado civil, naturalidade e residência (JEN, 1931: 36-38).
- ¹⁴³ A título exemplificativo veja-se o processo de Maria Constança de Freitas (AIC. Cx. 0740, Proc. 5).
- ¹⁴⁴ SALAZAR, 2006: 118-127. A importância de Francisco Gentil na luta anticancerosa em Portugal está retratada em COSTA, 2012: 217-406. Sobre a vida e obra de Aquilino Ribeiro cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/aquilino-ribeiro-39117.html>, consultado em

30/01/15. Relativamente a Abel Salazar cf. CUNHA, 1997a; <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/abel-salazar.html>, consultado em 18/02/15.

- ¹⁴⁵ Refira-se que em 1907 Abel Salazar tinha fundado, juntamente com Celestino da Costa e Marck Athias, a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais e, em 1920, os *Archives Portugaises des Sciences Biologiques* (SALAZAR, 2006: 118-121; AIC. Cx. 1256, Proc. 19).
- ¹⁴⁶ AIC. Cx. 0398, Proc. 11; Cx. 1260, Proc. 18; Cx. 1364, Proc. 8.
- ¹⁴⁷ AIC. Cx. 0398, Proc. 11.
- ¹⁴⁸ Ofício de 10 de Setembro de 1931 (AIC. Cx. 0398, Proc. 11, Doc. 10). (Maiúsculas no original).
- ¹⁴⁹ Este episódio, que culminou na suspensão das bolsas internas por ordem do ministro da Instrução Pública, foi estudado por ROLLO *et al.*, 2012: 97-110; FITAS, 2013a: 64-70. Cf. também subcapítulo – Entre bolsas concedidas, suspensas e as purgas académicas de 1935: a Universidade no despoletar dos processos?
- ¹⁵⁰ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 44.^a sessão, 19 Outubro 1931, pp. 82v-85v.
- ¹⁵¹ Sobre a questão da autonomia da Junta cf. ROLLO *et al.*, 2012: 106-107.
- ¹⁵² Cf. nota de rodapé 129.
- ¹⁵³ A Lei n.º 1 901, de 21 de Maio de 1935, visou a ilegalização e dissolução das sociedades secretas em Portugal (CASTRO BRANDÃO, 2008: 32; MOREIRA, 1995: 180-182; AIC. Cx. 0457, Proc. 11).
- ¹⁵⁴ O Decreto-lei n.º 25 317, de 13 de Maio de 1935, manda aposentar, reformar ou demitir os funcionários que se opõem aos princípios constitucionais, obrigando, nos concursos públicos, a dar conhecimento ao respectivo ministro dos nomes dos candidatos (MOREIRA, 1995: 180-182; AIC. Cx. 1316, Proc. 16). Sobre as informações da polícia política na admissão de funcionários nos serviços públicos cf. PIMENTEL, 2007.
- ¹⁵⁵ *Diário do Governo*, n.º 3, 5 de Janeiro de 1911. Duas interpretações com tónicas distintas da I República encontram-se em VALENTE, 1992: 7-63; ROSAS; ROLLO, 2009.
- ¹⁵⁶ DAVID-FERREIRA, 1985: 384. Sobre o contributo dos jesuítas para o progresso científico cf. FEINGOLD, 2003; HELLYER, 2005; CAROLINO; CAME- NIETZKI, 2005; ROMEIRAS, 2012: 100-109; 2015; RICO; FRANCO, 2003.
- ¹⁵⁷ *Diário do Governo*, n.º 68, 24 de Março de 1911; BOLOTO; MARTINS, 2011: 1390-1394.
- ¹⁵⁸ Ideia evocada no seu projecto autobiográfico *História de uma Experiência* (COSTA, 1985a: 392-394).
- ¹⁵⁹ ROLLO *et al.*, 2012: 97-110; FITAS, 2013a: 64-70. Cf. também subcapítulo – Entre bolsas concedidas, suspensas e as purgas académicas de 1935: a Universidade no despoletar dos processos?
- ¹⁶⁰ Decreto-lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936. Sobre o saneamento preventivo da função pública no Estado Novo cf. ROSAS, 1994: 275-278. Refira-se que pela lei n.º 1 941 de 11 de Abril de 1936 é criada a Junta Nacional de Educação, cuja 7.^a secção constitui o IAC, que substitui a JEN (LOPES, 2012: 151).
- ¹⁶¹ JEN, 1931: 36-38; AIC. Cx. 0538, Proc. 19; Cx. 1265, Proc. 17; Cx. 1327, Proc. 17.
- ¹⁶² LÓPEZ-OCÓN CABRERA, 2007: 68-71.
- ¹⁶³ Cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38). Sobre a aquisição do saber como elemento legitimador do poder cf. SANTOS, 1985.
- ¹⁶⁴ A capacidade dos periódicos científicos alemães em atrair contribuições de destacados investigadores germânicos e de outras nacionalidades, diminuindo o número destes últimos nos finais dos anos trinta, é analisada por RICHARDS, 1994. Cf. também NUNES, 2004: 797-804.
- ¹⁶⁵ Neste Quadro analisa-se o intervalo temporal entre 1929 e 1938 porque alguns dos bolseiros que iniciam o doutoramento

- com o financiamento da JEN apenas o terminam, como bolsеiros do IAC, em 1937 ou 1938.
- ¹⁶⁶ Cf. Anexo 3 – Bolsеiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38). Sobre a vida e obra de Charles Dufraisse, Miguel A. Catalán e Emil Heitz cf., respectivamente, CHAUDRON, 1969: 77-81; FERNÁNDEZ TERÁN, 2014; PASSARGE, 1979: 106-115.
- ¹⁶⁷ Cf. Anexo 3 – Bolsеiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38); GASPAS, 2008: 22-24. A importância das investigações desenvolvidas por W. J. Dowson, René Wurmser e G. Ettisch é analisada, respectivamente, por AINSWORTH, 1981; MORANGE, 2002; JAMES *et al.*, 2011. Sobre a vida e obra de Salomon Rosenblum cf. VALADARES, 1960: 189-198.
- ¹⁶⁸ Tendo defendido a tese em Outubro de 1931, Fernando Pereira da Silva publica o primeiro volume da obra mencionada em 1934 (cf. subcapítulo – Fernando Correia Pereira da Silva, a JEN e a Sociedade das Nações: ciência e diplomacia nos anos trinta).
- ¹⁶⁹ Cf. Anexo 3 – Bolsеiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).
- ¹⁷⁰ Entre os inúmeros trabalhos biográficos sobre A. Einstein, M. Curie e N. Bohr, já todos laureados com o prémio Nobel aquando da sua participação na colecção em causa, cf. respectivamente ISAACSON, 2007; CURIE, 1944; MOORE, 1985.
- ¹⁷¹ Cf. Anexo 3 – Bolsеiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).
- ¹⁷² Cf. Anexo 3 – Bolsеiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).
- ¹⁷³ Cf. Anexo 3 – Bolsеiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38); cf. também subcapítulo – Fernando Correia Pereira da Silva, a JEN e a Sociedade das Nações: ciência e diplomacia nos anos trinta.
- ¹⁷⁴ AIC. Cx. 1614, Proc. 5; Cx. 0487, Proc. 19; Cx. 0488, Proc. 5; <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/pboleo.html>, consultado em 04/03/15.
- ¹⁷⁵ Se nenhum dos catorze bolsеiros em Pedagogia publica trabalhos no estrangeiro, somente Áurea Judite Amaral profere uma conferência no Institut Jean-Jacques Rousseau (AIC. Cx. 0492, Proc. 9).
- ¹⁷⁶ A este propósito cf. NÓVOA, 2003; FERNANDES, 2007: 217-245. Sobre o relativamente baixo nível de instrução dos bolsеiros da JAE em Pedagogia cf. COMAS RUBÍ, 2007: 97-104; MORENO MARTÍNEZ, 2007: 173-177; MARÍN ECED, 1990: XXXV-XXXVI, 64-65, 138-148, 230-232.
- ¹⁷⁷ AIC. Cx. 0451, Proc. 10; Cx. 1256, Proc. 2. Um catálogo das publicações da editora Springer-Verlag entre 1842 e 1945 pode ser consultado em KAISER; BUCHGE, 1992.
- ¹⁷⁸ AIC. Cx. 0453, Proc. 11; KABZINSKA, 1989: 104. Sobre o médico e biólogo francês Claudius Regaud cf. REGAUD, 1982. A actividade desenvolvida pelo IPO, grandemente influenciada pela escola de cancerologia francesa representada por Claudius Regaud, está analisada em COSTA, 2012: 217-406.
- ¹⁷⁹ AIC. Cx. 0491, Proc. 16; JEN, 1932: 58-59, 146; 1933: 60-61, 152-155. Sobre o Laboratório de Antropologia da École des Hautes Études, e o seu director Georges Papillault, cf. FEREMBACH, 1980: 307-318. A mesma autora publica uma nota biográfica de Raoul Anthony em FEREMBACH, 1997: 78-79. Sobre o Laboratório de modelação e moldagens do Instituto de Anatomia do Porto cf. subcapítulo – O Laboratório de modelação e

- moldagens do Instituto de Anatomia do Porto: investigação e ensino no horizonte da Junta.
- ¹⁸⁰ AIC. Cx. 0454, Proc. 11; Cx. 0503, Proc. 5; OLIVEIRA, 1969: 1246. Cf. também subcapítulo – A presença portuguesa nos congressos científicos internacionais: uma participação activa, mas sujeita à crueza dos números.
- ¹⁸¹ FERREIRA, 1932: 214-223; AIC. Cx. 0531, Proc. 13.
- ¹⁸² AIC. Cx. 1363, Proc. 10. Sobre o físico britânico George P. Thomson, galardoado com o prémio Nobel da Física em 1937, cf. <http://rsbm.royalsocietypublishing.org/content/23/529>, consultado em 31/05/15.
- ¹⁸³ Cf. subcapítulo – Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa: uma escola de investigação resultante da actividade da JEN/IAC; FERNÁNDEZ TERÁN, 2014: 800-801.
- ¹⁸⁴ AIC. Cx. 0458, Proc. 3; EXELL; MENDONÇA, 1937; VARANDA, 2007. Sobre a colaboração entre Francisco Mendonça e A. W. Exell, a propósito do projecto *Flora Zambesiaca*, cf. ARBGK. QE. 167, *Flora of South Central Africa*, “*Flora of Zambesiaca*”, minutes etc. of meetings, 1954-64; QE. 167A, *Flora of South Central Africa*, “*Flora Zambesiaca*”, minutes of meetings, etc., 1965-71. Cf. também DESMOND, 2007; ALBUQUERQUE, 2013.
- ¹⁸⁵ AIC. Cx. 0492, Proc. 2; Cx. 0486, Proc. 11; SALDANHA, 2014.
- ¹⁸⁶ SCHUMACHER; HALL, 1933: 719-734. Cf. também GARCÍA PEREDA; MATOS, 2013: 160-174; AIC. Cx. 0453, Proc. 6; AISA. Proc. Francisco dos Santos Hall, n.º 170.
- ¹⁸⁷ A título exemplificativo cf. RACHID CASNATI *et al.*, 2014: 47-60.
- ¹⁸⁸ A bibliografia portuguesa e internacional foi definida em função do local de edição.
- ¹⁸⁹ RUPSYS; PETRAUSKAS, 2010: 2369-2378; BERHE, 2009: 12-28; OUNEKHAM, 2009.
- ¹⁹⁰ A este propósito cf. BARRIOS; LÓPEZ; NIETO, 2014: 137-149; RACHID CASNATI *et al.*, 2014: 47-60; BINOTI; BINOTI; LEITE, 2014: 58-67; FONWEBAN; GARDINER; AUTY, 2012: 237-253; FERREIRA *et al.*, 2011; SILVA *et al.*, 2009: 1133-1139; SOARES; LEITE; GÖRGENS, 2005: 711-718.
- ¹⁹¹ A importância do nacionalismo enquanto movimento ideológico com objectivos políticos, associados à construção e preservação da autonomia, unidade e identidade em nome de uma população que alguns dos seus membros consideram constituir uma nação real ou potencial, encontra-se em SMITH, 1997: 94-152. Cf. também HOBBSAWM, 2004.
- ¹⁹² ROSAS, 1994; MEDINA, 1995: 11-142.
- ¹⁹³ AIC. Cx. 1339, Proc. 7; Cx. 1210, Proc. 6; NARQ. IST. AP, ADS, 1, 11. Sobre o estágio de António da Silveira em Paris cf. também o subcapítulo – O microfotómetro do IST: “uma maravilha de construção mecânica e óptica” adquirida para *todos*, mas usufruída só por alguns...; GASPAS, 2008: 31, 70-71; SILVEIRA, 1976: 13-37. Uma nota biográfica sobre Edmond Bauer encontra-se em TATON, 1965: 114-116.
- ¹⁹⁴ Cf. subcapítulo – Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra: o (re)posicionamento de Portugal na geografia científica mundial.
- ¹⁹⁵ Ofício de Leite Pinto para Simões Raposo de 2 de Outubro de 1931 (AIC. Cx. 1227, Proc. 6, Doc. 11).
- ¹⁹⁶ Sobre Getúlio Vargas cf. FAUSTO, 2006. A transcrição é retirada do ofício que Leite Pinto dirige a Simões Raposo em 2 de Outubro de 1931 (AIC. Cx. 1227, Proc. 6, Doc. 11). (Sublinhado no original).
- ¹⁹⁷ Entre os inúmeros casos que se poderiam apresentar atenda-se, a título exemplificativo, a HANSON, 2000; LAMBERTI, 2006: 157-192; WEINDLING, 2002: 208-222.
- ¹⁹⁸ SIEGMUND-SCHULTZE, 2001: 8, 11, 17-20.

- ¹⁹⁹ AIC. Cx. 1326, Proc. 14; Cx. 0538, Proc. 19; Cx. 1327, Proc. 17. Cf. também SALGUEIRO, 2015: 257-259. Sobre Daniel O'Brien cf. PICARD; SCHNEIDER, 2002: 116.
- ²⁰⁰ Tese defendida em ROLLO *et al.*, 2012: 136, 154-159.
- ²⁰¹ A coluna “Duração da bolsa” indica o tempo total de bolsa usufruída em meses. A coluna “Idade do bolsheiro” indica a sua idade quando lhe é concedida a (1.ª) bolsa da Rockefeller Foundation. Em 1934, Celestino da Costa também usufruiu de uma bolsa de estudo da Rockefeller Foundation, no entanto, os dados disponíveis não nos indicam ter sido concedida em colaboração com a JEN, pelo que não a incluímos no presente Quadro (RAC. Collec. RF, RG. 10.2 Fellowship recorder cards, G. 2: RF Fellowship cards – D. 9: MNS, Box: D. 3, Folder: C., Prof. A. P. Celestino da Costa).
- ²⁰² A referência para a análise comparativa que se segue é o trabalho de SIEGMUND-SCHULTZE, 2001; cf. também LAMBERTI, 2006: 157-192; SCHNEIDER, 2002a: 7-60.
- ²⁰³ SIEGMUND-SCHULTZE, 2001: 79-81.
- ²⁰⁴ SIEGMUND-SCHULTZE, 2001: 79-81; cf. também SCHNEIDER, 2002a: 46.
- ²⁰⁵ A este propósito veja-se o processo de José Afonso Dias Guimarães (AIC. Cx. 1317, Proc. 15).
- ²⁰⁶ Embora a Rockefeller Foundation solicite a colaboração da Junta, devem ser as instituições a que os candidatos estão filiados a propor directamente a sua candidatura. Apesar disso, há casos, como o de José Afonso Dias Guimarães, cujo pedido é submetido por intermédio da JEN (AIC. Cx. 1317, Proc. 15; Cx. 1326, Proc. 14).
- ²⁰⁷ Cf. capítulo – A JEN na produção do único prémio Nobel português da Ciência.
- ²⁰⁸ AIC. Cx. 1326, Proc. 14; SIEGMUND-SCHULTZE, 2001: 18, 24, 55-56, 133, 182-184, 192-194, 219.
- ²⁰⁹ A média da taxa de câmbio de 1932 foi de: 1 libra esterlina = 110\$033, sendo em 1933 de: 1 libra esterlina = 108\$946, consultado em 21/05/15. A bolsa da Rockefeller Foundation foi de 200 dólares por mês, o que, a uma média da taxa de câmbio para 1933 de 1 dólar = 26\$601, perfaz 5.320\$20.
- ²¹⁰ 2.400\$00 em 1932 equivaliam a 2.369,21€ em 2014, equivalendo 5.320\$20 em 1933 a 5.035,41€ em 2014 (INE. DCN. NEPC).
- ²¹¹ Refira-se que a Rockefeller Foundation concedia aos bolsheiros solteiros uma bolsa mensal de 150 dólares (SIEGMUND-SCHULTZE, 2001: 120).
- ²¹² SIEGMUND-SCHULTZE, 2001: 120.
- ²¹³ AIC. Cx. 1317, Proc. 15, Doc. 1.
- ²¹⁴ COSTA, 2012; cf. também capítulo – A JEN na produção do único prémio Nobel português da Ciência.
- ²¹⁵ LAMBERTI, 2006: 161-163; SIEGMUND-SCHULTZE, 2001: 67, 79-81.
- ²¹⁶ Cf. capítulo – A JEN na produção do único prémio Nobel português da Ciência.
- ²¹⁷ AIC. Cx. 0453, Proc. 11, Doc. 55.
- ²¹⁸ AIC. Cx. 0492, Proc. 14; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 45.ª sessão, 26 Outubro 1931, pp. 85v-87v; Acta 51.ª sessão, 16 Maio 1932, pp. 95-98v.
- ²¹⁹ DREYFUS, 1996: 365-439.
- ²²⁰ AIC. Cx. 1323, Proc. 8; Cx. 0530, Proc. 2.
- ²²¹ Cf. nota de rodapé 94.
- ²²² AIC. Cx. 0400, Proc. 15; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 51.ª sessão, 16 Maio 1932, pp. 95-98v.
- ²²³ Carta de 17 de Novembro de 1929 (AIC. Cx. 1338, Proc. 4, Doc. 6).
- ²²⁴ Cf. nota de rodapé 142.
- ²²⁵ SÁNCHEZ RON, 2007a: 78.
- ²²⁶ Informação retirada de uma carta que Paiva Boléo endereça a Simões Raposo em 15 de Março de 1931 (AIC. Cx. 1614, Proc. 5).
- ²²⁷ Os valores apresentados respeitam a todas as bolsas de estudo de longa duração concedidas pela JEN, entre 1929 e Abril

de 1936, em França e na Alemanha.

- ²²⁸ AIC. Cx. 1261, Proc. 2, Doc. 1.
- ²²⁹ Cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).
- ²³⁰ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Doc. 40. Cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).
- ²³¹ AIC. Cx. 0407, Proc. 5; Cx. 1261, Proc. 2, Doc. 81. Cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).
- ²³² Carta de Aniceto Monteiro remetida de Paris a 9 de Novembro de 1935 (AFCT. Proc. 1429, Doc. 49. Cf. também FITAS, 2008: 89-127). (Sublinhado no original).
- ²³³ Ofício de 15 de Novembro de 1935 (AFCT. Proc. 1429, Doc. 50). (Sublinhado nosso).
- ²³⁴ A bolsa refere que as despesas são suas e de sua mãe, que por não possuir recursos próprios vive sempre a seu cargo. Refira-se, no entanto, que os encargos familiares dos bolseiros são atendidos pela JEN na definição do montante a atribuir nas bolsas externas. O valor total das bolsas da JEN no período em causa (11.223 francos) foi recebido por Branca Marques, como bolsa global, em Julho de 1934, o que resultou de um acordo com a Junta por ter sido equiparada a bolseiro nesse intervalo de tempo. De acordo com as suas indicações, o câmbio médio foi de 1 franco francês = 1\$39, o que perfaz uma bolsa mensal de 2.600\$00 (o equivalente a 2.503,38€ em 2014) e um vencimento mensal como assistente da Faculdade de Ciências de Lisboa de 888\$79 (o equivalente a 855,76€ em 2014).
- ²³⁵ A média do défice mensal é de 345.08 francos, ou seja, de 479\$66, o equivalente a 461,84€ em 2014 (AIC. Cx. 1261, Proc. 2; INE. DCN. NEPC).
- ²³⁶ AIC. Cx. 1261, Proc. 2.
- ²³⁷ AIC. Cx. 0453, Proc. 11, Doc. 35; Cx. 3200, Proc. 8, Doc. 61.
- ²³⁸ Sobre a redução e isolamento total do indivíduo nos regimes nazi e estalinista cf. ARENDT, 2008.
- ²³⁹ Carta de Manuel Côrte-Real datada de 11 de Novembro de 1932 (AIC. Cx. 0453, Proc. 11, Doc. 55).
- ²⁴⁰ Carta que, juntamente com um telegrama, Fernanda de Matos Cunha dirige à Junta em 3 de Agosto de 1933 (AIC. Cx. 1364, Proc. 8, Doc. 32).
- ²⁴¹ Carta enviada à JEN em 8 de Agosto de 1933 (AIC. Cx. 1364, Proc. 8, Doc. 34). (Sublinhado nosso).
- ²⁴² Ofício dirigido a Fernanda de Matos Cunha a 15 de Agosto de 1933 (AIC. Cx. 1364, Proc. 8, Doc. 35).
- ²⁴³ Celestino da Costa “uma vez só foi recebido por Salazar (em 1934) no Caramulo e não se entenderam – como era previsível” (COSTA, 1985b: 375). Esta versão carece, contudo, de confirmação. A esse propósito cf. AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 71.^a sessão, 3 Setembro 1934, pp. 136-138v.
- ²⁴⁴ DOSTOIÉVSKI, 1972: 301.
- ²⁴⁵ Cf. Anexo 2 – Contas da gerência da JEN.
- ²⁴⁶ http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2649691&page=-1, consultado em 27/05/15; <http://www.dn.pt/portugal/interior/fct-alterou-regras-para-fixar-datas-de-inicio-de-pagamentos-a-bolseiros-2649691.html>, consultado em 25/05/16.
- ²⁴⁷ A frase transcrita provém de uma carta que o bolseiro Armando de Lacerda dirige a Leite Pinto em 6 de Agosto de 1934 (AIC. Cx. 0537, Proc. 8, Doc. 7).
- ²⁴⁸ COSTA, 1934: 21. Cf. nota de rodapé 129. Sobre o título académico de *privat-docent*, que consiste num grau transitório entre a possibilidade de ensinar a nível universitário e a obtenção do título de professor, cf. BEN-DAVID; ZLOCZOWER, 1962.
- ²⁴⁹ SILVA, 1928a; 1928b; 1928c; 1928d.
- ²⁵⁰ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Doc. 1.
- ²⁵¹ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Docs. 1, 4, 5, 6 e

- 99.
- ²⁵² CH UNIGE AUG 410f226.
- ²⁵³ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Doc. 12.
- ²⁵⁴ CH UNIGE AUG 410f226.
- ²⁵⁵ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Docs. 25 e 36. Sobre Paul Guggenheim (1899/1977) cf. <http://www.oxfordreference.com/search?siteToSearch=aup&q=Paul+Guggenheim+&searchBtn=Search&isQuickSearch=true>, consultado em 07/02/14. Relativamente ao “Caso Lotus” cf. MC-CARTHY, 1989.
- ²⁵⁶ SILVA, 1931.
- ²⁵⁷ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Doc. 43. (Sublinhado no original). Sobre Georges Scelle (1878/1961) cf. DIGGELMANN, 2012: 1162-1166.
- ²⁵⁸ HUDSON, 1932.
- ²⁵⁹ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Docs. 43, 88, 141 e 145; CH GE AUG Programme des cours, 1931/34, 1934/37.
- ²⁶⁰ *Journal de Genève*, n.º 331, 1.º decembre 1931, disponível em <http://www.letempsarchives.ch/Default/Skins/LeTempsFr/Cliet.asp?Skin=LeTempsFr&enter=true&AppName=2&AW=1391768365085>, consultado em 07/02/14. A frase transcrita é retirada de uma carta remetida por Fernando Pereira da Silva a Simões Raposo em 24 de Março de 1932 (AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Doc. 115).
- ²⁶¹ Interesse manifestado por Fernando Pereira da Silva a Simões Raposo em Março de 1933 (AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Docs. 133 e 139).
- ²⁶² YEPES; SILVA, 1934.
- ²⁶³ LANGER, 1934: 524.
- ²⁶⁴ JEN, 1932: 42; AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Doc. 157. Sobre a condição de equiparado a bolseiro cf. subcapítulo – Equiparação a bolseiro: investigar a expensas de outrem.
- ²⁶⁵ A frase reproduzida provém de uma carta enviada por Fernando Pereira da Silva a Simões Raposo em 12 de Junho de 1933 (AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Doc. 145; cf. também AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Docs. 163, 172 e 173); CH GE AUG Programme des cours, 1931/34, 1934/37.
- ²⁶⁶ *Annual Digest of Public International Law Cases: years 1929-1930*, 1935; AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Doc. 163.
- ²⁶⁷ SHORLAND; YEO, 1996: 1-39.
- ²⁶⁸ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Docs. 1, 96, 110 e 171.
- ²⁶⁹ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Docs. 72, 76, 103, 141, 142, 162, 163, 165, 169 e 171.
- ²⁷⁰ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Doc. 102.
- ²⁷¹ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Docs. 84, 85, 86, 92, 109, 126 e 127.
- ²⁷² Expressão do secretário-geral da JEN, Leite Pinto, em ofício de 15 de Dezembro de 1934 remetido ao secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Doc. 163).
- ²⁷³ RANSHOFEN-WERTHEIMER, 1943: 878; BRANCO, 2013: 10.
- ²⁷⁴ O sistema de mandatos procurou conciliar a determinação do presidente Woodrow Wilson em evitar uma paz anexionista e o desejo dos seus aliados em deter as possessões otomanas e germânicas capturadas, garantindo controlo administrativo mas não soberania formal a essas potências vitoriosas (PEDERSEN, 2007: 1103).
- ²⁷⁵ ANGHIE, 2006.
- ²⁷⁶ RANSHOFEN-WERTHEIMER, 1943: 878-879.
- ²⁷⁷ AIC. Cx. 0454, Proc. 4, Docs. 10, 12, 13, 14, 15 e 48.
- ²⁷⁸ AHDMNE. 3.º Piso, Armário 1, 539, Processo 17, Pessoal.
- ²⁷⁹ BASDEVANT, 1930.
- ²⁸⁰ SIOTIS, 1963; BRANCO, 2013: 111-112.
- ²⁸¹ HAMMARSKJÖLD, 1961.
- ²⁸² BRANCO, 2013: 130, 133.
- ²⁸³ CLAVIN; WESSELS, 2005: 470-472, 475, 478-480; BRANCO, 2013: 37, 102, 108; PEDERSEN, 2007: 1112-1113.
- ²⁸⁴ LON Archives 6A/34960/11469; 6A/30616/29162; 6A/34884/29161.
- ²⁸⁵ LON Archives 6A/3192/3192.
- ²⁸⁶ LON Archives 6B/21563/2663; 6A/15953/486; 6A/35968/761;

- 6A/18470/5459.
- ²⁸⁷ Convenção assinada em Genebra em 25 de Setembro de 1926 (LEAGUE OF NATIONS, 1927: 253-270; REDMAN, 1994: 759-800).
- ²⁸⁸ REDMAN, 1994: 759-800.
- ²⁸⁹ LON Archives 6B/21563/2663.
- ²⁹⁰ REDMAN, 1994: 759-800; CAMPINA; TOMÁS, 2016: 77-93.
- ²⁹¹ PEDERSEN, 2007: 1112-1113.
- ²⁹² BRANCO, 2013: 120-128.
- ²⁹³ AHDMNE. 3º Piso, Armário 2, Maço 980, Processo 14, Escravatura.
- ²⁹⁴ ANTT. AS, NE, 5B, Caixa 450, Pasta 12, 751-754.
- ²⁹⁵ AHDMNE. 2º Piso, Armário 47, Maço 53, Pasta 60.
- ²⁹⁶ WEISS, 2005; WESTAD, 2000; DOEL, 1997.
- ²⁹⁷ PEDERSEN, 2006; 2007; SLUGLETT, 2014; CLAVIN; WESSELS, 2005.
- ²⁹⁸ PEREIRA, 2013; TEIXEIRA, 2000; OLIVEIRA, 2000; FERREIRA, 1992. Excluem-se deste quadro geral, por tratarem exclusivamente a presença portuguesa na SDN, PACHECO, 1999; BRANCO, 2013.
- ²⁹⁹ Refere-se o autor em causa à emissão de vistos, em Junho de 1940, pelo cônsul em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, os quais possibilitavam a entrada em Portugal de milhares de refugiados (MARTINS, 2004: 619-622).
- ³⁰⁰ Cf. subcapítulo – Características das bolsas externas de longa duração.
- ³⁰¹ Em 1936 registam-se as solicitações e concessões de bolsas novas e de renovações somente até 10 de Abril. As prorrogações solicitadas e concedidas, quando ocorrem no final do ano económico mas se reportam para o ano económico seguinte são registadas neste último, o que explica o registo de zero pedidos de renovação de bolsa e zero renovações em 1929/30.
- ³⁰² JEN, 1930: 10-11.
- ³⁰³ ROLLO *et al.*, 2012: 97-110; FITAS, 2013a: 64-70.
- ³⁰⁴ Refira-se que apenas Alberto Baptista, um dos contemplados com uma bolsa individual em 1934/35, tinha sido equiparado a bolseiro em 1933/34, o que ocorreu no Instituto de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Lisboa (AIC. Cx. 1262, Proc. 5; Cx. 1316, Proc. 2; Cx. 1264, Proc. 16). Sobre a condição de equiparado a bolseiro cf. subcapítulo – Equiparação a bolseiro: investigar a expensas de outrem.
- ³⁰⁵ AIC. Cx. 0537, Proc. 16; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42, Acta 85.ª sessão, 18 Junho 1935, pp. 13-19; *Diário do Governo*, I Série, n.º 111, 16 de Maio de 1935.
- ³⁰⁶ FITAS, 2013a: 69-70.
- ³⁰⁷ Cf. subcapítulo – Fernando Correia Pereira da Silva, a JEN e a Sociedade das Nações: ciência e diplomacia nos anos trinta.
- ³⁰⁸ A Universidade portuguesa era hostil às pretensões dos jovens bolseiros-investigadores em aceder à carreira docente, “...coutada de uma velha casta conservadora ciosa dos seus privilégios que, aparentemente, só partilhava com a polícia política as decisões sobre quem nela podia entrar” (ROSAS; SIZIFREDO, 2011: 12-13). No seguimento desta ideia cf. CARVALHO, 2011a: 241.
- ³⁰⁹ Ainda em 1933, após concurso, Rodrigues Lapa foi nomeado professor auxiliar da mesma faculdade, da qual, como referimos, foi demitido em Maio de 1935 (ROLLO *et al.*, 2012: 109).
- ³¹⁰ LAPA, 1933: 73. Cf. também CUNHA, 1997a: 271-273.
- ³¹¹ CUNHA, 1997a; CASTELO, 1996: 860-861; <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/abel-salazar.html>, consultado em 18/02/15.
- ³¹² SALAZAR, 2006: 155-156.
- ³¹³ SALAZAR, 2006: 157-158. Refira-se que Hernâni Bastos Monteiro, como Abel Salazar, era professor catedrático da Faculdade de Medicina do Porto (LOPES, 2010: 74). Sobre Leonardo Coimbra cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/>

- leonardo-coimbra.html#.VXbFfelFCM8, consultado em 09/06/15.
- ³¹⁴ Carta de Abel Salazar remetida a Celestino da Costa (SALAZAR, 2006: 191).
- ³¹⁵ GOMES, 2005; AIC. Cx. 0454, Proc. 3; Cx. 1365, Proc. 32.
- ³¹⁶ *O Século*, 26 de Março de 1933: 2. (Sublinhado nosso).
- ³¹⁷ RODRIGUES, 1988: 79-101. Nas suas *Memórias*, Luís Cabral de Moncada, então vice-reitor da Universidade de Coimbra, legou à posteridade a sua versão deste episódio (MONCADA, 1992: 171-173).
- ³¹⁸ *Diário de Notícias*, 26 de Outubro de 1974: 2. Cf. também GOMES, 2005: 77; NINHOS, 2016: 320-324.
- ³¹⁹ Cf. nota de rodapé 154.
- ³²⁰ TORGAL, 1999: 75-95; 2000: 559-563. Cf. também ROSAS; SIZIFREDO, 2013; CARVALHO, 2011b.
- ³²¹ Cf. nota de rodapé 308.
- ³²² SIMÕES, 2011: 16-21.
- ³²³ CARVALHO, 1996: 749-753; GARRIDO, 2008: 133-153; CASTELO, 2003: 1137-1139; 1996: 860-861; Ó, 2003: 1353-1356; CORDEIRO, 1996: 508; RAMOS, 2000: 567-569; JÚDICE, 1999: 354; LOPES, 2010: 36-38; TORGAL, 2009: 407-416; ROSAS, 1999: 77-92; PEREZ; REZENDE, 2011: 38-49; CATROGA, 2001: 335; SALGUEIRO, 2015: 259-265; ROLLO; QUEIROZ; BRANDÃO, 2011: 138; CUNHA, 1997a: 171-357. Cf. também NINHOS, 2016: 320-324.
- ³²⁴ Cf. FITAS, 2013a: 64-70.
- ³²⁵ Cf. Quadro 12 – Bolsas de longa duração no país (JEN – 1929/36).
- ³²⁶ Cf. Quadro 4 – N.º de bolseiros externos de longa duração e características das suas bolsas (JEN – 1929/36).
- ³²⁷ Nas colunas “Bolseiros”, “Bolseiros com renovações” e “Bolseiros com duas ou mais renovações” registam-se os bolseiros que tiveram bolsa ou a sua renovação até 10 de Abril de 1936.
- ³²⁸ COSTA, 1934: 21-22. Cf. também subcapítulo – As faculdades de Direito e a indiferença pela europeização.
- ³²⁹ Consideram-se as bolsas cuja concessão ou renovação ocorre até 10 de Abril de 1936. As percentagens foram arredondadas à unidade, umas vezes por excesso e outras por defeito.
- ³³⁰ Cf. LOPES, 2017a: 71-85.
- ³³¹ Referimo-nos à bolsa de estudo de Aniceto Monteiro (cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).
- ³³² HALLEUX; XHAYET, 2007: 55.
- ³³³ JEN, 1931: 9-16.
- ³³⁴ Foi o caso de Manuel Morato, que após estagiar em Bruxelas foi bolseiro no país setenta e seis meses (AIC. Cx. 0486, Proc. 13) e de Amândio Tavares, cuja bolsa em França em 1929/30 foi sucedida de uma bolsa interna de setenta e um meses (AIC. Cx. 0402, Proc. 16; Cx. 0389, Proc. 19; Cx. 0537, Proc. 3).
- ³³⁵ Veja-se o caso de Martina Casiano Mayor em BERNAL MARTÍNEZ; LÓPEZ MARTÍNEZ, 2007: 224; SUAY MATALLANA, 2014: 230, 314; AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Casiano y Mayor, Martina, Expediente JAE/33-353, consultado em 24/06/15.
- ³³⁶ Cf. nota de rodapé 104.
- ³³⁷ AIC. Cx. 1256, Proc. 24, Doc. 13.
- ³³⁸ AIC. Cx. 1256, Proc. 24, Doc. 13A.
- ³³⁹ Resolução de 21 de Fevereiro de 1934 (AIC. Cx. 1256, Proc. 24, Doc. 13B).
- ³⁴⁰ Cf. nota de rodapé 104.
- ³⁴¹ AIC. Cx. 1256, Procs. 24 e 25; cf. também COLLIN, 1948: 57-61.
- ³⁴² JEN, 1931: 11-12.
- ³⁴³ Celestino da Costa defende esta ideia na já referidas conferências proferidas na Sociedade de Geografia, a 19 e 22 de Abril de 1918, a convite da Federação Académica de Lisboa (COSTA, [s.d.]: 9, 38, 88-89. Cf. também nota de rodapé 36).
- ³⁴⁴ CARVALHO, 1996: 651-718; cf. também BOLOTO; MARTINS, 2011: 1385-1398. O legado da I República a nível educativo é interpretado de modo distinto por diferentes autores, encontrando-se uma

recensão crítica de trabalhos que abordam essa temática em CANDEIAS, 2006: 211-231.

³⁴⁵ ROLLO *et al.*, 2012: 147.

³⁴⁶ Registam-se as profissões exercidas pelos bolsheiros quando da concessão da (1.ª) bolsa nova. São contabilizados todos os bolsheiros (de longa duração) que obtêm bolsa até 10 de Abril de 1936. “Aluno” respeita aos alunos de licenciatura prestes a finalizar o seu curso. “Professor primário, pré-primário e ensino especial” inclui professores de surdos-mudos, inspectores e directores do ensino primário e infantil. “Professor de ensino médio profissional” inclui professores de escolas profissionais agrícolas, industriais e comerciais. “Professor liceal” inclui o ensino público e privado. Considerámos “Investigador universitário” aqueles que, não leccionando, desenvolviam trabalho científico nas faculdades. “Outras” reporta-se fundamentalmente aos licenciados com actividade profissional como médicos, advogados e engenheiros agrónomos. As percentagens foram arredondadas à unidade, umas vezes por excesso e outras por defeito.

³⁴⁷ Cf. LOPES, 2014: 56.

³⁴⁸ Cf. notas de rodapé 109 e 176.

³⁴⁹ Cf. nota de rodapé 92; cf. também COSTA, [s.d.]: 21-22.

³⁵⁰ RAMÓN Y CAJAL, [s.d.]. Sucessivamente reeditada, esta obra resulta de um discurso de Ramón y Cajal aquando da sua inclusão como membro da Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, em 5 de Dezembro de 1897. Nas conferências que pronuncia na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1918, Celestino da Costa revela conhecer o seu conteúdo, o qual deveria ser tomado pelos jovens biólogos portugueses como um “Evangelho científico” (COSTA, [s.d.]: 37-38, 64, 98-99).

³⁵¹ MAINER; MATEOS, 2007: 198-209; MARÍN ECED, 1990: 143-144, 352. Cf. também FORMENTÍN IBÁÑEZ; JOSÉ

VILLEGAS, 2007: 95-102.

³⁵² AIC. Cx. 0531, Proc. 23, Doc. 2.

³⁵³ AIC. Cx. 0531, Proc. 23, Doc. 8.

³⁵⁴ Cf. subcapítulo – Critérios de concessão de bolsas no estrangeiro ou “Os Progressos do Atraso”.

³⁵⁵ AIC. Cx. 0531, Proc. 23, Doc. 8.

³⁵⁶ Esta ideia encontra-se numa missiva que Celestino da Costa envia ao presidente da Assembleia Geral da Junta em 21 de Novembro de 1934 (ROLLO *et al.*, 2012: 102).

³⁵⁷ VANPAEMEL, 2013: 44-46.

³⁵⁸ HALLEUX; XHAYET, 2007: 43-44; WULLUS-RUDIGER, 1948; JEN, 1938: 222-224.

³⁵⁹ HALLEUX; XHAYET, 2007: 53; JEN, 1938: 222-224.

³⁶⁰ Alínea a) do artigo 52.º do decreto n.º 17 037 (JEN, 1931: 38-39).

³⁶¹ Alínea b) do artigo 52.º do decreto n.º 17 037 (JEN, 1931: 38-39).

³⁶² JEN, 1931: 39.

³⁶³ JEN, 1931: 38-40.

³⁶⁴ Considerando que o Regulamento da JEN não define um limite máximo para as bolsas internas dos investigadores consagrados julgamos ser possível colocar esta hipótese, que está em conformidade com a reacção da Junta à suspensão das bolsas no país pelo ministro da Instrução Pública (cf. subcapítulo – Entre bolsas concedidas, suspensas e as purgas académicas de 1935: a Universidade no despoletar dos processos? Cf. também ROLLO *et al.*, 2012: 97-110).

³⁶⁵ Cf. nota de rodapé 334.

³⁶⁶ AIC. Cx. 0486, Proc. 13; Cx. 0537, Proc. 12.

³⁶⁷ LOPES, 2014: 53-63. Cf. também subcapítulo – “Foi a concessão de uma bolsa de estudo no país, após um estágio de três anos em Berlim, que permitiu que tais trabalhos se pudessem realizar”; HALLEUX; XHAYET, 2007: 43.

³⁶⁸ A média da taxa de câmbio de 1930 foi de: 1 franco belga = 2\$8450, consultado em 03/07/15. No respeitante aos

- investigadores portugueses consagrados foram considerados todos os que obtiveram bolsa nova ao abrigo da alínea b) do artigo 52.º do Regulamento da Junta (decreto n.º 17 037). No caso das bolsas do FNRS, atendendo a que aumenta o seu valor a cada dois anos de renovação, os valores registados respeitam às bolsas novas concedidas no período em análise.
- ³⁶⁹ Sobre a bolsa interna de Geraldino Brites cf. AIC. Cx. 0537, Proc. 17; Cx. 0451, Proc. 4.
- ³⁷⁰ COSTA, [s.d.]: 58. (Sublinhado nosso).
- ³⁷¹ A concretização desta ideia naturalmente que implicaria uma redução do valor das bolsas concedidas aos investigadores consagrados.
- ³⁷² JEN, 1931: 14.
- ³⁷³ Uma síntese da História da História das mulheres em Portugal encontra-se em VAQUINHAS, 2002: 201-221. Sobre o protagonismo feminino em práticas científicas cf. WYER *et al.*, 2014.
- ³⁷⁴ Relativamente a esta questão cf. TORGAL, 2008: 10-11; DELILLE, 2001: 42-43; <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/cmvasconcelos.html>, consultado em 09/07/15; LOPES; NUNES; PINA, 2012: 115-131; SALDANHA, 2014; SALGUEIRO, 2015; ANTUNES; GALVÃO, 2001: 38-43.
- ³⁷⁵ Estas percentagens significam que em cento e cinquenta e nove pedidos de bolsas no país por parte de candidatos, sessenta e nove foram deferidos e que dos treze pedidos de bolsas no país por parte de candidatas, sete obtiveram respostas favoráveis.
- ³⁷⁶ Em sentido contrário, CORREIA, 2013b: 49-91 defende que a JEN discriminou em termos de género.
- ³⁷⁷ WULLUS-RUDIGER, 1948; HALLEUX; XHAYET, 2007: 43.
- ³⁷⁸ Cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).
- ³⁷⁹ AIC. Cx. 1256, Proc. 7, Doc. 4.
- ³⁸⁰ Tendo solicitado ao IAC, em Novembro de 1937, 35.700\$00 para aquisição de material de investigação a instalar no Laboratório de Radioquímica, o equivalente a 33.535,51€ em 2014, o pedido de Branca Marques foi satisfeito na plenitude (AIC. Cx. 1268, Proc. 7; FERREIRA, 2001: 52; INE. DCN. NEPC).
- ³⁸¹ HELIODORO, 2012: 128-145; JANEIRA, 1998: 143-150; SERRA, 1998: 151-158; AIR. LC. DP/CC-B2.
- ³⁸² HELIODORO, 2012: 130-131; FERREIRA, 2001: 52.
- ³⁸³ *A Voz*, 31 de Março de 1938: 3.
- ³⁸⁴ Esta renda era, em média, de 25.000 francos belgas anuais. Atendendo à média da taxa de câmbio de 1930, que foi de 1 franco belga = 2\$8450, este valor correspondia, nesse ano, a 71.125\$00, o que em 2014 equivalia a 62.084,30€ anuais (HALLEUX; XHAYET, 2007: 44; [http://www.bpportugal.pt/estatisticasweb/\(S\(gs-reikym5y0jdn450wyygm45\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bpportugal.pt/estatisticasweb/(S(gs-reikym5y0jdn450wyygm45))/SeriesCronologicas.aspx). INE. DCN. NEPC; JEN, 1938: 225).
- ³⁸⁵ Estes valores reportam-se ao momento da concessão das bolsas de estudo, as quais foram atribuídas a investigadores entre os vinte e um e os setenta e quatro anos.
- ³⁸⁶ AIC. Cx. 0454, Proc. 3, Doc. 51.
- ³⁸⁷ Sobre este subcapítulo cf. LOPES, 2014: 57-61.
- ³⁸⁸ COSTA, [s.d.]: 89.
- ³⁸⁹ COSTA, [s.d.]: 57-58.
- ³⁹⁰ Cf. notas de rodapé 310 e 316.
- ³⁹¹ SALGUEIRO, 1978: 4; *A Voz*, 31 de Março de 1938: 3.
- ³⁹² SALGUEIRO, 2015: 102-184, 216-265.
- ³⁹³ FITAS, 2006: 2, 8-13.
- ³⁹⁴ ROLLO *et al.*, 2012: 62-64, 77, 98-103, 147-148; FITAS, 2006: 13.
- ³⁹⁵ A título ilustrativo cf. AIC. Cx. 0537, Proc. 19, Docs. 13 e 18; Cx. 0451, Proc. 4, Doc. 1.
- ³⁹⁶ Apesar das dificuldades, durante a I República um número considerável de professores desenvolveu investigação científica

- nos laboratórios e institutos de investigação científica dos estabelecimentos de ensino superior (SALGUEIRO, 2015).
- ³⁹⁷ FYE, 1991: 1555-1562.
- ³⁹⁸ AIC. Cx. 0488, Proc. 8, Docs. 12 e 30; Cx. 0537, Proc. 13, Docs. 7 e 10; Cx. 0453, Proc. 14, Doc. 17.
- ³⁹⁹ AIC. Cx. 0402, Proc. 19, Doc. 20.
- ⁴⁰⁰ Como Luís de Pina, Álvaro Rodrigues também era detentor de uma bolsa em Portugal desde 1930 (AIC. Cx. 0537, Proc. 13, Doc. 10).
- ⁴⁰¹ AIC. Cx. 1365, Proc. 32, Doc. 1. Cf. também subcapítulo – O Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques: entre Coimbra, Berlin e os Royal Botanic Gardens, Kew.
- ⁴⁰² O montante de 1.833\$00 mensais é apresentado por Aurélio Quintanilha num *Curriculum Vitae* remetido à Junta em 1933. Refira-se que este valor equivalia, em 2014, a 1.734,88€ (AIC. Cx. 1365, Proc. 32, Doc. 7; INE. DCN. NEPC).
- ⁴⁰³ AIC. Cx. 1365, Proc. 32, Doc. 7.
- ⁴⁰⁴ COSTA, 1934: 24.
- ⁴⁰⁵ Refira-se que 2.733\$00 em 1933 equivaliam a 2.586,70€ em 2014 (AIC. Cx. 1365, Proc. 32; INE. DCN. NEPC. Cf. também FONSECA; PEREIRA; PITA, 2011: 360-372).
- ⁴⁰⁶ AIC. Cx. 0454, Proc. 3, Doc. 51.
- ⁴⁰⁷ SANTOS JÚNIOR, 1948; JEN, 1931: 48, 59-60; 1930: 107; 1932: 180-181; 1933: 204-205, 246-248; 1934: 161-162; 1935: 194-195, 212-213; 1938: 236-237, 251; IAC, [s.d.]: 53, 60; 1941b: 85-86, 89.
- ⁴⁰⁸ AIC. Cx. 1212, Proc. 3; Cx. 1259, Proc. 23; JEN, 1931: 60-75; 1933: 258-262; 1934: 175-178; 1935: 194-195, 229-232; 1938: 236-237, 265-268.
- ⁴⁰⁹ Refira-se que 1.500\$00 em 1933 equivaliam, em 2014, a 1.419,71€ (AIC. Cx. 1212, Proc. 3, Doc. 5; Cx. 1213, Proc. 28, Doc. 3; Cx. 1274, Proc. 22; INE. DCN. NEPC).
- ⁴¹⁰ SANTOS JÚNIOR, 1935; 1936; 1937; 1938; 1948; AIC. Cx. 0538, Proc. 27; Cx. 1256, Proc. 14; Cx. 0549, Proc. 5; Cx. 0389, Proc. 16; Cx. 1229, Proc. 24, Doc. 5.
- ⁴¹¹ Cf. nota de rodapé 388.
- ⁴¹² AIC. Cx. 1338, Proc. 3, Doc. 3.
- ⁴¹³ AIC. Cx. 1338, Proc. 3, Doc. 45.
- ⁴¹⁴ Entre outros estudos, o debate sobre os conceitos e relações entre amadores e profissionais na produção de conhecimento científico é abordado por MEYER, 2008: 38-53; STEBBINS, 1977: 582-606.
- ⁴¹⁵ Nos *Curriculum Vitae* os concorrentes a bolsas de estudo no estrangeiro comprometiam-se a regressar a Portugal findo o prazo da bolsa da JEN. A título ilustrativo cf. AIC. Cx. 1209, Proc. 1, Doc. 1.
- ⁴¹⁶ Cf. subcapítulos – Fernando Correia Pereira da Silva, a JEN e a Sociedade das Nações: ciência e diplomacia nos anos trinta e Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra: o (re)posicionamento de Portugal na geografia científica mundial; FERREIRA, 2001: 52; SALGUEIRO, 2015: 263-264; SALGUEIRO; CARVALHO, 2001: 70-77; TAVARES, 1967-68: XI; RAC. Collec. RF, RG. 10.2 Fellowship recorder cards, G. 2: RF Fellowship cards – D. 9: MNS, Box: D. 3, Folder: C., Dr. João Loureiro. Sobre o exílio científico e cultural cf. GONZÁLEZ REDONDO, 2010; LUIS ABELLÁN, 2007: 250-255; BRINSON, 2006: 133-152; SIEGMUND-SCHULTZE, 2001; 2009.
- ⁴¹⁷ A emigração de quadros qualificados portugueses é debatida por ARAÚJO; FERREIRA, 2013: 58-82.
- ⁴¹⁸ Face ao teor dos processos omitem-se os nomes dos bolseiros, substituindo-os por bolseiros A e B.
- ⁴¹⁹ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 56.^a sessão, 10 Fevereiro 1933, pp. 109-111.
- ⁴²⁰ AIC. Cx. 0400, Procs. 5 e 6.
- ⁴²¹ AIC. Cx. 0400, Procs. 5 e 6.
- ⁴²² AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 53.^a sessão, 26 Julho 1932, pp. 101-104v.
- ⁴²³ AIC. Cx. 0400, Proc. 5, Doc. 13.
- ⁴²⁴ Ofício de 11 de Janeiro de 1933 (AIC. Cx. 0400, Proc. 5, Doc. 14). (Sublinhado

- nosso).
- ⁴²⁵ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 56.^a sessão, 10 Fevereiro 1933, pp. 109-111.
- ⁴²⁶ AIC. Cx. 0400, Proc. 6, Doc. 13.
- ⁴²⁷ AIC. Cx. 0400, Proc. 6, Doc. 14.
- ⁴²⁸ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 56.^a sessão, 10 Fevereiro 1933, pp. 109-111. (Sublinhado nosso).
- ⁴²⁹ Tendo sido enviado por cheque em 28 de Junho de 1933, este valor correspondia em 2014 a 4.738,42€ (AIC. Cx. 0400, Proc. 6, Docs. 16, 17 e 18. Cf. também JEN, 1934: 27-28; INE. DCN. NEPC).
- ⁴³⁰ COSTA, 1934: 18.
- ⁴³¹ CATARINO, 2001: 83.
- ⁴³² QUINTANILHA, 1967-68: VIII.
- ⁴³³ CATARINO, 2001: 83; AIC. Cx. 1215, Proc. 34. A condição de equiparado a bolsheiro estava consignada no artigo 66.^o do decreto n.^o 20 352, de 26 de Setembro de 1931 (JEN, 1932: 25-49).
- ⁴³⁴ Uma das modalidades de bolsas da JAE atribui ao solicitante a condição de bolsheiro, a qual não comporta ajuda económica da instituição, mas académica e administrativa (MORENO MARTÍNEZ, 2007: 171-172).
- ⁴³⁵ Sobre este caso cf. AIC. Cx. 0491, Proc. 10; LOPES, 2010.
- ⁴³⁶ Cf. subcapítulos – Características das bolsas externas de longa duração e Entre bolsas concedidas, suspensas e as purgas académicas de 1935: a Universidade no despoletar dos processos?
- ⁴³⁷ AIC. Cx. 1215, Proc. 34; JEN, 1932: 25-49.
- ⁴³⁸ Relatório enviado ao presidente da JEN em 20 de Julho de 1933 (AIC. Cx. 1215, Proc. 34, Doc. 10). (Sublinhado no original).
- ⁴³⁹ Refira-se que no primeiro ano de estadia na Alemanha Flávio Resende beneficiou ainda de uma bolsa da Alexander von Humboldt-Stiftung, funcionando a bolsa de estudo da Junta como um complemento daquela (cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38); RESENDE, 1962: I-V; TAVARES, 1967-68: III-V).
- ⁴⁴⁰ QUINTANILHA, 1967-68: IX; CATARINO, 2001: 84.
- ⁴⁴¹ CATARINO, 2001: 84.
- ⁴⁴² CATARINO, 2001: 86.
- ⁴⁴³ Cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38); cf. também AIC. Cx. 1215, Proc. 34; Cx. 0862, Proc. 7; TAVARES, 1967-68: IX, XII-XV, XVIII-XIX.
- ⁴⁴⁴ CATARINO, 2001: 83.
- ⁴⁴⁵ As dificuldades que os professores liceais, antes da criação da Junta, tinham em investigar é abordada por SALGUEIRO, 2015: 223-225. A desvalorização da investigação produzida pelos docentes deste nível de ensino pode ser aferida em BARROSO, 2013: 1180-1184; 1995; RESENDE, 2003; Ó, 2009; GALEÃO, 2006; VALENTE, 1973; HENRIQUES, 2008; MARQUES, 2003.
- ⁴⁴⁶ Este subcapítulo beneficia da partilha de dados resultantes da investigação de Elisabete Pereira no âmbito da sua dissertação de doutoramento em História e Filosofia da Ciência – Museologia (PEREIRA, 2017).
- ⁴⁴⁷ LEMOS, 1987: 5-11. A ideia de que a *idade das trevas* (ou idade da estagnação) inclui o período da Ditadura Militar é apreendida em JORGE; JORGE, 1995: 251-263. Cf. também FABIÃO, 1999: 118; MARTINS, 2011: 43; GONÇALVES, 2011: 313-328.
- ⁴⁴⁸ LEMOS, 1987: 5-11. Cf. também JORGE; JORGE, 1995: 251-263.
- ⁴⁴⁹ FABIÃO, 1997: 105-123.
- ⁴⁵⁰ CARDOSO, 1999-2000: 33-54; CARNEIRO; MOTA; LEITÃO, 2013.
- ⁴⁵¹ RAPOSO, 2007-2008: 121-139; MARTINS, 2009: 263-277.
- ⁴⁵² COITO; CARDOSO; MARTINS, 2008; FABIÃO, 2008: 97-126; CARDOSO, 2008: 73-83; MARQUES, 2014: 143-150.
- ⁴⁵³ MARTINS, 2003; 2005: 40-93.

- ⁴⁵⁴ CARDOSO, 2007: 293-520; MARTINS, 2007: 22-30.
- ⁴⁵⁵ LEMOS, 1995: 117-126.
- ⁴⁵⁶ FERREIRA, 2004.
- ⁴⁵⁷ A este propósito cf. MATOS, 2012. Cf. também GOMES, 2011: 428-490; HENRIQUES, 2012.
- ⁴⁵⁸ Um estudo sobre as práticas celebrativas em ciência é apresentado em ABIR-AM; ELLIOTT, 1999.
- ⁴⁵⁹ WALKER; MACGREGOR; HUNTER, 2012.
- ⁴⁶⁰ STAR; GRIESEMER, 1989: 387-420.
- ⁴⁶¹ Steven Shapin designa por técnicos invisíveis os artífices e operadores que assistem Robert Boyle (1627-91) nas suas experiências químicas, referindo que é quase inexistente o interesse que os historiadores da ciência manifestam por estes actores na produção do conhecimento científico (SHAPIN, 1989: 554-563).
- ⁴⁶² DASTON; SIBUM, 2003: 1-8.
- ⁴⁶³ Sobre a Geologia cf. CARNEIRO, 2005: 141-204; CARNEIRO; MOTA; LEITÃO, 2013: 139-159.
- ⁴⁶⁴ PEREIRA, 2017; 2014: 133-141. Cf. também SERRAS, 2011.
- ⁴⁶⁵ FABIÃO, 1999: 107.
- ⁴⁶⁶ Em 1936 registam-se os apoios somente até 10 de Abril, quando a Junta é extinta. Para uma análise mais detalhada dos estudos arqueológicos e antropológicos financiados pela JEN cf. LOPES, 2017b: 150-152.
- ⁴⁶⁷ Requerimento dirigido ao presidente da JEN em 24 de Dezembro de 1934 (AIC. Cx. 0549, Proc. 5, Doc. 9).
- ⁴⁶⁸ Carta endereçada ao secretário-geral da Junta em 10 de Abril de 1935 (AIC. Cx. 0549, Proc. 5, Doc. 15A). (Sublinhado no original).
- ⁴⁶⁹ AIC. Cx. 0549, Proc. 5, Doc. 22; HUREL, 2003; BRODERICK, 1963. Recorde-se que este trabalho foi publicado com o apoio da JEN ao Instituto de Antropologia do Porto em 1933/34 (cf. nota de rodapé 409).
- ⁴⁷⁰ Carta de 20 de Maio de 1935 e que Vergílio Correia dirige ao secretário-geral da JEN (AIC. Cx. 0549, Proc. 5, Doc. 20).
- ⁴⁷¹ AIC. Cx. 0549, Proc. 5, Doc. 23.
- ⁴⁷² AIC. Cx. 0398, Proc. 11; Cx. 1260, Proc. 18; Cx. 1364, Proc. 8.
- ⁴⁷³ O entusiasmo do abade de Baçal pelas fontes que consulta no Archivo General de Simancas está reflectido no bilhete-postal que envia a Leite de Vasconcelos em 12 de Julho de 1931 (AMNA. Epistolário de José Leite de Vasconcelos, 95/529). Sobre a vida e obra do abade de Baçal cf. MOURINHO, 1985.
- ⁴⁷⁴ Cf. nota de rodapé 407.
- ⁴⁷⁵ AIC. Cx. 1221, Proc. 21. Cf. também FABIÃO, 1999: 123-124.
- ⁴⁷⁶ Sobre a importância destas missões de estudo ao estrangeiro na actualização dos investigadores cf. AMNA. Epistolário de José Leite de Vasconcelos, 2725/18690; cf. também ABRUNHOSA, 2012: 59-61.
- ⁴⁷⁷ Valor atribuído em Janeiro de 1930 ao Instituto de Antropologia de Coimbra (AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 11.ª sessão, 30 Janeiro 1930, pp. 14-16v).
- ⁴⁷⁸ Refira-se que 95.000\$00 em 1930 equivaliam a 82.924,55€ em 2014 (AIC. Cx. 0538, Proc. 34; <http://purl.sgmf.pt/OE-1930/1/P1.html>, consultado em 17/09/15; INE. DCN. NEPC). A importância conferida pelo Estado português à realização do congresso é reconhecida por CARDOSO, 2011b: 235-236.
- ⁴⁷⁹ FABIÃO, 1999: 108-110; CARDOSO, 1999-2000: 33-54; COIMBRA, 1992-93: 307.
- ⁴⁸⁰ AIC. Cx. 1415, Proc. 9, Doc. 1; MATOS, 2012: 118.
- ⁴⁸¹ De acordo com o programa do congresso, enviado para a JEN em 29 de Julho de 1930, previam apresentar comunicações M. V. Bounak, de Moscovo, e M. L. Nicolaef, de Carcóvia (AIC. Cx. 0538, Proc. 34). Uma leitura estritamente política sobre as razões do convite que o governo português dirige ao arqueólogo

- (marxista) Vere Gordon Childe para vir a Portugal em 1949, o que impossibilita o autor de encontrar justificação para esse facto, encontra-se em GONÇALVES, 2011: 313-328.
- ⁴⁸² FABIÃO, 1999: 105-107; MOTA, 2011: 130-131; CARDOSO, 1999-2000: 39. Sobre a ligação interdisciplinar entre a Arqueologia e a Antropologia cf. ROWLANDS; GLEDHILL, 1976: 23-37.
- ⁴⁸³ MATOS, 2012: 23-29, 92-93. Cf. também CARDOSO, 2010-2011: 631-634.
- ⁴⁸⁴ Cf. nota de rodapé 457.
- ⁴⁸⁵ CORREIA, 1929: 21-22.
- ⁴⁸⁶ AIC. Cx. 1415, Proc. 9, Doc. 1. A actualidade dos estudos desenvolvidos por Mendes Correia sobre os concheiros de Muge, designados na época por *kiökkenmöddings*, é defendida por MATOS, 2012: 118.
- ⁴⁸⁷ AIC. Cx. 1415, Proc. 9, Doc. 2.
- ⁴⁸⁸ Influenciada pelo FNRS, a JEN concedia auxílios temporários, para realizar pesquisas em Portugal, aos investigadores com passado científico comprovado (JEN, 1931: 38-39; 1938: 224; HALLEUX; XHAYET, 2007: 43-46, 65-76; WULLUS-RUDIGER, 1948). Refira-se que 18.000\$00 em 1930 equivaliam a 15.712,02€ em 2014 (AIC. Cx. 1415, Proc. 9, Doc. 2; INE. DCN. NEPC).
- ⁴⁸⁹ AIC. Cx. 1415, Proc. 9, Doc. 9; MATOS, 2012: 126; AMHNC-UP. IA. DMUGE, 1930-1937. Cf. também subcapítulo – “Foi a concessão de uma bolsa de estudo no país, após um estágio de três anos em Berlim, que permitiu que tais trabalhos se pudessem realizar”.
- ⁴⁹⁰ AIC. Cx. 1415, Proc. 9, Doc. 9, Pág. 5; cf. também ABRUNHOSA, 2012: 79.
- ⁴⁹¹ AIC. Cx. 1415, Proc. 9, Doc. 9, Pág. 7; cf. também AMHNC-UP. IA. DMUGE, 1930-1937, Doc. XXVII/30.
- ⁴⁹² Enquanto vogal da Junta, Mendes Correia, na 3.^a sessão da Assembleia Geral, alerta a instituição para a necessidade de auxiliar a realização do congresso em Coimbra e no Porto (AIC. Lv. Actas Assembleia Geral JEN, Acta 3.^a sessão, 30 Setembro 1929, pp. 5-6; LOPES, 2012: 149-175; FABIÃO, 1999: 120).
- ⁴⁹³ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 24.^a sessão, 22 Setembro 1930, pp. 36v-51; Cx. 0399, Proc. 18, Doc. 4.
- ⁴⁹⁴ AIC. Cx. 0399, Proc. 18, Docs. 1, 2, 9, 10, 17 e 30.
- ⁴⁹⁵ Refira-se que Mendes Correia se torna adepto do Estado Novo, sendo presidente da Câmara Municipal do Porto entre 1936 e 1942 (MATOS, 2011: 18). Sobre o ideário de Aurélio Quintanilha cf. GOMES, 2005. Nas décadas que antecedem e sucedem a II Grande Guerra, mesmo que os arqueólogos sejam influenciados pelas suas ideologias na interpretação e prática arqueológica, esse facto não impede um bom relacionamento entre colegas de ideologias políticas opostas (DÍAZ-ANDREU, 2007: 29-48. Cf. também AIC. Cx. 0399, Proc. 18; Docs. 34, 35, 39, 41 e 44; Cx. 1214, Proc. 5, Doc. 3).
- ⁴⁹⁶ AIC. Cx. 0399, Proc. 18; Cx. 1415, Proc. 9, Doc. 8.
- ⁴⁹⁷ AIC. Cx. 0399, Proc. 18, Docs. 26 e 32. Sobre o cientista francês Victor Grignard, prémio Nobel da Química em 1912, cf. NYE, 1993: 83-87.
- ⁴⁹⁸ Relatório enviado por Mendes Correia para o secretário-geral da JEN, em 22 de Outubro de 1931, descrevendo os trabalhos realizados na missão de estudo (AIC. Cx. 0399, Proc. 18, Doc. 44, Pág. 6).
- ⁴⁹⁹ AIC. Cx. 0399, Proc. 18; PODGORNÝ, 2009: 55-56.
- ⁵⁰⁰ Ofício remetido por Mendes Correia ao secretário-geral da Junta em 23 de Julho de 1931 (AIC. Cx. 1415, Proc. 9, Doc. 8, Pág. 3). (Sublinhado no original). As divergências nas teses veiculadas por Mendes Correia e Henri Vallois, referentes aos povos dos concheiros de Muge, é abordada por MATOS, 2012: 121-122; CARDOSO, 2011a: 77.
- ⁵⁰¹ AIC. Cx. 0399, Proc. 18, Doc. 32, Pág. 2.
- ⁵⁰² AIC. Cx. 0495, Proc. 4, Doc. 2. Cf. também JEN, 1933: 275-280.

- ⁵⁰³ Refira-se que 3.000\$00, em 1931, equivaliam a 2.837,10€ em 2014 (INE. DCN. NEPC. Cf. também JEN, 1933: 275-280). Sobre a importância do intercâmbio de materiais e coleções, nomeadamente paleontológicas, para o conhecimento dos antepassados do género humano cf. PODGORNY, 2009: 229-260.
- ⁵⁰⁴ CORREIA, 1933: 1-16; AIC. Cx. 1415, Proc. 9.
- ⁵⁰⁵ AIC. Cx. 1415, Proc. 9, Docs. 8 e 9; CORREIA, 1933: 10-11; AMHNC-UP. IA. DMUGE, 1930-1937, Doc. L/31.
- ⁵⁰⁶ CORREIA, 1933: 1.
- ⁵⁰⁷ PAÇO, 1932: 16-17. Cf. também nota de rodapé 448. Embora não destaque este caso, João Luís Cardoso reconhece padrões de qualidade internacional na metodologia adoptada por Mendes Correia nas escavações que dirige, em finais dos anos trinta, no Cabeço da Mina (CARDOSO, 2011b: 256-257).
- ⁵⁰⁸ BUISSON, 1934: 156-159.
- ⁵⁰⁹ Cf. nota de rodapé 407. A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia recebia periódicos de países como a Espanha, França, Itália, Bélgica, Inglaterra, Áustria, Polónia, Dinamarca, EUA e México (MATOS, 2012: 67-68). Cf. também CARDOSO, 2011a: 75.
- ⁵¹⁰ AIC. Cx. 1210, Proc. 9; Cx. 1415, Proc. 9.
- ⁵¹¹ Refira-se que os 38.750\$00 concedidos entre 1929 e 1936 equivaliam em 2014 a 35.011,34€ (JEN, 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1938; IAC, [s.d.]; INE. DCN. NEPC).
- ⁵¹² BUCKLAND, 2008: 49-58; AIC. Cx. 1213, Proc. 28, Doc. 3.
- ⁵¹³ Este valor equivalia em 2014 a 4.016,83€ (AIC. Cx. 1213, Proc. 28; Cx. 1212, Proc. 3; Cx. 1259, Proc. 23; INE. DCN. NEPC). O filme em causa está disponível em <http://www.cinematca.pt/Cinematca-Digital/Ficha.aspx?obraid=8137&type=Video>, consultado em 01/10/15. Cf. também CUNHA, 2012.
- ⁵¹⁴ JORGE; JORGE, 1995: 251-263. Numa tónica mais amenizada, mas implicitamente na mesma linha de pensamento, dois outros autores valorizam o facto de na *idade do ouro* os investigadores portugueses conhecerem a bibliografia de referência internacional (FABIÃO, 1999: 119; CARDOSO, 1999-2000: 37).
- ⁵¹⁵ MATOS, 2012: 122.
- ⁵¹⁶ DUCHÊNE, 1996: 273-284.
- ⁵¹⁷ DÍAZ-ANDREU, 2007: 29-48.
- ⁵¹⁸ Uma consulta dos trabalhos publicados por Mendes Correia e pelos seus colaboradores, nos anos trinta, revela-nos diversas referências a obras adquiridas anos antes com o financiamento da Junta. Refira-se no entanto, como destaca Ana Cristina Martins, que Vere Gordon Childe não é citado em nenhum desses trabalhos (MARTINS, 2011: 55).
- ⁵¹⁹ Esta última ideia é defendida por MATOS, 2012: 185.
- ⁵²⁰ Cf. notas de rodapé 409 e 469. Cf. também OTERO PEDRAYO, 1980.
- ⁵²¹ AIC. Cx. 0549, Proc. 5, Doc. 22. (Sublinhado nosso).
- ⁵²² AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 45.^a sessão, 26 Outubro 1931, pp. 85v-87v.
- ⁵²³ COSTA, 1939: 7-8.
- ⁵²⁴ JEN, 1931: 10-11. Cf. também subcapítulos – O Centro de Estudos Filológicos da JEN: uma instituição inspirada no Centro de Estudios Históricos da Junta para Ampliación de Estudios; Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra: o (re)posicionamento de Portugal na geografia científica mundial e O Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica: uma escola de ensaio pedagógico criada com o patrocínio da JEN.
- ⁵²⁵ ROLLO *et al.*, 2012: 93-94, 128-132, 159-160, 168-172. Cf. também GOMES, 2012: 98-103; GASPAR; SIMÕES, 2011: 316.
- ⁵²⁶ Cf. subcapítulo – Fernando Correia Pereira da Silva, a JEN e a Sociedade das Nações: ciência e diplomacia nos anos trinta.
- ⁵²⁷ JEN, 1931: 10-11.

- ⁵²⁸ COSTA, 1930: 12.
- ⁵²⁹ COSTA, 1930: 9-43.
- ⁵³⁰ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 79.^a sessão, 19 Fevereiro 1935, pp. 147v-149; Lv. Actas Comissão Executiva JEN Direcção IAC 1935/42, Acta 81.^a sessão, 18 Março 1935, pp. 1-4.
- ⁵³¹ JEN, 1931: 46-47.
- ⁵³² Ó, 1999: 66-68, 232.
- ⁵³³ Cf. subcapítulo – Mendes Correia e a JEN: Arqueologia e Antropologia em contexto internacional.
- ⁵³⁴ AIC. Cx. 1213, Proc. 28; JEN, 1931: 60-75. Um estudo sobre a importância de E. Pittard na Antropologia encontra-se disponível em <http://www.unige.ch/communication/Campus/campus105/tetechercheuse.html>, consultado em 08/10/15. Uma biografia de Bosch Gimpera foi recentemente publicada por GRACIA ALONSO, 2011.
- ⁵³⁵ JEN, 1931: 45-50.
- ⁵³⁶ O financiamento em causa, de 4.000\$00, o equivalente a 3.874,60€ em 2014, foi ainda empregue numa missão de estudo às ilhas Berlengas e em aquisição de bibliografia sobre ornitologia (AIC. Cx. 0455, Proc. 19; Cx. 0740, Proc. 8; Cx. 1215, Proc. 6; Cx. 1221, Proc. 15; Cx. 1274, Proc. 3; Cx. 1254, Proc. 12; INE. DCN. NEPC). Sobre João Gualberto de Barros e Cunha cf. http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/CUNHAjoaogualbertodebarrose, consultado em 08/10/15.
- ⁵³⁷ AIC. Cx. 1228, Proc. 4, Doc. 7.
- ⁵³⁸ JEN, 1930: 10-11; VANPAEMEL, 2013: 38. Em termos absolutos, a diferença de recursos entre as instituições em causa evidenciava-se na seguinte constatação: em 1933 o FNRS detinha receitas anuais de 7.500.000 francos belgas, ou seja, de 34.451.250 escudos (o equivalente a 32.607.074,59€ euros em 2014) e a JAE dispunha de um orçamento de 3.649.721 pesetas, isto é, de 10.041.587 escudos (o equivalente a 9.504.060,85€ em 2014), sendo o orçamento da JEN de 1.923.879 escudos, o que correspondia em 2014 a 1.820.893,76€ (JEN, 1935; 1938: 202, 222-227; INE. DCN. NEPC; [http://www.bpportugal.pt/estatisticasweb/\(S\(gs-reikym5y0jdn450wyygm45\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bpportugal.pt/estatisticasweb/(S(gs-reikym5y0jdn450wyygm45))/SeriesCronologicas.aspx)).
- ⁵³⁹ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 45.^a sessão, 26 Outubro 1931, pp. 85v-87v.
- ⁵⁴⁰ A verba concedida à publicação da revista *Técnica* (classificada na área da “Engenharia”) foi anulada por falta de assinatura do contrato. Cf. Anexo 2 – Contas da gerência da JEN, particularmente as alíneas “l” e “m”).
- ⁵⁴¹ São registadas as bolsas e os financiamentos concedidos até 10 de Abril de 1936. Na coluna “Bolseiros no estrangeiro” são registados exclusivamente os bolseiros de longa duração.
- ⁵⁴² Se no seu início a JAE concedeu algumas bolsas para realizar estudos em Espanha, estas foram desaparecendo gradualmente à medida que se criavam diferentes institutos e centros de investigação (FORMENTÍN IBÁÑEZ; JOSÉ VILLEGAS, 2007: 95. Cf. também Gráfico 3 – N.º de bolsas concedidas pela JAE (1907/39); LÓPEZ-OCÓN CABRERA, 2007: 67-89).
- ⁵⁴³ Cf. subcapítulo – Mendes Correia e a JEN: Arqueologia e Antropologia em contexto internacional.
- ⁵⁴⁴ Cf. nota de rodapé 405. A aquisição do micromanipulador Zeiss implicou a aplicação da totalidade do subsídio da Junta ao Instituto Botânico de Coimbra em 1931/32, ou seja, 5.000\$00, o equivalente a 4.935,85€ em 2014 (AIC. Cx. 1259, Proc. 5; JEN, 1933: 214-216; INE. DCN. NEPC).
- ⁵⁴⁵ Cf. nota de rodapé 184.
- ⁵⁴⁶ Tendo-lhe sido atribuído uma verba de 6.000\$00 pela Junta em 1933/34, o Instituto Botânico de Coimbra despende 5.000\$00, o equivalente a 4.814,20€ em 2014, com a estadia em Coimbra, entre 10 de Janeiro e 10 de Março de 1934, do

- botânico inglês (AIC. Cx. 1274, Proc. 25; INE. DCN. NEPC).
- ⁵⁴⁷ Entrevista ao jornal *Diário de Coimbra*, em 20 de Julho de 1937 (AIC. Cx. 0537, Proc. 10).
- ⁵⁴⁸ Cf. subcapítulo – Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa: uma escola de investigação resultante da actividade da JEN/IAC.
- ⁵⁴⁹ Cf. nota de rodapé 179.
- ⁵⁵⁰ JEN, 1932: 146.
- ⁵⁵¹ AIC. Cx. 1282, Proc. 16; Cx. 1262, Proc. 3; SOUSA, 1935-36: 345-352.
- ⁵⁵² AIC. Cx. 1262, Proc. 3, Doc. 1.
- ⁵⁵³ Carta enviada a Celestino da Costa em 7 de Junho de 1934 (AIC. Cx. 1262, Proc. 3, Doc. 1).
- ⁵⁵⁴ Refira-se que 6.000\$00 em 1934 equivaliam em 2014 a 5.777,04€ (AIC. Cx. 1282, Proc. 16; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 76.^a sessão, 8 Dezembro 1934, pp. 144-145; INE. DCN. NEPC).
- ⁵⁵⁵ JEN, 1938: 270-272.
- ⁵⁵⁶ COSTA, 1930: 25.
- ⁵⁵⁷ AIC. Cx. 1214, Proc. 28, Doc. 15; Cx. 1274, Proc. 20, Doc. 9; Cx. 1229, Proc. 25, Doc. 8.
- ⁵⁵⁸ AIC. Cx. 1214, Proc. 28, Doc. 15.
- ⁵⁵⁹ No total, ao Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto são atribuídos, pela Junta, 40.250\$00 (o equivalente a 36.911,71€ em 2014), ao Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina de Coimbra são concedidos 10.900\$00 (o equivalente a 9.831,18€ em 2014) e ao Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina de Lisboa são concedidos 17.250\$00, o equivalente a 15.490,21€ em 2014 (AIC. Cx. 1213, Procs. 8, 21 e 31; Cx. 1214, Procs. 28 e 29; Cx. 1229, Procs. 15 e 25; Cx. 1259, Procs. 1, 2 e 24; Cx. 1260, Proc. 12; Cx. 1274, Procs. 20 e 29; Cx. 1282, Proc. 16; INE. DCN. NEPC).
- ⁵⁶⁰ Cf. capítulo – A JEN na produção do único prémio Nobel português da Ciência.
- ⁵⁶¹ AIC. Cx. 1339, Proc. 7.
- ⁵⁶² Para uma História da Engenharia em Portugal no século XX cf. BRITO; HEITOR; ROLLO, 2002.
- ⁵⁶³ Cf. nota de rodapé 193.
- ⁵⁶⁴ O pedido desta bolsa em Portugal ocorre a 21 de Outubro de 1932 (AIC. Cx. 1339, Proc. 7).
- ⁵⁶⁵ Esta informação consta num relatório apresentado à Junta em 1930 (AIC. Cx. 1339, Proc. 7).
- ⁵⁶⁶ Atendendo à média da taxa de câmbio de 1930, que foi de 1 franco francês = 0\$800, 83.800 francos franceses correspondiam, nesse ano, a 67.040\$00, o que em 2014 equivalia a 58.518,55€ ([http://www.bportugal.pt/estatisticasweb/\(S\(gsreikym5y-0jdn450wyygm45\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bportugal.pt/estatisticasweb/(S(gsreikym5y-0jdn450wyygm45))/SeriesCronologicas.aspx). INE. DCN. NEPC).
- ⁵⁶⁷ COSTA, 1930: 28.
- ⁵⁶⁸ Esta verba equivalia, em 2014, a 72.166,65€ (IAC, [s.d.]: 53; INE. DCN. NEPC. Cf. também NArQ. IST. AP, ADS, 1, 03).
- ⁵⁶⁹ AIC. Cx. 1308, Proc. 2, Doc. 1. Cf. também JEN, 1935: 236; MENDES, 2014.
- ⁵⁷⁰ AIC. Cx. 1320, Proc. 2, Doc. 1. Cf. também AIC. Cx. 1308, Proc. 2. (Sublinhado no original).
- ⁵⁷¹ Custando este instrumento, aquando da sua aquisição, 60.000\$00 (o equivalente a 58.119,00€ em 2014), a Junta contribui com 50.000\$00 (o equivalente a 48.432,50€ em 2014), solicitando a colaboração dos laboratórios de física nacionais no custeamento das restantes despesas (AIC. Cx. 1320, Proc. 2. INE. DCN. NEPC).
- ⁵⁷² Refira-se que este estágio comportava ainda outros objectivos (AIC. Cx. 0974, Proc. 6; Cx. 1480, Proc. 11; GASPAR, 2008: 132; VALADARES, 1950: 97).
- ⁵⁷³ Fundado em 1936 por alguns dos ex-bolseiros externos da JEN, e dispondo do apoio de outros investigadores, o Núcleo de Matemática, Física e Química é formalmente extinto, com divergências entre os seus membros, em 5 de Novembro de 1939 (GIL, 2003: 77-92; <http://cvc>).

- instituto-camoes.pt/ciencia/e49.html, consultado em 08/06/16; GASPAR, 2008: 70-75).
- ⁵⁷⁴ AIC. Cx. 0488, Proc. 9; Cx. 1480, Proc. 11.
- ⁵⁷⁵ JEN, 1930: 11; cf. também nota de rodapé 137.
- ⁵⁷⁶ MAYER, 1930: 102. Cf. também FITAS, 2013a: 53-64.
- ⁵⁷⁷ Sobre as relações estabelecidas entre a Junta e o ISA, particularmente na perspectiva da investigação agronómica colonial, cf. NUNES, 2013a: 89-112.
- ⁵⁷⁸ JEN, 1930: 16.
- ⁵⁷⁹ AIC. Cx. 1229, Proc. 25, Doc. 1. (Sublinhado no original). Cf. também GOMES, 2012: 96-98.
- ⁵⁸⁰ AIC. Cx. 1214, Proc. 24; Cx. 1222, Proc. 18; Cx. 1270, Proc. 19; AISA. Proc. Mário de Azevedo Gomes, n.º 14. Relativamente ao Engenheiro agrónomo Mário de Azevedo Gomes cf. GARCÍA PEREDA, 2011.
- ⁵⁸¹ Sobre o estágio de Santos Hall cf. subcapítulo – A integração dos bolsheiros externos nas redes de comunicação científica internacionais. Sobre António Cabral, que se especializou em fabrico de pasta para papel no Instituto Forestal de Investigaciones y Experiencias de Madrid, cf. AIC. Cx. 0492, Proc. 24.
- ⁵⁸² AIC. Cx. 1214, Proc. 24; Cx. 1222, Proc. 18; Cx. 1270, Proc. 19.
- ⁵⁸³ *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, 1931: 143-144; CABRAL, 1934a: 127-141; 1934b: 78-81; 1937: 149-151; CABRAL; MASCARENHAS, 1939: 33-43; GOMES, 1939: 7-31. Sobre a política florestal do Estado Novo cf. DEVY-VARETA, 2003: 447-455; FREIRE; FONSECA, 2003: 195-222.
- ⁵⁸⁴ GOMES, 1934; GARCÍA PEREDA, 2011: 40-41.
- ⁵⁸⁵ Esta desvalorização da ciência verifica-se em SILVA, 2011; ROSAS, 1991: 771-790; AMARAL, 1994: 889-906; ROSAS; BRITO, 1996a; 1996b; BARRETO; MÓNICA, 1999a; 1999b; 2000; ROLLO, 2013b; 2013c; 2013d. Exceptuam-se deste quadro geral SARAIVA, 2016; 2009: 35-61; ÁGOAS, 2010.
- ⁵⁸⁶ BAPTISTA, 1996: 749-754. Cf. também FREIRE, 1996: 1011-1014; AMARAL, 1996a: 982-983.
- ⁵⁸⁷ BAPTISTA, 1996: 749-754.
- ⁵⁸⁸ Refira-se que este estágio ocorreu em 1931 (AIC. Cx. 0491, Proc. 1).
- ⁵⁸⁹ AIC. Cx. 1364, Proc. 5; Cx. 1308, Proc. 8; AISA. Proc. António Sousa da Câmara, n.º 160; SARAIVA, 2009: 35-61; 2010: 489-491; GASPAR; GAGO; SIMÕES, 2009: 75-77. Sobre a Campanha do Trigo cf. PAIS, 1999: 227-229; PAIS *et al.*, 1976: 400-474; 1978: 321-389; SARAIVA, 2016.
- ⁵⁹⁰ BAPTISTA, 1996: 749-754; ROSAS, 1991: 776. Em sentido contrário, a importância da ciência e particularmente dos engenheiros agrónomos pelos resultados obtidos na Campanha do Trigo é reconhecida por SARAIVA, 2009: 40-43; 2016. Cf. também AMARAL, 1996b: 116-117; CASACA, 1987: 139-160.
- ⁵⁹¹ Requerimento de António Sousa da Câmara dirigido ao presidente da JEN em 3 de Junho de 1935 (AIC. Cx. 0458, Proc. 21, Doc. 1).
- ⁵⁹² Refira-se que 5.500\$00 em 1936 equivalem a 5.290,51€ em 2014 (AIC. Cx. 1319, Proc. 7; INE. DCN. NEPC).
- ⁵⁹³ Refira-se que o Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida recebe da JEN no ano económico de 1934/35 o montante que solicita a esta instituição, 4.775\$00, o equivalente a 4.625,30€ em 2014 (*Anais do Instituto Superior de Agronomia*, 1931: 131-152; AIC. Cx. 1319, Proc. 13; INE. DCN. NEPC. Cf. também Anexo 3 – Bolsheiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38).
- ⁵⁹⁴ Ideia defendida em BRANDÃO, 2012: 71.
- ⁵⁹⁵ BRANDÃO, 2012: 5-6, 33, 38, 71.
- ⁵⁹⁶ COSTA, 1930: 27-28.
- ⁵⁹⁷ AIC. Cx. 0531, Proc. 24; http://memoria.ul.pt/index.php/Nunes,_Manuel_Pinhoiro, consultado em 16/11/15.

- ⁵⁹⁸ Em 1921, com o decreto n.º 7 238, de 18 de Janeiro, a Escola Superior de Farmácia de Lisboa ascende a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. Contudo, a 8 de Novembro de 1932 é extinta, sendo criada em sua substituição a Escola de Farmácia de Lisboa, que somente ascende novamente a faculdade em 1968, através do decreto-lei n.º 48 696 (<http://www.ff.ul.pt/faculdade/historia/>, consultado em 16/11/15). Sobre a Faculdade de Farmácia do Porto cf. SANTOS, 1996: 288-291. Cf. também SALGUEIRO, 2015: 51, 95-96, 153-156; BROJO; REBELO; PITA, 2000.
- ⁵⁹⁹ Sobre Armando Rocha cf. SANTOS, 1996: 208-210. Cf. também AIC. Cx. 0492, Proc. 11.
- ⁶⁰⁰ Carta de Armando Rocha para a JEN, em 27 de Julho de 1933 (AIC. Cx. 0390, Proc. 18, Doc. 1). Cf. também ADUP. <https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/23197>, consultado em 16/11/15.
- ⁶⁰¹ Este valor, atribuído em 1933/34, equivalia em 2014 a 1.444,26€ (cf. Quadro 15 – Centros de estudo e publicações científicas financiadas (JEN – 1929/36).
- ⁶⁰² BANDEIRA, 1996: 108-109; PATRÍCIO, 1984; NÓVOA; RODRIGUES; NIZA, 1999: 630-631.
- ⁶⁰³ LOPES, 2017a: 71-85; ROLLO *et al.*, 2012: 70, 498-504.
- ⁶⁰⁴ JEN, 1931: 15-16. Sobre a criação e actividade do Instituto-Escuela de Madrid, enquanto centro de ensaio pedagógico, cf. MARÍN ECED, 1990; VIÑAO, 2007b: 21-44; MAINER; MATEOS, 2007: 191-214; BERNAL MARTÍNEZ; LÓPEZ MARTÍNEZ, 2007: 215-239; ONTAÑÓN, 2007.
- ⁶⁰⁵ AIC. Cx. 0459, Proc. 2. Sobre a Educação Nova cf. VASCONCELOS, 2015; WAGNON, 2013.
- ⁶⁰⁶ Sobre Faria de Vasconcelos cf. BANDEIRA, 2003: 1397-1404; CUNHA, 1997b; PATRÍCIO, 1984: 58-79; VASCONCELOS, 1986; 2000; 2006; 2009; 2010a; 2010b; 2011; 2015.
- ⁶⁰⁷ As escassas informações conhecidas sobre a organização e actividade deste instituto encontram-se registadas em VASCONCELOS, 2009: XXI-XXIII, 435-439. Cf. também FRÓIS, 1994: 142-143.
- ⁶⁰⁸ AIC. Cx. 0459, Proc. 2, Docs. 4 e 7; Cx. 1338, Proc. 4.
- ⁶⁰⁹ AIC. Cx. 1327, Proc. 11; Cx. 1338, Proc. 4. Cf. também notas de rodapé 109 e 110. Sobre Ovide Decroly cf. WAGNON, 2013.
- ⁶¹⁰ Ofício de 13 de Outubro de 1930 (AIC. Cx. 0459, Proc. 2, Doc. 5).
- ⁶¹¹ Carta dirigida a Simões Raposo em 18 de Outubro de 1930 (AIC. Cx. 0459, Proc. 2, Doc. 6).
- ⁶¹² AIC. Cx. 0459, Proc. 2, Doc. 6.
- ⁶¹³ Parecer de 30 de Outubro e resolução de 3 de Novembro de 1930 (AIC. Cx. 0459, Proc. 2, Doc. 7).
- ⁶¹⁴ Carta enviada ao presidente da JEN a 1 de Julho de 1932 (AIC. Cx. 1214, Proc. 13, Doc. 4). (Sublinhado no original). Sistematizando, os apoios concedidos pela Junta ao Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica foram os seguintes: 10.000\$00 em 1929/30, 15.000\$00 em 1930/31, reduzidos a 14.250\$00 em virtude da aplicação do decreto n.º 19 286, de 30 de Janeiro de 1931, e 8.000\$00 em 1931/32, o que totalizou 32.250\$00 (o equivalente a 30.102,49€ em 2014) (AIC. Cx. 0459, Proc. 2; Cx. 1214, Proc. 13; INE. DCN. NEPC).
- ⁶¹⁵ Cf. subcapítulo – Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra: o (re)posicionamento de Portugal na geografia científica mundial.
- ⁶¹⁶ ROLLO *et al.*, 2012: 70-75.
- ⁶¹⁷ Os objectivos deste anteprograma são descritos por ROLLO *et al.*, 2012: 71-72.
- ⁶¹⁸ PEDRAZUELA, 2013: 139-167; LÓPEZ SÁNCHEZ, 2007: 121-128; ABAD, 2007: 7-39; GARCÍA MOUTON, 2007: 155-159; ROLDÁN, 2007: 161-165; TORTOSA, 2007: 175-179; AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, consultado em 28/10/15.

- ⁶¹⁹ Cf. notas de rodapé 97, 98, 99, 100 e 101.
- ⁶²⁰ LÓPEZ SÁNCHEZ, 2007: 124.
- ⁶²¹ AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Menéndez Pidal, Ramón, Ayudas; Gómez Moreno Martínez, Manuel, Ayudas; Tormo y Monzó, Elías, Ayudas; Hinojosa Naveros, Eduardo de, Ayudas; Sánchez-Albornoz y Menduiña, Claudio, Ayudas, consultado em 28/10/15.
- ⁶²² GARCÍA MOUTON, 2007: 155-157. Cf. também PEDRAZUELA, 2013: 139-167.
- ⁶²³ GARCÍA MOUTON, 2007: 155-156; SÁNCHEZ RON, 2007a: 63-86; DÍEZ DE REVENGA, 2007; ZAMORA VICENTE, 2001: 19-27; AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Navarro Tomás, Tomás, Expediente JAE/105-54, consultado em 29/10/15.
- ⁶²⁴ ROLLO *et al.*, 2012: 73-75.
- ⁶²⁵ Em 1936 registam-se as concessões de bolsas novas e de renovações somente até 10 de Abril. A bolsa de Abílio Roseira, em 1933/34, foi anulada a seu pedido, tendo o mesmo bolseiro falecido durante o estágio, em Madrid, em 1935. Em Outubro de 1930 Paiva Boléo é nomeado leitor de português na Universidade de Hamburgo. A bolsa interna de Rodrigo de Sá Nogueira, em 1930, foi suspensa em Fevereiro, sendo a sua bolsa em 1933/34, em Hamburgo, Berna e Zurique, anulada a seu pedido. Por decisão do ministro da Instrução Pública foram suspensas em Novembro de 1934 as bolsas internas de Francisco Gonçalves, Rodrigues Lapa e Rodrigo de Sá Nogueira, sendo a bolsa deste último restabelecida a 1 de Abril de 1935.
- ⁶²⁶ CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 1932/33.
- ⁶²⁷ CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 1933/34; cf. também subcapítulo – Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra: o (re) posicionamento de Portugal na geografia científica mundial.
- ⁶²⁸ CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 1934/35; cf. também nota de rodapé 174.
- ⁶²⁹ AIC. Cx. 1614, Proc. 5, Doc. 136; CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 1936; GARCÍA MOUTON, 2007: 157.
- ⁶³⁰ KRÜGER, 1936: 109-182.
- ⁶³¹ CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 1934/35: 192; AIC. Cx. 0488, Procs. 4 e 6; Cx. 0740, Procs. 4 e 5.
- ⁶³² Cf. nota de rodapé 74.
- ⁶³³ Alberto Araújo desempenha um papel decisivo entre 1935 e 1937, chegando, na prática, a ser o principal dirigente do PCP durante um breve período (PEREIRA, 2000: 152-159, 253-264, 303, 380-381. Cf. também ANTT. PIDE/DGS, SC, SR, n.º 1693; PIDE/DGS, SC, PC, n.º 25/38, NT 4502; PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, 1982: 281-282; PIMENTEL, 2006: 1160-1161, 1526; AIC. Cx. 0488, Proc. 4; Cx. 0740, Proc. 4).
- ⁶³⁴ Quadro 16 – Relação entre bolseiros, centros de estudo e publicações científicas financiadas (JEN – 1929/36).
- ⁶³⁵ SALGUEIRO, 2015: 95-96, 152-153.
- ⁶³⁶ AIC. Cx. 0458, Proc. 18; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, [s.d.], vol. VI: 349.
- ⁶³⁷ COSTA, 1934: 21-22.
- ⁶³⁸ A título exemplificativo atenda-se a José Alberto dos Reis. Vogal vitalício do Conselho de Estado desde 1933 e presidente da Assembleia Nacional entre Novembro de 1934 e Novembro de 1945, nunca solicitou à Junta o seu apoio, embora fosse, em 1929, director do Instituto Jurídico de Coimbra (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, [s.d.], vol. XXIV: 894-895; SALGUEIRO, 2015: XXXVI; AUC. Processo do professor José Alberto dos Reis, Cx. 253). Refira-se que a tese de que no Estado Novo a principal fonte de recrutamento de pessoal político são as faculdades de Direito é defendida por PEREIRA, 2013: 34.
- ⁶³⁹ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 63.^a sessão, 21 Fevereiro

1934, pp. 121v-122.

- ⁶⁴⁰ Tese defendida por GOMES, 2012: 110-113.
- ⁶⁴¹ Refira-se que a autora contabiliza os montantes atribuídos entre 1929 e 1939, portanto, inclui o financiamento do IAC (GOMES, 2012: 110-113).
- ⁶⁴² Em 1936 o financiamento do Instituto de Histologia e Embriologia da Universidade de Lisboa ocorre em Dezembro, ou seja, é concedido pelo IAC (em colaboração com a Rockefeller Foundation).
- ⁶⁴³ COSTA, 1930: 26-27. Refira-se ainda que Geraldino Brites foi bolseiro da JEN no Instituto de Histologia de Coimbra desde 1929 até finais de 1934, quando da suspensão da sua bolsa pelo ministro da Instrução Pública (AIC. Cx. 0537, Proc. 17; Cx. 0451, Proc. 4).
- ⁶⁴⁴ CUNHA, 1997a: 176.
- ⁶⁴⁵ CUNHA, 1997a: 176. Cf. também SALGUEIRO, 2015: 127-129, 159-160.
- ⁶⁴⁶ A inexistência de processos referentes a Abel Salazar no Arquivo do Instituto Camões e a existência de apenas um processo do Instituto de Histologia do Porto, no qual, exceptuando para os anos em que foi apoiado, não há registo de pedidos de financiamento, reafirma a ideia que defendemos (AIC. Cx. 1214, Proc. 16).
- ⁶⁴⁷ SALAZAR, 2006: 124-127, 130-132, 145-149.
- ⁶⁴⁸ COSTA, 1930: 35.
- ⁶⁴⁹ WULLUS-RUDIGER, 1948.
- ⁶⁵⁰ Cf. Quadro 15 – Centros de estudo e publicações científicas financiadas (JEN – 1929/36).
- ⁶⁵¹ COSTA, 1930: 35.
- ⁶⁵² Cf. subcapítulo – “Foi a concessão de uma bolsa de estudo no país, após um estágio de três anos em Berlim, que permitiu que tais trabalhos se pudessem realizar”.
- ⁶⁵³ Refira-se que a Junta atribui, em 1929, 4.000\$00 a cada um dos autores (o equivalente a 3.484,56€ em 2014) para publicar a sua dissertação (AIC. Cx. 0494, Procs. 3, 4 e 12; INE. DCN. NEPC).
- ⁶⁵⁴ AIC. Cx. 1274, Proc. 25, Doc. 5.
- ⁶⁵⁵ IAC, [s.d.]: 53-55, 57. Cf. também subcapítulo – O Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques: entre Coimbra, Berlim e os Royal Botanic Gardens, Kew.
- ⁶⁵⁶ *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, 1931: 147.
- ⁶⁵⁷ COSTA, 1930: 35.
- ⁶⁵⁸ IAC, [s.d.]: 53-57; AIC. Cx. 1209, Proc. 23. Refira-se que os *Archives Portugaises des Sciences Biologiques*, criados em 1920, eram muito apreciados no estrangeiro (NUNES, 2013b: 306-312).
- ⁶⁵⁹ SALGUEIRO, 2015: 148.
- ⁶⁶⁰ COSTA, 1939: 63-64.
- ⁶⁶¹ 1.470\$69 de média anual de financiamento, entre 1928/29 e 1936, equivalia em 2014 a 1.376,50€. O apoio da JEN à publicação da *Folia Anatomica* registou os seguintes valores: 5.000\$00 (1928/29); 2.000\$00 (1929/30); 2.900\$00 (1930/31); 1.000\$00 (1931/32); 2.500\$00 (1932/33). Deste modo, a *Folia Anatomica* obteve 13.400\$00, ou seja, uma média anual de 2.680\$00, o equivalente a 2.439,47€ em 2014 (AIC. Processos individuais das instituições/publicações financiadas; INE. DCN. NEPC).
- ⁶⁶² SIMÕES, 2011: 16.
- ⁶⁶³ SIMÕES, 2011: 19; GASPAS; SIMÕES, 2011: 303-343; GEISON, 1981: 20-40.
- ⁶⁶⁴ SIMÕES, 2011: 19. Cf. também MOREIRA, 2001: 20-24; FITAS, 2006: 12.
- ⁶⁶⁵ GASPAS; SIMÕES, 2011: 303-343.
- ⁶⁶⁶ GASPAS, 2008: 180.
- ⁶⁶⁷ SIMÕES, 2011: 16-21; GASPAS; SIMÕES, 2011: 303-343; GASPAS, 2008; SALGUEIRO, 1978: 2-12; GIL, 1995: 11-17; FITAS, 2006: 1-22.
- ⁶⁶⁸ Cf. subcapítulo – *A determinação dos temas: orientação sem imposição*.
- ⁶⁶⁹ COSTA, 1930: 15.
- ⁶⁷⁰ GASPAS; SIMÕES, 2011: 320.
- ⁶⁷¹ Cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38); cf. também subcapítulo – *A integração dos bolseiros externos nas redes*

- de comunicação científica internacionais.
- ⁶⁷² SERRA, 2010: 1-14; GASPAS; SIMÕES, 2011: 319-320; GASPAS, 2008: 120-126; FITAS; VIDEIRA, 2004: 147-148, 227-228.
- ⁶⁷³ Cf. Anexo 3 – Bolseiros da JEN/(IAC) fora do país que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras (1929/38); cf. também subcapítulo – A integração dos bolseiros externos nas redes de comunicação científica internacionais.
- ⁶⁷⁴ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 68.^a sessão, 23 Junho 1934, pp. 127v-132. (Sublinhado no original).
- ⁶⁷⁵ AIC. Cx. 1215, Proc. 3, Docs. 4, 8, 17 e 19.
- ⁶⁷⁶ Parecer de Achilles Machado, de 5 de Abril de 1935 (AIC. Cx. 1215, Proc. 3, Doc. 15). Cf. também subcapítulo – O microfotómetro do IST: “uma maravilha de construção mecânica e óptica” adquirida para *todos*, mas usufruída só por alguns...
- ⁶⁷⁷ Ofício de 19 de Outubro de 1935 enviado ao secretário-geral da JEN. Os 2.526\$95 concedidos em 1935 equivaliam em 2014 a 2.447,73€ (AIC. Cx. 1215, Proc. 3, Doc. 25; INE. DCN. NEPC).
- ⁶⁷⁸ Ofício de Herculano Amorim Ferreira, de 8 de Dezembro de 1932, dirigido ao presidente da JEN (AIC. Cx. 1214, Proc. 21, Doc. 7).
- ⁶⁷⁹ GIBERT, 1950: 88.
- ⁶⁸⁰ De acordo com Valadares, a vida política e o desempenho de funções burocráticas *inutilizaram* Amorim Ferreira para a investigação científica, tendo os instrumentos adquiridos para os seus estudos em termiônica sido empregues, ulteriormente, em instalações visando outros fins (VALADARES, 1950: 102).
- ⁶⁸¹ Uma lista detalhada do material adquirido pode ser consultada em LOPES, 2017b: 216-217. Consideram-se os anos entre 1929 e 1947 porque é nesse período que o laboratório em análise é considerado a única escola de investigação em Física experimental de sucesso em Portugal (SIMÕES, 2011: 16). Em 1930/31 o financiamento inicial foi de 30.000\$00, sendo reduzido a 28.500\$00 pela aplicação do decreto n.º 19 286, de 30 de Janeiro de 1931. Em 1939 apenas 1.200\$00 foram atribuídos directamente ao laboratório, tendo sido 9.000\$00 concedidos a Marques da Silva visando a instalação de uma câmara de Wilson. Desde 1940 que as verbas são concedidas ao Centro de Estudos de Física, anexo à Faculdade de Ciências de Lisboa.
- ⁶⁸² Ideia defendida em GASPAS; SIMÕES, 2011: 321. Cf. também AIC. Cx. 1254, Proc. 6, Doc. 1; VALADARES, 1950: 94-95.
- ⁶⁸³ AIC. Cx. 1254, Proc. 6, Doc. 1.
- ⁶⁸⁴ Ofício de Cirilo Soares datado de 2 de Agosto de 1934 (AIC. Cx. 1254, Proc. 6, Doc. 4). Sobre o “bom senso” aplicado na gestão de Cirilo Soares cf. MOREIRA, 2001: 20-24; VALADARES, 1950: 93-94.
- ⁶⁸⁵ A descoberta do elemento de número atómico 85 nos produtos descendentes do rádio, por Cauchois e Hulubei, foi publicada em Junho de 1939 nos *Comptes Rendus de l’Académie des Sciences de Paris* (GASPAS, 2008: 81).
- ⁶⁸⁶ Sobre os espectros de riscas de raios X cf. VALADARES, 1947: 117-127. Cf. também AIC. Cx. 1254, Proc. 6; Cx. 1319, Proc. 5; Cx. 1320, Proc. 11; GASPAS; SIMÕES, 2011: 321; GASPAS, 2008: 76-77; VALADARES; MENDES, 1938: 744-746.
- ⁶⁸⁷ Lv. Actas Conselho Escolar Faculdade Ciências Lisboa 1933/44, Acta sessão 7 Maio 1943, pp. 159-163 (disponível em <http://ciuhct.org/media/default/online/docs/1441c.pdf>, consultado em 28/12/15). O colaborador em causa, Luis Rivoir Alvarez, estagiou de 28 de Abril a 9 de Junho de 1943 sob orientação de Valadares, adquirindo a técnica de espectrografia de raios X em cristal curvo (GASPAS, 2008: 126-127, 132-133). Cf. também NUNES, 2002: 231-244; AU-SEJO, 1993; 2008: 295-310.
- ⁶⁸⁸ SÁNCHEZ RON, 2009: 47-74; Cf. também SÁNCHEZ RON, 2007b: 102-113;

FERNÁNDEZ TERÁN, 2014.

- ⁶⁸⁹ GASPAR; SIMÕES, 2011: 317. Cf. também FITAS, 2013a: 62-63. O doutoramento que surge registado, em Portugal, no período entre 1930/34 corresponde a Amorim Ferreira, que preparou a componente experimental do seu doutoramento em Londres (GASPAR, 2008: 71).
- ⁶⁹⁰ FITAS, 2006: 13-14. Sobre os doutoramentos em análise cf. também SALGUEIRO; CARVALHO, 2001: 73; MOREIRA, 2001: 23; FERREIRA, 1963: 39-46.
- ⁶⁹¹ BRAGA, 1950: 90.
- ⁶⁹² A este propósito cf. SALGUEIRO, 2015: 56.
- ⁶⁹³ Lv. Actas Conselho Escolar Faculdade Ciências Lisboa 1944/52, Acta sessão 18 Novembro 1944, pp. 1-5 (disponível em <http://ciuhct.org/media/default/online/docs/1442c.pdf>, consultado em 29/12/15).
- ⁶⁹⁴ Lv. Actas Conselho Escolar Faculdade Ciências Lisboa 1944/52, Acta sessão 18 Novembro 1944, pp. 1-5 (disponível em <http://ciuhct.org/media/default/online/docs/1442c.pdf>, consultado em 29/12/15).
- ⁶⁹⁵ Lv. Actas Conselho Escolar Faculdade Ciências Lisboa 1944-52, Acta sessão 18 Novembro 1944, pp. 1-5 (disponível em <http://ciuhct.org/media/default/online/docs/1442c.pdf>, consultado em 29/12/15). Cf. também SIMÕES, 2011: 16-21. Tendo produzido o trabalho experimental no Centro de Estudos de Física da Universidade de Lisboa, Carlos Braga e José Sarmento doutoraram-se, no entanto, na Universidade do Porto, em 1944 e 1946, respectivamente (GASPAR, 2008: 145).
- ⁶⁹⁶ Ofício de 18 de Maio de 1944 (AIC. Cx. 3249, Proc. 1, Doc. 29).
- ⁶⁹⁷ Sobre a reacção favorável de diversas instituições científicas internacionais aos trabalhos publicados na *Portugaliae Physica* cf. GASPAR, 2008: 152-153.
- ⁶⁹⁸ COSTA, 1985a: 393-394.
- ⁶⁹⁹ Ó, 1999: 66-68, 232.
- ⁷⁰⁰ ROLLO *et al.*, 2012: 93-95.
- ⁷⁰¹ LOPES, 2010.
- ⁷⁰² LACERDA, 1940: 535.
- ⁷⁰³ Esta técnica, largamente utilizada na maioria dos laboratórios de Fonética Experimental, é contestada por Lacerda logo em 1932 (UNIVERSIDADE DE COIMBRA. FACULDADE DE LETRAS, 1953: 9-10).
- ⁷⁰⁴ Sobre este assunto cf. ROLLO *et al.*, 2012: 70-75, 128-133.
- ⁷⁰⁵ AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Docs. 1 e 5.
- ⁷⁰⁶ Sobre Paul Menzerath cf. http://www.degruyter.com/view/DBE/_16-8945?rskey=CsVtsU&result=1&dbq_0=menzerath&dbf_0=dbe-fulltext&dbt_0=fulltext&o_0=AND, consultado em 04/10/14; LACERDA, 1954: 164-167.
- ⁷⁰⁷ AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Docs. 22, 36 e 38.
- ⁷⁰⁸ AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Doc. 44.
- ⁷⁰⁹ No conjunto das três páginas dactiloscritas, esta é a única informação sublinhada a lápis (AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Doc. 47).
- ⁷¹⁰ AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Doc. 47; Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 51.^a sessão, 16 Maio 1932, pp. 95-98v; LACERDA, 1940: 543; KOHLER, [s.d.]: 1-2. Refira-se que 11.000\$00 em 1932 equivaliam a 10.858,87€ em 2014 (INE. DCN. NEPC).
- ⁷¹¹ AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Docs. 44 e 63.
- ⁷¹² AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Docs. 64, 65, 67, 68 e 71.
- ⁷¹³ MENZERATH; LACERDA, 1933; AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Docs. 68, 80, 92, 105 e 108.
- ⁷¹⁴ A cópia desta carta, com a respectiva tradução que transcrevemos, encontra-se arquivada em AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Doc. 86. Esta obra de Menzerath e Lacerda ainda actualmente é referenciada na literatura da especialidade (LÖFQ-VIST, 2013: 353-377).
- ⁷¹⁵ ROGERS, 1992: 78, 160; LACERDA, 1940; DELGADO-MARTINS, 2002: 16.
- ⁷¹⁶ AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Docs. 83, 91, 96, 105 e 113; LACERDA, 1954: 164-167.

- ⁷¹⁷ AIC. Cx. 1337, Proc. 3, Docs. 91, 96 e 104.
- ⁷¹⁸ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 59.^a sessão, 31 Julho 1933, pp. 115v-116v; Cx. 0488, Proc. 10, Doc. 3.
- ⁷¹⁹ AIC. Cx. 1307, Proc. 18, Doc. 6; Cx. 0537, Proc. 8, Doc. 24; Cx. 0488, Proc. 10, Doc. 13.
- ⁷²⁰ Carta remetida por Armando de Lacerda em 6 de Agosto de 1934 (AIC. Cx. 0537, Proc. 8, Doc. 7).
- ⁷²¹ Sobre o início das negociações entre a Faculdade de Letras de Coimbra e a JEN, visando a criação do Laboratório de Fonética Experimental, cf. AUC. Actas das Congregações, Faculdade de Letras, ano 1925 a 1936, vol. 2, Acta da sessão ordinária, 18 Outubro 1933, pp. 138-139v; Acta da sessão ordinária, 7 Novembro 1933, pp. 141-142.
- ⁷²² Refira-se que 83.000\$00 em 1935 equivaliam a 80.397,95€ em 2014, equivalendo 79.000\$00 em 1936 a 75.990,89€ em 2014 (JEN, 1938: 236-237, 252; IAC, [s.d.]: 53-55, 60-61; INE. DCN. NEPC).
- ⁷²³ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. FACULDADE DE LETRAS, 1953: 3.
- ⁷²⁴ Essa orientação está expressa nas investigações e publicações que desde 1932 Lacerda desenvolveu, e que temos vindo a referir.
- ⁷²⁵ LABORATÓRIO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1939: 5-6.
- ⁷²⁶ ROLLO *et al.*, 2012: 129-130; LABORATÓRIO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1939: 5, 7-10; AIC. Cx. 1320, Proc. 16.
- ⁷²⁷ LABORATÓRIO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1939: 3-7, 13-14.
- ⁷²⁸ Sobre Mário Augusto da Silva cf. SANTIAGO, 2001; TRINCÃO; RIBEIRO, 2001.
- ⁷²⁹ LACERDA, 1940: 543; LABORATÓRIO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1939: 3-7, 13-14.
- ⁷³⁰ CARTER, 1941: 412-413.
- ⁷³¹ A listagem desse material, nos inícios dos anos cinquenta, encontra-se descrita em UNIVERSIDADE DE COIMBRA. FACULDADE DE LETRAS, 1953.
- ⁷³² Subsidiado para este fim, o convite foi adiado em virtude da eclosão da II Grande Guerra (LABORATÓRIO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1939: 14-15).
- ⁷³³ O período considerado finda em 1956 porque a partir desse ano diminui acentuadamente o número de investigadores estrangeiros no laboratório em análise. A coluna “País” indica o país a que o investigador estava cientificamente filiado. A coluna “Duração do estágio (ano)” indica o tempo total de estágio (expresso em meses: “m”) e o ano em que ocorreu. O estágio de Leif Sletsjøe no Laboratório de Fonética Experimental ocorreu durante um curso de férias organizado pela Faculdade de Letras de Coimbra. Sue Nogueira estagiou em 1955 no laboratório dirigido por Armando de Lacerda, no Centro de Estudos Filológicos e na Faculdade de Letras de Lisboa, tendo seguidamente regressado ao Brasil. Em 1956, nos meses de Maio e Junho, estagiou exclusivamente no Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra.
- ⁷³⁴ Sobre o sucessor da JAE, o CSIC, criado em Novembro de 1939, cf. SÁNCHEZ RON, [s.d.].
- ⁷³⁵ Em 11 de Julho de 1951, visando assegurar a formação de especialistas, é criada no Brasil a CAPES ([HTTP://WWW.CAPES.GOV.BR/HISTORIA-E-MISSAO](http://www.capes.gov.br/historia-e-missao), consultado em 24/09/14).
- ⁷³⁶ *Revista Hispánica Moderna*, 1936: 80; ROGERS, 1992: 78, 142, 146 e 160.
- ⁷³⁷ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, [s.d.], vol. XIV: 502.
- ⁷³⁸ LACERDA; ROGERS, 1939.

- ⁷³⁹ HADEN, 1941: 76-77.
- ⁷⁴⁰ CARTER, 1941: 412-413.
- ⁷⁴¹ MARGARIT; LACERDA, 1948.
- ⁷⁴² WOODBRIDGE, 1951: 76.
- ⁷⁴³ HAMMARSTRÖM, 1953; UNIVERSIDADE DE COIMBRA. FACULDADE DE LETRAS, 1953; AIC. Cx. 0785, Proc. 7.
- ⁷⁴⁴ ROSSI, 1958: 207-209; CARDOSO, 1994: 117-125; CAMARA JR., 1966: 41; AUC. Processo do professor Armando Soeiro Moreira de Lacerda, Cx. 123; AIC. Cx. 1320, Proc. 16, Docs. 20 e 25.
- ⁷⁴⁵ AUC. Processo do professor Armando Soeiro Moreira de Lacerda, Cx. 123; AIC. Cx. 1320, Proc. 16, Docs. 20 e 32; CASTILHO, 1972: 137.
- ⁷⁴⁶ Palavras de Armando de Lacerda inscritas no ofício que remete ao presidente do IAC em 19 de Dezembro de 1955 (AIC. Cx. 1320, Proc. 16, Doc. 12).
- ⁷⁴⁷ SÁNCHEZ RON, 2007a: 63-86; DÍEZ DE REVENGA, 2007; ZAMORA VICENTE, 2001: 19-27; CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTIFICAS, 1958: 171.
- ⁷⁴⁸ Refira-se existir uma continuidade na realização de congressos científicos internacionais, em Portugal, desde a Monarquia (PINA; NUNES, 2012: 133-147; NUNES, 2016: 267-286; 2009: 321-336).
- ⁷⁴⁹ Sobre este assunto cf. GOOTENBERG, 2007: 207.
- ⁷⁵⁰ CUETO, 1989; GOOTENBERG, 2007: 202-232. Outros trabalhos que revêem o conceito de centro e periferia científica são os de LOPES, 2009; GAVROGLU *et al.*, 2008: 153-175; ROBERTS, 2009: 9-30; DASTON, 2015: 85-98.
- ⁷⁵¹ Cf. subcapítulo – “Publicar na nossa língua certos trabalhos é perder tempo, trabalho, dinheiro”.
- ⁷⁵² JEN, 1931: 41-43; 1930: 18; 1932: 228.
- ⁷⁵³ COSTA, 1985a: 393.
- ⁷⁵⁴ Sobre o subcapítulo – “Quis que a ciência Portuguesa aparecesse além das fronteiras e se tornasse conhecida. Dei o exemplo aparecendo regularmente em Congressos...” cf. LOPES; NUNES; FITAS, 2011: 1399-1411; LOPES, 2012: 149-175. Relativamente à profissionalização da ciência cf. KAESER, 2009: 1-3; CURBERA COSTELLO, 2007: 363-364.
- ⁷⁵⁵ Cf. Anexo 2 – Contas da gerência da JEN.
- ⁷⁵⁶ Para um estudo sobre a política de leitorados desde a Junta ao Instituto Camões cf. ROLLO *et al.*, 2012.
- ⁷⁵⁷ Os periódicos listados nas “Fontes” foram consultados entre 1929 e 1937. Em 1936 foram registados os congressos ocorridos somente até 10 de Abril, quando a JEN foi extinta. Relativamente aos congressos científicos realizados no estrangeiro apenas foram contabilizados os que, pela presença de investigadores de diferentes nacionalidades, assumiram um carácter internacional.
- ⁷⁵⁸ JEN, 1935: 12.
- ⁷⁵⁹ JEN, 1938: 13.
- ⁷⁶⁰ JEN, 1931: 12.
- ⁷⁶¹ Sobre a presença dos académicos portugueses da primeira metade do século XX em congressos científicos nacionais e internacionais cf. LOPES, 2010.
- ⁷⁶² Cf. nota de rodapé 180.
- ⁷⁶³ AIC. Cx. 0503, Proc. 5; Cx. 0538, Proc. 18; Cx. 1327, Proc. 19.
- ⁷⁶⁴ Refira-se que José Júlio de Bettencourt Rodrigues era filho do químico José Júlio Bettencourt Rodrigues, nascido no Funchal a 8 de Maio de 1843 (<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p36.html>, consultado em 23/07/16).
- ⁷⁶⁵ AIC. Cx. 0460, Proc. 9; Cx. 0493, Proc. 4; PAULO, 2003: 1216.
- ⁷⁶⁶ Cf. subcapítulo – Mendes Correia e a JEN: Arqueologia e Antropologia em contexto internacional. Cf. também PAÇO, 1932: 5-7; VAUFREY, 1931: 95-129.
- ⁷⁶⁷ A ideia de que os investigadores da JAE deviam ter uma presença activa nos congressos internacionais é defendida por LÓPEZ-OCÓN CABRERA, 2007: 68-71.
- ⁷⁶⁸ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 23.ª sessão, 21 Julho 1930, pp. 35-36v.
- ⁷⁶⁹ AIC. Cx. 0497, Proc. 1; Cx. 0537, Proc.

- 17; Cx. 0451, Proc. 4; AUC. Processo do professor Geraldino da Silva Baltazar de Brites, Cx. 24-A.
- ⁷⁷⁰ Resolução da Comissão Executiva em sessão de 25 de Abril de 1931. Refira-se que 2.000\$00 em 1931 equivaliam a 1.891,40€ em 2014 (AIC. Cx. 0497, Proc. 1, Docs. 2 e 5; INE. DCN. NEPC).
- ⁷⁷¹ JEN, 1930: 12-13.
- ⁷⁷² SÁNCHEZ RON, [s.d.].
- ⁷⁷³ NUNES, 2010: 20.
- ⁷⁷⁴ Os periódicos listados nas “Fontes” foram consultados entre 1929 e 1937. Em 1936 foram registados os congressos ocorridos somente até 10 de Abril, quando a JEN foi extinta. Relativamente aos congressos científicos realizados no estrangeiro apenas foram contabilizados os que, pela presença de investigadores de diferentes nacionalidades, assumiam um carácter internacional. “Vários” inclui congressos de radiocomunicação e de cooperação intelectual. Como diversos congressos compreendem diferentes áreas do conhecimento, e as mesmas são registadas, os valores totais excedem o número exacto de congressos ocorridos.
- ⁷⁷⁵ LOUIS, 2010: 2160-2166.
- ⁷⁷⁶ LOPES, 2013: 149-161; SCHWARTZ, 2004: 31-37.
- ⁷⁷⁷ Sobre a presença de António Pereira Forjaz nos congressos de Química Industrial cf. notas de rodapé 180, 762 e 763. Relativamente ao financiamento de sete investigadores no XII Congresso Internacional de Zoologia cf. notas de rodapé 806 e 807.
- ⁷⁷⁸ Sobre a política educativa de Carneiro Pacheco cf. PROENÇA, 1996: 571-573; LOFF, 2003: 1030-1035.
- ⁷⁷⁹ Cf. nota de rodapé 765.
- ⁷⁸⁰ Sobre o ensino na I República e o impacto da legislação da Ditadura Militar e dos primeiros tempos do Estado Novo na alteração dos referenciais que configuraram a sua organização, administração e provisão cf. BARROSO, 2013: 1180-1184. Cf. também NÓVOA, 1996: 286-288; CARVALHO, 1996: 651-813; PROENÇA, 2013: 1142-1148; 2009: 169-189; VALENTE, 1973: 80-97, 129-134.
- ⁷⁸¹ JEN, 1930: 12-13.
- ⁷⁸² Sobre os estágios de Irene Lisboa e Áurea Judite Amaral em Genebra cf. FERNANDES, 2007: 217-245. Relativamente à estadia de José Claudino Rodrigues Miguéis em Bruxelas cf. subcapítulo – O Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica: uma escola de ensaio pedagógico criada com o patrocínio da JEN.
- ⁷⁸³ DINIZ, 2011: 309-331; AIC. Cx. 0460, Proc. 9; Cx. 0493, Proc. 4.
- ⁷⁸⁴ VASCONCELOS, 2015; WAGNON, 2013; NÓVOA, 1990: 51-107.
- ⁷⁸⁵ VIÑAO, 2007b: 21-44; MARÍN ECED, 1990; COMAS RUBÍ, 2007: 91-115.
- ⁷⁸⁶ DINIZ, 2011: 321.
- ⁷⁸⁷ No caso português, José Júlio Rodrigues defende que a legislação existente sobre os médicos escolares não encontra expressão na realidade (RODRIGUES, 1931: 407-441). Sobre o sistema de exames no ensino liceal em Portugal cf. CARVALHO, 1996: 776-777, 781; BARROSO, 1995: 580-588.
- ⁷⁸⁸ JEN, 1931: 29-43.
- ⁷⁸⁹ AIC. Cx. 0460, Proc. 9, Doc. 6.
- ⁷⁹⁰ AIC. Cx. 0460, Proc. 9, Doc. 6.
- ⁷⁹¹ AIC. Cx. 0460, Proc. 9, Doc. 6; RODRIGUES, 1931: 408.
- ⁷⁹² AIC. Cx. 0460, Proc. 9, Doc. 6.
- ⁷⁹³ Sobre a intervenção na esfera pública cf. GOODMAN, 1992: 1-20.
- ⁷⁹⁴ AIC. Cx. 0460, Proc. 9, Doc. 6.
- ⁷⁹⁵ Nota informativa divulgando as conferências de José Júlio Rodrigues na Sociedade de Geografia de Lisboa (AIC. Cx. 0460, Proc. 9). (Sublinhado no original).
- ⁷⁹⁶ AIC. Cx. 0460, Proc. 9, Doc. 6. (Sublinhado no original).
- ⁷⁹⁷ *O Século*, 1 de Novembro de 1931: 7; MANAÇAS, 1931: 535-543.
- ⁷⁹⁸ RODRIGUES, 1931: 437-438. (Itálico no original).
- ⁷⁹⁹ “Se ha dicho hartas veces que el problema de España es un problema de cultura. Urge, en efecto, si queremos

incorporarnos a los pueblos civilizados, cultivar intensamente los yermos de nuestra tierra y de nuestro cerebro, salvando para la posteridad y enaltecimiento patrio todos los ríos que se pierden en el mar y todos los talentos que se pierden en la ignorancia.” *Apud* SANTAMARÍA GARCÍA; GONZÁLEZ IBÁÑEZ, 2009: 22.

⁸⁰⁰ BARROSO, 2013: 1180.

⁸⁰¹ Refira-se que embora não tenha sido concretizada, a supressão dos exames liceais tinha sido proposta pelo próprio José Júlio Rodrigues na Comissão de Reforma do Ensino Secundário, em 1911 (AIC. Cx. 0460, Proc. 9).

⁸⁰² FORMENTÍN IBÁÑEZ; JOSÉ VILLEGAS, 2007: 95-96; MARÍN ECED, 1990: XXXVI-XXXVII.

⁸⁰³ Registam-se as profissões exercidas pelos bolseiros externos de longa duração quando da concessão da (1.ª) bolsa nova. São contabilizados os congressistas e bolseiros externos de longa duração que obtiveram bolsa até 10 de Abril de 1936. “Aluno” respeita aos alunos de licenciatura prestes a finalizar o seu curso. “Professor não universitário” inclui professores primários, pré-primários, de ensino especial, inspectores e directores do ensino primário e infantil, professores de escolas profissionais agrícolas, industriais e comerciais, e professores liceais do ensino público e privado. Considerámos “Investigador universitário” aqueles que, não leccionando, desenvolviam trabalho científico nas faculdades. “Outros” reporta-se fundamentalmente aos licenciados com actividade profissional como médicos, advogados e engenheiros agrónomos. As percentagens foram arredondadas à unidade, umas vezes por excesso e outras por defeito.

⁸⁰⁴ MARÍN ECED, 1990: XXXVI-XXXVII. Sobre Joaquim de Carvalho e Eugénio de Castro e Almeida cf. respectivamente <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/joaquim-de-carvalho.html#>.

Vo5ZB4_XKM8, consultado em 07/01/16 e FERNANDES, 2006.

⁸⁰⁵ Cf. subcapítulo – A predisposição dos catedráticos para retornar à condição de *estudantes*: uma comparação (possível) entre Portugal e Espanha.

⁸⁰⁶ Ofício de Artur Ricardo Jorge dirigido ao presidente da JEN em 15 de Julho de 1935 (AIC. Cx. 0393, Proc. 7, Doc. 1). Sobre o XII Congresso Internacional de Zoologia cf. LOPES; NUNES; PINA, 2012: 115-131; SALDANHA, 2014.

⁸⁰⁷ A média de investigadores financiados pela JEN, ao abrigo da rubrica “Representação em congressos”, era apenas de um por congresso (LOPES, 2012: 170-172; cf. também subcapítulo – O perfil dos bolseiros).

⁸⁰⁸ Cf. subcapítulo – Mendes Correia e a JEN: Arqueologia e Antropologia em contexto internacional.

⁸⁰⁹ Relativamente a este congresso cf. PINA; NUNES, 2012: 133-147; LOPES, 2013: 137-164.

⁸¹⁰ Sobre a participação de investigadores portugueses, nos anos vinte, nas reuniões da Association des Anatomistes cf. SALGUEIRO, 2015: 189.

⁸¹¹ Relatório enviado por Celestino da Costa ao presidente da JEN em 20 de Dezembro de 1930 (AIC. Cx. 0498, Proc. 1, Doc. 16). Cf. também SANTOS, 1931: 181-183.

⁸¹² *Resumo da Actividade* de Celestino da Costa em 1931/32, enviado à Junta em Agosto de 1933 (AIC. Cx. 0538, Proc. 19, Doc. 2).

⁸¹³ AIC. Cx. 0538, Proc. 19, Doc. 2.

⁸¹⁴ COSTA, 1985a: 393.

⁸¹⁵ AIC. Cx. 1222, Proc. 16, Doc. 1.

⁸¹⁶ 16.000\$00 em 1932 equivaliam a 15.794,72€ em 2014 (AIC. Cx. 1222, Proc. 16, Doc. 2; Cx. 1212, Proc. 1, Doc. 9; INE. DCN. NEPC).

⁸¹⁷ AIC. Cx. 1212, Proc. 1, Doc. 9.

⁸¹⁸ COLLIN, 1933: XIII-XXXIV; FONTES, 1934: 467-495; *O Século*, 11 de Abril de 1933: 1-2.

⁸¹⁹ Sobre o impacto dos congressos

- científicos internacionais em Portugal nas remodelações e melhorias promovidas nas instituições científicas de acolhimento cf. SALDANHA, 2014: 49-54.
- ⁸²⁰ FONTES, 1934: 486-488. (Itálico no original).
- ⁸²¹ JEN, 1931: 29-43.
- ⁸²² JEN, 1930: 18.
- ⁸²³ Cf. subcapítulo – Mendes Correia: da ciência nacionalista à projecção internacional do seu cultor.
- ⁸²⁴ COSTA, 1934: 36-37.
- ⁸²⁵ Cf. subcapítulo – A integração dos bolseiros externos nas redes de comunicação científica internacionais.
- ⁸²⁶ As expressões “ciência aplicada” e “ciência desinteressada” são mencionadas por COSTA, 1930: 15.
- ⁸²⁷ ROLLO *et al.*, 2012: 135, 327.
- ⁸²⁸ Esta ideia é particularmente visível entre os leitores na Alemanha. A este propósito cf. NINHOS, 2016.
- ⁸²⁹ Cf. subcapítulo – Entre convicções pessoais e imperativos de especialização científica: o caso dos leitores.
- ⁸³⁰ Ofício remetido ao presidente da JEN, em 22 de Outubro de 1929, pelo director-geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico (AIC. Cx. 0495, Proc. 4, Doc. 1). (Sublinhado no original).
- ⁸³¹ Parecer de 26 de Outubro de 1929 (AIC. Cx. 0495, Proc. 4, Doc. 2). (Sublinhado no original).
- ⁸³² LOPES, 2013: 146-147.
- ⁸³³ JEN, 1930: 14-15.
- ⁸³⁴ COSTA, 1934: 36-37.
- ⁸³⁵ JEN, 1930: 15.
- ⁸³⁶ Sobre a vida e obra de Adolphe Ferrière cf. HAMELINE, 1993: 379-406.
- ⁸³⁷ FIGUEIRA, 2004: 35-39; NÓVOA, 1990: 61-62, 107; MONICO, 2005: 503-514; MARÍN ECED, 1990: 230-232; POZO ANDRÉS, 2003-2004: 318-345. Sobre Álvaro Viana de Lemos cf. FIGUEIRA, 2004: 32, 38-41. Cf. também NÓVOA, 1990: 51-107.
- ⁸³⁸ Carta remetida de Valparaíso (Chile) em 24 de Julho de 1930. Uma cópia desta carta encontra-se arquivada em AIC. Cx. 1226, Proc. 1, Doc. 3. (Maiúsculas no original).
- ⁸³⁹ AIC. Cx. 1226, Proc. 1, Doc. 1.
- ⁸⁴⁰ Bolseiro da JAE, Jacobo Orellana Garrido interessou-se fundamentalmente pelo ensino especial e, em menor escala, pela orientação profissional (MARÍN ECED, 1990: 290-294).
- ⁸⁴¹ Cópia da carta que Viana de Lemos remete a Jacobo Orellana Garrido em 13 de Setembro de 1930 (AJAE. http://archivo-jae.edaddeplata.org/jae_app/, Ferriere, Adolfo, Expediente JAE/55-295, consultado em 10/02/16).
- ⁸⁴² MARÍN ECED, 1990: 230, 280; AIC. Cx. 1226, Proc. 1, Doc. 3; FIGUEIRA, 2004: 39.
- ⁸⁴³ Ofício de 22 de Outubro de 1930 (AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Ferriere, Adolfo, Expediente JAE/55-295, consultado em 11/02/16).
- ⁸⁴⁴ AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Ferriere, Adolfo, Expediente JAE/55-295, consultado em 11/02/16; AIC. Cx. 1226, Proc. 1, Doc. 2.
- ⁸⁴⁵ AIC. Cx. 1226, Proc. 1, Doc. 8; AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Ferriere, Adolfo, Expediente JAE/55-295, consultado em 11/02/16.
- ⁸⁴⁶ AIC. Cx. 1226, Proc. 1, Doc. 7.
- ⁸⁴⁷ FERRIÈRE, 1931: 2-3.
- ⁸⁴⁸ A opinião positiva de A. Ferrière sobre o público presente na sua primeira conferência na Sociedade de Geografia foi registada no seu diário (AIJRR. FAF. AdF/D/2/3/6-8: Petit journal, 5 Novembre 1930).
- ⁸⁴⁹ AIJRR. FAF. AdF/D/2/3/6-8: Petit journal, 20 Novembre 1930; AIC. Cx. 1226, Proc. 1.
- ⁸⁵⁰ A título exemplificativo cf. *O Século*, 5 de Novembro de 1930: 1, 6; *Diário de Lisboa*, 4 de Novembro de 1930: 7.
- ⁸⁵¹ *O Século*, 6 de Novembro de 1930: 9; *O Século*, 8 de Novembro de 1930: 7.
- ⁸⁵² AIC. Cx. 1226, Proc. 1. Sobre o jornal *Novidades* cf. REMÉDIOS, 2003: 9-28.

- ⁸⁵³ JEN, 1930: 14.
- ⁸⁵⁴ MARÍN ECED, 1990: 230-232; POZO ANDRÉS, 2003-2004: 317-346. Cf. também AIJJR. FAF. AdF/D/2/3/6-8: Petit journal, 26 Novembre 1930-7 Décembre 1930.
- ⁸⁵⁵ AIJJR. FAF. AdF/D/2/3/6-8: Petit journal, 4, 7, 8, 9, 18 Novembre 1930; AIC. Cx. 1226, Proc. 1.
- ⁸⁵⁶ AIC. Cx. 1226, Proc. 1, Doc. 3.
- ⁸⁵⁷ VASCONCELOS, 1915.
- ⁸⁵⁸ O subsídio da Junta, inicialmente de 8.000\$00, foi em Março de 1930 rectificado para 10.000\$00, o equivalente a 8.728,90€ em 2014 (AIC. Cx. 1259, Proc. 29; INE. DCN. NEPC).
- ⁸⁵⁹ MARQUES, 2012: 1-10; ALVES, 2015; AIC. Cx. 1259, Proc. 29; VASCONCELOS, 1986: XIV-XV.
- ⁸⁶⁰ Ideia defendida, entre outros, por Pedro Isaac Rovira y Carreró, catedrático de Direito Penal da Universidade de Santiago de Compostela, e Gerardo Seguel, professor e poeta chileno, que visitam o Instituto de Orientação Profissional em 1930 (*Boletim do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho*, 1931: 65-67).
- ⁸⁶¹ Como casos exemplificativos cf. *O Século*, 16 de Novembro de 1930: 13; *Diário de Notícias*, 16 de Novembro de 1930: 3.
- ⁸⁶² VASCONCELOS, 1931b: 272-274.
- ⁸⁶³ COSTA, 1934: 37-38.
- ⁸⁶⁴ Cf. Anexo 2 – Contas da gerência da JEN. Refira-se que 20.000\$00 em 1932 equivaliam a 19.743,40€ em 2014, equivalendo o mesmo montante, em 1933, a 18.929,40€ em 2014 (INE. DCN. NEPC).
- ⁸⁶⁵ CARVALHO, 1936: 17. Para um estudo aprofundado sobre a política de leitores, desde a JEN ao Instituto Camões, cf. ROLLO *et al.*, 2012. Cf. também GUEDES, 1998: 107-132.
- ⁸⁶⁶ Cf. nota de rodapé 827.
- ⁸⁶⁷ IAC, 1941b: 46. AIC. Cx. 0482, Proc. 7.
- ⁸⁶⁸ AIC. Cx. 1561, Proc. 1; Cx. 0397, Proc. 10; Cx. 0546, Proc. 16; Cx. 0532, Proc. 5. IAC, [s.d.]: 85-88; 1941a: 38-39; 1941b: 37-38.
- Sobre a problemática da Identidade Nacional no Portugal das décadas de 1930 e 1940 cf. MELO, 2001; PIRES, 2003.
- ⁸⁶⁹ AIC. Cx. 0484, Proc. 11; Cx. 1561, Proc. 1; Cx. 1298, Proc. 1; Cx. 0950, Proc. 2. IAC, 1941a: 35-37, 49-50. Sobre Almeida Garrett cf. MONTEIRO, 2001; CATROGA, 1993: 544-561; SARAIVA; LOPES, 2001: 675-703. Relativamente à obra de Gil Vicente e Antero de Quental cf. SARAIVA; LOPES, 2001: 189-224, 817-839.
- ⁸⁷⁰ Sobre a redução e isolamento total do indivíduo nos regimes nazi e estalinista cf. ARENDT, 2008. A tese de que os intelectuais portugueses durante o Estado Novo não foram sujeitos a uma *arregimentação cultural cerrada* encontra-se em RAMOS, 1999: 281-289. Apesar desta perspectiva, reconhecem-se tendências totalizantes ao Estado Novo (ROSAS, 1994: 281-283; TORGAL, 2009: 287-288).
- ⁸⁷¹ Sobre o presente caso, na perspectiva em que o colocamos, cf. FITAS, 2013b: 22-51. Cf. também NINHOS, 2013: 147-163. Uma análise da obra de Delfim Santos encontra-se em GANHÓ, 2002.
- ⁸⁷² FITAS, 2013b: 23-24; AIC. Cx. 0401, Proc. 7, Doc. 1.
- ⁸⁷³ Sobre o Círculo de Viena cf. FITAS, 2013b: 25-26; STADLER, 2001.
- ⁸⁷⁴ AIC. Cx. 1273, Proc. 16; Cx. 0401, Proc. 7.
- ⁸⁷⁵ Cf. nota de rodapé 94. Cf. também ALVES, 2015: 625, 686, 723-724.
- ⁸⁷⁶ FITAS, 2013b: 38-42.
- ⁸⁷⁷ AIC. Cx. 1323, Proc. 4, Docs. 5 e 12.
- ⁸⁷⁸ AIC. Cx. 1323, Proc. 4, Docs. 12 e 15.
- ⁸⁷⁹ Nas faculdades de Letras, somente nos anos imediatos a 1974 a disciplina de História e Filosofia da Ciência surgirá nas licenciaturas em Filosofia (RODRIGUES, 2008: 185-186).
- ⁸⁸⁰ FITAS, 2013b: 45-47. Os trabalhos ocorridos no Congresso Descartes foram descritos por DOPP, 1937: 664-679.
- ⁸⁸¹ ROLLO *et al.*, 2012: 208-209.
- ⁸⁸² Em reunião de 27 de Maio de 1938 a direcção do IAC resolve subsidiar a

- publicação da obra *Situação Valorativa do Positivismo* com a quantia de 6.500\$00, o equivalente a 6.099,80€ em 2014 (AIC. Cx. 1323, Proc. 4, Doc. 38; Cx. 1377, Proc. 1, Doc. 133; INE. DCN. NEPC; FITAS, 2013b: 48-49).
- ⁸⁸³ AIC. Cx. 1377, Proc. 1, Doc. 139. (Sublinhado no original).
- ⁸⁸⁴ A avaliação da importância da *Situação Valorativa do Positivismo* é efectuada por FITAS, 2013b: 48-49. Cf. também CARVALHO, 2013: 85-108; SANTOS, 1971: 51-195.
- ⁸⁸⁵ SANTOS, 1998: 173-174. Refira-se que a hipótese de Joaquim de Carvalho ter inviabilizado a realização do doutoramento de Delfim Santos em Coimbra, em 1938, foi recentemente colocada por ALVES, 2015: 649.
- ⁸⁸⁶ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 24.^a sessão, 22 Setembro 1930, pp. 36v-51; LOPES, 2017a: 71-85.
- ⁸⁸⁷ AIC. Cx. 0549, Proc. 10.
- ⁸⁸⁸ AIC. Cx. 0549, Proc. 10, Doc. 24.
- ⁸⁸⁹ Cf. capítulo – Centros de estudo e a publicações científicas: a vida pelo subsídio.
- ⁸⁹⁰ Aquele valor equivalia, em 2014, a 4.306,44€ (AIC. Cx. 1214, Proc. 28; Cx. 0549, Proc. 10, Doc. 25; JEN, 1934: 173-175; INE. DCN. NEPC).
- ⁸⁹¹ Ofício de 31 de Março de 1933 dirigido ao presidente da JEN (AIC. Cx. 1214, Proc. 28, Doc. 11).
- ⁸⁹² Cf. nota de rodapé 183.
- ⁸⁹³ GONZÁLEZ REDONDO; FERNÁNDEZ TERÁN, 2002: 571-572.
- ⁸⁹⁴ Sobre o estágio de Miguel A. Catalán como bolseiro da JAE cf. FERNÁNDEZ TERÁN, 2014: 316-323; AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Catalán Sañudo, Miguel, Expediente JAE/34-439, consultado em 17/03/16. Relativamente ao caso de Julio Palacios cf. GONZÁLEZ REDONDO; FERNÁNDEZ TERÁN, 2002: 567; AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Palacios Martínez, Julio, Expediente JAE/109-32, consultado em 17/03/16.
- ⁸⁹⁵ GONZÁLEZ REDONDO; FERNÁNDEZ TERÁN, 2002: 574. Um estudo sobre a guerra submarina alemã entre 1914 e 1918 encontra-se em KOERVER, 2010.
- ⁸⁹⁶ Pedido de Julio Palacios dirigido a Santiago Ramón y Cajal (AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Palacios Martínez, Julio, Expediente JAE/109-32, consultado em 17/03/16).
- ⁸⁹⁷ Esta carta é produzida na condição de equiparado a bolseiro pela JAE (AJAE. http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Casares Gil, José, Expediente JAE/32-332, consultado em 21/03/16). (Sublinhado no original). Cf. também SUAY MATALLANA, 2014: 98-130.
- ⁸⁹⁸ Refira-se que Richard Willstätter havia recebido o prémio Nobel da Química em 1915 (https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/chemistry/laureates/1915/willstatter-bio.html, consultado em 22/11/16).
- ⁸⁹⁹ FORMENTÍN IBÁÑEZ; JOSÉ VILLEGAS, 2007: 95; COMAS RUBÍ, 2007: 97-104.
- ⁹⁰⁰ Num total de vinte e oito missões de estudo de curta duração patrocinadas pela JEN, entre Janeiro de 1929 e Abril de 1936, em 14 missões (50%) os beneficiários são professores catedráticos.
- ⁹⁰¹ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 39.^a sessão, 1 Junho 1931, pp. 70-72. Cf. também AIC. Cx. 0503, Proc. 5, Doc. 1. (Sublinhado nosso).
- ⁹⁰² Ainda que Pereira Forjaz previsse despesas de 15.153\$00, o equivalente a 14.330,19€ em 2014, a Comissão Executiva, em 25 de Julho de 1931, concedeu-lhe um financiamento de 7.000\$00, o equivalente a 6.619,90€ no ano de 2014 (AIC. Cx. 0503, Proc. 5; INE. DCN. NEPC).
- ⁹⁰³ A estadia em pensões não é mencionada exclusivamente pelo catedrático José Casares Gil. Tomás Navarro Tomás, figura central na introdução da Fonética Experimental em Espanha, durante o seu estágio em Heidelberg reside numa pensão de estudantes (SÁNCHEZ RON, 2007a: 77).

- ⁹⁰⁴ ARCHER, 1993: 29.
- ⁹⁰⁵ Os outros três professores catedráticos em questão foram Francisco Romano Newton de Macedo, António Pereira de Sousa da Câmara e Herculano Amorim Ferreira (JEN, 1932: 58-59, 99-100; 1933: 60-61, 106-107; 1934: 41, 46-47, 53-54, 65; 1935: 36-37, 44-47, 70-71; 1938: 86-87, 96-97).
- ⁹⁰⁶ Relatório enviado em 9 de Junho de 1932 (AIC. Cx. 0454, Proc. 3, Doc. 48).
- ⁹⁰⁷ AIC. Cx. 0454, Proc. 3; GASPAS; GAGO; SIMÕES, 2009: 77-81; GOMES, 2005: 75-76.
- ⁹⁰⁸ AIC. Cx. 0454, Proc. 3, Doc. 20. (Sublinhado no original).
- ⁹⁰⁹ A título exemplificativo cf. GOMES, 2005; ROSAS; SIZIFREDO, 2011; GASPAS; GAGO; SIMÕES, 2009: 77-81; NINHOS, 2016: 309-324; FONSECA; PEREIRA; PITA, 2011: 360-372; CASTELO, 2003: 1137-1139; SARAIVA, 2009: 48-49. Cf também *Diário de Notícias*, 26 de Outubro de 1974: 2.
- ⁹¹⁰ MEDINA, 1982: 121-132. Cf. também nota de rodapé 495.
- ⁹¹¹ AIC. Cx. 1364, Proc. 5, Doc. 1. (Sublinhado no original).
- ⁹¹² Concluído o estágio no Institute of Animal Genetics da Universidade de Edimburgo, António Câmara foi aconselhado pelo professor Francis Crew a prolongar os trabalhos na Universidade de Cambridge, proposta que foi aceite pela JEN (AIC. Cx. 1364, Proc. 5). Referências a estes estágios encontram-se em GARCÍA PEREDA; MATOS, 2013: 160-174; SARAIVA, 2009: 40-43. Cf. também AISA. Proc. António Sousa da Câmara, n.º 160.
- ⁹¹³ PIRES, 1971: XXIX.
- ⁹¹⁴ Entre os trabalhos mais recentes cf. SERRA, 2011: 1372-1384; AGUIAR, 2011: 1412-1415.
- ⁹¹⁵ A este propósito cf. CANGUILHEM, 2000.
- ⁹¹⁶ Cf. subcapítulo – Entre bolsas concedidas, suspensas e as purgas académicas de 1935: a Universidade no despoletar dos processos?
- ⁹¹⁷ Sobre este capítulo cf. LOPES, 2013: 137-164.
- ⁹¹⁸ Esta carta encontra-se integralmente transcrita em MELO, 2000: 113-124.
- ⁹¹⁹ *Apud* CORREIA, 2010: 98-99.
- ⁹²⁰ MONIZ, 1950: 68.
- ⁹²¹ MONIZ, 1949: 348-349.
- ⁹²² As agendas em torno de Egas Moniz podem ser encontradas em PITA; PEREIRA, 2000; PEREIRA; PITA, 2000; ANTUNES, 2011; 2006: 157-161; CORREIA, 2010; 2013a; CASTELO, 2006: 139-142; GETZ, 2009: 129-152; KOTOWICZ, 2012. Refira-se que apenas ANTUNES, 2011 e CORREIA, 2010; 2013a reconhecem que Egas Moniz não foi *propositadamente desajudado* pelo Estado ditatorial.
- ⁹²³ MILHEIRO, 2000: 165-174; KOTOWICZ, 2012: 105.
- ⁹²⁴ GETZ, 2009: 129, 136.
- ⁹²⁵ PRESSMAN, 1998: 49-50, 53.
- ⁹²⁶ CALDAS, 2000: 315-316.
- ⁹²⁷ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 11.ª sessão, 30 Janeiro 1930, pp. 14-17.
- ⁹²⁸ Em 1930/31 o financiamento inicialmente concedido foi de 4.000\$00, sendo reduzido a 3.800\$00 em virtude da aplicação do decreto n.º 19 286, de 30 de Janeiro de 1931. O financiamento em 1934/35, em colaboração com a Rockefeller Foundation, destina-se a aquisição de material de investigação, no entanto, as fontes consultadas indicam-nos a sua aplicação em publicações e aquisição de bibliografia.
- ⁹²⁹ Cf. nota de rodapé 776.
- ⁹³⁰ Refira-se que 1.800\$00 em 1931 equivaliam a 1.702,26€ em 2014, equivalendo 1.400\$00 a 1.323,98€ no mesmo ano de 2014 (AIC. Cx. 1327, Proc. 27, Doc. 8; INE. DCN. NEPC).
- ⁹³¹ ANTUNES, 2011: 163-165.
- ⁹³² AIC. Cx. 1327, Proc. 27. Cf. também CORREIA, 2013a: 111.
- ⁹³³ AIC. Cx. 1327, Proc. 6, Doc. 8.
- ⁹³⁴ Cf. subcapítulo – A predisposição dos

catedráticos para retornar à condição de *estudantes*: uma comparação (possível) entre Portugal e Espanha.

⁹³⁵ A coluna “Duração da bolsa” indica o tempo total de bolsa usufruída em meses.

⁹³⁶ Este pedido é realizado por intermédio de uma missiva enviada por Egas Moniz a Almeida Lima em 7 de Fevereiro de 1932 (ANTUNES, 1996: 190-191).

⁹³⁷ Carta de 7 de Março de 1932 (AIC. Cx. 0399, Proc. 13, Doc. 13).

⁹³⁸ CORREIA, 2010: 77-81, 86, 320.

⁹³⁹ ANTUNES, 1996: 198.

⁹⁴⁰ Carta enviada ao presidente da JEN em 9 de Maio de 1935 (AIC. Cx. 1274, Proc. 11, Doc. 1).

⁹⁴¹ Impossibilitado de operar, por sofrer de gota, Egas Moniz delega em Almeida Lima a responsabilidade de realizar a leucotomia pré-frontal (CORREIA, 2013a: 125, 128; ANTUNES, 2011: 220).

⁹⁴² CORREIA, 2013a: 87-88, 109-115. Cf. também ANTUNES, 2011: 176-177, 223-226, 316.

⁹⁴³ AIC. Lv. Actas Comissão Executiva JEN 1929/35, Acta 75.^a sessão, 23 Novembro 1934, pp. 143-144.

⁹⁴⁴ Sobre o apoio a Egas Moniz para ser agraciado com o doutoramento *honoris causa* em Lyon, em 1929, cf. subcapítulo – O intercâmbio de conferencistas e o contacto com as correntes do pensamento contemporâneo. Relativamente ao seu colaborador Almeida Dias, bolseiro da JEN na Alemanha e em Portugal, cf. nota de rodapé 776. Sobre o XIII Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas, ocorrido em 1930, cf. PINA; NUNES, 2012: 133-147; LOPES, 2013: 137-164.

⁹⁴⁵ SHAPIN, 1989: 554-563.

⁹⁴⁶ Cf. nota de rodapé 29.

⁹⁴⁷ Cf. a entrevista de Carlos Moedas ao *Diário de Notícias* em 29 de Dezembro de 2017 (*Diário de Notícias*, 29 de Dezembro de 2017: 12).

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ADUP – Arquivo Digital da Universidade do Porto.
- AFCT – Arquivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- AHDMNE – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- AIC – Arquivo do Instituto Camões.
- AIJJR. FAF – Archives Institut Jean-Jacques Rousseau. Fonds Adolphe Ferrière.
- AIR. LC – Archives de l’Institut du Radium de l’Université de Paris. Laboratoire Curie.
- AISA – Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.
- AJAE – Archivo de la Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas.
- AMA. JHU – The Adolf Meyer Archive. The Johns Hopkins University.
- AMCMA. JHU. SPHH – The Alan Mason Chesney Medical Archives. The Johns Hopkins University. School of Public Health and Hygiene.
- AMHNC-UP – Arquivo do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto.
- AMNA – Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.
- ANTT. AS – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar.
- ANTT. PIDE/DGS – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo da PIDE/DGS.
- ARBGK – Archives of the Royal Botanic Gardens, Kew.
- AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra.
- AUG – Archives de l’Université de Genève.
- BNP – Biblioteca Nacional de Portugal.
- BPE – Biblioteca Pública de Évora.
- CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CSIC – Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- DAFMUP – Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
- FC – Faculdade de Ciências.
- FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- FD – Faculdade de Direito.
- FF – Faculdade de Farmácia.
- FL – Faculdade de Letras.
- FM – Faculdade de Medicina.
- FMUL – Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
- FNRS – Fonds National de la Recherche Scientifique.
- IAC – Instituto de Alta Cultura (1952/76).
- IAC – Instituto para a Alta Cultura (1936/52).
- IC – Instituto Camões (actualmente designado por Camões – Instituto da Cooperação e da Língua).
- INE. DCN. NEPC – Instituto Nacional de Estatística. Departamento de Contas Nacionais. Núcleo de Estatísticas de Preços no Consumidor.
- IPO – Instituto Português de Oncologia.
- ISA – Instituto Superior de Agronomia.
- IST – Instituto Superior Técnico.

JAE – Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas.
JEN – Junta de Educação Nacional.
JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
LON Archives – League of Nations Archives.
MHNC-UP – Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto.
NArQ. IST – Núcleo de Arquivo do Instituto Superior Técnico.
PCP – Partido Comunista Português.
RAC. Collec. RF – Rockefeller Archive Center. Collection Rockefeller Foundation.
SC. SL. JHU – Special Collections. Sheridan Libraries. The Johns Hopkins University.
SDN – Sociedade das Nações.
SPN/SNI – Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação,
Cultura Popular e Turismo.

REFERÊNCIAS

Fontes

Fontes arquivísticas

Archives de l'Institut du Radium de l'Université de Paris.
Archives de l'Université de Genève.
Archives Institut Jean-Jacques Rousseau.
Archives of the Royal Botanic Gardens, Kew.
Archivo de la Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas (http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/).
Arquivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
Arquivo da Universidade de Coimbra.
Arquivo Digital da Universidade do Porto.
Arquivo do Instituto Camões.
Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.
Arquivo do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto.
Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.
Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
Arquivo Municipal de Évora.
Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Arquivo da PIDE/DGS; Arquivo Salazar).
Biblioteca Central del Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas (Espanha).
Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
Biblioteca de Arqueologia (Direção-Geral do Património Cultural).
Biblioteca do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Biblioteca Geral da Universidade de Évora.
Biblioteca Nacional de España (<http://www.bne.es>).
Biblioteca Nacional de Portugal.
Biblioteca Pública de Évora.
Bibliothèque Nationale de France (<http://www.bnf.fr>).
Biblioteca da Fundação Arquivo Paes Teles.
Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Instituto Nacional de Estatística. Departamento de Contas Nacionais. Núcleo de Estatísticas de Preços no Consumidor.
Library of Congress (<https://www.loc.gov/>).
Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.
Núcleo de Arquivo do Instituto Superior Técnico.
Rockefeller Archive Center. Collection Rockefeller Foundation.
Sheridan Libraries. The Johns Hopkins University.
The Adolf Meyer Archive. The Johns Hopkins University.
The Alan Mason Chesney Medical Archives. The Johns Hopkins University. School of Public Health and Hygiene.
United Nations Archives at Geneva (League of Nations Archives).

Fontes impressas

A Medicina Contemporânea-Hebdomadário Português de Ciências Médicas (1929/37).
A Voz, ano XII, n.º 3986, de 31 de Março de 1938.
Actualidades Biológicas (1929/37).
Anais do Instituto Superior de Agronomia (1931), IV (3), pp. 131-152.
Annual Digest of Public International Law Cases: years 1929-1930 (1935), London; New York; Toronto: Longmans, Green and Co.

- Arquivo de Anatomia e Antropologia* (1929/37).
- BAPTISTA, Jacinto (2001), *Pela Liberdade da Inteligência (cartas sobre a responsabilidade ética, social e política do homem de pensamento)*, Lisboa: Edições Colibri.
- BASDEVANT, Suzanne (1930), *La Condition juridique des fonctionnaires internationaux*, Paris: Recueil Sirey.
- Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra* (1929/37).
- Boletim do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho* (1931), números 10 a 13, ano III, pp. 65-67.
- BRAGA, Carlos de Azevedo Coutinho (1950), “À memória do Professor A. Cyrillo Soares” in *Gazeta de Física*, II (4), pp. 90-92.
- Brotéria* (1929/37).
- BUISSON, Comte du Mesnil (1934), *La Technique des Fouilles Archéologiques. Les Principes Généraux*, Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner.
- CABRAL, António da Costa (1934a), “A madeira de ‘Eucalyptus Globulus’ como matéria-prima da indústria da celulose” in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, VI (1), pp. 127-141.
- CABRAL, António da Costa (1934b), “Óleos essenciais de Eucalyptus” in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, VI (2), pp. 78-81.
- CABRAL, António da Costa; MASCARENHAS, Alexandre de (1939), “Algumas considerações sobre as características físico-químicas da essência de terebintina portuguesa e seus métodos de análise” in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, X, pp. 33-43.
- CABRAL, António Homem da Costa (1937), “Estudo sobre as possibilidades do aproveitamento da madeira de ‘Hermíneria Elaphroxylon’ como matéria-prima da indústria da celulose e da pasta mecânica” in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, VIII, pp. 149-151.
- CARVALHO, Alfredo de (1936), *A Cultura Portuguesa em Bordéus. O Leitorado de Português*, Aveiro: Gráfica Aveirense, Lda.
- CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS (1932/33), *Boletim de Filologia*, I, Lisboa: Imprensa Nacional.
- CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS (1933/34), *Boletim de Filologia*, II, Lisboa: Imprensa Nacional.
- CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS (1934/35), *Boletim de Filologia*, III, Lisboa: Imprensa Nacional.
- CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS (1936), *Boletim de Filologia*, IV, Lisboa: Imprensa Nacional.
- COLLIN, Remy (1933), *Comptes Rendus de l'Association des Anatomistes. Vingt-huitième Réunion (Lisbonne, 10-12 Avril 1933) et Première Réunion de la Société Anatomique Portugaise*, Nancy: Imprimerie Georges Thomas.
- COLLIN, Remy (1948), “Vilosités glandulaires tubérolaires et cellules éosinophiles dans la tige hypophysaire chez l’homme” in *Bulletin de la Société des Sciences de Nancy*, 3 (7), pp. 57-61.
- CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTIFICAS (1946), *Memoria de la Secretaría General: Año 1945*, Madrid. file:///C:/Users/HP/Downloads/1945%20(1).pdf. Consultado em 02/10/14.
- CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTIFICAS (1958), *Memoria: 1952-54*, Madrid. file:///C:/Users/HP/Downloads/1952_1954_t1.pdf. Consultado em 02/10/14.
- CORREIA, A. A. Mendes (1929), *Geologia e Antropologia em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- CORREIA, Mendes (1933), “Les nouvelles fouilles à Muge (Portugal)” in *XV^e Congrès International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistorique: V^e Session de l'Institut International d'Anthropologie, Extrait*, Paris: Librairie E. Nourry, pp. 1-16.
- COSTA, A. Celestino da (1930), “Relatório

- do Vice-presidente do ramo de ciências sobre as necessidades da investigação científica em Portugal” in *Junta de Educação Nacional. Relatórios, propostas e projecto de orçamento para o ano económico de 1930-1931*, Lisboa: [s.n.], pp. 9-43.
- COSTA, A. Celestino da (1934), *A Junta de Educação Nacional*, Lisboa: Sociedade de Estudos Pedagógicos.
- COSTA, A. Celestino da (1939), *O Problema da Investigação Científica em Portugal*, Coimbra: [s.n.].
- COSTA, A. Celestino da [s.d.], *A Universidade portuguesa e o problema da sua reforma: conferências feitas em 19 e 22 de Abril de 1918 a convite da Federação Académica de Lisboa*, Porto: Tipografia da Renascença Portuguesa.
- Diário de Lisboa*, ano 10.º, n.º 2936, de 4 de Novembro de 1930.
- Diário de Notícias*, ano 110.º, n.º 38999, de 26 de Outubro de 1974.
- Diário de Notícias*, ano 154.º, n.º 54309, de 29 de Dezembro de 2017.
- Diário de Notícias*, ano 66.º, n.º 23276, de 16 de Novembro de 1930.
- Diário do Governo*, I Série, n.º 111, 16 de Maio de 1935.
- Diário do Governo*, n.º 3, 5 de Janeiro de 1911.
- Diário do Governo*, n.º 68, 24 de Março de 1911.
- DOPP, Joseph (1937), “Le Congrès Descartes” in *Revue néo-scholastique de philosophie*, 40 (56), pp. 664-679.
- EXELL, A. W.; MENDONÇA, F. A. (1937), *Conspectus Florae Angolensis*, vol. I, fasc. I, Lisboa: Ministério do Ultramar. Junta de Investigações Coloniais.
- FERREIRA, H. A. (1932), “The Double Refraction of Quartz along the Optic Axis” in *Proceedings of the Royal Society of London. Series A*, vol. 135, 826, pp. 214-223. <http://rspa.royalsocietypublishing.org/content/135/826/214>. Consultado em 12/03/15.
- FERRIÈRE, Adolphe (1931), “Editorial” in *Pour l'Ère Nouvelle*, 64, pp. 2-3.
- Folia Anatomica Universitatis Conimbrigen-sis* (1933), VIII (1).
- FONTES, V. (1934), “XXVIIIª Reunião da Association des Anatomistes e Iª da Sociedade Anatómica Portuguesa – Lisboa, 10-12 de Abril de 1933” in *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, XVI, pp. 467-495.
- GIBERT, A. (1950), “O Centro de Estudos de Física do Instituto para a Alta Cultura Anexo à Faculdade de Ciências de Lisboa” in *Gazeta de Física*, II (4), pp. 86-89.
- GOMES, Mário de Azevedo (1934), *O comércio dos resinosos em Portugal*, Lisboa: Seara Nova.
- GOMES, Mário de Azevedo (1939), “Nota sobre o Ensino de Silvicultura no Instituto Superior de Agronomia” in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, X, pp. 7-31.
- HAMMARSTRÖM, Göran (1953), *Étude de phonétique auditive sur les parlers de l'Algarve*, Uppsala: Almqvist & Wiksells.
- HUDSON, Manley O. (1932), “La Réforme de la Cour Permanente de Justice Internationale: le Protocole de 1929 et le Veto de Cuba. Review” in *The American Journal of International Law*, 26, 2 (April), pág. 450.
- INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA (1941a), *Relatório dos trabalhos efectuados em 1937*, Coimbra: [s.n.].
- INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA (1941b), *Relatório dos trabalhos efectuados em 1938*, Coimbra: [s.n.].
- INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA [s.d.], *Relatório dos trabalhos efectuados em 1936*, Coimbra: [s.n.].
- Isis-International Review devoted to the History of Science and Civilization* (1929/37).
- JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (1930), *Relatório dos trabalhos efectuados em 1929-1930*, Lisboa: [s.n.].
- JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (1931), *Relatório dos trabalhos efectuados em 1928-1929*, Lisboa: [s.n.].
- JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (1932), *Relatório dos trabalhos efectuados*

- em 1930-1931, Lisboa: [s.n.].
- JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (1933), *Relatório dos trabalhos efectuados em 1931-1932*, Lisboa: [s.n.].
- JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (1934), *Relatório dos trabalhos efectuados em 1932-1933*. Lisboa: [s.n.].
- JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (1935), *Relatório dos trabalhos efectuados em 1933-1934*, Coimbra: [s.n.].
- JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (1938), *Relatório dos trabalhos efectuados em 1934-1935*, Coimbra: [s.n.].
- KRÜGER, Fritz (1936), “Notas etnográfico-linguísticas da Póvoa de Varzim” in *Boletim de Filologia*, IV, pp. 109-182. *L’Anthropologie* (1929/37).
- LABORATÓRIO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1939), *Resumo da Actividade Científica e Cultural em 1937-1939*, Coimbra.
- Labor-Revista Bimestral de Educação e Ensino e Extensão Cultural* (1929/37).
- LACERDA, Armando de (1940), “A contribuição científica portuguesa no campo da fonética experimental” in *Discursos e Comunicações Apresentadas ao Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa (VIII Congresso)*, vol. XIII, tomo II, Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, pp. 535-557.
- LACERDA, Armando de (1952), “Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra” in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 1, pp. 136-148.
- LACERDA, Armando de (1954), “Professor Doutor Paul Menzerath” in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 2, pp. 164-167.
- LACERDA, Armando de; ROGERS, Francis M. (1939), *Sons dependentes da fricativa palatal áfona, em português: trabalho de investigação orientado pelas novas descobertas da fonética experimental*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- LANGER, William L. (1934), “Some Recent Books on International Relations” in *Foreign Affairs*, 12, 3 (April), pp. 523-536.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1933), “A política do idioma e as Universidades” in *Seara Nova*, XII (341), pp. 67-76.
- Le Mois-Synthèse de l’activité mondiale* (1929/37).
- LEAGUE OF NATIONS (1927), *Treaty Series. Publication of Treaties and International Engagements registered with the Secretariat of the League of Nations*, LX (1, 2, 3, 4).
- Lisboa Médica-Jornal Mensal de Medicina e Cirurgia* (1929/37).
- MANAÇAS, Afonso (1931), “O ofício do Médico-Escolar” in *LABOR. Revista mensal do Liceu de José Estêvão e órgão provisório do professorado liceal*, 38, pp. 535-543.
- MARGARIT, António Badia; LACERDA, Armando de (1948), *Estudios de Fonética y Fonología Catalanas*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- MARÍA YEPES, Jesús; SILVA, Fernando Pereira da (1934), *Commentaire théorique et pratique du Pacte de la Société des Nations et des statuts de l’Union panaméricaine*, vol. 1, Paris: A. Pedone.
- MARQUES, Branca Edmée (1954), *Curriculum vitae*, Lisboa: [s.n.].
- MAYER, Rui (1930), “Relatório do vogal Dr. Rui Ferro Mayer sobre bolsas para preparação de técnicos agrícolas” in *Junta de Educação Nacional. Relatórios, propostas e projecto de orçamento para o ano económico de 1930-1931*, Lisboa: [s.n.], pp. 99-109.
- MEDINA, João (1982), “Entrevista com Aurélio Quintanilha” in *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 4, pp. 121-132.
- MENZERATH, Paul; LACERDA, Armando de (1933), *Koartikulation, Steuerung und Lautabgrenzung: eine experimentelle*

- Untersuchung*, Berlim: F. Dümmler.
- MONCADA, Luís Cabral de (1992), *Memórias ao longo de uma vida (pessoas, factos, ideias) 1888-1974*, [s.l.]: Editorial Verbo.
- MONIZ, Egas (1949), *Confidências de Um Investigador Científico*, [s.l.]: Edições Ática. (Ed. fac-simile, 2009)
- MONIZ, Egas (1950), *Conferências Médicas e Literárias. III – Ramon y Cajal*, Lisboa: Portugália Editora.
- Nature-A Weekly Illustrated Journal of Science* (1929/37).
- O Século*, ano 50.º, n.º 17478, de 5 de Novembro de 1930.
- O Século*, ano 50.º, n.º 17479, de 6 de Novembro de 1930.
- O Século*, ano 50.º, n.º 17481, de 8 de Novembro de 1930.
- O Século*, ano 50.º, n.º 17489, de 16 de Novembro de 1930.
- O Século*, ano 51.º, n.º 17832, de 1 de Novembro de 1931.
- O Século*, ano 53.º, n.º 18331, de 26 de Março de 1933.
- O Século*, ano 53.º, n.º 18347, de 11 de Abril de 1933.
- PAÇO, Afonso do (1932), *XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica: V sessão do Instituto Internacional de Antropologia (Paris, 1931)*, Lisboa: [s.n.].
- Portugale-Revista Ilustrada de Cultura Literária, Científica e Artística* (1929/37).
- Portugal Médico (Arquivos Portugueses de Medicina)* (1929/37).
- RAMÓN Y CAJAL, Santiago [s.d.], *Reglas y consejos sobre la investigación biológica. Los tónicos de la voluntad*. http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB-8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sld.cu%2Fgalerias%2Fpdf%2Fsitios%2Fhistologia%2Freglas_y_consejos_sobre_la_investigacion_biolologica._los_tonicos_de_la_voluntadchico.pdf&ei=CcuTVYnTBISTsAHwrr_QA-Q&usg=AFQjCNFXNc0Se8YmWu1yS-4Pd3M7Dz0Qg&sig2=yo366QoA-V22vK8NU4Wr3zA&bvm=bv.96952980,d.ZGU. Consultado em 01/07/15.
- RAPOSO, Luís Simões (1930), “Relatório do 1.º Secretário sobre a organização e funcionamento da ‘Junta para ampliação de estudos’ e outras instituições congêneres” in *Junta de Educação Nacional. Relatórios, propostas e projecto de orçamento para o ano económico de 1930-1931*, Lisboa: [s.n.], pp. 45-97.
- Revista Agronómica* (1929/37).
- Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra* (1929/37).
- Revista de Chimica Pura e Applicada* (1929/37).
- Revista Hispánica Moderna* (1936), 3 (1), pág. 80.
- Revue Archéologique* (1929/37).
- RODRIGUES, José Júlio (1931), “XIII Congresso Internacional de Ensino Secundário” in *LABOR. Revista mensal do Liceu de José Estêvão e órgão provisório do professorado liceal*, 35-36, pp. 407-446.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1988), *A Universidade de Coimbra no Século XX: Actas da Assembleia Geral: 1911-1934*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ROGERS, Francis M. (1992), *Internationalism and the Three Portugals: the Memoirs of Francis Millet Rogers*, New York: Peter Lang.
- ROSSI, Nelson (1958), “Laboratório de Fonetica na Bahia: breve notícia sobre a sua criação e instalação” in *Revista do Laboratório de Fonetica Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 4, pp. 207-209.
- SALAZAR, Abel (2006), *96 cartas a Celes-tino da Costa* (organização, introdução e notas de António Coimbra), Lisboa: Gradiva.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1935), “Um caso de albinismo num *Garulus glandarius fasciatus* (Brehm)” in *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1936), “As focas portuguesas” in *Anais*

- da Faculdade de Ciências do Porto.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1937), *Grupos sanguíneos nos indígenas de Tete (Zambézia)*, Porto: Imprensa Portuguesa.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1938), *Lenga-lengas e jogos infantis*, Porto: Imprensa Portuguesa.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1948), *Curriculum vitae*, Porto: Imprensa Moderna.
- SANTOS, Delfim (1971), *Obras Completas. I*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SANTOS, Delfim (1998), *Obras Completas. IV*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SANTOS, Virgínia (1931), “3.º Congresso Federativo de Anatomia” in *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, XIV (1), pp. 181-183.
- SCHUMACHER, Francis X.; HALL, Francisco dos Santos (1933), “Logarithmic expression of timber tree volume” in *Journal of Agricultural Research*, 47 (9), pp. 719-734.
- SÉRGIO, António (1957), *Ensaios*, tomo II, 2.ª ed., Lisboa: Publicações Europa-América.
- SILVA, Aurélio Marques da (1943), *Curriculum vitae*, Lisboa: [s.n.].
- SILVA, Fernando Pereira da (1928a), “As novas tendências do Direito Internacional” in *O Século*, 9 de Janeiro de 1928, pp. 1-2.
- SILVA, Fernando Pereira da (1928b), “Novas tendências de direito internacional – a noção de soberania” in *O Século*, 23 de Janeiro de 1928, pág. 1.
- SILVA, Fernando Pereira da (1928c), “A Sociedade das Nações e a questão da Nicarágua” in *O Século*, 15 de Fevereiro de 1928, pp. 1-2.
- SILVA, Fernando Pereira da (1928d), *A Sociedade das Nações e o Direito Penal Internacional*, Lisboa: Livraria Féris.
- SILVA, Fernando Pereira da (1931), *La réforme de la Cour permanente de justice internationale: le protocole de 1929 et le veto de Cuba*, Paris: Librairie du Recueil Sirey.
- SOUSA, Alberto de (1935-36), “A Importância das Modelações Anatômicas e da Pintura a Cera Corada na Anatomia e na Antropologia” in *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, XVII, pp. 345-352.
- Técnica-Revista de Engenharia dos Alunos do Instituto Superior Técnico* (1929/37).
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. FACULDADE DE LETRAS (1953), *Laboratório de Fonética Experimental*, Coimbra.
- VALADARES, Manuel (1935), *Transmutation des éléments par des particules accélérées artificiellement*, Paris: Hermann & C^{ie}.
- VALADARES, Manuel (1943), *Curriculum vitae*, Lisboa: [s.n.].
- VALADARES, Manuel (1947), *Elementos de Física Atómica*, Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- VALADARES, Manuel (1950), “O Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa, sob a direcção do Prof. Dr. A. Cyrillo Soares (1930-1947), e a investigação científica” in *Gazeta de Física*, II (4), pp. 93-106.
- VALADARES, Manuel; MENDES, Francisco (1938), «Étude des satellites La, de l'élément 82 (Pb)» in *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*, 206, pp. 744-746.
- VASCONCELOS, Faria de (1915), *Une École Nouvelle en Belgique* (pref. Adolphe Ferrière), Neuchatel: Delachaux & Niestlé.
- VASCONCELOS, Faria de (1931a), *L'Institut d'Orientation Professionnelle Maria Luísa Barbosa de Carvalho*, [s.l.]: [s.n.] (Comunicação apresentada ao Congresso Internacional de Protecção à Infância, Lisboa, Outubro de 1931).
- VASCONCELOS, Faria de (1931b), “L'Institut d'orientation professionnelle Maria Luísa Barbosa de Carvalho, à Lisbonne” in *Pour l'Ère Nouvelle*, 73, pp. 272-274.
- VASCONCELOS, Faria de (1986), *Obras Completas. I, 1900-1909* (org. J. Ferreira Marques), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELOS, Faria de (2000), *Obras*

- Completas. II, 1915-1920* (org. J. Ferreira Marques), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELOS, Faria de (2006), *Obras Completas. III, 1921-1925* (org. J. Ferreira Marques), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELOS, Faria de (2009), *Obras Completas. IV, 1925-1933* (org. J. Ferreira Marques), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELOS, Faria de (2010a), *Obras Completas. V, 1933-1935* (org. J. Ferreira Marques), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELOS, Faria de (2010b), *Obras Completas. VI, 1936-1939* (org. J. Ferreira Marques), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELOS, Faria de (2011), *Obras Completas. VII, Adenda* (org. J. Ferreira Marques), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELOS, Faria de (2015), *Uma escola nova na Bélgica* (pref. Adolphe Ferrière; posf. e notas Carlos Meireles-Coelho), Aveiro: UA Editora.
- VAUFREY, R. (1931), “Les Congrès Internationaux et le XV^e Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistorique” in *L’Anthropologie*, XLI, pp. 95-129.
- Bibliografia**
- ABAD, Francisco (2007), “El Centro de Estudios Históricos de la Junta para Ampliación de Estudios (1907-1938)” in *CAUCE, Revista Internacional de Filología y su Didáctica*, 30, pp. 7-39.
- ABIR-AM, Pnina G.; ELLIOTT, Clark A. (eds.) (1999), “Commemorative Practices in Science: Historical Perspectives on the Politics of Collective Memory” in *Osiris*, 14.
- ABRUNHOSA, Ana Cordeiro de Sousa Gomes (2012), *As escavações arqueológicas nos concheiros mesolíticos de Muge: contributo para o estudo da historiografia das investigações da década de 1930*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- ÁGOAS, Frederico (2010), *Saber e poder. Estado e investigação social agrária nos primórdios da Sociologia em Portugal*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- AGUIAR, António (2011), “A História da Ciência em Portugal no Século XX” in FIOLEAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (coords.), *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências: Livro de Actas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 1412-1415.
- AINSWORTH, Geoffrey Clough (1981), *Introduction to the History of Plant Pathology*, Cambridge: Cambridge University Press.
- ALBERTI, Samuel J. M. M. (2005), “Objects and the Museum” in *Focus-Isis*, 96, pp. 559-571.
- ALBUQUERQUE, Sara Manuela de (2013), *Exploring Tropical Nature in British Guiana: RBG, Kew’s Collections Revisited*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Londres).
- ALEXANDRE, Paulo Morais (1999), “Coutinho, Carlos Viegas Gago” in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Lisboa: Figueirinhas, pág. 458.
- ALVES, José António Ribeiro (2015), *Logificação da Psicologia. O Itinerário Intelectual de Edmundo Curvelo sobre a Mente, a Lógica e a Filosofia*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em Filosofia, especialidade de Filosofia da Mente, apresentada à Universidade do Minho).
- AMARAL, Luciano (1994), “Portugal e o passado: política agrária, grupos de

- pressão e a evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)” in *Análise Social*, vol. XXIX (128), pp. 889-906.
- AMARAL, Luciano do (1996a), “Trigo” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 982-983.
- AMARAL, Luciano do (1996b), “Campanha do Trigo” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 116-117.
- ANDERSEN, Casper; BEK-THOMSEN, Jakob; KJAERGAARD, Peter C. (2012), “The Money Trail: A New Historiography for Networks, Patronage and Scientific Careers” in *Isis*, 103 (2), pp. 310-315.
- ANGHIE, Antony (2006), “The Evolution of International Law: Colonial and Postcolonial Realities” in *Third World Quarterly*, 27, 5, pp. 739-753.
- ANTUNES, Helena; GALVÃO, Cecília (2001), “Seomara da Costa Primo (1895-1986). A investigadora, a docente, a mulher” in SIMÕES, Ana (coord.), *Memórias de Professores Cientistas: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1911-2001*, Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pp. 38-43.
- ANTUNES, J. Lobo (2006), “Egas Moniz Hoje” in *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, Série III, 11 (3), pp. 157-161.
- ANTUNES, João Lobo (1996), *Um Modo de Ser. Ensaios*, Lisboa: Gradiva.
- ANTUNES, João Lobo (2011), *Egas Moniz – Uma Biografia*, Lisboa: Gradiva.
- ARAÚJO, Emília; FERREIRA, Filipe (2013), “A ‘Fuga de Cérebros’: um discurso multidimensional” in ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (eds.), *Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, pp. 58-82.
- ARCHER, Luís (1993), “Mestre Quintanilha faz-se aluno” in *Brotéria Genética*, XIV (LXXXIX), 1-2, pp. 29-32.
- ARENDT, Hannah (2008), *As Origens do Totalitarismo*, 3.^a ed., Alfragide: Dom Quixote.
- AUSEJO, Elena (1993), *Por la ciencia y por la patria: la institucionalización científica en España en el primer tercio del siglo XX. La Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*, Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- AUSEJO, Elena (2008), “La Asociación Española para el Progreso de las Ciencias en el Centenario de su creación” in *Revista Complutense de Educación*, 19 (2), pp. 295-310.
- AZEVEDO, Ana Carina (2014), “Instituto Nacional de Investigação Industrial: a investigação científica aplicada ao desenvolvimento industrial” in ROLLO, Maria Fernanda; NUNES, Maria de Fátima; PINA, Madalena Esperança; QUEIROZ, Maria Inês (coords.), *Espaços e actores da ciência em Portugal (XVIII-XX)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 111-124.
- BANDEIRA, Filomena (1996), “Cabral, António Sena Faria de Vasconcelos” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 108-109.
- BANDEIRA, Filomena (2003), “Vasconcelos Cabral Azevedo, António Sena Faria de” in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto: Edições Asa, pp. 1397-1404.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1996), “Política agrária” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 749-754.
- BARATAS DÍAZ, Luis Alfredo; FERNÁNDEZ PÉREZ, Joaquín (1993), “Becas de ampliación de estudios en Biología y ciencias básicas de la Medicina en la España del primer tercio del siglo XX” in

- DYNAMIS. *Acta Hispanica ad Medicinæ Scientiarumque Historiam Illustrandam*, 13, pp. 247-263.
- BARONA, Josep L. (2016), *The Rockefeller Foundation, Public Health and International Diplomacy, 1920-1945*, London; New York: Routledge.
- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.) (1999a), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Porto: Figueirinhas.
- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.) (1999b), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento F/O, Porto: Figueirinhas.
- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.) (2000), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento P/Z, Porto: Figueirinhas.
- BARRIOS, Alonso; LÓPEZ, Ana M.; NIETO, Víctor (2014), “Predicción de volúmenes comerciales de *Eucalyptus grandis* a través de modelos de volumen total y de razón” in *Colombia Forestal*, 17 (2), pp. 137-149.
- BARROSO, João (1995), *Os liceus. Organização pedagógica e administração (1836-1960)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- BARROSO, João (2013), “Ensino Liceal” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I – A-E, Lisboa: Assembleia da República, pp. 1180-1184.
- BEN-DAVID, Joseph; ZLOCZOWER, Awraham (1962), “Universities and Academic Systems in Modern Societies” in *Archives Européennes de Sociologie*, III (1), pp. 45-84.
- BENNETT, Jim (2005), “Museums and the History of Science: Practitioner’s Postscript” in *Isis*, 96 (4), pp. 602-608.
- BERHE, Leakemariam (2009), “Volume and Implicit Taper Functions For *Cupressus Lusitanica* and *Pinus Patula* Tree Plantations in Ethiopia” in *Ethiopian Journal of Environmental Studies and Management*, 2 (1), pp. 12-28.
- BERNAL MARTÍNEZ, José Mariano; LÓPEZ MARTÍNEZ, José Damián (2007), “La Junta para Ampliación de Estudios (JAE) y la enseñanza de la ciencia para todos en España” in *Revista de Educación*, número extraordinário, pp. 215-239.
- BERTRAMS, Kenneth (2007), “Le Fonds national de la recherche scientifique en Belgique. Une expérience originale de l’organisation de la science” in *La revue pour l’histoire du CNRS*, 16. <http://histoire-cnrs.revues.org/1590>. Consultado em 06/02/15.
- BINOTI, Daniel Henrique Breda; BINOTI, Mayra Luiza Marques da Silva; LEITE, Helio Garcia (2014), “Configuração de redes neurais artificiais para estimação do volume de árvores” in *Ciência da Madeira (Brazilian Journal of Wood Science)*, 5 (1), pp. 58-67.
- BOLOTO, Susana; MARTINS, Décio (2011), “A Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra: o antes e o depois da República” in FIOLEAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (coords.), *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências: Livro de Actas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 1385-1398.
- BRANCO, Teresa Gomes (2013), *A participação Portuguesa na Sociedade das Nações (1920-1939): Representantes Nacionais e Funcionários Internacionais*, [s.l.]: [s.n.] (Tese de mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus).
- BRANDÃO, Tiago (2012), *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da Ciência e política científica em Portugal*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- BRINSON, Charmian (2006), “Science in Exile: Imperial College and the Refugees from Nazism—A Case Study” in *The*

- Leo Baeck Institute Yearbook*, 51 (1), pp. 133-152.
- BRITO, José Maria Brandão de; HEITOR, Manuel; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (2002), *Engenho e Obra. Uma abordagem à história da Engenharia em Portugal no século XX*, [Lisboa]: Dom Quixote.
- BRODERICK, Alan H. (1963), *Father of Prehistory; the Abbé Henri Breuil: His Life and Times*, New York: Morrow.
- BROJO, A. Pinho; REBELO, Maria de Lourdes; PITA, João Rui (org.) (2000), *Farmácia, Ciência e Universidade: a fundação da Faculdade de Farmácia de Coimbra em 1921*, Coimbra: Minerva.
- BUCKLAND, Michael K. (2008), "The Kinamo movie camera, Emanuel Goldberg and Joris Ivens" in *Film History: an International Journal*, 20 (1), pp. 49-58.
- CABALLERO GARRIDO, Ernesto; AZCUÉNAGA CAVIA, M.^a Carmen (2010), *La Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas: historia de sus centros y protagonistas (1907-1939)*, Gijón: Ediciones Trea.
- CALANDRE HOENIGSFELD, Cristina (2008), "La Junta para Ampliación de Estudios Republicana Frenteopulista, Represaliada por el Franquismo y Olvidada por la Transición y la Democracia" in *HAOL*, 16, pp. 7-16.
- CALDAS, Alexandre Castro (2000), "O Centro de Estudos Egas Moniz" in PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.), *Egas Moniz em Livre Exame*. Coimbra: Minerva, pp. 315-320.
- CAMARA JR., J. Mattoso (1966), "Os estudos de português no Brasil", *comunicação no VI Colóquio Internacional Luso-Brasileiro*, Cambridge Mass. (Harvard University), New York (Columbia University), pp. 23-52. <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=10&ved=0CF-0QFjAJ&url=http%3A%2F%2Ffojs.c3sl.ufpr.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fletras%2Farticle%2Fdownload%2F19779%2F13014&ei=TdwmVLGeoYzsBo6GgRg&usq=AFQjCNG0ipwQER9IWQZId6O7EMVMk01L0w&sig2=sQlQc9lBKpdbsK--zjo-g&bvm=bv.76247554,d.ZGU>. Consultado em 27/09/14.
- CAMPINA, Ana; TOMÁS, Sérgio Tenreiro (2016), "Portugal, o Estado Novo, António de Oliveira Salazar e a ONU: posicionamento(s) e (i)legalidades no pós-II Guerra Mundial (1945-1970)" in ROLLO, Maria Fernanda; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; CUNHA, Alice; VALENTE, Isabel Maria Freitas (orgs.), *A Europa do Pós-II Guerra Mundial: o caminho da cooperação*, Lisboa: IHC, pp. 77-93.
- CANDEIAS, António (2006), "Inovação, ruptura e continuidade na 1.^a República: um balanço crítico sobre a educação" in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, pp. 211-231.
- CANGUILHEM, Georges (2000), *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*, 2.^a ed., Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- CARDOSO, João Luís (1999-2000), "As Investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o 'Homem Terciário': resultados e consequências na época e para além dela" in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 33-54.
- CARDOSO, João Luís (2007), "Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista" in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 14, pp. 293-520.
- CARDOSO, João Luís (2008), "José Leite de Vasconcelos (1858-1941): o médico, o humanista e o homem" in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 126 (1-12), pp. 73-83.
- CARDOSO, João Luís (2010-2011), "O professor Mendes Corrêa (1888-1960) e as investigações sobre o *homo afer taganus* dos concheiros mesolíticos de Muge" in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18, pp. 631-655.
- CARDOSO, João Luís (2011a), "O Professor Mendes Corrêa (1888-1960) e a

- arqueologia portuguesa: breve síntese” in MARTINS, Ana Cristina (coord.), *Mendes Correia (1888-1960), entre a ciência, a docência e a política*, [s.l.]: ACD Editores, pp. 75-84.
- CARDOSO, João Luís (2011b), “O Professor Mendes Corrêa e a arqueologia portuguesa” in *Anais da Academia Portuguesa da História*, III (2), pp. 227-297.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (1994), “Os Estudos de Fonética e Fonologia na Universidade Federal da Bahia” in *Anais do III Encontro Nacional de Fonética e Fonologia*, Paraíba: Universidade Federal, pp. 117-125.
- CARNEIRO, Ana (2005), “Outside Government Science, ‘Not a Single Tiny Bone to Cheer Us Up!’ The Geological Survey of Portugal (1857-1908), the Involvement of Common Men, and the Reaction of Civil Society to Geological Research” in *Annals of Science*, 62, pp. 141-204.
- CARNEIRO, Ana; MOTA, Teresa Salomé; LEITÃO, Vanda (2013), *O Chão que Pisamos. A Geologia ao Serviço do Estado (1848-1974)*, Lisboa: Edições Colibri.
- CAROLINO, Luís Miguel; CAMENIETZKI, Carlos Ziller (coords.) (2005), *Jesuítas, Ensino e Ciência. Séculos XVI-XVIII*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- CARTER, Henry Hare (1941), “Sons dependentes da fricativa palatal áfona, em português. Review” in *Hispanic Review*, 9 (3), pp. 412-413.
- CARVALHO, José Maurício de (2013), “Delfim Santos e o neopositivismo” in *Delfim Santos Studies – revista de estudos delfinianos*, 1 (1), pp. 85-108.
- CARVALHO, Paulo Archer de (2011a), “Sílvio Lima, ou o retorno do recalçado” in *Revista Filosófica de Coimbra*, 39, pp. 213-244.
- CARVALHO, Paulo Archer de (2011b), “A exclusão universitária. Sobre o caso Sílvio Lima, 1935” in *Biblos*, n. s. IX, pp. 125-193.
- CARVALHO, Rómulo de (1996), *História do Ensino em Portugal: desde a Fundação da Nacionalidade até o fim do Regime de Salazar-Caetano*, 2.ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASACA, José Paulo Martins (1987), “Sete falsas hipóteses sobre a ‘Campanha do Trigo’” in *Estudos de Economia*, VII (2), pp. 139-160.
- CASTELO, Cláudia (2003) “Quintanilha, Aurélio Pereira da Silva” in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto: Edições Asa, pp. 1137-1139.
- CASTELO, Cláudia Orvalho (1996), “Salazar, Abel de Lima” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 860-861.
- CASTELO, Henrique Bicha (2006), “Egas Moniz e a Faculdade de Medicina de Lisboa” in *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, Série III, 11 (3), pp. 139-142.
- CASTILHO, Ataliba T. (1972), “Rumos da Dialectologia Portuguesa” in *Alfa*, 18/19, pp. 115-153.
- CASTRO BRANDÃO, Fernando de (2008), *Estado Novo. Uma Cronologia*, Lisboa: Livros Horizonte.
- CATARINO, Fernando (2001), “Flávio Ferreira Pinto Resende (1907-1967). Desorganizado, mas Mestre” in SIMÕES, Ana (coord.), *Memórias de Professores Cientistas: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1911-2001*, Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pp. 78-89.
- CATROGA, Fernando (1993), “Romantismo, literatura e história” in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, [s.l.]: Editorial Estampa, pp. 544-561.
- CATROGA, Fernando (2001), “A historiologia de Sílvio Lima” in RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia (coord.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. 1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 333-346.
- CHAUDRON, M. Georges (1969), “Notice

- nécrologique sur Charles Dufraisse, membre de la section de Chimie” in *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*, 269, pp. 77-81.
- CLAVIN, Patricia; WESSELS, Jens-Wilhelm (2005), “Transnationalism and the League of Nations: Understanding the Work of Its Economic and Financial Organisation” in *Contemporary European History*, 14, 4, pp. 465-492.
- COIMBRA, Fernando Augusto Rodrigues (1992-93), “Ricardo Severo e o desenvolvimento da Arqueologia no Porto” in *Portvgalia*, XIII-XIV, pp. 307-314.
- COITO, Livia Cristina; CARDOSO, João Luís; MARTINS, Ana Cristina (2008), *José Leite de Vasconcelos (1858-1941): Fotobiografia*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Editorial Verbo.
- COMAS RUBÍ, Francesca (2007), “Pensiones pedagógicas e innovación educativa en España. Aportaciones a un modelo de estudio a través del caso de Baleares” in *Revista de Educación*, número extraordinário, pp. 91-115.
- COMÍN, Francisco; DÍAZ, Daniel (2005), “Sector público administrativo y estado del bienestar” in CARRERAS, Albert; TAFUNELL, Xavier (coords.), *Estadísticas históricas de España: siglos XIX-XX*, 2.ª ed., Bilbao: Fundación BBVA, pp. 873-964.
- CORDEIRO, Cristina Robalo (1996), “Lapa, Manuel Rodrigues” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova: Bertrand Editora, pág. 508.
- CORREIA, Manuel (2013a), *Egas Moniz no seu labirinto*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CORREIA, Manuel da Encarnação Simões (2010), *Egas Moniz: Representação, Saber e Poder*, [s.l.]: [s.n.] (Tese de doutoramento em História da Cultura apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).
- CORREIA, Sónia Henriqueta Pardal (2013b), *As Mulheres na Ciência. Estudo prosopográfico das mulheres na Universidade de Lisboa desde a Implantação da República até ao Estado Novo*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- COSTA, J. Celestino da (1985a), “A. Celestino da Costa – Um testemunho” in *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, tomo CXLIX, n.º 6 (Junho), pp. 392-404.
- COSTA, J. Celestino da (1985b), “A. Celestino da Costa e a sua Época” in *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, tomo CXLIX, n.º 6 (Junho), pp. 368-375.
- COSTA, Rui Manuel Pinto (2012), *Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839-1974)*, Porto: CITCEM; Edições Afrontamento.
- COURRIER, M. Robert (1962), *Notice sur la vie et les travaux de Pol Bouin. Lecture faite en la séance annuelle des prix du 10 Décembre 1962*, pp. 590-624. http://www.academie-sciences.fr/activite/archive/dossiers/eloges/bouin_notice.pdf. Consultado em 31/12/14.
- CRAWFORD, Elisabeth (1988), “Internationalism in science as a casualty of the First World War: relations between German and Allied scientists as reflected in nominations for the Nobel prizes in physics and chemistry” in *Social Science Information*, 27 (2), pp. 163-201.
- CUETO, Marcos (1989), *Excelencia Científica en la Periferia: Actividades Científicas e Investigación Biomédica en el Perú. 1890-1950*, Lima: GRADE.
- CUETO, Marcos (ed.) (1994), *Missionaries of Science: the Rockefeller Foundation and Latin America*, Bloomington: Indiana University Press.
- CUNHA, António Augusto Oliveira (1997b), *Faria de Vasconcelos: pensamento e acção pedagógica*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em Filosofia da Educação apresentada à Universidade do Minho).
- CUNHA, Maria José (2012), “As coleções

- de Arqueologia e Antropologia do Museu de História Natural da Universidade do Porto” in ASENSIO, M.; LIRA, S.; ASENJO, E.; CASTRO, Y. (eds.), *SIAM. Series de Investigación Iberoamericana en Museología*, 3 (6), pp. 153-162.
- CUNHA, Norberto Ferreira da (1997a), *Génesis e Evolução do Ideário de Abel Salazar*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CURBERA COSTELLO, Guillermo (2007), “Una Mirada Histórica a los Internationl Congress of Mathematicians” in *ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura*, CLXXXIII (725), pp. 363-371.
- CURIE, Eva (1944), *Madame Curie*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- DASTON, Lorraine (2015), “At the Center and the Periphery: Joseph Pitton de Tournefort Botanizes in Crete” in ARABATZIS, Theodore; RENN, Jürgen; SIMÕES, Ana (eds.), *Relocating the History of Science: Essays in Honor of Kostas Gavroglu*, Dordrecht: Springer, pp. 85-98.
- DASTON, Lorraine; SIBUM, H. Otto (2003), “Introduction: Scientific Personae and Their Histories” in *Science in Context*, 16 (1-2), pp. 1-8.
- DAVID-FERREIRA, J. F. (1985), “Reflexões sobre a Vida e a Obra de Augusto Celestino da Costa” in *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, tomo CXLIX, n.º 6 (Junho), pp. 378-386.
- DELGADO-MARTINS, Maria Raquel (2002), *Fonética do Português. Trinta anos de investigação*, Lisboa: Editorial Caminho.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia (2001), “Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925): intermediária nata entre a cultura neolatina e a germânica” in *Línguas e Literaturas*, XVIII, pp. 33-48.
- DESMOND, Ray (2007), *The History of the Royal Botanic Gardens Kew*, London: Kew Publishing.
- DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha (2006), *António Sardinha (1887-1925): um intelectual no século*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DEVY-VARETA, Nicole (2003), “O regime florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)” in *Revista da Faculdade de Letras do Porto – Geografia*, I (XIX), pp. 447-455.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita (2007), “Internationalism in the invisible college: political ideologies and friendships in archaeology” in *Journal of Social Archaeology*, 7 (1), pp. 29-48.
- DÍEZ DE REVENGA, Francisco Javier (2007), “Tomás Navarro Tomás, de la Fonética Experimental a la métrica española” in *Tonos Digital. Revista Electrónica de Estudios Filológicos*, 14, diciembre, <http://www.um.es/tonosdigital/znum14/secciones/Perfiles-1-%20Navarro.htm>. Consultado em 02/10/14.
- DIGGELMANN, Oliver (2012), “Georges Scelle (1878-1961)” in FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of The History of International Law*, Oxford: Oxford University Press, pp. 1162-1166.
- DINIZ, Aires (2011), “José Júlio Rodrigues – Ensino da Química e Investigação Experimental” in FIOLEAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (coords.), *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências: Livro de Actas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 309-331.
- DOEL, Ronald E. (1997), “Scientists as Policymakers, Advisors, and Intelligence Agents: Linking Contemporary Diplomatic History with the History of Contemporary Science” in SÖDERQVIST, Thomas (ed.), *The Historiography of Contemporary Science and Technology*, Amsterdam: Harwood Academic Publishers, pp. 215-244.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor (1972), *Os Irmãos Karamazov*, Lisboa, Editora Arcádia.
- DREYFUS, François-Georges (1996), “A Europa de 1914 aos nossos dias” in DREYFUS, François-Georges; MARX, Roland; POIDEVIN, Raymond, *História Geral da*

- Europa, 3: de 1789 aos nossos dias*, Mem Martins: Publicações Europa-América, pp. 365-439.
- DUCHÊNE, Hervé (1996), “Un Athénien: Salomon Reinach” in *Bulletin de correspondance hellénique*, 120 (1), pp. 273-284.
- EDGERTON, David (2012), “Time, Money and History” in *Isis*, 103 (2), pp. 316-327.
- EDGERTON, David (2013), “Science in the United Kingdom: a Study in the Nationalization of Science” in KRIGE, John; PESTRE, Dominique (eds.), *Science in the Twentieth Century*, London; New York: Routledge, pp. 759-776.
- FABIÃO, Carlos (1997), “Percurso da Arqueologia Clássica em Portugal: da Sociedade Archeologica Lusitana (1849-1857) ao moderno projecto de Conimbriga (1962-1979)” in MORA, Gloria; DÍAZ-ANDREU, Margarita (eds.), *La Cristalización del Pasado: génesis y desarrollo del marco institucional de la Arqueología en España*, Málaga: Universidade de Málaga, pp. 105-123.
- FABIÃO, Carlos (1999), “Um Século de Arqueologia em Portugal – I” in *Al-Madan*, II (8), pp. 104-126.
- FABIÃO, Carlos (2008), “José Leite de Vasconcelos (1858–1941): um *archeólogo* português” in *O Archeólogo Português*, IV (26), pp. 97-126.
- FARINHA, Luís (1998), *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa: Editorial Estampa.
- FARINHA, Luís (2009), “A caminho do 28 de Maio” in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta-da-china, pp. 535-567.
- FARLEY, John (2004), *To cast out disease: a history of the International Health Division of the Rockefeller Foundation (1913-1951)*, New York: Oxford University Press.
- FAUSTO, Boris (2006), *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, São Paulo: Companhia das Letras.
- FEINGOLD, Mordechai (ed.) (2003), *Jesuit Science and the Republic of Letters*, Cambridge MA: The MIT Press.
- FEREMBACH, Denise (1980), “Le Laboratoire d’Anthropologie de l’École Pratique des Hautes Études” in *Bulletins et Mémoires de la Société d’Anthropologie de Paris*, 7 (13), pp. 307-318.
- FEREMBACH, Denise (1997), “Anthony, Raoul (1874-1941)” in SPENCER, Frank (ed.), *History of physical anthropology: an encyclopedia*, vol. 1, New York: Garland Pub., pp. 78-79.
- FERNANDES, Rogério (1983), “António Sérgio, Ministro da Instrução Pública” in *Revista de História das Ideias*, 5 (2), pp. 603-700.
- FERNANDES, Rogério (2007), “Irene Lisboa e Áurea Judite Amaral: dois olhares sobre a escola a partir da ‘Escola Nova’” in MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (orgs.), *Viajens pedagógicas*, São Paulo: Cortez, pp. 217-245.
- FERNANDES, Rosa (2006), *O Universo Imaginário de Eugénio de Castro*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- FERNÁNDEZ SANTARÉN, Juan; GARCÍA BARRENO, Pedro; SÁNCHEZ RON, José Manuel (2006), *Santiago Ramón y Cajal: un siglo después del Premio Nobel*, Santander: Fundación Marcelino Botín.
- FERNÁNDEZ TERÁN, Rosario E. (2014), *El profesorado del “Instituto Nacional de Física y Química” ante la Guerra Civil, el proceso de depuración y el drama del exilio*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid).
- FERREIRA, Ana Margarida (coord.) (2004), *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco: Instituto Português de Museus.
- FERREIRA, Gomes (1963), “O Centro de Estudos de Física da Faculdade de Ciências

- de Lisboa e a investigação científica”, in *Ciência. Revista de Cultura Científica*, 1, pp. 39-46.
- FERREIRA, José Medeiros (1992), *Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919*, Lisboa: Quetzal Editores.
- FERREIRA, Júlio César Sobreira; SILVA, José Antônio Aleixo da; MIGUEL, Eder Pereira; ENCINAS, José Imaña; TAVARES, José Alves (2011), “Eficiência relativa de modelos volumétricos com e sem a variável altura da árvore” in *Acta Tecnológica*, 6 (1).
- FERREIRA, Maria Alzira B. Almoester Moura (2001), “Branca Edmée Marques (1899-1986). Uma pioneira da Ciência” in SIMÕES, Ana (coord.), *Memórias de Professores Cientistas: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1911-2001*, Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pp. 50-57.
- FIGUEIRA, Manuel Henrique (2004), “A Educação Nova em Portugal (1882-1935): semelhanças, particularidades e relações com o movimento homónimo internacional (Parte II)” in *Pelotas*, 15, pp. 29-52.
- FIOLHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (coords.) (2011), *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências: Livro de Actas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FITAS, Augusto J. S. (2006), “A Ciência em Portugal ao longo do séc. XX (cenas exemplares de um percurso incompleto)” in *Prelo*, 3, pp. 1-22.
- FITAS, Augusto J. S. (2008), “As relações entre António Aniceto Ribeiro Monteiro e a Junta de Educação Nacional ou um boiseiro português na cidade de Paris (do Outono de 1931 à Primavera de 1936)” in *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*, número especial, pp. 89-127.
- FITAS, Augusto J. S. (2012), “A Junta de Educação Nacional e a Instalação da Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras” in FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.), *A Atividade da Junta de Educação Nacional*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 13-36.
- FITAS, Augusto J. S. (2013a), “A Junta de Educação Nacional e o lançamento das primeiras iniciativas de um plano para investigação científica no país” in FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.), *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 49-72.
- FITAS, Augusto J. S. (2013b), “A influência da Escola de Viena em Portugal no período entre guerras” in *Delfim Santos Studies – revista de estudos delfinianos*, 1 (Abril), pp. 22-51.
- FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.) (2012), *A Atividade da Junta de Educação Nacional*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.) (2013), *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- FITAS, Augusto J. S.; RODRIGUES, Marcial A. E.; NUNES, Maria de Fátima (2008), *Filosofia e História da Ciência em Portugal no Século XX*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- FITAS, Augusto J. S.; VIDEIRA, António A. P. (2004), *Cartas entre Guido Beck e cientistas portugueses*, Lisboa: Instituto Piaget.
- FITAS, Manuel Joaquim Rodrigues (2010), *Seara Nova – Tempos de mudança... e de perseverança (1940-1958)*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- FONSECA, Pedro; PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (2011), “Entre plantas carnívoras e a sexualidade dos cogumelos:

- o pioneirismo científico-pedagógico de Aurélio Quintanilha (1892-1987) na Universidade de Coimbra (1919-1935)” in FIOLEAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (coords.), *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências: Livro de Actas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 360-372.
- FONWEBAN, John; GARDINER, Barry; AUTY, David (2012), “Variable-top merchantable volume equations for Scots pine (*Pinus sylvestris*) and Sitka spruce (*Picea sitchensis* (Bong.) Carr.) in Northern Britain” in *Forestry. An International Journal of Forest Research*, 85 (2), pp. 237-253.
- FORMENTÍN IBÁÑEZ, Justo; JOSÉ VILLEGAS, María (2007), “Las pensiones de la JAE” in PUIG-SAMPER MULERO, Miguel Ángel (ed.), *Tiempos de investigación. JAE-CSIC, cien años de ciencia en España*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 95-102.
- FREIRE, Dulce (1996), “Vinho” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 1011-1014.
- FREIRE, Dulce; FONSECA, Inês (2003), “‘Bárbaros sin libertad.’ Resistencia y agitación en las comunidades de montaña en Portugal (1926-1974) in SEBASTIÁN AMARILLA, J. A.; URIARTE AYO, Rafael (eds.), *Historia y Economía del Bosque en la Europa del Sur (Siglos XVIII-XX)*, Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, pp. 195-222.
- FRÓIS, João Pedro de Oliveira Ferreira (1994), *Contributo para a História da Educação dos Deficientes Mentais em Portugal. Os Primeiros Oitenta Anos do seu Desenvolvimento (1890-1970)*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em Educação Especial apresentada à Universidade Técnica de Lisboa.
- FYE, W. Bruce (1991), “The Origin of the Full-time Faculty System: Implications for Clinical Research” in *JAMA*, 265 (12), pp. 1555-1562.
- GALEÃO, Tânia Filipa Borges Correia (2006), *O professorado liceal no final do Estado Novo. Representações dos professores*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em Educação, área de especialização em Formação Pessoal e Social, apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).
- GANHO, Maria de Lourdes Sirgado (2002), *O essencial sobre Delfim Santos*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GARCÍA COLMENARES, Carmen (2008), “Las primeras psicólogas españolas becaadas por la Junta de Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas” in *Revista de Historia de la Psicología*, 29 (3/4), pp. 69-76.
- GARCÍA MOUTON, Pilar (2007), “La JAE y la filología española” in PUIG-SAMPER MULERO, Miguel Ángel (ed.), *Tiempos de investigación. JAE-CSIC, cien años de ciencia en España*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 155-159.
- GARCÍA PEREDA, Ignacio (2011), *Mário de Azevedo Gomes (1885-1965). Mestre da silvicultura portuguesa*, Sintra: Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.
- GARCÍA PEREDA, Ignacio; MATOS, Ana Cardoso de (2013), “The ‘Portuguese Forestry Community’ and Research Fellows abroad between 1915 and 1945” in *Delfim Santos Studies – revista de estudos del-finianos*, 1 (1), pp. 160-174.
- GARRIDO, Álvaro (2008), “A Universidade e o Estado Novo: de ‘corporação orgânica’ do regime a território de dissidência social” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, pp. 133-153.
- GASPAR, Júlia; GAGO, Maria do Mar; SIMÕES, Ana (2009), “Scientific life under the Portuguese dictatorial regime (1929-1954): the communities of geneticists and physicists” in *HOST Journal of History of Science and Technology*, 3, pp.

- 74-89.
- GASPAR, Júlia; SIMÕES, Ana (2011), “Physics on the Periphery: A Research School at the University of Lisbon under Salazar’s Dictatorship” in *Historical Studies in the Natural Sciences*, 41 (3), pp. 303-343.
- GASPAR, Maria Júlia Neto (2008), *A Investigação no Laboratório de Física da Universidade de Lisboa (1929-1947)*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em História e Filosofia das Ciências apresentada à Universidade de Lisboa).
- GAVROGLU, Kostas; PATINIOTIS, Manolis; PAPANELOPOULOU, Faidra; SIMÕES, Ana; CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; BERTOMEU SÁNCHEZ, José Ramón; GARCÍA BELMAR, Antonio; NIETO-GALAN, Agustí (2008), “Science and Technology in the European periphery: some historiographical reflections” in *History of Science*, 46, pp. 153-175.
- GEISON, Gerald L. (1981), “Scientific Change, Emerging Specialties and Research Schools” in *History of Science*, 19, pp. 20-40.
- GEMELLI, Giuliana (2002a), “A Central Periphery: the Naples Stazione Zoologica as an ‘Attractor’” in SCHNEIDER, William H. (ed.), *Rockefeller Philanthropy and Modern Biomedicine. International Initiatives from World War I to the Cold War*, Indiana: Indiana University Press, pp. 184-207.
- GEMELLI, Giuliana (2002b), “Europe-U.S.A. American foundations and European scientific integration: actors and networks (1920’s-1970’s)” in *Mefrim*, 114 (1), pp. 411-422.
- GETZ, Marshall J. (2009), “The Ice Pick of Oblivion: Moniz, Freeman and the Development of Psychosurgery” in *Trames*, 13 (63/58), 2, pp. 129-152.
- GIL, Fernando Bragança (1995), “O Estudo dos Raios X e o início da investigação em Física nas Universidades Portuguesas” in *Gazeta de Física*, 18 (3), pp. 11-17.
- GIL, Fernando Bragança (2003), “Núcleo de Matemática, Física e Química: uma contribuição efêmera para o movimento científico português” in *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*, 49, pp. 77-92.
- GLICK, Thomas F. (2005), “Dictating to the Dictator: Augustus Trowbridge, the Rockefeller Foundation and the Support of Physics in Spain, 1923-1927” in *Minerva*, 43 (2), pp. 121-145.
- GOMES, Amélia Filomena de Castro (2005), *A Educação Libertária Segundo Aurélio Quintanilha*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em Educação, Área de Especialização em Filosofia da Educação, apresentada à Universidade do Minho).
- GOMES, Emília Vaz (2012), “A JEN e a política de subsídios a instituições de investigação científica” in FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.), *A Atividade da Junta de Educação Nacional*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 95-114.
- GOMES, Sérgio Alexandre da Rocha (2011), *O Passado, a Identidade e as Teias do Governo. Estudos sobre os entrelaçamentos das Práticas de Produção do Conhecimento Arqueológico e de Construção da Identidade Nacional Salazarista*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- GONÇALVES, Victor S. (2011), “Vere Gordon Childe em Portugal. Uma pequena história (moral?) sobre um jovem lobo ainda inexperiente e uma raposa mãe” in *O Arqueólogo Português*, V (1), pp. 313-328.
- GONZALEZ CAJAL, Jesús (1988), “Gonzalo Rodríguez Lafora: breves notas biográficas” in *R.A.E.N.*, vol. VIII, n.º 27, pp. 675-695.
- GONZÁLEZ IBÁÑEZ, Carlos; SANTAMARÍA GARCÍA, Antonio (eds.) (2009), *Física y Química en la Colina de los Chopos. 75 años de investigación en el edificio Rockefeller del CSIC (1932-2007)*,

Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- GONZÁLEZ REDONDO, Francisco A. (2010), *La Ciencia española: del encuentro con Europa durante la República a la depuración franquista y el exilio*, Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/la-ciencia-espanola-del-encuentro-con-europa-durante-la-republica-a-la-depuracion-franquista-y-el-exilio/html/9e27fe4ffc-42dd-80ed-45bb619da242_2.html#I_0_. Consultado em 28/07/15.
- GONZÁLEZ REDONDO, Francisco A. [s.d.], “La actividad del *Laboratorio Seminario Matemático* de la Junta para Ampliación de Estudios durante la Guerra Civil” in *La Gaceta*, pp. 675-686.
- GONZÁLEZ REDONDO, Francisco A.; FERNÁNDEZ TERÁN, Rosario E. (2002), “Nuevas perspectivas en torno a la política de pensiones de la Junta para Ampliación de Estudios: modelos de encuentro con Europa de la Universidad española” in *Revista Complutense de Educación*, 13 (2), pp. 563-593.
- GOODMAN, Dena (1992), “Public Sphere and Private Life: Toward a Synthesis of Current Historiographical Approaches to the Old Regime” in *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, 31 (1), pp. 1-20.
- GOOTENBERG, Paul (2007), “A Forgotten Case of ‘Scientific Excellence on the Periphery’: The Nationalist Cocaine Science of Alfredo Bignon, 1884-1887” in *Comparative Studies in Society and History*, 49 (1), pp. 202-232.
- GRACIA ALONSO, Francisco (2011), *Pere Bosch Gimpera. Universidad, política, exilio*, Madrid: Marcial Pons Historia.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* [s.d.], Volume VI, Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, pág. 349.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* [s.d.], Volume XIV, Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, pág. 502.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* [s.d.], Volume XXIV, Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, pp. 894-895.
- GUEDES, Armando Marques (1998), “A identidade, a propaganda e o nacionalismo. O projecto de leitorados de língua e cultura portuguesas, 1921-1997” in *Lusotopie*, pp. 107-132.
- HADEN, Ernest F. (1941), “Sons dependentes da fricativa palatal áfona, em português. Review” in *Language*, 17 (1), pp. 76-77.
- HALLEUX, Robert; XHAYET, Geneviève (2007), *La Liberté de Chercher: Histoire du Fonds National Belge de la Recherche Scientifique*, Liège: Editions de l’Université de Liège.
- HAMELINE, Daniel (1993), “Adolphe Ferrière (1879-1960)” in *Perspectives: revue trimestrielle d’éducation comparée*, XXIII (1-2), pp. 379-406.
- HAMMARSKJÖLD, Dag (1961), *The International Civil Servant in Law and in Fact. Lecture Delivered to Congregation at Oxford University, 30 May 1961*, pp. 329-353. <http://www.un.org/Depts/dhl/dag/docs/internationalcivilservant.pdf>. Consultado em 28/05/14.
- HANSON, Elizabeth (2000), *The Rockefeller University Achievements. A Century of Science for the Benefit of Humankind 1901-2001*, [New York]: The Rockefeller University Press.
- HELIODORO, Maria Margarida Neves (2012), *A investigação em Química no Portugal dos anos trinta do Séc. XX – o estudo de caso da Professora Doutora Branca Edmée Marques*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em Química em Contexto Escolar apresentada à Universidade de Évora).
- HELIODORO, Maria Margarida Neves (2013), “A Atividade no Laboratório Curie da Bolseira da JEN, Branca Edmée

- Marques” in FITAS, Augusto J. S.; PRÍN-
CIPE, João; NUNES, Maria de Fátima;
BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.),
*A Junta de Educação Nacional e a Inves-
tigação Científica em Portugal no Período
entre Guerras*, Casal de Cambra: Calei-
doscópio, pp. 73-87.
- HELLYER, Marcus (2005), *Catholic Physics:
Jesuit Natural Philosophy in Early Modern
Germany*, Notre Dame, Indiana: Univer-
sity of Notre Dame.
- HENRIQUES, Bruno Miguel Cunha (2012),
*A ressureição da raça portuguesa no pen-
samento de Mendes Correia. História.
Antropologia. Eugenia (1911-1960)*, [s.l.]:
[s.n.] (Dissertação [de mestrado?] apre-
sentada à Faculdade de Letras da Univer-
sidade do Porto).
- HENRIQUES, Helder Manuel Guerra
(2008), *O Professor do Ensino Liceal: Por-
talegre (1851-1963). O Caso do Liceu de
Portalegre e do Professor António Raul
Galiano Tavares*, Coimbra: Palimage.
- HOBBSAWM, Eric J. (2004), *A Questão do
Nacionalismo – nações e nacionalismo
desde 1780: programa, mito, realidade*, 2.^a
ed., Lisboa: Terramar.
- HUREL, Arnaud (2003), “Un prêtre, un
savant dans la marche vers l’institution-
nalisation de la préhistoire. L’abbé Henri
Breuil (1877-1961)” in *La revue pour
l’histoire du CNRS*, 8. [http://histoire-cnrs.
revues.org/550](http://histoire-cnrs.revues.org/550). Consultado em 25/09/15.
- ISAACSON, Walter (2007), *Einstein: his life
and universe*, New York; London; To-
ronto; Sydney: Simon & Schuster.
- JAMES, Jeremiah; HOFFMANN, Dieter;
STEINHAUSER, Thomas; FRIEDRICH,
Bretislav (2011), *One hundred years at the
intersection of chemistry and physics: the
Fritz Haber Institute of the Max Planck
Society, 1911-2011*, Berlin; Boston: De
Gruyter.
- JANEIRA, Ana Luísa (1998), “O Laborató-
rio de Química da Faculdade de Ciências
da Universidade de Lisboa (1911-1947):
organização do espaço, produção do dis-
curso, sistema epistémico” in JANEIRA,
Ana Luísa; GUEDES, Maria Estela;
GONÇALVES, Raquel (ed.), *Divórcio
entre cabeça e mãos? Laboratórios de Qui-
mica em Portugal (1772-1955)*, Lisboa:
Livraria Escolar Editora, pp. 143-150.
- JANUÉ I MIRET, Marició (2014), “A Ale-
manha e a Europeização da Espanha.
Do ‘Desastre Colonial de 1898’ à Se-
gunda Guerra Mundial: Os Bolseiros da
Junta para la Ampliación de Estudios” in
CLARA, Fernando; NINHOS, Cláudia
(eds.), *A Angústia da Influência. Política,
Cultura e Ciência nas relações da Ale-
manha com a Europa do Sul, 1933-1945*,
Frankfurt am Main: Peter Lang Edition,
pp. 97-117.
- JESÚS SANTESMASES, María (2007), “Via-
jes y Memoria: las Ciencias en España
Antes y Después de la Guerra Civil” in
*Asclepio. Revista de Historia de la Medi-
cina y de la Ciencia*, LIX (2), pp. 213-230.
- JORGE, Vítor Oliveira; JORGE, Susana Oli-
veira (1995), “Theoretical Underpinnings
of the Portuguese Archaeology in the
Twentieth Century” in UCKO, Peter J.
(ed.), *Theory in Archaeology. A world
perspective*, London; New York: Routle-
dge, pp. 251-263.
- JÚDICE, Nuno (1999), “Lapa, Manuel
Rodrigues” in BARRETO, António;
MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Di-
cionário de História de Portugal*, vol. VIII
(Suplemento F/O), Porto: Figueirinhas,
pág. 354.
- KABZINSKA, Krystyna (1989), “Os estu-
dantes portugueses no Lab. Curie no Ins-
tituto do Rádio, em Paris, e os Pioneiros
do Estudo do Cancro em Portugal” in
Gazeta de Física, 12 (3), pp. 102-115.
- KAESER, Marc-Antoine (2009), “Estab-
lishing Prehistory: the Foundation of the
International Congress (1865/1866)” in
BABES, Mircea; KAESER, Marc-Antoine
(eds.), *Proceedings of the XV World Con-
gress of the International Union for Prehis-
toric and Protohistoric Sciences*, Oxford:
Archaeopress, pp. 1-3.
- KAISER, Hans-Dietrich; BUCHGE,

- Wilhelm (1992), *Der Springer-Verlag. Katalog seiner Veröffentlichungen: 1842-1945*, Berlin: Springer-Verlag.
- KJAERGAARD, Peter C. (2012), “The Fossil Trade: Paying a Price for Human Origins” in *Isis*, 103 (2), pp. 340-355.
- KOERVER, Hans Joachim (2010), *German submarine warfare 1914-1918 in the eyes of British Intelligence*, Steinbach: LIS Reinisch.
- KOHLER, K. J. [s.d.], “Phonetics – a language science in its own right?”, pp. 1-7. http://www.ipds.uni-kiel.de/kjk/pub_exx/kk1995_1/PHONSCI2.pdf. Consultado em 30/09/14.
- KOHLER, Robert E. (2007), “Finders, Keepers: collecting sciences and collecting practice” in *History of Science*, XLV, pp. 428-454.
- KOTOWICZ, Zbigniew (2012), *Psychosurgery: The Birth of a New Scientific Paradigm. Egas Moniz and the Present Day*, Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa.
- LAINS, Pedro (2003), *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*, Lisboa: ICS.
- LAMBERTI, Marjorie (2006), “The Reception of Refugee Scholars from Nazi Germany in America: Philanthropy and Social Change in Higher Education” in *Jewish Social Studies*, 12 (3), pp. 157-192.
- LEGRAS, Bernard (2011), *Seize leçons inaugurales et discours (1887-1977). Professeurs de Médecine de Nancy*, Serrouville: Euryuniverse Éditions.
- LEMOS, Francisco Sande (1987), “As Três Idades da Arqueologia Portuguesa” in *Forum*, 2, pp. 5-11.
- LEMOS, Francisco Sande (1995), “Martins Sarmento e a arqueologia Portuguesa dos anos setenta e oitenta do século XIX” in *Revista de Guimarães*, 105, pp. 117-126.
- LOFF, Manuel (2003) “Pacheco, António Faria Carneiro” in *NÓVOA, António (dir.), Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto: Edições Asa, pp. 1030-1035.
- LÖFQVIST, Anders (2013), “Theories and Models of Speech Production” in HARDCASTLE, William J.; LAVER, John; GIBBON, Fiona E. (eds.), *The Handbook of Phonetic Sciences*, Chichester: Wiley-Blackwell, pp. 353-377.
- LOPES, Maria Margaret (2009), *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*, 2.ª ed., São Paulo: Hucitec; Ed. UnB.
- LOPES, Maria Margaret; NUNES, Maria de Fátima; PINA, Madalena Esperança (2012), “Cruzando fronteiras: a construção de uma tradição para o 1.º Congresso Nacional de Ciências Naturais, Lisboa, 1941” in FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.), *A Atividade da Junta de Educação Nacional*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 115-131.
- LOPES, Quintino (2010), *Portugal – 1940. A Internacionalização dos Cientistas do VIII Congresso do Mundo Português*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em Estudos Históricos Europeus apresentada à Universidade de Évora).
- LOPES, Quintino (2012), “Congressos Científicos: a Junta de Educação Nacional e as Redes Internacionais de Comunicação em Ciência” in FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.), *A Atividade da Junta de Educação Nacional*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 149-175.
- LOPES, Quintino (2013), “A Junta de Educação Nacional (JEN) e o apoio à Investigação Científica de Egas Moniz: Novas Interpretações Historiográficas” in FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.), *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 137-164.
- LOPES, Quintino (2014), “A Junta de Educação Nacional (1929/36) e as bolsas de

- estudo no país: promoção científica num Portugal europeizado” in SALGUEIRO, Ângela; NUNES, Maria de Fátima; ROLLO, Maria Fernanda; LOPES, Quintino (eds.), *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 53-63.
- LOPES, Quintino (2017a), “The National Education Board (1929/36) and scientific research in Portugal” in *Portuguese Journal of Social Science*, 16 (1), pp. 71-85.
- LOPES, Quintino (2017b), *A Junta de Educação Nacional (1929/36): traços de europeização na investigação científica em Portugal*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em História e Filosofia da Ciência apresentada à Universidade de Évora).
- LOPES, Quintino; NUNES, Fátima; FITAS, Augusto J. S. (2011), “A Junta de Educação Nacional/(Instituto para a Alta Cultura) – 1929/38 – e os Congressos Científicos: Trocas e Circulação de Saberes” in FIO-LHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (coords.), *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 1399-1411.
- LÓPEZ SÁNCHEZ, José María (2003), “Política cultural exterior alemana en España durante la República de Weimar” in *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 25, pp. 235-253.
- LÓPEZ SÁNCHEZ, José María (2007), “El Centro de Estudios Históricos y los orígenes de un moderno sistema científico español” in PUIG-SAMPER MULERO, Miguel Ángel (ed.), *Tiempos de investigación. JAE-CSIC, cien años de ciencia en España*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 121-128.
- LÓPEZ SÁNCHEZ, José María (2012), “Una escuela, dos laboratorios: Neurociencias en la Junta para Ampliación de Estudios” in *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, 32 (116), pp. 805-825.
- LÓPEZ-OCÓN CABRERA, Leoncio (2007), “Enseñar a investigar: la influencia de Cajal en los laboratorios de la JAE” in *Revista de Educación*, número extraordinario, pp. 67-89.
- LÓPEZ-OCÓN CABRERA, Leoncio (no prelo), “Las acciones iberoamericanas de Cajal a través de sus escritos y su correspondencia” in QUELUZ, Gilson Leandro; BRANDÃO, Tiago (coords.), *Pensamentos e Identidades em Ciência e Tecnologia no Mundo Iberoamericano*, Curitiba.
- LÓPEZ-OCÓN, Leoncio (2013), “La proyección internacional de la Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas: el caso de los pensionados en Portugal” in FITAS, Augusto J. S.; PRÍN-CIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecilia (eds.), *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 11-32.
- LOUIS, Elan D. (2010), “The conceptualization and organization of the first International Neurological Congress (1931): the coming of age of neurology” in *Brain. A Journal of Neurology*, 133, pp. 2160-2166.
- LUIS ABELLÁN, José (2007), “El exilio de la cultura y de la ciencia española” in PUIG-SAMPER MULERO, Miguel Ángel (ed.), *Tiempos de investigación. JAE-CSIC, cien años de ciencia en España*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 250-255.
- MA, Qiusha (2002), “The Peking Union Medical College and the Rockefeller Foundation’s Medical Programs in China” in SCHNEIDER, William H. (ed.), *Rockefeller Philanthropy and Modern Biomedicine. International Initiatives from World War I to the Cold War*, Indiana: Indiana University Press, pp. 159-183.
- MACLEOD, Christine (2012), “Reluctant Entrepreneurs: Patents and State Patronage in New Technosciences, circa 1870-1930” in *Isis*, 103 (2), pp. 328-339.
- MACLEOD, Roy (1993), “The Chemists go to War: The Mobilization of Civilian

- Chemists and the British War Effort, 1914–1918” in *Annals of Science*, 50, pp. 455-481.
- MADDISON, A. (1981), “La política económica y sus resultados en Europa (1913-1970)” in CIPOLLA, C. M. (ed.), *Historia económica de Europa (5). El siglo XX*, Barcelona; Caracas; México: Editorial Ariel, pp. 46–112.
- MAINER, Juan; MATEOS, Julio (2007), “Los inciertos frutos de una ilusionada siembra. La JAE y la Didáctica de las Ciencias Sociales” in *Revista de Educación*, número extraordinário, pp. 191-214.
- MALAQUIAS, Isabel; ANDRADE, António; BONIFÁCIO, Vitor; MALONEK, Helmuth (coords.) (2015), *Perspetivas sobre Construir Ciência – Construir o Mundo*, Aveiro: UA Editora.
- MARÍN ECED, Teresa (1990), *La Renovación Pedagógica en España (1907-1936). Los Pensionados en Pedagogía por la Junta para Ampliación de Estudios*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- MARQUES, Fernando Moreira (2003), *Os Liceus do Estado Novo: arquitetura, currículo e poder*, Lisboa: Educa.
- MARQUES, J. Ferreira (2012), *Faria de Vasconcelos e as suas obras de Psicologia e de Ciências da Educação*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 1-10.
- MARQUES, Pedro (2014), “José Leite de Vasconcelos e o *Additamenta nova ad corporis volumen II* de 1913: a epigrafia do *conuentus Pacensis*” in SALGUEIRO, Ângela; NUNES, Maria de Fátima; ROLLO, Maria Fernanda; LOPES, Quintino (eds.), *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 143-150.
- MARTINS, Ana Cristina (2003), *Possidónio da Silva, 1806-1896, e o Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, Ana Cristina (2005), “Museu Arqueológico do Carmo: a consagração da Memória” in ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V. (eds.), *Construindo a Memória: as coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 40-93.
- MARTINS, Ana Cristina (2007), “In search of lost time: from localism and regionalism to nationalism, in the work of Estácio da Veiga” in *Bulletin of the History of Archaeology*, 17 (2), pp. 22-30.
- MARTINS, Ana Cristina (2009), “(Re)presenting Identities: The ‘Museu Etnológico Português’ (Lisbon)” in THOMAS, J.; JORGE, V. O. (eds.), *Archaeology and The Politics of Vision in a Post-Modern Context*, Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, pp. 263-277.
- MARTINS, Ana Cristina (2011), “Mendes Corrêa (1888-1960) e a arqueologia coeva: (en)trechos” in MARTINS, Ana Cristina (coord.), *Mendes Correia (1888-1960), entre a ciência, a docência e a política*, [s.l.]: ACD Editores, pp. 37-73.
- MARTINS, Fernando Manuel Santos (2004), *Pedro Theotónio Pereira: Uma Biografia (1902-1972)*, [s.l.]: [s.n.] (Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora).
- MATOS, Patrícia Carla Valente Ferraz de (2012), *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Antropologia Social e Cultural, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa).
- MATOS, Patrícia Ferraz de (2011), “A vida e a obra do Professor Mendes Correia (1888-1960): articulações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo em Portugal” in MARTINS, Ana Cristina (coord.), *Mendes Correia (1888-1960), entre a ciência, a docência e a política*, [s.l.]: ACD Editores, pp. 9-35.

- MCCARTHY, John G. (1989), “The Passive Personality Principle and Its Use in Combatting International Terrorism” in *Fordham International Law Journal*, 13, 3 (3), pp. 298-327.
- MEDINA, João (1994), *História de Portugal Contemporâneo (Político e Institucional)*, Lisboa: Universidade Aberta.
- MEDINA, João (1995), “Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo” in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. XII, Amadora: Clube Internacional do Livro, pp. 11-142.
- MELO, António da Rocha (2000), “Egas Moniz e a Neurocirurgia” in PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.), *Egas Moniz em Livre Exame*, Coimbra: Minerva, 113-124.
- MELO, Daniel (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- MENDES, Rui Vilela (2014), *Elogio Histórico do Professor António da Silveira*, Lisboa: Academia das Ciências.
- MEYER, Morgan (2008), “On the boundaries and partial connections between amateurs and professionals” in *museum and society*, 6 (1), pp. 38-53.
- MILHEIRO, Jaime (2000), “Contributos de Egas Moniz para a Psiquiatria e para a Psicanálise” in PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.), *Egas Moniz em Livre Exame*, Coimbra: Minerva, pp. 165-174.
- MOLDENHAUER, Gerhard (1959), *Fritz Krüger: notice biographique et bibliographique*, Louvain: Centre International de Dialectologie Générale.
- MONICO, Reto (2005), *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*, Genève: Société d’Histoire et d’Archéologie de Genève.
- MONTEIRO, Kátia Amaral (2008), “António Aniceto Monteiro: a viragem para a Matemática (1925-1931)” in *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*, número especial, pp. 37-87.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (2001), *O essencial sobre Almeida Garrett*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MOORE, Ruth (1985), *Niels Bohr: The Man, His Science, & the World They Changed*, Cambridge: MIT Press.
- MORANGE, Michel (2002), “L’Institut de biologie physico-chimique de sa fondation à l’entrée dans l’ère moléculaire” in *La revue pour l’histoire du CNRS*, 7. <http://histoire-cnrs.revues.org/538>. Consultado em 29/05/15.
- MORATO, M. J. Xavier (1985), “A. Celes­tino da Costa – o Homem” in *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, tomo CXLIX, n.º 6 (Junho), pp. 360-367.
- MOREIRA, Rui (2001), “Cyrillo Soares (1883-1950). O início da investigação em Física na FCL” in SIMÕES, Ana (coord.), *Memórias de Professores Cientistas: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1911-2001*, Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pp. 20-24.
- MOREIRA, Vital (1995), “O sistema jurídico-constitucional do Estado Novo” in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias. O “Estado Novo” I*, vol. XII, Amadora: Clube Internacional do Livro, pp. 151-182.
- MORENO MARTÍNEZ, Pedro L. (2007), “Los pensionados da la Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas (JAE) y la Higiene Escolar” in *Revista de Educación*, número extraordinário, pp. 167-190.
- MOTA, Teresa Salomé (2011), “Mendes Correia, um ‘posto avançado’ na defesa da Geologia em Portugal” in MARTINS, Ana Cristina (coord.), *Mendes Correia (1888-1960), entre a ciência, a docência e a política*, [s.l.]: ACD Editores, pp. 129-143.
- MOURINHO, António Maria (1985), *Vida e obra do abade de Baçal*, [s.l.]: [s.n.].
- NINHOS, Cláudia (2013), “Aprendendo a

- lição alemã: bolseiros portugueses na Alemanha na “Época do Fascismo” in *Delfim Santos Studies – revista de estudos delfinianos*, 1 (1), pp. 147-163.
- NINHOS, Cláudia (2014a), “A divulgação da ciência “alemã” em Portugal pelos bolseiros da JEN/IAC. O caso de Artur Varela Cid e da aeronáutica” in SALGUEIRO, Ângela; NUNES, Maria de Fátima; ROLLO, Maria Fernanda; LOPES, Quintino (eds.), *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 83-95.
- NINHOS, Cláudia (2014b), “A ciência e a criação de um “homem novo” português. O pensamento de Barahona Fernandes e a influência das teorias eugénicas alemãs” in ROLLO, Maria Fernanda; NUNES, Maria de Fátima; PINA, Madalena Esperança; QUEIROZ, Maria Inês (coords.), *Espaços e actores da ciência em Portugal (XVIII-XX)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 191-208.
- NINHOS, Cláudia Sofia (2016), “*Para que Marte não afugente as Musas*”. *A Política Cultural Alemã em Portugal e o Intercâmbio Académico (1933-1945)* [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- NORONHA, Ana (coord.) (2016), *Mulheres na Ciência*, Lisboa: Ciência Viva.
- NOVAIS, Noémia Malva (2014), “República, Periodização da” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III: N-Z, Lisboa: Assembleia da República, pp. 594-609.
- NÓVOA, António (1990), “Álvaro Viana de Lemos: Um Pedagogo da Educação Nova” in *Arunce – Revista de Divulgação Cultural*, 3-4, pp. 51-107.
- NÓVOA, António (1996), “Educação Nacional” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 286-288.
- NÓVOA, António (dir.) (2003), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto: Edições Asa.
- NÓVOA, António; RODRIGUES, David; NIZA, Sérgio (1999), “Ensino especial” in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Lisboa: Figueirinhas, pp. 630-631.
- NUNES, Fátima (2004), “A imprensa especializada na 2.ª metade do século XIX em Portugal” in SILVA, E. Ribeiro da; CRUZ, M. Antonieta; RIBEIRO, J. Martins; OS-SWALD, H. (org.), *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 797-804.
- NUNES, Maria de Fátima (2002), “O público entendimento da ciência nos congressos da associação para o progresso das ciências: Portugal e Espanha. Estratégias e realidades institucionais” in *Revista População e Sociedade*, 8, pp. 231-244.
- NUNES, Maria de Fátima (2009), “O III Congresso Internacional de História da Ciência. Portugal, 1934. Contextos Científicos, Contextos Culturais e Políticos” in MACHADO, Fernando Augusto; GAMA, Manuel Rosa Gonçalves; FERNANDES, José Marques (orgs.), *Caminhos de Cultura em Portugal*, Braga: Húmus, pp. 321-336.
- NUNES, Maria de Fátima (2010), “As sociabilidades médico-científicas” in GARNEL, Rita (coord.), *Exposição: Corpo – Estado, Medicina e Sociedade no Tempo da I República*, Lisboa: Ed. INCM-CNR, pp. 18-29.
- NUNES, Maria de Fátima (2011), “A revista *Brotéria*: entre a Igreja e a República. Referentes de cultura científica” in *Igreja e República: Mito(s) e História(s), Actas do VI Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*, pp. 83-91. http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/4181/1/LA-F%C3%93ES_%20actas2010-nunes.pdf. Consultado em 27/01/15.
- NUNES, Maria de Fátima (2013a), “Entre a

- JEN e o ISA: um eixo colonial na política científica do Estado Novo?" in FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.), *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 89-112.
- NUNES, Maria de Fátima (2013b), "Associações e Sociedades Científicas" in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I: A-E, Lisboa: Assembleia da República, pp. 306-312.
- NUNES, Maria de Fátima (2016), "Ciência e cultura, coleções e museus: olhares sobre um 'Portugal e a cultura europeia', no século XX..." in *Revista de História das Ideias*, 34, 2.ª série, pp. 267-286.
- NYE, Mary Jo (1993), "Victor Grignard: 1871-1935" in JAMES, Laylin K. (ed.), *Nobel Laureates in Chemistry, 1901-1992*, [Washington, D.C.]: American Chemical Society; Chemical Heritage Foundation, pp. 83-87.
- Ó, Jorge Ramos do (1996), "Instituto de Alta Cultura" in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 482-483.
- Ó, Jorge Ramos do (1999), *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Ó, Jorge Ramos do (2003) "Tamagnini de Matos de Encarnação, Eusébio Barbosa" in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto: Edições Asa, pp. 1353-1356.
- Ó, Jorge Ramos do (2009), *Ensino Liceal (1836-1975)*, Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação.
- OLIVEIRA, A. de (1969), "D. António Augusto Álvares Pereira de Sampaio Forjaz Pimentel" in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 8, Lisboa: Editorial Verbo, pág. 1246.
- OLIVEIRA, Pedro Aires (2000), *Armando Monteiro. Uma biografia política (1896-1955)*, Venda Nova: Bertrand Editora.
- ONTAÑÓN, Elvira (2007), "El Instituto-Escuela, una experiencia educativa ejemplar" in *Circunstancia*, V, n.º 14 (Septiembre). <http://www.ortegaygasset.edu/publicaciones/circunstancia/ano-v-n-14-septiembre-2007/ensayos/el-instituto-escuela-una-experiencia-educativa-ejemplar>. Consultado em 17/02/15.
- OTERO CARVAJAL, Luis Henrique; LÓPEZ SÁNCHEZ, José Maria (2012), *La lucha por la modernidad. Las Ciencias Naturales y la Junta para Ampliación de Estudios*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- OTERO PEDRAYO, Ramon (1980), *Florentino L. Cuevillas*, Vigo: Editorial Galaxia.
- OTERO URTAZA, Eugenio (2007), "Las primeras expediciones de maestros de la Junta para Ampliación de Estudios y sus antecedentes: los viajes de estudio de Cossío entre 1880 y 1889" in *Revista de Educación*, número extraordinário, pp. 45-66.
- OUNEKHAM, Khamsene (2009), *Developing volume and taper equations for *Styrax tonkinensis* in Laos*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em Ciência Florestal apresentada à Universidade de Canterbury, Nova Zelândia).
- PACHECO, Cristina (1999), *Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930*, [s.l.]: [s.n.] (Tese de mestrado em História Contemporânea apresentada à Universidade de Lisboa).
- PAIS, José Machado (1999), "Campanha do Trigo" in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Lisboa: Figueirinhas, pp. 227-229.
- PAIS, José Machado; LIMA, Aida Maria Valadas de; BAPTISTA, José Ferreira; JESUS, Maria Fernanda Marques de; GAMEIRO, Maria Margarida (1976),

- “Elementos para a história do fascismo nos campos: A ‘Campanha do Trigo’: 1928-38 (I)” in *Análise Social*, 12, pp. 400-474.
- PAIS, José Machado; LIMA, Aida Maria Valadas de; BAPTISTA, José Ferreira; JESUS, Maria Fernanda Marques de; GAMEIRO, Maria Margarida (1978), “Elementos para a história do fascismo nos campos: A ‘Campanha do Trigo’: 1928-38 (II)” in *Análise Social*, 14, pp. 321-389.
- PALLÓ, Gábor (2000), “Rescue and cordon sanitaire: The Rockefeller Foundation in Hungarian public health” in *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, 31 (3), pp. 433-445.
- PASSARGE, Eberhard (1979), “Emil Heitz and the Concept of Heterochromatin: Longitudinal Chromosome Differentiation was Recognized Fifty Years Ago” in *American Society of Human Genetics*, 31, pp. 106-115.
- PATRÍCIO, Manuel (1984), *Figuras da Pedagogia Portuguesa Contemporânea, I*, Évora: Universidade de Évora, pp. 58-79.
- PAULO, João Carlos (2003) “RODRIGUES, JOSÉ JÚLIO DE BETTENCOURT” in NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto: Edições Asa, pp. 1216.
- PEDERSEN, Susan (2006), “The Meaning of the Mandates System: An Argument” in *Geschichte und Gesellschaft*, 32 (4), pp. 560-582.
- PEDERSEN, Susan (2007), “Back to the League of Nations” in *The American Historical Review*, 112 (4), pp. 1091-1117.
- PEDRAZUELA, Mario (2013), “El desarrollo científico de las humanidades: la Sección de Filología de la Facultad de Filosofía y Letras y del Centro de Estudios Históricos” in GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo; RIBAGORDA, Álvaro (eds.), *La Universidad Central durante la Segunda República: Las Ciencias Humanas y Sociales y la vida universitaria (1931-1939)*, Madrid: Universidad Carlos III, pp. 139-167.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.) (2000), *Egas Moniz em Livre Exame*, Coimbra: Minerva.
- PEREIRA, Bernardo Futscher (2013), *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, 2.ª ed., Alfragide: D. Quixote.
- PEREIRA, Elisabete J. Santos (2014), “Coleções privadas portuguesas no contexto científico internacional – António Paes da Silva Marques e Francisco Tavares Proença Júnior” in SALGUEIRO, Ângela; NUNES, Maria de Fátima; ROLLO, Maria Fernanda; LOPES, Quintino (eds.), *Internacionalização da ciência. Internacionalismo científico*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 133-141.
- PEREIRA, Elisabete J. Santos (2017), *Actores, coleções e objectos: coleccionismo arqueológico e redes de circulação do conhecimento – Portugal, 1850-1930*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em História e Filosofia da Ciência, especialidade Museologia, apresentada à Universidade de Évora).
- PEREIRA, Elisabete; LOPES, Margaret; NUNES, Fátima (2011), “O desenvolvimento científico e o coleccionismo privado: redes intelectuais e circulação do conhecimento científico (Arqueologia e Antropologia em Portugal – finais do séc. XIX e primeira metade do séc. XX)” in FIOLHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (coords.), *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências: Livro de Actas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 1338-1351.
- PEREIRA, José Pacheco (2000), *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. ‘Daniel’, o Jovem Revolucionário (1913-1941)*, vol. 1, Lisboa: Temas e Debates.
- PEREZ, Ilda; REZENDE, Jorge (2011), “António Aniceto Monteiro (1907-1980). Um caso singular” in SIMÕES, Ana (coord.), *Novas Memórias de Professores Cientistas: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1911-2011*, Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pp.

- 38-49.
- PESTRE, Dominique (2003), *Sciences, argent et politique: Un essai d'interprétation*, Paris: INRA.
- PICARD, Jean-François; SCHNEIDER, William H. (2002), "From the Art of Medicine to Biomedical Science in France: Modernization or Americanization?" in SCHNEIDER, William H. (ed.), *Rockefeller Philanthropy and Modern Biomedicine. International Initiatives from World War I to the Cold War*, Indiana: Indiana University Press, pp. 106-124.
- PIGEARD-MICAULT, Natalie (2013), *Les femmes du laboratoire de Marie Curie*, Paris: Éditions Glyphe, pp. 173-178.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2006), *A Polícia Internacional de Defesa do Estado: Direcção-Geral de Segurança (PIDE-DGS) 1945-1974: História da polícia política do Estado Novo*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- PIMENTEL, Irene Flunser (2007), *A História da PIDE*, [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- PINA, Madalena Esperança; NUNES, Maria de Fátima (2012), "1906 e 1930 – Congressos científicos na imprensa: análise comparativa (working in progress)" in FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.), *A Atividade da Junta de Educação Nacional*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 133-147.
- PINTO, António Costa (1994), *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, Lisboa: Editorial Estampa.
- PINTO, Rui Costa (2013), "Coutinho, Carlos Viegas Gago (1869-1959)" in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I: A-E, Lisboa: Assembleia da República, pp. 950-953.
- PINTO, Rui Miguel da Costa (2011), *Gago Coutinho (1869-1959), geógrafo e historiador. Uma biografia científica*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em História, especialidade em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- PIRES, Ana Paula (2011), *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- PIRES, D. R. Victória (1971), "No 70.º Aniversário do Professor António Câmara" in *Agronomia Lusitana*, 33 (1-4), pp. XIX-XXXVI.
- PIRES, Ema Cláudia (2003), *O Baile do Turismo. Turismo e Propaganda no Estado Novo*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor (2000), "Escritos Maiores e Menores sobre Egas Moniz" in *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Séc. XXI*, XIV, pp. 41-45.
- PODGORNY, Irina (2009), *El sendero del tiempo y de las causas accidentales: los espacios de la prehistoria en la Argentina, 1850-1910*, Rosario: Prohistoria ediciones.
- POZO ANDRÉS, M.^a del Mar del (2003-2004), "La Escuela Nueva en España: Crónica y Semblanza de un Mito" in *Hist. Educ.*, 22-23, pp. 317-346.
- POZO ANDRÉS, María del Mar del (2007), "Desde L'Ermitage a la Escuela Rural Española: introducción, difusión y apropiación de los 'centros de interés' decrolyanos (1907-1936)" in *Revista de Educación*, número extraordinário, pp. 143-166.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1982), *Presos políticos no regime fascista, II, 1936-1939*, Lisboa: C.L.N.R.F.
- PRESSMAN, Jack D. (1998), *Last Resort: Psychosurgery and the Limits of Medicine*, Cambridge: Cambridge University Press.

- PROENÇA, Maria Cândida (1996), “Ministério da Instrução Pública/da Educação Nacional” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 571-573.
- PROENÇA, Maria Cândida (2009), “A educação” in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta-da-china, pp. 169-189.
- PROENÇA, Maria Cândida (2013), “Ensino” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I – A-E, Lisboa: Assembleia da República, pp. 1142-1148.
- PUIG-SAMPER MULERO, Miguel Ángel (ed.) (2007), *Tiempos de investigación. JAE-CSIC, cien años de ciencia en España*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- QUINTANILHA, Aurélio (1967-68), “In Memoriam – Flávio Resende” in *Portugaliae Acta Biologica*, 10 (1-2), pp. V-XII.
- RACHID CASNATI, Cecilia; MASON, Euan G; WOOLLONS, Richard; RESQUIN, Fernando (2014), “Volume and Taper Equations for *P. taeda* (L.) and *E. grandis* (Hill ex. Maiden)” in *Agrociencia Uruguay*, 18 (2), pp. 47-60.
- RAMOS, Luís António de Oliveira (2000), “Universidade do Porto” in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX (Suplemento P/Z), Porto: Figueirinhas, pp. 567-569.
- RAMOS, Rui (1999), “Intelectuais e Estado Novo” in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento F/O, Porto: Figueirinhas, pp. 281-289.
- RANSHOFEN-WERTHEIMER, Egon F. (1943), “International Administration: Lessons from the Experience of the League of Nations” in *The American Political Science Review*, 37, 5, pp. 872-887.
- RAPOSO, Luís (2007-2008), “Museu Nacional de Arqueologia, Instituição Centenária da Cultura Portuguesa” in *Annualia*, pp. 121-139.
- REDMAN, Renee Colette (1994), “The League of Nations and the Right to be Free from Enslavement: The First Human Right to Be Recognized as Customary International Law – Freedom: Beyond the United States” in *Chicago-Kent Law Review*, 70 (2), pp. 759-800.
- REGAUD, Jean (1982), *Claudius Regaud, 1870-1940: pionnier de la cancérologie, créateur de la Fondation Curie: chronique de sa vie et son œuvre*, Paris: Maloine.
- REIS, António (1996), “Seara Nova” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 890-893.
- REIS, António (2009), “Epílogo: o fim da Primeira República” in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta-da-china, pp. 569-582.
- REMÉDIOS, Maria José (2003), “O jornal católico *Novidades*: sentido(s) do educar” in *Revista Brasileira de História da Educação*, 6, pp. 9-28.
- RESENDE, Flávio (1962), “Reminiscing on my friendship with prof. E. Heitz” in *Portugaliae Acta Biologica*, 6 (3-4), pp. I-V.
- RESENDE, José Manuel (2003), *O Engrandecimento de uma Profissão: os Professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Revista de Educación* (2007), número extraordinário.
- Revista de Índias* (2007), LXVII (239).
- RICHARDS, Pamela Spence (1994), *Scientific information in wartime: the Allied-German rivalry, 1939-1945*, Westport: Greenwood Press.
- RICO, Hermínio; FRANCO, José Eduardo (coords.) (2003), *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria – 100 anos*, Lisboa: Gradiva.
- ROBERTS, Lissa (2009), “Situating Science

- in *Global History: Local Exchanges and Networks of Circulation* in *Itinerario*, 33 (1), pp. 9-30.
- RODRIGUES, Marcial A. E. (2008), “Repercussões das Novas Epistemologias na Filosofia da Ciência em Portugal no Último Quartel do Século XX” in FITAS, Augusto J. S.; RODRIGUES, Marcial A. E.; NUNES, Maria de Fátima, *Filosofia e História da Ciência em Portugal no Século XX*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 181-212.
- ROLDÁN, Concha (2007), “La europeización de la Filosofía entre 1907 y 1935” in PUIG-SAMPER MULERO, Miguel Ángel (ed.), *Tiempos de investigación. JAE-CSIC, cien años de ciencia en España*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 161-165.
- ROLLO, Maria Fernanda (2013a), “Bensaúde, Alfredo (1856-1941)” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I: A-E, Lisboa: Assembleia da República, pág. 422.
- ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (2013b), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I: A-E, Lisboa: Assembleia da República.
- ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (2013c), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II: F-M, Lisboa: Assembleia da República.
- ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (2013d), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III: N-Z, Lisboa: Assembleia da República.
- ROLLO, Maria Fernanda; NUNES, Maria de Fátima; PINA, Madalena Esperança; QUEIROZ, Maria Inês (coords.) (2014), *Espaços e actores da ciência em Portugal (XVIII-XX)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; BRANDÃO, Tiago (2011), “Pensar e mandar fazer ciência. Princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo” in *Ler história*, 61, pp. 105-145.
- ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; BRANDÃO, Tiago; SALGUEIRO, Ângela (2012), *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Lisboa: Instituto Camões; Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ROMEIRAS, Francisco Malta (2012), “The Journal *Brotéria* (1902-2002): Jesuit Science in the 20th Century” in *Journal of History of Science and Technology*, vol. 6, (Fall), pp. 100-109.
- ROMEIRAS, Francisco Malta (2015), *Ciência, Prestígio e Devoção: Os Jesuítas e a Ciência em Portugal (séculos XIX e XX)*, Cascais: Lucerna.
- ROSAS, Fernando (1991), “Rafael Duque a política agrária do Estado Novo (1934-44)” in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), pp. 771-790.
- ROSAS, Fernando (1994), “O Estado Novo (1926-1974)” in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, [s.l.]: Editorial Estampa.
- ROSAS, Fernando (1996), “Estado Novo” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 315-319.
- ROSAS, Fernando (1999), “Estado Novo, universidade e depuração política do corpo docente” in PROENÇA, Maria Cândida (coord.), *Maió de 1968: trinta anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa: Edições Colibri; Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 77-92.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) (1996a), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova: Bertrand Editora.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) (1996b), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova:

- Bertrand Editora.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (2009), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta-da-china.
- ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina (2013), *Estado Novo e Universidade: A Perseguição aos Professores*, Lisboa: Tinta-da-China.
- ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina (org.) (2011), *A Depuração Política do Corpo Docente das Universidades Portuguesas Durante o Estado Novo [1933-1974]*, [Lisboa]: Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo.
- ROWLANDS, M.; GLEDHILL, J. (1976), "The relation between archaeology and anthropology" in *Critique of Anthropology*, 2, pp. 23-37.
- RUIVO, Beatriz (1991), "As instituições de investigação e as políticas científicas em Portugal" in GAGO, José Mariano (coord.), *Ciência em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 25-48.
- RUPSYS, Petras; PETRAUSKAS, Edmundas (2010), "Development of q-exponential models for tree height, volume and stem profile" in *International Journal of the Physical Sciences*, 5 (15), pp. 2369-2378.
- SALDANHA, Ana Rita Borba (2014), *Práticas, redes e produções científicas dos naturalistas do Museu Bocage na Europa entre guerras (1914-1945). O património documental do Arquivo MUHNAC_UL*, [s.l.]: [s.n.] (Relatório de Estágio do mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural apresentado à Universidade de Évora).
- SALGUEIRO, Ângela Sofia Garcia (2015), *Ciência e Universidade na I República*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- SALGUEIRO, Ângela; NUNES, Maria de Fátima; ROLLO, Maria Fernanda; LOPES, Quintino (eds.) (2014), *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- SALGUEIRO, Lúcia (1978), "Vida e Obra de Manuel Valadares" in *Gazeta de Física*, 6, pp. 2-12.
- SALGUEIRO, Lúcia; CARVALHO, Luísa (2001), "Manuel Valadares (1904-1982). Facetas de uma personalidade: humana, científica e artística" in SIMÕES, Ana (coord.), *Memórias de Professores Cientistas: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1911-2001*, Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pp. 70-77.
- SÁNCHEZ RON, José M. (2007a), "Tomás Navarro Tomás y los orígenes de la Fonética Experimental en la JAE" in *Asclepio, Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, LIX (2), julio-diciembre, pp. 63-86. <http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/232/228>. Consultado em 02/10/14.
- SÁNCHEZ RON, José Manuel (2007b), "Las ciencias Físicas y Químicas en la JAE" in PUIG-SAMPER MULERO, Miguel Ángel (ed.), *Tiempos de investigación. JAE-CSIC, cien años de ciencia en España*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 102-113.
- SÁNCHEZ RON, José Manuel (2009), "Del Laboratorio de Investigaciones Físicas al Instituto Nacional de Física y Química" in GONZÁLEZ IBÁÑEZ, Carlos; SANTAMARÍA GARCÍA, Antonio (eds.), *Física y Química en la Colina de los Chopos. 75 años de investigación en el edificio Rockefeller del CSIC (1932-2007)*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 47-74.
- SÁNCHEZ RON, José Manuel (2010), *Ciencia, política y poder: Napoleón, Hitler, Stalin y Eisenhower*, Bilbao: Fundación BBVA.
- SÁNCHEZ RON, José Manuel (2011), *El poder de la ciencia: historia social, política y económica de la ciencia (siglos XIX y XX)*,

- Barcelona: Crítica.
- SÁNCHEZ RON, José Manuel (coord.) (1988), *La Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas 80 años después, 1907-1987*, 2 vols., Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- SÁNCHEZ RON, José Manuel [s.d.], “La Investigación Científica en España: de la revolución de 1868 al Consejo Superior de Investigaciones Científicas”. http://www.cuentayrazon.org/revista/pdf/046/Num046_005.pdf
- SANTAMARÍA GARCÍA, Antonio; GONZÁLEZ IBÁÑEZ, Carlos (2009), “75 años del edificio Rockefeller o la arquitectura con vocación de gente, de porvenir y de ciencia” in GONZÁLEZ IBÁÑEZ, Carlos; SANTAMARÍA GARCÍA, Antonio (eds.), *Física y Química en la Colina de los Chopos. 75 años de investigación en el edificio Rockefeller del CSIC (1932-2007)*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 21-46.
- SANTIAGO, Maria Raquel (2001), *Mário Silva, a Obra de um Professor*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em Física apresentada à Universidade de Évora).
- SANTOS, Cândido dos (1996), *Universidade do Porto. Raízes e Memória da Instituição*, Porto: Reitoria da Universidade.
- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos (1985), *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa: Editorial Presença.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar (2001), *História da Literatura Portuguesa*, 17.^a ed., Porto: Porto Editora, pp. 189-224, 675-703, 817-839.
- SARAIVA, Tiago (2009), “Laboratories and Landscapes: the Fascist New State and the Colonization of Portugal and Mozambique” in *HOST Journal of History of Science and Technology*, 3, pp. 35-61.
- SARAIVA, Tiago (2010), “Fascist Labscapes: Geneticists, Wheat and the Landscapes of Fascism in Italy and Portugal” in *Historical Studies in the Natural Sciences*, 40 (4), pp. 457-498.
- SARAIVA, Tiago (2016), *Fascist pigs: technoscientific organisms and the history of fascism*, Cambridge: MIT Press.
- SCHNEIDER, William H. (2002a), “The Men Who Followed Flexner: Richard Pearce, Alan Gregg, and the Rockefeller Foundation Medical Divisions, 1919-1951” in SCHNEIDER, William H. (ed.), *Rockefeller Philanthropy and Modern Biomedicine. International Initiatives from World War I to the Cold War*, Indiana: Indiana University Press, pp. 7-60.
- SCHNEIDER, William H. (ed.) (2002b), *Rockefeller Philanthropy and Modern Biomedicine. International Initiatives from World War I to the Cold War*, Indiana: Indiana University Press.
- SCHWARTZ, Maxime (2004), *How the Cows Turned Mad. Unlocking the Mysteries of Mad Cow Disease*, Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press.
- SERRA, I. (2010), “Armando Gibert um físico português em luta pela ciência” in *Travaux de Laboratoire*, L (II), pp. 1-14.
- SERRA, Isabel (1998), “A professora Branca Edmée Marques e o Laboratório de Radioquímica da Faculdade de Ciências de Lisboa” in JANEIRA, Ana Luisa; GUEDES, Maria Estela; GONÇALVES, Raquel (ed.), *Divórcio entre cabeça e mãos? Laboratórios de Química em Portugal (1772-1955)*, Lisboa: Livraria Escolar Editora, pp. 151-158.
- SERRA, Isabel (2011), “O discurso sobre as ciências em Portugal a partir dos finais do século XIX” in FIOLEAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio (coords.), *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências: Livro de Actas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 1372-1384.
- SERRAS, Martinha Alexandra Anastácio (2011), *Alguns informantes de José Leite Vasconcelos: análise da correspondência dirigida ao director do Museu Etnológico Português*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de

- mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora).
- SHAPIN, Steven (1989), "The Invisible Technician" in *American Scientist*, 77 (6), pp. 554-563.
- SHEPHERD, Chris J. (2005), "Imperial science: The Rockefeller Foundation and Agricultural Science in Peru, 1940-1960" in *Science as Culture*, 14 (2), pp. 113-137.
- SHORTLAND, Michael; YEO, Richard (1996), "Introduction" in SHORTLAND, Michael; YEO, Richard (eds.), *Telling Lives in Science. Essays on Scientific Biography*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-39.
- SIEGMUND-SCHULTZE, Reinhard (2001), *Rockefeller and the internationalization of Mathematics between the Two World Wars: documents and studies for the Social History of Mathematics in the 20th Century*, Basel; Boston; Berlin: Birkhauser Verlag.
- SIEGMUND-SCHULTZE, Reinhard (2009), *Mathematicians Fleeing from Nazi Germany: Individual Fates and Global Impact*, Princeton; Oxford: Princeton University Press.
- SILVA, Maria Elisa Oliveira da Silva Lopes da (2011), *A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- SILVA, Mayra Luiza Marques da; BINOTI, Daniel Henrique Breda; GLERIANI, José Marinaldo; LEITE, Helio Garcia (2009), "Ajuste do modelo de Schumacher e Hall e aplicação de redes neurais artificiais para estimar volume de árvores de eucalipto" in *Revista Árvore*, 33 (6), pp. 1133-1139.
- SILVEIRA, António da (1976), "Recordando António Sérgio" in *Homenagem a António Sérgio*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 13-37.
- SIMÕES, Ana (2011), "O ano 1947 e o Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa" in *Gazeta de Física*, 34 (2), pp. 16-21.
- SIOTIS, Jean (1963), *Essai sur le Secrétariat International*, Genève: Droz.
- SLUGLETT, Peter (2014), "An improvement on colonialism? The 'A' mandates and their legacy in the Middle East" in *International Affairs*, 90 (2), pp. 413-427.
- SMITH, Anthony D. (1997), *Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva.
- SOARES, Carlos Pedro Boechat; LEITE, Helio Garcia; GÖRGENS, Eric Bastos (2005), "Equações para Estimar o Estoque de Carbono no Fuste de Árvores Individuais e em Plantios Comerciais de Eucalipto" in *Revista Árvore*, 29 (5), pp. 711-718.
- STADLER, Friedrich (2001), *The Vienna Circle - Studies in the Origins, Development and Influence of Logical Empiricism*, Wien: Springer.
- STAR, Susan Leigh; GRIESEMER, James R. (1989), "Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39" in *Social Studies of Science*, 19 (3), pp. 387-420.
- STEBBINS, Robert A. (1977), "The Amateur: Two Sociological Definitions" in *The Pacific Sociological Review*, 20 (4), pp. 582-606.
- SUAY MATALLANA, Ignacio (2014), *Análisis químico y expertos en la España contemporánea: Antonio Casares Rodríguez (1812-1888) y José Casares Gil (1866-1961)*, [s.l.]: [s.n.] (Dissertação de doutoramento em História da Ciência e comunicação científica apresentada à Universidade de Valência).
- TATON, René (1965), «Edmond Bauer (1880-1963)» in *Revue d'histoire des sciences et de leurs applications*, 18 (1), pp. 114-116.
- TAVARES, C. N. (1967-68), "Vida e actividade científica do Prof. Dr. Flávio Ferreira Pinto Resende" in *Portugaliae Acta Biologica*, 9 (1-2), pp. I-LXIII.

- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1998), *L'Entrée du Portugal dans la Grande Guerre. Objectifs Nationaux et Stratégies Politiques*, Paris: Ed. Economica.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2000), "Política externa" in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento P/Z, Lisboa: Figueirinhas, pp. 116-122.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2010), "Breve ensaio sobre a política externa portuguesa" in *Relações Internacionais*, 28. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400004. Consultado em 28/04/16.
- TORGAL, Luís Reis (1999), *A Universidade e o Estado Novo: o caso de Coimbra, 1926-1961*, Coimbra: Minerva.
- TORGAL, Luís Reis (2000), "Universidade de Coimbra. Alguns aspectos estruturais" in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX (Suplemento P/Z), Porto: Figueirinhas, pp. 559-563.
- TORGAL, Luís Reis (2008), "A Universidade entre a tradição e a modernidade" in *Revista Intellectus*, 7 (I), pp. 1-40.
- TORGAL, Luís Reis (2009), *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de História Política e Cultural*, 1.º vol., 2.ª ed., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- TORTOSA, Trinidad (2007), "La Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma" in PUIG-SAMPER MULERO, Miguel Ángel (ed.), *Tiempos de investigación. JAE-CSIC, cien años de ciencia en España*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 175-179.
- TOWNSON, Nigel (2002), *La República que no pudo ser: la política de centro en España (1931-1936)*, Madrid: Taurus.
- TRINCÃO, Paulo Renato; RIBEIRO, Nuno Gomes (coords.) (2001), *Mário Augusto da Silva. Uma Fotobiografia*, Coimbra: IHCT/MNCT.
- TROTT, Margaret A. (2002), "Passing through the Eye of the Needle: American Philanthropy and Soviet Medical Research in the 1920s" in SCHNEIDER, William H. (ed.), *Rockefeller Philanthropy and Modern Biomedicine. International Initiatives from World War I to the Cold War*, Indiana: Indiana University Press, pp. 125-158.
- VALADARES, M. (1960), "Salomon Rosenblum (1896-1959)" in *Nuclear Physics*, 15, pp. 189-198.
- VALENTE, Vasco Pulido (1973), *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.
- VALENTE, Vasco Pulido (1992), "Revoluções: A 'República Velha' (ensaio de interpretação política)" in *Análise Social*, vol. XXVII (115), pp. 7-63.
- VANPAEMEL, Geert (2013), "To be or not to be: Belgian science policy in the interwar period" in FITAS, Augusto J. S.; PRÍNCIPE, João; NUNES, Maria de Fátima; BUSTAMANTE, Martha Cecília (eds.), *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 33-48.
- VAQUINHAS, Irene (2002), "Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço" in *História*, III Série (3), pp. 201-221.
- VARANDA, Jorge (2007), "O Biombo de Fotos" in BERNASCHINA, Paulo; RAMIRES, Alexandre (eds.), *Missão Botânica: Transnatural - Angola 1927-1937*, Coimbra: Artez.
- VARGAS, Rosália; NORONHA, Ana; CATALÃO, Carlos (coords.) (2016), *Homagem a José Mariano Gago*, Lisboa: Ciência Viva.
- VIÑAO, Antonio (2007a), "Presentación" in *Revista de Educación*, número extraordinário, pp. 11-20.
- VIÑAO, Antonio (2007b), "Reformas e innovaciones educativas en la España del primer tercio del siglo XX. La JAE como pretexto" in *Revista de Educación*,

- número extraordinário, pp. 21-44.
- WAGNON, Sylvain (2013), *Ovide Decroly, un pédagogue de l'Éducation nouvelle (1871-1932)*, Bruxelles: Peter Lang.
- WALKER, Alison; MACGREGOR, Arthur; HUNTER, Michael (eds.) (2012), *From Books to Bezoars: Sir Hans Sloane and his Collections*, Chicago: The University of Chicago Press.
- WATSON, Peter (2002), *Historia Intelectual del siglo XX*, Barcelona: Editorial Critica.
- WEINDLING, Paul (2002), "Out of the Ghetto: The Rockefeller Foundation and German Medicine after the Second World War" in SCHNEIDER, William H. (ed.), *Rockefeller Philanthropy and Modern Biomedicine. International Initiatives from World War I to the Cold War*, Indiana: Indiana University Press, pp. 208-222.
- WEISS, Sheila Faith (2005), "'The Sword of Our Science' as a Foreign Policy Weapon. The Political Function of German Geneticists in the International Arena during the Third Reich" in *Ergebnisse*, 22, pp. 4-31.
- WESTAD, Odd Arne (2000), "Bernath Lecture: The New International History of the Cold War: Three (Possible) Paradigms" in *Diplomatic History*, 24 (4), pp. 551-565.
- WOODBIDGE, Hensley C. (1951), "Estudios de Fonética y Fonología Catalanas. Review" in *Books Abroad*, 25 (1), pág. 76.
- WULLUS-RUDIGER, J. (1948), *La science au service de la nation et de l'humanité: la Fondation Universitaire et le Fonds National de la Recherche Scientifique*, Bruxelas: Service d'information et de documentation du Ministère de la Défense nationale.
- WYER, Mary; BARBERCHECK, Mary; COOKMEYER, Donna; OZTURK, Hatice; WAYNE, Marta (2014) (eds.), *Women, science, and technology: a reader in feminist science studies*, 3.^a ed., New York; London: Routledge.
- ZALLEN, Doris T. (2002), "The Nuffield Foundation and Medical Genetics in the United Kingdom" in SCHNEIDER, William H. (ed.), *Rockefeller Philanthropy and Modern Biomedicine. International Initiatives from World War I to the Cold War*, Indiana: Indiana University Press, pp. 223-238.
- ZAMORA VICENTE, Alonso (2001), "En recuerdo de Tomás Navarro Tomás" in *Los orígenes de la fonética experimental en España*, Cáceres: Fundación Biblioteca Alonso Zamora Vicente, pp. 19-27. <http://www.biblio-zamoravicente.es/Biblioteca%20virtual/recuerdotnt/recuerdotnt.htm>. Consultado em 02/10/14.

Recursos na internet

- Banco de Portugal
[http://www.bportugal.pt/estatisticasweb/\(S\(gsreikym5y0jdn450wyygm45\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bportugal.pt/estatisticasweb/(S(gsreikym5y0jdn450wyygm45))/SeriesCronologicas.aspx).
- Biblioteca Digital da Biblioteca Central do Ministério das Finanças
<http://purl.sgmf.pt/OE-1930/1/P1.html>. Consultado em 17/09/15.
- <http://purl.sgmf.pt/repositorio/orcamentos/index.html>. Consultado em 27/04/16.
- Cinemateca Portuguesa
<http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=8137&type=Video>. Consultado em 01/10/15.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
[HTTP://WWW.CAPES.GOV.BR/HISTORIA-E-MISSAO](http://WWW.CAPES.GOV.BR/HISTORIA-E-MISSAO). Consultado em 24/09/14.
- Deutsche Biographische Enzyklopädie Online
http://www.degruyter.com/view/DBE/_168945?rskey=CsVtsU&result=1&dbq_0=menzerath&dbf_0=dbe-fulltext&dbt_0=fulltext&o_0=AND. Consultado em 04/10/14.
- Diário de Notícias
http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2649691&page=-1. Consultado em 27/05/15.
- <http://www.dn.pt/portugal/interior/>

- fct-alterou-regras-para-fixar-datas-de-inicio-de-pagamentos-a-bolsseiros-2649691.html. Consultado em 25/05/16.
- Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa
<http://www.ff.ul.pt/faculdade/historia/>. Consultado em 16/11/15.
- Instituto Camões
<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e49.html>. Consultado em 08/06/16.
- <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p36.html>. Consultado em 23/07/16.
- <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/cmvasconcelos.html>. Consultado em 09/07/15.
- <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/pboleo.html>. Consultado em 04/03/15.
- <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/abel-salazar.html>. Consultado em 18/02/15.
- <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/aquilino-ribeiro-39117.html>. Consultado em 30/01/15.
- http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/joaquim-de-carvalho.html#.Vo5ZB4_XKM8. Consultado em 07/01/16.
- <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/leonardo-coimbra.html#.VXbFfelFCM8>. Consultado em 09/06/15.
- Journal de Genève
<http://www.letempsarchives.ch/Default/Skins/LeTempsFr/Clients.asp?Skin=LeTempsFr&enter=true&AppName=2&AW=1391768365085>. Consultado em 07/02/14.
- Livro de Actas do Conselho Escolar da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa 1933-44, Acta da sessão de 7 de Maio de 1943, pp. 159-163 <http://ciuhct.org/media/default/online/docs/1441c.pdf>. Consultado em 28/12/15.
- Livro de Actas do Conselho Escolar da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa 1944-52, Acta da sessão de 18 de Novembro de 1944, pp. 1-5 <http://ciuhct.org/media/default/online/docs/1442c.pdf>. Consultado em 29/12/15.
- Memorias de la Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas
http://www.edaddeplata.org/tierraafirme_jae/memoriasJAE/index.html. Consultado em 01/05/16.
- Oxford Reference
<http://www.oxfordreference.com/search?siteToSearch=aup&q=Paul+Guggenheim+&searchBtn=Search&isQuickSearch=true>. Consultado em 07/02/14.
- The Official Web Site of the Nobel Prize
https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/chemistry/laureates/1915/willstatter-bio.html. Consultado em 22/11/16.
- The Royal Society
<http://rpbm.royalsocietypublishing.org/content/23/529>. Consultado em 31/05/15.
- Universidade de Coimbra
http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/CUNHA_joaogualbertodebarrose. Consultado em 08/10/15.
- Universidade de Lisboa
http://memoria.ul.pt/index.php/Nunes_Manuel_Pinheiro. Consultado em 16/11/15.
- http://memoria.ul.pt/index.php/Mayer_Rui_Ferro. Consultado em 02/12/16.
- Université de Genève
<http://www.unige.ch/communication/Campus/campus105/tetechercheuse.html>. Consultado em 08/10/15.
- WorldCat.org: The World's Largest Library Catalog
<https://www.worldcat.org/>.

ÍNDICE ONOMÁSTICO, GEOGRÁFICO E DE INSTITUIÇÕES

1.º Congresso Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas	121, 198
5.º Congresso Internacional de Arqueologia	121
67º Congrès des Sociétés Savantes	279
<i>A Medicina Contemporânea</i>	196, 201
<i>A Voz</i>	224, 307
Academia das Ciências de Lisboa	29, 109, 246, 250
Academia de Direito Internacional de Haia	80
Académie des Sciences de Paris	281
<i>Actualidades Biológicas</i>	196, 201
África	64, 262
Alapraia	119, 121
ALBERTO I	47
Alemanha	12, 18, 24, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 57, 62, 64, 71, 106, 113, 114, 124, 125, 137, 150, 153, 158, 159, 161, 183, 185, 194, 202, 217, 230, 232, 235, 237, 242, 243, 244, 278, 282, 285, 288, 289, 295, 296, 302, 309, 325, 329
Alentejo	119
Alexander von Humboldt-Stiftung	309
ALMADA, José de	85
ALMEIDA, Eugénio de Castro e	217, 218, 324
ALMEIDA, Ferrand Pimentel de	29
ÁLVAREZ SANTULLANO, Luis	45
ALVES, Francisco Manuel (abade de Baçal)	120, 310
AMADO, Pierre	192
AMARAL, Áurea Judite	203, 299, 323
América	64, 202, 222, 225, 262, 292
América do Sul	193, 222
América Latina	221
Amesterdão	106, 184, 186, 213
<i>Anais do Instituto Superior de Agronomia</i>	167, 315, 318

<i>Anales de la Sociedad Española de Física y Química</i>	57, 173, 289
<i>Anatomischer Anzeiger</i>	106
ANDRADE, Narciso Freire d'	82, 83, 85
<i>Annals of Applied Biology</i>	57, 58, 277
<i>Annual Digest of Public International Law Cases</i>	80, 303
ANTHONY, Raoul	61, 299
<i>Anthropologischer Anzeiger</i>	129
Antuérpia	206
ANTUNES, Manuel Teles	57, 60, 62, 171, 172, 288
<i>Anuário da Sociedade Broteriana</i>	141, 167
AQUARONE, Jean Baptiste	230
ARAÚJO, Alberto Emilio de	160, 161, 317
<i>Archiv für Vergleichende Phonetik</i>	189
<i>Archives de l'Institut du Radium de l'Université de Paris</i>	61
<i>Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale</i>	182, 198
<i>Archives Portugaises des Sciences Biologiques</i>	168, 298, 318
Archivo General de Simancas	70, 120, 310
Archivo Histórico Nacional (Espanha)	159
Argel	121
<i>Arquivo de Anatomia e Antropologia</i>	216
<i>Artigos de Divulgação</i>	115
Ásia	202, 292
Associação dos Professores dos Liceus Portugueses	198
Association des Anatomistes	213, 214, 324
Association des Chimistes et Ingénieurs de Sucrierie, Distillerie et Industries Agricoles de France et des Colonies	70
ASSUNÇÃO, Torre de	181
ATAÍDE, Alfredo Mendonça da Costa	123
ATHIAS, Marck	29, 30, 41, 56, 110, 111, 112, 113, 165, 293, 294, 298
Atlântico	39, 80

Atlântico sul	30
Áustria	40, 137, 232, 312
Avanca	250
BABINSKI, Joseph	254
BACELAR, Amélia	62
BADIA MARGARIT, António	192
Bahir Dar	64
Baltimore	67, 284
BAPTISTA, Alberto de Ataíde Malafaia	304
Barcelona	197, 220, 221, 222, 223, 225
BARROSO, João	210
BARTOLOMÉ COSSÍO, Manuel	45, 294
BAUER, Edmond	64
BEIRES, Rodrigo Sarmiento de	29
Bélgica	16, 24, 40, 45, 50, 62, 97, 99, 100, 103, 124, 137, 138, 166, 204, 217, 237, 254, 277, 312
BELO, José Gonçalves	230
BEN-DAVID	44
BENSAÚDE, Alfredo	25, 50, 297
Berlengas	313
Berlim	42, 61, 67, 103, 107, 125, 126, 127, 140, 141, 152, 153, 158, 167, 232, 234, 244, 246, 282, 306, 308, 311, 318
Berna	160, 202, 252, 317
BETTENCOURT, Aníbal	25
Biblioteca Nacional (Espanha)	70
<i>Biblos</i>	188
BILLET, H.	215
<i>Biochemische Zeitschrift</i>	57, 58, 285
BOHR, Niels	59, 299
BOLÉO, Manuel de Paiva	42, 60, 71, 158, 160, 161, 296, 301, 317
<i>Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra</i>	196, 201
<i>Boletim da Sociedade Broteriana</i>	57, 141, 167
<i>Boletim de Filologia</i>	159, 161, 187, 188
<i>Boletim do Instituto Alemão</i>	188

<i>Boletim do Instituto de Orientação Profissional</i> <i>Maria Luísa Barbosa de Carvalho</i>	326
<i>Boletín de la Academia de Ciencias de Madrid</i>	57, 289
<i>Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela</i>	106
Bona	42, 48, 158, 160, 183, 185, 237
<i>Books Abroad</i>	193
Bordéus	237, 304
BOSCH GIMPERA, Pere	42, 137, 158, 313
Botanischer Garten Berlin	62
BOUIN, Pol	43, 67
BOUNAK, M. V.	310
BOURDON, Léon	229
BOYLE, Robert	261, 310
BRADLEY, A. J.	286
BRAGA, Carlos	180, 181, 320
BRAGANÇA, José de Freitas	166
BRAGG, William Lawrence	286
Brasil	65, 137, 192, 321
Breslau	255
BREUIL, Henri	120, 133, 137
BRITES, Geraldino	101, 163, 164, 168, 198, 200, 307, 318
British Council	189
BROOKS, Frederick Tom	276
<i>Brotéria</i>	196, 201
Bruxelas	45, 51, 67, 71, 126, 154, 198, 203, 204, 206, 209, 237, 305, 323
Budapeste	279
BUISSON, Conde du Mesnil du	131, 132
<i>Bulletin de la Société des Sciences de Nancy</i>	95
<i>Bulletin des Sciences Naturelles</i>	61
<i>Bulletin d'histologie appliquée</i>	95
<i>Bulletin du Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris</i>	63
Bureau International de l'Enseignement Secondaire Public	206
Cabo Verde	162

CABRAL, António Homem da Costa	315
CABRAL, Sacadura	30
CABRERA, Blas	62, 171, 240, 241
CAIRNS, Hugh	68, 256
Caisse Nationale de la Recherche Scientifique	24
Caisse Nationale des Sciences	24
Câmara Municipal do Porto	216, 311
CÂMARA, António Pereira de Sousa da	150, 151, 245, 246, 247, 265, 315, 328
Cambridge	232, 233
Cambridge Natural History Society	277
CAMOESAS, João	25, 26
Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES	193, 321
CAMPOS, Agostinho de	25, 29, 30
Caramulo	302
Carcóvia	310
CARDOSO, João Luís	115, 312
CARMONA, Óscar	51, 52, 53
CARNAP, Rudolf	230, 232
CARRISSO, Luís Wittnich	29, 141, 167
CARTER, Henry	188, 193
CARVALHO, Alberto Pereira de	61
CARVALHO, Arnaldo Peres de	56, 60, 64, 278
CARVALHO, Herculano de	145, 146, 163, 257
CARVALHO, Joaquim de	182, 211, 232, 235, 324, 327
CARVALHO, Ronald de	65
CASARES GIL, José	241, 242, 327
CASIANO MAYOR, Martina	305
CASTILLEJO, José	211, 242
CASTRO, Américo	43, 158
CATALÁN, Miguel	57, 62, 171, 241, 288, 289, 299, 327
CATARINO, Fernando	112, 113, 115
CAUCHOIS	319
CAVALHEIRO, António Rodrigues	166
Centre National de la Recherche Scientifique	24
Centro de Estudios Históricos	157, 158, 159, 161, 312

Centro de Estudos de Física	147, 180, 181, 319, 320
Centro de Estudos Egas Moniz	250, 251
Centro de Estudos Filológicos	135, 157, 158, 159, 160, 161, 184, 187, 312, 321
Centro de Investigação Científica Algodoeira da Junta de Exportação do Algodão Colonial	247
Checoslováquia	137, 204
CHILDE, Vere Gordon	133, 311, 312
Chile	225, 325
China	57
<i>China Law Review</i>	57, 79, 283
CID, Artur Varela	60, 278, 279
CLAPARÈDE, Édouard	225
Clínica Neurológica da Faculdade de Medicina de Lisboa	138, 202, 215, 251
COCCO, Vincenzo	192
Coimbra	27, 28, 29, 95, 104, 106, 113, 119, 122, 135, 140, 141, 164, 182, 187, 191, 193, 212, 223, 224, 229, 235, 236, 308, 311, 313, 318, 327
COIMBRA, Leonardo	90, 304
Colégio Almeida Garrett	223
Collège de France	137, 144, 160, 277, 281, 289
COLLIN, Remy	43, 95
Colónia	237
Comissão Geológica do Reino	116, 121
Comissão Internacional para a Exploração Científica do Mar Mediterrâneo	63
COMPANYS, Manolo	192
<i>Comptes Rendus de la Société de Biologie de Paris</i>	57, 58, 285
<i>Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris</i>	56, 57, 58, 64, 102, 103, 144, 179, 277, 279, 281, 289, 319
Condeixa-a-Velha	119, 120
Conferência da Federação Aeronáutica Internacional	279
Congresso da Comissão Internacional dos Estudos de Voo sem Motor	279

Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa	182, 188
Congresso Internacional de Física Nuclear	60, 281
Congresso Internacional de Física, Química e Biologia	58, 281
Congresso Internacional dos Anatomistas	244
Conseil Supérieur de la Recherche Scientifique	24
Consejo Superior de Investigaciones Científicas/CSIC	192, 193, 194, 200, 321
Conselho Superior da Instrução Pública	77, 81
Consiglio Nazionale delle Ricerche	24
CORREIA, António Augusto Esteves Mendes	19, 29, 108, 115, 116, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 217, 261, 311, 312, 313, 322, 324, 325
CORREIA, Maximino de Moraes	29
CÔRTE-REAL, Manuel Raimundo	61, 75, 302
CORTESÃO, Jaime	25
COSTA, Augusto Pires Celestino da	23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 40, 41, 43, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 56, 66, 77, 89, 93, 95, 96, 97, 98, 101, 104, 107, 112, 113, 125, 136, 141, 143, 152, 153, 162, 163, 164, 165, 168, 171, 172, 173, 182, 198, 200, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 220, 223, 243, 295, 297, 298, 301, 302, 305, 306, 314, 324
COSTA, Fernando Frade Viegas da	62, 63
COSTA, Joaquim Vieira Botelho da	60, 286
COSTA, Luís Cincinato Cabral da	150
COSTA, Silvério Ferreira Gomes da	67
COUTINHO, Carlos Viegas Gago	29, 30, 293
CREW, Francis	246, 328
CROMMELIN	241
CUNHA, Albino Moreira da	236, 237, 239
CUNHA, Fernanda Pereira de Matos	51, 52, 75, 120, 302
CUNHA, João Gualberto de Barros e	137, 313
CURIE, Marie	45, 55, 58, 59, 72, 102, 171, 260, 280, 281, 288, 299
DEBIERNE, André	280

DECROLY, Ovide	45, 154, 296, 316
Departamento de Fonética da Universidade de Londres	189
Departamento de Fonética da University College (Costa do Ouro)	192
Department of Scientific and Industrial Research	24
Deutscher Akademischer Austauschdienst	275
<i>Diário de Coimbra</i>	314
<i>Diario de Lisboa</i>	224, 325
<i>Diario de Noticias</i>	224, 305, 326, 328, 329
<i>Diário do Governo</i>	25, 83, 298, 304
DIAS, Arnaldo Abranches de Almeida	202, 252, 255, 256, 329
DIAS, Laura	229
<i>Die Neueren Sprachen</i>	60
Dinamarca	40, 243, 312
Direcção-Geral da Fazenda Pública	76
Direcção-Geral do Orçamento	77
Dispensário de Higiene Mental de Bruxelas	209
DOWSON, W. J.	58, 277, 299
Dubrovnik	279
DUFRAISSE, Charles	56, 278, 279, 299, 344
École d'Anthropologie de Paris	126
École des Hautes Études	67
École du Louvre	132, 133
École Supérieure de Physique et de Chimie Industrielles	279
EINSTEIN, Albert	59, 299
Elvas	150
Escócia	40, 150, 151, 192
Escola de Belas Artes do Porto	61, 142
Escola de Medicina Veterinária	240
Escola do Magistério Primário de Coimbra	221
Escola Industrial de Faria Guimarães	142
Escola Italo-americana	76
Escola Superior Colonial	28, 29

Escola Superior de Farmácia de Lisboa	316
Escuela de Estudios Árabes	53, 160
Espanha	16, 24, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 70, 117, 120, 137, 138, 158, 179, 192, 194, 200, 211, 220, 221, 222, 223, 225, 240, 241, 242, 254, 288, 292, 294, 312, 313, 324, 327, 329
Estação Agrária Central	51, 148, 286
Estação Agronómica Nacional	247
Estação de Experimentação Florestal do Pinheiro Bravo	63
Estados Unidos da América/EUA	24, 39, 40, 60, 68, 105, 110, 137, 188, 189, 192, 193, 261, 284, 285, 312
Estocolmo	250
Estrasburgo	43, 53, 67, 94, 237
<i>Ethiopian Journal of Environmental Studies and Management</i>	64
Etiópia	64
ETTISCH, G.	58, 285, 299
Europa	39, 64, 116, 126, 157, 202, 221, 225, 227, 240, 241, 246, 259, 262, 263
EXELL, Arthur Wallis	62, 141, 300
FABIÃO, Carlos	115, 117
Faculdade de Ciências da Universidade de Paris	276
Faculdade de Ciências de Coimbra	90, 91, 106, 137, 244, 276, 286, 297
Faculdade de Ciências de Lisboa	45, 74, 91, 102, 103, 114, 179, 181, 243, 276, 280, 288, 297, 302, 319
Faculdade de Ciências de Lyon	126, 128, 129
Faculdade de Ciências do Porto	107, 122, 125, 212
Faculdade de Direito de Coimbra	91, 98
Faculdade de Direito de Genebra	60, 77, 79, 80, 81, 265, 283
Faculdade de Direito de Lisboa	162
Faculdade de Farmácia de Coimbra	162
Faculdade de Farmácia de Lisboa	152, 316
Faculdade de Farmácia de Paris	152
Faculdade de Farmácia do Porto	153, 316
Faculdade de Letras de Coimbra	60, 120, 188, 235, 321

Faculdade de Letras de Hamburgo	42, 161
Faculdade de Letras de Lisboa	88, 89, 188, 321
Faculdade de Letras do Porto	52, 75, 183
Faculdade de Medicina de Coimbra	94, 164
Faculdade de Medicina de Lisboa	67, 100, 213
Faculdade de Medicina do Porto	67, 106, 143, 238, 304
Federação Académica de Lisboa	292, 293, 305
FERNANDES, Abílio	114, 141, 167
FERNANDES, Aureliano L. de Mira	29, 293, 297
FERRÃO, António de Abranches	78
FERREIRA, Herculano Amorim	62, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 319, 320, 328
FERREIRA, Manuel Gonçalves Cavaleiro de	162
FERRIÈRE, Adolphe	20, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 264, 325
FIGUEIRA, Luís	113
FITAS, Augusto J. S.	88, 105
<i>Flugsport</i>	57, 279
<i>Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis</i>	168, 169, 195, 200, 318
Fondation Francqui	24
Fondation Universitaire	24
Fonds National de la Recherche Scientifique/ FNRS	16, 17, 18, 19, 21, 25, 27, 47, 50, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 138, 166, 259, 307, 311, 313
FONSECA, Vergílio Correia Pinto da	120, 121, 310
<i>Foreign Affairs</i>	80
Forest Research Branch – United States Forest Service	63
<i>Forschungen und Fortschritte</i>	129
FOWLER, A.	241
França	24, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 57, 60, 62, 71, 84, 97, 100, 124, 137, 150, 158, 159, 192, 194, 204, 217, 237, 243, 254, 276, 278, 280, 284, 288, 289, 302, 305, 312
FRÉCHET, Maurice	58, 260, 276, 277
FREEMAN, Walter	249
FREITAS, Maria Constança Múrias de	160, 161, 297

Friburgo	232
FRILLEY, Marcel	181
Funchal	322
Fundação para a Ciência e a Tecnologia/FCT	77
GAGO, José Mariano	15
Gana	192
Gand	188
GARCIA, Conde de Penha	85
GARRETT, Almeida	230, 326
GASPAR, Júlia	170
GATES, Ruggles	246
GEISON, Gerald	170
Genebra	45, 78, 79, 82, 83, 85, 154, 171, 220, 288, 304, 323
GENTIL, Francisco	25, 51, 294, 297
GEORGII, Walter	278
GIBERT, Armando	171
GIMENO, Amalio	294
GINER DE LOS RÍOS, Francisco	294
GOMES, Mário de Azevedo	149, 150, 315
GÓMEZ MORENO, Manuel	158
GONÇALVES, Francisco da Luz Rebêlo	160, 161, 166, 317
GOUBEIA, António Jorge Andrade de	56, 276
GRABER, P.	58, 285
Grenoble	126
GRIGNARD, Victor	126, 311
GRINBERG, B.	58, 281
Guarda	115
GUGGENHEIM, Paul	79, 303
GUIMARÃES, José Afonso Dias	67, 69, 301
GUIMARÃES, José Joaquim de Oliveira	42, 48, 158, 202, 296
GUIMARÃES, Luís José de Pina	106, 109, 166
GUSMÃO, Armando Nobre de	48
HAHN, Hans	230
HALL, Francisco António dos Santos	63, 64, 150, 261, 315
HALLER, Edouard de	84

Hamburgo	42, 48, 60, 71, 160, 161, 202, 255, 282, 317
HAMMARSTRÖM, Göran	192, 193
HARTMANN, Max	244
HARTMANN, Nicolai	232
Heidelberg	237, 327
HEITZ, Emil	57, 282, 283, 299
<i>Helvetica Physica Acta</i>	57, 58, 289
HENRIQUES, Carlos de Castro	153
HINOJOSA, Eduardo	158
<i>Hispanic Review</i>	193
Holanda	40, 137, 204, 241, 277, 285
Honor Society of Hygiene	60, 285
Hospitais Cívicos de Lisboa	58, 67, 284
Hospital de S. Louis	142
Hospital Escolar	256
HUDSON, Manley O.	79
HULUBEI	319
I Congresso Internacional de Ciências Fonéticas	184, 186
I Congresso Luso-Espanhol de Ginecologia e Obstetrícia	200
I Congresso Neurológico Internacional	202, 252
II Congresso Internacional de Neurologia	255, 256
III Congresso Federativo de Anatomia	213
III Congresso Internacional de Ciências Fonéticas	188
III Congresso Internacional para a Unidade da Ciência	233
ILLINGWORTH, J. W.	58, 287
Imperial College of Science and Technology	62, 241
Inglaterra	24, 39, 40, 57, 60, 62, 68, 137, 150, 151, 171, 192, 232, 246, 276, 277, 284, 286, 312
Institución Libre de Enseñanza	294
Institut de Physiologie Solvay	67

Institut des Hautes Études Internationales de Paris	78, 80
Institut du Radium de Paris	55, 58, 61, 72, 102, 280, 281, 288
Institut Henri Poincaré	277, 281, 289
Institut Jean-Jacques Rousseau	20, 45, 154, 203, 220, 221, 222, 225, 264, 299
Institut Universitaire de Hautes Études Internationales de Genebra	77, 78, 79, 282, 283
Institute of Animal Genetics	245, 328
Instituto Botânico do Porto	114
Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques	106, 114, 140, 141, 167, 215, 245, 308, 313, 318
Instituto Britânico	189
Instituto Camões	289, 318, 322, 326
Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina de Coimbra	314
Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina de Lisboa	215, 216, 314
Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto	20, 61, 106, 141, 142, 143, 166, 215, 216, 236, 237, 238, 239, 240, 314
Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina de Lisboa	215
Instituto de Antropologia de Coimbra	310
Instituto de Antropologia do Porto	108, 119, 120, 122, 133, 134, 137, 310
Instituto de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Lisboa	69, 304
Instituto de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa	110, 111, 112
Instituto de Fonética da Universidade de Bona	183, 189
Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Coimbra	164, 168, 198, 318
Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Lisboa	43, 94, 163, 164, 215, 318
Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina do Porto	89, 164, 165, 215, 318
Instituto de Neurologia de Lisboa	66, 69, 252, 254, 255, 256, 257
Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho	225, 226, 227, 228, 264, 326

Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica	50, 135, 153, 154, 155, 156, 157, 226, 264, 297, 312, 316, 323
Instituto Forestal de Investigaciones y Experiencias	315
Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra	162, 317
Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Lisboa	162
Instituto Nacional de Física y Química	62, 171, 179, 288
Instituto para a Alta Cultura/IAC	54, 57, 66, 77, 103, 107, 108, 115, 135, 141, 147, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 193, 194, 202, 229, 232, 233, 234, 235, 250, 262, 266, 276, 279, 289, 294, 295, 296, 298, 299, 300, 302, 305, 307, 309, 314, 315, 318, 319, 322, 326
Instituto Português de Oncologia/IPO	61, 67, 69, 215, 284, 299
Instituto Superior de Agronomia/ISA	20, 51, 63, 70, 148, 150, 151, 245, 261, 262, 297, 315
Instituto Superior Técnico/IST	29, 51, 64, 144, 145, 146, 147, 172, 278, 300, 319
Instituto-Escuela de Madrid	50, 297, 316
International Education Board	17
<i>International Journal of the Physical Sciences</i>	64
International Society of Experimental Phonetics	64, 184, 185
<i>Isis</i>	196, 201, 291
Istituto Interuniversitario Italiano	75, 120
Itália	24, 40, 43, 137, 147, 150, 192, 243, 312
IX Congresso de Química Industrial	197
IX Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica	121
IX Congresso Internacional de Filosofia – Congresso Descartes	233
JAKOB, Alfons	202
Japão	84
Johns Hopkins School of Hygiene and Public Health	67, 284
JOLIOT, Frédéric	60, 171, 280, 281

JORGE, Artur Ricardo	212, 324
JORGE, Susana Oliveira	115, 116
JORGE, Vitor Oliveira	115, 116
JOSEFA CANELLADA, María	192
<i>Journal de Chimie Physique</i>	57, 58, 281, 285
<i>Journal de Genève</i>	79, 124, 303
<i>Journal de Physique et le Radium</i>	57, 58, 173, 281
<i>Journal de Radiologie et d'Électrologie</i>	106
<i>Journal des Sciences Médicales de Lille</i>	215
<i>Journal of Agricultural Research</i>	63, 261
<i>Journal of Anatomy</i>	106
<i>Journal of Scientific Instruments</i>	57, 173, 287
<i>Journal of the Chemical Society</i>	56, 57, 277
<i>Journal of the Optical Society of America</i>	174
Jugoslávia	40
JÚNIOR, Francisco Tavares Proença	116
JÚNIOR, João Alves dos Reis	137
JÚNIOR, Manuel Rodrigues	78, 88
Junta de Ampliação dos Estudos	25
Junta de Educação	25, 26
Junta de Orientação dos Estudos	26, 27
Junta Nacional de Educação	298
Junta Nacional de Fomento das Actividades Sociais e Investigações Científicas	26
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica/JNICT	50, 77, 152
Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas/JAE	16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 54, 56, 60, 71, 94, 97, 113, 138, 140, 154, 157, 158, 159, 179, 194, 198, 204, 210, 211, 220, 221, 222, 223, 225, 240, 241, 242, 259, 260, 263, 266, 293, 294, 295, 296, 299, 309, 312, 313, 321, 322, 325, 327
Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften	24, 126
Kaiser-Wilhelm-Institut für Biologie	244, 246
KEEN, B. A.	286

Kensington Museum	142
Kings College	246
<i>Klinische Wochenschrift</i>	57
KNIEP, Hans	244, 245
KOHLER, Robert	291
KRÜGER, Fritz	42, 71, 158, 161
<i>L'Anthropologie</i>	137
<i>L'Éducateur</i>	222
<i>Labor – Revista Bimestral de Educação e Ensino e Extensão Cultural</i>	196, 201
Laboratório Curie	45, 60, 171, 181, 280, 281, 288
Laboratório de Anatomia Comparada da Sorbonne	61
Laboratório de Antropologia da École des Hautes Études	61, 299
Laboratório de Biofísica da École des Hautes Études	284
Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Coimbra	188
Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa	19, 141, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 262, 296, 300, 314
Laboratório de Física da Universidade de Manchester	286
Laboratório de Física do Instituto Superior Técnico	144, 146, 147
Laboratório de Fonética da Universidade do Porto	183
Laboratório de Fonética de Hamburgo	42, 183
Laboratório de Fonética do Colégio Pedro II	194
Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras de Coimbra	20, 65, 135, 157, 160, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 262, 296, 297, 300, 308, 312, 316, 317, 321
Laboratório de Fonética Experimental da Universidade da Bahia	193, 194
Laboratório de Genética do Instituto Superior de Agronomia	148, 150, 151
Laboratório de Histologia da Faculdade de Medicina de Nancy	43, 95
Laboratório de Investigações Físicas da JAE	62, 240

Laboratório de Medicina Operatória do Porto	69, 143
Laboratório de modelação e moldagens do Instituto de Anatomia do Porto	20, 61, 141, 142, 299
Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida	148, 151, 276, 315
Laboratório de Química da Faculdade de Ciências de Lisboa	102, 176
Laboratório de Química da Universidade de Zurique	284
Laboratório de Química e Espectroscopia da Universidade de Liverpool	276
Laboratório de Química Orgânica do Collège de France	278
Laboratório de Radioquímica da Faculdade de Ciências de Lisboa	103, 307
Laboratório de Silvicultura do Instituto Superior de Agronomia	148
Laboratório de Tecnologia Agrícola Colonial do Instituto Superior de Agronomia	148
Laboratório de Tecnologia Florestal do Instituto Superior de Agronomia	148, 149, 150
Laboratório Gallois	70
LACERDA, Armando de	46, 64, 110, 158, 160, 161, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 193, 194, 234, 261, 262, 296, 302, 320, 321, 322
Lagos	64
LANGER, William L.	80
LANGEVIN, Paul	144
<i>Language</i>	193
LAPA, Manuel Rodrigues	88, 89, 90, 104, 160, 161, 246, 304, 317
LAUTERPACHT, H.	80
<i>Le Journal de Physique et le Radium</i>	173
<i>Le Mois – Synthèse de l'activité mondiale</i>	196, 201
<i>Le Neptune</i>	206
<i>Le Progrès</i>	128
<i>Le Soir</i>	205
LEITÃO, Marques	25
LEMOS, Álvaro Viana de	221, 222, 223, 225, 325

LEMOS, Francisco Sande	115, 116
LEMOS, Victor de	181
LERICHE, R.	67
Líbano	84
Liceu Afonso de Albuquerque	115
Liceu Central João de Deus	204, 206
Liceu D. João de Castro	288
Liceu de Évora	53
Liceu de Rodrigues de Freitas	142
Liège	62, 197, 237
Liga Espanhola de Educação Nova	222
Liga Internacional para a Educação Nova	220
Lille	126
LIMA, Durval Pires de	48
LIMA, Joaquim Alberto Pires de	29, 143, 166, 236, 237, 239
LIMA, José Lobo d'Ávila	78
LIMA, Pedro Manuel de Almeida	67, 68, 69, 70, 255, 256, 329
Lisboa	30, 70, 73, 82, 95, 106, 119, 121, 135, 136, 152, 154, 155, 156, 159, 164, 176, 179, 180, 206, 212, 213, 214, 222, 223, 224, 226, 229, 288
<i>Lisboa Médica – Jornal Mensal de Medicina e Cirurgia</i>	196, 201
LISBOA, Irene	203, 323
Lituânia	137
London Hospital	67, 68, 255, 256
London School of Economics and Political Science	80
London School of Hygiene & Tropical Medicine	284
Londres	61, 62, 63, 67, 69, 80, 121, 141, 142, 171, 173, 176, 189, 193, 198, 241, 244, 246, 255, 256, 284, 320
LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino	134
LÓPEZ-OCÓN CABRERA, Leoncio	41
LOUREIRO, João Avelar Maia de	58, 59, 60, 67, 68, 75, 110, 284
Lovaina	237

Luxemburgo	204
LUZURIAGA MEDINA, Lorenzo	221, 222, 223
Lyon	126, 128, 129, 218, 219, 329
MACEDO, Francisco Romano Newton de	328
MACHADO, Achilles	172, 319
MACHADO, José Pedro	160
Madrid	24, 53, 62, 109, 160, 173, 179, 200, 221, 222, 223, 225, 240, 288, 289, 293, 315, 317
MAGALHÃES, José de	25
MAGAT, Michel	64
MARÍA YEPES, Jesús	58, 80, 283
MARQUES, Branca Edmée	18, 45, 55, 58, 71, 72, 74, 102, 103, 105, 110, 266, 280, 302, 307
MARTINS, Ana Cristina	115, 312
MARTINS, Joaquim Pedro	218
MAYER, Rui Ferro	47, 50, 56, 148, 297
MCCOLLUM, Elmer	110, 284
Médio Oriente	84
MELO, Lopo Vaz de Sampaio e	29
MENDES, Aristides de Sousa	86, 304
MENDES, Francisco	147, 171, 177
MENDONÇA, Francisco da Ascensão	62, 141, 167, 300
MENÉNDEZ PIDAL, Ramón	43, 158
MENZERATH, Paul	183, 184, 185, 320
MEREIA, Manuel Paulo	29
México	312
MIGUÉIS, José Claudino Rodrigues	71, 154, 155, 157, 203, 323
Minho	119
Ministério da Agricultura	20, 51, 148, 150, 151, 261, 262, 297
Ministério da Instrução Pública	31, 81, 121, 229
Ministério da Justiça e dos Cultos	81
Ministério das Colónias (França)	61
Ministerio de Estado (Espanha)	70
Ministério dos Negócios Estrangeiros	20, 81, 82, 85, 229, 265, 274, 303
Moçambique	247

MOEDAS, Carlos	329
Mogadouro	81
MOLLISON	129
MONCADA, Luís Cabral de	29, 40, 235, 295, 305
MONIZ, Egas	18, 21, 68, 138, 143, 218, 219, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 266, 328, 329
MONTEIRO, Amaro	171
MONTEIRO, António Aniceto Ribeiro	18, 58, 72, 73, 266, 276, 302, 305
MONTEIRO, Hernâni	90, 166, 304
Montemor-o-Novo	119
MORAIS, Francisco	48
MORATO, Manuel João Xavier	100, 101, 305
MOREIRA, Ilda da Ascensão	203
MORET, Segismundo	294
MORTON, R. A.	56, 276, 277
Moscovo	310
Muge	119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 217, 311
Munique	67, 126, 255
MÚRIAS, Manuel	27, 29, 30
Musée des Antiquités Nationales (Saint-Germain-en-Laye)	133
Musée des Colonies	61
Museu Agrícola Colonial	70
Museu Bocage	62
Museu da Ciência da Universidade de Coimbra	191
Museu de Antropologia do Porto	124
Museu do Carmo	116
Museu Etnográfico Português	116
Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	120
Museu Machado de Castro	120
Museu Nacional da Ciência e da Técnica	191
Museu Nacional de Arqueologia	116, 120
Museu, Laboratório e Estação de Zoologia Marítima da Faculdade de Ciências do Porto	137

Museu, Laboratório e Jardim Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa	114
Muséum National d'Histoire Naturelle	61, 62
MUSSOLINI	15
Mycological Club	277
Nancy	94, 95, 213, 237
National Institute of Medical Research	67, 284
National Research Council (Canadá)	24
National Research Council (EUA)	24
NATIVIDADE, Joaquim Vieira	246
Natural History Museum	63
<i>Nature</i>	57, 58, 114, 137, 196, 201, 287
Natuurkundig Laboratorium der Rijks Universiteits de Leiden	241
NAVARRO TOMÁS, Tomás	42, 71, 158, 159, 194, 327
NEURATH, Otto	230
NEVES, José Oliveira	98, 99, 101
NICOLAEF, M. L.	310
NIETO CABALLERO, Agustín	221
Nigéria	64
NISOT, Joseph	84
NOGUEIRA, Rodrigo de Sá	48, 109, 160, 161, 317
NOGUEIRA, Sue	192, 321
Northwestern University	188
Noruega	192, 243
Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft	24, 185
Nova Zelândia	64
<i>Novidades</i>	224, 225
NUNES, Manuel Pinheiro	152
<i>O Jornal do Comércio e das Colónias</i>	224
<i>O Povo</i>	224
<i>O Primeiro de Janeiro</i>	224
<i>O Século</i>	89, 90, 91, 104, 224, 225, 246, 305, 323, 324, 325, 326
O'BRIEN, Daniel	66, 68, 301
Oceânia	64

OLIVEIRA, António Lopes Branquinho de	58, 60, 151, 276
OLIVEIRA, Sá	25
ONNES, Kamerlingh	241
ORELLANA GARRIDO, Jacobo	222, 325
ORTEGA Y GASSET, José	42, 158
Ota	121
Oxford	274, 287
PACHECO, António Faria Carneiro	203, 323
PACHECO, Duarte	27, 293
Pacífico	84
PAÇO, Manuel Afonso do	121, 131
PALACIOS, Julio	179, 241, 327
PALMANS, Maurice	206
PANCONCELLI-CALZIA, Giulio	42, 158
PAPILLAULT, Georges	61, 299
Paris	42, 51, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 109, 126, 129, 142, 144, 146, 160, 173, 197, 198, 199, 209, 233, 237, 278, 279, 280, 281, 284, 288, 289, 293, 294, 295, 300, 302
PARKER, John M.	192
PATRY, M.	58, 289
PELAYO, Olindo	48
PEREIRA, António de Sousa	43, 53, 54, 67, 68, 143, 166, 215
PEREIRA, Armando Simões	98
PEREIRA, Félix Alves	119
PERRIN, Jean	281
Pflanzenphysiologisches Institut	244, 282
Physical Society	287
PIMENTEL, António Pereira Forjaz	29, 62, 197, 199, 243, 323, 327
PINTO, Alexandre de Sousa	29, 293
PINTO, Francisco de Paula Leite	31, 65, 72, 73, 137, 146, 149, 187, 196, 197, 198, 232, 235, 293, 294, 300, 302, 303
PINTO, Manuel Augusto	29
PINTO, Rui Correia de Serpa	121, 123, 129, 198
PIRES, Domingos Vitória	150

PITTARD, Eugène	124, 137, 313
PLÀ, José	82
<i>Planta, Archiv für wissenschaftliche Botanik</i>	57, 114, 283
Polónia	40, 137, 312
Porto	28, 29, 30, 51, 106, 119, 122, 123, 124, 135, 137, 142, 152, 153, 163, 164, 179, 184, 185, 188, 212, 216, 223, 224, 229, 311
<i>Portucale – Revista Ilustrada de Cultura Literária, Científica e Artística</i>	196, 201
Portugal	15, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 34, 35, 42, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 53, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 80, 82, 84, 85, 87, 88, 92, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 124, 126, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 166, 170, 171, 173, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 189, 193, 194, 195, 197, 198, 202, 204, 209, 210, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 240, 242, 244, 252, 254, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 291, 293, 294, 296, 297, 298, 300, 304, 307, 308, 311, 312, 314, 316, 317, 319, 320, 322, 323, 324, 325, 326, 329
<i>Portugal Médico (Arquivos Portugueses de Medicina)</i>	196, 201
<i>Portugaliae Acta Biologica</i>	115
<i>Portugaliae Physica</i>	170, 175, 181, 182, 320
<i>Pour l'Ère Nouvelle</i>	228
Praga	198, 199
PRETO, Lídia Manso	67, 255, 256
PRIMO DE RIVERA	293
<i>Prisma</i>	188
<i>Proceedings of the Royal Society of London</i>	57, 62, 287
QUENTAL, Antero de	230, 326

QUINTANILHA, Aurélio	90, 91, 104, 106, 107, 110, 113, 114, 125, 127, 140, 167, 244, 245, 246, 247, 265, 266, 308, 311
Radium Institut Suisse	171, 288
RAMÓN Y CAJAL, Santiago	30, 35, 41, 56, 97, 161, 168, 210, 211, 250, 294, 306, 327
RAMOS, Gustavo Cordeiro	15, 27, 291
RANSHOFEN-WERTHEIMER, Egon	82
RAPOSO, Luís Robertes Simões	25, 26, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 41, 46, 47, 49, 50, 55, 56, 66, 75, 76, 77, 79, 82, 96, 111, 112, 124, 138, 148, 155, 156, 163, 183, 184, 185, 197, 200, 203, 217, 218, 219, 221, 223, 225, 245, 256, 292, 293, 300, 301, 303, 316
Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales	62, 240, 289, 306
REBELO, José Pequito	29
REGAUD, Claudius	61, 299
REINACH, Salomon	133
RELLINI	124
<i>República</i>	224
RESENDE, Flávio Ferreira Pinto	20, 57, 110, 112, 113, 114, 115, 181, 282, 309
<i>Revista Agronómica</i>	196, 201
<i>Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra</i>	196, 201
<i>Revista de Arqueologia</i>	120
<i>Revista de Biologia</i>	115
<i>Revista de Filología Española</i>	158, 159, 161, 188
<i>Revista de Pedagogía</i>	222
<i>Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra</i>	188
<i>Revista Hispánica Moderna</i>	193
<i>Revue Archéologique</i>	196, 201
<i>Revue d'Optique</i>	173
<i>Revue de L'Université de Lyon</i>	130
REYGASSE	124
RIBEIRO, Aquilino	51, 297

RIBEIRO, Carlos	116, 123
Rio de Janeiro	192, 194
RIVOIR ALVAREZ, Luis	319
Robert Koch-Institut	61
ROCHA, Armando de Vasconcelos Laroze	152, 153, 316
Rockefeller Foundation	17, 18, 19, 21, 66, 67, 68, 69, 70, 110, 113, 252, 255, 256, 261, 275, 301, 318, 328
ROCKEFELLER, John D.	66
RODRIGUES, Álvaro António Pinheiro	43, 106, 109, 143, 166, 215, 308
RODRIGUES, António Augusto	230
RODRIGUES, José Júlio Bettencourt	322
RODRIGUES, José Júlio de Bettencourt	198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 322, 323, 324
RODRIGUES, Maria dos Anjos Ferreira	102, 103
ROGERS, Francis Millet	192, 193
Roma	51, 75, 76
ROMÃO, João António de Matos	29, 293
RONA, P.	67
ROSAS, Fernando	91
ROSEIRA, Abílio Manuel	53, 54, 160, 161, 317
ROSENBLUM, Salomon	58, 289, 299
ROSSI, Nelson	192, 193
Rothamsted Experimental Station	286
ROUVIÈRE	237
ROVIRA Y CARRERÓ, Pedro Isaac	326
Royal Botanic Gardens, Kew	62, 140, 141, 308, 318
Royal College of Surgeons	142
SACHS, Bernard	202
SALAZAR, Abel	51, 53, 89, 90, 110, 163, 165, 265, 298, 304, 305, 318
SALAZAR, Oliveira	76, 85, 92, 116, 229, 245, 247, 250, 265, 302
SALGUEIRO, Ângela	105
SALGUEIRO, Lídia	180, 181
SAMPAIO, Gonçalo	101
SÁNCHEZ RON, José Manuel	200

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio	158
Sandjak de Alexandreta	84
Santa Sé	76
SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos	107, 108, 119, 120, 123, 133, 134, 212
SANTOS, Delfim Pinto dos	18, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 326, 327
SANTOS, João Rodrigues de Almeida	57, 58, 286
SANTOS, José Beleza dos	27, 29, 98
SARDINHA, António	293
SARMENTO, Francisco Martins	116
SARMENTO, José	180, 181, 320
SCELLE, Georges	79, 282, 303
SCHERRER, Paul	171
SCHUBEL, Franz Nikolaus	278
SCHLICK, Moritz	232
SCHOFIELD, Robert K.	286, 287
SCHUMACHER, Francis X.	63, 64, 261
<i>Science Abstracts</i>	173
SCRIPTURE, E. W.	185
<i>Seara Nova</i>	26, 292, 293
SEGUEL, Gerardo	326
SÉRGIO, António	25, 26, 27, 30, 293
SHAPIN, Steven	261, 310
SIEGMUND-SCHULTZE, Reinhard	66
SILVA, Aurélio Marques da	45, 58, 59, 60, 171, 172, 174, 178, 180, 280, 319
SILVA, Fernando Correia Pereira da	20, 48, 58, 60, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 110, 135, 264, 282, 297, 299, 303, 304, 308, 312
SILVA, João de Oliveira e	43, 94
SILVA, Mário Augusto da	188, 321
SILVA, Possidónio da	116
SILVEIRA, António da	64, 65, 144, 145, 146, 147, 300
SILVEIRA, José Cunha da	70
SILVEIRA, Luís	42, 158, 229, 296
SILVEIRA, Marieta da	180, 181

SIMÕES, Ana	291
Sintra	119
SIRET	124
Síria	84, 131
SIZIFREDO, Cristina	91
SLETSJÖE, Leif	192, 321
SOARES, Cirilo	170, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 319
Sociedade Archeologica Lusitana	116
Sociedade das Nações/SDN	77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 113, 264, 297, 299, 304, 308, 312
Sociedade de Estudos Pedagógicos	25, 49, 295
Sociedade de Geografia de Lisboa	24, 49, 53, 77, 206, 209, 223, 295, 297, 305, 306, 323, 325
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia	312
Sociedade Portuguesa de Biologia	168
Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais	298
Société de Chimie Industrielle	62, 197
Société de Neurologie de Paris	254
Société Mathématique de France	58, 277
Sorbonne	42, 52, 75, 120, 158, 160
SOUSA, Alberto da Silva e	61, 141, 142, 143
SPN/SNI	294
Staatsinstitut für Allgemeine Botanik	282
STREVENS, Peter D.	192
Suécia	40, 150, 192, 243
Suíça	40, 45, 57, 60, 62, 97, 137, 223, 240, 243, 282, 284, 288, 289
TAMAGNINI, Eusébio	88
TAVARES, Amândio Joaquim	100, 106, 305
Teatro Avenida	223
<i>Técnica</i>	196, 201, 313
<i>The American Journal of International Law</i>	79
<i>The Physical Review</i>	173
<i>The Proceedings of the Physical Society</i>	173
<i>The Review of Scientific Instruments</i>	174

THOMSON, George P.	62, 300
TORMO, Elías	158
Toulouse	126, 129
<i>Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses</i>	120
<i>Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia</i>	107, 120, 131
<i>Transactions of the 3rd International Congress of Soil Science</i>	287
Trás-os-Montes	119
Tribunal Permanente de Justiça Internacional	79
Turquia	84
ULDALL, J. H.	192
União Pan-americana	80
Universidade Católica do <i>Sacro Cuore</i>	192
Universidade Central de Madrid	171, 289
Universidade da Bahia	192, 193
Universidade de Barcelona	192
Universidade de Berlim	158, 183, 189, 233
Universidade de Bogotá	80
Universidade de Bona	64, 158, 160
Universidade de Cambridge	151, 192, 246, 276, 277, 328
Universidade de Canterbury	64
Universidade de Coimbra	30, 91, 98, 125, 136, 140, 194, 215, 233, 235, 236, 244, 305
Universidade de Colónia	42, 230
Universidade de Edimburgo	192, 246, 328
Universidade de Genebra	58, 60, 77, 78, 79, 282, 283
Universidade de Giessen	288
Universidade de Grenoble	126
Universidade de Hamburgo	42, 60, 114, 158, 160, 229, 283, 317
Universidade de Harvard	79, 80, 189, 192, 193
Universidade de Heidelberg	229
Universidade de Lille	126
Universidade de Lisboa	30, 78, 81, 103, 320
Universidade de Liverpool	277

Universidade de Londres	193, 286, 287
Universidade de Lyon	126, 218, 219
Universidade de Manchester	57, 287
Universidade de Montpellier	230
Universidade de Oslo	192
Universidade de Oxford	230
Universidade de Paris	72, 103, 171, 277, 279, 281, 289
Universidade de Poitiers	229
Universidade de Santiago de Compostela	326
Universidade de Toulouse	126, 192
Universidade de Uppsala	192, 193
Universidade de Viena	232
Universidade do Porto	30, 131, 230, 320
Universidade Johns Hopkins	110, 285
Universidade Livre de Bruxelas	154
Universidade Nova de Bruxelas	154
Universidade Técnica de Berlim	278, 279
Universidade Técnica de Darmstadt	278
University College (Londres)	189
URBAIN, Georges	281
VALADARES, Manuel	45, 58, 59, 70, 73, 75, 105, 110, 147, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 266, 288, 289, 295, 319
VALLOIS, Henri	129, 311
Valparaíso	325
VARGAS, Getúlio	65, 300
Varsóvia	106, 213, 215
VASCONCELOS, Augusto de	82
VASCONCELOS, Faria de	25, 26, 153, 154, 155, 156, 157, 225, 226, 228, 316
VASCONCELOS, Fernando Xavier Mora de	229
VASCONCELOS, José Leite de	116, 310
VEIGA, Estácio da	116
VELOSO, José Maria de Queiroz	70
VERMEYLEN, G.	209
VIANA, Abel Gonçalves Martins	119

VICENTE, Gil	230, 326
Viena	232
Vigo	106
VIRCHOW	126
VITAL, Domingos Fezas	91, 217, 218
WASSMER, Eugène	58, 289
WEISS, Pierre	240
WEST, J.	57, 58, 286, 287
WESTERMANN, Diedrich	189
WIELAND, H.	67
WILLSTÄTTER, Richard	242, 327
WILSON, Woodrow	303
WURMSER, René	58, 285, 299
X Conferência Internacional de Química	62
X Congresso de Química Industrial	62, 197
XI Congresso de Química Industrial	198
XII Congresso de Química Industrial	199
XII Congresso Internacional de Zoologia	212, 323, 324
XII Congresso Internacional do Ensino Secundário	203, 204, 205, 207, 208, 209
XIII Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas	212, 257, 263, 329
XIII Congresso Internacional do Ensino Secundário	198, 206, 209
XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica	52, 121, 122, 123, 125, 129, 212, 263
XXVI Reunião da Association des Anatomistes	213, 215
XXVIII Reunião da Association des Anatomistes	212, 213, 214, 216, 263
<i>Zeitschrift für Experimentelle Phonetik</i>	184
<i>Zeitschrift für Hygiene und Infektionskrankheiten</i>	61
<i>Zeitschrift für Physik</i>	57, 289
<i>Zeitschrift für Tuberk</i>	61
ZIPF, George	193
ZLOCZOWER, Awraham	44

Zoologischer Garten Berlin	63
Zurique	60, 67, 106, 160, 171, 281, 317
ZWIRNER, Eberhard	189
